

**ENTRE VERMELHOS E AZUIS,  
OS “COMUNISTAS DE CRISTO” FORMAM PARTIDO:  
POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA  
(CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1970-2000)**  
TESE DE DOUTORADO

**CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA**  
DOUTORADO EM HISTÓRIA



**Universidade Federal da Bahia**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

Salvador | 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA

**ENTRE VERMELHOS E AZUIS, OS “COMUNISTAS DE CRISTO” FORMAM PARTIDO:  
POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1970-2000)**

TESE DE DOUTORADO

SALVADOR

2022

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA

**ENTRE VERMELHOS E AZUIS, OS “COMUNISTAS DE CRISTO” FORMAM PARTIDO:  
POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1970-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso.

SALVADOR

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M672 Miranda, Cristian Barreto de  
Entre vermelhos e azuis, os “Comunistas de Cristo” formam partidos: política e religião na região sisaleira da Bahia (Conceição do Coité, 1970-2000) / Cristian Barreto de Miranda. – 2022.  
480 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucileide Costa Cardoso  
Tese(doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Leigos (Religião). 2. Igreja. 3. Conceição do Coité (BA). 4. Empresários – Sisal (fibra). 5. Partido dos Trabalhadores (Brasil) I. Cardoso, Lucileide Costa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.42

---

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA

**ENTRE VERMELHOS E AZUIS, OS “COMUNISTAS DE CRISTO” FORMAM PARTIDO:  
POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1970-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

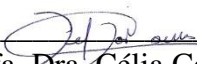
**Data da defesa:** 15 de julho de 2022.

**Banca Examinadora:**



---

Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso – **Orientadora**  
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)  
Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



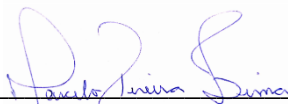
---

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso  
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)  
Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)



---

Prof. Dr. José Alves Dias  
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)



---

Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima  
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



---


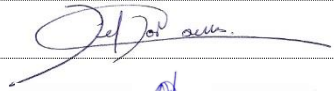

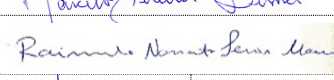
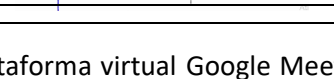
Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira  
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

NOME DA ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA		<b>217121467</b>	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
<b>ENTRE VERMELHOS E AZUIS, OS "COMUNISTAS DE CRISTO" FORMAM PARTIDO: POLÍTICA E RELIGIÃO NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1970-2000)</b>			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Prof. Dra. Lucileide Costa Cardoso (Orientador– UFBA)		309.***.***-**	
Prof. Dra. Célia Costa Cardoso (UFS)		259.***.***-**	
Prof. Dr. José Alves Dias (UESB)		332.***.***-**	
Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima (UFBA)		037.***.***-**	
Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)		488.***.***-**	

ATA

Aos quinze dias do mês de julho do ano de 2022, em plataforma virtual Google Meet, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Cristian Barreto de Miranda**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Lucileide Costa Cardoso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu PELA APROVAÇÃO do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.


PARECER GERAL

A Tese do doutorando revela uma ampla base documental, muito bem articulada com o campo teórico e metodológico, apresentando fluidez e consistência com o objeto estudado. Deu destaque e equilíbrio entre a análise da história local, regional e nacional, reveladora de conflitos políticos e religiosos na região sisaleira da Bahia entre as décadas de setenta e do ano 2000. Demonstrou segurança ao responder a todos os questionamentos da banca. Assim, a banca recomenda a sua publicação e desenvolvimento de pesquisas futuras, visando novos artigos e livros.

SSA, 15/07/2022: Assinatura do aluno:



SSA, 15/07/2022: Assinatura do orientador:



Aos meus exemplos de amor, dedicação e resiliência, meu pai Eliseu (*in memoriam*) e minha mãe Margarida (Dona Santa).

## AGRADECIMENTOS

Compreendo a educação como um ato coletivo, um processo tecido por várias mãos, no qual não cabe individualismos e vaidades. Apesar da dedicação empreendida, das diversas renúncias realizadas e da solidão vivenciada durante o desenvolvimento dessa pesquisa, entendo que a escrita dessa tese, bem como todo o meu percurso no doutorado, foi possível, porque tive a oportunidade de contar com o incentivo, colaboração, apoio e carinho de estimadas pessoas. Por isso, sou imensamente grato, pois também sou fruto dessa coletividade.

Agradeço aos meus primeiros formadores, meus pais, Elizeu (*in memoriam*) e Margarida, que diante das dificuldades enfrentadas, primaram pela permanência dos seus filhos no espaço escolar, feito responsável pela minha decisão em trilhar pelas veredas da educação. Aos meus irmãos, Bruno, Cristiano, Efigênia e Sílvia, e aos meus sobrinhos, Ítalo e Laura, por todo cuidado e amor. Estendo meus agradecimentos aos familiares e afilhados que vibram comigo a cada conquista, especialmente as minhas primas Maiara e Náila Mila, que me acolheram no seu apartamento, em razão das minhas andanças na capital baiana.

À Universidade Federal da Bahia, a minha gratidão pela oportunidade de cursar o doutorado e possibilitar a finalização deste curso à distância, durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19. Agradeço a todos os trabalhadores dessa universidade pública, sobretudo os professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial aos docentes da Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região. Registro o meu agradecimento aos professores da Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia – Campus XIV, igualmente responsáveis pela minha formação profissional.

Sou imensamente grato à minha querida orientadora, Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso, que conduz com primor a missão de docente/pesquisadora. Obrigado pela oportunidade de ser seu orientado, pelo cuidado e compromisso com a minha pesquisa, e por ter, desde o início, reconhecido o potencial e importância da minha investigação para a historiografia. Agradeço a todos os docentes da banca de qualificação e defesa por aceitarem contribuir com esse trabalho e compartilhar desse momento comigo: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso, Profa. Dra. Edilece Souza Couto, Prof. Dr. José Alves Dias, Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima e Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira.

Obrigado aos meus colegas da turma de doutorado, especialmente aos que compõem o grupo de orientandos da Profa. Lucileide: Cristiane Lopes da Mota, um ser iluminado ao qual topou compor uma dupla comigo (risos); Bruno de Oliveira Moreira, pela disponibilidade em



colaborar no processo da pesquisa; João Reis Novaes, pelas significativas reflexões em torno do meu objeto de pesquisa; e Poliana Moreno dos Santos, pelas conversas e trocas.

A todos os depoentes pela confiança em compartilhar as suas lembranças, importantes fontes para o desenvolvimento dessa tese.

Agradeço aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, do Arquivo Público Municipal e da Câmara Municipal da cidade de Conceição do Coité, pela acolhida e disposição em atender às demandas propiciadas pela pesquisa. Estendo também os meus agradecimentos à Vanilson Lopes de Oliveira pela confiança em disponibilizar documentos do seu acervo pessoal e à Juçara Silveira Oliveira por possibilitar o acesso aos documentos do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Conceição do Coité. Da mesma maneira, às professoras coordenadoras do Centro de Documentação da UNEB-Campus XIV, Cristiane Soares de Santana e Ediane Lopes de Santana, bem como os estagiários Rerisson Costa e Samara Matos.

Aos colegas e estudantes das instituições de ensino que exerci docência, sobretudo aos do Colégio Polivalente de Conceição do Coité, onde atualmente trabalho, representados pelas professoras que assumiram/assumem a gestão e coordenação dessa unidade de ensino, Margarida Ferreira Gomes, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira, Rita Tarcisa Costa, Tamires Araújo e Tania Regina Lima Gomes, agradeço a compreensão e incentivo.

À CAPES na concretização dessa tese, através do financiamento dessa pesquisa.

À Profa. Angela Cristina Guimarães Santos, pelo cuidado na revisão dessa tese, e a Profa. Elisângela Martins, pela disponibilidade e generosidade em construir o abstract.

Meus sinceros agradecimentos aos queridos amigos que formaram a minha rede de apoio, Victor de Santana Pinto, gratidão pela acolhida em minhas andanças em Salvador, e Hildelaine Nascimento, pela companhia nas viagens até a capital e no apoio diante dos desafios surgidos. Obrigado aos demais amigos que estiveram presentes durante esse processo de formação: Chantele Cordeiro Araújo, Edilene Amâncio, Liliane Brito, Lucas Lima Costa Margarida Gomes, Nayra Milla da Silva Santos, Samara Silva e Thamires Sacramento.

A todos, o meu muito obrigado!

Todo caminho da gente é resvaloso.  
Mas também, cair não prejudica demais  
A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...  
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:  
Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,  
Sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem.  
Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da  
alegria,  
E ainda mais alegre no meio da tristeza...

Guimarães Rosa

## RESUMO

Este trabalho aborda as relações entre política e religião, tecidas no município de Conceição do Coité, situado na Região Sisaleira da Bahia. O objeto de estudo está centrado nas ações de leigos e leigas católicos que, imbuídos pelo pensamento das diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II e da Teologia da Libertação, fundaram o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, em 1986. Sob essa legenda, os filiados disputaram o poder local com os grupos políticos hegemônicos, denominados de *Azul e Vermelho*, agremiações coloridas conduzidas, respectivamente, pelos empresários sisaleiros Misael Ferreira de Oliveira e Hamilton Rios de Araújo, que consolidaram as suas lideranças a partir da década de 1970. Com isso, eles vincularam as suas bases de legitimação durante o período de vigência da ditadura civil-militar, razão pela qual o recorte temporal dessa pesquisa foi inicialmente balizado. Nesse sentido, houve a especial atenção na trajetória desses agentes religiosos antes da fundação do Diretório petista, sobretudo a atuação religiosa que viabilizou a vivência da denominada *Igreja Popular*, base sociopolítica do *locus progressista* desenvolvido pela ação desses leigos e leigas, que em meio aos embates com as agremiações coloridas, foram categorizados de “comunistas”. As diversas tipologias de fontes analisadas, como documentos oficiais, jornalísticos, memorialísticos, eclesiásticos, registros audiovisuais e fontes orais, foram cruciais para o alcance do objetivo central dessa investigação, que correspondeu às disputas entre os leigos e os empresários pelo poder político de Conceição do Coité. A pesquisa encontrou sustentação nos procedimentos teórico-metodológicos da história do tempo presente e dos pressupostos adotados pela *nova* abordagem da historiografia política e da história regional e local. Essa investigação foi norteada pela hipótese de que as táticas elaboradas pelos católicos, denominados “Comunistas de Cristo”, no enfrentamento dos partidos hegemônicos, mobilizaram processos de socialização para o fortalecimento da participação popular. Leigos/as atuaram junto aos trabalhadores rurais do sisal, modificando o campo político coiteense com novas regras no jogo político, em detrimento de um comportamento político em que o voto era tido como objeto de barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do conflito eleitoral. Ademais, eles/as consolidaram a *Igreja Popular* na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité entre a década de 1990 e nos idos de 2000, vinculando a realidade eclesial ao contexto mais amplo do clero “progressista”, presente na Região Sisaleira no início de 1960. Por fim, a análise desses embates é uma significativa contribuição para a historiografia, especialmente a baiana, uma vez que possibilita o conhecimento da experiência de sujeitos de outras regiões da Bahia, de lugares considerados periféricos na pesquisa histórica. Essa relevância, portanto, se assenta na compreensão de como o estudo em escala menor ilumina e modifica certezas antes cristalizadas pela historiografia de caráter mais pretensamente abrangente, para não dizer baseada em modelos explicativos desconectados com o real, local, histórico e repleto de possibilidades de transformação.

**Palavras-chave:** Leigos/as; Igreja Popular; Região Sisaleira da Bahia; Empresários Sisaleiros; Conceição do Coité; Partido dos Trabalhadores.

## ABSTRACT

This work discusses the relationship between politics and religion, drawn in the county of Conceição do Coité, located in the Sisal Region in the state of Bahia. The object of study is centered on the actions of Catholic lay people that, imbued by the thought of the directives of the Second Vatican Council and the Theology of Liberation, founded the Municipal Directory of the Workers Party, in 1986. Under this legend, the affiliates disputed local power with the hegemonic political groups, called *Blue* and *Red*, colored groups led, respectively, by the sisal businessmen Misael Ferreira de Oliveira and Hamilton Rios de Araújo, that consolidated their leadership from the 1970s onwards. Thus, they linked their bases of legitimation during the period of validity of the civil-military dictatorship, the reason why the temporal cut of this research was initially marked out. In this regard, a special attention was paid to the trajectory of these religious agents before the inception of the Workers Party (PT) Directory, especially the religious activity that made possible the experience of the so-called Popular Church, the sociopolitical base of the *progressive locus* developed by the action of these lay people that, in the midst of the clashes with the colored associations, were categorized as “communists”. The different typologies of analyzed sources, such as official documents, journalistic, memorialistic, ecclesiastical documents, audiovisual records and oral sources, were crucial to reach the central objective of this investigation, which corresponded to the disputes between lay people and businessmen for the political power of Conceição do Coité. This research found support in the theoretical and methodological procedures of the history of the present time and the assumptions adopted by the *new* approach to political historiography and regional and local history. This investigation was guided by the hypothesis that the tactics developed by Catholics, called “Communists of Christ”, in the confrontation of the hegemonic parties, mobilized socialization processes to strengthen the popular participation. Lay people worked closely with the rural workers of the sisal environment, modifying the political field of Coité with new rules in the political game, to the detriment of a political behavior in which the vote was seen as an object of bargaining and the use of violence as a legitimate action of the electoral dispute. Furthermore, they consolidated the Popular Church in the Parish of *Nossa Senhora da Conceição do Coité* between the 1990s and the 2000s, linking the ecclesial reality to the broader context of the “progressive” clergy, present in the Sisal Region in the early 1960s. Finally, the analysis of these clashes is a significant contribution to historiography, especially the Bahian one, since it allows to know the experience of subjects from other regions of Bahia, from places considered peripheral in the historical research. This relevance, therefore, is based on the understanding of how the study on a smaller scale illuminate and modifies certitudes previously crystallized by historiography of a more comprehensive character, not to say based on explanatory models disconnected from the reality, place, historical and full of possibilities for transformation.

**Keywords:** Lay people; Popular Church; Sisal Region of Bahia; Sisal Entrepreneurs; Conceição do Coité; Workers Party (PT).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrega de cestas básicas no Maracujá, 1992	121
Figura 2 – Charges sobre a Convenção da Arena, em 1970	164
Figura 3 – Charge dos políticos da Arena	165
Figura 4 – Charge sobre a estagnação política coiteense	169
Figura 5 – Charges sobre as sublegendas da Arena	169
Figura 6 – Manchete sobre as sublegendas da Arena	171
Figura 7 – Inauguração do Estádio Municipal de Conceição do Coité	182
Figura 8 – Capa e contracapa da publicação sobre os primeiros meses da administração de Hamilton Rios de Araújo	183
Figura 9 – Cartas relacionadas à administração de Hamilton Rios de Araújo	184
Figura 10 – Comício dos <i>Vermelhos Situacionistas</i> , em 1972	186
Figura 11 – Ilustração da sigla do PDS	187
Figura 12 – Charge sobre a repressão direcionada ao trio do PMDB, em 1987	210
Figura 13 – Dados do paulatino declínio dos <i>Vermelhos Situacionistas</i> , desde 1976	220
Figura 14 – Publicação sobre a Teologia da Libertação	249
Figura 15 – Carta pública do Prefeito Municipal, em 1984	255
Figura 16 – Implicações para o comércio coiteense com a não realização da Micarême, 1987	259
Figura 17 – Registros da Caravana da Cidadania em Conceição do Coité, 1993	295
Figura 18 – Entrevista de Arivaldo Ferreira Mota ao jornal <i>O Coiteense</i> , 1987	299
Figura 19 – Francisco de Assis e Arivaldo Mota na sessão da TIP	307
Figura 20 – Comemoração do Dia do Trabalhador em Nova Palmares, 1996	318
Figura 21 – Cartaz exposto por um militante do PT local, durante a Caravana da Cidadania, 1993	320
Figura 22 – Registros da primeira campanha municipal, em 1988	335
Figura 23 – Registro das bandeiras do PT utilizadas nos eventos sociopolíticos	337
Figura 24 – Reunião de lideranças do PT coiteense com as Irmãs da Providência de GAP	353
Figura 25 – Cartilha em preparação ao Dia Internacional das Mulheres, 2003	359
Figura 26 – Registro da senhora que realizou uma prece durante uma missa realizada em Nova Palmares	369

Figura 27 – Registro de Dona Quitéria durante o Grito dos Excluídos de 1996	382
Figura 28 – Registro de Maria Eliana Lima Santos durante o Grito dos Excluídos de 2005	384
Figura 29 – Manchete sobre os mutilados, 1984	390
Figura 30 – Charge sobre o “radicalismo” do PT coiteense	426
Figura 31 – Governo de Hamilton Rios de Araújo, 1973	427

## LISTA DE MAPAS / QUADROS

Mapa 1 – Território do Sisal do Estado da Bahia, 2007.	51
Mapa 2 – Região Sisaleira da Bahia, no final de 1940.	53
Quadro 1 – Perfil social dos depoentes	129
Quadro 2 – Situação do domicílio em Conceição do Coité	135
Quadro 3 – Analfabetos: pessoas com 15 ou mais anos de idade	144

## LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Abin	Agência Brasileira de Inteligência
AC-4	Ato Complementar número 4
AC-26	Ato Complementar número 26
ACB	Ação Católica Brasileira
ACAEC	Associação Coiteense de Apoio à Educação e a Cultura
ACCA	Associação Cultural Castro Alves
ACE	<i>Acción Católica Española</i>
ACM	Antônio Carlos Magalhães
ACOPEB	Associação de Cooperadores de Programa de Economia Doméstica de Conceição do Coité
AI-2	Ato Institucional número 2
AI-5	Ato Institucional número 5
AMA	Associação de Moradores do Açudinho
AMs	Associações de Moradores de Porto Alegre
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANCAR-BA	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil
AP	Ação Popular
APAEB	Associação de Pequenos Produtores de Sisal da Bahia
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEATA	Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC/UNEB	Centro de Documentação de Conceição do Coité da Universidade do Estado da Bahia – Campus XIV



CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CESCON	Centro de Educação Superior de Conceição do Coité
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CETEB	Centro de Educação Técnica da Bahia
CF	Campanha da Fraternidade
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COELBA	Companhia Elétrica da Bahia
COMEP	Comunicação Musical Editora Paulinas
CONFAP	Conselho de Formação de Animadores de Pastoral
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPEM	Consultoria para Empresas e Municípios
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DIRE	Diretoria Regional de Saúde
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Diretoria Regional do Trabalho
DSI	Doutrina Social da Igreja
DVD	<i>Digital Versatile Disc</i>
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
ECC	Encontro de Casais com Cristo
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FATRES	Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia
FEBA	Faculdade de Educação da Bahia
FESPI	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPA	Fundação Perseu Abramo
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GSJ	Gabinete de Segurança Institucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização Rural e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INTERURB	Instituto de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal
ITER	Instituto de Teologia do Recife
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LCF	Liga Coiteense de Futebol
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MCC	Movimento de Cursilho de Cristandade
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MER	Movimento de Evangelização Rural
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
Pe.	Padre
PFL	Partido de Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pastoral da Juventude
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNDSTR	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PO	Pastoral Operária
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPC	Plano de Pastoral de Conjunto
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano da Bahia
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RCC	Renovação Carismática Católica
SEC-BA	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SINOR	Sisaleira do Nordeste Ltda
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência Social
SINTRACAL	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção e Acabamento de Calçados em geral
SNI	Sistema Nacional de Informação
SOJOC	Sociedade de Jovens Coiteenses
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRCC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité
TdL	Teologia da Libertação
TFP	Tradição Família e Propriedade
TIP	Tarifa de Iluminação Pública
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UDN	União Democrática Nacional
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
União	União Brasil
VHS	<i>Vídeo Home System</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>REGIÃO SISALEIRA E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA</b>	<b>48</b>
2.1	CONCEIÇÃO DO COITÉ: A <i>RAINHA DO SISAL</i>	49
2.2	DOS “CAMPOS ABERTOS” PARA O CULTIVO DO SISAL	74
2.3	O DESENVOLVIMENTO DA <i>PLANTA REDENTORA</i>	84
2.4	“OS HOMENS DO SISAL”	97
2.5	A ESTRADA DO SISAL	106
<b>3</b>	<b>“COMUNISTAS DE CRISTO” E AGREMIações COLORIDAS</b>	<b>116</b>
3.1	“UM ANTRO DE COMUNISTAS”	117
3.2	LEMBRANÇAS FAMILIARES E FORMATIVAS DOS “COMUNISTAS DE CRISTO”	135
3.3	ENGAJAMENTO NA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO COITÉ	145
3.4	AS AGREMIações COLORIDAS	159
3.5	TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS “COMUNISTAS DE CRISTO” ANTERIOR AO PT E À <i>IGREJA POPULAR</i>	190
<b>4</b>	<b>CULTURA DA FOLIA: DO EMBATE RELIGIOSO AO POLÍTICO</b>	<b>197</b>
4.1	“UM REDUTO DA DITADURA”	199
4.2	DIRETRIZES RELIGIOSAS E FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM CONCEIÇÃO DO COITÉ	224
4.3	MICARÊME: DISPUTAS ENTRE CLERO, LEIGOS E POLÍTICOS	252
4.4	MICARETA: COMBATE À <i>IGREJA POPULAR</i> ?	266
<b>5</b>	<b>“PROJETO COMUNISTA”: POSSIBILIDADES, LIMITES E CONJUNTURAS</b>	<b>280</b>
5.1	MEMÓRIA AUDIOVISUAL E POLÍTICA DE ESQUECIMENTO	281
5.2	O PROJETO POLÍTICO: ALINHAMENTOS PARTIDÁRIOS E A DEFESA DA CIDADANIA	293
5.3	PROCESSOS FORMATIVOS DO PROJETO POLÍTICO-RELIGIOSO	322
5.4	DESTEMIDOS, MALUCOS, RADICAIS E COMUNISTAS	334

<b>6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E PARTICIPAÇÃO FEMININA: NOVOS EMBATES, TÁTICAS, ALIANÇAS E VIOLÊNCIAS</b>	<b>350</b>
6.1	RELIGIOSAS E LEIGAS NA CONSTRUÇÃO DO PT EM CONCEIÇÃO DO COITÉ	352
6.2	COMEMORAÇÕES E LUTAS DAS/OS TRABALHADORAS/ES: RASTROS DA PRESENÇA FEMININA	368
6.3	NAS PÁGINAS DE <i>O MENSAGEIRO</i> : LEIGAS CATÓLICAS E ATIVISMO POLÍTICO	389
6.4	CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS E TENSÕES NO PROCESSO ELEITORAL	412
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>435</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>444</b>
	<b>FONTES</b>	<b>459</b>
	<b>ANEXO</b>	<b>477</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Palácio do Planalto quer conter o que considera um avanço da Igreja Católica na liderança da oposição ao governo Jair Bolsonaro, no vácuo da derrota e perda de protagonismo dos partidos de esquerda. Na avaliação da equipe do presidente, a Igreja é uma tradicional aliada do PT e está se articulando para influenciar debates antes protagonizados pelo partido no interior do País e nas periferias. O alerta ao governo veio de informes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dos comandos militares. Os informes relatam encontros de cardeais brasileiros com o papa Francisco, no Vaticano, para discutir a realização do Sínodo sobre Amazônia, que reunirá em Roma, em outubro, bispos de todos dos continentes. Durante 23 dias, o Vaticano vai discutir a situação da Amazônia e tratar de temas considerados pelo governo brasileiro como uma “agenda da esquerda”. O debate irá abordar a situação de povos indígenas, mudanças climáticas provocadas por desmatamento e quilombolas. “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, disse o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, que comanda a contraofensiva (MONTEIRO, 2019, s. p.).

Em 10 de fevereiro de 2019, o *Estadão*, portal de notícias do jornal *O Estado de São Paulo*, publicou o artigo *Planalto vê a Igreja Católica como potencial opositora*, assinado pela jornalista Tânia Monteiro, que apresentou a preocupação do atual Governo Federal com a atuação de Bispos Católicos em torno da defesa da Amazônia e dos povos indígenas e quilombolas. Assim, setores do governo, especialmente a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), preocupados com os desdobramentos decorrentes do Sínodo sobre a Amazônia, a assembleia de bispos com o Papa Francisco, realizada em outubro de 2019, no Vaticano, iniciaram um monitoramento aos cardeais brasileiros que estavam participando de audiências em preparação para o Sínodo com o Papa.

Segundo o *Estadão*, a contraofensiva do governo, liderada pelo Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, reuniu “munições” para abater a “agenda da esquerda” que se alastra pela Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tradicional aliada do Partido dos Trabalhadores (PT), após os partidos de esquerda perderem o protagonismo dessa agenda devido à derrota eleitoral de 2018, conforme argumenta o general Heleno Pereira.

Nesse sentido, neutralizar essa “banda podre da Igreja Católica”, característica que o presidente Jair Bolsonaro atribuiu à considerada ala de “padres comunistas” na instituição católica, se tornou um grande objetivo para a segurança nacional, pois ela é a potencial opositora ao governo Bolsonaro, sobretudo aos interesses de uma exploração de multinacionais

estrangeiras e de grandes proprietários rurais nas terras indígenas, essas reconhecidas pelas leis brasileiras<sup>1</sup>.

As ações da Igreja Católica voltadas para a convocação do Sínodo da Amazônia foram iniciadas após a realização do II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal, ocorrido em Belém- PA, em novembro de 2016, reunindo cerca de 50 bispos, que sugeriram a realização de um Sínodo. Todavia, desde 2013, o Papa Francisco, o “papa vermelho”, dá sinais de interesse pela Amazônia: na Jornada Mundial da Juventude, em 2013, no Rio, tratou da Amazônia em conversas reservadas. Na encíclica *Laudato Sí*, em 2015, defendeu a Amazônia e a Bacia do Rio Congo como “pulmões” do mundo e “a importância desses lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar” (BARROCAL, 2019, s. p.).

É evidente que a compreensão do governo Bolsonaro, vitorioso no pleito de 2018 sob o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, em reconhecer a Igreja Católica como opositora diz respeito à trajetória histórica da instituição no Brasil, representada pela CNBB e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na defesa dos direitos humanos, na denúncia da violência de Estado e no papel desempenhado na transição democrática, sendo uma das principais opositoras à ditadura civil-militar, implementada pelo golpe de 1964 (ALVES, 2005), período tão venerado por Jair Messias Bolsonaro.

O General Augusto Heleno Ribeiro Pereira justificou a sua contraofensiva sob o argumento de que as ações da Igreja Católica voltadas para a Amazônia, como também, de “entidades e ONGs [Organizações não Governamentais] estrangeiras, e às vezes chefes de Estado, por trás dessas entidades” (AGUIAR, 2019, s. p.), possuíam a pretensão de estabelecer medidas de como deve ser tratada a Amazônia brasileira, interferindo na soberania nacional do país. Todavia, não houve registro de que o General Augusto Heleno e/ou setores do governo observaram ameaça à soberania quando o Brasil “abriu as portas da Amazônia aos Estados Unidos pela primeira vez na vida. Foi em novembro de 2017, durante uma manobra militar conjunta do Brasil com tropas de Colômbia e Peru na cidade amazonense de Tabatinga” (BARROCAL, 2019, s. p.).

Cabe salientar que as preocupações da Igreja Católica com a nova escalada planetária e ecológica não são pautas levantadas a partir do pontificado de Francisco. No Brasil, por exemplo, essas preocupações são oriundas dos setores ligados à Teologia da Libertação (TdL)<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; Decreto n. 1775/96, dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

<sup>2</sup> O nome *Teologia da Libertação* foi criado por Gustavo Gutierrez, em 1972, para indicar a expressão/legitimação da *práxis* de um vasto movimento social, que surgiu nos anos 1960, composto por padres, bispos, religiosos,



tendo como principais lideranças Leonardo Boff e Frei Betto<sup>3</sup> que oportunizaram a proximidade do pensamento cristão com os chamados “novos movimentos religiosos” ao abordarem em seu pensamento teológico os temas da mística, da ecologia e do holismo.

Frei Betto e Leonardo Boff, após a crise da TdL e das CEBs, na década de 1990, provocada de forma contundente com o declínio do “socialismo real”, buscaram novos paradigmas em que puderam referenciar suas formas de contestação e alternativas ao sistema dominante. Assim, ao se voltarem para a questão ambiental e da espiritualidade, eles ampliaram o paradigma dos oprimidos e renovaram os seus discursos. Possivelmente, o fato dessa questão ter sido iniciada pelos setores “progressistas” da Igreja Católica, alguns atuais setores hegemônicos do catolicismo no Brasil, em especial os que dominam os meios de comunicação católicos, situados na Renovação Carismática Católica (RCC)<sup>4</sup>, não tenham se aliado totalmente ao pontificado de Francisco e às diretrizes da CNBB.

Essa perspectiva pode ser percebida também em relação à Jair Bolsonaro, principalmente durante a sua candidatura presidencial, que mesmo após as declarações contrárias às ações da CNBB, caracterizando-a de a “parte podre da Igreja Católica”, recebeu o apoio do clero “conservador” em sua campanha eleitoral, como, por exemplo, do Padre Jonas Abib, uma das principais lideranças do movimento carismático católico e fundador da Comunidade Canção Nova, proprietária da maior rede televisiva católica do país; e de Dom Orani Tempesta, Cardeal do Rio de Janeiro, este que, nas eleições municipais de 2016, apoiou publicamente o candidato Marcelo Bezerra Crivella, Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, pelo Partido Republicanos (LOPES, 2018, s. p.).

A conjuntura vivenciada atualmente no país possibilita perceber a importância das pesquisas que investigam as relações entre religião e política, sobretudo após o contexto ditatorial, pois, de certa maneira, os eventos ocorridos recentemente podem ser analisados como reverberações e apropriações desse período. Outrossim, as questões, que se apresentam neste

---

movimentos religiosos laicos, intervenções pastorais de base popular e CEBs (GUTIERREZ, 1975). Lowy define, também, como um conjunto de escritos produzidos por teólogos católicos e protestantes a partir de uma reflexão sobre a *práxis* desse movimento (LOWY, 1991).

<sup>3</sup> Perspectiva observada nas seguintes obras de Leonardo Boff: *Ecologia, grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra* (1994), *Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo* (2010), *Fundamentalismo, a Globalização e o Futuro da Humanidade* (2002), *A grande transformação na economia, na política e na ecologia* (2014), *Ecologia, mundialização, espiritualidade* (2008); e de Frei Betto: *O amor fecunda o universo, ecologia e espiritualidade* (2009), *Uala, o amor* (1970) e *Reinventar a vida* (2014).

<sup>4</sup> A Renovação Carismática Católica teve origem em Pittsburgh, nos EUA, em 1967, sendo introduzido no Brasil no ano de 1969, através dos Padres Jesuítas Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty. Entre os brasileiros, alcançou grande crescimento na segunda metade dos anos de 1990, período em que conquistou os meios de comunicação social, no qual assumiu posições bastante diferenciadas das CEB's, sendo “a principal representante de um segmento que tenta levar a Igreja Católica a assumir um caráter mais intimista e petista que social, negligenciando seu papel na sociedade” (VALLE, 2004, p. 98).

presente, nos possibilitam ter uma maior inteligibilidade histórica, ao investigar as relações tecidas entre esses dois componentes do poder ocorridas no passado recente.

Os estudos relacionados ao papel da Igreja Católica nas questões político-sociais na América Latina têm sido uma constante nas ciências humanas e sociais, de modo particular nas áreas de História, Sociologia e Ciência Política, tendo correntes que compreendem as forças religiosas como um fator de explicação política em numerosos domínios: “elas fazem parte do tecido político, relativizando a intransigência de explicações baseadas nos fatores socioeconômicos” (COUTROT, 2003, p. 331). Muitos estudos, dentre eles, estrangeiros, abordam a temática da relação da Igreja Católica com a sociedade e/ou as relações entre a Igreja e o Estado. Ao longo dos anos, cresce um movimento de pesquisas sobre a atuação de setores do catolicismo durante as ditaduras militares latino-americanas, sobretudo no Brasil, e o significado político-social da TdL (AMARAL, 2006, p. 33).

Estes trabalhos centram suas análises nas intervenções do episcopado e sua influência política em centros urbanos e/ou das experiências de padres e religiosos com determinadas ideologias políticas, especialmente dos partidos de esquerda, e suas mobilizações junto aos fiéis, bem como o papel da instituição religiosa no processo de redemocratização. Embora reconheçamos a valiosa contribuição para o conhecimento da ação sociopolítica da Igreja Católica em diferentes domínios, a maioria dos estudos não dá conta de perceber a ação política do “cristão qualquer”, dos leigos, das mulheres católicas, engajados nessas mobilizações empreendidas pelos sacerdotes, ainda mais, as suas ações no campo político-partidário e as influências da instituição sobre seus representantes políticos.

Tais estudos nos falam pouco acerca do impacto da presença destes sujeitos, pouco conhecemos sobre suas experiências, nomes, imaginário social, suas escolhas éticas, sociais e políticas, quem são eles e quais seus papéis nesse processo da atuação política e social da Igreja Católica? Visto que “a vida das Igrejas e a crença cristã se exprimem no seio de um regime leigo e de uma sociedade secularizada e descristianizada” (COUTROT, 2003, p. 335). Nesse sentido, os leigos são peças fundamentais da ação evangelizadora da Igreja Católica na sociedade, pois o pensamento cristão é experimentado nas condições concretas da sua existência.

Destarte, devido ao termo leigo ser usado nos mais diversos sentidos, salientamos que nessa investigação não compreendemos a categoria leigo como aquele que não tem conhecimentos especializados em determinada área, mas a partir da noção sociológica presente na Igreja Católica, no binômio clero *versus* leigo. Assim, entendemos o leigo sendo aquele que não pertence ao clero e nem fez votos religiosos, contudo exerce um protagonismo dentro da

instituição, faz parte da comunidade cristã e tece negociações e táticas nas relações com o próprio clero, tratando-se não somente de oposição, mas de complementação e unidade.

Além disso, existe uma escassez de trabalhos que analisam a relação Igreja Católica e política numa temporalidade pós-ditadura civil-militar, bem como sobre a influência de setores “progressistas” católicos fora dos grandes centros urbanos, ainda mais, se tratando da região sisaleira, apesar dos estudos sobre essa região identificarem a influência do pensamento católico na mobilização de práticas coletivas e na formação de movimentos sociais em defesa de direitos sociais.

Como pode ser observado, por exemplo, nos estudos de Alessandra Freixo (2010), que, ao analisar o surgimento e desenvolvimento da “ruralidade sisaleira”, responsável pela reorientação de novas práticas sociais e de novas relações de trabalho, evidenciou o papel da Igreja Católica no surgimento das ONGs e sindicatos dessa região; de Elson Ricci (2007), que, ao investigar aspectos da industrialização do sisal, constatou a mobilização da Igreja Católica, junto aos trabalhadores, por melhores condições de vida nessa região; perspectiva também observada por Felipe Prado Macedo da Silva (2012), ao analisar como a sociedade civil, no Território do Sisal, se organizou e foi capaz de estabelecer experiências coletivas, destaca o papel da instituição católica na criação de organizações comunitárias e de movimentos sociais na região.

Essas reflexões moldam a questão central dessa pesquisa: a proposição de que a vivência de um catolicismo preocupado com as questões sociais, característica da *Igreja Popular*<sup>5</sup>, por alguns leigos/as da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foi importante fator nos processos de socialização para o fortalecimento da participação popular nas decisões sociopolíticas e para o combate de condutas políticas que não correspondiam ao regime democrático no campo político local. Por esse prisma, podemos citar, como exemplo, as relações de mando e clientela e a perseguição e a violência exercida aos opositores dos grupos políticos dos empresários do sisal, indivíduos ligados ao setor “progressista” da Igreja Católica e aos movimentos sociais, sobretudo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité (STRCC), aspecto que contribuiu para restringir o debate político aos representantes dos empresários do sisal.

---

<sup>5</sup> Compreendemos esse conceito a partir de Mainwaring (2004), que entende por *Igreja Popular* setores do catolicismo que possuem uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social. Por estarem mais próximos dos movimentos populares são mais responsáveis pela criação de CEBs e apoiam a chamada teologia da libertação.

As inquietações para investigar as disputas entre os “Comunistas de Cristo” e os empresários da indústria sisaleira pelo poder político em Conceição do Coité, particularmente no período de 1970 a 2000, nasceram a partir de duas experiências vivenciadas pelo pesquisador: a pessoal e a formativa-profissional. Nasci em 1987, e cresci escutando de meus pais e dos demais adultos que conviviam nos meus espaços de socialização, as narrativas sobre minha cidade, sobretudo sobre as disputas políticas entre *os Vermelhos* e *os Azuis*<sup>6</sup>, e a respeito das polêmicas provocadas pelo padre da Igreja Católica<sup>7</sup>, onde aos domingos participávamos da missa.

Tenho lembranças de ter presenciado alguns desses conflitos na minha infância. Contudo, quando adolescente, meados do ano 2000, comecei a compreender aquele universo da minha cidade, especialmente nos períodos eleitorais, pois, nesses momentos, eu sentia as reverberações desses conflitos em minha própria vida. Algumas amizades eram desfeitas, as visitas a alguns parentes eram reduzidas e a vigilância dos meus pais era reforçada, sobretudo durante as brincadeiras na rua com os meus vizinhos, no período da noite. Além disso, comecei a participar de movimentos religiosos da paróquia, ambiente no qual oportunizou uma formação ligada às diretrizes da *Igreja Popular* e a compor os quadros de lideranças dos grupos de adolescentes, denominados de *Perseverança*, e dos grupos de jovens, situados na Pastoral da Juventude (PJ).

Ao iniciar minha formação universitária, participei do grupo de pesquisa História Política de Conceição do Coité, experiência significativa que proporcionou não apenas debater sobre as conjunturas locais, mas conhecer e refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos da *nova* história política. Esses, a partir da análise dos jogos de poder, são imprescindíveis para a compreensão do todo social, porque o político é uma modalidade da prática social, é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 2003).

Debater sobre o campo político coiteense, principalmente com os próprios coiteenses, é desafiador, pois como diz minha mãe “tudo nessa cidade gira em torno do ser *Vermelho* ou ser *Azul*, o povo daqui direciona tudo para questões políticas”. E quando nesse debate adentram as

---

<sup>6</sup> O agravamento do personalismo na política coiteense limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política. Ademais, fortaleceu uma cultura política em que o voto era tido como barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do jogo eleitoral. As engrenagens desse sistema político adquiriram nuances tão peculiares nessa região que a identificação dos grupos locais, a partir de 1972, foram fortalecidas por meio da simbologia das cores, um “verdadeiro folclore eleitoral”: *Azuis* (Arena 1) e *Vermelhos* (Arena 2).

<sup>7</sup> Padre Luiz Rodrigues de Oliveira foi pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité durante os anos de 1989 e 2000. Ele ficou conhecido na cidade como um padre polêmico, por debater questões sociopolíticas durante as suas celebrações na igreja e a fazer uma oposição ao grupo político local, os *Vermelhos*.

questões religiosas fica mais complexo tecer reflexões sobre essa questão. Todavia, ao buscar compreender os pressupostos teórico-metodológicos adotados pela nova abordagem da historiografia política, “que adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso” (COUTROT, 2003, p. 356), desenvolver uma narrativa histórica sobre essa conjuntura tornou-se para mim, cada vez mais, possível de ser realizada. Salientamos que o objeto que propomos investigar sofreu também influências do *Rebuliço no Coreto*<sup>8</sup>, evento protagonizado por padres e políticos em Conceição do Coité, no ano de 1996, e que foi objeto de investigação da minha pesquisa de mestrado, que, por sua vez, ampliou a análise que fiz na monografia da graduação, “*Padroado no Sertão*”: *conflito e negociação entre Igreja e poder político em Conceição do Coité (1989-1996)*.

Assim, esse estudo está orientado na tese de que o envolvimento de leigos/as católicos/as no campo político-partidário, como, por exemplo, Arivaldo Ferreira Mota, Adalberto Neres Pinto Gordiano, Joilson Marcos Cunha Araújo, Margarida Ferreira Gomes, Zenilda Mascarenhas Mota, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira e Vanilson Lopes de Oliveira, possibilitou o surgimento de novas regras no jogo político local, advindos da experiência adquirida no engajamento com o partido político, nas alianças político-partidárias, nas eleições e na experiência da *práxis* da TdL, e nos elementos simbólicos e religiosos da eclesiologia ligada ao Concílio Vaticano II. A bem dizer, os leigos foram importantes na reconfiguração da atuação da Igreja Católica em Conceição do Coité<sup>9</sup> no período de transição política, especialmente caracterizado pela *sacralização do político*<sup>10</sup>, espaço comum de

---

<sup>8</sup> Naquela ocasião, propusemos analisar o conflito entre padres e o poder político dominante em Conceição do Coité, nos anos de 1989 e 2000, a partir de um conjunto de documentações eclesiásticas, judiciais, da imprensa local e fontes orais. Dessa maneira, buscamos compreender como os religiosos que chegaram ao município, em especial o Padre Luiz Rodrigues Oliveira, influenciados por novas diretrizes de evangelização adotadas pela Igreja no Vaticano II, contribuíram para o rompimento das relações de subserviências da Igreja Católica local com o grupo político liderado por Hamilton Rios de Araújo, os *Vermelhos*.

<sup>9</sup> Conceição do Coité está localizada a 235 km de Salvador, possui uma área de 1.086,224 km<sup>2</sup>, tendo uma população estimada em 67.875 habitantes. O antigo território dessa cidade compunha os trajetos que interligavam Salvador ao Alto Sertão do São Francisco e o Estado do Piauí. A partir da década 1940, o cultivo do sisal se tornou a sua principal atividade econômica, e atualmente possui as principais indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região (CIDADES, [2010]).

<sup>10</sup> A sacralização do político é entendida como uma forma de estratégia usada para comunicar o discurso político, compartilhando da compreensão proposta por Alcir Lenharo, em sua obra *A Sacralização do Político*, ao analisar o Estado Novo. O autor argumenta que os projetos totalitários e fascistas utilizavam, em diferentes gradações, conteúdos teológicos com vistas à sua instrumentalização para solucionar os problemas sociais e políticos existentes, visando legitimar as ações estatais em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas, justamente em um período em que o Estado se laicizara e estabelecera formalmente fronteiras definitivas com o poder religioso. Desse modo, utiliza-se de virtudes e valores religiosos para legitimar a ação política de um determinado projeto político, líder ou grupo (LENHARO, 1986). Assim, guardando as devidas proporções, utilizamos o conceito ao perceber as estratégias dos leigos “progressistas” para mobilizarem outros fiéis católicos no envolvimento com a política partidária, legitimando as ações políticas como atitudes relacionadas com o Reino de Deus e a fé. Logo, compreendo como uma estratégia para tornar autêntica a ação política desse setor progressista no campo político coiteense.

negociação e conflito entre movimentos sociais, partidos e setores religiosos. Ainda, eles tiveram relevância nas relações políticas internas da instituição, nos binômios *unidade versus unificação* e *progressistas versus conservadores*, distantes dos grandes centros urbanos, especificamente na Região Sisaleira da Bahia.

Por isso, o objetivo central desse trabalho é investigar as disputas, convergências e negociações entre leigos/as e empresários do sisal pelo poder político, durante as décadas finais do século XX, na cidade de Conceição do Coité. Tal conflito oportunizou perceber as táticas realizadas pelos leigos para enfrentarem e atenuarem as forças políticas dos empresários sisaleiros, principalmente nos períodos eleitorais, e analisar os elementos religiosos que mobilizaram processos de socialização para o fortalecimento da participação popular no campo político, em detrimento de uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do jogo eleitoral.

Isso posto, a presente pesquisa buscou respostas para as seguintes questões: Em linhas gerais e nas suas particularidades, como se caracterizam as disputas entre os “Comunistas de Cristo” e os empresários do sisal pelo poder político coiteense? Quais as estratégias realizadas pelos leigos para enfrentarem e minimizarem as forças políticas dos empresários sisaleiros, especialmente nos períodos de campanhas eleitorais? Quais elementos religiosos contribuíram nos processos de socialização promovidos pelos leigos para o fortalecimento da participação popular nas questões sociopolíticas da sociedade coiteense? Quais relações os “Comunistas de Cristo” estabeleceram com outros grupos católicos e movimentos sociais presentes na região? Quais as redes de solidariedade que fortaleceram e legitimaram a atuação política dos leigos, visto que a realidade da hierarquia católica nacional desse período direcionava-se para uma ação pastoral mais conservadora e distante da TdL? Quais os efeitos da inserção dos leigos no cotidiano da política coiteense? Quais as possíveis conexões e desconexões entre o pensamento religioso dos leigos com a ideologia do Partido dos Trabalhadores (PT)? Até que ponto, ao longo da periodização estabelecida, os petistas locais eram oriundos do grupo dos católicos “progressistas” e a orientação do PT coiteense foi influenciada pela espiritualidade da TdL? Como a hierarquia da Igreja local encarou a atuação dos leigos no campo político partidário? De que maneira os empresários do sisal reagiram frente a atuação política dos leigos na política partidária? E, quais as relações da hierarquia local com os mandatos políticos dos “Comunistas de Cristo” eleitos para o exercício legislativo?

Nesse sentido, o conflito no campo político possibilitou perceber as estratégias para consolidar a cultura católica no campo religioso coiteense e para robustecer a *Igreja Popular* na realidade eclesial católica local. É importante pensar que não foi apenas uma disputa no

campo político, mas inclui o campo religioso, pois os empresários da indústria do sisal eram católicos, inseridos nessa disputa pelo poder<sup>11</sup>. Eles obtiveram ajuda de setores da instituição religiosa, formulando estratégias para desativar as práticas religiosas, crenças e sistema de valores dos leigos assentados na TdL e, assim, fortalecer o pensamento da considerada ala “conservadora” da Igreja Católica.

Uma dessas estratégias, observada no discurso do Advogado Arivaldo Sacramento Filho, apresentador do programa *Dr. Ari, o advogado do povo* da Rádio Sisal 900 AM<sup>12</sup>, é advinda do próprio campo político, ao tentar macular a imagem dos leigos com a atribuição do rótulo de comunistas: “A Igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus, e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região. E não fazer daí um antro de comunistas, aí dentro desta Igreja” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992, p. 2). Entretanto, o discurso de *Dr. Ari* demonstrava como a presença de padres e leigos católicos nas discussões políticas se tornou um aspecto importante durante o embate eleitoral coiteense, ainda mais quando alguns leigos decidiram adentrar na política partidária e disputar os cargos eletivos com empresários da indústria sisaleira. Decerto, o propósito era desqualificar esses católicos e as suas ações pastorais na instituição religiosa perante a população coiteense, e, possivelmente, de justificar a necessidade de medidas repressivas contra as ações desses/as leigos/as na arena política. Em diversos momentos da realidade brasileira, a tentativa de despertar e jogar contra adversários a força da tradição anticomunista demonstrou uma notável capacidade de influir no jogo político (MOTTA, 2000).

Dessa maneira, a estratégia dos empresários do sisal em evocar a tradição anticomunista sob seus opositores, principalmente sob os católicos líderes do PT, compartilha de traços presentes no tradicional comportamento político brasileiro em que “por meio de representações e imaginários constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos” (MOTTA, 2013, p. 11) que influem nas decisões e ações políticas. A bem dizer, ao analisar o conflito entre os leigos católicos e os empresários sisaleiros foi observado nas ações do empresariado a influência da cultura política, ao apropriar um padrão de ação já inscrita na tradição brasileira, o anticomunismo, como uma estratégia, com maiores chances de sucesso para atenuar as forças

---

<sup>11</sup> Pensamos o termo *campo* a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, o qual compreende um campo como um espaço social de embates, disputas e rearranjos, estruturado historicamente, não estático, com posições que se diferenciam entre si, tendo uma distribuição desigual de bens e recursos escassos, cujos embates são realizados pelos agentes que ocupam as diferentes posições no dado espaço.

<sup>12</sup> Ao analisar as fontes dessa pesquisa, observamos que a Rádio Sisal 900 AM, principal veículo de comunicação da região sisaleira, propriedade de Hamilton Rios de Araújo, servia de espaço privilegiado para o grupo situacionista, os *Vermelhos*, divulgar seus feitos e atacar seus adversários, sendo uma extensão do palanque dos políticos *Vermelhos*, contribuindo para acirrar o choque entre *Vermelhos* e *Azuis*.

políticas dos leigos “progressistas”, que objetivavam combater práticas políticas como personalismo e clientelismo na sociedade coiteense.

Assim, o termo “Comunistas de Cristo”, incluído no título dessa pesquisa, parte dessa contextualização, em que os opositores às ações dos leigos, sobretudo os empresários do sisal categorizavam os católicos filiados ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité de comunistas. Ou seja, sob essa “pecha”, os/as leigos/as dirigentes do PT local foram categorizados por alguns segmentos dos *Vermelhos Conservadores* como comunistas, em razão de estarem vinculados, no espectro político, ao movimento das esquerdas, embora não fossem comunistas e nem se identificassem como tais.

Consideramos os/as leigos/as a serem investigados de católicos “progressistas”, que corresponde, segundo Scott Mainwaring (2004), a um setor da Igreja Católica, formado por movimentos leigos e integrantes da hierarquia, que busca ter uma visão de fé preocupada com os pobres e com a justiça social, e entende que a sua missão exige um envolvimento político. Contudo, apenas o grupo leigo desse setor “progressista” é objeto dessa análise, particularmente os que adentraram na política partidária e fundaram a executiva municipal do PT. Todavia, os acontecimentos do nosso presente nos instigam a refletir se o termo *progressista* dá conta de compreender as ações dos leigos católicos realizadas durante a denominada Nova República<sup>13</sup>, visto que esse termo foi bastante utilizado para classificar os setores da Igreja Católica que, durante a ditadura civil-militar, foram importantes opositores e defenderam uma agenda de envolvimento com a política e, no processo de transição democrática, através da CNBB.

Kenneth P. Serbin, na obra intitulada *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, analisa o diálogo estabelecido entre o episcopado da Igreja Católica e os militares durante o governo Médici, em encontros secretos conhecidos como a Comissão Bipartite, que “institucionalizara o diálogo precisamente quando a repressão e o conflito Igreja x Estado se aprofundavam..., a Bipartite representava em grande parte a continuidade e

---

<sup>13</sup> A Nova República está ligada ao processo de transição para um regime democrático com o fim da ditadura civil-militar em 1985, ano em que os civis assumiram novamente o poder, com a eleição de Tancredo Neves à presidência da República. Entretanto, a transição política foi feita sob a égide de um acordo político conservador, sob a tutela das Forças Armadas, que na essência mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. Renato Luís do Couto Neto Lemos argumenta que o governo da Nova República apresentou muitas continuidades em relação ao regime ditatorial, que se articularam com as mudanças operadas no seu transcurso. Assim, Renato Lemos problematiza esse marco final da ditadura, defendendo o ano de 1988 como a periodização mais adequada para o fim do regime político ditatorial, ano que teve início um novo regime constitucional, tratando-se, numa definição provisória, de uma construção híbrida, que combina, traços liberal-democráticos e democrático-autoritários (LEMOS, 2010, p.10). Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2018) defendem que o ano de 2016 demarca o final da Nova República, com a crise política que destituiu Dilma Rousseff da Presidência, encerrando o processo, marcado por tensões e lutas políticas, que começou com o processo de redemocratização do país após os anos da ditadura civil-militar.



inovação no relacionamento Igreja e Estado” (SERBIN, 2001, p. 413). Em suma, o autor lança reflexões em relação ao uso da dicotomia conservador *versus* progressistas para categorizar a atuação das lideranças católicas brasileiras:

Dom Eugênio e dom Paulo representavam, sem dúvida, duas estratégias diferentes em relação ao regime militar. Seria dom Paulo realmente mais eficiente? Ou será que os pesquisadores simplesmente deixaram de olhar mais de perto ao que os chamados conservadores faziam nessa época? Somente os progressistas podem defender os direitos humanos? Será a dicotomia progressista/conservador uma categoria adequada para análise da Igreja brasileira? (SERBIN, 2001, p. 57)

O autor supracitado entende, através da atuação das principais lideranças episcopais na Bipartite, Dom Eugênio de Araújo Sales e Dom Paulo Evaristo Arns, a análise da trajetória dos agentes católicos apenas sob a perspectiva da dicotomia conservadores *versus* progressistas como inadequada para compreender a atuação da Igreja Católica no Brasil, sobretudo a sua relação com o Estado autoritário. Nesse prisma, o artigo “*Eu ouvi os clamores do meu povo*”: *o episcopado profético do nordeste brasileiro*, de Iraneidson Santos Costa, traz uma abordagem significativa sobre a precisa qualificação dos líderes religiosos do ponto de vista ideológico, evidenciando uma gama variada de posições desses agentes, inclusive identificadas pelos próprios militares<sup>14</sup>, não apenas situadas nas duas posturas progressistas *versus* conservadores. Desse modo, ele torna questionável o uso desses conceitos e pouco operacional para a apreciação mais objetiva dos processos históricos, o que não significa o abandono dessas tipologias: “o que de resto comprometeria bastante o exercício de análises comparativas acerca da atuação da Igreja Católica em seu conjunto, apenas a ampliação do seu escopo” (COSTA, 2013, p. 1472).

Assim, será que essa dicotomia, conservadores *versus* progressistas, pode ser aplicada aos leigos que investigamos e nas atuais ações políticas da Igreja Católica, visto que, dentre os cardeais que se reúnem com o Papa, considerados de comunistas pelo governo atual e por alguns fiéis católicos de direita, são considerados alinhados com o pensamento da direita brasileira? Por outro lado, somente os “conservadores” são os fiéis defensores da doutrina católica, pelo fato de não compreenderem que sua fé perpassa pelo político? Tais indagações permearam o processo investigativo desta tese e possivelmente lançará novos problemas ao analisarmos outras fontes.

---

<sup>14</sup> Iraneidson Costa apresenta a partir de um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, intitulado “Quadro Sinótico: correntes e linhas do Clero”, que o aparato repressor dos militares categorizava o clero em Conservadores *versus* Reformistas, subdividindo estes últimos em Progressistas *versus* Pastoralistas.

Compreendendo esse debate, cada vez mais, presente na historiografia da Igreja Católica no século XX, não consideramos os conceitos *progressistas* e *conservadores* como únicos para a análise das relações de poder dentro da Igreja Católica, como também nas relações institucionais com a sociedade brasileira. Dessa maneira, adotamos o termo “progressista” para tipificar os setores leigos católicos que adentram na política partidária, pelo fato deles indicarem a ação da TdL e a experiência do setor “progressista” durante a ditadura civil-militar como inspiradores para as suas atuações, bem como pela defesa do modelo de *Igreja Popular* na realidade eclesial católica em Conceição do Coité.

Além disso, utilizamos esse termo em decorrência dos seus movimentos serem aqueles que, publicamente, defendiam a necessidade da participação política da instituição religiosa e dos católicos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os leigos se opuseram ao pensamento do clero e de movimentos “conservadores”, que defenderam um distanciamento da Igreja Católica do campo político, consistindo em permitir discussões em ritos e reuniões apenas nas decisões políticas que afetassem a doutrina institucional.

Cabe salientar que tanto os *conservadores* quanto os *progressistas* defendem que o exercício da política partidária deverá ser realizado pelos leigos, faz parte do seu apostolado, todavia ambos possuem pensamentos distintos em relação de como deve ser a atuação dos leigos na arena política. Entretanto, compreendemos que ao defender a participação política dos seus leigos, ambos recorrem ao pensamento religioso para legitimá-la e torná-la hegemônica na sociedade e, especialmente entre os seus fiéis. As fontes possibilitam perceber que até os ritos das celebrações religiosas contribuam para a legitimação do político como ação evangelizadora.

Os agentes religiosos, que são tipificados de “conservadores” nessa investigação, se situam no sentido de criticarem o modelo de *Igreja Popular* e/ou defenderem um modelo institucional legitimador das condições dominantes de poder, assumindo, em alguns momentos, uma condição de subserviência ao poder político. Assim compartilhamos do entendimento de Rubem Alves (2005), em *Religião e repressão*, ao analisar um comportamento conservador no protestantismo pela “relação entre a instituição e seus fiéis, de um lado, e a realidade política, de outro, expressando-se pela legitimação das condições dominantes de poder, que são assim sacralizadas, e pela ausência de qualquer crítica de tipo profético” (ALVES, 2005, p. 48).

Nessa pesquisa, utilizamos o termo ditadura civil-militar por compartilhar de uma recente historiografia que compreende a manutenção dos militares no poder, ao longo de 21 anos, não ter sido exclusivamente por meio da repressão, da censura e da prisão política, mas também pelo apoio social e político, ou seja, parcelas da sociedade civil contribuíram na

legitimação da ditadura, para além dos segmentos empresariais, sobretudo a classe média (ROLLEMBERG, 2006). Ao mesmo tempo, há um crescimento de estudos historiográficos sobre a memória social das sociedades latino-americanas, recém-saídas de uma ditadura, nas quais evidenciam as tendências dessas sociedades se refugiarem apenas na posição de vítimas inocentes e/ou de resistente em face do governo autoritário.

Segundo Bruno Groppo, tais *mitos* conduzem “a ignorar ou subestimar a aptidão dos fenômenos de colaboração, de consentimento e de adesão (voluntária ou oportunista) e apresenta comportamentos de minorias dissidentes e de resistentes como se houvesse sido aquela sociedade inteira” (GROPPO, 2015, p. 42). Ademais, dividir a sociedade em duas grandes categorias, as vítimas, de um lado, e os culpados, de outro, é uma visão que comporta muitos perigos (GROPPO, 2015). Em contrapartida, não há consenso na pesquisa historiográfica sobre o uso do termo ditadura-civil militar para conceituar esse período de profunda ruptura na história política do país, mas:

identificar as teias de relações entre civis e militares durante 21 anos de ditadura e no momento da transição política pode elucidar um presente em que todos pretensamente se dizem “democráticos”, promovendo o esquecimento da violência política e social, pactuando com vários setores uma adequação aos novos tempos (CARDOSO; CARDOSO, 2017, p. 15).

Dentre essa historiografia, os estudos de Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (2014); Denise Rollemberg (2006); Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2015); Lucileide Costa Cardoso (2012); e Janaína Martins Cordeiro (2015) contribuíram para o entendimento de que o regime político implementado a partir de 1964 se configurou como uma ditadura civil-militar, como também, para o entendimento de que as disputas pelo poder local entre os empresários do sisal em Conceição do Coité e as estratégias para a manutenção de grupos políticos ligados aos interesses desses empresários com outros segmentos sociais e políticos são observadas como ações políticas de sustentação, consentimento e adesão à ditadura nessa região. A ferramenta de sublegendas no sistema bipartidário implementado pelo governo autoritário foi um importante espaço de acomodação das diversas elites locais e oportunizou a continuidade das rivalidades pelo poder local. Esse mecanismo garantiu, apoiado em uma base oligárquica, amplo respaldo social em uma ditadura, evidenciando a complexibilidade da ditadura civil-militar brasileira (GRINBERG, 2009).

Dito isto, as práticas dos leigos são analisadas por esta investigação a partir das categorias de *estratégia* e *tática* formuladas por Michel de Certeau (2014), especialmente a última. Certeau discute essas categorias em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (2014), identificando dois tipos de comportamentos ao tratar do cotidiano das sociedades ditas

“submissas”: *estratégia*, concebida como lugares de operação, a fim de expressar ou sancionar a ordem dominante, através de práticas organizadoras das instituições normativas de uma sociedade; e *tática*, concebida como os modos de fazer e sobreviver daqueles desprovidos de um lugar próprio de operação, ligada à cultura do dominado, sendo ações fragmentárias e dependente de oportunidades para serem executadas.

Certeau (2014) formula essas categorias para dar conta da tensão entre o dominante e o dominado. Elas estão vinculadas às práticas culturais, que representam os modos de vida, nas quais as atitudes ou normas de convivência estão presentes, e demonstram formas de sobrevivência das manifestações sociais. Nesse sentido, as táticas empreendidas pelos leigos são entendidas como práticas de resistências, de defesa dos seus ideais e modos de praticarem sua fé, frente às estratégias elaboradas pelo clero para normatizar e organizar as práticas religiosas dos fiéis na instituição religiosa, como também para perpetuar seu lugar próprio de poder, “pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho” (CERTEAU, 2014, p. 45).

Os leigos investigados eram engajados em movimentos da Igreja Católica, principalmente vinculados ao Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC), que refletiam as diretrizes propostas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>15</sup>, pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas em Medellín e Puebla<sup>16</sup> e pela espiritualidade da Teologia da Libertação. Assim como eles estavam associados às comunidades eclesiais da zona rural, que, na Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, foram fomentadas pelos incentivos da hierarquia local<sup>17</sup>, em consonância com o Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja do Brasil<sup>18</sup>. Contudo, na realidade coiteense, essas comunidades estavam distantes da natureza das CEBs.

A atuação pastoral desses católicos, juntamente com padres e freiras que chegaram à paróquia em 1989, contribuiu para a configuração de um catolicismo mais preocupado com a

---

<sup>15</sup> O Vaticano II foi um Concílio Ecumênico realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965, em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI.

<sup>16</sup>Essas duas conferências foram realizadas pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). A II Conferência de Medellín, em 1968, representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade da América-Latina. A III Conferência de Puebla de Los Angeles, em 1979, foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres. (BETTO, 1979).

<sup>17</sup> O Padre José Antonio Reis, que permaneceu na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité entre os anos de 1973 e 1989, fomentou com lideranças pastorais a criação de diversas comunidades eclesiais pelo município.

<sup>18</sup> O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) foi um plano de trabalho em comum para o conjunto da Igreja no Brasil com o intuito de atualizar o Vaticano II frente aos desafios e necessidades da realidade brasileira. Ele foi aprovado no último período conciliar, em 1965, em Roma. Este plano estimulou a difusão das CEBs, em um lento processo de desclericalização das estruturas eclesiais, com maior participação e protagonismo dos leigos. (BEOZZO, 2005).

dinâmica das relações sociopolíticas, um catolicismo característico da *Igreja Popular* que “não se preocupa em desfrutar de influência entre as classes dominantes, pelo contrário, procura ser ‘Igreja pobre, dos pobres’” (MAINWARING, 2004, p. 33). Destarte, compartilhando da *espiritualidade da libertação*<sup>19</sup>, responsável pelo engajamento de setores da Igreja Católica na participação popular, alguns desses leigos, sendo eles professores das escolas estaduais do município, trabalhadores autônomos, servidores da administração pública e jovens estudantes, se aproximaram da perspectiva “progressista” da Igreja Católica e buscaram ter uma participação político-partidária, como relata uma de suas lideranças, Joilson Marcos Cunha Araújo:

Na época, saímos do Cursilho com o gesto concreto de começar a buscar mudanças na política partidária do município de Conceição do Coité, a termos um instrumento, um partido para a gente militar, porque senão a gente iria apenas ficar no estudo, na vontade. Entendemos que a ferramenta era um partido. A gente começou a buscar qual partido teria sintonia com a nossa crença, nossa fé e possuísse a dimensão da cara dos excluídos. Depois de analisar, a gente percebeu que o Partido dos Trabalhadores era aquele que representaria os nossos anseios, mesmo porque ele também foi criado por intelectuais, educadores e membros das Comunidades Eclesiais de Base, no período de Dom Evaristo Arns e Dom Cláudio Hummes, com todo aquele envolvimento no ABC paulista. A gente percebeu que o PT se adequava a nossa caminhada, então nosso gesto concreto foi fundar o Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité em 1986. (ARAÚJO<sup>20</sup>, 60 anos, 2021).

Dessa maneira, os leigos fundaram o PT<sup>21</sup> local, em 1986. Sob essa legenda, os “Comunistas de Cristo” adentraram na disputa pelo poder político coiteense, campo em que os empresários sisaleiros tinham plena hegemonia, e foram considerados, por partes da população, de comunistas. O processo de desenvolvimento industrial do sisal e a implementação da ditadura civil-militar no Brasil oportunizaram o fortalecimento de uma poderosa elite econômica regional, ligada ao processo de exportação da fibra sisalana<sup>22</sup>, no poder político

<sup>19</sup> Segundo Lowy (1991), esse conceito define o grande espectro de movimentos ligados a setores significativos da Igreja e de ideais da Teologia da Libertação que, em 1960, aproximou-se de movimentos de esquerda da América Latina e do Brasil. Desse modo, compreendemos o termo *espiritualidade* uma expressão identitária pessoal ou para um grupo de crentes, a qual evidencia uma pluralidade de manifestações do religioso em contraponto a uma experiência religiosa institucional, organizada e tradicional, mas que integra a diversidade da experiência humana (HILL et al, 2000).

<sup>20</sup> Joilson Marcos Cunha Araújo. 60 anos. Analista judiciário e membro fundador do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em 30 de janeiro de 2021.

<sup>21</sup> A aproximação desses católicos com o PT pode ser entendida ao analisar o estudo de Machado sobre a participação de setores católicos na formação do PT, na grande São Paulo (MACHADO, 2010); e a investigação desenvolvida por Leandro de Aquino Mendes sobre a aproximação entre o PT e a Igreja Católica em Montes Claros – Minas Gerais (MENDES, 2010).

<sup>22</sup> As folhas do sisal produzem uma fibra altamente resistente que é utilizada para produzir artesanatos, vassouras, sacos, bolsas, chapéus, barbantes, cordas, capachos e tapetes, bem como na fabricação de celulose para a produção

local. De tal modo, a partir da década de 1970, os principais grupos políticos dominantes de Conceição do Coité foram liderados por homens que enriqueceram com a industrialização da fibra sisaleira e disputaram, com grandes comerciantes e renomados médicos, o poder político local, alcançando amplas vitórias nos pleitos.

Nesse contexto, dois empresários do sisal despontaram no cenário político coiteense, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que, “colhendo os louros” do sisal, se tornaram os maiores proprietários, negociantes e industriais do sisal, e assim investiram nas suas carreiras políticas. Com a implementação do bipartidarismo que interrompeu a liberdade partidária, a consolidação dos grupos políticos ligados aos empresários do sisal no campo político dessa região foi viabilizada, visto que essa elite, para se conservar no poder e continuar ditando as regras do jogo político local, se filiou à Aliança Renovadora Nacional (Arena), principal base de sustentação da ditadura, e se acomodou nas sublegendas do partido do governo: Arena 1 e Arena 2. Por outro lado, essa elite local, como em outras regiões do país, representou uma garantia de legitimidade ao poder central, pois oferecia fidelidade ao poder maior em troca da preservação de seus interesses, sendo provas evidentes disso “as vitórias eleitorais sucessivas e ampliadas ao longo da ditadura dos candidatos da Arena” (LEMENHE, 1995, p. 29).

Nas bases do governo autoritário, os empresários sisaleiros conseguiram limitar o campo de atuação político-partidária e aglutinar outras lideranças políticas sob seu mando. Dessa forma, as disputas pelos cargos políticos restringiam-se aos *homens do sisal* e aos seus correligionários; assim a política coiteense estava dividida entre dois grupos rivais da mesma base governista. As semelhanças nos perfis político-ideológico desses empresários do sisal evidenciavam que “as disputas se davam dentro de um mesmo campo ideológico, só havendo uma separação dos candidatos em seu âmbito pessoal” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Por conseguinte, como salienta Maria Auxiliadora Lemenhe (1995), devido à ausência de polarização ideológica entre os partidos e nas circunstâncias de interesses pouco diferenciados, ocorreu um agravamento da condição personalista no poder.

O agravamento do personalismo na política coiteense limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política e seu verdadeiro significado. Como também fortaleceu uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha, e a utilização da violência

---

de papel Kraft (de alta resistência) e outros tipos de papel fino (para cigarro, filtro, papel dielétrico, absorvente higiênico, fralda etc) (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005). Além dessas aplicações, há possibilidade de utilização da fibra na indústria automotiva, de móveis, de eletrodomésticos, de geotêxteis (proteção de encostas, na agricultura e revestimento de estradas), na mistura com polipropileno, em substituição à fibra de vidro (composição de objetos plásticos) e na construção civil (SILVA, 2010, p. 27).

como uma ação legítima do jogo eleitoral. As engrenagens desse sistema político adquiriram nuances tão peculiares nessa região que a identificação dos grupos locais foi acentuada por meio da simbologia das cores, um “verdadeiro folclore eleitoral”: *Azuis* (Arena 1) e *Vermelhos* (Arena 2). Com o processo de redemocratização, essa ordem não se alterou, houve continuísmos e adaptações desses grupos nos espaços políticos.

Primeiramente, os dois grupos seguiram a orientação dos setores governistas e se filiaram ao Partido Democrático Social (PDS), organizando-se em sublegendas: PDS-1 (*Vermelhos*) e PDS-2 (*Azuis*). Após o acirramento das disputas eleitorais e o desgaste político enfrentado pelo PDS, os *Azuis* migraram para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Liberal (PL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e os *Vermelhos* filiaram-se no Partido de Frente Liberal (PFL) e no Partido Progressista Brasileiro (PPB). Este último exerceu durante mais de 30 anos a hegemonia no poder local, sob a liderança de Hamilton Rios de Araújo, consolidando-se como chefe político dos *Vermelhos*; já a liderança dos *Azuis* estivera sendo disputada pelo Médico Ildebrando Iêdo Araújo Cirino e Misael Ferreira de Oliveira na transição política, mas concretizou-se em torno do empresário sisaleiro, Misael Ferreira de Oliveira. Em razão da cor vermelha ser associada, no espectro político e simbólico, ao comunismo e à esquerda política, categorizamos o grupo político liderado por Hamilton Rios de *Vermelhos Situacionistas* ou *Vermelhos Conservadores*.

A permanência de uma cultura política característica do período autoritário, no qual *Azuis* e *Vermelhos* foram constituídos, após a retomada do regime democrático e a uma intensa mobilização da sociedade civil para garantia de direitos sociais e para um ativismo na política, era entendida, segundo os católicos “progressistas”, como um grande retrocesso. Por isso, os leigos compreendiam que era necessário consolidar entre os coiteenses, principalmente nos períodos eleitorais, valores e comportamentos ligados à cultura política democrática, aos ideais compartilhados pela *Constituição Cidadã* de 1988. A própria participação deles na política partidária seria uma maneira de buscar robustecer tal cultura em Conceição do Coité, como salienta uma de suas lideranças, Arivaldo Ferreira Mota:

A situação de perseguição empreendida pelo grupo que dominava em relação a transferir médicos e professores para cidades distantes, inclusive teve gente que foi para Paulo Afonso, Euclides da Cunha e Ribera do Pombal. Então, depois disso [...] me deu, como diz, um sinal a mais, uma luz amarela para a fundação de outro partido. (MOTA<sup>23</sup>, 69 anos, 2021).

---

<sup>23</sup> Arivaldo Ferreira Mota. 69 anos. Aposentado e membro fundador do PT. Depoimento concedido em: 21 de junho de 2021.

Nessa perspectiva, os leigos entendiam que agir politicamente significava agir sobre uma cultura política (ALMEIDA, 2010), buscando mudanças na maneira pela qual a política era vivenciada em Conceição do Coité, especialmente no período eleitoral, em que o voto era moeda de troca e a violência era legitimada aos opositores do projeto político hegemônico. Dito isto, essa proposta de pesquisa não analisa a noção de cultura política presente na sociedade coiteense a partir de sua afinidade ou não com a democracia, e nem em relação ao desenvolvimento econômico, mas conforme os estudos de Serge Berstein (1998), que assinala que o “ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade” (BERSTEIN, 1998, p. 157). Nesse sentido, a compreensão da cultura política, através desses valores e crenças compartilhadas, “é fazer uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo” (DUTRA, 2002, p. 24)

Com base nesse entendimento, Angela de Castro Gomes (2005) destaca que apesar da complexidade e heterogeneidade desse “sistema de representações”, essa noção de cultura política “é capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo” (GOMES, 2005, p. 31). Assim, evidencia-se o caráter múltiplo das culturas políticas “cujos territórios são demarcados por limites que correspondem às normas e aos valores compartilhados” (DUTRA, 2002, p. 25), mesmo que em um dado momento uma seja dominante. A integração e a transmissão das culturas políticas são feitas a partir de múltiplos canais, elas surgem e se transformam em virtude, dentre outras coisas, dos processos de socialização, sendo que os canais de socialização da política tradicional são, por exemplo: a família, a escola, o liceu, a universidade e os diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viverem (BERSTEIN, 1998, p. 356).

Na perspectiva dos processos de socialização, portanto, pode-se analisar a atuação política desses leigos, carregada de valores e símbolos religiosos, no jogo político-partidário, permeado por intensos embates e tramas, também, como uma maneira de fortalecimento e gestação de uma cultura política. Os movimentos leigos, como tais, são lugares cívicos, extremamente ricos, pois eles encarnam-se em ações concretas desenvolvidas em comunidade (COUTROT, 2003), logo, perceber a experiência dos leigos na Igreja Católica e no partido, no sentido dessa socialização, “implica tanto numa afirmação e legitimação de uma cultura política preexistente, quanto permite o seu questionamento e, inclusive, a forja de uma nova proposta, na medida que permite a discussão da mesma” (MARINHO, 2014, p. 10).



A presença desses católicos “progressistas” no campo político é significativa para perceber a atuação da *Igreja Popular* na Bahia, no período em que os setores conservadores da Igreja Católica assumiram espaços centrais de poder da instituição, como, por exemplo, a CNBB. Esses setores possibilitaram a expansão da espiritualidade pentecostal<sup>24</sup> e minimizaram as ações da *espiritualidade da libertação* em muitas dioceses e paróquias. Ademais, a atuação da *Igreja Popular* é relevante para conhecer a mobilização empreendida pelos leigos para uma maior participação popular nas decisões sociopolíticas e no esforço para modificar condutas políticas, que, segundo eles, não condiziam com o sistema democrático. Assim, eles se empenharam para minimizar uma estrutura política de mando que se adaptou às transformações socioeconômicas e político-institucionais que o país e o Estado sofreram a partir da redemocratização. Ao mesmo tempo, os leigos tentaram reforçar os ideais da *Igreja Popular* e atenuar o avanço de movimentos espiritualistas católicos na comunidade, sendo reportada pelos empresários do sisal diante da disputa pelo poder político.

A perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa compartilha dos pressupostos adotados pela nova abordagem da historiografia política<sup>25</sup>, a qual “adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso” (COUTROT, 2003, p. 356). Essa abordagem compreende que, por trás do fato religioso, se “reconhece uma dimensão social, que nas expressões religiosas pode-se encontrar a presença do político e, ainda mais, que as motivações religiosas podem de algum modo influenciar a vivência política de uma sociedade” (NUNES, 2016, p. 11).

Nesse sentido, a relação entre cristianismo e política “reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço comum com a sociedade política”(COUTROT, 2003, p. 334), assim elas difundem ensinamentos além das ciências do sagrado, “nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho” (COUTROT, 2003, p. 334), fazendo parte do mesmo tecido político, no qual o religioso informa em grande medida o político e, também, o político estrutura o religioso.

---

<sup>24</sup> Analisando o registro das investigações psicossociológicas de Jean-Marie Donégani, Aline Coutrot (2003) apresenta que essa espiritualidade é uma das correntes mais frouxas da identidade cristã, pois associa ao Espírito todo um simbolismo que traduz valores e atitudes específicas em relação ao mundo.

<sup>25</sup> Nesta *nova* abordagem, o estudo do político é entendido não apenas em seu sentido tradicional, relacionado com o Estado e os grandes líderes, mas, como destaca Francisco Falcon (1997), em nível das representações, dos imaginários sociais, da memória, das mentalidades, bem como as diversas esferas do exercício do poder. Para René Rémond (2003), a história política, a partir da análise dos jogos de poder, seria imprescindível para a compreensão do todo social, o político é uma modalidade da prática social, é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. Exige ser inscrita numa perspectiva global, apropriando-se de métodos e teorias desenvolvidos também por cientistas políticos, uma renovação através de novas abordagens, objetos e problema.

Nesta concepção, onde os estudos do político são pensados não mais com as características da história tradicional, mas com outros objetos, novas abordagens e abertos para problemáticas antes não vislumbradas, a perspectiva temporal desta pesquisa está assentada nos procedimentos teórico-metodológicos da história do tempo presente, visto que nosso objeto está circunscrito numa temporalidade recente e se articula com um vasto recurso documental. E, de forma complementar, com a história oral, pois a história do tempo presente é uma perspectiva temporal por excelência dessa história (AMADO; FERREIRA, 2006); assim o movimento de renovação da história política prestou importante papel para o desabrochar da história do tempo presente e da história oral na produção historiográfica. É evidente que as noções de história do tempo presente e de história oral são ainda controversas, todavia é percebido que há um consenso no meio acadêmico de classificar a história oral como uma metodologia de pesquisa, sendo ela dependente da memória; e é compreendido que a história do tempo presente não seria “um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7).

Dessa forma, compreende-se que a história do tempo presente não é sinônimo de história oral, e nem ambas são sinônimas de memória, mas as duas mantêm uma profícua conexão com ela. Em especial, com a memória coletiva, que não é a simples sobreposição de memórias individuais, mas “um campo discursivo e de força em que essas memórias individuais se configuram” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 204). A noção dessa memória se constitui de maneira mais clara a partir das representações do passado “observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele” (ROUSSO, 2006, p. 95).

A história do tempo presente por ser “a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos” (ROUSSO, 1996, p. 63) é uma história – como também a história oral – “sob vigilância”, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem ou o perigo de se tomar o discurso testemunhal como uma verdade inquestionável, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre história e memória. (DOSSE, 2012), sendo elas de natureza distintas. A memória é constituída por variadas temporalidades que coexistem se inter-relacionando, ela é um fenômeno sempre atual (NORA, 2003).

Dito isto, as fontes orais presentes nessa pesquisa serão observadas a partir desses pressupostos elucidados, não que a função de testemunha, presente nos campos historiográficos que orientam essa pesquisa – a história oral e a história do tempo presente –, seja diferente

daquela que é atribuída na historiografia em geral, visto que até nos testemunhos históricos, presentes nos documentos e nos arquivos, está incluído *elementos incontrolados* (GINZBURG, 2007, p. 11). Assim, trabalhamos com os registros, orais e escritos, sem hierarquizá-los, e sem a noção que uma substitui a outra, elas são complementares, “há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas” (GARRIDO, 1993, p. 39-40).

Desse modo, tais pressupostos estiveram presentes na análise das literaturas memorialísticas sobre Conceição do Coité, realizadas por escritores locais, considerados memorialistas, pois em suas obras, produzidas na segunda metade do século XX, eles trataram de aspectos históricos da cidade, considerando os vetores da memória (lembranças pessoais, valores e costumes herdados e transmitidos). A leitura das obras memorialísticas, juntamente com o vasto arsenal de jornais impressos, possibilitou compreender o cenário político-econômico de Conceição do Coité, evidenciando tramas políticas e um discurso regionalista, elaborados pelos sujeitos que conseguiram maiores benefícios econômicos e políticos com o cultivo do sisal nessa região.

Essa perspectiva está igualmente presente nas fontes oficiais, produzidas pelos poderes legislativo, religioso e judiciário do município, que foram significativas para a compreensão das estratégias empreendidas pelos grupos políticos hegemônicos na disputa pelo poder político local. As Atas das Sessões da Câmara Municipal, como também os periódicos e processos crimes, evidenciaram as adesões, oposições, dissidências e adaptações dos representantes das agremiações locais aos projetos políticos do executivo municipal, estadual e nacional, bem como suas negociações e conflitos com os agentes religiosos da instituição católica. Tais reverberações dessas relações foram percebidas na documentação presente no arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité como, por exemplo, o Livro de Tombo, cartas pastorais, ofícios recebidos e expedidos e registros audiovisuais.

Esses documentos, principalmente o Livro de Tombo, foram fontes fecundas para o estudo, por apresentarem as ações religiosas realizadas pelo clero e leigos, bem como as relações tecidas entre o clero e os políticos. Ademais, as fontes audiovisuais e imagéticas evidenciaram as táticas estabelecidas pelos “Comunistas de Cristo” para o fortalecimento do modelo de *Igreja Popular* na realidade eclesial coiteense e da agremiação fundada por eles no campo político local. Além disso, essas fontes apresentam as reações dos grupos hegemônicos provocados pela inserção dos “católicos progressistas” no cotidiano da política coiteense, especialmente durante as campanhas eleitorais, pois elas revelam “a entrada em operação de

estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião” (RÉMOND, 2003, p. 49)

O cruzamento dessa gama de fontes possibilitou perceber, além dos objetivos referidos, alguns problemas e comportamentos políticos da sociedade coiteense, que influenciaram na inserção dos leigos católicos na disputa política local, mas, sobretudo, a adequação entre a imagem que eles transmitiam de si mesmos e as aspirações de uma parte da população que aceitou ou recusou, como solução para os problemas que ela percebia e enfrentava, a mediação política proposta pelos agentes religiosos (BERSTEIN, 2003, p. 67-68). Os caminhos teórico-metodológicos que nortearam o manejo e interpretação das diversas fontes que orientam essa pesquisa estão diluídos nos capítulos que estruturam a tese, logo, em cada capítulo, um conjunto de fontes responsável pela sua construção foram discutidos, apresentando a natureza e os cruzamentos realizados.

O objeto investigado, as disputas entre “Comunistas de Cristo” e empresários do sisal pelo poder político em Conceição do Coité, é moldado no interior das facetas do político, e a sua relação com o religioso, visto que a religião amplia o campo de intervenção do político e diversifica suas formas de ação (COUTROT, 2003). Essa compreensão não significa que este objeto esteja engessado e limitado nas teias da história política, mas é exigido que ele seja inscrito numa perspectiva global, diferente da noção de totalidade, apropriando-se de métodos e teorias desenvolvidas também por outros campos de conhecimento (RÉMOND, 2003). Esta perspectiva é salientada por Margareth Rago (1999) ao afirmar que a própria busca da interdisciplinaridade leva a uma redefinição dos modos de operação intelectual, aspecto importante na ampliação do ofício do historiador e na “preocupação de captar mais integralmente os fenômenos históricos e as ações individuais ou coletivas na trama de complexas relações sociais” (RAGO, 1999, p. 92).

Entretanto, ao analisar a relação do catolicismo com a política, reconhecemos que a Igreja Católica é uma instituição. A partir dessa noção, apresentada por Mainwaring (2004), entendemos que a tendência da Igreja Católica em proteger os seus interesses organizacionais é um elemento chave do envolvimento dela com a política, porém não concebemos o prisma das mudanças e uma esquerdização dos segmentos católicos sob uma visão reducionista de uma atitude institucional em defesa dos seus interesses de sustentar o seu controle e influência sobre a sociedade, mas a partir de uma conjuntura impulsionada por distintos agentes religiosos, tanto na base quanto na hierarquia, que anterior ao Vaticano II, possuíam formulações mais avançadas e aspiravam novos ares na instituição (JESUS, 2016). Ademais, por percebermos que setores do episcopado estiveram dispostos a colocar em risco a estabilidade institucional

em nome da justiça, caso avaliassem que a mesma estivesse ameaçada por um regime político específico (COSTA, 2013, p. 1472).

Compreendemos que os conflitos entre as diferentes concepções dos objetivos institucionais da Igreja Católica revelam que coexistem diferentes modelos de *ser Igreja* nessa instituição, vivenciados e defendidos pelos indivíduos que a constitui. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, “a adoção de um determinado propósito pode ser vista como absolutamente essencial ou como errôneo” (MAINWARING, 2004, p. 19), portanto, as ações da Igreja Católica refletem os conflitos políticos e preferências valorativas dentro da instituição e a sua intervenção na política depende fundamentalmente da maneira pela qual ela compreende a sua missão religiosa<sup>26</sup>.

Por outro lado, Scott Mainwaring (2004) menciona que os conflitos entre diferentes setores eclesiais não são diretamente antagônicos e nem são totalmente conscientes a buscarem hegemonias, mas ocorrem através das tentativas de cada grupo estabelecer sua percepção da missão da Igreja como sendo a mais apropriada. Os conflitos políticos afetam uma concepção de fé, visto que as práticas sociais e as identidades institucionais se modificam, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender na realidade: “se uma organização ou movimento religioso acredita que sua missão exige um movimento político, os conflitos políticos afetam a sua concepção de fé. Então, a análise de mudança institucional requer um enfoque mais amplo do processo político” (MAINWARING, 2004, p. 25).

Delgado e Passos (2009) argumentam que os processos de mudança no catolicismo, no sentido de maior aproximação das camadas populares e dos grupos que se empenharam por transformações sociais, trata-se de um movimento dialético e não-linear. Os sinais da relação de diálogo com a sociedade são decorrentes do envolvimento e da militância “de alguns membros do catolicismo em diversas áreas da sociedade [...]. Com isso, a mediação das relações não se dá, somente, em nível institucional, como nos períodos anteriores, mas na própria realidade social” (DELGADO; PASSOS, 2009, p. 97-98).

No Brasil, esse processo ocorreu no final de 1950 e no início de 1960, tendo como marcos: a mudança da orientação da Ação Católica<sup>27</sup> sob a influência do pensamento de Jacques

---

<sup>26</sup> Coutrot (2003) se aproxima desse entendimento, ao analisar que a existência de subculturas cristãs ou modelos de crença dentro de uma própria Igreja, que veiculam diferentes concepções de sociedade, predis põem os fiéis a realizarem determinadas escolhas sociais e políticas.

<sup>27</sup> A Ação Católica, movimento leigo oriundo da Itália no final do século XIX, foi criada no Brasil em 1920, por D. Sebastião Leme, estimulado por Pio XI. Dependente da hierarquia, este movimento conservador visava cristianizar diversos segmentos da sociedade brasileira, sobretudo a elite. Entre 1946 e 1950, o movimento se tornou mais autônomo e passou a ter maior envolvimento com movimentos universitários e de esquerda (MAINWARING, 2004).

Maritain<sup>28</sup>, dos teólogos europeus, como Lubac, Chenu, Congar<sup>29</sup>, e do movimento de Economia e Humanismo do Padre Lebre<sup>30</sup>; e, como destaca Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979), pela ação de um grupo do episcopado chamado de “progressista”. Esse processo também esteve ligado às questões trabalhistas no período de Getúlio Vargas, no contexto de polarização da sociedade civil brasileira nos meados de 1960, e na crise do capitalismo internacional, que repercutiu nos países da América Latina.

Ao analisar essa evolução político-religiosa da Igreja Católica na América Latina, Bruneau e Hewitt (1992) ponderam que a aproximação da Igreja às questões sociais foi consolidada pelas tendências teológicas na Igreja universal e regional, que culminou com o Concílio Vaticano II (1962-1965) e na reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Medellín (1968). Eles destacam que, no Brasil, o principal veículo dessa mudança foram as ações da CNBB. Essa última, por sua vez, comandada por um clero “progressista”, promoveu no cenário brasileiro programas sociais de implicações políticas. Outro componente importante dessa ação na América Latina, analisado por Lowy (1991), foi o engajamento de cristãos aos ideais marxistas, possibilitado pelo surgimento da Teologia da Libertação. Segundo o autor, sem a prática desse cristianismo para a libertação não se pode compreender fenômenos sociais e históricos tão importantes, quanto a escalada da revolução na América Central ou a emergência de um novo movimento operário no Brasil.

Mainwaring (2004) salienta que o desenvolvimento da corrente libertária foi possibilitado graças às reflexões de vanguarda dos jovens da esquerda católica sobre a especificidade da fé católica no Terceiro Mundo. Esses jovens “não reduziram a fé à ação política, nem colocaram Marx à frente de Cristo, mas, de fato, acreditaram que a fé exige um compromisso de criar um mundo mais justo” (MAINWARING, 2004, p. 94). Por outro lado, Amaral (2006) argumenta que esse processo de mudanças políticas na Igreja Católica foi possível pela ideia messiânica, pela burocratização da Igreja e pela relação entre laicato intelectual e sacerdotes. A visão de libertação desses grupos, segundo Bento (1999), do ponto de vista político e econômico, era, sobretudo, a libertação do capitalismo, logo, esse ponto de

---

<sup>28</sup> Jacques Maritain nasceu em Paris, no dia 18 de novembro de 1882, e faleceu em abril de 1973, em Tolosa. Ele foi um filósofo francês de orientação católica, suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

<sup>29</sup> Esses teólogos lideraram alguns movimentos teológicos que surgiram entre a I e a II Guerra Mundial, movimentos que propunham reformas na Igreja antes do Vaticano II. Lubac, Chenu e Congar foram atuantes teólogos do Vaticano II, apesar de terem sido censurados durante o magistério de Pio XII. (CODINA, 2013).

<sup>30</sup> Esse movimento foi criado em 1940, na França, pelo Padre Louis-Joseph Lebre, economista e dominicano, em face da ocupação fascista, que propunha um pensamento político não só antifascista, mas abertamente anticapitalista e anti-imperialista. Padre Lebre estabeleceu relações estreitas com o Vaticano durante o Concílio, sendo convidado pelo papa Paulo VI a redigir o texto da encíclica *Populorum Progressio*, promulgada em 1967 (BOSI, 2012).

convergência com os conceitos marxistas custou uma considerada retaliação de setores eclesiásticos conservadores, que entenderam o movimento como uma heresia que se expõe aos desvios da fé.

Em contrapartida, os autores referidos identificam que, apesar dessa contraofensiva dos setores conservadores frente às ações progressistas da Igreja, essa corrente libertária alcançou, ao longo das décadas de 1960 e 1980, amplos espaços de atuação na instituição, e possibilitou, segundo Jeffrey Klaiber (1997), que a Igreja assumisse um importante papel de liderança contra os regimes ditatoriais presentes nos países latino-americanos. A atuação dessa Instituição favoreceu e legitimou em muitos países a formação de oposições políticas e alternativas para a retomada da democracia. No caso do Brasil, esse fortalecimento aconteceu antes do Vaticano II, com o deslocamento de alguns setores progressistas da hierarquia para importantes dioceses do quadro nacional, mas, sobretudo, pela criação da CNBB, em 1952, e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1955, foram organismos catalizadores dessa nova política da Igreja.

Dito isto, a delimitação temporal dessa pesquisa tem como marco inicial o ano de 1970, em razão das seguintes transformações: (1) no cenário político-partidário, com a reorganização das elites sisaleiras em torno de novas lideranças nas agremiações locais, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que consolidaram o campo político coiteense pela simbologia das cores, tessitura na qual os “Comunistas de Cristo” teceram relações políticas anterior à fundação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores; bem como pelo processo eleitoral desse ano demarcar a compreensão dos grupos políticos sobre o mecanismo de sublegendas presente no sistema bipartidário, possibilitando não apenas alinhamentos com as diretrizes políticas dos militares, mas a autonomia dos grupos no jogo político; (2) no cenário católico-institucional, propiciando alinhamento do clero local com as diretrizes religiosas da CNBB, que possibilitou o fomento de espaços eclesiais propícios para a atuação dos leigos vinculados às diretrizes da *Igreja Popular*, em um contexto de transição administrativa da paróquia, no qual garantiu a atuação pastoral do Padre José Antonio dos Reis, durante aproximadamente 16 anos entre os coiteenses.

Todavia, salientamos que, para melhor compreender o conflito entre os católicos “progressistas” e empresários sisaleiros, a pesquisa exigiu analisar o contexto das décadas de 1960, pois revela a conjuntura de formação dos partidos políticos dos empresários do sisal e as relações tecidas com outras esferas de poder, inclusive com a Igreja Católica. Já a baliza final adotada, o ano de 2000, marca a conquista de dois mandatos legislativos do PT na Câmara Municipal, possibilitando um novo cenário ao partido local e que ganha novos contornos com

chegada do PT ao poder executivo de âmbito nacional e estadual, panorama que escapa dos objetivos dessa investigação, exigindo um esforço analítico e temporal que não dispomos. Entretanto, pontuaremos eventos posteriores ao ano de 2000, mas vinculados aos nossos objetivos, sobretudo por percebemos a presença do modelo de *Igreja Popular* até fevereiro de 2009, quando o Padre Antonio Elias Souza Cedraz deixou o cargo de pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Em suma, a tese está estruturada em cinco capítulos: no primeiro, intitulado *Região Sisaleira e Modernização Autoritária*, contextualizamos, a partir da memória sobre o cultivo do sisal no semiárido baiano, a configuração da Região Sisaleira da Bahia, sobretudo da cidade de Conceição do Coité, principal cultivadora e exportadora do sisal na região durante o século XX, através de dados socioeconômicos e da literatura memorialística. Além disso, discutimos a conjuntura econômica e política dos principais empresários do sisal e suas estratégias de alinhamento com o projeto de modernização autoritária que caracterizou a política econômica dos governos militares.

“*Comunistas de Cristo*” e *Agremiações Coloridas*, segundo capítulo, se concentra na análise da trajetória religiosa e política dos leigos “progressistas” anterior à fundação do PT, nas relações tecidas com representantes políticos e religiosos. Assim como, a reorganização da elite sisaleira em torno de dois empresários do sisal, a partir da ditadura civil-militar implementada no golpe de 1964, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que propiciou acentuar o reconhecimento dos grupos políticos pela simbologia das cores.

No terceiro capítulo, *Cultura da folia: do embate religioso ao político*, investigamos, conduzidos pela realização da Micarême, os conflitos entre o clero, políticos e leigos, identificando a permanência de comportamentos políticos advindos da experiência autoritária e as disputas de modelo de Igreja entre os coiteenses, bem como a conjuntura sociopolítica e religiosa de Conceição do Coité na transição política. Além disso, discutimos as influências que condicionaram alguns leigos/as da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité a se aproximarem do Partido dos Trabalhadores, culminando na formação do Diretório Municipal e, sob essa legenda, concorrerem aos cargos eletivos, a partir de 1988. Por conseguinte, no quarto capítulo, “*Projeto Comunista*”: *possibilidades, limites e conjunturas*, dedicamos investigar, por meio de uma memória audiovisual, o projeto político defendido pelos “Comunistas de Cristo”, seus alinhamentos partidários e seus processos formativos, sobretudo religiosos, como também as reações enfrentadas quando, sob a legenda do PT, se lançaram no jogo eleitoral.



Por fim, o último capítulo, *Organização partidária e participação feminina: novos embates, táticas, alianças e violências*, destacamos a atuação feminina na elaboração de táticas que garantiram as bases para a consolidação da organicidade partidária, através da análise dos silenciamentos presentes nas fontes escritas e audiovisuais em relação às mulheres dirigentes do PT local. Desse modo, traçamos o panorama das violências e alianças tecidas, sobretudo nas eleições municipais do ano 2000, que oportunizou, à agremiação fundada pelos leigos católicos, a conquista de dois mandatos de Vereadores, e as reverberações dessa vitória, pontuando algumas eleições seguintes.

Nesta perspectiva, investigar as disputas entre católicos “progressistas” e os empresários do sisal pelo poder político de Conceição do Coité é extremamente relevante para perceber as complexas relações tecidas por indivíduos e movimentos coletivos diante de uma estrutura de poder sob o mando de uma poderosa elite econômica do sisal. Essa investigação ajudará a refletir como a política era vivida no cotidiano do município e quais relações eram mantidas com a Igreja Católica, visto que “a política não para de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade” (COUTROT, 2003, p. 335).

Em contrapartida, proporcionará compreender como o pensamento católico contribuiu para mudanças no campo político coiteense, pois as instituições religiosas também interferem na política ao influenciar na formação da consciência de várias classes sociais e mobilizar ou criticar determinadas forças políticas. A política é uma modalidade da prática social, e nada ilustra melhor esta proposição que a análise dos movimentos confessionais, que exercem ao mesmo tempo uma prática social e política.

## 2 REGIÃO SISALEIRA E MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA

Os limites da Região Sisaleira foram traçados no semiárido baiano a partir das intervenções governamentais de combate à seca nesse território, especificamente as iniciadas em 1939, se inserindo nas ações políticas de desenvolvimento econômico da região caracterizada como Nordeste. Desse modo, essa região teve a sua configuração vinculada às agendas políticas agrícolas implementadas durante a chamada Era Vargas, através do Ministério da Agricultura.

Segundo a literatura especializada, a inserção da cultura do sisal nessa região, como atividade econômica, objetivava a fixação dos seus habitantes no território, pois homens e mulheres constantemente migravam para outros recantos da Bahia e, sobretudo, para o Sudeste do país em busca de fontes de renda, especialmente durante às crises vivenciadas pelos longos períodos de estiagens, conjuntura que ocasionava a indisponibilidade de mão de obra ao fim das secas nas grandes propriedades (LIMA, 2008, p. 37).

Na época em que as plantações de sisal começaram a ser incentivadas pelo Estado, o Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica (CNEPA) foi instituído. Esse órgão era ligado ao Ministério da Agricultura e tinha várias finalidades, desde a ministrar o ensino agrícola até “aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico: clima e solo, criando mediante seleção e cruzamento, o tipo das diferentes plantas cultivadas, particularmente adaptáveis às diferentes regiões” (ALVEAL, 2003, p. 50). Nesse sentido, o sisal fazia parte da política de desenvolvimento regional capitaneado pelo Governo da Bahia, mas ele era orientado pelo projeto de modernização econômica brasileira pós-1930.

Assim, apesar da Região Sisaleira ter sido constituída por 27 municípios, na qual o sisal foi importante na formação do valor bruto da produção agropecuária e na ocupação de mão de obra, o seu cultivo apresentou forte vinculação com a economia das cidades de Conceição do Coité, Queimadas, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz e Valente. Esses municípios concentravam a maioria dos atacadistas e das unidades beneficiadoras de sisal, se tornando os produtores tradicionais dessa cultura. O sisal também teve importante vínculo com a economia dos municípios que se desmembraram desse núcleo tradicional na década de 1980: Capela do Alto Alegre, Gavião, Nordestina, Nova Fátima, Pé de Serra e São Domingos (CAR, 1994).

A configuração da Região Sisaleira da Bahia, portanto, é entendida a partir da percepção do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), que compreende a região como

“um produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 37). A constituição dessa região demonstra as estratégias das elites vinculadas à lavoura sisaleira, principalmente situadas nas cidades tradicionais da produção de sisal, em reunir forças para operacionalizar a hegemonização de espaços, mediante o discurso regionalista do sisal. Tal discurso argumentava esse produto como a única alternativa de desenvolvimento dessa região, bem como o silenciamento de outras atividades econômicas propagadas nesse território, como, por exemplo, a pecuária e a mineração.

Dito isto, esse capítulo discorrerá, em linhas gerais, sobre a configuração dessa região, através dos marcos sobre a trajetória do sisal na cidade de Conceição do Coité, principal polo econômico sisaleiro, durante a maior parte do século XX. A finalidade é perceber as relações de poder estratégicas para a ação de agentes que, por meio do discurso regionalista, conseguiram legitimar suas bases políticas e econômicas nessa parte do interior baiano.

Essas bases, por sua vez, foram reproduzidas e, também, operacionalizadas pelos empresários do setor industrial do sisal que, sob a Ditadura civil-militar, instalada após o Golpe de 1964, garantiram a perpetuação de uma estrutura socioeconômica e política, que excluiu uma massa de trabalhadores das benesses oriundas do sisal, naturalizando as péssimas condições de trabalho de homens, mulheres e crianças nessa lavoura. Ademais, esse cenário os afastou dos espaços de decisões sociopolíticas, ao fortalecerem práticas de clientela como norteadoras das diversas relações de poder nessa sociedade marcada pela seca.

A análise dessa configuração regional, capitaneada por forças políticas que sedimentaram essa região, principalmente aquelas evidenciadas no período de apogeu da economia sisaleira, tendo o Estado como agente legitimador, possibilitará compreender os motivos de uma reação hostil e combativa de empresários sisaleiros frente às ações de agentes da *Igreja Popular* na sociedade coiteense, sobretudo daqueles inseridos no campo político para defender os projetos divergentes das forças políticas que demarcaram e reproduziram a espacialidade sisaleira.

## **2.1 Conceição do Coité: a Rainha do Sisal**

Atualmente, a cidade de Conceição do Coité possui uma extensão territorial equivalente a 1.015,252 km<sup>2</sup> e está situada no semiárido baiano. Incluída no Polígono das Secas, em razão

da urbe ser permeada por longos períodos de estiagem, ela conta com uma paisagem definida pela predominância da caatinga arbórea aberta. A vegetação xerófila tropical, composta de pequenas árvores e arbustos espontâneos, comumente espinhosas, que perdem as folhas no curso da longa estação seca, compõe o ecossistema coiteense. Esse, por sua vez, ainda apresenta espécies como, por exemplo, umbuzeiro, barriguda, faveleiro, xique-xique, palma e mandacaru. Já o território é recortado pelos rios intermitentes Jacuípe, Tocós<sup>31</sup>, Boqueirão e Pau de Colher, abastecendo as bacias hidrográficas, como Itapicuru, e os açudes Baixa do Governo, Bela Vista e Itarandi.

O relevo do município está representado pelo pediplano sertanejo, sendo marcado por uma topografia plana, com pequenos declives, no qual a sua principal elevação é o chamado *Morro do Mucambo*<sup>32</sup>. Conceição do Coité é permeada por um clima quente, bastante árido, com baixa pluviosidade média anual, chuvas mal distribuídas e irregulares, que favorecem uma imagem seca dessas terras. Em longos períodos de estiagem, os índices pluviométricos caem para 200mm e 400mm (SILVA, 2012, p. 128).

Além disso, Conceição do Coité compõe, com mais 19 municípios baianos, o chamado Território do Sisal (mapa 1), outrora conhecida como Região Sisaleira da Bahia, regionalização definida pela política de Planejamento Territorial do Estado da Bahia, a partir de 2007. Desde 2003, esta política foi influenciada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDSTR), promovido pelo Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário. O intuito dessa política territorial foi de impulsionar e implementar políticas públicas, que auxiliassem na concretização do desenvolvimento territorial.

Dessa maneira, a partir do sentimento de pertencimento e da teia de relações sociais, o território baiano foi subdividido em *Territórios de Identidade*, considerando os diferentes setores econômicos e espaços, sejam rurais ou urbanos<sup>33</sup>; articulado com as políticas de desenvolvimento territorial do governo federal. Segundo o geógrafo Agripino Souza Coelho

---

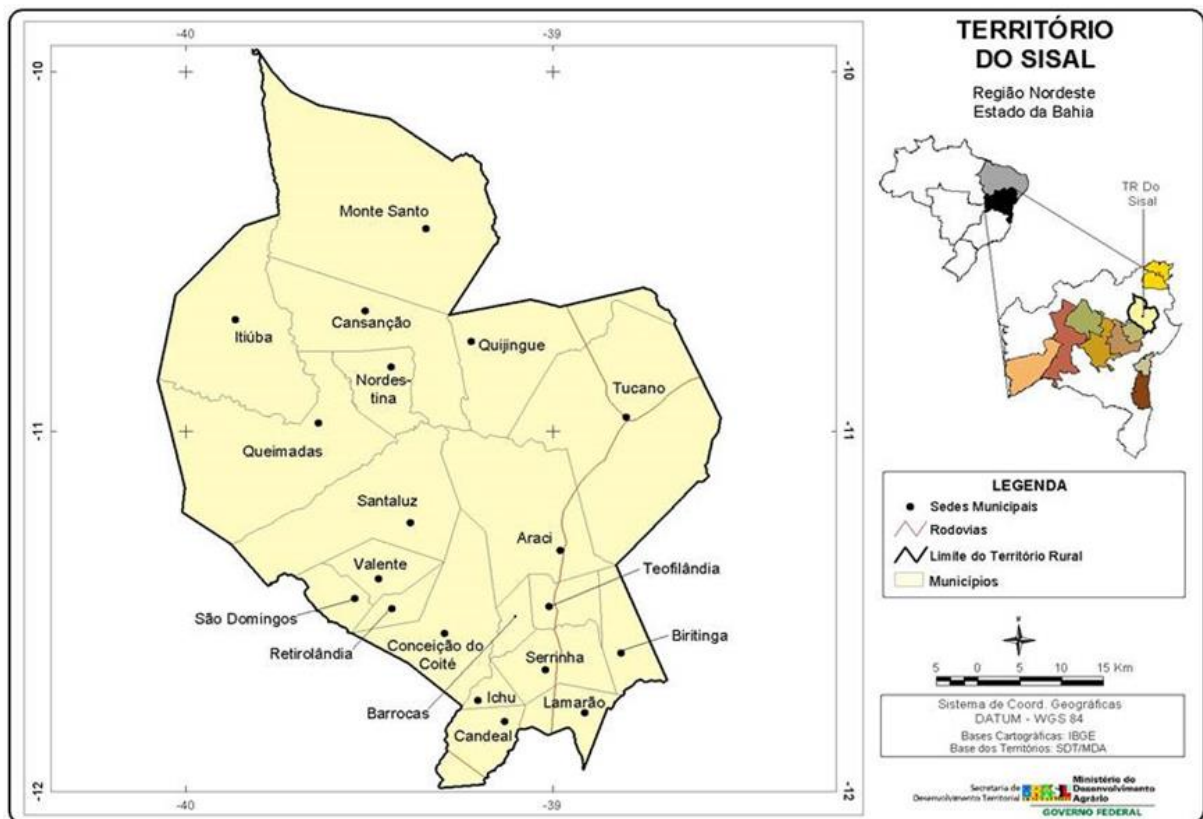
<sup>31</sup> O rio denomina-se Tocós devido à presença dos índios que supostamente habitavam essa região (os Cariocas, os Sapoias e os Carapaus) chamados, pelos bandeirantes que adentravam esse território, de Tocós, topônimo que também caracterizou a região em que se localiza Conceição do Coité, o Sertão dos Tocós. (OLIVEIRA, 1996).

<sup>32</sup> Relatos memorialistas consideram que, durante o século XIX, nesse morro, um importante quilombo, que abrigou escravos fugitivos, foi desenvolvido. Atualmente, é um dos espaços das ações de preservação da fauna e flora da caatinga, promovidas pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Flor da Caatinga.

<sup>33</sup> Atualmente, a Bahia possui, segundo a divisão feita pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Instituto Nacional de Colonização Rural e Reforma Agrária (INCRA), vinte e seis Territórios de Identidade: Portal do Sertão, Sisal, Extremo Sul, Litoral Sul, Itapetinga, Baixo Sul, Oeste Baiano, Bacia Rio Corrente, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Irecê, Chapada Diamantina, Sertão São Francisco, Itaparica, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Vale do Jiquiriça, Recôncavo, Semiárido Nordeste I, Região Metropolitana de Salvador e Agreste Alagoinhas / Litoral Norte.

Neto (2013), essas políticas destacaram o espaço rural como foco de atuação e da gestão social, bem como pretendeu garantir o envolvimento da sociedade civil no processo de construção dessa regionalização. Todavia, nesta pesquisa, identificamos o território baiano com o termo que historicamente a categorizou durante grande parte do século XX e advento do século XXI: Região Sisaleira da Bahia.

Mapa 1 – Território do Sisal do Estado da Bahia, 2007.



Fonte: EMBRAPA (2010).

As discussões sobre a implementação dos *Territórios de Identidade* demandaram um exaustivo processo, sendo, de fato, concretizados após 2011<sup>34</sup>. Ademais, pensamos ser mais significativo para esta pesquisa, claro que sem perder de vista esse novo processo de regionalização, adotarmos o termo de Região Sisaleira da Bahia para caracterizar a região

<sup>34</sup> O Plano Plurianual do Estado da Bahia (2008-2011) estabeleceu como uma das metas consolidar o conceito de Território de Identidade como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial das regiões baianas, sobretudo a Semiárida e a Região Metropolitana, tendo a participação de organizações governamentais e da sociedade civil nos debates em torno da adoção dessa nova política de regionalização. Nesse sentido, após a finalização desse plano, as diversas regiões do Estado da Bahia já experimentavam os efeitos dessa nova configuração territorial. (POMPONET, 2012).

analisada, devido à periodização estabelecida para este estudo. Soma-se a esse aspecto, o fato dessa região, nesse período, ser composta por 27 municípios, que desenvolveram o cultivo do sisal na Bahia. Uma divisão administrativa diferente do atual Território do Sisal, no qual a cidade de Conceição do Coité adquiriu um papel de liderança no setor sisaleiro, sendo que alguns municípios dessa região, por exemplo, Retirolândia e Valente, foram erigidos ao se desmembrarem do território coiteense, na segunda metade do século XX.

A demarcação espacial da Região Sisaleira da Bahia (mapa 2), em meados do século XX e no limiar do século XXI, estava apoiada no conceito de Regiões Econômicas, formulada pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC)<sup>35</sup>. Em 1957, o município de Conceição do Coité foi considerado pela Inspeção Regional de Estatística Municipal da Bahia como “o maior empório do sisal, liderando neste particular a zona produtora da fibra, tendo apresentado em 1956 uma produção superior a 5 milhões de quilos, valendo cerca de 30 milhões de cruzeiros” (COMPILAÇÃO..., 1957, p. 183).

Nos anos de 1980 e 1990, a urbe coiteense continuou o patamar de liderança no desenvolvimento da economia sisaleira na região, sendo o território com maior área e produção colhida de sisal. Essa liderança foi atestada pela intensa produção sisaleira entre os municípios da Região Sisaleira da Bahia, sobretudo entre os que compunham a Região Econômica 6 (Nordeste). A partir de 2007, sob a gestão governamental do petista Jaques Wagner, os municípios dessa região econômica configuraram o Território do Sisal, assim, vinculando esse espaço, como as diversas regiões baianas, ao programa instituído pelo governo federal, o PNDSTR.

Nesta pesquisa, além dessa forte vinculação com o sisal, que oportunizou Conceição do Coité a se tornar líder dessa economia regional, a cidadina também é parâmetro de análise sobre as relações de poder presentes na Região Sisaleira da Bahia, sobretudo pelo fato de reunir empresários da indústria sisaleira nos principais grupos políticos locais, que despontaram como importantes lideranças políticas dessa região.

---

<sup>35</sup> Nesse período, a Região Sisaleira da Bahia abrangia parte da Região Econômica 6 (Nordeste, com os seguintes municípios: Araci, Cansanção, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente); da Região Econômica 7 (Piemonte da Diamantina, com os seguintes municípios: Capim Grosso, Campo Formoso, Jacobina, Mirangaba, Ouroilândia, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova); e da Região Econômica 10 (Paraguaçu, com os seguintes municípios: Riachão do Jacuípe, Candéal, Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima e Pé de Serra). (CAR, 1994).

Mapa 2 – Região Sisaleira da Bahia, no final de 1940.



Fonte: Santos, Coelho Neto e Silva<sup>36</sup> (1995, p. 139).

<sup>36</sup> Os autores elaboraram esse mapa a partir das informações da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Por muito tempo, as narrativas históricas sobre a cidade de Conceição do Coité estiveram enquadradas nas perspectivas semelhantes da seguinte escrita:

Apesar de sofrer os amargos das sécas [sic], que transformaram os campos do sertão bahiano [sic] em causticantes desertos, extinguindo em poucos meses o trabalho esperançoso dos paupérrimos lavradores, que do solo extraem o sustento cotidiano para a sobrevivência da família, Conceição do Coité é uma cidade que cresce com o dinamismo e o labor de sua gente.

Possuindo o sisal como produto básico, embora cultivando o milho, a mandioca e o feijão, produzindo êstes [sic] quando há sementes para a plantação e “Deus manda o bom tempo”. Sua hospitaleira população, dia a dia, com mais entusiasmo vai aderindo ao cultivo do agave, planta que a natureza criou para sanar os sofrimentos dos bondosos lavradores, surgindo qual alvissareira aurora para a concretização de um ideal de desenvolvimento e progresso.

Suas vastas avenidas, seu clima saudável, sua população alegre e pacata, seu coqueiral saudando os visitantes, suas morenas tostadas pelo sol sertanejo, as inolvidáveis noites de luar, as apetitosas iguarias que são encontradas em suas feiras, o badalar nostálgico da Ave Maria, o repicar do velho bronze convidando à missa, as paisagens que se descortinam aos seus olhos, a ternura e a sinceridade da gente sertaneja, concorrerão para a gente esquecer, por alguns instantes, as preocupações e dizer aos seus amigos: - Conhecí [sic] uma cidade onde reinam a paz, a poesia, a compreensão e o amor. Conhecí [sic] Conceição do Coité (UMA CIDADE..., 1962, p. 15).

Este relato jornalístico realizado, em 1962, por um cronista anônimo, foi publicado no periódico *A Tarde*, sob o título *Uma cidade que cresce com o dinamismo do seu povo*. O cenário coiteense, sobretudo a sua gente, aparenta ter despertado no visitante dessa cidadina um sentimento saudosista de virtudes, de comportamentos e de costumes ordeiros e pacifistas, que não estavam mais presentes no seu cotidiano, porém, sob o seu olhar, ainda constituíam a dinâmica de vida dos habitantes desse peculiar lugar. Em contrapartida, esse discurso evidencia uma propaganda das virtudes associadas à coesão social, à produção intelectual e ao pacifismo no intuito de consolidar uma identidade sobre essa cidade, ou seja, cumpre um papel propagandístico de como a cidadina deveria ser do que realmente ela era. A quem interessava esse tipo de discurso?

Supomos que o encanto do cronista anônimo pela cidade de Conceição do Coité deve-se também por esta forte vinculação com a economia sisaleira, sendo um dos principais municípios dedicados ao beneficiamento da fibra do sisal da região. Infelizmente, o anonimato do cronista impede de conhecermos o seu lugar de fala e se estava vinculado à cultura sisaleira. Por outro lado, a sua narrativa nos leva a pensar que ele advinha de um contexto de conflitos, turbulências e instabilidades, logo de um lugar com contornos distantes da paisagem rural caracterizada pelos flagelos das secas como dessas terras. É notório que ele esteve em



Conceição do Coité durante o processo eleitoral de 1962, haja vista que a publicação do seu relato foi realizada no mês de setembro daquele ano, porém não se sabe os dias de sua estadia na cidade coiteense e nem os motivos que o levaram a visitá-la. O relato sobre Conceição do Coité, por sua vez, possibilita supor que essa sua ida aconteceu no intuito de “esfriar a cabeça” frente aos problemas e preocupações que vivenciava em seu cotidiano.

Possivelmente, o ambiente conturbado das eleições gerais de 1962, vivenciado com mais intensidade pelas populações dos grandes centros urbanos, contribuiu para que a percepção do cronista sobre o município adquirisse contornos mais harmônicos. É interessante notar que, dentre vários aspectos relatados, o viajante não faz nenhuma referência ao contexto político coiteense. É possível imaginar que ele nem estivesse preocupado em relatar sobre essa dimensão, mas, de alguma maneira, os episódios perturbadores daquele período, especialmente, a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, em 1961, e a mobilização em torno da figura do vice-presidente João Belchior Marques Goulart (Jango), que revelava o aprofundamento dos indicativos de instabilidade das instituições democráticas no país, eram elementos que contribuíram para as suas preocupações, uma vez que Jango representava para muitos militares e civis daquele período um perigo para a ordem e a paz social do Brasil.

No artigo intitulado *O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião*, Rodrigo Pato Sá Motta (2014) salienta, a partir de pesquisas de opinião elaboradas no Estado de São Paulo, antes do golpe civil-militar de 1964, que uma minoria paulista associava o governo Goulart ao “perigo comunista”, a maioria simpatizava com as propostas reformistas e tinha boa impressão do governo de João Goulart. Esse sentimento também estava presente em outras cidades brasileiras. Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010) defende que Jango atuou no escopo da democracia com bastante firmeza. A sua atuação pela efetivação de uma democracia social no Brasil foi considerada moderada por parte de alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, entretanto, trouxe real desconforto aos setores conservadores: União Democrática Nacional (UDN), alguns segmentos conservadores das Forças Armadas, da Igreja Católica e das classes médias, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais.

Nesse sentido, pensamos que, na perspectiva do cronista, o fato de Conceição do Coité estar distante dos grandes centros urbanos proporcionava um ambiente pacato e harmonioso, em contraste com o momento conturbado do quadro político do país. Ainda mais, por não perceber que a polarização política entre o Partido Social Democrático (PSD) e a UDN, presente nos pleitos estadual e federal daquele período, não era expressiva entre os coiteenses, pois na realidade local esses grupos políticos estavam articulados ao poder pelo mandato do Prefeito

Emídio Ramos Gordiano (1959-1963) e, especificamente, no ano de 1962, não vivenciavam um cenário de disputas pelo poder municipal. O Prefeito Emídio Gordiano era dissidente da UDN e havia se filiado ao PSD a convite do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota, seu cunhado, principal liderança política do município, que possibilitou a permanência da sua agremiação no poder local durante muitas décadas do século XX.

Os relatos memorialísticos apresentam que Wercelêncio Mota foi um importante comerciante que mobilizou várias atividades culturais no município, como, por exemplo: fundou a Filarmônica 8 de dezembro, em 1910; a Sociedade Dramática Coiteense, em 1920; e foi um grande apoiador de práticas futebolísticas. Além disso, as narrativas destacam que Wercelêncio Mota foi herdeiro político do Coronel João Manuel Amâncio, que exerceu o cargo de intendente municipal de Conceição do Coité, filho do Capitão Antônio Manuel Mancio, primeiro Juiz de Paz da cidade (RIOS, 2003, p. 66).

Outrossim, as literaturas memorialísticas discutem que o Padre Marcolino Francisco de Souza Madureira, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, erigida em 1855, foi um importante apoiador político do Coronel João Manuel Amâncio, sendo inclusive o responsável pela indicação de Wercelêncio Calixto da Mota ao cargo de delegado de polícia, logo após a morte do Coronel João Amâncio. Padre Madureira possuía uma importante trajetória política no município, desempenhando funções e cargos políticos nessa sociedade entre 1869 e 1933, como, por exemplo, conselheiro municipal e intendente municipal. Nessa perspectiva, podemos supor que o Padre Madureira foi um importante “padrinho político” de Wercelêncio e mediador para a acomodação dele no grupo político do Coronel João Manuel Amâncio.

Essa hipótese parece ser mais consistente ao observar em duas cartas endereçadas à Braz Hermenegildo do Amaral, então Deputado Federal pelo Partido Republicano da Bahia (PRB) e vice-presidente da Comissão de Instrução Pública, em 1930, a influência e a força política do Padre Madureira na política coiteense. Dessa forma, uma dessas cartas, redigida pelo Coronel João Ramos de Oliveira, administrador do município na década de 1920 (O CORONEL..., 1927, p. 1), além de se autointitular “amigo admirador” de Braz do Amaral, solicitava que o legislador juntasse esforços com o Governador baiano, Miguel Calmon, para que o cargo de escrivão da Inspeção Federal, vacante naquele período, fosse ocupada por Genésio Boaventura, indicado pelo Padre Madureira. Esse último já havia feito tal solicitação ao Governador, que necessitava da aprovação federal, mas, devido à demora da publicação da nomeação, supostamente em razão dos eventos conturbados do ano de 1930, o Coronel João Ramos de Oliveira resolveu pedir a ajuda de Braz do Amaral para agilizar a nomeação de

Genésio Boaventura. A outra carta foi redigida pelo filho do Padre Madureira, Maximino Madureira, em 30 de abril de 1930, que segue:

Exm. Snr. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral  
C. do Coité. 30 de abril de 1930

Respeitosas saudações.

Maximino Madureira Tabelião de Notas de Conceição do Coité.

Secretário da 1ª cessão eleitoral, para as eleições de 1º de março, próximo findo, eleições de Deputados Federais. Senadores. Presidente. – e Vice – Presidente da República, conforme consta dos livros da 1ª cessão, já apuradas as eleições, conhecedor do quanto V. Exa., tem feito com o meu velho pai e bemfeitor, Padre Marcolino Madureira, tendo um filho que é cabo Intendente da Pulicia Bahiana e confiado na integra da autoridade de V. Exa. venho pedir a V. Exa., a promoção do meu filho Marcolino Madureira, a segundo sargento, esperando que V. Exa., tomará em consideração o meu pedido, me subscrevo Crndo. agradecido. Maximino Madureira. É elle cabo nº 210 Intendente na Companhia isolada. O meu velho Padre manda a V. Exa. Recomendações. [sic]. (MADUREIRA, 1930, p. 1).

Maximino Madureira se valeu da influência política do pai para alcançar a promoção do filho militar. Na época, o Padre Madureira estava próximo de completar seu centenário de vida. O interessante é que tanto João Ramos de Oliveira quanto Maximino Madureira destacam em suas cartas uma certa proximidade entre Padre Madureira e Braz do Amaral. Logo, termos afetuosos como, por exemplo, “nosso velho amigo”, e o conhecimento de que o legislador havia feito pelo “velho pai e benfeitor”, por si só não evidenciam um forte laço de amizade entre o Padre Madureira e o Deputado Braz do Amaral, mas nos leva a pensar na rede política que ambos compartilhavam, principalmente, na troca de favores entre os dois como barganha política.

A inferência de Maximino Madureira em contextualizar, brevemente, o processo eleitoral de 1930, antes de realizar o seu pedido ao Deputado Federal Braz do Amaral, reforçam esse pensamento. Ainda mais, ao perceber, a partir do estudo realizado pela historiadora Amélia Saback Alves Neta (2018) em sua tese, *“A Ciência da Verdade”: História e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943)*, que o distrito eleitoral de Conceição do Coité possibilitou sucessivas vitórias para Braz do Amaral e seus correligionários. Logo, é plausível que o Padre tecia importantes relações políticas e exercia robusta autoridade no campo político coiteense, como na indicação de aliados aos cargos públicos e nos pleitos eleitorais, e, portanto, se destacava como uma das principais autoridades da política local na transição do período monárquico para o republicano. Por essa vertente, consideramos que o Padre Marcolino

Madureira exerceu um relevante papel na legitimação e na manutenção da elite oriunda do século XIX e dos seus herdeiros no poder local, durante as primeiras décadas do século XX.

A trajetória política de Wercelêncio Calixto da Mota é um elemento significativo para perceber o papel desempenhado pelo Padre Madureira. Compreender este processo não é nosso objetivo, mas se revela uma interessante problemática de pesquisa e lança pistas para compreensão das relações tecidas entre clero e políticos. Decerto, essa consolidada atuação política do Padre Marcolino Madureira na região demonstra que o comerciante Wercelêncio Mota conseguiu se articular politicamente com o Coronel João Manuel Amâncio e traçar um caminho na política a partir, também, do apoio do sacerdote, um dos seus grandes aliados.

O Coronel Wercelêncio Calixto da Mota logrou êxito também na articulação com outras lideranças políticas, a exemplo do Coronel Eustórgio Pinto Resedá, intendente municipal nos anos de 1946 e 1948, agregando sob o seu “mando” importantes agremiações políticas da cidade de Conceição do Coité. Nesse sentido, os grupos políticos coiteenses foram caracterizados, como em outras regiões do país, pela ausência de divergentes posições ideológicas e estavam reunidos sob a influência personalista de Wercelêncio Mota, marcada por uma política de clientela (MIRANDA, 2012).

Cabe salientar que as literaturas memorialísticas sobre Conceição do Coité, presentes nesse trabalho, dizem respeito à “operação literária”<sup>37</sup> realizadas por escritores locais, considerados memorialistas, pois em suas obras, produzidas na segunda metade do século XX, eles trataram de aspectos históricos da cidade considerando os vetores da memória (lembranças pessoais, valores e costumes herdados e transmitidos). De tal modo, apesar de muitos deles reunirem em seus trabalhos uma gama de fontes históricas sobre a região, os procedimentos teóricos-metodológicos utilizados se distanciam da “operação historiográfica”<sup>38</sup> executada

---

<sup>37</sup> A produção memorialista de “operação literária” foi tipificada com base na noção de *lugar social* elaborado por Michel de Certeau (2015), ao formular o seu conceito de “operação historiográfica”. Certeau compreende que toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, assim toda escrita implica um meio de elaboração que está circunscrito por determinações próprias. É neste lugar que “se instaura os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2015, p. 47). Nesse sentido, as narrativas memorialísticas, mesmo descrevendo trajetórias históricas, não compartilham do mesmo *lugar social* das narrativas históricas realizadas pelos historiadores, não seguem os pressupostos teórico-metodológicos da “operação historiográfica”, ou seja, “as leis do meio” não são as mesmas que regem, que “polícionam” a escrita do historiador, sendo, portanto, não historiográficas.

<sup>38</sup> Para Michel Certeau (2015) o fazer historiográfico, função do historiador, se processa como uma operação através de três componentes: 1) o lugar, o meio que balizará os limites do discurso, os métodos e fontes empregadas; 2) os procedimentos de análise, a pesquisa, que definirão o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado, centrando em transformar um objeto em histórico, sendo essa a prática do historiador, em historicizar um elemento; e 3) a construção de um texto, articulado com o lugar social da operação científica e tecnicamente ligada a uma prática, um método, que organiza e orienta seu discurso.

pelos historiadores, realizando, dessa maneira, registros das memórias dos fatos ocorridos no passado.

Nessas literaturas memorialísticas, ocorre uma relação muito mais próxima com a memória do que com a história. Suas narrativas, apesar de utilizarem robustas fontes históricas, elaboram o passado norteados pelo conjunto de lembranças individuais e coletivas, sem realizar uma discussão crítica sobre o passado e tendo uma postura demasiadamente celebrativa dos registros desse passado. Esses escritores podem ser considerados como “guardiões da memória”, especialmente quando tais narrativas focam em preservar um passado de um grupo ou de uma região. Isso não significa que essas memórias sejam constituídas por farsas, mas elas carecem de uma postura crítica, porque a memória é seletiva, ou seja, uma operação que define o que deseja lembrar e esquecer, além de ser realizada no presente, onde “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLACK, 1992, p. 204). Tal criticidade se torna ainda mais rigorosa, quando as narrativas memorialísticas ressaltam o político, um campo de intensas disputas.

Dito isto, esta perspectiva da escrita histórica dos memorialistas não é analisada por essa pesquisa de forma depreciativa, pelo contrário, elas são extremamente relevantes, pois são elementos norteadores para a compreensão do passado dessa região. Ademais, por serem as primeiras produções sobre a história coiteense e sisaleira, elas são relevantes materiais para o desenvolvimento desse trabalho, que se circunscreve nos pressupostos da História Regional e Local. Destarte, a ausência desses trabalhos, elaborados pelo esforço de coiteenses preocupados em preservar a memória desse lugar, tornaria o conhecimento sobre o passado desse município ainda mais desafiante, uma vez que, por meio dessas obras, a presente pesquisa conseguiu mapear fontes e sujeitos históricos.

Nessa perspectiva, analisamos essas literaturas memorialísticas como uma memória constituída, fruto de uma organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, ou seja, com base no conceito de trabalho de enquadramento da memória formulado por Michael Polack (1992) que compreende a memória também como um fenômeno construído social e individualmente, sendo disputada entre várias organizações. Assim, ao utilizar essas fontes, buscamos problematizar a memória preservada nas narrativas memorialísticas e relacioná-las, nesse primeiro momento, com os aspectos do projeto de modernização autoritária dessa região.

Um exemplo desse trabalho de enquadramento da memória na sociedade coiteense, pode ser observado no significado da figura do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota para os grupos políticos locais. No início da década de 1960, período do relato do cronista anônimo

sobre a *Rainha do Sisal*<sup>39</sup>, as agremiações políticas disputavam pela preservação da memória de Wercelêncio Mota. Logo após a morte desse coronel, em 1959, o Prefeito Emídio Ramos Gordiano sancionou quatro projetos de lei apresentados pela Câmara Municipal de Conceição do Coité.

O primeiro projeto foi para a implementação de “uma estátua de bronze, meio busto, do Cel. Wercelêncio” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1960) no centro da cidade, tendo como uma das legendas o seguinte: “Homenagem dos seus Municípes ao grande chefe e amigo”<sup>40</sup> (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1960); o segundo visou a construção de um colégio ginásial com o nome de Wercelêncio Mota; o terceiro objetivou a substituição do nome de uma avenida no centro da cidade para o nome do chefe político; e o último projeto foi para aprovar o tema da Semana da Cultura o relacionando com a história do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1960).

Desse modo, as preocupações pessoais e políticas daquele momento, com o objetivo de garantir a perpetuação do grupo político de Wercelêncio no poder local, constituíram um elemento de estruturação da memória política da sociedade coiteense em torno da figura do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota. Essa ação demandou um esforço organizativo pela cristalização dessa memória, caracterizada por intensa disputa e negociação política entre os grupos políticos, percebida na indicação e nas características dos projetos relatados acima.

O trabalho de enquadramento dessa memória foi bem-sucedido de modo que, por muitos anos, a identificação desse lugar pela expressão “*Coité de Seu Mota*” esteve cristalizada na sociedade coiteense. Além disso, fruto desse trabalho, é imprescindível conceber a pessoa de Wercelêncio Calixto da Mota como um lugar de história<sup>41</sup> da cidade de Conceição do Coité, que preserva o passado de homens com uma carreira econômica fecunda, em sua maioria centrada na economia sisaleira, grandes latifundiários e donos de indústrias de beneficiamento do sisal, e que percorreram uma importante trajetória política nessa região.

Um dos elementos que compõe o ambiente harmonioso desse lugar, evocado pelo cronista anônimo, é a religiosidade católica, que, entre as suas vastas avenidas, seu clima saudável, sua população alegre e pacata, suas morenas bronzeadas e suas iguarias (UMA CIDADE..., 1962, p. 15), preservava práticas e/ou símbolos religiosos definidores, na sua

---

<sup>39</sup> Devido à importância econômica que o cultivo do sisal possui para Conceição do Coité, sendo este município um dos grandes exportadores dessa cultura, a denominação, “A Rainha do Sisal”, encontra-se atualmente localizada abaixo do brasão oficial do município e reflete bem a importância desta cidade para a Região Sisaleira da Bahia.

<sup>40</sup> Atualmente, este é o único monumento de um representante político nesta cidade.

<sup>41</sup> O lugar de história não carrega uma aura ritualística dos lugares de memória, mas é um espaço de preservação do passado.

percepção, de uma sociedade isenta de conflitos, “onde reinam a paz, a poesia, a compreensão e o amor” (UMA CIDADE..., 1962, p. 15). Possivelmente, a inclusão desse aspecto em seu relato foi motivado ao conhecer a Praça 8 de dezembro, a chamada praça da igreja, onde está situada a igreja matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e o coreto municipal.

Essa percepção do cronista talvez tenha sido compartilhada por outros visitantes que conheceram essa praça e ouviram “o badalar nostálgico da Ave Maria, o repicar do velho bronze convidado à missa”, aspectos que para o cronista *descortinam os olhos*, revelando “a ternura e a sinceridade da gente sertaneja” (UMA CIDADE..., 1962, p. 15). Entretanto, esse cenário, além de representar uma sociedade marcada pelo catolicismo, foi palco de diversos embates, sobretudo envolvendo representantes da instituição religiosa e o poder local. Essa relação será discutida no decorrer desse trabalho. De forma complementar, é interessante perceber que essa perspectiva do cronista também é observada em um artigo publicado na década de 1990, no *Jornal Coiteense*, sob o título *Bons Tempos*, assinado por Naércio Passos:

Lembro-me distante, e quase em remotos tempos de infância quando éramos levados pelos nossos pais à igreja para assistirmos à missa. Antes do começo da celebração, tudo no interior do templo era respeito, fé, orações e silêncio absoluto entre os fiéis que às vezes eram quebrados pelos vãos gorjeios das andorinhas que em nossas mentes seriam os anjos dos céus, em forma de pássaros e estavam ali as imagens de Cristo crucificado e Nossa Senhora da Conceição [...]. Na época podia-se observar as ruas completamente desertas estavam pois todos ali, na igreja ao coreto, a praça em si completamente lotada de cristãos, com um único objetivo: com os pensamentos contritos à Deus e em Nossa Senhora da Conceição. [...]. Como era belo, como era bonito toda a população unida à igreja num só pensamento. Na crença, na fé e na paz (PASSOS, 1990, p. 4).

Evidente que esses registros aconteceram em contextos diferentes, sendo motivados por interesses distintos. Naércio Passos escreveu esse artigo quando o Clero local divergia da postura e do pensamento político de uma das agremiações denominada de *Vermelhos*, liderada pelo seu cunhado e empresário sisaleiro, Hamilton Rios de Araújo. Desse modo, o autor demonstrava que essa conjuntura havia gerado divisões naquela sociedade ordeira e pacata. Por outro lado, Passos expressou, semelhante ao relato do cronista, que a religiosidade católica era um importante componente de união e harmonia dessa comunidade, que outrora vivenciou *Bons Tempos*.

De certo, esses artigos corroboram com outras fontes analisadas, no sentido de que, para alguns coiteenses, sobretudo àqueles vinculados aos grupos políticos hegemônicos, a relação amistosa entre representantes da Igreja Católica e o poder local era um significativo aspecto do

componente ordeiro e harmonioso dessa sociedade, ou seja, um componente da identidade político, religiosa e social. Esse elemento contribuiu para analisar o entendimento que alguns sujeitos do campo político possuíam sobre a missão religiosa da Igreja Católica naquela comunidade.

Muitos registros sobre essa relação estão presentes no *Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité 1855-2009*, no qual novenas, eventos e atos sacramentais possibilitavam o estreitamento não apenas de laços familiares e sociais entre a Igreja Católica e a comunidade, mas entre a instituição e o poder político. Nesse sentido, muitos políticos da cidade se aproveitavam desses eventos para conquistarem prestígio perante a sociedade, ou seja, se tornavam presidentes da festa da padroeira, participavam da comissão organizadora, eram responsáveis pela organização, doação e coleta de donativos para os festejos paroquianos. Essa era uma relação mútua, na qual clero e políticos legitimavam as suas posições nessa comunidade e se beneficiavam de diversas maneiras.

Destarte, os eventos religiosos adquiriam conotações políticas, pois seus benfeitores reforçavam a sua autoridade e asseguravam posições de poder. Os relatos do Padre Belisário Campanelle, pároco entre os anos de 1959 e 1963, evidenciam os papéis desempenhados pelo Vereador Manoel Carneiro Rios, como presidente da festa da padroeira e da visita pastoral de Dom Augusto Álvaro, ocorrida em 1959; e como representante da comunidade paroquial ao acolher o seu sucessor, o Padre Antonio Tarashi. Vale destacar ter sido Manoel Rios quem redigiu no Livro de Tombo uma espécie de resumo das atividades realizadas na visita pastoral do Cardeal Dom Augusto, feito que indica a sua proximidade com a instituição e influência junto ao clero.

Nesse período, outro político coiteense, destacado pelo Padre Belisário Campanelle, foi o então Deputado Estadual Theocrito Calixto da Cunha, sobrinho do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota, pelo reconhecimento em encomendar na capital baiana a construção de um trono de mármore para a padroeira Nossa Senhora da Conceição, atitude considerada pelo sacerdote como um “gesto de magnanimidade” (LIVRO..., 1963, p. 64).

As fontes analisadas indicam que alguns agentes políticos, além de reconhecerem a instituição religiosa como responsável pelo desenvolvimento do núcleo urbano de Conceição do Coité, entendiam que a missão da Igreja, representada pelo seu clero, era o de reunir em torno de si as diferenças e dissipar qualquer conflito existente entre os municípios, principalmente aqueles oriundos dos embates políticos. Essa concepção pode ser percebida nos relatos memorialísticos e em jornais locais que evocavam, quando o clero não assumia um posicionamento de manter aliança com os setores dominantes, a postura do sacerdote piedoso,



ritualista e distante desse ambiente profano da política, tendo o ofício de zelar das coisas do Alto. Essa noção também é observada nos processos jurídicos oriundos dos embates entre o clero e políticos, ao reivindicar que a missão dos religiosos era o de aproximar o seu rebanho para Deus: “para perto de Deus e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992, p. 2).

Nesse sentido, os problemas, principalmente os sociopolíticos, eram concebidos como acontecimentos definidos por ações divinas, contidos e controlados pelo “senhor destino”, sendo que a figura do clero deveria ser apenas de interlocutor das súplicas oriundas da seca, entendida como principal responsável pelos problemas sociais, sem questionar as condições socioeconômicas e políticas presentes no município. A recorrência de um clero com perfil ritualista, entendido como distante do campo político, é constatado, por exemplo, em duas situações publicadas nos jornais locais.

A primeira delas foi publicada no *Tribuna Coiteense*, em 28 de abril de 1989, em que apresentava uma entrevista concedida pela advogada Élia Cirino, então Vereadora e líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Câmara, intitulada *Dr<sup>a</sup> Élia: Não tenho medo do padre*, na qual questionava a interferência do pároco da cidade, o Padre José Antônio dos Reis, na mudança da data dos festejos da Micarême, através de mobilizações de fiéis pelas ruas da cidade, dos seus sermões durante as celebrações e do apoio ao projeto de Lei Municipal n. 01/1987<sup>42</sup>:

Independente do povo sentir essa mudança, tem também as minhas ideias pessoais de manter essa tradição. E por que não manter? Por que o vigário não quer? Quantos padres já passaram por aqui e nunca se insurgiram contra? Lembro-me muito bem que o Padre Antônio Tarasch sempre nos dizia que o Micarême de Coité era numa época certa, pois caía na data da ressurreição de Cristo e isto era um motivo de alegria. Por que contrariar o povo com uma festa que não chega a descaracterizar a Semana Santa? Não adianta com sermões me atacar, pois não é do meu feitio ceder a pressões religiosas. Tenho toda admiração pela religião católica, a qual pertença, entretanto, acho que a Igreja deve assumir outras posições que é a de sair dos altares, pregar consciências e distribuir socialmente o pão (DR<sup>a</sup>. ÉLIA, 1989, p. 2).

No presente relato, é interessante a percepção da Vereadora sobre qual deveria ser a missão da Igreja Católica e do seu clero: realizar ações caritativas e se distanciar de questões que afetassem os interesses de representantes políticos. Além disso, é possível observar a recorrência de outros padres que não interferiram no campo político para defender o seu

---

<sup>42</sup> Na época, o projeto de Lei Municipal nº 01/87 foi apresentado pelo Vereador Diovando Carneiro Cunha, sendo aprovado em 13 de abril de 1987. A lei autorizava o Governo Municipal fixar a data da Festa Momesca da cidade para o sábado, após o Domingo de Páscoa, assim afastava os festejos de serem realizados durante as celebrações da Semana Santa.

posicionamento. É evidente que os sacerdotes não estavam afastados do campo político, mas o clero que não questionava a dinâmica real e ideal das relações sociopolíticas e estivesse distante das pautas sociais progressistas, era compreendido, por grupos políticos dominantes, como legítimos sacerdotes. Tal aspecto foi também percebido na segunda situação publicada como manchete do *Jornal Coiteense*, em 30 de janeiro de 1998, intitulada *Padre Rocha em Coité*, na qual há o relato da visita de um ex-vigário da paróquia coiteense, Padre Raimundo Nonato Rocha, e de sua mãe, Aida Rocha, no dia 13 de janeiro do mesmo ano, e de seu trabalho desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro:

Padre Rocha agradeceu emocionado calorosa recepção e afirmou que seu coração estará sempre aberto para transmitir a todos sem distinção de cor a mensagem de Deus, ressaltou que não é candidato político e não pretende candidatar-se a cargos políticos, seu desejo é apenas transmitir a palavra de Deus aos fracos e oprimidos. Em seguida, o Padre desejou muita paz, esperança, lembrou do sofrimento da seca e pediu chuva para o povo coiteense. O padre veio fazer uma visita e rever seus amigos. No final de suas palavras de mãos dadas com os amigos rezou o PAI NOSSO e AVE-MARIA. [...] O que despertou surpresa ao povo coiteense, principalmente os amigos do Padre, quando apareceu em uma reportagem do JORNAL NACIONAL DA REDE GLOBO, mostrando o trabalho que o Padre está realizando com os pobres desvalidos, levando a palavra do Senhor a todos os recantos, favelas, viadutos, pontes e estações, fazendo reuniões em locais diferentes, mostrando o quanto ele é querido e amado por onde passa (PADRE..., 1998, p. 1).

Essa publicação ocorreu no período em que o clero local, representado pelo pároco Padre Luiz Rodrigues Oliveira, enfrentava hostilidades por parte dos *Vermelhos Conservadores*, devido a sua atuação no campo político coiteense. A recorrência à figura de um padre distante dos embates políticos e preocupado apenas com a fé dos fiéis e promotor de ações de caridade, atributos direcionados ao Padre Rocha, pode ser analisado como uma estratégia para deslegitimar as atitudes do pároco da época e fortalecer a visão de que a Igreja Católica e seu clero não podiam interferir no campo político.

Assim, essas publicações demonstram um realinhamento sobre o papel do clero, um deslocamento do que eram as relações de poder voltadas para as elites, pois não defendiam um distanciamento do clero do poder político, mas que os religiosos deveriam estar preocupados socialmente, economicamente e politicamente com os mais pobres, no entanto sem questionar *o status quo* e nem defender pautas progressistas. Eram dois modos de perceber o campo político e suas relações com a religião. Ambos misturaram e separaram o que é político e o que é religioso com valências, significados e conteúdos distintos. As considerações a respeito do desentendimento entre o clero local e os representantes políticos a respeito da Micarême da

cidade, bem como do conflito entre o Padre Luiz Rodrigues Oliveira e os grupos políticos hegemônicos serão realizadas nos próximos capítulos.

Na visão do cronista, outro elemento que compõe esse cenário harmônico de Conceição do Coité é o seu povo. Segundo ele, além dessa gente ter sofrido com as consequências geradas pelas estiagens, ela foi responsável pelo crescimento dessa terra, devido ao seu “dinamismo e labor”. Esses atributos relacionados aos coiteenses pelo visitante anônimo também estão presentes em relatos jornalísticos analisados entre os anos de 1960 e 2000. Dessa forma, ao se referirem sobre a população coiteense é perceptível a frequente recorrência de dois aspectos: uma população castigada pela seca e pelas suas consequências; e que diante das adversidades, principalmente as estiagens, resiste com esperança em dias melhores, sem perder o seu otimismo, pacifismo e hospitalidade. As características sobre os coiteenses evocadas pelos periódicos acentuam a seca como o principal componente norteador das experiências vividas por essa sociedade, uma vez que esse território é um recorte do semiárido nordestino, assim compartilha dos dilemas e alegrias da gente nordestina marcada pela seca e pobreza.

Nesse sentido, não é estranho esses componentes caracterizarem essa sociedade que, na maior parte do século XX, foi, predominantemente, rural, pois são perspectivas presentes nos discursos sobre o Nordeste e os seus habitantes. Entretanto, um aspecto instigante presente nessa imprensa escrita diz respeito ao fato de os coiteenses manterem a hospitalidade e otimismo regulando as suas condutas, mesmo diante de conjunturas tensas e dramáticas vivenciadas por essa sociedade. Tal componente pode ser percebido nos seguintes relatos:

A população de Conceição do Coité, mesmo tendo sido atingida duramente pela seca, não desanimou e promete fazer este ano a maior micareta da região do sisal, suplantando as perspectivas mais otimistas (DEPOIS..., 1981, p. 10).

Uma verdadeira lição de solidariedade humana foi dada pela população de Conceição do Coité, desacostumada às audaciosas ações do crime organizado. Após descobrir-se a ocorrência do sequestro, o serviço de alto-falante local foi acionado na madrugada, colocando toda a cidade de pé (POLÍCIA..., 1975, p. 1).

Se quanto aos sequestradores os sentimentos da população eram confusos, indo desde a mais franca hostilidade até a tentativa de compreender por qual motivo eles optaram pela marginalidade como forma de vida, o mesmo não acontecia em relação aos sequestrados, que recebiam total solidariedade. Hostilidades e simpatias à parte, prevaleceu a lei da hospitalidade. Sequestradores e sequestrados receberam, de um morador da [Rua] Wercelêncio Calixto da Mota, uma garrafa térmica com cafezinho. Outra moradora ofereceu água, e o comerciante Macedo, dono de um pequeno bar nas proximidades, ofereceu dez carteiras de cigarros Hollywood, distribuídas pela reportagem do Correio da Bahia. Os cigarros, consumidos em maior quantidade pelos fumantes nos momentos de tensão, foram disputadíssimos por reféns e bandidos. A movimentação dos moradores de Coité foi intensa

até o amanhecer, quando finalmente os sequestradores deixaram a cidade levando consigo alguns reféns (SEQUESTRO..., 1989, p. 10).

O primeiro trecho reporta a realização da Micareta da cidade pelo poder público, denominada pelo periódico como a Micasisal, em 1981. O relato aponta que nem as amarguras vivenciadas pelas estiagens desanimou essa sociedade, que se esforçava para cair na folia. Os outros dois trechos destacam duas situações de sequestro ocorridos na cidade. O sequestro de uma criança, Samuel Mota Pinto, filho do comerciante Paulo Pinto, conhecido pela rede de supermercados na cidade, ocorrida em maio de 1975, que mobilizou a população na busca pelos sequestradores na região. Já o outro aconteceu em 7 de julho de 1989, na comemoração da emancipação política da cidade, e abordou sobre o sequestro de um ônibus intermunicipal da empresa rodoviária São Mateus<sup>43</sup>, com mais de 30 passageiros, uma repórter do *Correio da Bahia* e um agente penitenciário.

Os passageiros do ônibus foram mantidos como reféns, ao longo de 17 horas, por seis fugitivos da Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador. Os fugitivos, motivados pelo insucesso ao roubo de uma unidade do banco estadual, *Baneb*, na região e acuados pelos policiais que os perseguiram, invadiram o ônibus na rodoviária de Serrinha e finalizaram o trajeto no centro comercial de Conceição do Coité, onde estabeleceram tensas e instáveis negociações com policiais. Na ocasião, alguns reféns foram atingidos por disparos de armas de fogo e três sequestradores assassinados em combate com as forças de segurança do Estado presentes no município, com um efetivo de aproximadamente 200 homens (SEQUESTRO..., 1989).

A intenção de analisar esses eventos não é julgar a índole dessa sociedade, mas perceber o encantamento da imprensa escrita com essa população que, diante das adversidades, mantém sua cordialidade e solidariedade. Essa percepção também está presente no relato do cronista anônimo, na década de 1960. Contudo, é evidente que esse comportamento não foi unânime entre os coiteenses durante tais eventos, por exemplo, no caso do sequestro do ônibus da São Mateus, um grupo tentou linchar os sequestradores que foram presos (SEQUESTRO..., 1989). Essa notícia, portanto, revelava a atuação efetiva da população mediando as negociações, mas também tentando empreender ações violentas sob os sequestradores frente à violência legitimada pelo Estado, em razão das forças policiais.

Todavia, a presente reflexão é levantada no intuito de indagar as razões da imprensa escrita em enaltecer esses atributos como representações dessa população. A quem ou a quais

---

<sup>43</sup> Até os dias atuais, essa empresa mantém a hegemonia no transporte rodoviário dessa região, a interligando com a capital baiana.

grupos interessava esse tipo de narrativa? Por que essas características são evocadas diante de eventos dramáticos dessa sociedade? Por que o componente do conflito, das péssimas condições de vida e trabalho, especialmente na lavoura do sisal, é escamoteado desses eventos ou reduzidos a casos pontuais?

Responder essas questões não é o objetivo desse trabalho, mas essas indagações possibilitam entender que esses discursos propiciam e reforçam a ideia de que os problemas socioeconômicos presentes nessa sociedade são compreendidos como fruto de uma ordem natural. Logo, da mesma maneira que o discurso evoca o sisal como o redentor dessa gente castigada pela seca, é consolidado um discurso que essa população sisaleira, diante das adversidades, possui como principais bases de enfrentamento e resistência aos problemas sociais, o otimismo, a hospitalidade e o pacifismo. Assim, a pobreza, a miséria, a tristeza, a fome, o fracasso, a violência e o conflito dessa população nesse processo não são discutidos, apenas sobressai a resistência, a fibra desse povo, que consegue resguardar a bondade, a alegria, o dinamismo e a hospitalidade frente aos sofrimentos vivenciados nessas terras áridas. A dimensão do conflito e da violência ganham destaque nas representações sobre essa sociedade nos embates políticos, como é possível observar na publicação abaixo:

Notícias de Conceição do Coité dão conta de que também lá a campanha política está esquentando mais do que o desejável. O candidato a prefeito Evódio Ducas Resedá resolveu fazer um desfile de 112 veículos pela cidade, o que não agradou aos seus concorrentes da outra facção arenista, que tinham realizado anteriormente um desfile do mesmo tipo, conseguindo reunir apenas 42 veículos. E assim foi que o pessoal que apoia a candidatura do Sr. Manoel Antônio Pinheiro apedrejou a caravana do outro candidato e muitas cabeças acabaram quebradas – segundo as mesmas notícias (LASER..., 1970).

Essa notícia, como as demais fontes que serão discutidas no decorrer dessa investigação, demonstra que a violência e o conflito são componentes presentes na disputa eleitoral nessa sociedade. Fora desse período, esses elementos não são compreendidos como pertencentes aos coiteenses, mas acontecem nesse espaço por agentes externos que prejudicam o ambiente ordeiro e pacato dessa sociedade. Tal percepção é também observada quando outros sujeitos dessa urbe, como os ligados à *Igreja Popular*, questionaram a estrutura de poder tanto religioso quanto político dessa comunidade. Inclusive, esse aspecto pode ser observado na conjuntura em que o texto *Bons Tempos* foi produzido, no qual evoca os atributos de união e harmonia do povo coiteense, quando representantes católicos e membros do poder local possuíam projetos divergentes.

O olhar idílico desse visitante, que capturou aspectos geográficos, culturais, religiosos e sociais da cidadina e da sua gente, a interpretando como isenta de conflitos e permeada pelas

relações de compreensão e pacificidade, possivelmente com o intuito de motivar outros sujeitos daquele período a visitarem esse pedaço do semiárido baiano, se assemelha com as primeiras narrativas memorialísticas sobre Conceição do Coité. Essas, por sua vez, escritas no final da segunda metade do século XX e início do XXI, fortalecem um passado bucólico e harmônico, tais como: as obras de Marielza Carneiro D´Vilanova (1985), *Contos e Histórias de Conceição do Coité - Bahia*; Vanilson Lopes de Oliveira (1996), *Conceição do Coité: a capital do sisal*; Roberto Pinto Lopes (2006), *Vitórias de Amor e Paixão por Coité*; e de Orlando Matos Barreto (2007), *Conceição do Coité da colonização à emancipação: 1730-1890*; bem como as narrativas sobre o sisal presentes nos periódicos locais e regionais.

As narrativas com contornos teleológicos cristalizaram uma memória coiteense distante dos conflitos sociais, ponto salientado pela historiadora Iara Nancy Rios (2003) ao investigar as problemáticas que envolvem o silêncio sobre as especificidades das relações escravistas presentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, durante o século XIX. A autora relata que:

O processo de construção da memória da cidade de Conceição do Coité se fez pelo silêncio de elementos do passado e pelo não-dito. Não porque não fosse importante, nem tivesse significado, mas porque se precisava construir um passado que justificasse a ideia de modernização e desenvolvimento, sem informações que contradissem o mito de fundação (RIOS, 2003, p. 39).

Nesse sentido, essas narrativas contribuíram para uma crença de que os problemas sociais que permeavam a vida cotidiana eram frutos de uma fatalidade, de uma ordem natural e divina responsáveis pelas desigualdades e pela exclusão social, especialmente pelos flagelos da seca e pelas alternativas de sobrevivência dos sertanejos dessa região. Ao longo dos anos, o fortalecimento dessa memória forjou uma sociedade que não promovia questionamentos aos modelos impostos e cristalizados, e nem propunha novas soluções, pois “o acontecer é benção ou castigo, em que pese a distinção significativa e o posicionamento submisso ou rebelado, entre o mundo de Deus como natureza e o mundo dos homens como sociedade e história” (SILVA, 1982, p. 14).

Esse entendimento é percebido ao analisar a memória sobre a trajetória do cultivo do sisal nessa região. Muitas narrativas desse processo se assemelham com a compreensão que o visitante anônimo teve em relação ao sisal: “planta que a natureza criou para sanar os sofrimentos dos bondosos lavradores, surgindo qual alvissareira aurora para a concretização de um ideal de desenvolvimento e progresso” (UMA CIDADE..., 1962, p. 15). Destarte, essa memória legitimou o sisal como única alternativa de sobrevivência dos sertanejos situados

nessa região baiana, o que contribuiu para configurar no nordeste baiano a chamada Região Sisaleira da Bahia.

Ademais, para uma parte do grupo social dessa localidade, especialmente a elite econômica e política, o sisal se tornou o único caminho para o desenvolvimento econômico dessas terras castigadas pela seca, pois essa planta resistiu frente às estiagens e ao clima com características desérticas, possibilitando minimizar o atraso presente na região. Por outro lado, os sujeitos que obtiveram grande sucesso econômico com essa monocultura, principalmente os que dominaram o desfibramento e comercialização da fibra sisaleira, foram considerados por muitos os únicos sujeitos capazes de conduzirem politicamente os destinos dessa região, sendo responsáveis pelo surgimento de alguns municípios nesse território.

Essa conjuntura possibilita pensar no processo de modernização conservadora da Região Sisaleira da Bahia, visto que o termo “modernização conservadora”, geralmente, se refere aos projetos de reforma social liderados pelo Estado. Esse termo foi elaborado pelo sociólogo político estadunidense Barrington Moore Júnior (1983), em sua obra *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Nela, o autor realiza um estudo comparativo sobre o processo de modernização na Inglaterra, França, Estados Unidos, China, Japão e Índia, sem desconsiderar esse processo entre alemães e russos. Moore Júnior argumenta que o processo de modernização desses países foi condicionado pelos diversos papéis políticos desempenhados pelas altas classes terratenentes, burguesia e camponeses, que possibilitaram, através do desenvolvimento industrial e do pacto político entre essas classes, três caminhos distintos de regimes políticos nesses países: democrático, ditatorial e fascista.

Em sua análise, o sociólogo esclarece que o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão foi vinculado pelo pacto político tecido entre a burguesia e as altas classes terratenentes, na qual as elites pré-industriais não foram varridas plenamente do centro de decisão política do Estado Nacional. Assim, não perderam a sua fonte de poder e continuaram conduzindo de forma compartilhada com a burguesia nascente os destinos do Estado. Aspecto que difere dos outros países analisados, especialmente a experiência francesa. Nesse sentido, Moore Júnior compreende que esse processo de transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas na Alemanha e no Japão foram realizadas a partir de revoluções burguesas vindas de cima, ou seja, “o impulso burguês era muito fraco, se chegou a tomar forma revolucionária, a revolução foi derrotada” (MOORE JÚNIOR, 1983, p. 14).

O panorama apresentado possibilitou o pacto político entre a burguesia e as altas classes terratenentes no processo de modernização desses países, evidenciando o traço conservador do

processo de modernização. Esse pacto é entendido como o componente mais importante da modernização conservadora, conduzindo a Alemanha e o Japão para regimes políticos autoritários e totalitários, devido à ausência de um forte surto revolucionário por parte das novas classes industriais e os camponeses.

O primeiro a transportar para a realidade nacional o termo cunhado por Barrington Moore Júnior foi o ensaísta brasileiro Alberto Passos Guimarães, em 1977, ao procurar compreender a exploração agrícola no Brasil. Contudo, seu foco de análise em relação ao processo de modernização conservadora no país reduziu-se apenas à vertente econômica, desconsiderando as especificidades históricas da realidade brasileira. Para Murilo Pires e Pedro Ramos (2009), o termo “modernização conservadora” foi aprimorado e aprofundado, em terras brasileiras, a partir dos estudos de Fernando Antonio Azevedo (1982), George Martine (1990), George Martine e Ronaldo Coutinho Garcia (1987) e Ignácio Rangel (2000), que apresentaram os aspectos histórico e político da modernização conservadora em sua vertente agrária. Esse processo transformou as unidades de exploração agrícola em capitalistas, sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional, objetivando a manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, às custas da exclusão política dos setores subalternos. Desse modo, os principais atores dessa modernização criaram dificuldades para quaisquer tentativas democráticas de acesso ao poder por parte das demais classes sociais, configurando uma modernização de cunho conservadora.

Nesse sentido, a partir desses estudos, bem como do cientista social Afonso de Albuquerque (2010), podemos inferir dois aspectos relacionados a esse processo de modernização conservadora na região sisaleira: primeiro, a percepção de que o sisal foi concebido como a única alternativa, especialmente pela elite agrária, para superar o atraso econômico dessa região e alcançar o progresso das cidades desenvolvidas; segundo, a defesa de que a chamada “elite sisaleira” seria a única capaz de proporcionar um caminho de progresso e desenvolvimento para esta sociedade, excluindo desse processo a maioria dos habitantes dessa região, sendo este aspecto, também, o seu eixo conservador e autoritário.

Discutir sobre a modernização autoritário-conservadora da Região Sisaleira da Bahia, no período pós-golpe civil-militar de 1964, perpassa em pensar sobre a maneira em que a economia sisaleira foi introduzida nessa região do nordeste baiano e quais os impactos dessa lavoura na região, sobretudo quais sujeitos e grupos sociais foram beneficiados com o cultivo dessa planta, oriunda da Península de Yucantán, situada no extremo sudeste do México. Não obstante, salientamos que o objetivo desse capítulo não visa aprofundar sistematicamente a trajetória do sisal nessa região e nem dar conta de todos os efeitos gerados pelo cultivo dessa



planta no semiárido baiano. De antemão, busca lançar reflexões sobre essa temática para assim poder compreender de que modo o sisal configurou essa região, especialmente entender a conexão entre o projeto desenvolvimentista dos governos militares e a modernização desse território através do cultivo do sisal.

Os estudos desenvolvidos pelo historiador Rodrigo Patto Sá Mota (2014a) sobre a experiência autoritária no Brasil, também, são norteadores para analisar esse processo na Região Sisaleira, especificamente na cidade de Conceição do Coité. Nesse sentido, os pressupostos adotados por este autor são fundamentais para a compreensão do termo modernização autoritário-conservadora:

Observando o quadro geral, pode-se dizer que propósito modernizador se concentra na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes de esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã (MOTTA, 2014a, p. 15).

Dessa maneira, as ações estatais e das elites sisaleiras em torno do processo de industrialização e desenvolvimento do sisal, e a hegemonia de empresários sisaleiros no poder político nessa região, principalmente a partir da ditadura implementada em 1964, serão compreendidas como estratégias para adequar a Região Sisaleira da Bahia no projeto desenvolvimentistas dos governos militares. Cabe salientar o esclarecimento de Motta (2014a), ao se referir sobre o modelo de reforma social conduzido pelo Estado, esse processo foi extremamente debatido antes de 1964. Já por volta da década de 1950, os conceitos de desenvolvimento e modernização permeavam os projetos políticos em relação às reformas que o Brasil deveria sofrer, sobretudo os que eram influenciados pelas agências estatais norte-americanas, cujas teorias estavam pautadas nos imperativos da Guerra Fria. Assim:

Com a vitória da coalizão golpista e a derrota política das esquerdas, acabou de vencer a vertente autoritária e liberal-conservadora do projeto modernizador, que paradoxalmente se apropriou de ideias sugeridas por líderes derrotados em 1964. Os militares tornaram-se agentes modernizantes, tal como previam alguns cientistas sociais e líderes políticos, mas nem sempre seguiram o script que lhes estava destinado, desbordando na direção de práticas repressivas mais drásticas do que desejavam os parceiros norte-americanos, e também ousando afastar-se dos Estados Unidos nos anos de 1970. (MOTTA, 2014, p. 11).

Um dos motivos para os militares não seguirem o *script* que lhes estava destinado é outro aspecto interessante sobre esse processo de modernização autoritário-conservadora no

Brasil, investigado pelo próprio historiador Rodrigo Motta. Essa dimensão está relacionada com a influência de tradições arraigadas e de elementos que podem ser considerados parte da cultura política brasileira<sup>44</sup> na implementação do Estado autoritário em 1964. Em outras palavras, ela corresponde a certos aspectos tradicionais do comportamento político que se reproduziram durante a ditadura militar, em especial a tendência à conciliação e à acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais.

No artigo *Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, publicado em 2017, pela *Revista Tempo e Argumento*, Carlos Fico lança uma significativa reflexão em torno do conceito de modernização conservadora, amplamente utilizado pelos historiadores que analisam a ditadura implementada pelo golpe civil-militar de 1964. O autor avalia como frágil o conceito de modernização conservadora a partir do entendimento da “contradição entre regime militar (que aparentemente é pensado como devendo ser 100% repressor e reacionário) e um projeto de desenvolvimento tido como modernizante” (FICO, 2017, p. 25). Desse modo, Fico defende a necessidade de analisar o processo de modernização conservadora sob a vertente do conceito de classe social como determinante para a discussão de modernização, assim como foi proposto por Barrington Moore Júnior (1983). Além disso, “a modernização – aqui entendida como crescimento do PIB e suas consequências – não decorreu do regime autoritário [...] não foi apenas uma decorrência das ações dos governos militares, devendo também ser lido em uma duração mais longa” (FICO, 2017, p. 30).

Nesse sentido, é possível compreender que esse processo de modernização conservadora na Região Sisaleira acompanha a trajetória e consolidação econômica e política de empresários sisaleiros, que conseguiram constituir grandes indústrias voltadas para as manufaturas do sisal, cujos produtos eram comercializados com outros países, sobretudo com os do continente europeu. Aspectos desse processo reverberam na sociedade sisaleira quando surge um *locus* progressista nessa região, capitaneado por setores da Igreja Católica, ligados à Teologia da

---

<sup>44</sup> Rodrigo Patto Sá Motta em seu texto *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*, na obra sob sua organização, *Culturas políticas na História: novos estudos* (2014b), define cultura política, com base nas contribuições tanto de cientistas sociais, como Gabriel Almond e Sidney Verba, quanto de historiadores, por exemplo, Serge Berstein e Jean François Sirinelli, como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Rodrigo Motta faz uso desse conceito em seus estudos, principalmente sobre a ditadura civil-militar, para compreender questões estruturais da política brasileira, influenciadas por elementos arraigados na cultura brasileira, sobretudo as tentativas de escamotear conflitos e buscar a integração social, cujo ponto culminante é a conciliação/acomodação, e o personalismo. Assim, o autor, por meio desse conceito, procura explicar como ações políticas realizadas na contemporaneidade foram determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição presentes na sociedade brasileira.

Libertação, que estruturam bases de oposição política aos projetos empreendidos por esses empresários situados no poder público.

Entendemos que não podemos desconectar as narrativas históricas sobre Conceição do Coité, especificamente aquelas que foram produzidas na segunda metade do século XX, das perspectivas do projeto de modernização autoritário-conservador desenvolvidas a partir de 1964. Além do mais, não é possível desagregar dos aspectos tradicionais do comportamento político brasileiro e do personalismo, visto que os principais patrocinadores dessas narrativas locais, que apresentam uma cidadania isenta de conflitos sociais e sedimentada nos valores da religiosidade católica, iniciaram suas trajetórias políticas no contexto da ditadura implementada em 1964 e permaneceram na hegemonia do poder local durante mais de 30 anos.

Na cidade de Conceição do Coité, principal polo econômico do sisal, o *locus* progressista foi inicialmente constituído pela ação de setores do laicato católico, que decidiram, inspirados na TdL, adentrar na política partidária, sob a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1986. Embora esses leigos sejam reconhecidos em pequeno número e distantes da perspectiva econômica dos empresários sisaleiros, em poucos anos, eles se tornaram bastante atuantes no campo político, sendo uma significativa base de oposição aos grupos políticos hegemônicos, sobretudo no fomento de movimentos sociais que evidenciaram os conflitos presentes nessa região do sisal.

As eleições municipais de 2012 interromperam, durante oito anos, a hegemonia dos grupos políticos liderados pelos empresários do sisal no poder local, especialmente dos correligionários de Hamilton Rios de Araújo, reunidos na agremiação chamada de *Vermelhos*. Ademais, elas proporcionaram a entrada do partido político fundado pelos “Comunistas de Cristo”, o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, e de seus aliados nos cargos do executivo municipal, estes que, desde as eleições de 1988, pleiteavam administrar a cidade de Conceição do Coité e implementar um projeto político inspirado nas diretrizes da Teologia da Libertação (TdL) e da chamada ala “progressista” da Igreja Católica.

Compreendemos que a conjuntura partidária do Diretório Municipal do PT em 2012, que possibilitou a candidatura vitoriosa do pleito, formada pelo bancário Francisco de Assis Alves da Silva, como Prefeito, e o empresário do ramo de sandálias, Alex Lopes da Silva, como Vice-prefeito, era divergente do contexto de gestação e dos primeiros pleitos disputados pelos leigos “progressistas” e os empresários sisaleiros pelo poder local. Durante a década de 1980 e nos idos de 2000, o principal representante dos católicos filiados ao PT era o Ministro da Eucaristia e Técnico Contábil Arivaldo Ferreira Mota, um dos fundadores do Diretório Municipal do partido, atualmente presidente de honra do PT local.

No entanto, alguns componentes do pensamento religioso dos católicos “progressistas” estiveram presentes na comemoração da vitória eleitoral do PT, ocorrida em outubro de 2012, proporcionada por 53,89% dos votos válidos (ESTATÍSTICA..., 2012). Esse momento contou com os discursos de padres, que administraram a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité – o Padre Luiz Rodrigues Oliveira e o Padre Antonio Elias Souza Cedraz. Tais aspectos serão analisados em outro momento.

## **2.2 Dos “campos abertos” para o cultivo do sisal**

A ocupação das terras de Conceição do Coité, sobretudo a ocupação econômica, como também dos demais municípios pertencentes à Região Sisaleira da Bahia, foi propiciada pela expansão da pecuária e pela agricultura de subsistência e remonta aos primeiros séculos da colonização portuguesa no sertão da Bahia. A agricultura se desenvolveu com a utilização das terras mais férteis para a produção de alguns gêneros agrícolas, como, por exemplo, feijão, mandioca e milho, produzidos nas fazendas ou sítios, que foram criadas a partir do processo de desmembramento da sesmaria dos Tocós, no século XVII, pelos herdeiros de Antonio de Guedes Brito, o Conde da Ponte. As referidas unidades foram responsáveis pelo processo de povoamento desse território, principalmente fomentado pelas fazendas de gado.

Nesse período, as terras dessa região, em sua grande maioria identificada de Sertão dos Tocós ou Pindá, devido à presença de indígenas que, ao perderem suas terras no Recôncavo, fixaram moradias nessa região (BARRETO, 2007), foram ocupadas pela utilização de “campos abertos” para a criação de uma pecuária extensiva. O objetivo inicial era abastecer os engenhos, visto que, devido às condições climáticas, que propiciavam constantes estiagens, o desenvolvimento agrícola enfrentava grandes dificuldades. Por outro lado, segundo o historiador Luiz Cleber Moraes Freire (2007, p. 26), “a caatinga mostrou-se de fácil adaptabilidade para o desenvolvimento da pecuária bovina. Ela se desenvolve em clima semiárido, em regiões de baixo índice pluviométrico, onde o calor fatigante durante o dia é recompensado pela queda brusca da temperatura à noite”.

O relato de Antônio Guedes de Brito, em 1676, sobre a sesmaria dos Tocós, revela a seca como grande problema enfrentado por essa região, um espaço escasso de recursos para o cultivo: “[...] e sendo de mais de quarenta não achar sítio algum que pudesse cultivar-se, nem em todo tempo se pode passar por falta da dita água [...] e também [...] por serem os ditos tocós

muito faltos de água, haverem muitos matos, caatingas infrutíferas [...]” (RIOS, 2003, p. 20-21).

Desse modo, o desenvolvimento da pecuária bovina nas terras afastadas do litoral resolveu duas questões: “atendiam as queixas dos proprietários de canaviais”, prejudicados pela invasão do gado em suas plantações de cana-de-açúcar; e “solucionavam a questão da ocupação do interior” (FREIRE, 2007, p. 26). Na região, a expansão da pecuária, desenvolvida após a expulsão dos índios Tocós pelo exército particular do sexto Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, propiciou a abertura de fazendas para a criação de gado e das estradas de boiadas, visando atender ao escoamento da produção pecuária, que abasteceria as regiões auríferas e o litoral. Essa conjuntura foi fundamental para a formação do Arraial de Coité, espaço incluído nos trajetos da famosa “Estrada Real do Gado”<sup>45</sup>, importante via de comunicação entre o Recôncavo e o interior baiano:

Essa estrada partia de Cachoeira em direção ao povoado de Capoeiruçu, seguindo a Oeste e Noroeste para a “comarca de Jacobina”, passando por Conceição da Feira – onde a sua “caravana foi objeto de viva curiosidade, por parte dos habitantes pardos e pretos, acostumados a só verem passar na estrada as boiadas do Piauí” –, pelos arraiais de “Feira de Sant’Ana” e São José, e as fazendas Formigas, Santa Bárbara e Gravatá, até chegarem ao arraial de Coité, de onde se tomavam dois rumos: um, em direção a Jacobina, outro, para Itiúba, até chegar em Juazeiro (FREIRE, 2007, p. 35).

A descoberta das minas do Rio de Contas e Jacobina, no século XVII, intensificou a formação de novas estradas. Nesses novos percursos, o Sertão dos Tocós se tornou ponto de repouso e comércio, devido, provavelmente, à necessidade de suprir demandas exigidas pelas minas de Jacobina. Assim, muitos sujeitos fixaram moradias nos trajetos que levavam ao ouro e se inseriram na atividade agropecuária dessa região, por ser a principal abastecedora da dinâmica do comércio interno dessa parte da Bahia.

Freire (2007) destaca que, em 1851, a “Estrada Real do Gado” foi alvo de reivindicações, por parte dos habitantes de Vila Nova Rainha, atual cidade de Senhor do Bonfim, de Juazeiro e de Conceição do Coité, com a finalidade de alterar o seu trajeto, e, portanto, encurtar a estrada em até cinco léguas, assim percorreria Conceição do Coité sem precisar passar pela cidade de Serrinha. Destarte, à medida que a pecuária avançava pelo sertão baiano, pequenas e médias propriedades foram multiplicadas, porém os grandes pecuaristas eram donos de várias fazendas de gado, sendo Conceição do Coité uma das localidades onde se

---

<sup>45</sup> A “Estrada Real do Gado” foi aberta por Garcia D’Ávila entre 1654 e 1698, um dos grandes “curráleiros” baiano desde o século XVI, sendo posteriormente, melhoradas pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, com a fundação da Vila de Jacobina, em 1720. (RIOS, 2003, p. 22).

concentrava a maioria delas. Além de servir de passagem para inúmeras boiadas, a região coiteense saciava a sede dessas excursões pelo sertão por meio da nascente de água cristalina denominada de “Tanque de Coité”, popularmente conhecida como “Olhos d’água”.

Esse *tanque* poderia ter sido uma das razões do seu território compor os caminhos por onde percorriam as boiadas, visto que o acesso à água era um componente significativo para o planejamento dessas estradas. Essa nascente propiciou a fixação de diversos tropeiros nessas terras, pois, além de saciá-los com suas boiadas, ela despertava o interesse de fixar moradia nas suas proximidades, uma vez que a estiagem acabava prejudicando a condição dos animais.

O “Tanque de Coité” aparece no roteiro que o bandeirante Joaquim Quaresma Delgado fez sobre as estradas da Bahia, em 1731, e nas viagens dos ingleses Von Spix e Von Martius, em 1819. Os viajantes ingleses narraram conflitos em torno do acesso à água na região, registrando no livro *Viagem pelo Brasil*, práticas que demonstram a ação dos poderes locais e aspectos do cotidiano da época:

Na fazenda Patos, onde pernoitamos, acharam os animais uma pequena porca de água para qual se precipitaram com avidez. Animaram-se, assegurando que estava vencida a maior dificuldade, pois no pequeno Arraial de Coité, a seis léguas de Patos, uma abundante fonte jorrava do rochedo. Na tarde de 4 de março, chegamos a esse lugar da promessa; qual não foi, porém, nossa angústia, quando vimos de perto! Uma fenda da rocha de granito fora tornada acessível por um fosso, e ali estava uma pessoa com uma cuia apanhando água, que gotejava. Mais de 30 indivíduos, mulheres e moças, estavam reunidos em redor dessa fonte do deserto, para descerem segundo a ordem do juiz local, ali presente; os homens traziam fuzis, para, em caso de necessidade, fazerem valer os direitos dos seus. Com a água que bastasse aos animais exaustos, não se podia contar; e mesmo para os homens, quando eu pedi uns sorvos, obtive a arrogante resposta: “- A água aqui é só para nós, e não para ingleses vagabundos”. Um soldado reformado forneceu-nos, comprada, certa porção de água, e aconselhou-nos a seguir viagem na mesma noite, em parte por não poder nos garantir segurança aqui, em parte porque, a noroeste de Coité e talvez perto da estrada, pouco antes tinha havido trovoadas (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 204).

Os relatos sobre o processo de ocupação e desenvolvimento econômico dessa região, como os analisados acima, possibilitam pensar que as condições climáticas presentes nesse território também condicionaram uma determinada organização sociopolítica desse espaço. A escassez de água contribuiu para legitimar um lento processo de urbanização e reduzida diversificação das atividades econômicas, bem como influir no modo em que as relações de poder eram tecidas nessa região. Este espaço se tornou um campo fértil para a expansão do latifúndio, sustentado pela pecuária extensiva, cujo povoamento seguiu essa expansão e a ampliação de rotas boiadeiras para o abastecimento dos municípios baianos mais populosos. Fenômeno entrelaçado como em outras regiões do país que se desenvolveram não apenas pelas

grandes fazendas, pelos conflitos com os indígenas e pela emergência de áreas de mineração, mas também pela importância da pequena lavoura no processo de colonização (LINHARES, 1990).

Dessa maneira, a “Estrada Real do Gado” e o “Tanque Coité” foram fundamentais para a formação da região coiteense, visto que seus trajetos interligavam comerciantes de outras regiões do país ao interior baiano. Tais elementos contribuíram para a formação de roçados, como também o aparecimento e a permanência de pequenas feiras livres às sextas-feiras “ao redor da capela, havendo trocas de mantimentos e produtos de fazendas da região, tendo ocorrido, posteriormente, a fixação da feira livre neste dia, o que perdura até hoje” (RIOS, 2003, p. 22).

A historiadora Iara Nancy Rios (2003), em sua dissertação *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*, salienta que nessas feiras havia a comercialização de mantimentos e produtos das fazendas da região. A viabilidade do comércio era fruto da facilidade de acesso nesse território, sendo um ponto de aquisição de gado para as fazendas da região e para a capital. A autora ainda identificou a presença de mão de obra escrava nas propriedades dessa Freguesia. Apesar dos escravos nessas terras serem em pequenos números, em virtude da pecuária e da agricultura de subsistência reduzirem a necessidade da presença dessa mão de obra; e do desenvolvimento da mão de obra familiar, não se pode silenciar a presença desses sujeitos nas propriedades desse território.

Além das estradas de boiadas serem significativas para o desenvolvimento de Conceição do Coité, pois elas oportunizaram essa região se transformar num dos grandes pontos de comercialização de gado, contando com fazendas maiores do que as unidades próximas de Feira de Santana (FREIRE, 2007), a presença da ferrovia, partindo do porto da Bahia até às margens do rio São Francisco, possibilitou novos horizontes de crescimento socioeconômico:

Com o surgimento da estrada-de-ferro, novas perspectivas de desenvolvimento começaram a surgir em Coité, principalmente no arraial de Salgada, pois o colocava em contato direto e permanente com as localidades distantes de difícil acesso, inclusive a capital do Estado, passando a ser frequentada pelas pessoas mais ricas. A estrada-de-ferro tornou-se um elo de ligação entre os pequenos lugarejos e as grandes cidades e, também, uma fonte geradora de empregos. Muitas pessoas foram aproveitadas para trabalharem como: maquinistas, foguistas, telegrafistas, conferistas, agentes, ajustadores e mestres-de-linha. Com isso, lucrava o comércio. Começaram a surgir vendedores ambulantes, que, ao lado da estação, estendiam os tabuleiros e ofereciam: café com leite, mingau, doce, mamão, pão, e diversos outros produtos (OLIVEIRA, 2002, p. 44).

Vanilson Lopes de Oliveira (2002), em seu livro *Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós*, salienta que, segundo os descendentes do Coronel João Manuel Amâncio, o projeto inicial dessa ferrovia indicava que os seus trilhos percorreriam pela sede do município coiteense. Entretanto, o projeto foi alterado, por pressões do poder local, para o Distrito de Salgadália, a 16 km da sede, sob a alegação de que a presença do trem poderia prejudicar o desenvolvimento das fazendas de gado e oportunizar que as moças fugissem com algum forasteiro. Concomitante ao início da construção da ferrovia Bahia-São Francisco, o Arraial do Coité foi elevado à categoria de Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Coité, desmembrando-se de Água Fria e passando a pertencer à Vila de Feira de Santana, em 1855. A elevação à Freguesia demarcou seu espaço político-administrativo e consolidou o sentimento católico nesse recorte do sertão baiano, expresso no seu topônimo que também se refere à presença de uma planta chamada “cuitezeira”, de cujos frutos fazem as cuias, por isso a derivação Coité<sup>46</sup>.

Sete anos após a inauguração da Estação Férrea de Salgadália, em 18 de dezembro de 1890, a Freguesia se tornou Vila, se desmembrou da Vila de Feira de Santana e passou a estar vinculada pelos termos eclesiásticos à Vila de Nossa Senhora da Conceição de Riachão do Jacuípe, instituída em 1 de agosto de 1878. Provavelmente, a presença dessa via férrea tenha intensificado o processo de urbanização dessa região, proporcionando novas vias de comunicação e mercado, novos serviços com mão de obra especializada, que igualmente contribuiu para a evolução política desse território.

Nas primeiras décadas da República, a Estação Férrea de Salgadália continuava viabilizando marcos de desenvolvimento para Conceição do Coité. Em 13 e 27 de março de 1927, o jornal *O Serrinhense* publicou nas capas de duas edições artigos referentes à inauguração do sistema telefônico da estação, que estabeleceria contato com a sede da Vila e com outras regiões. Um empreendimento amparado pelos seus próprios comerciantes, sob a liderança do gestor local, o Coronel Vespasiano Pinto da Silva, principal proprietário desse sistema. *O Serrinhense* compreendeu que, a partir desses marcos, os coiteenses compartilhavam dos ares de progresso e de civilidade daquele tempo, uma vanguarda que possibilitou Coité “marchar a passos largos para o progresso” (CONCEIÇÃO..., 1927, p. 1).

Todavia, no âmbito administrativo, essa *marcha* foi reduzida no ano de 1931, em razão da promulgação da Lei de Organização Municipal, realizada por Arthur Neiva, interventor

---

<sup>46</sup> Orlando Barreto argumenta que a derivação Coité não advém da suposta árvore, pois a mesma não é nativa dessa região, além de ser bastante difícil encontrá-la por esses roçados, mas estaria ligada ao Tanque do Coité, registrado nos escritos de alguns viajantes dessa região desde 1600. (BARRETO, 2007).



federal da Bahia, que suprimiu os municípios com menos de 20 mil habitantes e com arrecadação considerada insuficiente, os anexando novamente aos territórios que anteriormente tinham se desmembrado. Naquele período, a população coiteense correspondia a 17 mil habitantes. Desse modo, segundo o IBGE, Conceição do Coité foi anexado ao município de Riachão do Jacuípe pelo Decreto Estadual n.º 7.455 de 23 de junho de 1931.

A memória oficial afirma que pelo Decreto Estadual n.º 7.479, de 8 de julho de 1931, o distrito de Conceição do Coité deixou de pertencer ao município de Riachão do Jacuípe para ser anexado ao município de Jacuípe, criado pelo mesmo Decreto e possuindo os distritos de Candeal, Conceição do Coité, Gavião e Riachão do Jacuípe. Conceição do Coité alcançou autonomia política em 7 de julho de 1933, pelo Decreto n.º 8528, desmembrando-se de Jacuípe. (CONCEIÇÃO..., 1958).

Em 15 de novembro de 1931, o periódico *O Serrinhense* realizou a publicação de duas atas oficiais do município de Jacuípe, correspondentes à comemoração do aniversário da Revolução de 1930 e à instalação da Estrada de Rodagem, que ligava Jacuípe ao arraial de Valente e indicava o Coronel Vespasiano Pinto da Silva como o Prefeito da Vila de Jacuípe. Nessas publicações, as atas informavam que a sede do município de Jacuípe correspondia a anterior cidade de Conceição do Coité, mantendo a sua estrutura de poder no recente município. Assim, Conceição do Coité havia apenas substituído o seu topônimo para Jacuípe e anexado o território de Riachão do Jacuípe (PUBLICAÇÕES..., 1931). Essa divergência com a memória oficial também pode ser observada no seguinte artigo:

Consoante é de domínio público, o município de Riachão do Jacuípe foi anexado ao do Coité, com a denominação de Jacuípe, perdendo, deste modo, uma autonomia que data de longos anos. A transformação trouxe, como era natural, grandes aborrecimentos aos filhos do Riachão, que, não se conformando com o córte da celeberrima refórma Bernardino de Souza, resolveram não pagar, como até hoje não pagaram, impostos municipais para os cofres do município do Coité. Agora, o snr. Interventor Federal tomou a resolução de enviar uma pessoa de confiança aos dois municípios, para examinar, in loco, a situação, e poder solucionar a contenda. Em desempenho dessa missão por aqui passou, já de volta, o 1º tenente Anisio Lopes de Meneses, que seguiu com o destino à capital, levando um relatório do que viu e ouviu. Fazemos votos para que, em breve tempo, esse caso tenha plena solução, e que essa se baseie em honrosa equidade para os 2 futuros municípios. [sic] (SUPRESSÃO..., 1931, p. 2).

Nesse sentido, o periódico apresenta dados contrários à memória oficial ao afirmar que Riachão do Jacuípe foi anexado à Conceição do Coité, mencionar a revolta dos *filhos de Riachão* ter sido motivada pela perda de sua autonomia política, e ainda constatar que o ex-Prefeito de Conceição do Coité tinha se tornado, através da criação do município de Jacuípe, o

principal gestor do território de Riachão do Jacuípe. As publicações do ano de 1932 também indicaram o Coronel Vespasiano Pinto da Silva como Prefeito do recente município de Jacuípe, cuja sede seria em Conceição do Coité (COITÉ..., 1932).

Analisando o referido Decreto Estadual n. 7.455 de 23 de junho de 1931, consta que tanto Riachão do Jacuípe quanto Conceição do Coité foram suprimidos e seus territórios constituíram o município de *Jacuhype*, (BAHIA, 1931b) cuja sede da vila era em Conceição do Coité: “Jacuhype, abrangendo os territórios dos municípios de Conceição do Coité e Riachão de Jacuhype, com séde na villa do Jacuhype, ex-Conceição do Coité [sic]”. (BAHIA, 1931a, p 5878-5879). Nesse sentido, esses dados divergem de uma memória oficial sobre esse processo, na qual afirma que Conceição do Coité foi anexado ao território de Riachão do Jacuípe, em 1931.

Essas informações evidenciam a necessidade de compreender melhor esse processo administrativo, visto que pelo Decreto n. 8.528, de 7 de julho de 1933, foi restabelecido a denominação Conceição do Coité para o atual município de Jacuípe e revogados os decretos anteriores, “revogam-se as disposições em contrário” (BAHIA, 1933, p. 7473). Pensamos que a investigação desses eventos oportunizará entender as relações de poder que foram instituídas nesse contexto e como elas operaram na construção do passado dessa região. Além disso, compreender os motivos da constituição de uma memória oficial que desconsiderou os efeitos dos decretos sobre a extinção de Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité e a criação do município de Jacuípe, bem como a sua extinção. Elementos que serão analisados em outro momento.

Após esses processos administrativos, o cultivo do sisal foi promovido nessa região como uma iniciativa de combate à seca por incentivo da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, no governo de Landolfo Alves de Almeida<sup>47</sup>. A partir de 1939, no intuito de intensificar a produção do sisal como uma alternativa econômica, o governo baiano instituiu campos de experimentação e produção de mudas para serem distribuídas gratuitamente a diversos municípios do Estado. Assim, o sisal passou a ser visto como uma alternativa econômica bem-sucedida para dissipar o atraso econômico das zonas do semiárido baiano, sobretudo dos municípios incluídos no Polígono das Secas.

---

<sup>47</sup> O governo de Landolfo Alves, o segundo interventor do Estado Novo na Bahia, foi marcado pela sua dedicação à agricultura e à educação. Ele foi convocado por Getúlio Vargas para assumir a administração do Estado baiano em 23 de março de 1938, quando ocupava o cargo de diretor do Departamento de Indústria Animal, órgão do Ministério da Agricultura. Na área da Agricultura, Landolfo Alves, investiu na implementação de fazendas experimentais de diversas culturas, uma delas o sisal, sob o comando do seu amigo e agrônomo, Joaquim Medeiros, Secretário de Agricultura durante seu governo. (TAVARES, 2008).

Dentro desta perspectiva, o cultivo do sisal, a começar da década de 1940, se transformou na principal atividade econômica das cidades que outrora pertenciam ao Sertão dos Tocós, especialmente Conceição do Coité. Embora esse último município tenha sido o mais destacado na exploração dessa fibra, por reunir inúmeros trabalhadores, a riqueza ficou concentrada numa pequena parcela de indivíduos, os grandes latifundiários, que iniciaram o processo de comercialização e industrialização do *ouro verde* do sertão. Nesse período, os campos de sisal propiciaram condições para um discurso regional e para a delimitação de uma região dentro da região semiárida baiana, “cujo critério de diversificação fosse o amplo envolvimento no processo produtivo do sisal” (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015, p. 133). Como salienta a geógrafa Edinusia Moreira Cardoso Santos, a produção sisaleira “forja um processo contraditório e desigual de modernização e permanência de antigas estruturas, construindo também a identidade e a ideia de pertencimento à Região Sisaleira da Bahia” (SANTOS, 2011, p. 51).

A memória em relação ao cultivo do sisal, presente nas literaturas locais, não relaciona essa lavoura como partícipe de uma estrutura fundiária e política anterior à monocultura sisaleira. Por outro lado, ao apresentar uma perspectiva de desenvolvimento da cadeia produtiva do sisal, responsável pela inclusão de milhares trabalhadores nos campos de cultivo e nas indústrias de beneficiamento da fibra, fortalece um discurso de que a *planta redentora* oportunizou o estabelecimento de uma nova organização socioeconômica e política nessa região. As nuances do discurso redentor em relação ao sisal são exemplificadas nos prenúncios evocados por João Batista Cardoso (personagem analisado no próximo item), nas primeiras décadas do século XX, presentes nos relatos memorialísticos: “O povo de Coité vai viver de uma planta com um espinho na ponta. Ganhará bastante dinheiro com essa planta, que até as crianças irão brincar de dinheiro à beira da estrada” (OLIVEIRA, 1996, p. 179). Apresentamos esse possível prognóstico de João Cardoso no intuito de refletir que a cristalização de uma memória sobre o cultivo do sisal possibilitou um certo silenciamento do passado anterior às relações socioeconômicas, bem como políticas, estabelecidas pela lavoura sisaleira nessa região.

Desse modo, parece que esse processo se tornou eficaz, uma vez que, ao analisar os discursos memorialísticos e políticos em torno da produção sisaleira, não há a percepção de que as relações socioeconômicas e políticas desenvolvidas na monocultura do sisal mantiveram e/ou deram continuidade às estruturas antigas: a dinâmica de acesso à terra, o latifúndio, a desigualdade, a exclusão social e a ação estatal. Esta última coordenada, muitas vezes, pelas demandas da elite agrária, visto que ela ocupou os principais cargos de decisão política dessa

região. Por outro lado, esses discursos fortaleceram o entendimento de que a economia sisaleira propiciou o desenvolvimento dessa região semiárida, sobretudo por ter oportunizado a permanência dos seus habitantes nesse território frente às rigorosas estiagens. A “redenção” advinda pelo cultivo do sisal e o discurso em favor de suas potencialidades foram fundamentais para sedimentar a perspectiva comercial dessa lavoura nessa região.

A insistência em reunir esforços políticos e econômicos para a manutenção dessa atividade econômica como principal caminho de desenvolvimento regional estava atrelada aos interesses da classe social que mais lucrava com a produção do sisal, a exemplo dos grandes proprietários e dos donos de indústrias de beneficiamento da fibra sisaleira. Nesse sentido, a geógrafa Aline dos Santos Lima, em sua dissertação *O PETI em Retirolândia-BA: implicações e impasses (1997-2007)*, compreende que foi a partir dos estímulos do governo que o sisal se tornou viável economicamente, associado aos discursos regionalistas, com o objetivo de minorar os efeitos da seca no semiárido baiano. Um planejamento territorial implantado, portanto, “no contexto seminal de formação do planejamento do país” (LIMA, 2008, p. 41). Os incentivos governamentais perpassaram pela distribuição de mudas da planta e ampliação do seu cultivo, premiação aos produtores, como também a sua industrialização e estabilidade econômica do produto e dos seus principais beneficiadores.

Aline Lima (2008) salienta que as iniciativas governamentais na economia sisaleira abarcou majoritariamente os interesses dos grandes proprietários. Inicialmente, o cultivo do sisal foi reduzido aos agricultores mais instruídos e capitalizados, pois para obter acesso aos benefícios estatais era necessário compreender as orientações legislativas e adquirir instrumentos para o beneficiamento da fibra, cujos preços eram elevados. Além disso, a autora destaca que “as exigências da plantação e comercialização do vegetal inviabilizavam os pequenos produtores de ingressar na sisalicultura, pois o plantio inicial requeria um tempo mínimo entre 3 e 4 anos até atingir a fase de corte” (LIMA, 2008, p. 40-41).

No decorrer do desenvolvimento dessa economia, essa perspectiva não foi alterada. Ao analisar os programas, projetos e estudos para o semiárido com ênfase para a cultura do sisal, entre os anos de 1980 e 2005, Lima (2008) conclui que a maioria dessas pesquisas, financiadas pelos incentivos governamentais, privilegiou a cadeia produtiva do sisal sem mencionar os trabalhadores envolvidos no processo. Apesar desses esforços, a planta continuou sendo subaproveitada, usufruindo 5% da capacidade da folha. Segundo a autora, essa realidade evidenciou “que na verdade a sisalicultura foi encarada como prioridade somente para atender aos interesses das elites, o que nos leva a afirmar que, de um modo geral, em nosso país o

desenvolvimento técnico-científico só acontece quando interessa aos grupos dominantes” (LIMA, 2008, p. 45).

É interessante perceber que as literaturas voltadas à memória do desenvolvimento do sisal na cidade de Conceição do Coité, bem como na Região Sisaleira, não mencionam as lutas travadas pelos trabalhadores do sisal e de suas famílias nessa cadeia produtiva. Essa constatação é gritante, uma vez que na década de 1980, a cidadina foi palco de várias mobilizações de trabalhadores mutilados pelo motor do sisal, denominada por *paraíbana*, em busca da garantia de suas aposentadorias e melhores condições de trabalho. O historiador Cassiano Ferreira Nascimento (2014), em sua dissertação *A APAEB-Valente e os “sisaleiros”: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)*, demonstra, a partir do relato de lideranças sindicais, como a ação pastoral de *padres progressistas*, durante a década de 1970, foi fundamental para fomentar espaços de organização dos trabalhadores do sisal na cidade de Valente, destacando o protagonismo de suas lutas por melhores condições de vida. Por intermédio do trabalho realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os trabalhadores conseguiram administrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que na época estava vinculado ao poder local, e se articular com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), ampliando as suas lutas.

As pesquisas de Aline Lima (2008) e Cassiano Nascimento (2014) revelam que os trabalhadores do sisal e as suas famílias despontaram como personagens importantes na cadeia produtiva do sisal dessa região a partir do trabalho desenvolvido por setores “progressistas” da Igreja Católica e pela ação do MOC, na década de 1970. Entretanto, em Conceição do Coité, essas ações só serão fomentadas nos anos finais da década de 1980, também a partir da ação pastoral de setores “progressistas” da Igreja Católica, especialmente dos leigos e leigas, objetos dessa pesquisa. Nesse sentido, a ação pastoral desses setores católicos, ligados à *Igreja Popular*, possibilitou nessa região a discussão de pautas sobre os direitos dos trabalhadores rurais e o seu protagonismo nessas lutas. Além disso, ela fomentou os primeiros espaços de organização dessa classe na busca de melhores condições de vida, em detrimento a um planejamento governamental, que privilegiou e atendeu aos interesses da elite sisaleira.

Destarte, as intervenções governamentais e o discurso redentor do sisal foram cruciais para o fortalecimento da elite sisaleira no campo socioeconômico e político no semiárido baiano e para a configuração desse território como a Região Sisaleira da Bahia, ação conduzida por esses agentes. Um processo que silenciou as antigas e outras possíveis atividades econômicas dessa região, devido à legitimação do sisal como único produto capaz de resolver o problema

da pobreza e da miséria, entendidos como flagelos sociais causados pelo “fenômeno climático”, e conter o processo migratório.

O entendimento supracitado é plausível, ao analisar os resultados da pesquisa elaborada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), ligada à Secretária do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia, sobre alternativas socioeconômicas para o desenvolvimento da região sisaleira, na década de 1990. Nesse estudo, a CAR identificou “outros relevantes espaços produtivos bem articuladas entre si e, por vezes, com o mercado internacional, nacional e regional” (CAR, 1994, p. 13): as atividades de mineração, nas quais a região apresentou um expressivo e diversificado potencial mineral, “possuindo as maiores reservas de medidas de ouro e cromo da Bahia” (CAR, 1994, p. 13); as atividades de pecuária bovina ganharam expressão econômica com a presença de um rebanho bovino misto (corte e leite) e “teve sua área de atuação ampliada com a introdução e consolidação da cultura do sisal” (CAR, 1994, p. 13); e a presença de outras culturas irrigadas nos vales, “estima-se que mais de 650 famílias de pequenos produtores estejam diretamente envolvidas na sua produção, sob a condição de proprietários, meeiros e assalariados temporários” (CAR, 1994, p. 31).

De tal modo, a inserção e o desenvolvimento da economia sisaleira, nessa região, evidenciam um processo de modernização benéfico a grupos que detinham capital e influência política, escamoteando pequenos produtores e uma grande massa de trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do sisal e, por consequência, esse cenário resultou na falta de investimentos e capacitação nos outros espaços produtivos dessa região. “A marca indelével do sisal na vida econômica e social de toda uma região parece ter ajudado a encobrir os acontecimentos em sua volta” (CAR, 1994, p. 7).

### **2.3 O desenvolvimento da *planta redentora***

As narrativas memorialísticas sobre o cultivo do sisal na cidade de Conceição do Coité, a exemplo das obras de Vanilson Lopes de Oliveira, escritas nas décadas de 1990 e 2000, apresentam o desenvolvimento dessa cultura nessa região a partir de um discurso da predestinação. O sisal estaria predestinado a brotar neste chão e escrever uma fase de progresso e riqueza na história de Conceição do Coité e de sua gente, pelo fato dessa planta ter encontrado as condições climáticas propícias para o seu desenvolvimento e ter sido responsável pelo impulso econômico dessa região.

A exemplificação desse discurso nessas narrativas é materializada, quando elas retratam a memória sobre João Batista Cardoso, conhecido como João Batata, um homem simples, trabalhador da roça, que por desventuras da vida se tornou alcoólatra e passou a realizar prenúncios sobre a cidade e os coiteenses, sendo conhecido como o “Profeta Coiteense”. Ele teria adivinhado, segundo Vanilson Oliveira (1996), que o povo de Coité iria viver de uma planta com um espinho na ponta, ganharia bastante renda com ela, que até as crianças iriam brincar com o dinheiro conquistado pelo cultivo da referida planta, no caso, o sisal. “Plante muitos pés dessa árvore abençoada, porque um dia ela lhe dará riquezas!” (OLIVEIRA, 1996, p. 57). Essa memória não afirma em que período este “profeta” realizou esse vaticínio, possivelmente durante a década de 1920, pois sua morte ocorreu em 24 de junho de 1931 e os sujeitos envolvidos em seus prenúncios são desse período.

Todavia, a presença do cultivo do sisal nessa região é datada muito antes do vaticínio de João Batata. Segundo as pesquisas que se dedicaram em investigar a trajetória do sisal em Conceição do Coité (ARAÚJO, 2016; MASCARENHAS, 2011; SANTANA, 2010), a planta chegou na região por volta de 1910, sendo cultivada nesse período na Vila de Santa Luzia, atual território da cidade de Santa Luz, 49 km de distância do município coiteense. Em seguida, foi cultivado no Distrito de Valente, em 1914, atual cidade de Valente, localizada a 28 km de distância de Conceição do Coité. Ambas estavam nesse período sob a jurisdição eclesiástica da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, sendo que o Distrito de Valente compunha o território do município coiteense.

No entanto, os relatos memorialísticos indicam que nesse período o sisal era utilizado como planta ornamental e, posteriormente, foi usado como cerca para prender os animais nas pequenas propriedades, em substituição ao gravatá. Os caminhos e as razões de como o sisal chegou nessa região ainda são obscuros. Apesar da narrativa de atribuir uma origem única ao processo de cultivo, por meio dos memorialistas apenas foi possível saber quem foram seus primeiros cultivadores, como descreve Vanilson Oliveira (2002, p. 62):

O primeiro pé de sisal, na região, surgiu em Santa Luz, como planta ornamental, plantada no quintal do professor Zé Barros, no ano de 1910. Em seguida, o agricultor José de Araújo Góes plantou-a em grande escala, beneficiando-se do produto. Do quintal do professor Zé Barros, a planta foi parar em Valente, nas fazendas: de Noberto Torquato e na de Pacífico José dos Santos que faziam limites. O cultivo apareceu acanhadamente em Queimadas, no ano de 1939, com o agricultor Umbelino Santana.

Além de apontar os primeiros agricultores do agave, o relato supracitado compartilha dos mesmos marcos cronológicos do desenvolvimento inicial do sisal no Brasil, sobretudo na

Bahia, estabelecidos pela literatura especializada sobre o cultivo dessa planta. Segundo Ricci (2007), até meados do século XX, o México era o único produtor de sisal e monopolizava o mercado da fibra sisaleira, que possuía ampla utilização na indústria de cordas e fios.

O processo de expansão do cultivo da agave sisalana para outras regiões do mundo foi iniciado quando o cônsul dos Estados Unidos no México, Dr. Henry Perrine, durante a década de 1830, iniciou um processo de cultivo do sisal na Flórida e, através de uma empresa norte-americana, expandiu o sisal para a África e o Brasil. No Brasil, a iniciativa do Comendador da Santa Casa de Misericórdia e um dos primeiros sócios-fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Horácio Urpia Júnior, por volta de 1903, foi significativa para o desenvolvimento do agave no Recôncavo Baiano.

Horácio Júnior tinha o objetivo de explorar comercialmente o sisal em suas propriedades situadas em Madre de Deus e Maragogipe, onde montou importante usina, cujos maquinismos importou da Europa e dos Estados Unidos para a fabricação de cordas. Entretanto, as condições climáticas do Recôncavo Baiano, com intensas chuvas, não favoreceram a exploração do sisal e “por não oferecer lucro, a agave desapareceu dos sonhos de riqueza do comendador” (SILVA, 2008, p. 17) e das terras úmidas desse território baiano, encontrando melhores condições edafoclimáticas e socioeconômicas na Região Nordeste da Bahia, onde foi difundido para outras regiões do Nordeste brasileiro, como Paraíba e Ceará.

Embora existam divergências entre os estudiosos do sisal sobre o percurso que essa planta trilhou depois que foi cultivado em solo baiano por Horácio Urpia Júnior, eles são unânimes em destacar que esse cultivo foi iniciado nas primeiras décadas do século XX. Essa divergência em torno do desenvolvimento do cultivo do sisal também é observada ao analisar a trajetória dessa planta para outros continentes. A publicação do jornal *A Tarde*, em 30 de abril de 1977, exemplifica essa situação ao referenciar o seguinte:

Os primeiros bulbilhos da “Agave sisalana” destinados a culturas no Brasil, foram introduzidos na Bahia por Horácio Úrpia Júnior, em 1903, trazidos, provavelmente, da Flórida, através de firma norte-americana. O Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo, obteve outros exemplares da França, por intermédio do Dr. Gustavo Dutra em 1906. Ambas as fontes das primeiras mudas – especialmente a primeira, são suspeitas de haverem fornecido material não selecionado. As primeiras mudas enviadas em 1911 para o Estado da Paraíba pelo Ministério da Agricultura, originaram-se na Bahia (GARCIA, 1977, s. p.).

Esse trecho da matéria do *A Tarde* sobre o sisal, assinada pelo Engenheiro Agrônomo Benito Garcia, retoma os marcos cronológicos apontados por Vanilson Oliveira, apesar da trajetória percorrida pelo sisal carecer de análises mais apuradas, porém esse não é o objetivo



da presente pesquisa. Há, portanto, o entendimento de que o cultivo do sisal foi iniciado na Bahia nos primeiros anos do século XX, e a partir de 1910 foi expandido para outras regiões do país, com o auxílio do nascente Estado Republicano.

Dessa forma, o discurso visionário empreendido por João Batata precisa ser analisado. Não cabe aqui adentrar no mérito de julgar João Batata e suas profecias, mas de compreender como a sua memória evocada pelas narrativas coiteenses reproduzem um discurso de progresso e modernidade realizados pelo Estado e pela elite sisaleira, entre os anos de 1940 e 1970, período em que ocorre a configuração e o fortalecimento da Região Sisaleira da Bahia, sobretudo nos momentos em que o país estava sob o governo de regimes autoritários.

A imprensa escrita foi uma das principais ferramentas desse processo, apesar de possuir nesse período modesta circulação entre os brasileiros, ela teve papel importante no fortalecimento de um discurso regional, produzidos pelos sujeitos que conseguiram maior benefícios econômicos e políticos com o cultivo do sisal nessa região. Os jornais de níveis nacional e estadual, como, por exemplo, *O Globo* e *A Tarde*, fundados nas primeiras décadas do século XX, orientados para grupos sociais de estratos socioeconômicos elevados, os chamados “formadores de opinião”, ao veicularem notícias sobre a redenção proporcionada pelo sisal para os trabalhadores do semiárido, principais vítimas das secas, legitimaram o discurso regionalista dos principais beneficiários do cultivo do sisal e das ações estatais de desenvolvimento econômico.

Esses jornais, por terem uma ampla circulação e penetração nos estratos sociais dos letrados e daqueles com melhores condições de vida, além de terem grande repercussão no cenário nacional e estadual, atuaram na sedimentação de um discurso jornalístico sobre o sisal, sendo também referências para as produções da imprensa local, como os jornais impressos e a radiodifusão, estes com maior penetração nas massas populares e que, por noticiarem acontecimentos locais e das cidades circunvizinhas, tinham mais reverberações na sociedade coiteense. Os jornais locais e a radiodifusão foram subsídios importantes para cristalizarem uma memória do cultivo do sisal que escamoteou as desigualdades, as violências e as condições de trabalhos de inúmeros lavradores incluídos na produção do agave.

O exercício de coleta dessas fontes jornalísticas possibilitou reunir exemplares publicados entre as décadas de 1920 e 2012, sendo que a maioria deles iniciaram as suas publicações na segunda metade do século XX. No âmbito nacional, as publicações do *O Globo* relacionadas ao cultivo do sisal, disponibilizadas em arquivo digital e organizadas desde o seu primeiro exemplar, foram investigadas. Na perspectiva regional, a análise esteve centrada nos

jornais *A Tarde*<sup>48</sup>, *O Serrinhense* e *Tribuna da Bahia* franqueados no acervo do IGHB. No âmbito local, tivemos contato, principalmente, com o *Tribuna Coiteense* e *O Coiteense*, todas as edições foram disponibilizadas pelos seus fundadores, publicações expedidas nas décadas de 1980 e 1990<sup>49</sup>.

Estes jornais apresentam narrativas sobre o desenvolvimento comercial do sisal, especialmente de sua fibra, tendo como principal polo de comercialização o estado da Paraíba, a partir do final da década de 1930. Segundo Maria da Conceição Guimarães Oashi (1999), Doutora em Engenharia, em sua tese *Estudo da cadeia produtiva como subsídio para pesquisa e desenvolvimento do agronegócio do sisal na Paraíba*, o sisal é um componente importantíssimo na economia agrícola da Paraíba, que chegou a gerar divisas da ordem de 80 milhões de dólares/ano. Entre os anos de 1943 e 1976, a Paraíba era o principal produtor e exportador dessa cultura. Todavia, assim como em outras regiões do Nordeste, Maria Oashi (1999) destaca que o desinteresse pela produção do sisal na Paraíba, depois de 1986, teve como fatores: sistemas de produção rudimentares; a política de preços do mercado interno e externo; e, sobretudo, a falta de “estímulos adequados que pudessem dinamizar a produção em bases verdadeiramente econômicas” (OASHI, 1999, p. 58), mesmo durante os períodos áureos da produção e exportação.

Na Bahia, o desenvolvimento do sisal esteve ligado às ações econômicas do governo de Landulfo Alves de Almeida. Nesse período, frequentemente a imprensa escrita noticiava que as ações administrativas de Landulfo Alves, principalmente as econômicas, tinham como objetivo tirar a Bahia do marasmo e do atraso econômico por meio das ações da Secretária da Agricultura, Indústria e Comércio. *O Globo* caracterizava essas ações da seguinte maneira:

A Bahia agiganta-se. Cresce. Multiplica-se dentro do programa de reconstrução econômica do Sr. Landulpho Alves de Almeida, que não dispensa o apoio da iniciativa particular nessa sua obra de patriotismo e cultura. Chamado a colaborar com o Governo todos quanto os desejem, na aplicação de recursos em indústrias e realizações agrícolas e pecuárias, S. Exa. está conseguindo elevar de muitos o nível econômico da Bahia, através

---

<sup>48</sup> Cabe registrar o contato com recortes de matérias do *A Tarde* relacionadas com a Região Sisaleira, especialmente sobre a cidade de Conceição de Coité, publicadas entre os anos de 1950 e 2010, presentes no Centro de Documentação de Conceição do Coité, no Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Estes recortes foram doados por um coiteense que residia na capital baiana à referida universidade.

<sup>49</sup> O *Tribuna Coiteense* foi disponibilizado por um dos seus fundadores, Vanilson Lopes de Oliveira. Outros jornais locais que conseguimos analisar, *O Coiteense* e *Nossa Terra*, foram oportunizados através de um blog do editor proprietário, Roberto Lopes, que disponibilizou o acervo no formato digital, cabe destacar que este blog foi desativado. Contudo, realizamos o *download* de todos os exemplares disponíveis na época da pesquisa de Mestrado. Nesse mesmo período, tivemos contato com algumas publicações do *Jornal Coiteense*, disponibilizados pelo seu proprietário Mário Silva. Conseguimos ainda ter acesso aos exemplares do *O Sertão*, pelo fundador do *Correio do Mês*, o jornalista Victor de Santana Pinto, que disponibilizou todas as publicações do seu jornal, massificado nos anos 2000.

de uma obra de carácter técnico, como convém do regimen político-administrativo do paiz [sic] (*O GLOBO*, 1939, p.4).

Dentro dessa perspectiva política, o desenvolvimento do sisal no solo baiano esteve atrelado ao programa de crescimento econômico do Estado, sob o governo deste segundo interventor do Estado Novo na Bahia. O sisal foi amplamente difundido no nordeste baiano pelas fazendas experimentais instituídas em grandes cidades do interior, consideradas polos regionais, em que realizavam a distribuição de mudas, acompanhamento técnico e realização de feiras agropecuárias. Um modelo adotado pelo seu governo para o desenvolvimento do setor agropecuário, principalmente destinado para o desenvolvimento do plantel bovino e as lavouras algodoeira e sisaleira, sob o comando do seu amigo e agrônomo, Joaquim Medeiros, o então Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia.

Por meio dessa iniciativa, os campos da cultura sisaleira em Feira de Santana, Alagoinhas e Nova Soure foram criados. Cidades que ficaram responsáveis em fornecer novas mudas para diversas plantações em outros municípios baianos, principalmente os municípios que atualmente pertencem ao Território do Sisal, como também para outros estados, como Paraíba e Sergipe. Vale salientar que, em Nova Soure, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia estabeleceu uma usina de beneficiamento da fibra sisaleira, equipada com a primeira máquina de desfibramento, tipo mexicano, conhecida por “Irene”. Entretanto, como relata Ricci (2007), devido às alterações na orientação política, as culturas foram abandonadas, ficando longe da meta de doze milhões de pés, estabelecidos para Nova Soure. Dessa forma, os plantadores, como a própria economia do Estado, perderam, pois o sisal representava uma importante dimensão econômica naquele período, não só para a Bahia, mas principalmente para o Nordeste.

Os esforços governamentais, depois de servirem como primeiros incentivadores, resultaram menos produtivos, devido especialmente ao fato do campo de Nova Soure ter sido abandonado nos anos subsequentes, o que acarretou a interrupção das experiências (GARCIA, 1977, s. p.).

Até o momento, a partir das fontes dessa pesquisa, não conseguimos compreender os motivos que levaram ao abandono do campo de Nova Soure. Consultando a literatura especializada sobre o cultivo do sisal, também não existe nenhuma referência que indique tal abandono. Apesar da nova orientação política com a cultura do sisal, uma pequena área do semiárido baiano, o Nordeste do Estado encontrou com a plantação do agave bastante riqueza e desenvolvimento, como ressalta Pinto (1969, p. 75): “uma pequena área do Estado da Bahia encontrou a prosperidade, o emprego e forte impulso econômico e social, graças a uma planta

que aí encontrou condições ideais para o seu desenvolvimento”. Todavia, apesar do entendimento de Ricci (2007) sobre a interrupção das experiências em Nova Soure e sobre o declínio econômico, o período da década de 1940 e os anos finais de 1950 são defendidos como momentos de constituição do sistema produtivo do sisal nessa região. Fases marcadas pela instalação de usinas de beneficiamento da fibra do sisal, sendo a primeira delas no Distrito de Valente, pertencente ao município de Conceição do Coité.

Ao mesmo tempo que novas áreas eram desenvolvidas para a lavoura sisaleira, usinas de preparo da fibra do sisal para a comercialização foram sendo criadas. O ano de 1942 é marcado pela presença do Brasil na lista dos países importadores de sisal. Em 1946, o país alcançou as estatísticas como exportador do produto, apresentando o número de 2000 toneladas, possivelmente devido ao desenvolvimento do cultivo do sisal na Paraíba e na Bahia (SANTOS; SILVA, 2017). Esse cenário pode ter sido proporcionado fruto dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, em função do incremento da demanda decorrente das necessidades geradas pelo conflito, bem como da intensificação da atividade agrícola na América do Norte e dos novos mercados da Europa. O sisal, portanto, se consolidou como um dos principais produtos de exportação, assumindo uma importância econômica significativa no país:

Para que se tenha uma ideia da dimensão econômica que o sisal representava, principalmente nessa época, não só para a Paraíba, mas principalmente para o Nordeste, dados oficiais revelam que, em 1957, a região contava com 177 municípios produtores, assim distribuídos: 44 na Paraíba; 38 do Rio Grande do Norte; 34 em Pernambuco; 32 na Bahia; 14 em Alagoas; 8 no Ceará e 7 em Sergipe. Atualmente, a Bahia e a Paraíba alcançaram 97,8% da produção de sisal (sendo 86,7% para a Bahia e 11,1% para a Paraíba), ficando os 2,2% restantes distribuídos entre os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Das 135 mil toneladas produzidas em 1997, 113 mil foram exportadas, sendo 26% de fibras e 74% de manufaturados, gerando divisas na ordem de 102 milhões de dólares. (OASHI, 1999, p. 56).

Ao reconhecer a sua influência e força econômica, Conceição do Coité sediou algumas Convenções Regionais do Sisal, durante os anos de 1950, acompanhada da Festa do Sisal, que durava cerca de três dias com exposições de artesanatos oriundos do agave, desfiles, bailes, prêmios para agricultores e até a realização de concurso de beleza com as moças da cidade, para a escolha e coroação da Rainha da Festa do Sisal.

Nesta convenção debatiam-se vários problemas com relação ao sisal [...]. Os convencionais eram, em sua grande maioria, de outros centros de Estado e do País que enviavam representantes da ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural); do Banco do Nordeste do Brasil; do Serviço da Economia Rural; da Bolsa de Mercadoria da Bahia; do Ministério da Agricultura, e outros. (OLIVEIRA, 1996, p. 152).

Segundo Lima (2008), ocorreram cinco edições das Convenções do Sisal, que tiveram as seguintes publicações como resultados: *Sisal: problemas econômicos* (1957); *Sisal: sangue da economia sertaneja* (1958); e *O sisal na Bahia* (1978). Os principais pontos debatidos por essas produções foram: o suprimento de água; a abertura de estradas; redução do preço de óleo e combustíveis aos beneficiadores de sisal; financiamento da produção; redução dos impostos incidentes sobre a fibra; e doação de máquinas para desfibrar o sisal. Apesar do reconhecimento durante esse período, Moisés Saturnino Araújo (2016) em sua monografia, *Viver de gravatá: terra, indústria e trabalho na exploração do sisal em Conceição do Coité (1945-1964)*, evidencia que a literatura sobre o sisal na Região Sisaleira da Bahia negligenciou o desenvolvimento do sisal no período de 1950, privilegiando apenas os considerados períodos de auge da lavoura sisaleira, os anos de 1970, justamente quando as “propriedades dos motores já não eram interessantes para os grandes produtores, e, por isso, eram transferidas para os trabalhadores que passaram a atuar como *patrões-empregados*, pois também trabalhavam nos seus próprios motores” (MOISÉS, 2016, p. 6).

O trabalho desenvolvido por Araújo (2016) é bastante significativo, pois possibilita compreender a participação da cidade de Conceição do Coité, sobretudo da região que atualmente é conhecida como Território do Sisal, no processo de constituição do sistema produtivo do sisal no Brasil, especialmente na Bahia. Ademais, o autor menciona sobre a consolidação da indústria do sisal no município coiteense, que dispunha, em 1956, mais de 200 motores de desfibramento do sisal registrados na prefeitura. “Esses números colocavam o município como maior responsável pela produção de sisal exportada pelo estado da Bahia, que em 1955 ficou acima de 10000 toneladas” (ARAÚJO, 2016, p. 30).

Por outro lado, Moisés Araújo (2016), ao evidenciar a negligência desse processo nas narrativas sobre a produção de sisal nessa região, e ao destacar uma supervalorização dessas mesmas narrativas sobre o processo de industrialização do sisal durante a década de 1970, fortalece o nosso entendimento em perceber que, especialmente, nos períodos em que o país estava sob o comando de regimes autoritários, durante o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, mais evidente se firmou o discurso para legitimar o sisal como a única alternativa de desenvolvimento econômico para essa região. Esse fato é reforçado, quando tais narrativas atrelam o auge dessa lavoura à presença de novos sujeitos no principal setor que colheu grandes benefícios do sisal, o setor industrial, e que conseguiram conquistar o poder político nas bases do autoritarismo.

Nesse sentido, o amplo incentivo ao plantio de sisal realizado pelo então Governador da Bahia, Landolfo Alves, nos anos finais de 1930, não apenas possibilitou a ampliação gradativa

da área plantada de sisal, em 1940, para 2.844 toneladas em 1947 e para 49.937 toneladas em 1959 (SANTOS; SILVA, 2017) um importante componente para a constituição do sistema produtivo sisaleiro nos anos de 1950, mas, sobretudo, contribuiu, por meio de ações estatais, para a legitimação do sisal como o principal responsável pelo desenvolvimento da região do semiárido baiano, entendida como a única alternativa eficaz para resolver o problema da seca na região. Apesar disso, é possível perceber que, antes dos anos de 1940, o discurso de incentivo para que o Estado brasileiro financiasse o cultivo e a comercialização do sisal já era estimulado, principalmente pelos setores da indústria têxtil do país, como pode ser observado na seguinte publicação de *O Globo*, em 1925:

A precariedade dessa cultura vem fazendo grande mal ao nosso paiz, que, além da matéria prima para a sua indústria de tecelagem em geral, precisa também da fibra, com a qual se fabrica o tecido à feitura dos suecos. Este produto representa gênero imprescindível para se collocar, aos mercados internos e externos grande parte da produção brasileira, a qual não pode dispensar, na sua embalagem, tão precioso elemento. A Comissão dá-se conta do valor que encerra o assumpto do requerimento e não se furta ao poder patriótico de o encarar de frente. O sisal e o caroá, a piteira e a guaxima, a junta indiana, etc., todas essas plantas representam, dada a qualidade das nossas terras, favorecidas pelas variedades do nosso clima, riqueza que aos poderes públicos não podem passar despercebidas. A iniciativa particular é fraca para, só por si, acumular os capitaes necessários á resolução desse importante problema. Torna-se, pois, indispensável o auxílio do governo que cabalmente poderá atender o interesse público. Pela produção, em grande escala, da matéria prima dos nossos tecidos, por um lado evitar-se-á drenagem do nosso dinheiro para fora do paiz, em busca da fibra necessária para as nossas fábricas e por outro, largos accrecimos serão trazidos á receita pública [sic] (*O GLOBO*, 1925, p. 6).

Essa publicação indicava as ações da Comissão de Finanças do Congresso Nacional para amparar o desenvolvimento da indústria têxtil no país, que possuía como matéria prima a lavoura de plantas, a exemplo do sisal. A reportagem destaca que essa Comissão foi provocada a realizar essas ações a partir do requerimento realizado pelo engenheiro Antonio Coutinho de Vasconcelos, com a finalidade de explorar a fibra do sisal, e isso resultou na constituição de um substitutivo a ser apreciado pelo Ministério de Agricultura, que concedia financiamentos públicos e isenções fiscais para a exploração e o desenvolvimento da lavoura de plantas têxteis no país.

Entretanto, a matéria não indica qual região do país utilizava a fibra do sisal como matéria prima da indústria têxtil, mas é possível supor que não correspondia ao Nordeste da Bahia. A literatura sobre o desenvolvimento da lavoura sisaleira demarca que, nos anos 1920 e meados de 1930, o sisal era apenas usado como planta ornamental nessa região baiana. Nesse período, os estados da região Norte, Sudeste e Sul do país apresentavam bons níveis de

desenvolvimento dessa indústria. Por outro lado, é viável supor também que o sisal, como matéria prima para essa indústria têxtil, era fornecido por outros países, pois as primeiras indústrias nacionais de desfibramento do sisal datam desde os anos de 1950. Uma publicação do *O Globo*, em 16 de julho de 1929, corrobora para este entendimento:

Devidamente informado, o de necordo com o dispositivo da letra “b”, do artigo 91 do regulamento aprovado pelo Decreto 15.210 de 28 de dezembro de 1921, o inspector da Alfandega enviou hoje ao director da Receita o processo que encaminhou o officio da Alfandega do Pará relativo a representação do chefe da secção daquela Alfandega, Sr. Armando Ferreira Baltar, sobre o factor de haver a indústria Martins Jorge e CIA, da mesma praça, despachado e desembaraçado 400 fardos com 76.448 kilos de sisal em rama, preparado para outros usos, da taxa de R\$0,40, artigo 410 da Tarifa, quando tal mercadoria deveria pagar a taxa de R\$ 300 por kilo, em virtude da circular n°69, de dezembro de 1928, do Sr. Ministro da Fazenda. [sic] (*O Globo*, 1929, p. 1).

A indústria Martins Jorge e CIA, empresa referida na publicação, cujos donos eram portugueses, foi fundada em 1895, na capital paraense, e se tornou a maior fabricante de tecidos do Pará: “produziam diariamente quinze mil metros de tecidos destinados ao ensacamento de produtos regionais, como arroz, farinha de mandioca e outros produtos da indústria agrícola e extrativista” (*O GLOBO*, 1929, p. 1). Por se dedicar à produção de cabos, aniagens, sacarias, barbantes e linhas, possivelmente utilizava do sisal como matéria prima para a fabricação desses produtos, sendo abastecida pelos países exportadores dessa fibra, porque, até nos anos de 1942, o Brasil esteve presente nas estatísticas de países importadores de sisal.

Nesse sentido, essa publicação, sobre a sonegação empreendida pela empresa Martins José e CIA, possibilita pensar, primeiro, na lacuna que existe sobre o cultivo e utilização do sisal no Brasil, no período das décadas de 1920 e meados de 1930; segundo, em perceber que o cultivo e utilização do sisal nesse período não se limitaram ao uso ornamental, como a literatura especializada evidencia; e ainda supor que o desenvolvimento do sisal no Brasil, nos anos 1920, encontrou caminhos diferentes, extrapolando os limites da Bahia e da Paraíba. Todavia, as fontes disponibilizadas para este estudo e a bibliografia consultada apresentam ter sido a partir dos anos finais de 1930 que o discurso regionalista, associando a ideia de legitimar o sisal como planta responsável pela salvação das regiões castigadas pela seca, foi intensificado.

Destarte, no caso baiano, o desenvolvimento do sisal está atrelado aos incentivos do governo de Landolfo Alves, que defendia o sisal como responsável pelo desenvolvimento econômico da região semiárida. As ações governamentais voltadas para a superação do atraso econômico das regiões baianas, como no caso da semiárida, estavam afinadas com as diretrizes estabelecidas pelo Estado Novo, como pode ser observado nas matérias abaixo:

A colheita de quatro anos de trabalho. A Baía dentro do tempo e do espírito do Estado Novo. Iniciativas realizadoras do Governo do Sr. Landulpho Alves. [...] “Delegado do Governo da República, orientado pelo espírito de exceção do preclaro presidente Getúlio Vargas, nada haveria eu de fazer o que lhe não seguisse as diretrizes, nada faria sem estar voltado para o seu pensamento”. Disse o Sr. Landulpho Alves [sic].

E, quase que numa tática de envolvimento militar, todos os setores da atividade estadual começaram a sentir a influência decisiva dos trabalhos e da orientação de Landulfo Alves de Almeida. Uma nova mentalidade passou a presidir o sentido político e administrativo. Os princípios condutores do Estado Nacional integraram-se na consciência da nossa coletividade. E, agora, o Dr. Landulfo Alves de Almeida pode oferecer o soberbo aspecto que resultou da operosidade e que é uma transformação de perspectiva inéditas. Substituiu os processos morosos e infrutíferos de ontem, por uma ação orientada e eficaz. (O Globo, 1941, p. 4)

Esses discursos fortalecem a proposta de modernização dessa região nas bases do regime autoritário de Getúlio Vargas, tendo como política pública, para o desenvolvimento econômico da região do semiárido baiano, os campos de estudos e experimentação do sisal implementados por Landulfo Alves. Esses campos, por sua vez, eram compreendidos, pelos setores ligados ao governo, como fundamentais “para que um novo espírito em harmonia com os imperiosos objetivos do Estado Nacional animasse os quadros da vida baiana, integrando-a, num regime em que se articula da base econômica ao fato moral” (O GLOBO, 1941, p. 4), interligando a Bahia ao ideal de progresso do país. Entretanto, logo após o Estado Novo, a permanência desse discurso não foi mais percebida nos jornais consultados e nem na literatura especializada. Essas fontes não mostram mais tais discursos, mesmo no período de constituição da produção sisaleira, nos anos de 1950, como foi observado por Moisés Araújo (2016) e Edinúzia Santos e Onildo Silva (2017), tampouco nos meados da década de 1960, quando houve a constituição de várias usinas na região, sobretudo na cidade de Conceição do Coité.

Possivelmente, esses discursos não são evocados devido à crise vivenciada pelo setor sisaleiro nos anos de 1960, ocasionando o abandono dessa cultura por partes de alguns setores e o início do discurso de substituição dessa economia. Tal pensamento pode ser observado no relato do Prefeito da cidade de Valente, José Mota, onde 70% da sua renda era oriunda do sisal e 50% da sua área territorial correspondia ao cultivo desse produto. Na entrevista, organizada por Roberto Lopes e publicada em 10 de junho de 1967, no seu jornal estudantil, *O Coiteense*, eis o discurso do Prefeito:

Sisal não vai falir. O sisal já está falido. Em Nova York, almocei com dois industriais americanos, e eles revelaram-me que se o sisal chegar a 0,20 (o que ainda é prejuízo para nós) não poderão comprar. Motivo da fibra sintética, que dia a dia ganha terreno para o sisal. Quanto a área ocupada, pelo sisal,



respondeu-me: O Sisal representa 70% de nossas rendas e 50% da área- de nosso município. Temos, portanto, bastante terra para outras culturas. Atualmente, produzimos em grande escala: mandioca, milho e feijão. Além disso, possuímos grande pecuária e uma avicultura racional (ENTREVISTADO..., 1967, p. 3-4).

A crise de 1960 esteve atrelada “principalmente em virtude da má qualidade do produto colocado no mercado, cujo preço de venda excede apenas aos altos preços da produção e de um aumento considerável das áreas em cultura” (PINTO, 1969, p. 3). O aparecimento de fibras sintéticas, por volta de 1964, como o polipropileno, se tornou uma forte concorrente das fibras vegetais, ocasionando uma drástica queda de preços do sisal nos mercados interno e externo, que se estendeu até meados de 1970. Essa instabilidade nos preços foi semelhante aos períodos de 1952 e 1953, devido à influência da colocação no mercado internacional da produção africana, asiática e mexicana, principais concorrentes em virtude da técnica superior adotada nas produções sisaleiras nesses países. Em 1965, a redução da compra do sisal foi constatada em vários estados, aprofundando, ainda mais, a crise do *ouro verde*.

Apesar desses períodos de instabilidade, Edinusia Santos e Onilo Silva (2017) defendem que os anos de 1960 e 1970 representaram o período de apogeu do sisal, caracterizado pela ampliação do sistema montado para exportar o sisal. Ao longo desse período, houve um constante crescimento da produção em toneladas, alcançando a marca de 280.000 toneladas, em 1970. A fase áurea do sisal foi marcada pela elevação dos preços da fibra no mercado externo “devido à crise do petróleo, que elevou os preços das fibras sintéticas, fazendo a demanda das fibras naturais aumentarem” (RICCI, 2017, p. 59).

Além do mais, os incentivos do “milagre econômico brasileiro” parecem ter permitido a ampliação do crédito ao setor agrário, “fazendo o uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seus custos” (PRADO; EARP, 2007, p. 225). Essa conjuntura contribuiu para a criação de muitas indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região, estando as principais situadas no município de Conceição do Coité, a *Rainha do Sisal*. Elas, por sua vez, empregam muitos funcionários e se destacam no comércio interno e externo da fibra. Atualmente, elas são responsáveis por grande parte da exportação de fibras e produtos derivados do sisal no país.

O desenvolvimento industrial do sisal se inseriu na conjuntura vivida pela Bahia na década de 1970, quando esta foi palco da implementação de projetos nacionais responsáveis pela “modernização” do território baiano, como o Centro Industrial de Aratu, o Pólo Petroquímico de Camaçari e os projetos de irrigação do São Francisco. Nelson Oliveira (2000) salienta que esse processo ocorreu durante a ditadura civil-militar, em que a utilização da força e da violência foram elementos essenciais para que o “novo” se estabelecesse. Um “novo”

bastante assentado no antigo sistema latifundiário e oligárquico, que não sofreu nenhuma reformulação.

Segundo Oliveira (2000), nesse período, a Bahia apresentou elevadas taxas de crescimento econômico e um alto grau de concentração da renda e da riqueza regional, uma violenta “desigualdade social decorrente da integração da região ao espaço nacional, sob a égide de um capitalismo selvagem e, por decorrência, repressivo” (OLIVEIRA, 2000, p. 13). Assim, fica evidente que o “milagre econômico brasileiro” não favoreceu igualmente toda a sociedade.

Enquanto o país crescia, a renda se concentrava. A imagem favorita para descrever a situação era a do bolo: primeiro precisava crescer para depois ser dividido. As classes de maior poder aquisitivo ficaram com os maiores pedaços. Os lucros, os rendimentos das aplicações financeiras e os salários da classe média ganharam com a política econômica (PILAGALLO, 2009, p. 78).

Na região de Conceição do Coité, essa dinâmica econômica também ocorreu. Apesar da cultura do sisal ter reunido as maiores condições de produção, clima, solo e mão de obra, impulsionando a economia do semiárido, os municípios dessa região foram historicamente marcados com um dos piores índices de desenvolvimento social e econômico. Esse cenário revelou os problemas sociais e serviços básicos, como saúde e educação, oferecidos precariamente a uma população, carente de políticas públicas adequadas, ficando à mercê de grupos políticos dominantes (SANTOS, 2009). As precárias condições de trabalho, a que estava submetida a mão de obra da monocultura do sisal, evidenciam esse deprimente quadro social, como se pode observar na citação abaixo:

As condições de trabalho na economia sisaleira são bastante precárias. Além dos acidentes operacionais, decorrentes do manuseio das máquinas desfibradoras (“paraibanas”), responsáveis por milhares de mutilações físicas, existem manifestações de doenças respiratórias, auditivas, afora os riscos de picadas de animais peçonhentos. Desse modo, além das atrasadas relações de produção, as quais perpetuam as extensas condições de pobreza e fragilidade social, subsistem as péssimas condições técnicas e sociais de trabalho que põem em risco permanente a saúde do trabalhador (ALVES; SANTIAGO, 2006, p. 379).

A memória em torno do cultivo do sisal não apresenta e nem debate a situação desses trabalhadores nos campos de sisal. Pelo contrário, as referências sobre eles coadunam com as mesmas representações relacionadas à população desse território presentes nos periódicos. Logo, configura essa sociedade sob os mesmos paramentos do sisal, resistente à seca, forte diante das adversidades, e que desperta a esperança nos períodos de chuva.

A trajetória dos trabalhadores sisaleiros conquista uma certa notoriedade quando as ações dos mutilados em defesa de suas aposentadorias são repercutidas pela imprensa regional

e nacional, durante a década de 1980. Essas ações revelaram as bases organizativas desses trabalhadores, tendo a *Igreja Popular* como principal fomentadora desses movimentos, e o protagonismo dos trabalhadores nessas lutas. Entretanto, limita-se em apresentar o problema da mutilação como um incidente alheio às estruturas da cadeia produtiva, sendo resolvido pelo aparato legal das aposentadorias.

Desde o início dessa cultura, a mutilação dos trabalhadores sisaleiros era frequente. Possivelmente, nessa sociedade, essa violência era entendida como algo natural, uma vez que a tecnologia do desfibramento da palma do sisal não sofreu grandes alterações, pois, atualmente, a mesma tecnologia continua sendo utilizada. Assim, pelo fato de alguns produtores possuírem o próprio motor de desfibramento ou realizar alugueis dessa máquina essa condição foi compreendida como um ato individual, um ato de insucesso, uma falta de sorte e manejo com o motor, do que fruto das condições de trabalho estabelecidas nos campos, bem como pelas indústrias sisaleiras.

Decerto, o silenciamento das condições de trabalho na cadeia produtiva do sisal e das variadas violências que esses trabalhadores foram expostos nessa memória sobre o desenvolvimento do sisal, fortaleceram o discurso do sisal como a planta redentora e naturalizou a violência sofrida pelos trabalhadores sisaleiros. Enfim, uma estrutura que não sofreu grandes alterações, sendo invisibilizadas nas iniciativas governamentais de amparo ao sisal (LIMA, 2008).

## 2.4 “Os homens do sisal”

Os homens que enriqueceram com o sisal, chamado popularmente, o *ouro verde* ou *ouro branco*<sup>50</sup> do sertão, constituíram uma poderosa elite econômica nessa região e parte dela assumiu o poder político como mais um mecanismo de favorecimento aos seus interesses. Uma das principais ações dessa elite foi fortalecer o cultivo do sisal como referência econômica dos municípios dessa região, configurando esse espaço como a Região Sisaleira da Bahia. Além disso, a elite sisaleira se valeu do grande número de trabalhadores, presente em toda cadeia

---

<sup>50</sup> Devido à grande concentração de riqueza que o sisal gerou para os grandes produtores e exportadores dessa fibra, além da grande massa de trabalhadores que sobreviviam dessa fibra, o sisal passou a ser popularmente chamado por essa região como o ouro verde (referente à cor das palmas dessa planta) ou o ouro branco (referente à cor da fibra extraída das palmas) do sertão.

produtiva do sisal<sup>51</sup>, como seus verdadeiros fiéis nos pleitos eleitorais, para a manutenção de seus grupos políticos por várias décadas no poder local e regional.

O cultivo do sisal, como observado anteriormente, foi introduzido nessa região como uma iniciativa de combate à seca por incentivo da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, no governo de Landolfo Alves de Almeida, a partir de 1939. Para intensificar a produção do sisal como uma alternativa econômica, o governo estadual instituiu campos de experimentação e produção de mudas para serem distribuídas gratuitamente a diversos municípios do Estado.

O sisal começou a brotar no mesmo território, que atualmente pertence à Conceição do Coité, na década de 1940, precisamente na Fazenda Boa Vista, cujo proprietário era o ex-vereador Ernesto Calixto da Cunha, irmão da principal liderança política local do período, Wercelêncio Calixto da Mota. Entretanto, quem se dedicou ao cultivo do sisal foi o seu filho de 21 anos, Theocrito Calixto da Cunha. Ele plantou o equivalente a 100 tarefas de bulbos de sisal, incentivado pela ação governamental, que estabeleceu premiar agricultores dedicados ao cultivo dessa planta:

A Secretaria facilitou-lhe o transporte e concedeu-lhe dez contos de réis, como prêmio, pelo fato dele ter plantado cem tarefas, requisito mínimo para se conseguir o prêmio. A partir daí, incentivado pelo prêmio que Teó recebeu, vários agricultores começaram a plantar as sementes: Maroto, de Queimadas do Curral. Antonio Egidio e Agripino Rodrigues (OLIVEIRA, 2002, p. 62).

A partir desse incentivo estatal, Theocrito Calixto adquiriu importantes fazendas nessa região no intuito de desenvolver sua produção de sisal, como, por exemplo, a Fazenda Piranguí. No final da década de 1980, essa propriedade se transformou na “maior fazenda de toda a região sisaleira baiana com 3.125 hectares, com mais de 50 escrituras” (PENNA, 1987, p. 42). Além disso, Theocrito, beneficiado pela economia sisaleira, constituiu, junto com seu irmão Theognes Antonio Calixto, uma firma de terraplanagem (Tecal Construção Ltda), que prestava serviços em todo o Estado na construção de açudes, estradas, pontes etc. (OLIVEIRA, 1996, p. 183). Nesse período, o sisal se converteu em um importante produto no mercado internacional, devido ao contexto mundial e à grande destruição que a Segunda Guerra Mundial causou nos países produtores de fibras naturais, aumentando as possibilidades do Brasil absorver esse mercado.

Provavelmente, a dedicação de Theocrito Calixto da Cunha à lavoura sisaleira não esteve apenas atrelada aos incentivos proporcionados pelo Governo do Estado. Por ele ser um experiente e bem-sucedido comerciante, o seu “faro empresarial” foi fundamental para perceber

---

<sup>51</sup> Três processos são identificados nessa cadeia produtiva do sisal: o cultivo, o desfibramento e a fase industrial. Dentro desses processos são realizadas inúmeras funções, por vários trabalhadores, cerca de 700 mil se inserem nessa produção no Estado da Bahia.

a potencialidade econômica que o sisal adquiria naquela conjuntura. O seu pioneirismo e dedicação à lavoura sisaleira na região coiteense lhe rendeu o título de “o rei do sisal”, sendo reconhecido, através de sua relação com firmas exportadoras de sisal e, sobretudo, pelo seu empenho para que a cidade de Conceição do Coité sediasse as Convenções Regionais do Sisal na Bahia, entre as décadas de 1950 e 1960. Constantemente, as suas fazendas eram visitadas por produtores e exportadores sisaleiros, no intuito de conhecer a qualidade do seu cultivo. Tal reconhecimento proporcionou que Theocrito assumisse, nesse período, a presidência da Câmara do Sisal da Bahia, e permitiu que ele estabelecesse relações com outros exportadores de sisal do país e do mundo (ANAIS DA SEGUNDA CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL, 1956).

Contudo, pensamos que o desenvolvimento da economia sisaleira nas terras coiteenses não pode ser apenas compreendido pela iniciativa e/ou pioneirismo de Theocrito Calixto da Cunha, mas é importante relacioná-la com o *lugar social* que ele ocupava na sociedade coiteense, e de que maneira essa economia o oportunizou a preservar e ampliar o seu *lugar*, como também dos seus pares. Por outro lado, é preciso não apenas perceber os ganhos econômicos adquiridos com o desenvolvimento da lavoura sisaleira, mas, também, o fortalecimento sociopolítico de sua família na cidade de Conceição do Coité, oportunizada pelo sisal.

Como foi observado, Theocrito Calixto da Cunha era sobrinho do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota, importante comerciante coiteense, que se tornou o herdeiro político do Coronel João Manuel Amâncio, sendo, depois da década de 1920, um importante líder do PSD e um influente chefe político na indicação de seus correligionários, muito deles seus parentes, à cargos políticos, como, por exemplo, de intendentess municipais, recebendo grande apoio de Juracy Magalhães. Todavia, os registros memorialísticos esclarecem que foi a partir de 1940, após o Estado Novo, que Wercelêncio Mota conseguiu, ininterruptamente por mais de 20 anos, consolidar hegemonicamente o seu grupo político no poder local.

Assim, o primeiro correligionário a assumir a chefia do executivo, depois do regime varguista foi, justamente, o seu sobrinho, Theocrito Calixto da Cunha. Além dessa grande influência política, Theocrito contou com o apoio do seu cunhado, o Padre Urbano Galdão Dhom, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, entre os anos de 1937 e 1955, mas que foi obrigado a “abandonar a batina” em detrimento da sua escolha em assumir uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia, após ser eleito Deputado Estadual pelo PSD, em 1954 (LIVRO..., 1955, p. 51). Dessa maneira, Pe. Urbano iniciou uma breve trajetória política junto aos coiteenses, se tornando um importante integrante do grupo político dos *Calixtos*.

Cabe mencionar o fato do Padre ter registrado no Livro de Tombo da Paróquia que a sua vitória eleitoral foi realizada sem nunca ter feito um comício e nenhuma referência à sua candidatura no templo ou em algum ato religioso. É evidente que o papel assumido na sociedade coiteense, como principal representante do catolicismo, ainda mais aliado dos *Calixtos*, foi fundamental para conquistar a credibilidade dos eleitores dessa região. Por outro lado, de alguma maneira, o Padre Urbano se valeu dos espaços eclesiásticos para propagar as razões e projetos de sua candidatura, bem como as suas escolhas políticas.

Dessa forma, registrar que a conquista de uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia não foi oriunda da ação no espaço eclesiástico, pode ter sido uma estratégia de convencimento para conciliar o seu ministério sacerdotal com o mandato político, no sentido de argumentar que sabia separar as duas dimensões, aspecto discordante do pensamento dos seus superiores. Infelizmente, os registros do Padre não apresentam os motivos que o levaram a adentrar na política partidária, mas retratam o seu descontentamento em não conseguir conciliar o mandato como Deputado Estadual com os serviços sacerdotais, pois foi afastado pelo Cardeal Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva (LIVRO..., 1955, p. 51).

Ao retomar a trajetória política de Theocrito Calixto da Cunha, fica notório que o seu itinerário político foi oportunizado pela influência que a sua família exercia na sociedade coiteense, mas, também, conforme acrescentam as narrativas históricas locais, sobretudo a pesquisa desenvolvida por José Marciel Reis Mascarenhas (2011), pelo seu poder econômico alcançado com o desenvolvimento da cultura sisaleira, pois possibilitou sustentar a política clientelista, principal característica das relações políticas do cenário coiteense, que envolvia concessão de benefícios públicos em troca de apoio político<sup>52</sup>.

Theocrito exerceu o cargo de chefe do executivo em dois mandatos, 1948-1951 e 1955-1959; e no intervalo desses mandatos assumiu uma cadeira no legislativo entre 1951-1955, sendo o vereador mais votado, obtendo 415 votos. Um dos feitos que o garantiu aceitar a presidência da Câmara Municipal. Além disso, Theocrito foi eleito Deputado Estadual da Bahia, cumprindo o mandato entre 1959 e 1963, e reeleito para o mandato de 1963-1967. A sua trajetória possibilitou ser um dos responsáveis pela manutenção do grupo político liderado pelo seu tio, como também pela trajetória política de seu irmão Theognes Antonio Calixto, que foi Prefeito de Conceição do Coité entre 1967 e 1970.

---

<sup>52</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, há imprecisão e inconsistência no uso do conceito de clientelismo, mas essa dificuldade não é privilégio brasileiro, uma vez que o conceito é reconhecido também pela literatura internacional. Carvalho evidencia que, de modo geral, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais ou isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (PASSE; MÜLLER; MORAIS 2012, p. 182)

Theocrito Calixto da Cunha se tornou, além de um importante e influente político da Região Sisaleira da Bahia, um grande defensor da economia sisaleira. Ele conseguiu articular em torno de si grandes empresários sisaleiros da região, aspecto percebido no seu sucesso eleitoral e nas ações de desenvolvimento e valorização do sisal, a exemplo das Convenções Regionais do Sisal realizadas em Conceição do Coité, durante os seus dois mandatos como Prefeito Municipal. Enquanto Deputado Estadual, ele foi presidente da Câmara do Sisal na Bahia.

Nesse sentido, a economia sisaleira oportunizou o fortalecimento político da família Calixto, sendo ela a principal representante dessa região entre as décadas de 1920 e meados de 1970. Esse aspecto pode ser percebido na longa permanência do PSD, grupo político liderado por Wercelêncio, no poder local, e no sucesso eleitoral que possibilitou Pe. Urbano e Theocrito a assumirem cadeiras na Assembleia Legislativa da Bahia. Dessa maneira, os *Calixtos* articularam em torno de si políticos e empresários ligados ao sisal, se esforçaram para tornar Conceição do Coité referência da economia sisaleira da Bahia, bem como a região do seu entorno referência da produção de sisal no Brasil.

Os *Calixtos* também foram responsáveis pela configuração dessa região, como sendo a Região Sisaleira da Bahia, ao fortalecerem não apenas o desenvolvimento do sisal, mas por sedimentar a elite sisaleira no poder político regional. Muitos fazendeiros decidiram seguir passos semelhantes ao de Theocrito Calixto, considerado pelos relatos memorialísticos “um homem de visão” (OLIVEIRA, 1996, p. 182), e se tornaram verdadeiros empresários do *ouro verde*, pois o seu sucesso, naquele período de desenvolvimento inicial, já havia sido legitimado pelo rápido enriquecimento e pela concretização de uma das profecias de João Batata<sup>53</sup>: “Téo será muito rico” (OLIVEIRA, 1996, p. 183).

É interessante perceber que a literatura memorialística e a imprensa escritas na segunda metade do século XX se esforçaram em retratar o processo histórico de desenvolvimento da economia do sisal nessa região atrelado ao discurso visionário, da predestinação. No entanto, elas não limitam esse processo às visões de João Batata sobre o sisal ser destinado por Deus para sanar os sofrimentos dos sertanejos e ao enriquecimento de Theocrito através do sisal. Tais narrativas aparentam tentar sedimentar uma concepção sobre os sujeitos que se aventuraram na

---

<sup>53</sup> O “Profeta”, como denomina Vanilson Oliveira (1993), se chamava João Batista Cardoso nascido em 23 de junho de 1849 em Valente, município a 28 km de Coité. Ele fazia parte de uma família grande e pobre, que ainda na adolescência resolveu buscar novos caminhos pelo sertão. Ao chegar a Conceição do Coité viveu por muito tempo como indigente, porém apossou-se da Fazenda Simão, a 2 km da sede do município, onde fixou moradia e casou-se com dona Isabel. Após a morte de sua esposa e sem filhos tornou-se alcoólico, passando a viver fazendo favores e vendendo garrafadas, com ajuda de amigos, já bastante velho, residiu na cidade até a sua morte, em 24 de junho de 1931.

lavoura do sisal nessa região, como seguidores das mesmas ordens recebidas por Pacífico José dos Santos, um dos primeiros cultivadores de sisal da localidade, em 1910, por um caixeiro-viajante, que ao esmagar uma folha de sisal em suas mãos, de onde eliminou “uma enorme quantidade de fibras que sobravam da extração da água contida na palma crespa” (OLIVEIRA, 1996, p. 57), exclamou a seguinte frase: “Plante muitos pés dessa árvore abençoada, porque um dia ela lhe dará riquezas!” (OLIVEIRA, 1996, p. 57).

Essa memória construída em torno do sisal reproduziu ao longo dos anos um discurso regionalista tecido pelo poder público e por inúmeros empresários desse setor, que defende o sisal como a grande solução econômica para os problemas regionais, mas que escamoteia a exploração e a violência que muitos trabalhadores rurais ainda vivenciam no cultivo dessa lavoura. Os principais empresários do sisal, que se destacaram na comercialização da fibra do agave em Conceição do Coité, possuem caminhos semelhantes entre si. Ambos oriundos da zona rural, pequenos agricultores, alguns com baixa escolaridade. Eles, através do cultivo do sisal, conseguiram montar pequenos comércios na cidade, passos que os levaram a instituir grandes indústrias de comercialização e exportação da fibra do sisal presente nessa região, como também, grandes fazendeiros que agregaram uma grande renda no setor pecuarista. Para além disso, com o poder econômico adquirido, eles conquistaram lugares na política partidária e galgaram prestígio social e um forte poder político nessa comunidade.

Os empresários do *ouro verde* elencados nesse trabalho, além de Theocrito Calixto, são, especialmente, aqueles que iniciaram suas atividades durante a década de 1960 e se destacaram na “década de ouro do sisal”, no início dos anos 1970, despontando igualmente na esfera política e econômica. É evidente que não conseguiremos dar conta de apresentar todos os empresários que se dedicaram ao sisal. Nesse sentido, citamos uma pequena trajetória daqueles que constantemente têm suas vidas, sobretudo seu sucesso empresarial, narrados em obras memorialísticas produzidas nessa região e em reportagens publicadas em jornais de nível local e estadual, que são: Agnaldo Ramos Gomes, Everton Rios de Araújo, Gilberto Gonçalves Araújo, Hamilton Rios de Araújo, José Hamilton Passos de Araújo e Misael Ferreira Oliveira.

O contexto socioeconômico, que propiciou a alavancada desses pequenos produtores para o alcance de grandes exportadores do agave sisalana, ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970, visto que a produção do sisal já alcançava nessa época uma grande expansão por todo o município que levou muitos produtores a transformarem algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura dessa fibra vegetal. Esse período foi marcado pela ampliação de terras produtivas e criação de inúmeras indústrias voltadas para os manufaturados do sisal na região. As principais indústrias desse setor estavam situadas no município de



Conceição do Coité, se destacaram no comércio interno e externo da fibra, e empregaram centenas de trabalhadores. Essas empresas foram criadas no contexto da década de 1970 e, atualmente, elas são responsáveis por grande parte da exportação de fibras e produtos derivados do sisal no país.

Agnaldo Gomes fundou, em 05 de março de 1978, a sua empresa de beneficiamento do sisal, chamada *Sisal Gomes*. Segundo Roberto Lopes (2006, p. 20), ele “revolucionou o sistema de comercialização da fibra do sisal dando nova dinâmica ao município e oferecendo o maior número de empregos existentes na cidade”. Por intermédio da *Sisal Gomes*, ele conseguiu criar mais duas empresas voltadas para fios sintéticos e sacolas plásticas. De acordo com Lopes (2006), Agnaldo começou a trabalhar aos 18 anos de idade como motorista de caminhão, tendo como o principal destino de suas viagens o Estado de São Paulo. Ao notar o valor econômico que o sisal alcançou naquele período, Agnaldo Gomes resolveu comprar fibras de sisal e revender entre os paulistas, durante essas viagens.

Dessa maneira, Agnaldo adentrou na economia sisaleira, transportando a fibra do sisal para outras regiões. A sua carreira comercial iniciou na década de 1960, com uma pequena loja de confecções e artigos de moda, *Armarinho Bossa Nova*, abastecida pelas confecções trazidas das viagens paulistanas. Alcançando os *louros do sisal*, ele decidiu pleitear uma vaga na Câmara Municipal, sendo eleito para o mandato de 1962-1966. Além disso, ele exerceu o cargo de Secretário de Transportes, no segundo mandato de Theocrito Calixto, 1966-1970. Essa trajetória também possibilitou Agnaldo Gomes se transformar em um grande fazendeiro e se dedicar à criação de caprinos. Em 2001, ele se destacou como um dos grandes exportadores da fibra do sisal no cenário baiano.

Já Gilberto Gonçalves Araújo é um importante empresário que despontou na política através da indústria do sisal. Ele começou trabalhando numa madeireira com seu pai, depois foi gerente de um comércio de sisal na cidade de Riachão do Jacuípe e atualmente administra sua empresa, criada em 1975, *Sisaleira Gonçalves Indústria, Comércio e Exportação*, “com desenvoltura e largo conhecimento do mercado brasileiro e internacional, deste ramo de atividade” (LOPES, 2006, p. 99). Mesmo não assumindo nenhum cargo eletivo, Gilberto Gonçalves teve grande participação nas disputas políticas, ao lado de Misael Ferreira de Oliveira. Em 2012, ele lançou a sua esposa, Rozana Lima Gonçalves de Araújo, na disputa por uma vaga do legislativo municipal, sendo vitoriosa sob a legenda do PT. A sua influência, possibilitou que ela disputasse o cargo de vice-prefeita, sob a legenda do PSD como *Rozana de Gilberto*, na chapa majoritária do PT, ao lado do Professor Danilo José Ramos de Oliveira, em 2020.

Outro empresário que se destacou com a lavoura do sisal, foi Misael Ferreira de Oliveira, também pertencente ao grupo político dos *Calixtos*. Nos anos de 1970, ele foi premiado em Madri por produzir o melhor sisal do Brasil, enaltecendo o nome da sua empresa *SINOR (Sisaleira do Nordeste Ltda.)*. Nessa mesma década, segundo Roberto Lopes, ele despontou como importante empresário, desportista e político: “Tem uma história de glórias que o imortalizou por mais de 30 anos como o segundo líder político do município de Conceição do Coité” (LOPES, 2006, p. 201). Ademais, ele foi o principal representante dos *Azuis*, grupo político local rival dos *Vermelhos Situacionistas* criado na década de 1970, no contexto ditatorial. Esses grupos eram da mesma base estadual, sem nenhum componente ideológico que definisse diferenças entre si, ambos disputavam o poder local. Misael Oliveira possuiu dois mandatos como Vereador, alcançando o maior número de votos na disputa por uma vaga no poder legislativo. Ele ainda exerceu a função de líder do governo na Câmara Municipal, entre os anos de 1962/66 e 1967/71.

Em 1972, Misael foi candidato a Prefeito Municipal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), representando os *Azuis*. Nos anos de 1982 e 1996, ele enfrentou novamente a disputa pela chefia do executivo municipal, mas foi derrotado pelos *Vermelhos Situacionistas*. No entanto, em 1992, alcançou a vitória como Vice-prefeito na chapa com Diovando Carneiro Cunha. Contudo, esse feito não se repetiu em 2008, quando novamente disputou a vaga de Vice-prefeito, na chapa liderada por Alex Lopes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além dessa trajetória local, ele conquistou o mandato de Deputado Estadual, exercendo entre 1987 e 1991. Atualmente, Misael não exerce nenhum cargo político, mas ainda continua participando da política partidária local, apoiando publicamente algum candidato a Prefeito Municipal.

Entretanto, o empresário sisaleiro que conseguiu alcançar maior poder econômico, a ponto de construir uma grande estrutura política em Conceição do Coité, e manter a hegemonia no poder local por mais de 30 anos, foi Hamilton Rios de Araújo. Ele pertencia a uma família que ocupava uma distinta posição social na sociedade coiteense. O seu avô, Antonio Felix de Araújo, possuía patente de Coronel da Guarda Nacional e foi Intendente Municipal, em 1894. Todavia, apesar dessa distinção social de sua família, Hamilton foi trabalhador rural, pois seu pai herdou poucos recursos econômicos do seu avô. Assim, ele trabalhava com os irmãos nos roçados para complementar a renda familiar (SANTIAGO, 2010).

Hamilton Rios iniciou sua carreira como importante empresário do sisal quando seu irmão, Almir Rios, cultivador dessa planta, o convidou para trabalhar, o presenteando com um motor que desfibrava a palma do sisal. Com a ajuda de seu outro irmão, Everton Rios, investiu

na manufatura sisaleira. Ele se tornou, portanto, produtor, comerciante e industrial do sisal. Essas atividades lhe renderam muito lucro, permitindo a compra de outras fazendas e motores para o cultivo e manufatura do sisal. Em poucos anos, Hamilton Rios alcançou o controle dos negócios do setor sisaleiro em Conceição do Coité e na região.

Com os lucros obtidos e com o aumento do controle do processo de produção do sisal, Hamilton Rios conseguiu, no ano de 1967, instituir sua empresa, *Hamilton Rios Indústria, Comércio e Exportações Ltda*, que, inicialmente, comercializava sua produção no mercado local e regional, mas que conseguiu rapidamente exportar grande parte da produção sisaleira para diversos países europeus. O seu irmão, Everton Rios, com o crescimento da sua produção, fundou a empresa *Sisaex Indústria, Comércio e Exportação Ltda*, em 1986.

Devido ao rápido crescimento de sua empresa, Hamilton Rios, ao longo dos anos, se tornou “o maior exportador de fibra de sisal no Brasil, com uma parte de mercado superior em toda a cadeia produtiva da companhia, para 50%, líder no mercado, com uma produção anual de 30.000 toneladas” (HAMILTON..., s. d.). Ao perceber o crescimento econômico que seus irmãos alcançaram com a produção do sisal, José Hamilton Passos de Araújo enveredou por esse caminho e, no ano de 1979, fundou a *Fibraex, Indústria, Comércio e Exportação Ltda*, outra indústria dedicada à manufatura do sisal em Conceição do Coité.

Dessa forma, a Família Rios se tornou a principal comerciante da produção sisaleira no mercado interno e externo, porém apenas Hamilton Rios, economicamente bem-sucedido e líder dessa atividade, decidiu percorrer o campo da política partidária:

Este diferencial comercial fez com que ele [Hamilton Rios] e seu irmão enriquecessem rapidamente com o sisal. Mesmo antes de tornar-se um político, ele já “batia” o sisal dos outros comerciantes de Coité e região, além de já ser um exportador do produto. Quando entra para política já estava com uma renda alta suficiente para sustentar a estrutura coronelística já existente e que ele desenvolveria ainda mais em torno de sua imagem pública (SANTIAGO, 2010, p. 27).

Os caminhos que levaram Hamilton Rios seguir uma carreira no campo político, segundo os estudos que analisam a sua trajetória, foram marcados pela sua indignação frente à hegemonia do grupo de Wercelêncio Calixto da Mota no poder local. É interessante perceber que a memória política sobre a trajetória desses empresários do sisal, presentes nas narrativas memorialísticas, apenas aponta seus vínculos com as práticas políticas da Primeira República, sendo este seu passado mais remoto e próximo às práticas de clientelismo. Logo, não há nenhuma referência de que eles iniciaram suas carreiras durante o período ditatorial. A única

alusão é que pertenciam às sublegendas da Arena, mas não mencionam que esse partido era a base dos governos militares. Assim, ocorre um silenciamento, algo que não pode ser lembrado.

## 2.5 A estrada do sisal

Desde o momento em que o sisal se tornou um componente econômico da política de planejamento e desenvolvimento regional do Estado da Bahia e oportunizou a constituição de uma elite financeira ligada à sua lavoura, o poder político, principalmente dominado por empresários ligados ao sisal nos municípios baianos, teve papel de liderança na manutenção e ampliação dessa economia em seu território. Na cidade de Conceição do Coité esse papel do poder político teve expressividade a partir do mandato de Theocrito Calixto da Cunha (1948-1951), pelo PSD, primeiro agricultor da região a receber o prêmio de incentivo ao cultivo do sisal pelo Governador do Estado, Landulfo Alves, em 1940.

Em 1954, Theocrito já era denominado de “Rei do Sisal” (ANAIIS DA TERCEIRA CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL, 1957), e seu empenho na defesa da economia sisaleira pode ser percebida na realização de duas convenções regionais do sisal ocorridas em Conceição do Coité, durante o seu segundo mandato de chefe do executivo (1955-1959), contando com as presenças “do representante do Ministro da Agricultura, do Presidente da Bolsa de Mercadorias, do chefe da Inspeção de Fomento Agrícola Federal, além de agavicultores da região [sic]” (MASCARENHAS, 2011, p. 31)

Ao longo do desenvolvimento do sisal nessa região e das experiências adquiridas pela realização da Convenção Regional do Sisal, os empresários do sisal fomentaram outras formas organizativas responsáveis pelo estabelecimento do sisal como produto voltado para exportação, pressionando a implementação de ações estatais de incentivo à monocultura sisaleira: Em 1952, foi criada a Câmara de Fibras Vegetais; em 1953, foi fundada a Câmara de Comércio do Sisal; em 1975, foi criada a Associação dos Produtores de Sisal da Bahia, e, em 1980, a Associação de Pequenos Produtores de Sisal da Bahia (APAEB); em 1998, a Comissão Nacional do Sisal.

Além disso, a ampliação do sistema produtivo, caracterizado pela instalação de várias indústrias voltadas para o beneficiamento da fibra do sisal, exerceu influência na criação de novos municípios na região, que ocasionou o fortalecimento político dos empresários: “em 1952, emancipação de Cansanção, que foi desmembrado do município de Monte Santo; em 1956, Araci foi desmembrada do município de Serrinha; e, em 1958, foi criado o município de

Valente, desmembrando-se do município de Conceição do Coité” (SANTOS; SILVA, 2017, p. 6). Todavia, nas décadas de 1960 e 1970, no período de apogeu da produção do sisal na Bahia, quando a área plantada ampliou de 58.853 hectares, em 1960, para 68.429 hectares em 1970, e a produção chegou à marca de 280.000 toneladas, “foram emancipados sete municípios: Qui-jinque, Teofilândia, Ichu, Candeal, Retirolândia, Lamarão e Biritinga”. (SANTOS; SILVA, 2017, p. 6).

A ampliação política e econômica dos empresários sisaleiros possibilitaram uma forte concentração de renda para esses segmentos nessa região e uma significativa força política para angariar investimentos estatais, principalmente nos momentos de crise da produção do sisal, para atender às suas demandas. Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas pelos empresários do sisal para manterem a sua hegemonia na região foi fortalecer o sisal como referência, não só econômica da região, mas como símbolo de pertencimento a esse território, no qual “o discurso de defesa dos interesses ‘do sisal’ se generalizou como defesa dos interesses de todos, principalmente em relação ao governo estadual” (SANTOS; SILVA, 2017, p. 9).

Durval da Silva Albuquerque Júnior (2007), em seu estudo sobre “*A invenção do Nordeste e outras artes*”, analisa que o Nordeste foi delineado por diversas linguagens e discursos ao longo de um dado processo histórico, produzidos por determinadas relações de poder, que constituíram essa espacialidade permeada por estereótipos e diversas estratégias de linguagens. A Região Sisaleira está inserida, de certa forma, nesse contexto, visto que a construção de sua espacialidade, além de ser desenhada por elementos geográficos e administrativos, foi sendo configurada por diversos discursos, principalmente daqueles que possuía um arcabouço social e político nessa região.

Os discursos pronunciados por instituições, autoridades políticas, empresários, comerciantes e trabalhadores, presentes em diversos jornais de circulação estadual e local, chegando também a proporções nacionais, demonstram que a apropriação das condições climáticas e sociais existentes nessa região por esses sujeitos foram essenciais para fortalecer e conduzir o funcionamento de um sistema de poder em que o mandonismo e a autoridade foram peças centrais no seu jogo de interesses. Essa apropriação contribuiu bastante para a “naturalização” desse espaço, visto como algo fixo, em que tais discursos não incentivaram na promoção de mudanças nessa região, seja em relação às questões de melhoramento da principal cultura ou no desenvolvimento de alternativas econômicas, como também, na implementação de políticas públicas.

O relato de Osmanir Patres Silveira, então gerente do Banco do Brasil de Serrinha, extraído do Jornal *A Tarde*, de 6 de maio de 1977, presente no artigo intitulado como “*Crise do*

*sisal provoca desemprego e êxodo*”, discutia a respeito de linhas de créditos para o financiamento do cultivo do sisal devido à pressão feita por produtores e exportadores dessa lavoura. Essa crise foi provocada pela seca que atingiu a região e pela falta de tecnologia especializada na produção, resultando numa exploração indiscriminada dos campos de sisal.

A substituição da cultura do sisal por uma outra é total suicídio para a região. Serrinha e sua microrregião está na zona de estiagem permanente e o sisal não é prejudicado por este fator, podendo aguardar por um longo tempo pela queda de chuvas, o que talvez não suportasse outro tipo de cultura, que fatalmente seria perdida com a longa estiagem e os prejuízos seriam de maiores proporções. (MÁRIO; QUITO, 1977, s. p.)

Porventura, a reprodução desse discurso, relacionado às condições climáticas dessa região, impossibilitou a realização de alternativas econômicas e/ou mobilizações de mudanças na dinâmica da lavoura sisaleira, pois para muitos sertanejos foi a própria natureza que havia estabelecido o desenvolvimento do sisal nessa região, não sendo possível desenvolver outra forma mais rentável de produção nesse território. Esse destino estabelecido pela natureza à Conceição do Coité e sua região, de tecer sua história atrelada à fibra do sisal e encontrar nela seu único caminho de riqueza e desenvolvimento devido às “condições naturais” do seu chão, é inscrita no passado dessa região, como, por exemplo, nas histórias sobre o prenúncio realizado por João Batata, analisado na seção anterior.

A apropriação desse *mito* pelos diversos sujeitos presentes nesse território é uma significativa referência para compreender as estratégias de manutenção da estrutura socioeconômica dessa região e pela aceitação das condições desiguais e precárias presentes nessa sociedade. Por outro lado, a rejeição dessa realidade, substituir o sisal por outra cultura, significaria confrontar a própria natureza, pois “olha-se para o passado e alinha-se uma série de fatos para demonstrar que a identidade regional já estava lá” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011 p. 89).

Essa realidade se aproxima com a análise realizada por Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2002) sobre a economia do cacau na Bahia. Ao investigarem o processo de desenvolvimento dessa economia na região de Ilhéus, eles perceberam que os produtores sempre afirmavam estarem sendo guiados pelas “variações climáticas, enchentes, falta de chuvas, pragas e moléstias [...] Quando se fazia referência ao ‘abandono da produção de cacau’ [...] não se pensava na melhoria dos serviços agrícolas, na introdução de novas tecnologias” (FREITAS; PARAÍSO, 2002, p. 101). Da mesma maneira que esses produtores do cacau, os produtores do sisal, não buscavam reverter esse quadro e, por muito tempo, ficaram à mercê de uma tecnologia bastante rudimentar e violenta, a chamada

*paraibana*, motor de sisal utilizado para desfibrar o sisal, responsável pela mutilação de vários trabalhadores. Frente à seca, para muitos, a única alternativa era abandonar seu chão e migrar para centros urbanos mais desenvolvidos.

A “aceitação” dessas condições e o não questionamento dessa cultura estavam enraizados também nas relações sociais, políticas e econômicas dessa região, pois seus sujeitos não buscavam meios de transformarem as inúmeras desigualdades e problemas sociais que enfrentavam. Assim, devemos encarar “as relações espaciais como relações políticas e os discursos sobre os espaços como o discurso da política dos espaços”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35). A região é entendida nesse trabalho como produto de ações e práticas sociais, que tentam realizar um processo de homogeneização dos diversos elementos existentes em um determinado território, utilizando múltiplos sistemas de poder. Desse modo, os agentes lutam para impor seus diversos interesses em um espaço móvel, que permanece ou muda, no qual a região é produto de uma batalha, permeada por intensas lutas, uma segmentação surgida no espaço dos litigantes, sendo atravessada por diferentes relações de poder (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011)

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizando como espaço econômico, político, jurídico, ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 35)

Isso fica bastante presente nos discursos de sucesso empresarial e riqueza que caracterizaram o cultivo do sisal entre as décadas de 1970 e 1990, principalmente na de 1970, período demarcado com a imagem do progresso e desenvolvimento gerado pelo *ouro verde*, que levou muitos produtores a fixarem suas atenções nessa lavoura, transformando antigas atividades existentes no campo em áreas voltadas apenas para produção do sisal. Esses produtores se tornaram os principais divulgadores de um discurso que reordenou e regulou as relações de trabalho, sociais, como também, do espaço geográfico que refletiu as mudanças introduzidas nessa localidade.

A região foi constituída como um recurso para atender aos interesses dos grupos hegemônicos da economia do sisal, que utilizaram de múltiplos meios para garantirem a perpetuação do seu poder e de sua influência, mediando, dessa maneira, as relações de poder entre os diversos sujeitos presentes nesse território. Especificamente, em relação ao governo estadual, um dos caminhos percorridos pelos empresários sisaleiros para angariar investimentos

públicos foi a utilização do discurso de como suas produções possibilitavam grandes arrecadações de impostos ao Estado.

Agora vejamos nesse mesmo ano de 1974, quanto esses seis municípios deram de ICM: Conceição do Coité, Cr\$ 8.706.904,67; Serrinha 3.373.393,67; Retrolândia 2.067.661,69; Valente 7.266.860,85; Santa Luz 5.314.025,38; e Queimadas 3.707.639,25. A arrecadação totalizou em um ano e, apenas, em meia dúzia de municípios Cr\$ 31.340.485,41. Por aí se poderá ver quanto o Estado arrecada com todo o polígono sisaleiro baiano, que é constituído com mais de 30 municípios, onde a presença estatal de apoio e assistência à economia sisaleira é praticamente nula. A não ser em termos de arrecadação, em que o Estado é sôfrego, não se sabe, não se assinala, não se conhece nenhum benefício proporcionado à lavoura do sisal que já está se tornando decadente, sem condições, se não for renovada, de atender plenamente o parque industrial sisaleiro que se está instalando para a produção de baller e celulose. (A ESTRADA..., 1976, s. p.).

Nesse período, a cidade de Conceição do Coité se destacava como a eminente produtora de sisal nessa região, como também reunia o maior contingente de indústrias sisaleiras de exportação, cujos principais proprietários e exportadores de sisal eram Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira. A liderança de Conceição do Coité, a *Rainha do Sisal*, nessa economia possibilitou que esses empresários, sobretudo Hamilton Rios, através do poder político alcançado, fossem fundamentais na ampliação e fortalecimento dessa monocultura na região. Eles, portanto, foram apresentados como as principais lideranças dos sisaleiros desse território, conjuntura percebida nas amplas vitórias eleitorais e nas relações tecidas com os Governadores da Bahia.

As rivalidades entre *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas*, acentuadas nos embates eleitorais, expressadas em atitudes violentas e ainda caracterizadas por seus líderes como agremiações portadoras de projetos diferenciados para o desenvolvimento do município, pareciam ser dissipadas quando se tratava de aprimorar e defender a economia do sisal na região, pois seus discursos e suas propostas se afinavam, principalmente em defesa da fixação do preço mínimo do sisal. A defesa do sisal e o empenho para a sua valorização no mercado eram pontos que aproximavam os rivais grupos políticos coiteenses, talvez, para alguns eleitores, esses componentes tenham sido os únicos semelhantes entre essas facções.

“Pretendo com a ajuda de órgãos públicos federais e estaduais dar uma melhor assistência ao produtor e a obtenção do preço mínimo do produto, tendo em vista o surto inflacionário, e estabelecendo condições de aproveitamento da matéria prima do sisal através de convênios que procurarei firmar com o Cedin, órgão encarregado do planejamento industrial do interior”, afirmou o Sr. Hamilton Rios de Araújo (HAMILTON..., 1973, p. 5).



Um exemplo das ações de melhoramento da economia sisaleira durante a década de 1970, aparentemente em constantes problemas desde o seu desenvolvimento, foi o empenho das forças políticas empresariais para a construção e pavimentação da chamada Estrada do Sisal. Porventura, a ação política de Hamilton Rios para o alcance dessa estrada foi significativa, devido às estreitas relações estabelecidas com Governadores do Estado, especialmente com João Durval Carneiro, considerado, pelos políticos coiteenses, o representante da Região Sisaleira, desde quando exercia o mandato de Deputado Federal (1975-1983).

Nesse sentido, a construção dessa malha rodoviária na década de 1970 foi outro componente oportuno para legitimar a configuração desse território ligado à economia sisaleira. Ainda mais, porque no final dessa década, em 1977, período em que o desenvolvimento da construção da estrada foi acentuado, a economia sisaleira enfrentou uma grave crise. Desse modo, criar estratégias para fortalecer a identidade sisaleira dessa região pode ter sido um eficaz instrumento para o não abandono dessa cultura e nem fortalecer alternativas econômicas para o desenvolvimento dessa região. Talvez essa conjuntura tenha propiciado ao então Deputado Federal João Durval Carneiro ser classificado, pelas lideranças políticas da Região do Sisaleira da Bahia, como o representante dos empresários do sisal, pois em meio ao processo de crise vivenciado por essa atividade econômica, ele exigiu em seu discurso no Plenário da Câmara a “criação de um centro de pesquisa, o reajuste do preço mínimo em junho, a prorrogação por um prazo maior do pagamento dos débitos dos produtores e o restabelecimento das linhas de crédito da lavoura” (JD..., 1977, s. p.).

A defesa do sisal no Congresso Federal, por meio de João Durval, pode ser percebida como atuações políticas desempenhadas pelos empresários do sisal em busca de financiamentos para as suas atividades econômicas em crise e que se sentiam alijados das benesses do Estado, devido à falta de recursos. Somada a isso estava a construção da malha rodoviária dessa região, incentivada pelos produtores e principalmente pelos exportadores do sisal, para melhores condições do escoamento da produção e plantio dessa cultura, que nesse período se torna a força motriz da economia dessas cidades do semiárido baiano. Assim, o pertencimento a esse território é acentuado na medida em que grupos econômicos e políticos se reúnem na defesa de seus interesses particulares.

Estabeleceu-se então, animado debate em torno dos problemas que afligem a economia agaveira no momento, como sejam: falta de braços para os trabalhos da lavoura, colheita, desfibramento, prensagem, etc., impossibilidade de aquisição de maquinário pelos pequenos plantadores, falta de crédito bancário, financiamento, preço-mínimo, falta de transporte, preços excessivos dos combustíveis e lubrificantes, falta de assistência técnica e tanto

outros assuntos de palpitante interesse para a economia agaveira (ANAIS DA TERCEIRA CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL, 1957, p. 18).

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas (2000), em *“Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea”*, realiza uma importante análise acerca dos meios de transportes e comunicação na construção de uma regionalidade baiana, seja nos processos de construção de novos caminhos ou na desarticulação/reconstrução de outros, ambos demonstraram a visão dessa região enquanto um espaço aberto, visando assim, como salienta o autor, “à ‘abertura’ da Bahia, ou seja, integrar outros espaços, ocupar o território, avançar para o interior com o intuito de tornar real toda a potencialidade cantada e anunciada por viajantes e cronistas” (FREITAS, 2000, p. 26).

Todavia, a regionalização que as rodovias oportunizaram contribuíram para a construção de redes de relações comerciais nas regiões limítrofes da Bahia, desenvolvendo a autonomia desses lugares em relação à Salvador. Nesse sentido, esses territórios mantiveram uma ligação mais reduzida com a capital baiana e, portanto, uma posição mais independente em relação às esferas econômica e social, avançando, como argumenta Freitas (2000), para a vertente política e cultural, bem como para a criação de um novo universo de ação para a sociedade local.

Conceição do Coité, juntamente com municípios circunvizinhos, que prosperaram na década de 1970 com a economia da lavoura do sisal, iniciaram um processo de reivindicação para a recuperação da principal via de elo com a capital, inaugurada em dezembro de 1931. Isto porque o escoamento da produção do sisal estava em péssimas condições. Tal aspecto foi semelhante em outras regiões econômicas da Bahia, cujas elites comerciais exigiram um novo processo viário que garantisse maior agilidade e rapidez para o escoamento da produção, distribuição de mercadorias e valorização de suas propriedades. O escoamento do sisal percorria os tráfegos que ligavam a cidade de Conceição do Coité à Riachão do Jacuípe, seguindo pela Rodovia Lomanto Júnior, o que causou prejuízos para os municípios produtores do sisal. Esta situação foi relatada pela imprensa de circulação local e regional durante o processo de recuperação da BA 409, que estava em estado de calamidade.

A antiga estrada de barro praticamente já não existe. Para ir ao centro da região do sisal, a viagem se torna uma arriscada e verdadeira aventura, tantos são os buracos, catambins, desvios que se tem de atravessar, sendo que o tráfego já abandonou alguns trechos, como o de Serrinha a Coité, onde se gasta horas para vencer um percurso de apenas, 32 kms [sic]. Por aí se vê o sacrifício que representa o escoamento da produção que tem que dar voltas a procura de outras estradas, com aumento da distância, perda de tempo e maior gasto de combustível.” (A ESTRADA..., 1976, s. p).

A reivindicação desses municípios que compunham a Região Nordeste da Bahia para a recuperação e ampliação da BA 409, “trecho-chave para região sisaleira”, foi iniciada em meados da década de 1970. Contudo, essa obra foi considerada de “Santa Engrácia”<sup>54</sup> devido à morosidade dos seus serviços que andavam quase paralisados, isso por causa da falência da empresa construtora do trecho Serrinha-Conceição do Coité, que abandonou as atividades e causou atrasos para conclusão dessa estrada. Interessante perceber como a imprensa fez uso da figura hagiográfica para construir críticas políticas a essa determinada situação que atacava e/ou limitava o poder material das elites sisaleiras. Ao considerar as obras de recuperação da BA 409 de Santa Engrácia, relacionava a vagarosidade dos serviços empreendidos ao longo martírio que recaiu sobre o corpo dessa santa durante o Império Romano.

Como sua construção foi iniciada e paralisada no mandato de Antônio Carlos Magalhães (ACM) (1971-1975), os empresários sisaleiros, muitos deles políticos da agremiação de ACM, como, por exemplo, Misael Ferreira e Hamilton Rios, esperavam que o seu sucessor, Roberto Santos (1975-1979), continuasse os trabalhos logo no primeiro ano do seu governo, fato que não aconteceu, frustrando os produtores do sisal. Essa interrupção da construção foi compreendida pelos produtores como forma de abandono e esquecimento do Estado em relação ao cultivo do sisal. Tal indignação esteve presente nas reportagens da imprensa, principalmente do jornal *A Tarde*, que publicou alguns momentos sobre o processo vivenciado por esses municípios na construção dessa rodovia sisaleira, durante os anos de 1977 e 1978.

As atividades da rodovia foram retomadas, no ano de 1977, pelo Governador arenista Roberto Santos (1975-1979), motivo que trouxe esperança para os produtores de sisal, principais interessados nesta via para facilitar o escoamento dessa lavoura. A primeira etapa da rodovia, o trecho Serrinha-Coité, BA 409, foi inaugurada em 15 de outubro de 1978, pessoalmente por Roberto Santos, cerca de 37 Km, que custou 47 milhões de cruzeiros para sua pavimentação. A segunda etapa, de 45 km, trecho Coité-Santa Luz, BA 120, que interligou os municípios sisaleiros à BR 116, foi entregue à população em 23 de fevereiro de 1979, no qual foram investidos 50 milhões de cruzeiros, e possibilitou o desenvolvimento do setor sisaleiro e a valorização de inúmeras propriedades dos municípios de Serrinha, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente e Santa Luz. Entretanto, toda a extensão da Rodovia do Sisal só se tornou concreta no Governo de João Durval, em 1985, beneficiando, dessa forma, toda a Região Sisaleira.

---

<sup>54</sup> Termo utilizado pelo jornal para retratar a morosidade do processo de construção dessa rodovia do sisal.

A Rodovia Sisaleira representou a imagem de progresso e desenvolvimento para esse território, levando diversas melhorias para essas localidades, como a ampliação da rede de energia elétrica, saneamento e desenvolvimento comercial. A “Estrada do Sisal” propiciou também a circulação de mão-de-obra para outras regiões. Além disso, ela fortaleceu importantes negociações entre os representantes do poder político local, em sua maioria empresários sisaleiros, com outras regiões, inclusive com o Governo do Estado, como, por exemplo, o peso político das lideranças dos *Vermelhos* e *Azuis*, que emplacaram seus candidatos à Assembleia Estadual e ao Congresso Federal, por exemplo, Misael Ferreira, Aroldo Cedraz, Emério Resedá, Wellington Araújo e Elmar Nascimento. É interessante notar a importância que a construção dessa Rodovia Sisaleira teve para a configuração de uma regionalização sisaleira durante esses anos, mesmo com as dificuldades enfrentadas durante três mandatos governamentais, sendo preponderante para a afirmação de uma identidade centrada na cultura do sisal nessa parte do território baiano.

A cultura do sisal, firmada como principal núcleo de integração desses municípios, reordenou, apropriou e alterou relações sociais, políticas e econômicas, através de homens que se enriqueceram com essa atividade agrícola, definindo princípios e pactos que regulam a vida nessa região. Provavelmente, a construção dessa rodovia foi permeada por intensas negociações e acordos entre os governos estaduais e empresários do sisal, muito desses importantes líderes políticos, tendo sido firmados acordos centrados em seus interesses políticos e econômicos, visto que a efetivação dessa rodovia aconteceu no contexto de crise vivenciado por essa economia durante os anos de 1976 e 1977, por conta das grandes estiagens e a falta de tecnologia apropriada para melhor aproveitamento do sisal, o *ouro verde* do sertão.

Nesse sentido, a configuração desse regionalismo sisaleiro, promovido por esse sistema viário responsável por uma integração de um vasto território baiano, contribuiu para um fortalecimento e autonomia dessa região nas relações comerciais e sociais com outras regiões e até mesmo com outros países, pois o sisal nesse período era um importante produto de exportação baiano, evidenciando assim um distanciamento da capital:

A Bahia negra e do dendê, cuja síntese maior é Salvador e seu Recôncavo, foi ficando distante do interior. Os moradores de quase todas as áreas, de todos os sertões, passaram a não se sentir na Bahia, a dela não participar. [...] O desenvolvimento regional passou a se dar como que de costas para o velho núcleo de poder. A população interiorana que não migrou, criou e desenvolveu laços com os estados vizinhos, passando a viver sob influência direta dos mesmos, construindo uma nova regionalidade. (FREITAS, 2000, p. 35).

A proposta desse capítulo foi discutir a configuração da Região Sisaleira, por meio do desenvolvimento da cultura do sisal na cidade de Conceição do Coité. Sobretudo, pelos marcos estabelecidos por uma memória sobre o cultivo do sisal produzida nas décadas finais do século XX. Essa memória contribuiu para o fortalecimento de um discurso regionalista, partícipe do processo de modernização autoritário-conservadora dessa região. A operação dessa memória coaduna com os componentes discutidos por Michael de Pollak (1989) sobre o trabalho de enquadramento de uma memória. Evocar o sisal como a planta redentora e única alternativa econômica dessa região, aspecto constantemente operacionalizado nos períodos de crises dessa cultura, evidencia o esforço de reinterpretar incessantemente o passado da lavoura sisaleira nesse território, em função dos combates do presente e do futuro, uma vez que nesses momentos sugeriram hipóteses de abandono dessa economia, e a defesa de sua revitalização, tendo o Estado como principal investidor dessa cultura.

Apesar das referências sobre essa região, especialmente da cidade de Conceição do Coité, serem balizadas pela trajetória do sisal e dos seus principais beneficiadores, integrados nos sentimentos de origem desse território e que filiou a existência e desenvolvimento desse lugar ao sisal, elas não impediram o aparecimento de agentes que questionaram o tecido social e as estruturas institucionais dessa sociedade, sedimentada nas relações de poder comandadas pelos “homens do sisal”. Assim, partes da trajetória desses agentes, sobretudo as relações tecidas com a instituição religiosa local e as agremiações coloridas lideradas pelos empresários do sisal, anteriores a fundação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité, serão discutidas no próximo capítulo.

### 3 “COMUNISTAS DE CRISTO” E AGREMIÇÕES COLORIDAS

Os “Comunistas de Cristo” são os leigos católicos analisados nessa pesquisa, que imbuídos pelo pensamento da *Igreja Popular*, decidiram adentrar no campo político de Conceição do Coité e disputar o poder local com os empresários sisaleiros, líderes das agremiações hegemônicas denominadas *Azul* e *Vermelho*. Na dinâmica desses embates, os leigos, vinculados ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, foram categorizados por setores *Vermelhos Situacionistas* de comunistas. Por sua vez, estes, que sob as legendas da Arena, Partido Democrático Social (PDS), Partido de Frente Liberal (PFL), que alterou a nomenclatura para Democratas (DEM), atualmente União Brasil (União), proveniente da junção com o Partido Social Liberal (PSL), e o Partido Progressista Brasileiro (PPB), posteriormente denominado Partido Progressista (PP), alcançaram diversas vitórias eleitorais ao longo da segunda metade do século XX e no limiar do século XXI.

Todavia, analisando o espectro político desse período, um dos primeiros representantes da política coiteenses a ser considerado de comunista foi Evódio Ducas Resedá, filho do Coronel Eustórgio Pinto Resedá, que assumiu o cargo de Vice-prefeito do município, entre 1977 e 1980, e de Prefeito Interino, entre outubro de 1980 e abril de 1981. Na entrevista publicada no *Tribuna Coiteense*, em junho de 1988, Evódio Resedá contou que era constantemente taxado de vermelho e comunista por setores do clero local nos anos de 1960, quando era líder do Partido Republicano (PR). Em sua perspectiva, essa categorização contribuiu para que, durante a ditadura civil-militar, os dois grupos hegemônicos coiteenses, reunidos nas sublegendas da Arena, fossem distinguidos por cores, os *Azuis* (Arena 1) e os *Vermelhos* (Arena 2).

É evidente que a atribuição de comunistas destinada à setores políticos de Conceição do Coité não se insere numa conjuntura de combate ao protagonismo político dos comunistas, em contrapartida, compartilha da estratégia de situar diferentes sujeitos, projetos e grupos que pudessem colocar em risco um *status quo* de setores dominantes, coadunando com o entendimento do termo comunista ser elástico ou maleável, não percebido apenas como uma manobra ou fachada, mas em diálogo com os acontecimentos políticos em curso (RODEGHERO, 2017).

Diante disso, o objetivo desse capítulo é analisar aspectos da trajetória de vida dos leigos católicos, anteriores ao contato com a Teologia da Libertação e à fundação do PT coiteense. Além de ser uma escolha metodológica, decidimos realizar a investigação desse contexto no

interesse de observar a historicidade desses agentes, uma vez que antes de serem identificados como ameaçadores dos interesses dos grupos dominantes, faziam parte deles e/ou teciam relações com importantes sujeitos que legitimavam o poder dessas agremiações. As memórias desses homens e mulheres, que receberam a “pecha” de comunistas, foram fundamentais para investigarmos dados de suas vidas e, portanto, possibilitaram ampliar componentes presentes nas demais fontes dessa pesquisa.

No entanto, os seus itinerários não se esgotam nesse capítulo, logo, eles serão também analisados no decorrer desse trabalho. Aqui, o enfoque estará centrado na apresentação de aspectos concernentes ao engajamento deles na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e no campo político coiteense. Inicialmente, apresentaremos o evento no qual os setores católicos foram considerados de comunistas e as razões de percorrermos pelas veredas da memória para constituir partes da trajetória desses sujeitos. Discutir a trajetória de vida desse setor leigo viabiliza a compreensão das relações e espaços sociais influenciadores das concepções defendidas e reproduzidas por esses agentes religiosos, sobretudo a análise do cenário religioso e sociopolítico que os instigaram a fortalecer um modelo de *Igreja Popular* e a adentrar no campo político, sob a legenda do Partido dos Trabalhadores.

### 3.1 “Um antro de comunistas”

Um dia antes do primeiro turno das eleições municipais de 1992, a Juíza Eleitoral do Juízo da 132ª Zona Eleitoral, em Conceição do Coité, Lígia Maria Ramos Cunha Lima, tornou conhecida, ao Bacharel Hélio Márcio da Silva Carneiro, a sua sentença em favor do Pedido de Direito de Resposta requerido pelo seu cliente Padre Luiz Rodrigues Oliveira. Segundo os autos nº 045/92, Padre Luiz Rodrigues alegou ter sido vítima de afirmações caluniosas, difamatórias e injuriosas, pronunciadas pelo Advogado Arivaldo Sacramento Filho no programa de rádio denominado *Dr. Ari, o advogado do povo*, transmitido na manhã do dia 25 de setembro daquele ano, pela Rádio Sisal 900 AM. A Juíza, fundamentada pela Lei de Imprensa nº 5.250 e pelo art. 5º, inciso V, da Constituição Federal, compreendeu que o Padre Luiz Rodrigues foi alvo das seguintes afirmações ofensivas por parte de Arivaldo Sacramento Filho:

Eu acho que o lugar de Padre não é aí. O lugar de Padre é na igreja. É chamando os fiéis para se aproximarem de Deus e não ficar se envolvendo na política, transmitindo a sua fala cheia de latim, cheia de não sei o que lá que o povo não entende. Lugar de lati, não é no latim. Tá entendendo? A igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região e não fazer daí um ANTRO DE

COMUNISTAS AÍ DENTRO DESTA IGREJA. Porque era um Padre que honrava a batina que vestia. Este não está honrando. Este veio pra qui fazer política. Vá lá na missa e veja se alguém da sociedade ainda vai lá. Vai 04 ou 05 pobrezinhas coitadas que continuam a ser enganadas por este Padre. [sic – grifos da fonte]. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992, p. 2-3).

Nesse trecho, observamos aspectos no argumento do Advogado Arivaldo Sacramento Filho para deslegitimar a atuação política do Padre Luiz Rodrigues, destacando a existência de dois campos distintos, mesclado com um discurso anti-intelectualista e anticlerical, quando este se envolve em questões sociais e critica o *status quo*: um da Igreja e outro do Estado; um da religião e outro da política, entre espaço da Igreja e espaço da sociedade. Essa distinção só é relativizada quando o plano eclesiástico e clerical é substituído pelo teológico, pois o Padre não deveria ocupar o lugar de Deus, atuando no século, no mundo e na sociedade. Ele é intermediário, alguém que deveria pedir que Deus resolvesse os problemas. Ao tentar atuar diretamente na sociedade, o sacerdote passa a ser considerado um ser politicamente desviante ao romper com a lógica social e política.

De acordo com o processo, o Advogado Arivaldo Sacramento Filho negou a prática do crime, admitindo ter feito comentários a respeito dos sermões do pároco realizados nas celebrações religiosas. Desde a década de 1980, Arivaldo Sacramento Filho tinha espaço cativo na Rádio Sisal 900 AM, principal veículo de comunicação da Região Sisaleira. Essa, por sua vez, pertencia à Hamilton Rios de Araújo, onde tornava explícito os seus desafetos e afetos políticos, conjuntura na qual os editores do *Tribuna Coiteense* o consideraram como “aquele que só vai para a Rádio falar besteira” (BOCA..., 1989, p. 4) e relataram situações constrangedoras entre ele, o diretor e um dos locutores da emissora. “O ‘doutô’ usa e abusa do programa dele nas sextas-feiras para projetar a candidatura de Emério Resedá, desfazendo do próprio locutor, que vem se despontando na política” (BOCA..., 1990, p. 4).

A Juíza Lígia Maria Ramos Cunha Lima, com base nos áudios do programa *Dr. Ari, o advogado do povo*, relatou nos autos que Arivaldo Sacramento Filho havia utilizado o programa, indevidamente, para fins eleitorais, ao proferir críticas aos programas eleitorais da oposição e ao se defender de ofensas que teriam sido dirigidas à sua pessoa no horário eleitoral. No entendimento da Juíza, o Advogado Arivaldo Sacramento Filho deveria utilizar o direito de resposta amparado por lei e não realizar tais ações em seu programa radiofônico. A magistrada destacou os seguintes pronunciamentos do *Dr. Ari*:

Eu ontem estive em Bandeaçu. Estive ontem lá com o Prefeito Ewerton Rios e olhamos que está sendo feito a extensão que me parece é de uma ou duas ruas... três ruas, eu inclusive fui pessoalmente. ISSO É PARA NOSSOS AMIGOS VEREM DE QUE NÓS ESTAMOS TRABALHANDO. Que toda



a extensão de rede elétrica que apareceu aí, dizem que foi o Deputado fulano de tal quando foi deputado, que conseguiu isto através de uma dotação orçamentária há cerca de 04 anos atrás. Isso é brincadeira! A baixaria está tão grande por parte de NOSSOS ADVERSÁRIOS... Olha este programa não deve nem se falar nisso porque já é um problemzinho político. Mas eu estou apenas como jornalista criticando a maneira como vem se fazendo. Como a OPOSIÇÃO AQUI EM CONCEICÃO DO COITÉ vem fazendo esses programas. NOSSA SENHORA! QUE BAIXARIA! [sic – grifos da fonte]. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992, p. 3-4).

Diante dos pronunciamentos, a Juíza da 132ª Zona Eleitoral determinou a suspensão da transmissão radiofônica do programa *Dr. Ari, o advogado do povo* na véspera da eleição, no dia 2 de outubro de 1992, e concedeu o direito de resposta ao Padre Luiz Rodrigues Oliveira: “a ser exercido pessoalmente ou através de fita previamente gravada, como faculta o artº 32, §2º, da Lei nº 5.250/67, num tempo de oito minutos, tempo igual ao usado para o agravo [...] a ser transmitido no próximo dia 09 de outubro, no horário compreendido entre 9:00 às 11:00” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992, p. 4).

O discurso do Advogado Arivaldo Sacramento Filho em relação ao Padre Luiz Rodrigues foi motivado pelos embates da campanha eleitoral de 1992, no qual o pároco coiteense se opôs, publicamente, ao grupo político dominante, denominado de *Vermelhos*, ao declarar apoio à chapa majoritária da oposição, os *Azuis*, formada por Diovando Carneiro da Cunha e Misael Ferreira Oliveira, que derrotou Hamilton Rios de Araújo, possuidor de sucessivas vitórias eleitorais desde 1972, e o seu candidato a Vice-prefeito Jorge Tirço Carneiro, empresário do ramo de supermercados que exerceu o mandato de Vereador entre 1983 e 1988, pelo PDS.

Diovando Carneiro Cunha, conhecido popularmente por Vando, antes de iniciar sua trajetória política, realizava ações assistencialistas na sociedade coiteense, sendo conhecido por transportar em seu próprio veículo doentes que buscavam atendimento de saúde na capital baiana. Alguns o consideravam a “Irmã Dulce de Coité”, ainda mais pela proximidade que ele estabelecia com a religiosa<sup>55</sup>, na qual “transmitia a ideia de que suas obras não tinham interesse político, mas era um compromisso cristão com o outro, tido como irmão, reconhecendo nele um ser desinteressado e, portanto, diferente dos demais” (SILVA, 2010, p. 27). Esse serviço

---

<sup>55</sup> Na entrevista com Joilson Marcos Cunha Araújo, sobrinho de Diovando Cunha, ele relatou que devido aos serviços que Diovando realizava na comunidade coiteense, o seu tio construiu uma relação de proximidade com Irmã Dulce. “Ele tinha uma relação com a Irmã Dulce muito profunda, de gratidão. Irma Dulce dava lembranças autografadas, disco de canções. Irmã Dulce era sanfoneira. Eu lembro de uma dedicatória dela em um disco” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

lhe possibilitou uma vitoriosa trajetória política: foi o Vereador mais votado do município por uma das sublegendas do PDS comandada pelos *Azuis*, em 1982.

Ao romper com o seu grupo, em razão dos *Vermelhos* terem possibilitado fortalecer os seus serviços assistencialistas, ao fornecerem um carro para transportar doentes, evidentemente interessados em sua popularidade (SILVA, 2010, p. 26), Diovando Cunha compôs a chapa dos *Vermelhos Situacionistas* como candidato a Vice-prefeito, nas eleições de 1988, sob a sublegenda PDS-1. Há quem afirme que a vitória dos *Vermelhos* em 1988 se deve à popularidade e ao carisma do Diovando Cunha, uma vez que o candidato a Prefeito, Éwerton Rios de Araújo Filho, sobrinho de Hamilton Rios, era um desconhecido e não havia disputado nenhum cargo público eletivo (SILVA, 2010). Ademais, a própria imagem de Hamilton Rios estava desgastada, após abandonar o mandato de Prefeito Municipal devido ao insucesso no pleito estadual de 1986, na qual a maioria dos coiteenses, somados aos demais eleitores baianos, consagrou a vitória de Fernando Waldir Pires de Souza à Governador da Bahia (UM LÍDER..., 1987, p. 1-2).

No ano de 1992, Diovando Carneiro retornou ao grupo dos *Azuis*, ao romper com os *Vermelhos Situacionistas*, devido à recusa de Hamilton Rios de Araújo em aceitá-lo como o “cabeça da chapa” da facção política (SILVA, 2010), assim, juntamente com Misael Ferreira de Oliveira, compôs a chapa majoritária dos *Azuis*, sendo eleito Prefeito do município pela coligação do Partido Liberal (PL) e o PMDB. Numa sociedade marcada pelo comportamento clientelista, Diovando Cunha fortaleceu o seu capital político a partir do assistencialismo, agregando a gratidão de diversos “clientes” nos pleitos eleitorais, prática que continuou sendo reforçada ao longo do seu mandato no executivo municipal. Na figura 1, é possível observar ele entregando, pessoalmente<sup>56</sup>, cestas básicas, na Comunidade do Maracujá, atualmente reconhecida como uma comunidade quilombola, para setores da população em vulnerabilidade social.

---

<sup>56</sup> Diovando Cunha encontra-se situado em frete ao porta-malas do veículo, entregando o pacote de alimentos para a senhora com um lenço na cabeça.

Figura 1 – Entrega de cestas básicas no Maracujá, 1992.



Fonte: Governo de Diovando (1992- out.1996), 1992.

É evidente que o fato do Padre Luiz Rodrigues Oliveira demonstrar publicamente a sua discordância com as práticas políticas de Hamilton Rios e da sua agremiação o tornou uma *persona non grata* para os *Vermelhos Conservadores*. Ainda mais quando o sacerdote se somou às forças de oposição nas eleições de 1992, apoiando Diovando Cunha, como representante da mudança contra o tradicional poder hegemônico. É possível que muitos tenham compreendido o apoio do pároco ao candidato dos *Azuis* como uma contradição dos seus ensinamentos, visto que ambas as agremiações compartilhavam práticas políticas semelhantes, não sendo cabível encontrar um diferencial que induzisse o sacerdote a defender um dos partidos ou verificar em Diovando Cunha uma mudança política que atendesse aos preceitos difundidos pelo sacerdote. Posicionamento que reverberou dentro da agremiação dos leigos, inclusive interferindo no lançamento da chapa majoritária do PT no pleito de 1992, episódio discutido no quinto capítulo.

Os pronunciamentos de Arivaldo Sacramento Filho no programa de rádio não apenas evidenciavam o seu descontentamento em relação à postura do sacerdote, mas leva-nos a pensar na parcela de coiteenses, especialmente vinculados aos *Vermelhos Situacionistas*, que discordava das ações pastorais do Padre Luiz Rodrigues Oliveira ligadas à dimensão política, possivelmente compreendia que o clero deveria estar distante dos conflitos políticos e não propor reflexões sobre a conjuntura sociopolítica aos seus fiéis.

Destarte, *Dr. Ari* utilizou da estratégia de situar as ações de Pe. Luiz Rodrigues como práticas que favoreciam os comunistas, na tentativa de deslegitimar as ações do sacerdote. Imaginamos ter sido surpreendente, para os segmentos *Vermelhos*, não possuírem o apoio do pároco nas suas bases de poder. Embora mensurar o efeito político da ausência do clero nas bases políticas de Hamilton Rios seja uma tarefa complexa, por outro lado, a participação desse setor nas forças da oposição tornou evidente que essa ausência custou bastante, provocando um significativo desgaste nos *Vermelhos Situacionistas*. Logo após o resultado eleitoral de 1992, o jornal *Tribuna Coiteense* publicou que diante das ações do Padre Luiz Rodrigues, Hamilton Rios iniciou uma “campanha terrível” contra o sacerdote o chamando de “vigarista e padreco” (NÃO VAI..., 1992, p. 3).

Além do espaço eclesial, o sacerdote transitava por diversos setores da sociedade coiteense, suas palavras sejam elas proferidas nas homilias, na programação da *TV Cultura do Sertão* ou nos artigos publicados na imprensa local repercutiam entre os coiteenses. No campo político, o Padre se tornou um importante legitimador das forças de oposição aos *Vermelhos Situacionistas*, especialmente das ações dos leigos dirigentes do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, que em 1986 adentraram no jogo da política partidária, com o objetivo de derrotar o projeto político dos empresários sisaleiros, sob a hegemonia de Hamilton Rios de Araújo. Nesse sentido, compreendemos que o pleito eleitoral de 1992 foi bastante intenso, ainda mais porque setores dos *Vermelhos Situacionistas* recorreram ao sentimento anticomunista como estratégia para deslegitimar a atuação do sacerdote junto aos setores leigos. No decorrer dos capítulos, analisaremos as ações realizadas pelo Padre Luiz Rodrigues, entendendo-o como um importante intelectual, comprometido com a educação e com os setores oposicionistas do campo político coiteense.

O engajamento político do Pe. Luiz Rodrigues em Conceição do Coité foi constituído junto aos setores leigos dirigentes do PT local que, desde 1986, defendiam um projeto político contrário às elites sisaleiras. A partir de 1989, a presença e o apoio do pároco coiteense nas atuações políticas dos leigos, bem como fomentando táticas com eles, foram fundamentais para fortalecer a legitimidade dessas ações e contribuir para o desenvolvimento da agremiação política desses católicos. O envolvimento do sacerdote nessas ações era concretizado, por exemplo, na maior participação dos/as leigos/as filiados ao PT na instituição religiosa, sendo *porta-vozes* da paróquia, inclusive nos Conselhos Municipais; na participação do Padre no programa televisivo *Sertão em Debate*, tendo ao lado Joilson Marcos Cunha Araújo e convidados filiados ao PT, em que discutiam aspectos da sociedade coiteense, sobretudo os sociopolíticos, exibidos na TV local, *TV Cultura do Sertão*, cujo proprietário era opositor aos

*Vermelhos Situacionistas*; e na mobilização de setores da sociedade civil na luta por direitos sociais, especialmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité (STRCC).

Além disso, os comentários de Arivaldo Sacramento Filho explicitam uma base que sustentava as ações do Pe. Luiz Rodrigues Oliveira. Tal base é categorizada de comunistas, e pensamos que esses “comunistas” são justamente os leigos católicos vinculados ao Diretório Municipal do PT, uma vez que são eles os primeiros a defenderem as características da *Igreja Popular* na realidade coiteense. *Dr Ari*, possivelmente conhecedor desse processo, uma vez que representou Hamilton Rios de Araújo em alguns processos judiciais contra opositores políticos (Processo n. 846/88 – CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1988; e Processo n. 126/92 – CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1992), e dos discursos dos leigos na arena política, atribuiu o rótulo de comunistas aos leigos na intenção de desqualificar as ações pastorais desses agentes na Igreja Católica e, provavelmente, de justificar a necessidade de medidas repressivas às ações desses católicos. É notório que a tentativa de despertar e jogar contra adversários a força da tradição anticomunista demonstrou, em diversos momentos da realidade brasileira, uma notável capacidade de influir no jogo político (MOTTA, 2000).

Entendendo o fenômeno do anticomunismo como “uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas” (RODEGHERO, 2017), percebemos que na realidade coiteense, especificamente no período analisado, não ocorreu uma sistematização de práticas e representações que consolidassem aspectos do imaginário anticomunista entre os coiteenses.

As fontes analisadas apresentam que os segmentos *Vermelhos Conservadores* se valeram da tradição anticomunista de maneira rasa e pontual, especialmente nos pleitos de 1992 e 1996, como mais um componente de deslegitimação das ações dos setores católicos da *Igreja Popular* no campo político. Nesse período, foi constante uma produção de cartas pastorais pelos leigos argumentando que as atividades realizadas pelo Padre Luiz Rodrigues provocaram atos de violência direcionados ao sacerdote, como pode ser observada em um dos trechos da carta intitulada *Padre é vítima de perseguição em Conceição do Coité*, produzida em 1996:

O padre Luiz Rodrigues Oliveira da paróquia de Conceição do Coité (a 210km, de Salvador) está sendo vítima de uma violenta perseguição por parte de um grupo de poderosos que deseja a todo custo expulsá-lo da cidade. Numa sistemática campanha de desmoralização do sacerdote e da própria Igreja Católica, integrantes do grupo vêm adotando uma série de medidas que vão desde a apresentação de projeto de lei para fazer com que a “micareta” da cidade coincida com a Semana Santa até a tentativa de invasão da igreja e da casa paroquial para agressão física e até de morte. Desde que a perseguição começou, o padre não teve mais sossego: telefonemas anônimos, pichação de

muros com ofensas, insultos através de pronunciamentos públicos em que o sacerdote é tachado de comunista, vigarista e ministro de satanás. Já foi suspensa a transmissão da missa pela rádio (única da cidade e de propriedade de pessoas do grupo), circulou pelas ruas um cachorro vestido de padre, membros da Câmara de Vereadores assinaram “voto de repúdio” ao sacerdote; depois, passaram a entrar na justiça com uma queixa-crime toda vez que o padre usa os microfones da igreja para se defender das acusações (PADRE..., 1996, s. p.).

Nesse sentido, observa-se, principalmente durante os pleitos eleitorais, que setores do grupo hegemônico situavam as interferências desses atores religiosos no campo político como práticas realizadas por comunistas ou um fomento à grupos comunistas, aspectos presentes no depoimento do *Dr. Ari*. Eles utilizavam o termo para dessacralizar o discurso religioso desses agentes e demonstrar que as suas atitudes no campo político não faziam parte de uma missão religiosa, na qual a ideia de envolver a atividade política dentro das práticas religiosas eram condutas de comunistas que desejavam ocupar o poder político.

A principal estratégia era retirar o componente religioso das ações sociopolíticas desses agentes religiosos e validar que os seus interesses eram apenas conduzidos pelo apego ao poder, legitimando a violência empreendida sob esses segmentos, pois fazia parte do jogo político. Por outro lado, essas ações em oposição ao pároco demonstram a complexidade relacional dos campos político e religioso, pois não se trata de uma simples oposição entre campo político e campo religioso, como elementos internamente homogêneos, mas em utilizar aspectos das práticas religiosas invertidas ou fora do lugar para se opor politicamente ao Padre Luiz Rodrigues de Oliveira.

Além de apreender um discurso político identificando os agentes religiosos de comunistas, hipoteticamente a divulgação de ações caritativas e assistencialistas promovidas por outros sacerdotes, que haviam trabalhado na paróquia e que não se envolveram nos embates políticos, fizeram parte dessa estratégia de dessacralizar o discurso religioso, cujo caso emblemático foi o do Padre Raimundo Nonato Rocha, conhecido como Padre Rocha.

Em 1998, após uma reportagem exibida no *Jornal Nacional* da Rede Globo, sobre o trabalho social do Pe. Raimundo Rocha, foi panfletado entre os coiteenses um texto com o título *Padre Rocha: simplicidade e amor aos pobres*, afirmando que ele deixou a cidade pois “não se curvou aos interesses da política” e não realizou o mesmo trabalho em Coité, porque “foi impedido” (PADRE..., 1998, p. 1). O texto exalta, sobretudo, o trabalho do Pe. Raimundo Nonato Rocha como verdadeiramente uma ação cristã, “levando o Evangelho sem ofensas, sem separação, através de palavras verdadeiras e do testemunho vivo, aproximando as pessoas dos sacramentos” (PADRE..., 1998, p. 1).

Outro ponto dessa estratégia foi a propagação da entrevista de Dom Lucas Moreira Neves, concedida ao *A Tarde*, em 25 de maio de 1996, sobre a participação da Igreja Católica na vida política, em razão da realização da Campanha da Fraternidade daquele ano, tendo o tema Fraternidade e Política. Essa entrevista reverberou entre os coiteenses levantando questões sobre a incoerência dos agentes católicos da paróquia local envolvidos na política, em razão de não seguirem as orientações de Dom Lucas, para que a Igreja Católica, principalmente o clero, estivesse distante dos partidos políticos.

Indagação presente nos processos crimes respondidos pelo Padre Luiz Rodrigues e no *Jornal Coiteense*, em janeiro de 1997: “e como se portaram os padres, diáconos e ministros? Por exemplo aqui de Conceição do Coité? Foram coerentes com as normas da Igreja, colocadas por D. Lucas? Não. A conduta foi ostensivamente contrária” (SILVA, 1997, p.1). Por fim, a publicação de artigos com as seguintes temáticas: exaltando o passado harmonioso entre clero e poder local, os *bons tempos*, “como era bonito toda a população unida à igreja num só pensamento” (PASSOS, 1997, P. 4); apontando as ações do Padre Luiz Rodrigues Oliveira como distantes dos ensinamentos do cristianismo: “tudo que consta nos livros sobre o cristianismo nos fala de uma religião de compaixão, perdão, solidariedade e de amor entre os irmãos. Os fatos protagonizados pelo pároco Luiz Rodrigues parecem negar tudo isso” (PASSOS, 1996, p. 2); e argumentando que os interesses do sacerdote era propriamente político-partidários, sendo um péssimo político, pois não obteve boas conquistas: “estando ele prioritariamente a serviço de um grupo político, tem sido um dos agentes da divisão e da discórdia” (PASSOS, 1996, p. 2); “se este senhor não tem cumprido adequadamente a função de guia espiritual de um povo, porque a sua lealdade é para com os seus amigos políticos, quais são então suas conquistas eleitorais? Fosse ele um bom político teria feito de Misael um deputado” (PASSOS, 1996, p. 2).

Supomos que essas estratégias induziam segmentos da população a compreenderem que os objetivos dos agentes religiosos, considerados de comunistas, não eram baseados nos ensinamentos cristãos, mas objetivava ocupar o poder político, ocasionando divisões no espaço eclesial e entre as famílias coiteenses. Não podemos negar a ocorrência, por parte de segmentos *Vermelhos Situacionistas*, da tentativa de despertar o sentimento anticomunista sob esses opositores políticos, relacionando-os ao inferno, como, por exemplo, o discurso político que considerava o pároco um ministro de satanás, imagens que se repetem no tempo e que relacionam o comunismo e os comunistas ao demônio (RODEGHERO, 2017).

Entretanto, essa tentativa de despertar uma aversão aos agentes religiosos, através do sentimento anticomunista, não foi consolidada entre os coiteenses, não havia uma “máquina”

organizada e eficiente em mobilizar os *Vermelhos Situacionistas* pelo anticomunismo, imagine partes da população distantes desses embates. A própria conjuntura dos anos 1990 não propiciaria uma eficaz estrutura para essa mobilização. Acreditamos que o fato da Igreja Católica local, uma das principais instituições que se dedicaram às campanhas anticomunistas no Brasil, não estar vinculada aos setores hegemônicos locais, foi uma das razões que impossibilitou as lideranças *vermelhas situacionistas* agregarem outros segmentos nessa empreitada, a hierarquia local era opositora à estrutura de poder estabelecida e estava vinculada à esquerda católica do município. Ademais, pela conjuntura do clero da região eclesiástica da Diocese de Feira de Santana, a qual a paróquia coiteense estava inserida, coadunar com as práticas religiosas realizadas pelos segmentos católicos coiteenses.

Outro aspecto significativo diz respeito à conduta desses setores religiosos, rotulados de “comunistas” por algumas lideranças *vermelhas*. O discurso político poderia situá-los nas rédeas do imaginário comunista, porém na prática social, nas relações que eles estabeleciam na sociedade coiteense, o rótulo de comunistas era frágil. As suas condutas, mesmo as políticas, dificilmente seriam encaradas como uma ameaça àquela sociedade, eles possuíam uma “boa” estrutura familiar, profissional e econômica. Ademais, pelas funções desempenhadas na instituição católica e no meio da comunidade, a pecha de “comunista” não se adequava, especialmente o mote de que todos os comunistas são ateus os distanciava cada vez mais da ideologia anticomunista propagada. Vários deles eram ministros extraordinários da eucaristia, coordenadores da Pastoral Familiar, do Encontro de Casais com Cristo (ECC) e do Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC), transmitiam os ensinamentos católicos, os valores morais da instituição e pertenciam a tradicionais famílias da sociedade coiteense, sendo bastante conhecidos e ocupando distintas posições sociais.

Compreendemos que o rótulo de “comunista” foi atribuído aos leigos com a finalidade de deslegitimar as suas práticas religiosas e ações políticas, em virtude desses agentes religiosos terem legitimado a participação no campo político e o esforço de minimizar a influência das lideranças *Vermelhos Situacionistas* na instituição católica, por meio de um discurso baseado nas diretrizes da *Igreja Popular*. Nesse sentido, os segmentos *Vermelhos Conservadores* encontram no sentimento anticomunista a tentativa de desgastar a identidade que esses setores católicos construíram em relação a si próprios e, conseqüentemente, aos seus rivais políticos, uma vez que ao se demonstrarem opostos aos *Vermelhos Situacionistas*, configuraram a imagem das lideranças *Vermelhas* como inimigas da Igreja Católica, mesmo tendo o conhecimento que elas frequentavam e mantinham contato com os ritos do catolicismo.



Essa imagem sobre os afiliados ao partido *Vermelho* de cunho conservador e situacionista também pode ser observada nas cartas dos Conselhos Pastoral e Administrativo da paróquia, produzidas pelos leigos membros desses conselhos e direcionadas às autoridades políticas e religiosas, nas quais afirmam que as hostilidades direcionadas ao Padre Luiz Rodrigues Oliveira foram iniciadas devido à promoção de reformas administrativas na instituição local, sobretudo econômicas, tornando-a independente do poder público municipal: “assumindo os custeios das despesas com a paróquia, devolveu funcionários municipais à disposição da secretaria e casa paroquial, provocando a ira dos poderosos, que desejavam ver uma Igreja subserviente e dependente como era até a chegada de Pe. Luiz” (CARTA..., 1997, p. 2).

Nessas cartas, os setores leigos compreendiam que as denúncias de corrupção no município, empreendidas pelo pároco, faziam parte do seu compromisso com a proclamação do Evangelho, “compromisso com a justiça e a verdade” (O PREÇO..., 1997, p. 1), pautavam que os conflitos entre o pároco e o poder local estavam situados no binômio verdade *versus* mentira; luz *versus* trevas; bem *versus* mal. Assim, a ação desses setores religiosos na dimensão política é entendida como elemento da missão da Igreja Católica, numa perspectiva de profecia evangélica e no combate às forças das trevas presentes também no ambiente político. Destarte, as atitudes dos segmentos *Vermelhos* da situação contra os agentes religiosos eram expressas pelo setor leigo como ações anticristãs, dando a entender que o combate político também estava vinculado à dimensão de luta espiritual:

Afinal, você prefere seguir o Evangelho de Jesus Cristo e perseverar contra os filhotes dos algozes ditadores ou seguí-los a caminho da degola espiritual? A escolha é sua! Eles já estiveram conosco e perderam a divindade do coração e preferiram caminhar rumo ao sofrimento final; nós entendemos a fúria desses senhores, mas queremos a doçura da misericórdia do Senhor nosso Deus e Maria Santíssima (MOVIMENTO..., 1997, p. 2).

Com certeza essas pessoas não aceitam um anúncio do Evangelho profético, exigente e verdadeiro, porque estão envolvidas com o poder, com os favores, cargos e posições sociais cômodas. Claro que o incômodo do profetismo traz uma reação. Mas essa reação está sendo por demais injusta, caluniosa e anticristã. Comprometidos com a verdade evangélica, com a justiça e com a ética social, decidimos nos unir contra esta reação anti-evangélica. E o nosso compromisso se inspira nas palavras de São Paulo aos Coríntios (1Cor. 12): “Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento. E, se um membro é louvado, todos os membros participam de sua alegria”. Somos solidários ao sofrimento do nosso pároco porque é o nosso sofrimento também. [sic] (PASTORAL..., 1997, p.1)

No jogo político, no que se refere à disputa pelo voto durante os pleitos, a agremiação dos religiosos não representou uma grande ameaça aos *Vermelhos* de cunho conservador, basta

analisar os resultados eleitorais. Todavia, esses católicos representaram uma grande ameaça às bases que sustentavam o poder, o mandonismo e o controle que os segmentos *Vermelhos* exerciam na sociedade coiteense, sobretudo o seu vínculo com a Igreja Católica e o seu clero.

Os leigos filiados ao PT foram um dos primeiros segmentos da sociedade coiteense a estabelecerem críticas ao poder local fora dos embates eleitorais e a mobilizarem reflexões sobre o comportamento político e as estratégias realizadas pelos empresários sisaleiros, não apenas situados na agremiação dos *Vermelhos Situacionistas*. Eles também foram pioneiros no jogo político ao indagarem o *status quo* da espacialidade sisaleira, que gerou riqueza para alguns e miséria para a grande maioria dos sujeitos presentes nessa sociedade (SOLIDARIEDADE..., 1996 - DVD).

Diante disso, decidimos percorrer pelas veredas da memória para conhecer e compreender as ações desses homens e mulheres ligados à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité que, ao receberem a “pecha” de comunistas, desbravaram novos horizontes para a população local excluída do poder do sisal. O emprego da metodologia da história oral, compreendida como inovadora devido aos seus objetos, sobretudo aos “dominados”, silenciosos e excluídos da história, e as suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo” (FRANÇOIS, 2006, p. 4), foi adotada na coleta e organização de um acervo de entrevistas com o fito de dar a conhecer o outro lado da história, notadamente a partir da voz dos que lá estiveram e viveram o processo.

Deste modo, tivemos acesso a esse material, totalizando oito entrevistas, correspondendo a 21 horas e 20 minutos de gravação, realizadas com alguns leigos/as fundadores do PT local e com alguns filiados, que se somaram ao partido e na dinâmica da paróquia, a partir de 1989. As entrevistas foram executadas ao longo de 2021 e início de 2022, sobretudo na medida em que os envolvidos e os seus pares eram contemplados pela campanha de vacinação contra a Covid-19. Além disso, por conta desse contexto, foi priorizado o menor número de sessões, considerando também a grande duração dos registros.

A escolha dos entrevistados partiu da análise das fontes documentais e audiovisuais, indicando serem protagonistas dos conflitos vivenciados entre os poderes religioso e político, que, com base nas suas memórias propiciaram uma visão mais concreta da dinâmica pastoral da *Igreja Popular*, sobretudo os seus limites e contradições, bem como das práticas católicas realizadas pelos setores clero e leigo, suas aproximações e distanciamentos, além dos modelos de Igreja em disputas. Apesar da gama de documentos relacionadas à trajetória da *Igreja Popular* e das ações partidárias dos agentes religiosos na realidade coiteense, a maior parte

dessa documentação apresenta as ações dos leigos vinculadas ao clero, em virtude desses sujeitos, em muitas situações, terem objetivos alinhados entre si.

Entretanto, a documentação acessível apresenta lacunas referentes à trajetória dos segmentos leigos, suas motivações, suas ações, suas escolhas éticas, sociais e políticas, assim como as experiências nos embates políticos e nas práticas religiosas. Essa documentação foi crucial para a escolha dos entrevistados e, abaixo, segue o perfil socioprofissional dos interlocutores:

Quadro 1 – Perfil social dos depoentes.

NOMES	IDADE	PROFISSÃO	PARTIDO	RELIGIÃO
Adalberto Neres Pinto Gordiano	48	Vereador	PT	Católica
Antonio Fernando de Araújo Santos	73	Analista judiciário e Professor aposentado	-	-
Arivaldo Ferreira Mota	69	Aposentado	PT	Católica
Joilson Marcos Cunha Araújo	60	Analista judiciário	PT	Católica
Margarida Ferreira Gomes	60	Professora aposentada	PT	Católica
Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira	59	Coordenadora Pedagógica	-	Espírita
Vanilson Lopes de Oliveira	63	Técnico em Radiologia	-	Espírita
Zenilda Mascarenhas Mota	65	Professora aposentada	PT	Católica

Fonte: Autoria própria<sup>57</sup>, 2022.

A imprensa local e os registros audiovisuais da paróquia apresentam Arivaldo Ferreira Mota, nascido em 5 de julho de 1952, como um dos personagens leigos que mais atuou nos embates políticos entre as décadas de 1980 e 2000. As fontes revelam-no como principal porta-voz do Diretório Municipal do PT, denunciando as irregularidades cometidas pelos representantes do poder local, que alcançou um dos primeiros mandatos de Vereador da legenda (2001-2004) e, atualmente, é o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores. No espaço eclesial, a presença de Arivaldo é bastante constante, se destacando na presidência do Conselho Administrativo Paroquial. Os registros audiovisuais pontuam Arivaldo Mota como sendo um dos principais defensores do clero durante os conflitos com os *Vermelhos Situacionistas*. Ele ocupou, frequentemente, o espaço do presbitério para realizar essa defesa e divulgar entre os

<sup>57</sup> Elaboração a partir dos dados fornecidos pelos entrevistados.

fiéis os embates vivenciados pelos agentes religiosos e o grupo liderado por Hamilton Rios, tendo seu irmão, Aduino Ferreira Mota, um dos principais mobilizadores dos conflitos com o sacerdote. Hoje, ele se mantém afastado das atividades pastorais da paróquia.

Em relação à sua esposa, Zenilda Mascarenhas Mota, nascida em 6 de janeiro de 1956, as fontes audiovisuais a retratam constantemente ao lado de Arivaldo Ferreira Mota, nas procissões e coordenando eventos religiosos, demonstrando ser uma importante parceira de luta. Além disso, ela exercia funções no presbitério durante as celebrações religiosas como Ministra Extraordinária da Comunhão e participava dos grupos da paróquia como no MCC, no ECC e na Pastoral Familiar, além de atuar nos conselhos paroquiais, semelhante a Joilson Araújo e Arivaldo Mota. Na instituição religiosa, ela se destacou nas coordenações da Festa da Padroeira e nos encontros do ECC, já no Partido dos Trabalhadores, ela teve uma atuação junto às bases e emprestou o seu nome, assim como Margarida Gomes, para candidaturas ao legislativo. Zenilda Mota foi a primeira candidata do partido a disputar uma vaga na Câmara Municipal, atualmente, não participa de nenhum movimento religioso da paróquia e mantém a filiação no Diretório Municipal do PT.

Joilson Marcos Cunha Araújo, nascido em 4 de julho de 1961, é outro leigo cujas fontes o caracterizam como uma importante liderança na propagação dos ideais da *Igreja Popular*. Os registros audiovisuais demonstram que Joilson Araújo era detentor de um vasto conhecimento sobre a trajetória dos setores “progressistas” da Igreja Católica. Assiduamente, ele esteve presente nas cerimônias religiosas e coordenando procissões, passeatas e eventos sociopolíticos da instituição religiosa, evidenciando sua proximidade com o clero. Ele era o coordenador paroquial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assinou artigos publicados na imprensa local, especialmente no informativo paroquial, *O Mensageiro*<sup>58</sup>, refletindo sobre as ações dos setores “progressistas” da Igreja Católica e a realidade sociopolítica de Conceição do Coité. Nos dias atuais, Joilson Araújo está afastado das atividades pastorais da paróquia e continua filiado ao PT, mas não exerce nenhum cargo na diretoria do partido.

Margarida Ferreira Gomes, nascida em 20 de julho de 1961, é a leiga ligada ao Diretório Municipal do PT que mais publicou artigos no *O Mensageiro*, suas publicações analisavam o contexto educacional do país e da região. Nos registros audiovisuais não é percebido a presença de Margarida Gomes ocupando o espaço do presbitério nas cerimônias religiosas, porém sua

---

<sup>58</sup> Informativo mensal da paróquia, lançado em 1991, pelo Padre Luiz Rodrigues Oliveira, significou um importante espaço para incentivar os católicos a participarem das discussões sobre a realidade sociopolítica do município, pois o jornal visava informar o maior número possível de fiéis e “formar a consciência de todos quantos em meio às trevas torna-se objetos de difícil manipulação por partes de órgãos de comunicação a serviço de interesses de grupos menores”. (O MENSAGEIRO, 1991).

presença e voz são percebidas nos registros sobre a Semana da Cidadania. Provavelmente, por não ocupar funções nos ritos religiosos, a presença dela não é notada nas celebrações realizadas na igreja. Ela se destacou como a principal representante paroquial no Conselho Municipal de Educação, hoje, exerce a atividade pastoral na paróquia junto ao grupo de leigos vinculados às Irmãs da Providência de GAP<sup>59</sup> e na Pastoral da Aids<sup>60</sup>.

O seu esposo, Antonio Fernando de Araújo Santos, nascido em 24 de outubro de 1948, atuava no Diretório Municipal do PT, sendo presidente nos anos 1990, não tinha uma vivência religiosa na Igreja Católica e nem em outra instituição religiosa, apesar disso era frequente a sua participação nos eventos sociopolíticos promovidos pela paróquia coiteense. Nos registros audiovisuais analisados, ele foi apresentado como o representante do PT durante os eventos realizados, possivelmente essas gravações remetem ao período em que ele exercia a função de presidente do partido. Nos anos 2000, ele se desfilou do partido e não mantém vínculo com nenhuma agremiação.

Vanilson Lopes de Oliveira, nascido em 29 de março de 1958, memorialista, pouco “capturado” pelos registros audiovisuais, foi revelado como um importante personagem desse processo no seu jornal *Tribuna Coiteense*, fundado em parceria com Mário Silva, que o evidencia como um conhecedor dos setores “progressistas” da Igreja Católica e um importante militante do PT, sendo um dos membros fundadores do Diretório Municipal do partido e um dos primeiros candidatos a vereadores da agremiação. Nos anos 2000, ele se desfilou do partido e exerce sua atividade religiosa no Centro Espírita Luz, Amor e Verdade de Conceição do Coité.

A sua esposa, Meyre Sandra Lopes Carneiro Oliveira, nascida em 19 de abril de 1963, também é uma importante agente do espiritismo, frequentemente coordena reuniões e encontros formativos. No período investigado por essa pesquisa, ela exercia atividades na instituição católica, era Ministra da Eucaristia e realizava comentários e leituras litúrgicas durante as celebrações, ações registradas nos audiovisuais da paróquia. Meyre Oliveira foi uma das fundadoras do Diretório Municipal do PT, sendo a primeira candidata a vice-prefeita da legenda. Em 2001, ela assumiu a direção do Educandário Divino Mestre, gerida pela Associação Coiteense de Apoio à Educação e a Cultura (ACAEC), instituições criadas pelo

---

<sup>59</sup> Congregação Feminina fundada pelo Padre João Martinho Moye, no ano de 1762, em GAP, região situada no sudeste da França. As Irmãs chegaram ao Brasil em 28 de junho de 1904.

<sup>60</sup> De acordo com a coordenação nacional, a Pastoral da Aids é um serviço da Igreja Católica do Brasil, organizado para ajudar nos desafios que a epidemia da Aids apresenta para a sociedade, governo e igrejas. Sabe-se que a epidemia exige uma ação global e conjunta para seu efetivo enfrentamento. A pastoral, segundo a coordenação nacional, respeitando a autonomia e as especificidades de cada grupo que atua para o controle da epidemia, animada pela fé em Jesus Cristo, como Igreja, pretende contribuir no seu enfrentamento para diminuir o número de infecções pelo HIV, garantir o acolhimento, acompanhamento e solidariedade as pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids e combater o estigma e o preconceito (PASTORAL..., 2021, s. p.).

Padre Luiz Rodrigues e leigos católicos, também filiados ao PT, em 1992. Atualmente, exerce a função de Coordenadora Pedagógica do maior colégio da rede estadual do município, Colégio Polivalente de Conceição do Coité.

Adalberto Neres Pinto Gordiano, conhecido popularmente por Betão, nascido em 17 de agosto de 1974, é um dos leigos capturados pelos registros audiovisuais da paróquia, especialmente nas celebrações dominicais, participando do coral e realizando comentários e leituras litúrgicas; nos festejos da padroeira do município; e também coordenando algumas festas. Entretanto, o seu maior engajamento na paróquia deve-se ao MCC, tornando-se uma das principais lideranças desse movimento. No ano de 1996, ele se filiou ao PT, alcançando o seu primeiro mandato nos anos 2000 e, atualmente, ele cumpre o seu sexto mandato no legislativo municipal, ocupando pela segunda vez a presidência da Câmara Municipal. Betão continua sendo uma das importantes lideranças do MCC, da Associação Mansão da Paz Pai Bico e da ACAEC, mantenedora do Educandário Divino Mestre.

O primeiro contato com os depoentes foi feito pelo *WhatsApp*, pelo qual foi enviado um texto apresentando as informações da pesquisa e os objetivos das entrevistas, e, em seguida, o contato foi ampliado por meio de telefonemas. Em virtude das circunstâncias pandêmicas do vírus SARS-CoV-2, a sugestão inicial foi pela realização das entrevistas por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, porém todos os depoentes preferiram que elas fossem realizadas presencialmente. As entrevistas foram realizadas nas residências dos depoentes, exceto às efetivadas com Vanilson Oliveira, que aconteceu no Centro Espírita Luz, Amor e Verdade, e com Adalberto Gordiano, realizada no Educandário Divino Mestre. Durante o registro dos depoimentos, à exceção de Adalberto, os demais entrevistados preferiram não utilizar a máscara, enquanto o entrevistador a manteve ao longo do tempo.

Apenas a coleta dos depoimentos de Arivaldo Ferreira Mota e Zenilda Mascarenhas Mota foram realizados concomitante. Embora não tenha sido uma exigência por parte dos entrevistados, o entrevistador avaliou não interferir, por perceber que seria mais confortável aos depoentes seguir essa dinâmica. Ao mesmo tempo, essa situação possibilitou observar o companheirismo entre o casal, na qual Zenilda Mota esteve auxiliando o marido na rememoração das suas trajetórias, exemplificando a sua própria trajetória como uma grande companheira de luta de Arivaldo Ferreira Mota.

As interrupções presentes no desenvolvimento das demais entrevistas foram breves e ocasionadas pelas demandas da rotina familiar e profissional dos depoentes, porém tais interrupções não sucederam na entrevista com Vanilson Oliveira. Cabe ainda registrar que na coleta do depoimento do Professor Antonio Fenando Santos ocorreu, no final de sua entrevista,

uma interrupção referente ao desenrolar do seu relato feita por Margarida Gomes, no sentido de colaborar a responder uma das perguntas do roteiro sobre as coligações realizadas pelo PT na década de 2000, uma vez que o Antonio Fernando já não estava filiado ao partido<sup>61</sup>.

Além do desafio de realizar as entrevistas durante o período pandêmico, o contexto do pleito municipal de 2020 foi uma conjuntura presente nos relatos dos depoentes, tendo os roteiros papéis cruciais para norteá-los aos objetivos desse trabalho. No decorrer das entrevistas, percebemos que nesse exercício de rememorar as trajetórias iniciais de engajamento no partido político e dos primeiros embates eleitorais, os depoentes, em alguns momentos, conduziram as suas narrativas para a perspectiva de avaliarem essas trajetórias com a conjuntura das eleições de 2020. Em sua maioria, a análise foi a partir do sentimento de desencanto com companheiros presentes atualmente no Diretório Municipal do PT. Eles revelaram os embates internos sobre esse pleito que possibilitou o retorno dos *Vermelhos Situacionistas* ao poder local, após oito anos do PT administrando o município.

Nesse sentido, a memória sobre o período analisado por essa pesquisa foi constituída a partir de dois componentes: da autocrítica sobre essa trajetória, balizada nas eleições de 2020; e do sentimento de saudosismo dos primeiros anos da atividade política desses sujeitos na sociedade coiteense, compreendendo que essa memória é constituída “em função das necessidades do presente, respondendo às necessidades de construção e afirmação de identidades, que a memória se volta para o passado, reconstruindo-o num véis militante” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2015, p. 7-8).

Decidimos, mesmo tendo a autorização dos entrevistados, não explorar os conflitos vivenciados durante o recente pleito, uma vez que foge do objetivo desse trabalho, o que exigiria mais fôlego para analisar um processo em pleno andamento. Ao narrarem sobre o contexto de 2020, compreendemos que as situações e as pessoas mencionadas podem ter sido referenciadas pelas decepções do resultado do processo eleitoral ainda latente entre os envolvidos. Assim, possibilitaria uma narrativa de isenções ao situarem os ditos responsáveis pela recente derrota, anulando as suas próprias participações e/ou de outros sujeitos nesse processo. Reconhecemos que a condução dessa narrativa não foi intencional, por outro lado, pensamos que, pelo fato do processo ainda estar em curso internamente no partido, impossibilita uma análise profunda e inteligível; e propicia reverberações rasas, equivocadas e “perigosas”.

De posse de todo o material, iniciamos a transcrição dos áudios, trabalho também norteado pelo Manual de História Oral (ALBERTI, 2013), sendo fundamental no

---

<sup>61</sup> Nos últimos minutos da gravação do depoimento da Professora Margarida Ferreira Gomes, houve um problema na captação do áudio, não sendo possível realizar a transcrição do encerramento da entrevista.

processamento da entrevista da forma oral para a escrita, processo que exigiu muitas horas de dedicação, devido às etapas de transcrição e à conferência de fidelidade das narrativas dos depoentes, bem como a adequação do discurso oral para o escrito. A maioria das entrevistas rendeu cerca de 25 páginas de transcrição.

As entrevistas foram estruturadas a partir de dois roteiros de perguntas, elaborados para nortear a condução dos depoimentos. O primeiro deles forneceu subsídios para a construção desse capítulo, com questões organizadas em cinco temáticas: dados biográficos; engajamento nos movimentos religiosos e conjuntura da paróquia; engajamento na política partidária; organização e ações do Diretório Municipal do PT; e disputas políticas, porém as duas últimas temáticas e o segundo roteiro foram explorados nos próximos capítulos. Este primeiro roteiro foi realizado com todos os entrevistados, aproximando os depoentes de momentos da própria história de vida e das temáticas religião e política, com o objetivo geral de trazer à tona lembranças do engajamento na paróquia coiteense e na política partidária.

Neste capítulo, o enfoque esteve centrado na discussão das lembranças ocorridas antes da fundação do PT local, observando o núcleo familiar como o primeiro espaço de socialização dos leigos, que exerceu influência em suas trajetórias na instituição religiosa e no campo sociopolítico coiteense. Geralmente, se chegava ao tema das práticas religiosas em meio as conversas sobre as influências familiares na trajetória religiosa, os grupos que participaram e leituras e sujeitos importantes, bem como o contato que estabeleciam com o clero e a realidade pastoral da paróquia e do poder local.

As entrevistas realizadas são as principais fontes constituintes desse capítulo e dos últimos, que contam com a continuação da análise dos registros audiovisuais e documentais da paróquia, da imprensa escrita e das atas do legislativo municipal. Elas foram realizadas porque, algumas questões levantadas sobre as experiências partidárias e religiosas dos setores leigos, as fontes documentais não conseguiram evidenciar, sobretudo privilegiar a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. Esses depoimentos não objetivam complementar as lacunas dos documentos escritos e dos registros audiovisuais, mas oportunizar que a narrativa sobre esse passado também inclua as *vozes* das principais personagens elencadas por esse trabalho.

Nesse sentido, privilegiar as *vozes* dos leigos e das leigas para compreender o seu projeto político de sociedade e o seu modelo de Igreja não deixou de ser uma opção desafiante, contudo fundamental para entender os motivos dos grupos hegemônicos demarcarem o espaço eclesial, fomentado e defendido por esses agentes religiosos na sociedade coiteense como um *antro de comunistas*.



### 3.2 Lembranças familiares e formativas dos “Comunistas de Cristo”

O contexto familiar dos “Comunistas de Cristo” não diverge do da maioria da população presente nessa região que, ao longo da segunda metade do século XX, esteve concentrada na zona rural do município. Suas famílias viviam da produção da terra, formadas por pequenos e médios proprietários produtores de sisal e/ou trabalhadores, em sua maioria, empregados na produção sisaleira, na produção de alguns gêneros agrícolas, como feijão, mandioca e milho, e na pecuária. (MIRANDA, 2012, p. 30). Uma população majoritariamente rural, com altos níveis de analfabetismo, atingida pela escassez de água, especialmente pela dificuldade de acesso à água potável, uma vez que a sede do município foi abastecida pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) no ano de 1981 (A TARDE, 1981).

Quadro 2 – Situação do domicílio em Conceição do Coité

ANO	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>Total</b>	38.864	32.359	35.111	41.436	52.338	56.317
<b>Urbana</b>	2.332	5.119	7.770	11.770	20.002	28.026
<b>Rural</b>	36.532	27.240	27.341	29.666	32.336	28.291

Fonte: Autoria própria<sup>62</sup>, 2022.

Assim, oriundos da zona rural, filhos de pequenos agricultores, em sua maioria, com baixa escolaridade, os “Comunistas de Cristo” foram inseridos, ainda crianças, nos trabalhos familiares desenvolvidos nos roçados que garantiam o sustento de suas famílias, geralmente, composta por muitos integrantes. As lembranças dos depoentes, Zenilda Mascarenhas Mota e Vanilson Lopes Oliveira, ao terem sido indagados sobre o contexto familiar em que nasceram, contaram sobre um núcleo familiar mais urbano, embora seus pais também fossem advindos da zona rural. Vanilson Oliveira destacou que cresceu em meio a dinâmica da lanchonete que seus pais possuíam no centro da cidade, já Zenilda Mota narrou que seu pai era pedreiro e sua mãe costureira, cuja condição econômica os influenciou a terem poucos filhos: “pela condição

<sup>62</sup> Elaborei esse quadro a partir dos dados disponibilizados nos Censos e que, portanto, resultaram em seis Anuários Estáticos do Brasil, disponíveis no site da biblioteca do IBGE, e, de forma complementar, pelas informações fornecidas pela CAR.

econômica, papai achava que ter muitos filhos era complicado para educar” (MOTA<sup>63</sup>, 65 anos, 2021).

Por outro lado, é possível que Vanilson Lopes Oliveira e Zenilda Mascarenhas Mota não tenham relatado sobre uma experiência familiar nos roçados como os demais entrevistados, em virtude dos ofícios urbanos desempenhados pelos seus pais serem as principais fontes de renda da família, bem como pelo fato de suas famílias terem migradas para a sede do município, após os seus nascimentos ou antes disso. Já a perspectiva narrada pelo depoente Joilson Marcos Cunha Araújo, ao ser indagado sobre o contexto socioeconômico do seu núcleo familiar, é:

Minha origem é camponesa, meus pais pequenos agricultores rurais. Por dificuldades de sobrevivência do semiárido, em período de longas estiagens, saíram da zona rural e vieram para a cidade. Eu já nasci aqui na cidade. Meu pai se inseriu na profissão de caminhoneiro e minha mãe pequena comerciante, aquilo que a gente chama de propriedade privada diminuta, era um comércio que denominávamos de venda. Secos e molhados, era assim. Mas nunca perderam a identidade do campo, tanto que meu pai teve oportunidade, bem na frente, perto de se aposentar, de retornar para a sua origem, o campo, um povoado próximo da cidade. A minha mãe herdou também dos meus avós [uma terra], vivendo até o final da existência no campo. Eu venho desse universo, esse contato com o mundo rural, com o campo, a minha infância toda vivida nesse ambiente (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Esse depoimento de Joilson Marcos Araújo fortalece nosso entendimento sobre os relatos de Vanilson Oliveira e Zenilda Mota, em razão da população dessa região, historicamente, ter enfrentado muitos períodos de estiagens que contribuíram no êxodo de diversos trabalhadores rurais para a zona urbana, sobretudo para outras regiões do país, em busca de melhores condições de vida. Nos anos 1950, período em que alguns entrevistados nasceram, os baianos exerceram protagonismo entre as migrações de brasileiros para a região Sudeste, juntamente com os mineiros, em razão da grande seca que atingiu a Bahia e o Nordeste entre 1951 e 1953 (BRASILEIROS..., 2020). A socióloga Monia de Mello Ferrari (2005) analisa, de maneira sucinta, que esse protagonismo da Bahia, ocorrido nos anos 1950 e, também, em 1960, deve-se, por questões geográficas, à proximidade ao estado paulista e por possuir um número populacional maior do que a dos outros estados do Nordeste.

Entretanto, as estiagens não eram o único fator responsável pelo processo de êxodo rural, dentre eles, a acentuada desigualdade regional do país teve grande importância. Questões sempre evocadas nos debates políticos presentes na Câmara dos Deputados, especialmente quando a migração nordestina estava em pauta (FERRARI, 2005). Segundo Luciano Ximenes

---

<sup>63</sup> Zenilda Mascarenhas Mota. 65 anos. Professora aposentada e membra fundadora do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em: 2021.

(2013), a partir dos anos 1950, as “ações governamentais foram determinantes para o conhecimento econômico das secas, com a criação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB” (XIMENES, 2013, p. 1), instituído naquele período.

No início da década de 1960, o *A Tarde*, em algumas publicações, noticiou as agruras experimentadas pelos sertanejos dessa região castigados pela seca e os esforços governamentais para sanar essa realidade. Em 12 de novembro de 1962, foi publicado um artigo assinado pelo economista e jornalista Mário Piva, eleito, naquele ano, segundo suplente de Deputado Federal pela Bahia na coligação da Aliança Democrática da Bahia<sup>64</sup>, destacando o apelo realizado pelo Prefeito de Conceição do Coité, Emídio Ramos Gordiano (1960-1963), para que as autoridades governamentais buscassem minimizar a miséria decorrente das estiagens ocorridas no município.

Apesar do Mário Piva caracterizar a crise dos primeiros anos de 1960 como sendo uma das mais terríveis vivenciadas pela população coiteense, que culminaria com o descaso das autoridades, é interessante perceber que não houve em seu relato uma menção sobre os impactos das estiagens na lavoura sisaleira, principal atividade econômica do município, desde os anos 1940, como analisamos anteriormente. Contudo, esse componente marcará as publicações sobre as estiagens nas décadas seguintes, sobretudo 1970 e 1980, como pode ser observada no seguinte trecho: “A crise da produção do sisal já está provocando o problema social, uma vez que a cada dia levas de retirantes deixam a região sisaleira, à procura de um trabalho a fim de sobreviverem, uma vez que a seca ocasionou o não-desfibramento do sisal” (CRISE..., 1977, s. p.).

Destarte, essa conjuntura desperta o entendimento no qual, entre 1970 e 1980, os setores industriais do sisal possuíam maior articulação com as forças políticas para acionar o amparo do Estado diante das crises vivenciadas, haja vista o desempenho do Deputado Federal João Durval Carneiro, compadre de Hamilton Rios de Araújo, diante da crise enfrentada pelo setor nos anos finais de 1970. “O deputado federal João Durval Carneiro compareceu à Câmara dos Deputados e durante um discurso dos mais aplaudidos pediu atenção maior das autoridades competentes para a produção na região do sisal na Bahia” (JD..., 1977, s. p.). Nessa sessão, João Durval solicitava o empenho estatal para a criação de um centro de pesquisa sobre a produção sisaleira; o aumento da prorrogação do prazo de pagamento dos débitos dos produtores; o

---

<sup>64</sup> A Aliança Democrática Trabalhista, coligação formada pelo PSD, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). (PIVA, 2009).

restabelecimento das linhas de crédito da lavoura; e o reajuste do preço mínimo do sisal (JD..., 1977, s. p.).

A perspectiva de um contexto familiar urbano, mas que mantinham vínculos com a zona rural, também foi apresentada pelos depoentes Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira e Adalberto Neres Pinto Gordiano. Meyre Oliveira narrou que apesar do seu pai ser agricultor, no qual comercializava gêneros agrícolas nas feiras semanais na sede do município, tendo a ajuda dos filhos, exercia o ofício de barbeiro, inicialmente, na comunidade onde residia, Juazeirinho. Já a sua mãe era professora do ensino fundamental na mesma comunidade. Após a transferência da residência de seu núcleo familiar para a sede do município na década de 1970, sua família mantinha vínculos com as atividades agrícolas, na qual seu pai possuía uma relação com o STRCC, sendo o representante da entidade em Juazeirinho, onde coordenava as reuniões, recolhiam as mensalidades e era responsável pela interlocução do sindicato com os trabalhadores daquela comunidade (OLIVEIRA<sup>65</sup>, 59 anos, 2022).

Adalberto Neres Pinto Gordiano narrou que foi o primeiro filho dos seus pais a nascer na sede do município, porém a principal renda familiar continuou advinda dos trabalhos nos roçados. Ele, mesmo inserido na agricultura familiar, decidiu aos 15 anos não continuar trabalhando na pequena propriedade da família. Com a autorização do seu pai, Adalberto Gordiano conseguiu emprego numa fábrica de doces, depois em uma sorveteria, onde vendia sorvete e picolé no estádio municipal aos domingos, mas abandonou esse serviço, em razão da preocupação dos seus pais com a sua segurança, retornando ao mundo do trabalho aos 17 anos, na Câmara Municipal. Esse foi o seu primeiro emprego de carteira assinada, exercendo a função de *office boy*, ligado ao Vereador Reinaldo Sampaio da Silva (*Vermelho* - PFL), amigo do seu pai, em seguida foi trabalhar na empresa de materiais de construção do seu cunhado, André Gordiano (GORDIANO<sup>66</sup>, 48 anos, 2022).

O contexto familiar dos depoentes que não nasceram na Região Sisaleira da Bahia é semelhante com os demais entrevistados. Antonio Fernando de Araújo Santos, proveniente do Sul da Bahia, em Ipiaú, destacou que as condições econômicas do seu núcleo familiar eram péssimas, razão dele e dos seus irmãos terem que, ainda crianças, adentrarem no mundo do trabalho para complementar a renda da família, sustentada pelos seus pais agricultores (SANTOS, 73 anos, 2021). Margarida Ferreira Gomes, também filha de trabalhadores rurais

---

<sup>65</sup> Meyre Sandra Lopes de Oliveira. 57 anos. Coordenadora Pedagógica, ex-militante e fundadora do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em: 2022

<sup>66</sup> Adalberto Neres Pinto Gordiano. 48 anos. Vereador em Conceição do Coité pelo PT, atualmente exerce o seu sexto mandato. Depoimento concedido em: 2022.

com baixa escolaridade, narrou que viveu na sua comunidade rural de origem, situada em Governador Mangabeira, no Recôncavo Baiano, até os 14 anos de idade, pois foi continuar os estudos na cidade de Muritiba e depois em Salvador, onde foi acolhida por alguns parentes.

Eu tinha que estudar na cidade. No caso, na cidade de Muritiba, no Colégio Polivalente, porque na cidade de Governador Mangabeira, era uma escola cenequista que era paga, tinha-se que contribuir mensalmente com uma taxa. Eu não tinha como continuar estudando lá, pois meus pais não tinham renda para pagar a escola. E estudar o primeiro ano nessa escola foi muito difícil. No ano seguinte, eu fui para Salvador morar com parentes. Em Salvador, eu estava com 14 anos, fiz os anos seguintes do fundamental, o ensino médio e o curso de magistério no Instituto Central Isaias Alves, ICEIA (GOMES<sup>67</sup>, 60 anos, 2021).

É evidente que a trajetória de vida dos entrevistados conecta-se com a história de muitos brasileiros, especialmente nordestinos, que, diante das depauperes geradas pelas secas e desigualdades regionais, teceram táticas de sobrevivência num cenário de miséria e abandono, no qual o êxodo rural foi a principal delas. Em relação ao núcleo familiar dos depoentes, seus pais não migraram para outras regiões, estabeleceram-se na zona urbana da região de origem e se envolveram nas atividades comerciais e em alguns ofícios como possibilidade de melhoria de vida, circunstâncias apresentadas por Margarida Gomes, cujo pai possuía uma pequena mercearia, popularmente denominada de Venda, e pelos depoentes Joilson Araújo, Meyre Sandra, Vanilson Oliveira e Zenilda Mascarenhas.

Esse fenômeno é discutido por Eunice Ribeiro Durhan (1978), ao analisar que os migrantes na região de origem, especialmente os trabalhadores envolvidos com a atividade agrícola, buscam a atividade comercial, classificada pela autora como um recurso tradicional, a possibilidade de gerar excedentes e assim viabilizar certa melhoria de vida. Em relação à permanência de trabalhadores em suas regiões de origem, Lara Ferreira (2016) discute que, durante as secas da década de 1950, muitos “foram trabalhar nas centenas de frentes de emergência instaladas pelo governo em todos os estados nordestinos” (FERREIRA, 2016, p. 46), evidenciando a instalação de construções públicas, fomentadas, sobretudo, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), também como uma estratégia política para controlar os deslocamentos das populações flageladas pela seca.

As lembranças do percurso escolar também constituíram a narrativa dos demais depoentes, exceto de Joilson Marcos Araújo, pois, mesmo questionado sobre seu caminho formativo, não centrou o seu relato nessa perspectiva. Ele lembrou que o seu envolvimento na

---

<sup>67</sup> GOMES, Margarida Ferreira. 60 anos. Professora aposentada e militante do PT. Depoimento concedido em: 2021.

escola foi devido ao estabelecimento da residência de sua família na sede do município e que escutava muitas histórias dos professores, destacando as aulas da disciplina História. Os depoentes tiveram dificuldades em demarcar, especificamente, as datas dos níveis de ensino que cursaram, mas apresentaram o contexto dessa trajetória.

Assim como narrou Margarida Gomes, os depoentes Zenilda Mascarenhas Mota e Vanilson Lopes Oliveira contaram que continuaram os estudos da educação básica em outros municípios. Vanilson Oliveira cursou o 2º grau no Colégio Estadual Assis Chateaubriand, em Feira de Santana, onde concluiu o curso Técnico em Radiologia Médica; e Zenilda Mascarenhas Mota disse que continuou os estudos na capital baiana, passando a residir na casa de uma tia. Assim, cursou o 2º grau no Colégio Estadual da Bahia Central, unidade que contribuiu no despertar político da sua formação, pois possuía muitos professores envolvidos na política, especialmente o da disciplina História, que era vigiado pelos militares. “Na época, tive uma colega da polícia dentro da turma, que a gente não conhecia, com o objetivo de capturar o nosso professor de História [...] inclusive, nos anos 70, na saída do colégio, que era muito grande, tinha policiais com cachorros, a gente imaginava que era uma proteção” (MOTA, 65 anos, 2021). Em seguida, relatou que os colegas lhe aconselharam a não adentrar no transporte coletivo com o escudo do Colégio Central em evidência, pois poderiam sofrer retaliações. O cenário era bastante conflitante, e lembrou de ter recebido um tapa nas costas de um estudante do Colégio Antônio Vieira, no trajeto para a casa de sua tia.

Possivelmente, a continuação dos estudos em outros municípios foi propiciada por aspectos semelhantes ao de Margarida Gomes, ou seja, a falta de uma unidade pública que ofertasse o 2º grau, atualmente chamado de Ensino Médio, em suas cidades de origem. Cenário apresentado pelo *Jornal da Bahia*, em 7 de julho de 1978, quando o município celebrava 45 anos de emancipação: “O Governo do Estado mantém seis escolas, todas de 1º grau. Falta à cidade, escolas públicas de 2º grau, já que as duas que existem são particulares e os concluintes do 1º grau são obrigados a optarem pelo ensino ou sair para outras cidades” (CONCEIÇÃO..., 1978).

A oferta pública desse nível de ensino em Conceição do Coité foi iniciada no final da década de 1980, no Colégio Polivalente, fundado em dezembro de 1971, sendo direcionada, inicialmente, na oferta do ensino tecnicista, ligado ao programa educacional implementado pela ditadura civil-militar. A suas diretrizes sugeriam o término da escolarização no 1º grau, visando preparar força de trabalho para ingresso imediato no mercado e diminuir a demanda por educação superior no país (ARAÚJO, 2004). As outras unidades estaduais do município no período, Escolas Reunidas Antônio Bahia, fundada em 1929, e Escola Professor Florentino

Pinto da Silva, instituída em 1966, eram direcionadas ao 1º grau. Assim, quem não tivesse condições de cursar o 2º grau em outras cidades e/ou não tivesse condições de manter-se nas unidades privadas, Colégio Cenecista Wercelêncio Calixto da Mota e no Colégio Santa Terezinha, tinha o seu percurso formativo interrompido.

Zenilda Mota lembrou que a preocupação dos pais com a sua educação e da sua irmã também contribuiu para o prosseguimento dos estudos (MOTA, 65 anos, 2021). Nessa perspectiva, Arivaldo Ferreira Mota relatou que a sua mãe, conhecida por Dona Lia, era muito preocupada com os estudos dos seus nove filhos; enquanto o seu pai, Miguel, compreendia que estudar era coisa de rico, e desejava que seus filhos, sobretudo os homens, ao concluir a 4ª série do primário, atualmente o denominado 5º ano do ensino fundamental, trabalhassem com ele na roça. Como o desejo do pai foi atendido, Arivaldo Mota relatou que ele e seus irmãos só retomaram os estudos após 5 anos da conclusão do primário, pois estavam trabalhando na pequena propriedade do pai, exceto aqueles que conseguiram emprego na sede do município. O depoente lembrou que, logo após terminar o primário, um dos padres da paróquia, chamado Antonio, o incentivou a continuar os estudos:

Eu estava na roça, não esqueço nunca... era o período de fazer farinha, pai levantou a gente meia noite para poder ajudá-lo a raspar mandioca. Na verdade, eu cessava a massa para ele fazer a farinha. Quando foi 6 horas da manhã, Amilco, que era o meu irmão mais velho, chegou numa bicicleta me chamando para eu fazer o exame de admissão. Eu disse: - era um período de férias, exame de admissão? Eu não estudei nada, como vou fazer o exame de admissão? [Ele disse:] – Não, o padre Antonio quer que você estude! Peguei um livro de exame de admissão, que era mais ou menos uns três a quatro dedos, de vez em quando, eu pescava... pescava na garupa da bicicleta e abria assim para tentar lembrar de algumas coisas<sup>68</sup>, olha que coisa. Fiz o exame de admissão, passei. Padre Antonio ficou alegre com a minha aprovação e por saber que eu iria estudar. Minha mãe me disse: - Arivaldo, eu vou lhe dizer uma coisa. Você fez o exame de admissão, agora você vai ter que decidir. Se você não for ser padre, não engane o padre Antonio. Se for enganá-lo, você vai voltar para a fazenda com o seu pai. Eu pensei muito e disse: - mãe não vou ser padre. Voltei para a roça [risos]. Com dois anos, o padre Antonio falou- Não, Dona Lia, eu não queria que seu filho fosse padre, eu queria que ele estudasse. Isso depois de alguns anos, então foi uma coisa que me marcou bastante, uma decisão que eu tinha que tomar com 11 anos de idade (MOTA, 69 anos, 2021).

Esse depoimento de Arivaldo Ferreira Mota é bastante significativo, pois as dificuldades históricas no acesso à educação pública e as condições econômicas enfrentadas pelas famílias dos trabalhadores também contribuíram para consolidar uma compreensão de que o percurso

---

<sup>68</sup> Nesse momento, o depoente fez um gesto com as mãos semelhante ao movimento que um leitor realizar ao abrir minuciosamente um livro.

formativo de escolarização era destinado apenas às camadas mais afortunadas, associada à Igreja e ao mundo clerical, e não ao mundo leigo rural. Elemento que pode ter dificultado Arivaldo Mota a vivenciar experiências formativas em outros municípios e a experienciar a distorção idade-série no ensino básico. Outro depoente que vivenciou essa situação foi Antonio Fernando de Araújo Santos. “Durante a minha vida escolar até o ensino médio, eu perdi 6 anos, [risos], mas não foi só por conta da minha vagabundagem, mas por condições de vida econômica” (SANTOS<sup>69</sup>, 73 anos, 2021).

Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira iniciou seus estudos no Distrito de Juazeirinho. Ela foi alfabetizada pela mãe que era professora, permanecendo até a última série do Ensino Fundamental I e prosseguiu os estudos na sede do município, no Colégio Polivalente, pois em sua comunidade de origem não era ofertado o Fundamental II e nem o Ensino Médio. Meyre Oliveira concluiu o Ensino Básico, no Curso de Magistério do Colégio Cenequista Wercelêncio Calixto da Mota, como aluna bolsista e ingressou no Ensino Superior, na década de 1990, se graduando em Pedagogia no Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Serrinha. Adalberto Neres Pinto Gordiano começou os estudos na instituição particular Escolinha Chapeuzinho Vermelho, realizando as demais etapas formativas do ensino básico na rede pública do próprio município, pois já ofertava todos os níveis de ensino dessa modalidade e cursou Administração, nos anos 2000, em uma faculdade particular.

Os entrevistados que concluíram o 2º grau fora dos municípios de origem não demoraram em prosseguir os estudos no Ensino Superior, exceto Zenilda Mota, apesar de ter frequentado um cursinho preparatório para as provas de vestibulares, retornou para Conceição do Coité, pois contraiu matrimônio com Arivaldo Mota. Nos anos 1990, cursou a licenciatura em Letras Vernáculas, fazendo parte da primeira turma do Centro de Educação Superior de Conceição do Coité (CESCON)<sup>70</sup>, implementado em 1992, e que posteriormente se tornou o Campus XIV da UNEB, tendo como um de seus colegas, o leigo Joilson Marcos Cunha Araújo, que já era Servidor do Poder Judiciário no Fórum Durval da Silva Pinto, em Conceição do Coité. Antes disso, em fins dos anos 1970, Joilson Araújo vivenciou uma experiência religiosa

---

<sup>69</sup> Antonio Fernando de Araújo Santos. 73 anos. Analista jud. Aposentado e ex-militante do PT. Depoimento concedido em: 2021

<sup>70</sup> O processo de luta para a implementação e construção do CESCON foi permeado por conflitos político-partidários, no qual o papel desempenhado pelo Pe. Luiz Rodrigues na criação desse centro superior foi bastante relevante. Ao participar desse processo, ele motivou seus paroquianos a irem às ruas clamarem contra a inoperância na implementação do CESCON e exigir um maior comprometimento do poder público na efetivação dessa instituição educacional. Após a construção do CESCON, ele foi nomeado pelo magnífico reitor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para assumir a direção da unidade (MIRANDA, 2012).



na Congregação Salesiana<sup>71</sup>, em Carpina (PE), pois aspirava ser padre, entretanto, discerniu que o sacerdócio não era a sua vocação, retornado para o município nos anos 1980.

Margarida Ferreira Gomes também vivenciou uma breve experiência religiosa na Congregação das Irmãs Paulinas, mas compreendeu que a vida religiosa não era a sua vocação, assim, se dedicou ao ensino superior. Apesar de iniciar a graduação em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), abandonou o curso, pois não conseguiu conciliar os estudos com o trabalho, todavia concluiu a graduação em Pedagogia na instituição privada, Faculdade de Educação da Bahia (FEBA), em Salvador, durante o turno noturno. Em seguida, já casada com Antonio Fernando de Araújo Santos, fez uma pós-graduação na mesma área, período em que passou a residir em Conceição do Coité, devido à designação do seu esposo para a Vara do Trabalho dessa cidade, em 1989. No mesmo ano, passou a lecionar disciplinas do curso de Magistério no Colégio Polivalente de Conceição do Coité, em razão da aprovação no Concurso da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), promovido pelo governo de Waldir Pires.

Antonio Fernando Santos, também fazia parte do quadro efetivo da SEC-BA e antes da aprovação no concurso do Tribunal Regional do Trabalho – 5ª Região, havia realizado alguns cursos, técnicos e superiores. No Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), cursou Técnicas Comerciais, em Salvador; cursou Ciências Econômicas na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), porém concluiu esse curso na UFBA; e Administração de Empresas, oferecido pela SEC-BA. “Em 1986, eu fiz o concurso da Justiça, não só o concurso da justiça, fiquei dez anos estudando para ter outra profissão ou ter um ganho melhor [...] em 1989, eu fui chamado pela Justiça e vim para Coité” (SANTOS, 73 anos, 2021). Ele, mesmo atuando na Vara do Trabalho, continuou ministrando aulas no Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro, atualmente o Colégio Estadual do Açudinho, também em Conceição do Coité.

O Técnico em Radiologia, Vanilson Lopes Oliveira, após concluir o 2º grau, serviu ao Exército Brasileiro, no 35º Batalhão de Infantaria, em seguida, cursou a graduação em Administração de Empresas, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), retornando a cidadina coiteense para casar-se com Meyre Sandra Lopes, em 1985. Nos anos finais de 1990, concluiu a Licenciatura em Letras Vernáculas no CESCEN. Arivaldo Ferreira Mota, ao concluir o Curso Técnico em Contabilidade, no Colégio Cenecista Wercelêncio Calixto da

---

<sup>71</sup> Os Salesianos de Dom Bosco são uma Congregação religiosa católica, formada por sacerdotes e leigos consagrados, e têm a sua sede em Roma, Itália. A Congregação foi fundada por São João Bosco (1815-1888), sacerdote de origem piemontesa, mais conhecido hoje como Dom Bosco (SALESIANOS..., s. d.).

Mota, trabalhou no escritório de contabilidade do seu primo Thiago, local onde seus irmãos, Aauto, Aécio e Sales, também trabalhavam. Devido uma desavença entre Aauto e Thiago, ele fundou com os seus irmãos o Grupo Contábil Mota, em 1978, motivado por Aauto Mota.

O percurso escolar realizado pelos “Comunistas de Cristo” é um traço diferencial em relação à maioria da população dessa região, enquanto muitos deles conseguiram concluir o ensino básico e adentrar no nível superior entre os anos de 1970, 1980 e 1990, grande parte da população de 15 ou mais anos de idade, nesse período, não sabiam ler e nem escrever, alcançando índices de analfabetismo acima da média do Estado da Bahia, como podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 3 – Analfabetos: pessoas com 15 ou mais anos de idade.

	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Bahia</b>	50,62%	43,14%	34,54%	23,1%
<b>Conceição do Coité</b>	58,70%	52,80%	40,10%	26,6%

Fonte: Autoria própria<sup>72</sup>, 2022.

Além desses dados revelarem que, entre a população coiteense acima dos 15 anos, a maior parte era analfabeta, durante os anos 1970 e 1980, porcentagem que foi se alterando a partir de 1991, levam-nos a pensar que, possivelmente, o envolvimento das famílias dos depoentes, sobretudo as de Joilson Araújo, Margarida Gomes, Meyre Sandra Oliveira, Vanilson Oliveira e Zenilda Mota, nas atividades comerciais tenha oportunizado gerar excedentes que viabilizaram a permanência deles na educação formal, sobretudo a conclusão no 2º grau de ensino. Além disso, a situação da principal fonte de renda da família não estar concentrada nas atividades do campo ou serem complementadas com os ofícios desempenhados na zona urbana; bem como ao fato deles não serem os primogênitos, não recaindo a responsabilidade inicial de contribuir na complementação da renda familiar, permitindo o acesso à educação, no momento em que a família não enfrentava grandes dificuldades financeiras; e o próprio interesse em se dedicar aos estudos ou a influência dos pais podem ter os distanciado do mundo do trabalho e possibilitado a trajetória educacional.

Em contrapartida, o acionamento da rede de parentesco, que proporcionou alguns dos depoentes concluírem os estudos do ensino básico fora dos seus municípios de origem, é uma

<sup>72</sup> Elaborei esse quadro a partir dos dados disponibilizados nos Censos e que, portanto, resultaram em seis Anuários Estáticos do Brasil, disponíveis no site da biblioteca do IBGE, e, de forma complementar, pelas informações fornecidas pela CAR.

possibilidade a ser considerada, pois devido às condições financeiras, algumas famílias direcionavam seus filhos para os parentes residentes em cidades mais desenvolvidas no intuito de minimizar as dificuldades, como também trabalharem nos serviços domésticos em troca de acesso à educação ou, propriamente, facultar o acesso à educação.

Enfim, muitos fatores podem ter favorecido o percurso educacional desses depoentes, nos quais não foram possíveis de sedimentá-los a partir das entrevistas. As trajetórias de Arivaldo Mota e Antonio Fernando Santos estão próximas da grande parcela que abandona ou interrompe os estudos em virtude das condições financeiras, situação que os impele a adentrar no mundo do trabalho antes de concluírem etapas da educação formal. Os dois depoentes relataram que tiveram que interromper o percurso escolar em razão das necessidades econômicas de suas famílias, sendo retomada na medida em que os próprios ou os seus familiares entendiam a importância da educação em suas vidas, sobretudo para colaborar em melhores condições de vida. Interessante que tanto Arivaldo Mota quanto Antonio Fernando salientaram que as suas mães foram responsáveis pela alfabetização deles, evidenciando serem possuidoras de um certo grau de instrução.

### **3.3 Engajamento na Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité**

O componente religioso é um dos traços presentes na formação dos depoentes que rememoraram o papel desempenhado por seus pais e avós na formação cristã e no engajamento nas instituições religiosas, sobretudo na Igreja Católica, através de incentivos à catequização, na participação dos ritos sacramentais, nas celebrações religiosas, nos ritos devocionais e nos movimentos leigos da instituição. Vanilson Lopes de Oliveira é o único desse grupo oriundo de uma família com formação protestante, sendo seus pais, Gervásio e Valda, vinculados à Igreja Assembleia de Deus, instituição que, segundo Couto (2001, p. 53), teve sua gênese nas terras coiteenses em 1938, no Povoado de Santa Rosa, comunidade situada a nove quilômetros da sede do município. A historiadora Ana Nery Brito (2016) discute que, a partir do século XX, através do crescimento evangélico em torno dos discursos assembleianos, houve o início da disputa no campo religioso do município, sendo “designadas novas representações, contribuindo para aguçar as relações sociais mediante uma inovação de fé baseada principalmente nos bens da salvação e no conforto espiritual” (BRITO, 2016, p. 42).

Vanilson Oliveira se manteve ligado às atividades da Assembleia de Deus até a adolescência: “Eu não participava muito de movimento de Igreja. Até aos 12 anos, eu seguia a

doutrina... depois eu passei um período a frequentar a Igreja Católica, período em que conheci minha atual esposa, Meyre Sandra, era ela católica” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). As lembranças do depoente evidenciam que o seu engajamento na paróquia foi propiciado pela relação estabelecida com Meyre Sandra, iniciada na participação do grupo de jovens denominado Sociedade de Jovens Coiteenses (SOJOC).

Após o casamento no rito católico, em 1985, o casal Meyre Sandra e Vanilson Oliveira destacaram maior engajamento nos movimentos da paróquia: “A gente começou a participar de Curso de Igreja, do Encontro de Casais com Cristo, do Cursinho de Cristandade. Então, participei da equipe em Coité e, posteriormente, em Feira de Santana” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). Joilson Marcos Cunha Araújo lembrou que o SOJOC também foi o primeiro movimento responsável pelo seu engajamento nas atividades paroquiais, no sentido de se tornar uma importante liderança leiga da instituição, sendo um dos coordenadores do grupo.

A publicação de um artigo, escrito por ele, no *Tribuna Coiteense*, em 21 de maio de 1983, no intuito de agregar mais jovens ao movimento, lança pistas sobre como era a dinâmica do SOJOC, ao mencionar sobre as reuniões semanais, aos sábados à tarde no salão paroquial, onde debatiam: “assuntos ligados ao nosso mundo. O Mundo que Cristo nos preservou e que deve permanecer a cada dia, em todos os momentos de nossa caminhada” (ARAÚJO, 1983, p. 2). Aos domingos, participavam da missa dos jovens na igreja matriz, como também mantinham correspondências com grupos de jovens da região, “procurando fazer união geral, para espalhar uma vida de PAZ, AMOR e SAÚDE” (ARAÚJO, 1983, p. 2). Indagado sobre essa experiência, a partir dessa publicação, Joilson Marcos Araújo narrou o seguinte:

O SOJOC, Sociedade dos Jovens Coiteenses, nós já encontramos caminhando, nós nos inserimos nele, contudo, ainda não estava muito evidente aquela dimensão da fé e da política. Aquilo que chamaria de clareza com o que fazer da opção pelos caminhos da fé, para que serve a fé? Mas a gente estava reunido, era um grupo de fato, era uma fé intimista, eu diria mais institucional. A gente não tinha orientação do clero para poder fazer estudos com mais profundidade sobre a Doutrina Social da Igreja, os documentos do Concílio Vaticano II, a própria Teologia da Libertação, com os seus expoentes brasileiros como Leonardo Boff. Então, não tínhamos essa clareza. Era mais aquele [momento] de conviver, rezar e refletir os textos juntos para que a gente pudesse dar sentido à vida. Seria, assim, uma opção para renunciar outros estilos de vida naqueles horários do sábado e a gente estar refletindo aquela coisa de todas as gerações de jovens, de formar grupo. A gente fazia isso, eram reflexões, algumas práticas esportivas, mas no SOJOC ainda não tinha nascido essa dimensão da fé comprometida com a vida, não estava claro para a gente (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Os relatos de Joilson Araújo, Meyre Sandra Oliveira e Vanilson Oliveira sobre o SOJOC apontam que esse grupo, desde a década de 1970, era responsável pela inserção de jovens nas

ações da paróquia e representava um dos principais espaços de socialização de uma juventude ligada não apenas aos preceitos do catolicismo, inserindo-se nas atividades do grupo também pela motivação de conviver com outros jovens e por compartilhar espaços de lazer, perspectiva observada em algumas edições do periódico do grupo<sup>73</sup>.

Joilson Marcos Araújo ao rememorar sobre a dinâmica da SOJOC, ao destacar que no grupo não houve uma reflexão sobre a dimensão da fé e da política, apresenta uma conjuntura da Igreja local divergente do contexto nacional da Igreja Católica que, naquele período, havia consolidado práticas pastorais envolvidas com o campo político, sobretudo legitimadas pelos documentos do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas (CELAM), como também pelo pensamento da Teologia da Libertação. Scott Mainwaring (2004) situa que, entre 1974 e 1982, a Igreja Católica no Brasil adquiriu “a maior importância no catolicismo internacional, tornando-se a Igreja mais progressista do mundo” (MAINWARING, 2004, p. 169), sendo que, entre 1964 e 1973, a maioria dos conflitos entre a Igreja Católica e o Estado era oriunda das realidades locais, “envolvia líderes leigos pouco conhecidos e padres e freiras locais” (MAINWARING, 2004, p. 121).

Nesse sentido, a dinâmica de uma juventude católica ligada ao campo político como foi experimentada nacionalmente nesse período, através dos movimentos da Ação Católica Brasileira (ACB)<sup>74</sup> como, por exemplo, Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), aparentemente não foi vivenciada pela juventude católica coiteense. Esse dado se torna ainda mais plausível ao analisar que, na diocese na qual a paróquia coiteense estava eclesialmente vinculada, a Diocese de Feira de Santana, a JAC alcançou “uma necessidade de organização e presença através dos diversos encontros diocesanos, regionais e interdiocesanos realizados em paróquias da Diocese de Feira de Santana” (JESUS, 2016, p. 77); bem como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), liderado pelo Padre Antonio Albertino Carneiro, cuja atuação teve ênfase na zona rural, ao apoiar e estimular “a conquista da direção das entidades rurais por parte dos populares, a discussão de questões que visavam possibilitar alternativas para a sustentabilidade dos

---

<sup>73</sup> O periódico do SOJOC, *SOJOC Jornal Jovem*, totalizou 39 edições, iniciadas em 1978, em que, além de reportar as ações caritativas do grupo como distribuição de cestas básicas, informava sobre acontecimentos que agregavam a juventude do município, como a Liga de Futebol Coiteense, os Concurso de Miss Estudantil, a Micarême e as ações do clube da Associação Cultural Castro Alves (ACCA).

<sup>74</sup> Ação Católica criada pelo Papa Pio XI, evoluiu influenciada pela Ação belga, francesa e canadense, para a Ação Católica especializada, com seus setores de jovens.

agricultores familiares, além da introdução no campo da educação popular” (JESUS, 2016, p. 83).

Apesar desses movimentos possuírem núcleos em paróquias vizinhas como Serrinha, Valente e Riachão do Jacuípe, não encontramos registros sobre a atuação desses grupos em Conceição do Coité, em contrapartida, os movimentos do Apostolado da Oração, Legião de Maria e Cruzada Eucarística são constantemente referenciados pelos registros clericais. Nos anos 1960, em relação às ações na zona rural coiteense, ganhou destaque a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCAR-BA), vinculada à política extensionista do país, através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que serviu de estratégia para o “patronato agroindustrial brasileiro para preservar/afirmar sua hegemonia no campo” (OLIVEIRA, 2013, p. 15), que atendia 139 famílias coiteenses por meio da assistência técnico-educativa (ANCARBA..., 1963) e possibilitou a formação da Associação de Cooperadores de Programa de Economia Doméstica de Conceição do Coité (ACOPEDE), cuja diretoria era formada por Teresinha Mascarenhas, Carmen Araújo, Ezilda Cordeiro e Maria da Glória Cedraz (ACOPEDE..., 1963).

Em fevereiro de 1969, *O Coiteense* noticiou a crise vivenciada pela ACOPEDE, pois nenhuma das sócias queriam assumir a presidência da associação, em virtude de a ANCAR-BA não possuir a obrigatoriedade em sustentar os trabalhos da organização, mesmo contando no quadro de sócias as esposas de importantes empresários sisaleiros e políticos do município: Olga Amâncio, Izete Araújo, Ana Maria Passos, Eliete Mota, Emercina Azevedo, Carmem Araújo, Maria da Glória Passos e Lindinalva Oliveira (ACOPEDE, 1969, p. 1). Supomos que o escritório local da ANCAR-BA mantinha vínculos com a paróquia coiteense, visto que na programação da Procissão de Corpus Christi de 1962, publicada em um panfleto intitulado *Movimento Católico em Conceição do Coité*, que também retratava a programação da Festa do Sagrado Coração de Jesus, as mulheres casadas, viúvas e moças da ANCAR são referenciadas como integrantes do cortejo (LIVRO..., 1962, p. 64).

Infelizmente, encontramos poucos registros da atuação da ANCAR-BA em Conceição do Coité, bem como da ACOPEDE, porém essas fontes jornalísticas indicam que a ação dessas instituições era bem divergente do MOC, centrando-se em ações de formação técnica para o plantio de sementes de algodão, mamona e mandioca; ações assistencialistas e caritativas; formação de professoras; além da formação de economia domésticas para as mulheres pobres. Nesse sentido, não divergia dos objetivos da política extensionista rural, orientados pela ABCAR, em atender as frações da classe dominante agroindustrial e contribuir para intensificar as desigualdades no campo (OLIVEIRA, 2013).

Acreditamos que uma das principais razões responsáveis pela não viabilização das novas estruturas eclesiais na paróquia coiteense, como vivenciadas nas outras paróquias da Diocese de Feira de Santana e no quadro nacional da instituição católica, deve-se ao perfil do seu clero, ponto salientado por Joilson Marcos Araújo sobre a ausência de orientação da hierarquia local em relação à Doutrina Social da Igreja (DSI), aos documentos do Concílio Vaticano II e à Teologia da Libertação. Analisando o Livro de Tombo da instituição e outras fontes eclesiais, nos períodos dos eventos responsáveis pelas mudanças realizadas no ambiente católico, na década de 1960, observamos que não há nenhuma menção nos registros clericais sobre o Concílio Vaticano II, as CELAM, a Teologia da Libertação e, especialmente em relação ao papel político desempenhado pela Igreja Católica pós-Vaticano II e na transição democrática do país.

Entretanto percebemos nos registros do Padre Luiz Maria Bellopede, datados em 25 de fevereiro de 1971, seis anos após o encerramento do Vaticano II, aspectos de alinhamento com as propostas pastorais da Diocese de Feira de Santana e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao acolher o encontro do zonal<sup>75</sup> em Conceição do Coité, tendo a presença do clero das paróquias vizinhas, Pe. Aldo (Serrinha), Pe. Laflame (Biritinga), Pe. Osvaldo (Aracy), Pe. Jaime (Valente), Pe. Hélio (Riachão do Jacuípe); e do coordenador diocesano de Pastoral, Pe. Albertino Carneiro, fundador da MOC, na qual, pela manhã, discutiram sobre a Campanha da Fraternidade e, no período da tarde, destacou-se a temática CEBs, com a participação de leigos: “pela tarde a reunião foi na igreja com a participação do povo também. Entre outros assuntos, o Pe. Aldo falou das comunidades de base, qual conjunto de pessoas para discutir os problemas da paróquia. Terminou às 17 horas voltando os próprios para respectivas freguesias” (LIVRO..., 1971, 76)

Assim, o relato do Pe. Luiz Maria Bellopede, além de indicar que a reunião tinha como um dos objetivos apresentar aos fiéis coiteenses a natureza das CEBs, evidenciando a ausência delas na paróquia, desperta-nos atenção sobre a definição dessas comunidades atribuída ao Pe. Aldo Giazzon. Pe. Aldo tinha sido destinado a cooperar com o pároco de Serrinha, Monsenhor Demócrito de Barros, no qual o denominava de *ranzinza integralista*, como uma forma de conter a sua atuação religiosa, considerada avançada e esquerdista pelas autoridades políticas de Amélia Rodrigues, sua anterior paróquia.

---

<sup>75</sup> Divisão administrativa da Diocese de Feira de Santana, inicialmente denominada de Zonal-4, em seguida, Vicariato de São Mateus e elevada à Diocese de Serrinha, em 2005, incorporando as paróquias de Euclides da Cunha e Quijingue.

Em Serrinha, o Pe. Aldo Giazzon se dedicou ao Movimento Bíblico, caracterizado pela leitura popular dos textos bíblicos, sob o método inspirado pelos grupos da Ação Católica, ver-julgar-agir, que foi a base para a formação das CEBs da Paróquia Senhora Sant'Ana de Serrinha. O seu suposto envolvimento na disputa eleitoral de 1972, na qual apoiou um candidato divergente do Monsenhor Demócrito, foi responsável pela sua transferência para a cidade de Valente, onde, juntamente com os Padres Italianos Luiz Canal e Luciano Cason, desenvolveu ações ligadas ao Movimento de Evangelização Rural (MER). Essa, por sua vez, resultou numa organização política de uma massa de camponeses, que possibilitou o surgimento das primeiras CEBs da Paróquia Sagrada Família e uma reorientação política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente. Assim, foi nessa paróquia que o objetivo de organização de comunidades empreendido por esses padres encontrou um lugar mais fértil, sendo a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) fruto das sementes lançadas pelo trabalho desses religiosos (JESUS, 2016).

Diante dessa breve trajetória do Padre Aldo Giazzon, possivelmente o pároco coiteense registrou a definição das CEBs a partir de sua própria perspectiva, isto não significa uma incredulidade em sua narrativa, mas sublinhar, no Livro de Tombo, as CEBs como um “conjunto de pessoas para discutir os problemas da paróquia”, diz muito sobre o seu perfil e a sua concepção sobre essas comunidades. Na edição nº 95, publicada de 08 de novembro de 1969, *O Coiteense*, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Padre Luiz Bellopede, o classificou como conservador:

Após um período de anarquia, onde muitos católicos abandonavam a Igreja evitando ouvir sermões políticos, a Igreja coiteense, atravessa hoje dias de tranquilidade, com os novos padres difundido de maneira muito objetiva a filosofia cristã. Quem na última segunda feira teve a oportunidade de assistir à missa de finados, deve ter ficado surpreso com a quantidade de católicos presentes: uma prova que a Igreja coiteense voltou a conquistar a simpatia popular, e conseqüentemente, teremos este ano um grande 8 de dezembro. Nesta hora, em que todo o mundo vive sua fase de transição, onde a reforma da Igreja é um dos assuntos mais discutidos, não é de se duvidar que a maneira mais viável seja esta de juntar em cada paróquia padres conservadores e reformistas. Aqui, os trabalhos desenvolvidos pelo Vigário Bellopede (conservador) e seminaristas Pinto, René e Pedro (reformistas), vão renovando parcialmente a Igreja sem que o povo sofra esse impacto (ASSIM..., 1969, p. 2).

Padre Luiz Maria Bellopede assumiu a Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité em 17 de agosto de 1969, encerrou a sua administração em maio de 1971, em razão de ter sido escolhido como o provincial da Região Norte de sua congregação religiosa, Sociedade das Divinas Vocações, sediada em Salvador, onde passou a administrar a Paróquia Nossa Senhora



da Conceição da Lapinha. É possível perceber que o periódico tipifica o Padre Luiz Bellopede de conservador, ao compará-lo com os sermões políticos imputados aos seus antecessores, compreendidos como reformistas, identificando os seminaristas Pinto, René e Pedro como vinculados a esse setor, e concluindo que o contexto de renovação da instituição católica alcançaria maior êxito com as ações conjuntas de padres conservadores e reformistas nas paróquias, característica que não ocorreu anteriormente.

A noção de reformista defendida pelo periódico situa-se no eixo das inovações propostas pelo Concílio Vaticano II, sendo percebida nas publicações do *O Coiteense* desse período, que também encararam como aspectos negativos. Isso pode ser observada em um artigo sobre a falta de entusiasmo e brilho do encerramento da festa da padroeira do município, que “vem decaindo sensivelmente de ano para a ano [sic]”, sendo um dos possíveis fatores responsáveis por esse cenário “as reformas da Igreja que contribuiram para o afastamento de muitos católicos”; e na entrevista do Vereador Manoel Carneiro Rios, denominado pelo periódico como maior orador da cidade, conservador, católico, político e profundo observador da máquina administrativa coiteense, indagado sobre como encarava o movimento reformista da Igreja Católica, respondeu que “a Igreja sendo eterna, o que é eterno não se reforma, segue o processo natural do desenvolvimento, pelo que julgo que deveríamos dizer: ‘Movimento Revolucionista da Igreja’. Da Igreja, não, do clero sim: se reformista” (RIOS, 1969, p. 4).

Em relação aos seminaristas não foi possível capturar as ações fomentadas na paróquia, mas acreditamos que por estarem em um processo de formação e submetidos ao poder do pároco, sofreram grande influência do Pe. Luíz Bellopede e dificilmente estariam realizando ações contrárias às determinações do pároco. Em uma entrevista concedida por eles ao *O Coiteense* (OS SEMINARISTAS, 1970), essa perspectiva não é questionada, assim cremos que o termo reformista é atribuído aos seminaristas por serem uma nova geração em relação ao Pe. Luíz Bellopede, aspecto diferente ao se tratar do seu antecessor, o Pe. Antonio Tarashi, também *vocacionista*, que administrou a paróquia coiteense entre julho de 1963 e agosto de 1969, sendo tipificado como reformista devido ao seu conflito político com Evódio Ducas Resedá.

Além dos registros eclesiásticos situarem um trabalho pastoral do Pe. Antonio Tarashi nos movimentos devocionais, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística e nas festas religiosas de São Roque e da padroeira do município, indicam conflitos políticos entre o Padre e o grupo político da oposição, liderado por Evódio Ducas Resedá, correlegionário dos editores do *O Coiteense*, e os laços tecidos com o grupo que mantinha hegemonia no poder local, desde os anos 1940, conjuntura que será discutida no próximo item desse capítulo. Destarte, é possível que a categoria de reformista direcionada ao Pe. Antonio Tarashi tenha sido realizada não por

conta de uma ação política progressista, mas por compartilhar do pensamento favorável à ordenação de homens casados, bem como a permissão dos padres contraírem matrimônio (TARASHI, 1969), sendo que esse registro foi realizado após ele abandonar, de maneira repentina, aos 46 anos de idade, os serviços sacerdotais para se casar com uma de suas alunas que possuía 17 anos de idade.

Ao analisar o jornal *O Coiteense*, verificamos a presença do Pe. Antonio Albertino Carneiro na paróquia coiteense, durante a administração do Pe. Antonio Tarashi, em agosto de 1968, caracterizado como pouco conhecido pelos coiteenses, um sacerdote com ideias maravilhosas e um dos grandes conhecedores das reformas da instituição católica. Ele ministrou uma palestra durante a Semana da Cultura do município sobre a Igreja Católica no mundo atual, tendo um trecho capturado pelo jornal: “O Deus criador não me interessa tanto, o Deus que me interessa, foi o que se fez homem na pessoa de Jesus Cristo e veio participar dos problemas do mundo” (SEMANA..., 1968, p. 1-3).

Provavelmente, o Padre Albertino Carneiro compartilhou a sua trajetória junto aos movimentos populares, à JAC e, sobretudo, ao MOC, evidenciando uma realidade distante do contexto local, ao ponto de suas ideias despertarem a admiração nos editores do jornal local. Nesse sentido, compreendemos que a presença dos padres, Albertino Carneiro e Aldo Giazzon, entre os coiteenses, evidenciam o esforço do clero local em se alinhar pastoralmente com as diretrizes estabelecidas pela Diocese de Feira de Santana, em especial as do Concílio Vaticano II, entretanto não foi possível verificar no clero local o desenvolvimento de uma ação pastoral, ligada à dimensão ético-teológica, junto aos setores populares com um viés sociopolítico.

Em contrapartida, os registros do Livro de Tombo, escritos pelos próprios párocos analisados, evidenciam as relações tecidas com a elite sisaleira e seus representantes políticos como, por exemplo, através de recebimento de donativos, jantares com o Prefeito e o Governador, missas de posses de mandatos políticos e indicações para a coordenação dos eventos religiosos. No caso do Padre Luiz Maria Bellopede, as Atas da Câmara Municipal também registraram a sua presença na casa legislativa durante as posses dos candidatos eleitos no pleito, sobretudo na sessão de comemoração ao golpe civil-militar de 1964, período em que missas eram celebradas, em março de 1970: “Em seguida, fez o uso da palavra o Reverendo Padre Bellopede, fazendo alusão sobre a Revolução, dizendo da admiração que causou os brasileiros pela preocupação do tesouro da liberdade” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, mar. 1970, p. 18).

Todavia, como observamos no relato do *O Coiteense*, apenas o Padre Antonio Tarsahi realizava sermões políticos, causando o abandono de muitos fiéis, possivelmente porque

demonstrou publicamente sua oposição ao grupo político de Evódio Resedá, oriundos de desentendimentos com a moral católica. Assim, imaginamos que os seus discursos situavam em depreciar a conduta de Evódio Resedá do que uma crítica à estrutura política do período, uma vez que mantinha laços com o grupo dominante, enquanto o Padre Luiz Bellopede foi visto como um sacerdote que difundia objetivamente a filosofia cristã.

Diante disso, supomos que a distinção realizada, em relação aos perfis do clero coiteense desse período, a dicotomia conservadores/reformistas, baseia-se mais no tipo de relação que esses padres teceram com os grupos políticos do que com as ações pastorais realizadas por eles, uma vez que nesse aspecto pastoral aparentam compartilhar de práticas religiosas semelhantes. Por outro lado, o traço diferencial entre eles estava situado na defesa de uma perspectiva mais dogmática e institucional, logo, enquanto o Pe. Luiz Bellopede moveu esforços para criticar a realização da Micarême durante a Semana Santa, o Pe. Antonio Tarashi, apesar de publicamente, também, discordar, foi um dos patrocinadores de um dos trios que desfilaria na folia.

Nesse sentido, fica evidente que as categorias imputadas ao clero, sobretudo a tipologia conservadora, é orientada por uma perspectiva do posicionamento político desses religiosos, desconsiderando as condutas pastorais de alinhamento com os *novos ares* vivenciados pela instituição religiosa pós-Vaticano II. Esse entendimento compartilha das reflexões levantadas pelo historiador Iraneidson Santos Costa (2013), no artigo intitulado *Eu ouvi os clamores do meu povo: o episcopado profético no nordeste brasileiro*, em relação à precisa qualificação dos líderes religiosos do ponto de vista ideológico, ao identificá-los apenas em um enfoque restritivamente político, em geral, os limitando na dicotomia conservadores *versus* progressistas:

Em razão de seu enfoque restritivamente político, ao tomar a Igreja como uma mera instituição (que efetivamente o é), tal tipologia acaba por esvaziá-la justamente da dimensão teológica que a diferencia das demais instituições sociais, de modo que as formulações e condutas de seus integrantes (sobretudo os dirigentes) passam a ser consideradas em função tão somente de interesses materiais (que efetivamente existem), sem qualquer motivação de caráter sobrenatural (ou ideal, como preferiria Weber) (COSTA, 2013, p. 1470).

O autor supracitado não propõe o abandono das tipologias em relação às lideranças, mas desperta a atenção para uma melhor aplicabilidade dessas classificações, uma vez que são propensas a limitar a atuação da Igreja Católica em seu conjunto, pois esbarram sempre em categorias políticas ou ideológicas. Desse modo, ele sugere a ampliação do seu escopo, incluindo “tanto a dimensão sócio-histórica (afinal de contas, ela é sempre uma Igreja que age

‘no mundo’) quanto a ético-teológica (pois seus membros consideram que o fim último de sua existência está ‘para além do mundo’), enfim, uma classificação histórico-teológica” (COSTA, 2013, p. 1472).

A utilização da categoria reformista, por parte do *O Coiteense*, leva-nos a refletir que os editores do periódico compreendiam que esses padres desenvolveram práticas destoantes do clero tipificado como progressistas durante a ditadura civil-militar, bem como não possibilitaram o aprofundamento das diretrizes do Vaticano II e nem o surgimento de movimentos pastorais sociopolíticos, apesar de demonstrarem a busca de um alinhamento com setores diocesanos, fomentadores das CEBs e do MOC. É possível que um dos entraves para a implementação desses movimentos nesse período tenha sido a concepção política do clero, especialmente o vínculo estabelecido com as camadas dominantes. Essa perspectiva ainda é percebida no período do sucessor do Pe. Luiz Maria Bellopede, o Pe. José Antonio dos Reis, até então, o último *vocacionista* a administrar a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

O Pe. José Antonio dos Reis iniciou a administração na Igreja local em dezembro de 1973, durante o contexto de efervescência da Teologia da Libertação, do compromisso religioso de opção preferencial pelos pobres, marcado também pelo lançamento do documento produzido pelos Bispos da região Nordeste, “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, que fez uma crítica contundente às relações econômicas e sociais prevalecentes no país, especialmente para a situação de exploração e abandono experimentados pelas massas populares do Nordeste brasileiro (FERREIRA, 2017); e encerrou essa gestão após os enfrentamentos vividos pela Igreja Católica na luta contra a ditadura civil-militar e o processo de transição democrática do país, em julho de 1989. Ele foi o sacerdote que os depoentes Vanilson Oliveira, Meyre Sandra Oliveira e Joilson Araújo tiveram mais contato na juventude, responsável pelo engajamento do casal Arivaldo Ferreira Mota e Zenilda Mascarenhas Mota nas lideranças dos movimentos religiosos da paróquia, sobretudo na coordenação do ECC: “Padre Reis me convenceu a participar do Encontro de Casais com Cristo, pois ninguém de Coité nunca tinham realizado, e eu comecei a convencer Arivaldo” (MOTA, 65 anos, 2021).

Além do ECC, Zenilda Mota foi catequista de crisma e junto com o marido participaram do MCC, foram ministros extraordinários da eucaristia, acompanharam o grupo de jovens e realizaram palestras pelas comunidades da paróquia. Trajetória igualmente realizada por Meyre Sandra e Vanilson ao se casarem, sendo que Vanilson Lopes Oliveira não exerceu a função de Ministro da Eucaristia: “mesmo casados continuamos no grupo de jovens, mas fizemos o

Cursilho de Cristandade, como adulto você já fazia, em Feira de Santana” (OLIVEIRA, 63 anos, 2022).

Além disso, o período do Padre José Antonio dos Reis foi marcado pelo esforço em alinhar a instituição católica local nas perspectivas do Vaticano II e do CELAM, sendo expressas no desenvolvimento de comunidades eclesiais na zona rural de Conceição do Coité, durante as décadas de 1970 e 1980, e na animação do protagonismo dos leigos nos movimentos da paróquia. A criação provável dessas comunidades no município foi impulsionada pelo Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja do Brasil, todavia, em minha dissertação de Mestrado, pude evidenciar que essas comunidades implementadas pelo Pe. José Antônio dos Reis, apesar de contarem com a contribuição de vários leigos, em sua maioria, elas não possuíram um caráter de reflexão sobre os problemas sociais e de reivindicação dos seus direitos.

Dessa forma, tais espaços eram principalmente dedicados à recepção dos ritos sacramentais e de construção de capelas para o culto. Nesse período, portanto, elas não estavam concordes com a filosofia das CEBs, entidades que criticavam os poderes conservadores, sejam eclesiásticos ou políticos, e exprimiam a sua fé tendo consciência da situação social. Esse cenário foi também apresentado pelos depoentes Arivaldo Mota e Joilson Araújo: “Aqui não tinha aquela prática desse cristianismo que incomodava e que se inquietava com as injustiças e os privilégios. Era uma casa de oração em cada povoado, com o objetivo de administração puramente sacramental” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Essa conjuntura das comunidades eclesiais coiteenses é significativa, pois enquanto a Igreja Católica no Brasil, através das organizações de base e das várias paróquias, se tornou a principal instituição em defesa dos direitos humanos e tomou uma firme oposição às diretrizes sociais, políticas e econômicas do Estado Ditatorial (ALVES, 2005), no período mais repressivo da ditadura, Padre José Antonio dos Reis tecia importantes relações com os políticos locais da Arena, base governista dos militares.

Houve no dia 28 próximo passado na Igreja matriz, missa de ação de graças pela passagem do dia de ação de graças comemorado em todo Brasil. é um decreto federal para agradecer a Deus pela paz e harmonia com que nos representantes do povo governamos durante todo o ano. É a primeira vez que essa missa foi celebrada em nossa cidade, quero neste momento parabenizar o nosso querido vigário e pedido do mesmo comunicar a todos que esta data vai ser comemorada todos os anos com missa e outras festividades com o comparecimento de todas as autoridades que desejam a paz do nosso povo. Este decreto senhores vereadores é comemorado em todas as cidades brasileiras quero comunicar as vossas excelências que vou constar em ata essa lembrança feita pelo nosso vigário padre José Reis, muito obrigado [sic] CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1974, p. 11).

Este discurso é atribuído ao Vereador João Lopes Carneiro, que exercia a função de 1º secretário da Câmara, durante a sexta sessão da Câmara Municipal, ocorrida em 30 de novembro de 1974. O Vereador aproveitou a oportunidade para agradecer ao Padre José Antonio dos Reis, pela realização, segundo ele, da primeira missa em comemoração ao dia de Ação de Graças na cidade, ocorrida no dia 28 de novembro daquele ano. O Decreto referido por João Carneiro diz respeito ao de nº 57.298, de 19 de novembro de 1965, outorgado por Humberto Castelo Branco, que regulamentava as comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo a parceria de outros ministérios: Relações Exteriores, Militares e Educação e Cultura.

O Dia Nacional de Ação de Graças foi instituído por Eurico Gaspar Dutra, através da Lei nº 781, de 17 de agosto de 1949, a ser celebrado na quinta-feira da quarta semana do mês de novembro, pela influência do embaixador Joaquim Nabuco, entusiasmado com as comemorações que assistiu em 1909, na Catedral de São Patrício, quando era embaixador em Washington. Entretanto, em 22 de setembro de 1966, Castelo Branco estabeleceu a quinta-feira da 4ª semana de novembro o dia para as comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças, como ocorre na tradição norte-americana.

O relato do Vereador João Lopes Carneiro dá a entender que foi o Padre José Antonio dos Reis o grande motivador para a realização dessa celebração no município de Conceição do Coité, indicando que o Padre se tornaria o grande responsável pelas comemorações do Dia Nacional de Ação de Graças nos anos posteriores, em que reuniria as autoridades políticas do município para celebrarem a festividade com a realização de uma missa e outras atividades comemorativas. Esse entendimento é reforçado em razão da ausência de relatos oficiais sobre essa celebração, principalmente no Livro de Tombo e nas Atas da Câmara Municipal, anteriores ao registro do Vereador João Lopes Carneiro, assim, é possível que o Padre José Antonio dos Reis tenha sido o responsável pela comemoração dessa tradição norte-americana entre os coiteenses, celebrando o primeiro Dia Nacional de Ação de Graças, em 1974.

Investigar se o Padre José Antonio dos Reis cumpriu esse papel e se nos anos posteriores ocorreu a comemoração dessa festividade não é o objetivo desse trabalho, porém este relato é bastante significativo, pois possibilita compreender, de certa maneira, o posicionamento do então pároco sobre a realidade política do país e traços do seu perfil religioso dentro da instituição católica. No momento em que a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), publicamente iniciou uma campanha de denúncia contra as medidas repressivas dos governos militares na sociedade brasileira, inclusive no interior da

própria instituição, o Padre José Antonio dos Reis fazer memória de uma data comemorativa, ao que parece importante para o espectro militar, é bastante emblemático.

O Pe. José Reis, diferente de muitos coiteenses daquele período, possuía uma trajetória de vida que permitiu vivenciar experiências em diversos lugares do país. Por ser membro da Congregação da Sociedade das Divinas Vocações, perpassou por várias casas da congregação presentes na região Sudeste e Nordeste durante o seu processo formativo, o que possibilitou conhecer e tecer relações com diferentes realidades e sujeitos. Essa experiência permite pensar que o Padre José Reis, mesmo sendo pároco de uma pequena cidade do interior baiano, possuía conhecimento da realidade de repressão empreendida pelos militares, ainda mais, por ser um membro da hierarquia religiosa, tinha conhecimento das orientações e ações realizadas pela Igreja Católica no combate à ditadura e na defesa dos direitos humanos.

Sua postura em realizar uma celebração e se comprometer com as festividades do Dia de Ação de Graças no intuito de agradecer pela “paz e harmonia” presentes no país, ainda mais, pela maneira em que os militares estavam conduzindo os rumos da nação, evidencia que ele não comungava dos pressupostos defendidos pela ala da Igreja Católica considerada de “progressista”, mas estava mais próximo do clero apoiador do golpe civil-militar de 1964. Por outro lado, podemos supor que a ênfase do Vereador João Lopes Carneiro em destacar para os seus companheiros da Câmara Municipal que o ato festivo proposto pelo Pe. José Antonio Reis era oriundo de uma declaração do governo federal e que fora celebrado em muitas cidades brasileiras, era mais uma oportunidade de alinhar suas ações e realidade com as diretrizes do projeto de nação estabelecido pelos governos militares, e de ter o pároco como um grande apoiador e incentivador dos feitos realizados por eles.

Nesse sentido, a trajetória pastoral do clero *vocacionista* nos apresenta subsídios para compreender os limites da visão dualista de apenas conceituar os setores católicos entre conservadores e progressistas, compreendendo que elas não são suficientes para explicar as ações desempenhadas por clérigos, religiosos e leigos. Essa perspectiva foi estudada por Kenneth Serbin (2001), em *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, ao criticar o uso da dicotomia progressista *versus* conservador como simplista e reducionista para compreender a atuação do episcopado brasileiro durante a ditadura civil-militar. Tal crítica é sustentada ao analisar a ação desempenhada pelos Bispos que mantinham relações com os militares, sobretudo a atuação de Dom Eugênio Sales, o qual, frequentemente tipificado como conservador, não aderiu ao golpe civil-militar de 1964 e se esforçou junto ao episcopado, para manter as atividades pastorais da Igreja Católica distantes do círculo repressivo dos militares.

Compartilhando desses pressupostos, Iraneidson Santos Costa (2013) também lança reflexões em torno da qualificação dos Bispos brasileiros do ponto de vista ideológico, identificando as duas posturas, conservador e progressista, como pouco operacional para a apreciação mais objetiva dos processos históricos, devido à existência de uma gama variada de posições, sendo expressas em diversas tipificações das linhas de atuação: esquerdista, radical, revolucionária, progressista, reformista, moderada, conservadora, reacionária e papista.

Ao analisar os agentes religiosos da Diocese de Feira de Santana, Jeovane de Jesus (2016) também discute os limites dessa conceituação dualista em relação ao pastoreio de Dom Jackson Berenguer, primeiro Bispo da diocese, constantemente, representado nos trabalhos relativos à diocese feirense como um prelado conservador, devido a sua ligação “com Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo da cidade de Diamantina (Minas Gerais), um dos fundadores do grupo em defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP) em 1960” (JESUS, 2016, p. 63). No entanto, foi sob o seu pastoreio que setores do clero feirense, formado por italianos e brasileiros, como, por exemplo, o Pe. Albertino Carneiro e Pe. Aldo Giazzon, iniciaram uma ação pastoral junto aos setores populares, através do MOC e de ações da JAC e da Ação Popular (AP).

Esse debate, presente na recente historiografia que investiga a Igreja Católica brasileira no século XX, nos possibilita compreender a ação dos padres *vocacionistas*, para além da dicotomia conservadores *versus* progressistas. O perfil desse clero presente em Conceição do Coité, conservadores no campo político, ao manterem estreito vínculos com o poder dominante, mas “progressistas” no campo eclesial, em estarem abertos em alinhar as diretrizes do Vaticano II e da CNBB, ao estabelecerem diálogos com importantes agentes religiosos da Diocese de Feira de Santana, demonstra as facetas dos posicionamentos e organização da hierarquia católica, por sinal bastante heterogênea. Em Conceição do Coité, compreendemos que o perfil dos padres *vocacionistas* foi um dos grandes responsáveis para retardar o fomento de agentes e movimentos religiosos comprometidos com os setores populares em Conceição do Coité.

Um cenário distinto das paróquias vizinhas, por exemplo, Serrinha e Valente, que, nos anos de 1960 e 1970, foram administradas por padres que desenvolviam ações junto aos trabalhadores rurais. Ao contar com a orientação do MOC, eles proporcionaram uma nova ação política dos sindicatos dos trabalhadores rurais nessas cidades, responsáveis pela organização de diversos trabalhadores que alcançaram a direção de suas entidades e estabelecerem contatos com outras organizações sindicais, pautando os seus interesses, sem intervenção do poder local (JESUS, 2016). Analisar as ações realizadas por esse clero na paróquia coiteense é fundamental para compreender as limitações da vivência de um catolicismo preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas. Além disso, as categorias analíticas “conservadores” e “progressistas”



não são suficientes para entender a atuação dos agentes religiosos (bispos, padres, freiras e leigos) da instituição católica, tipologias acentuadas durante a ditadura civil-militar, mas que ainda permanecem, apesar dos recentes estudos sobre a Igreja Católica, problematizando essa dicotomia conservadores *versus* progressistas.

Sobre o engajamento dos demais “Comunistas de Cristo” na paróquia coiteense, Margarida Ferreira Gomes e Adalberto Neres Pinto Gordiano foram inseridos nos movimentos religiosos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité na administração do Padre Luiz Rodrigues Oliveira, sucessor do Padre José Antonio dos Reis, exercendo o seu pastoreio entre 1989 e 2000, conjuntura analisada nos demais capítulos. Margarida Gomes narrou que sua inserção inicial foi junto às comunidades rurais, como formadora das lideranças dessas comunidades, e, em seguida, nos conselhos municipais, “representava a Igreja Católica nos Conselhos da Criança e do Adolescentes, de Seguranças, nos Conselhos Culturais” (GOMES, 60 anos, 2021).

Adalberto Gordiano, apesar de formado em uma família católica e realizado o percurso sacramental do catolicismo demarcou a participação no MCC, em Feira de Santana, motivado pelo seu cunhado André Gordiano, como o marco do seu engajamento na paróquia, aos 17 anos de idade, em agosto de 1991: “participei de tudo isso, mas não tinha essa vontade, esse desejo de seguir, para mim, era questão bem mais ampla [...] participar do Movimento de Cursilho despertou o senso crítico pela justiça social, assim comecei a trabalhar nos movimentos sociais da Igreja” (GORDIANO, 48 anos, 2022). A dinâmica do MCC e o cenário paroquial na administração do Padre Luiz Rodrigues Oliveira serão discutidos no próximo capítulo.

### **3.4 As agremiações coloridas**

Para melhor compreensão das discussões sobre a trajetória política dos “Comunistas de Cristo” no campo político coiteense, sobretudo antes da fundação do PT, bem como a conjuntura que propiciou a formação de um *locus* progressista nessa região, cabe uma breve análise sobre as principais agremiações e lideranças políticas em âmbito local, durante a segunda metade do século XX.

Definir o momento exato em que os grupos políticos disputavam o poder local reconhecidos pelas cores azul e vermelho, durante a ditadura civil-militar, é problemático, pois além de existirem diferentes versões sobre a identificação das sublegendas da Arena em *Azul* e *Vermelho*, as fontes analisadas apresentam que essa representação repercutiu a partir das

eleições de 1972, após sete anos da definição do perfil do novo sistema partidário decretado no Ato Complementar número 4 (AC-4), por Humberto Castelo Branco, em 20 de novembro de 1965. O AC-4 foi responsável por estabelecer as novas regras para a formação dos partidos políticos, nos quais deveriam ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 Deputados e 20 Senadores. “Isso significava um número de partidos bastante restrito, não se desejando nem um sistema de partido único, nem um multipartidarismo amplo. Ou seja, o Executivo pretendia, de fato, um sistema de apenas dois partidos, um de apoio ao governo e outro de oposição” (GRINBERG, 2009, p. 63).

Conforme a exigência do AC-4, a Arena e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram organizados com políticos egressos dos partidos extintos pelo Ato Institucional número 2 (AI-2), sendo permitido a admissão de registro de candidatos em sublegendas, também conforme o Ato Complementar número 26 (AC-26), em 29 de novembro de 1966, que alterou a redação do Art. 9º do AC-4, modificando o efeito do registro em sublegendas para as eleições diretas até o dia 15 de março de 1967. “Essa legislação permitia que as lideranças dos antigos partidos como UDN e PSD, agora na Arena, pudessem disputar os votos dos eleitores em cada município, especialmente nas eleições para prefeito” (GRINBERG, 2009, p. 63-64).

Destarte, com a abolição do anterior sistema político, os políticos coiteenses situados no PSD, no qual agrupava os herdeiros de Wercelêncio Calixto da Mota, e no PR, liderados por Evódio Ducas Resedá, possivelmente no intuito de manterem a hegemonia política no município, como também assegurarem os cargos governamentais para os seus correligionários, se filiaram ao partido de sustentação da ditadura civil-militar, Arena, uma vez que o MDB não representava as suas antigas bases políticas. Assim como ocorreu em outras regiões do país, provavelmente por não possuir capacidade de se organizar, seja pelo fato de ter sua campanha drasticamente restringida pelos primeiros atos diretos e explícitos de censura prévia, o que não oportunizava o aglutinamento de políticos; como também pela sua própria falta de credibilidade entre os vários grupos de oposição da sociedade civil (ALVES, 2005, p. 126-127).

A historiadora Lúcia Grinberg (2009), em seu estudo sobre a Arena, salienta que a dissolução do sistema partidário, existente entre os anos de 1945 e 1965, foi resultado de uma intervenção autoritária e casuística, que contou com resistências consideráveis, tendo ocorrido logo após as eleições de 1965, quando os partidos e o eleitorado evidenciaram que o movimento de 1964 “não havia superado a autonomia e a força das legendas junto ao eleitorado e que outro poderia ter sido o curso da política se os ‘antigos’ partidos não tivessem sido destruídos como o foram” (GRINBERG, 2009, p. 62). Ao analisar essas circunstâncias, Grinberg argumenta que várias lideranças se esforçaram para preservar as características de seus partidos no novo

sistema partidário bastante restrito, sendo que, devido à dificuldade de enquadramento dos políticos nesse novo sistema, bipartidário, foi implementada uma legislação que permitia os partidos apresentarem candidatos em sublegendas.

Na realidade local, as fontes consultadas, especificamente os registros da Câmara Municipal, não nos permitiram perceber as reações dos políticos coiteenses frente à reforma partidária implementada por Castelo Branco, sobretudo se ocorreu resistência contra o fim de suas legendas. Podemos supor que houve adesão aos militares, visto que não há na Câmara registro da cassação de nenhum mandato dos políticos coiteenses. A cassação de políticos opositores do movimento de 1964 foi bastante debatido no Congresso Nacional pelos parlamentares que aderiram ao golpe, na Bahia, como em alguns estados, as cassações foram decididas por votação nas Assembleias Legislativas. “Conforme denúncia dos senadores Aluizio de Carvalho (PL – BA) e Josaphat Marinho (sem partido – BA), muitos prefeitos de municípios baianos foram cassados de maneira abusiva e violenta”. (GRINBERG, 2009, p. 53).

Infelizmente, não tivemos contato com fontes que possibilitaram analisar o posicionamento desses grupos locais durante o golpe civil-militar de 1964 e nem nos primeiros anos da instalação da ditadura civil-militar, bem como a movimentação desses grupos durante a instalação do AI-2. A principal fonte que poderia apresentar esse cenário, as Atas da Câmara Municipal desse período estão desaparecidas, resultando nessa importante lacuna na pesquisa. Todavia, podemos supor, pelas Atas posteriores, que esses grupos aderiram ao golpe, sendo percebido, além da não ocorrência da cassação dos mandatos eletivos de políticos coiteenses, mais dois aspectos: nas celebrações em comemoração à “Revolução de 1964”; e nas ações governamentais durante o mandato de Theognes Antonio Calixto. Durante a hegemonia desses grupos no poder local, celebrações comemorativas à “Revolução de 1964” ocorreram e foram organizadas pela Câmara Municipal em sessões solenes e missas festivas, nas quais eram reafirmados os valores da Forças Armadas na história do país e o civismo dos revoltosos, como pode ser observado no seguinte relato:

A finalidade da sessão é algo sobre a Vitoriosa Revolução de 1964. Franqueada a palavra, fez uso da mesma o Sr. Vereador Durval da Silva Pinto, que fez uma brilhante alocução sobre a revolução de 64, seus vultos principais citando ainda palavras elogiosas ao civismo Eminentíssimo Governado Luís Viana Filho. Continuando franqueada a palavra fez uso da mesma o vereador Manoel Carneiro Rios, que inicialmente fez referências ao orador antecedente dizendo que o mesmo era realmente velho na idade, porém com o coração cheio de civismo tanto quanto os jovens. Em seguida fez um retrospecto do nosso país antes da revolução, relatou o papel das Forças Armadas na Revolução principalmente por não ter sido derramado uma gota de sangue. Finalizando disse que a Revolução não parou, continua com o progresso socio-econômico

[sic] do país agora sob a chefia do eminente Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 1971, p. 18).

Os elementos presentes nesse relato, tais como o apoio civil, a noção de progresso e a chamada “revolução branca”, se aproximam bastante com as análises realizadas pela historiadora Lucileide Costa Cardoso (2011) em *Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”*. A autora supracitada analisa uma ampla produção e difusão de artigos, durante os aniversários da “Revolução de 1964”, compilados por gerais e intelectuais apoiadores do golpe, no intuito de legitimar uma memória positiva dos eventos relacionados ao golpe civil-militar de 1964, entre os anos de 1964 e 1999. É bem provável que tais produções tenham servido de subsídios para orientar os atos celebrativos em várias regiões do país, como os que aconteceram na realidade coiteense, nas quais buscaram explicar as motivações do golpe, a estruturação e o fim da ditadura sob a ótica dos militares. Além disso, na realidade coiteense, a concessão de títulos de cidadãos aos integrantes da ditadura civil-militar exemplifica o posicionamento de adesão ao golpe e apoio ao governo autoritário:

Projeto de Resolução nº 1, que concede o título de cidadão coiteense ao Dr. Rubem José de Castro Albuquerque, Diretor Presidente da “Cobal”, ou seja, Companhia Brasileira de Alimentos. Projeto de Resolução nº 2, que concede o título de cidadão coiteense ao Cel. Roberto Ferreira da Costa e Souza, Gerente da Sucursal da Bahia – Cobal. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, out. 1970, p. 28).

Ademais, as solicitações da Câmara de Vereadores para a construção de postos policiais, em 1968, nos distritos do município, como, por exemplo, em Salgadália e Juazeirinho, podem ser analisados como a representação das principais agremiações políticas da cidade de Conceição do Coité à adesão das diretrizes dos governos militares (CONCEIÇÃO DO COITÉ, nov. 1968; CONCEIÇÃO DO COITÉ, dez. 1968). O referido aspecto é emblemático, pois tais solicitações dos vereadores são realizadas no contexto após os movimentos de 1968, quando foi implementado o Ato Institucional número 5 (AI-5). O outro aspecto da adesão dos tradicionais grupos políticos coiteenses ao golpe de 1964 pode ser expressado nas ações da gestão de Theognes Calixto, caracterizadas pelo jornal *Situação*, em 3 de maio de 1969, como a dinâmica do progresso que em apenas dois anos modificou a feição da terra do sisal com obras públicas voltadas para o melhoramento urbanístico, construção de escolas, com reformas de praças, iluminação e pavimentação de vias públicas, além da recuperação de estradas, barragens e açudes na zona rural do município (REALIZAÇÕES..., 1969).

Todavia, entre essas realizações, a que ganhou bastante destaque foi a construção do mercado municipal, considerada o orgulho da cidade pela ideia de modernidade presente nela,

vale destacar que Theognes Calixto era sócio da empresa que realizou as construções. Os relatos memorialísticos ressaltam Theognes Antonio Calixto como um grande administrador, “foi, inegavelmente, o melhor Prefeito que Coité já teve nos últimos 30 anos (OLIVEIRA, 1996, p. 184), sendo o responsável pelo progresso das terras do sisal daquele período. Frequentemente, os jornais locais, atribuíam as ações governamentais de Theognes Calixto à sua formação moral e à sua capacidade intelectual:

Mercado Municipal: obra orgulho da cidade. Todos que tiveram a oportunidade de visitar Conc. do Coité são unânimes em afirmar a extraordinária estrutura do novo mercado da cidade inegavelmente o mais belo da região [...] O prefeito com total apoio do Governo do Estado de quem espera a ajuda para conduzir, com o mesmo êxito alcançado até agora, os destinos do seu município. Este é, aliás, o espírito que domina o povo coiteense: confiança no Governo e otimismo para o progresso sempre presente, desde João Amâncio, primeiro Intendente do Município, até os dias atuais com a fecunda administração de Theognes Calixto da Cunha. (REALIZAÇÕES..., 1969, p. 4).

Essas caracterizações, relacionadas ao orgulho, ao progresso e ao moderno das ações governamentais de Theognes Antonio Calixto, frequentemente, se aproximam do discurso dos governos militares do período, sobretudo de período de Médici “que fez amplo uso da propaganda política, enfatizando o crescimento econômico do país e sua consequente capacidade de cumprir seu destino manifesto de grande potência (‘o Brasil Grande’)”. (ALVES, 2005, p. 182). A perspectiva de Theognes Calixto ter sido o candidato único da Arena nas eleições de 1966 foi enaltecida pela reportagem como demonstração da unidade entre os políticos coiteenses em torno do projeto partidário dos militares. Contudo, essa unidade e tranquilidade não eram tão presentes e, portanto, elas foram postas em dúvida, o que ocasionou no rompimento do acordo firmado por esses grupos, provocando a retomada de mais tensões entre eles. Os relatos memorialísticos apontam que o motivo do rompimento se deve à morte do próprio Theognes Antonio Calixto em um acidente automobilístico, em 28 de novembro de 1970, ocorrido na rodovia BA-411, entre a sede do município e o seu maior distrito, Salgadália.

Entretanto, antes dessa trágica morte, os antigos pessedistas e republicanos haviam deflagrado embates pelo poder executivo municipal no processo eleitoral, que culminou na vitória do médico Manuel Antonio Pinheiro, pessedista situado na sublegenda Arena 1, em 15 de novembro de 1970. Apesar da filiação dos grupos políticos coiteenses à Arena, as publicações do *O Coiteense*, em 1970, indicaram que as sublegendas da agremiação eram identificadas pelas legendas do anterior sistema político, a sigla PSD representava o Arena 1, em torno de Manoel Antonio Pinheiro, e o PR indicava os correlegionários de Evódio Ducas Resedá, situados na Arena 2.

A distinção das sublegendas da Arena, através das siglas dos partidos extintos, não significava a continuação do antigo sistema político em Conceição do Coité, tampouco uma aversão à ditadura civil-militar e ao sistema bipartidário, mas evidencia as dificuldades enfrentadas pelos grupos políticos coiteenses na compreensão do funcionamento do sistema de sublegendas, sobretudo por grupos rivais estarem no embate político sob a mesma agremiação, razão da indefinição das sublegendas apenas pela representação Arena 1 e Arena 2. As charges desenhadas por Albérico Lopes, publicadas nas edições do *O Coiteense* sobre a Convenção Municipal da Arena para a escolha de candidatos aos poderes executivo e legislativo do município, em agosto de 1970, reforçam a dificuldade de situar no campo das rivalidades os dois grupos pelas representações Arena 1 e Arena 2, apesar de compartilharem do mesmo campo ideológico.

As primeiras delas dizem respeito ao anúncio da convenção da Arena em que aparecem a figura de dois homens, sob o título *Aí ela! A convenção*, mas sem representá-los pelas siglas das agremiações. Em uma das charges, há um executivo carregando duas maletas, indicando os preparativos para a realização da convenção; a outra charge apresenta um homem com *trajes finos*, abordando literalmente a política clientelista e a compra de votos, ao entregar uma moeda para uma criança que segura um cofre de porquinho e exclama: *E se pai dizer, que não vota em ocê?* possivelmente, essa charge representa o grupo dos antigos pessedistas que estavam no poder (figura 2).

Figura 2 – Charges sobre a Convenção da Arena, em 1970.



Fonte: LOPES, 1970, p. 1.

Essa questão se fortalece ao analisar artigos de Albérico Lopes, nos quais afirma ser oposição aos antigos pessedistas por serem responsáveis pela desorganização e atraso administrativo; e de Roberto Lopes, ao indicar práticas clientelistas e duvidosas do candidato a Prefeito dos pessedistas, reunidos na sublegenda Arena 1, o médico Manoel Antonio Pinheiro.

Desafio a quem me provar que o Sr. Pinheiro tem relevantes serviços prestados a Coité, fora dessa história açucarada de que ele recebeu gente de graça [...] me digam o que deixou esse homem com mais de 16 anos de Vereança, Prefeito substituto [...] e um considerável patrimônio adquirido. (LOPES, 1970, p. 2)

Diferente das charges de outros periódicos, sobretudo da grande imprensa, que, ao longo da ditadura, personificaram a Arena, representada quase sempre como uma mulher, e o MDB, como um homem (GRINBERG, 2009), as charges desenhadas por Albérico Lopes não personificaram essas legendas do sistema político bipartidário, mas retrataram os grupos políticos situados nas sublegendas da Arena. Cabe salientar, que a escolha dessa dicotomia representativa não é politicamente gratuita. Outra charge que apresenta essa perspectiva também se refere à realização da convenção da Arena, composta por alguns homens sentados ao redor de uma mesa, compartilhando sorrisos e muitas conversas. Ela representa os políticos coiteenses, dando a entender que não havia seriedade e nem comprometimento político por parte dos grupos.

Figura 3 – Charge dos políticos da Arena.



Fonte: LOPES, 1970, p. 1.

Durante o processo de convenção para a escolha dos candidatos que disputariam aquele pleito, nos chama a atenção que Albérico Lopes, mesmo indicando os possíveis candidatos dos grupos, não situa nas charges a sigla da Arena e nem de suas sublegendas, possivelmente demonstrando, ainda nos idos de 1970, a dificuldade na compreensão das mudanças do sistema político e os desafios enfrentados pelos grupos antagônicos em estarem reunidos numa mesma agremiação. Tal contexto contribuiu para a representação das sublegendas da Arena pelas siglas do antigo sistema político, bem como evidenciou as rivalidades presentes no campo político,

reforçando o nosso entendimento de que, nesse período, as sublegendas, ainda, não eram identificadas pelas cores azul e vermelho.

Essas dificuldades são plausíveis, em virtude da primeira eleição ocorrida após a extinção do antigo sistema político, em que os pessedistas e os republicanos filiados à Arena, apesar das rivalidades, apresentaram uma candidatura única para o pleito. Assim, o desejo de não se distanciarem da base governista os orientou para uma conciliação em torno da candidatura de Theognes Antonio Calixto, mesmo o AC-4 permitindo as sublegendas nas agremiações.

Nesse sentido, acreditamos que a candidatura única de Theognes Calixto foi costurada entre os grupos devido à dificuldade de compreensão do funcionamento do novo sistema político, do que uma superação das rivalidades existentes entre eles em nome dos novos rumos que o país vivenciava. Esta perspectiva pode ser compreendida em uma entrevista realizada por Roberto Lopes com Misael Ferreira de Oliveira, publicada em 10 de fevereiro de 1968, no jornal *O Coiteense*:

R.P.: Quais os motivos que levam os atuais membros da política coiteense a odiarem-se?

M.F.: Para mim não existe ódio entre políticos coiteenses, e sim uma luta natural em disputa de liderança em decorrência do regime democrático que vivemos.

[...]

R.P.: Guarda rancor dos antigos membros partidários do antigo PR?

M.F.: Absolutamente não. Vivemos hoje integrados diante da Justiça eleitoral, em um só partido ARENA, muito embora considero uma aliança híbrida, que deve encaminhar-se para a construção de um bloco monolítico. (LOPES, 1968, p. 3).

A partir das perguntas elaborados pelo editor do jornal *O Coiteense*, podemos perceber que a integração dos anteriores partidos, PR e PSD, sob a legenda da Arena gerou atritos entre as lideranças dessas antigas agremiações. Nesse sentido, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos arenistas era tornar possível a convivência, em um só partido, de lideranças das legendas antigas, sobretudo quando eram tradicionais adversários políticos, revelando a necessidade dessas lideranças em apoiar o governo. Neste aspecto, a realidade local refletia a conjuntura nacional, como foi analisada por Lúcia Grinberg (2009), que defendeu a tese de que esta dificuldade presente na Arena não pode ser apenas reduzida a um processo de filiação em massa, ao adesismo, é necessário reconhecer as implicações políticas dessa ação e não limitar a participação de políticos conservadores a um jogo de interesses fisiológicos. (GRINBERG, 2009).



Nesse sentido, uma das implicações políticas defendidas era o fato de que “as articulações para a organização da Arena envolveram uma grande preocupação com o apoio da sociedade ao novo regime” (GRINBERG, 2009, p. 84), ou seja, a garantia de representação das antigas oligarquias nos estados e nos municípios assegurariam extenso apoio civil à Ditadura que durou 21 anos. Na realidade local, esse aspecto pode ser observado na primeira resposta realizada por Misael Ferreira de Oliveira à entrevista ao *O Coiteense*: “Para mim não existe ódio entre políticos coiteenses, e sim uma luta natural em disputa de liderança em decorrência do regime democrático que vivemos” (LOPES, 1968, p. 3).

Essa experiência organizacional partidária, percebida no depoimento de Misael Ferreira, nos ajuda a compreender, com base nos estudos de Lúcia Grinberg (2009) e Diego Garcia Braga (2016), o quanto a manutenção das eleições durante a ditadura, a partir da preservação da antiga estrutura organizacional, mesmo sob fortes pressões, foi uma das mais importantes bases de legitimação da ditadura civil-militar. Segundo Grinberg (2009), uma das razões para a manutenção desse sistema diz respeito ao fato da experiência organizacional partidária ser um traço presente na cultura política do país, sendo considerada como garantia de privilégios em determinados círculos sociais, porque não apenas indica um reconhecimento de um partido, mas também a institucionalização de práticas relativas à democracia representativa, mesmo que poucos participem da política partidária.

É interessante notar que Lúcia Grinberg (2009) indica que essa engrenagem eleitoral não havia tanta participação direta dos militares, esse trabalho continuou nas mãos dos políticos da Arena e do MDB, alicerçado, principalmente, na estrutura organizacional dos partidos extintos. Tais aspectos foram observados no depoimento de Misael Ferreira, no qual legitima o governo autoritário em decorrência da persistência de práticas relativas à democracia representativa. Nesse sentido, as disputas em torno da ocupação do cargo executivo local, realizadas no bojo das antigas agremiações, possibilitaram a ruptura do “antigo acordo” estabelecido entre as lideranças políticas, reunidas na Arena, e a frustração do bloco monolítico sonhado por Misael Ferreira de Oliveira, pois, desde as eleições de 1970, os dois grupos disputaram o poder local através das sublegendas.

É possível observar nos relatos desse evento, presentes nas Atas da Câmara Municipal, que o interesse dos representantes regionais da Arena, tendo a presença de um tenente do Exército (nome não registrado), era evitar a disputa de suas sublegendas no processo eleitoral, convencendo os seus correligionários a escolherem apenas uma candidatura como representante no pleito. Em meio às defesas de Manoel Antonio Pinheiro e Evódio Resedá pelas suas candidaturas, o nome de Roberto Pinto Lopes foi indicado como o único candidato que poderia

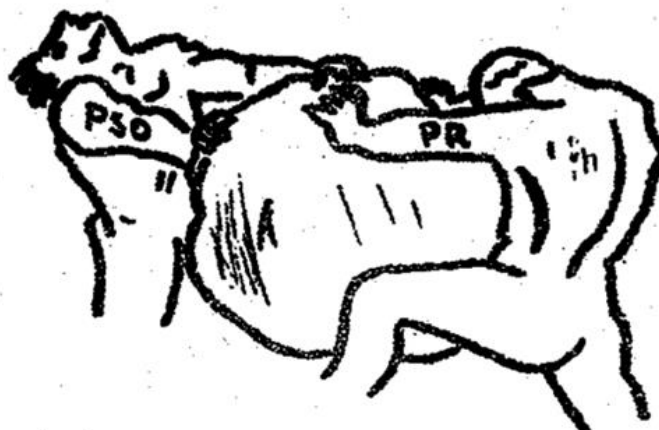
unir os dois grupos, apesar dele tecer pesadas críticas em relação às disputas empreendidas pelos grupos locais no seu jornal *O Coiteense*. A convenção definiu, portanto, as candidaturas de Manoel Antonio Pinheiro, no qual obteve 20 votos, e de Evódio Ducas Resedá, que alcançou 16 votos, para o pleito de 15 de novembro de 1970, sendo o grande vitorioso da eleição o médico Manoel Pinheiro com 4.127 votos, isto é, 863 votos a mais que seu adversário, Evódio Resedá, consolidando, mais uma vez, a Arena 1 no poder local.

Esse episódio faz refletir que a união de grupos rivais em torno da candidatura de Theognes Antonio Calixto, em 1966, pode ter sido influenciada pela decisão dos representantes regionais da Arena, orientados pela direção nacional, logo após a implementação do bipartidarismo, demonstrando o esforço dos militares em atenuar a organização do antigo sistema político no governo autoritário. Nesse sentido, compreendemos que a permanência das candidaturas de Manoel Pinheiro e de Evódio Resedá, para o pleito de 1970, representou a defesa da organização estrutural dos partidos extintos, no caso coiteense, do PSD e PR.

No novo sistema político implementado pelos militares, o prolongamento das antigas disputas garantiria a manutenção de um *status quo* que favorecia aos interesses dos empresários do sisal nessa região, principalmente os seus privilégios, e uma maior influência no aparelho público. Esse entendimento corrobora com os estudos desenvolvidos por Lúcia Grinberg (2009) e Diego Braga (2016), que argumentam a manutenção das disputas locais no período ditatorial como a estratégia exercida pelos poderes locais para possuírem certa autonomia na nova organização política.

A expressão dessa conjuntura é observada nas charges desenhadas por Albérico Lopes ao noticiar as prévias e desdobramentos da Convenção Municipal do Diretório da Arena, ocorrida naquele período. Uma das charges ilustrava o artigo, também de autoria de Albérico Lopes, intitulado *Vitória*, em que discutia o cenário eleitoral com a presença de novos eleitores, sendo as candidaturas de vereadores importantes para movimentar o campo político a favor de Evódio Ducas Resedá. Na charge aparece a figura de dois homens empurrando uma pedra em sentidos opostos (figura 4), referenciando o pensamento do autor, que entendia o campo político coiteense como estagnado, em razão dos pessedistas dominarem o poder local desde o sistema político anterior, como também pela continuação dos embates entre as mesmas lideranças políticas das antigas agremiações.

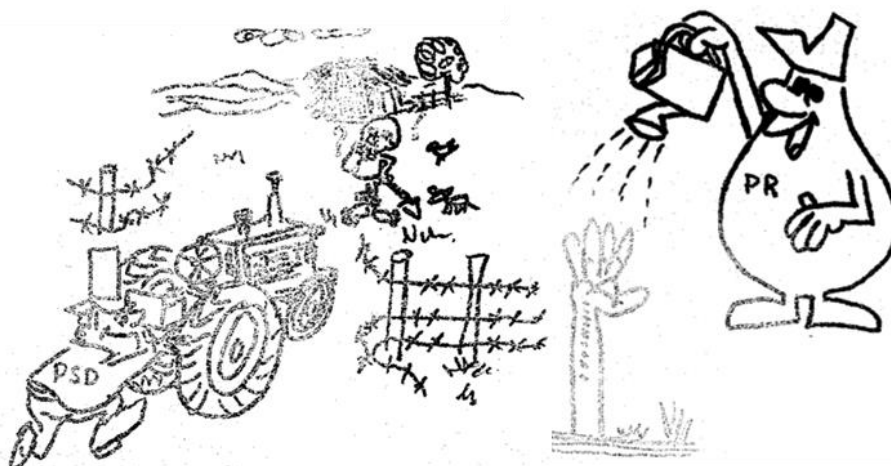
Figura 4 – Charge sobre a estagnação política coiteense



Fonte: Lopes, 1970, p. 4.

Essa não foi a única charge em que a identificação das sublegendas da Arena foi marcada pelas siglas do anterior sistema político. Na edição nº 128, do *O Coiteense*, publicada em 15 de agosto de 1970, houve a personificação da Arena 1, representada pela sigla PSD, na figura de um homem com *trajes finos* empurrando um trator para uma pequena propriedade, em detrimento à ilustração referente ao grupo reunido na Arena 2, de uma personagem regando uma espécie de planta, tendo em seu corpo a sigla PR (figura 5). A charge objetivava demonstrar a ideia do jornal em reforçar apenas os pessedistas, reunidos na Arena 1, como oriundos do sistema extinto e executores de práticas políticas paternalista e clientelista, desconsiderando a presença de Evódio Ducas Resedá nos anteriores embates eleitorais.

Figura 5 – Charges sobre as sublegendas da Arena.



Fonte: Lopes, 1970, p. 6.

Evódio Resedá advinha de uma tradicional família da sociedade coiteense que, desde o século XIX, influenciava na política sob a autoridade do seu bisavô, o Capitão Manoel Lopes da Silva, dono de muitas terras e escravos, e que, ao longo da Era Vargas, os seus tios assumiram o cargo de intendentess municipais: Vespasiano da Silva Pinto (1931-1933), Durval da Silva Pinto (1933) e Duvaltécio Silva Pinto (1944-1945 e 1946). O seu pai, Eustórgio Pinto Resedá, assumiu o cargo de chefe do executivo, entre 1946-1948, e, filiado à UDN, ele disputou várias vezes o poder local com Wercelêncio Calixto da Mota e seu grupo político. Assim, a projeção de Eustórgio Pinto Resedá como principal rival de Wercelêncio Mota pode ter acontecido durante a instalação do Estado Novo, pois este regime varguista possibilitou a chegada dele e do seu grupo no poder executivo de Conceição do Coité, interrompendo a hegemonia de Wercelêncio Calixto da Mota na indicação dos chefes para o Executivo.

Segundo Vanilson Oliveira, durante a ditadura varguista, os dois líderes políticos, Wercelêncio Mota e Eustórgio Resedá realizaram um acordo no qual ambos indicariam, aos interventores federais, os indivíduos que assumiram a chefia do Executivo do município, resultando em alguns conflitos entre os dois grupos. Com o fim do Estado Novo, essa experiência acentuou a disputa entre esses dois chefes políticos pelo comando do poder local, ainda mais quando Eustórgio Resedá assumiu o cargo de Prefeito Municipal entre 1946 e 1948. Wercelêncio Mota só conseguiu retomar sua hegemonia no poder local através da eleição de Theocrito Calixto da Cunha, que governou o município entre os anos de 1955 e 1959.

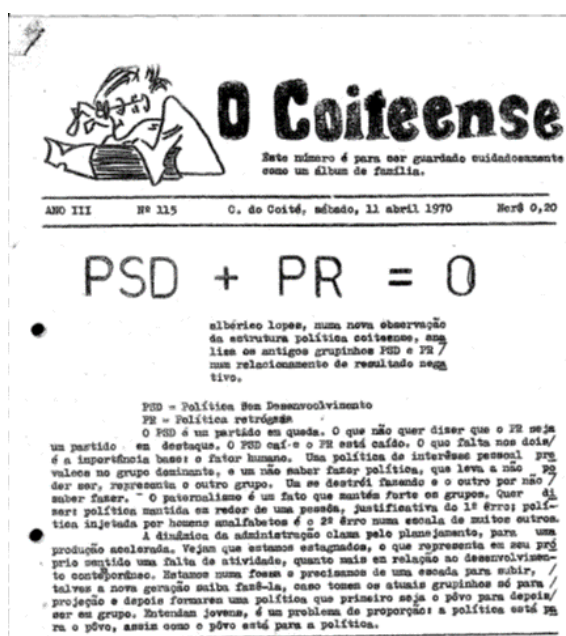
Após a morte de Eustórgio Pinto Resedá, a rivalidade entre os dois grupos foi continuada pelos seus filhos, principalmente por Evódio Ducas Resedá, inicialmente situados no PR e continuada na sublegenda da Arena 2, após o golpe de 1964. Evódio Resedá exerceu o cargo de Vice-prefeito de Conceição do Coité pela chapa de Walter Ramos Guimarães (1977-1980) e de Prefeito Interino (1980-1981); Edilson Ducas Rabi Resedá, irmão de Evódio, foi Deputado Estadual entre 1959-1963. Além de tecerem uma trajetória no campo político, a família Resedá se constituiu como uma importante família no Poder Judiciário, porventura sob influência dos Advogados Durval da Silva Pinto e Edilson Ducas Rabi Resedá. Atualmente, o filho de Evódio Ducas Resedá, Emílio Salomão Pinto Resedá, é Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. O próprio Evódio e sua esposa e prima, Zuleika M. Pinto Resedá, foram Tabeliões da Comarca de Conceição do Coité, e alguns filhos e netos atuam no campo do Direito.

Em relação às charges, além de demonstrarem que os grupos políticos coiteenses, situados nas sublegendas da Arena, ainda eram identificados pelas legendas do anterior sistema político, durante os primeiros anos da ditadura, os editores do periódico utilizavam dessas ilustrações no intuito de reforçar entre os seus leitores que as lideranças políticas desses grupos

não estavam alinhadas com as novas perspectivas do sistema político instalado após o Golpe civil-militar de 1964, sobretudo os pessedistas, representados pelo Médico Manoel Antonio Pinheiro, pois dominavam o poder local desde os anos 1940. “Velho integrante de uma estrutura política paternalista, que não condiz absolutamente com a mentalidade revolucionária de BRASIL GRANDE, ele é um político tipicamente conservador” [sic] (LOPES, 1970, p. 2). No periódico, esse discurso era pautado pelo redator-chefe, Roberto Lopes, e o colaborador e chargista, seu irmão, Albérico Lopes, opositoristas ao Arena 1 e apoiadores de Evódio Ducas Resedá (Arena 2). Em contrapartida, essas ilustrações também poderiam consolidar alguma estratégia de comunicação, pois o PSD e o PR eram legendas que faziam parte do imaginário político.

Outro componente explorado pelo *O Coiteense*, no período, foi demarcar que Evódio Resedá era um candidato “autenticamente coiteense” (LOPES, 1970, p. 4), diferente dos pessedistas que, desde a década de 1950, apresentavam candidatos “importados” (QUEM..., 1969, p. 1-2) ou na “condição de não-filhos-da-terra” (LOPES, 1970, p. 2). Desde 1969, Albérico Lopes considerava a necessidade de renovação dos quadros políticos locais não apenas ligados ao PSD. Na edição n. 115, em 11 de abril de 1970, *O Coiteense* publicou como manchete, o artigo de Albérico Lopes, intitulado  $PSD + PR = 0$  (figura 6), no qual analisava negativamente a estrutura política dominada pelos representantes das antigas legendas, PSD e PR.

Figura 6 – Manchete sobre as sublegendas da Arena



Fonte: LOPES, 1970, p. 1.

A crítica estava fundamentada na falta de planejamento administrativo e estagnação política, devido aos interesses pessoais dos pessedistas, e o desconhecimento em “fazer política” por parte dos republicanos, cujo paternalismo era o fator que os mantinham fortalecidos, apesar de situá-los em queda. “Estamos numa fossa e precisamos de uma escada para subir, talvez a nova geração saiba fazê-la, caso tomem os atuais grupinhos só para projeção e depois formarem uma política que primeiro seja o povo para depois ser em grupo” (LOPES, 1970, p. 1).

Nessa mesma edição do *O Coiteense*, um artigo assinado por Zé Beto, *O que eu penso de você Conceição do Coité*, compartilha do pensamento de Albérico Lopes ao argumentar certa estagnação da cidadina, que outrora se orgulhava por ser premiada como a maior produtora de sisal do Brasil, em razão de não ter acompanhado as transformações vivenciadas pelo país. “O país sofreu uma revolução. Profundas modificações nos setores de política e administração. E você não mudou em nada Coité. Pelo contrário, ficou mais esclerosado, contrariando os princípios do Governo Revolucionário” (BETO, 1970, p. 4).

Além disso, o autor destacou que apenas o jornal *O Coiteense* poderia ser considerado fruto do progresso gerado por essas mudanças, pois nasceu depois da “revolução” e se transformou no maior órgão de circulação do município, bem como da necessidade de uma renovação nos quadros políticos locais. “Você precisa saber de quê? De algo como a hemoglobina para lhe dar constância de vida. Você precisa saber de quê? De algo como os leucócitos para defendê-lo dos possíveis invasores. Você precisa saber de que? De sangue novo Conceição do Coité” (BETO, 1970, p. 1).

Roberto Pinto Lopes, no artigo intitulado *O candidato Evódio*, em julho de 1970, afirmou possuir poucas esperanças no possível Governo Evódio, dando indicativo da necessidade de renovação dos quadros, apesar de, meses depois, integrar a equipe do líder do antigo PR: “não tenho dúvidas de que seja anacrônico, insolúvel e ainda de perseguição. Saindo da infraestrutura, ele traz o germe de radicalização. E não será nenhuma surpresa para mim, que seu primeiro ato seja a demissão de funcionários da Prefeitura” (LOPES, 1970, p. 2).

O pensamento de Albérico Lopes, de também situar os correlegionários de Evódio Ducas Resedá como responsáveis pela estagnação política local, devido à falta de habilidade nas disputas políticas com os pessedistas, que resultaram nas derrotas de Evódio Resedá, e o discurso da renovação dos quadros locais, sugere que, no pleito de 1970, os setores da Arena 2 discordavam da insistência em apresentar Evódio Ducas Resedá como um forte candidato para derrotar Manuel Antonio Pinheiro. Assim, a estratégia de anunciar, na convenção da Arena, o nome de Roberto Pinto Lopes como um candidato único da legenda não condizia na busca pela

conciliação dos grupos, objetivava evitar mais uma vitória dos pessedistas situados na Arena 1, acentuando as rivalidades.

A Convenção foi presidida pelo Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, Arthur Orlando Mendes Cária, que efetuou um discurso de alta significação manifestando, a sua preocupação “em buscar entre as lideranças deste município um denominador comum onde esteja acima de tudo o aspecto do Brasil novo, a nova mentalidade, que surgiu após 1964”. Além da presença total das lideranças políticas coiteenses, um público razoável, estiveram presentes à Convenção o Deputado Eujácio Simões, o candidato a Deputado Augusto Matias e, reservadamente, um Tenente do Exército. O apelo do Sr. Juiz em pedir a ponderação dos senhores políticos por uma conciliação, vez “tudo pode ser feito quando existe real e efetivamente boa vontade”, e apesar do retardamento “ainda pode ser feita uma unificação para a grandeza de Coité, para o enobrecimento da Bahia e do crescimento do Brasil” – não causou nenhuma sensibilidade nos senhores políticos que se conservaram calados, até quando o Sr. Manoel Rios alcançando a imensidão de tão augusto pronunciamento, parodiando Otávio Mangabeira, disse que se “alguma vez mudei de acampamento, foi para melhor servir à causa”, apresentando o nome do nosso Redator-Chefe Roberto Lopes, como candidato de conciliação. De brusco, em incoerente precipitação, o Dr. Manoel Antonio Pinheiro numa atitude prepotente, expressou que a essa altura dos acontecimentos não recuaria, ao que foi efusivamente aplaudido pelos seus correligionários. (LOPES, 1970, p. 1).

Entretanto, apesar do fracasso da estratégia de segmentos da Arena 2 em apresentar um “candidato da conciliação”, no intuito de igualmente renovar os quadros políticos, *O Coiteense* indicou, em menos de cinco dias do resultado daquele pleito, que os próximos candidatos a se enfrentarem pelo poder local seriam Misael Ferreira de Oliveira (Arena 1) e Hamilton Rios de Araújo (Arena 2), perspectiva confirmada nas eleições de 1972. Ao que parece, *O Coiteense* não havia realizado uma premonição, mas evidenciado que, de alguma maneira, os grupos políticos teceram estratégias em torno desses dois empresários sisaleiros durante a própria conjuntura eleitoral de 1970, sendo confirmadas após o resultado do pleito. Além do mais, isso demonstrou certo amadurecimento das facções locais na compreensão do funcionamento das sublegendas do novo sistema político, que oportunizou autonomia dos grupos nos embates locais, sendo consolidada pela preservação das rivalidades oriundas do anterior sistema político.

Nesse sentido, a eleição de 1970 representou o desencadeamento das disputas locais no espaço eleitoral, através das sublegendas, pois colocou novamente os dois grupos na disputa pelo poder, o antigo PSD, Arena 1, representado pelo Médico Manoel Antônio Pinheiro, este que havia sido presidente da Câmara Municipal no mandato de Theognes Antonio Calixto; e o extinto PR, Arena 2, pelo seu líder, Evódio Ducas Resedá, uma vez que a apresentação de uma candidatura única limitava os embates entre os grupos no espaço das convenções da Arena.

Apesar dos grupos políticos serem identificados ou seguirem diretrizes de um sistema de poder, em que o personalismo de chefes oligárquicos norteava as ações políticas dessas facções e possuíam grandes representatividades nas disputas do âmbito local, acreditamos que, de alguma maneira, a extinção dessas legendas trouxe consequências para a realidade local. Desse modo, compreendemos a perspectiva das legendas como relevante para situar as relações de poder tecidas pelos partidos locais com outras redes de poder, especialmente com os políticos da região e, principalmente, com o Governador do Estado. Elas são importantes identificadoras da influência política dos seus chefes e definidoras do raio de poder que o local exercia fora do seu âmbito, contribuindo para delimitar o território ao qual os seus políticos/representantes estavam reunidos.

Esse componente pode ser observado nas recorrentes estratégias dos grupos locais em possuírem o apoio dos líderes ou dos partidos, que exercessem hegemonia política no governo estadual e regional, para conseguirem conquistar mais eleitores em suas bases. Assim, a grande frequência da política local ser organizada por grupos rivais no seu âmbito, mas pertencentes à mesma base política que exercia domínio na estrutura estatal, ser bastante recorrente. Essa estratégia era estabelecida não apenas para conseguir, junto ao Estado, recursos para sustentar o sistema clientelista, mas, também, para que o eleitorado pudesse identificar quem ou qual agremiação tinha mais ferramentas para consolidar o domínio e atender às suas demandas.

Por isso, compreendemos que o AC- 4, estabelecido em 20 de novembro de 1965, que definiu o perfil do novo sistema partidário, permitindo a existência de um partido de apoio ao governo (Arena) e outro de oposição (MDB), foi, ainda mais, impactante para esses grupos locais, que dependiam de sua base governista como estratégia para legitimar o seu domínio na realidade local. Esse novo sistema exigiria uma nova organização desses grupos na competição eleitoral, pois dificilmente um deles “abriria mão” de não possuir no pleito o apoio da base governista estadual. Dessa maneira, como salienta Lúcia Grinberg (2009), pela dificuldade de enquadramento dos políticos em um sistema bipartidário, se decretou uma legislação eleitoral que incluía a possibilidade dos partidos apresentarem candidatos em sublegendas nas eleições majoritárias, disputando os votos dos eleitores em cada município.

Além disso, segundo André Teixeira Jacobina (2010), o mecanismo das sublegendas impedia que o MDB explorasse divisões da Arena, “já que essa se mantinha aglutinada e a possibilidade de governar atraía os políticos mais influentes, em sua maioria, para a Arena” (JACOBINA, 2010, p. 12). Este instrumento favorecia a Arena, partido governista, e a regra facilitava a preservação do poder. Por outro lado, Diego Garcia Braga (2016), ao analisar o sistema bipartidário brasileiro (1966-1979), bem como as relações intra e interpartidárias



envolvendo a Arena e o MDB, em Alegrete-Rio Grande do Sul, defende que a dinâmica das sublegendas conferiu certa autonomia aos partidos políticos na esfera local, não servindo apenas para a acomodação dos grupos e das lideranças políticas, mas possibilitaram que as “diferentes facções partidárias estabelecessem inúmeras estratégias frente ao período histórico e às diversas situações locais que exigiram coesão ou disputas internas, em busca de maior espaço dentro da organização ou nas disputas eleitorais” (BRAGA, 2016, p. 141).

A partir dessa pesquisa, Diego Braga (2016), mesmo compreendendo que o instrumento de sublegendas foi criado para beneficiar a Arena, impedindo que o partido ruísse por causa das disputas entre as variadas elites que a integraram, lança significativas reflexões ao debate em torno da dinâmica do sistema bipartidário e das sublegendas presente na historiografia sobre o período ditatorial, ao defender que as sublegendas são vitais para a compreensão da política local nesse período, a exemplo de Alegrete. Isso porque, além de proporcionarem autonomia para os diretórios dos partidos elaborarem inúmeras estratégias políticas, elas aguçaram as disputas intra e interpartidárias, tornando necessário analisar as conjunturas afastadas dos grandes centros urbanos para problematizar a complexibilidade da ditadura civil-militar brasileira, muitas vezes entendida como uma grande estrutura repressiva monolítica.

No ambiente coiteense, as duas tendências, o PSD (herdeiros de Wercelêncio Mota) e o PR (liderados por Evódio Ducas Resedá), utilizaram do instrumento das sublegendas para a disputa pelo poder municipal, confirmando, assim, que ambas partilhavam do mesmo projeto político e continuaram disputando os cargos eleitorais entre si, sendo o traço diferencial quem ou qual grupo seria o protagonista e, portanto, conduziria essa esfera de poder.

As sublegendas garantiram a representação tradicional dessas oligarquias no município, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do país, assegurando extenso apoio civil à ditadura e autonomia das agremiações partidárias no município. Nesse sentido, corroborando com Lúcia Grinberg (2009), mais do que um artifício para vencer o MDB, a sublegenda era uma maneira de garantir as candidaturas de membros da Arena, que por longos anos tinham sido adversários políticos em campanhas eleitorais, bem como uma garantia de modificar o mínimo possível as relações de poder nos municípios, mantendo a realização das disputas entre os grupos locais através das eleições. Por outro lado, as sublegendas foram uma importante estratégia para o planejamento estrutural da Arena que “procurou responder aspectos fundamentais da tradição política no país: a importância dos estados e dos municípios” (GRINBERG, 2009, p. 69), garantindo, a partir da base oligárquica, um amplo respaldo social em um governo autoritário.

As eleições de 1972, além de evidenciarem a continuação dos embates entre os dois grupos coiteenses, propiciaram a reorganização política da elite sisaleira em torno de novas

lideranças, ou seja, desde esse pleito, o debate eleitoral em Conceição do Coité esteve polarizado entre dois empresários sisaleiros, que se tornaram grandes chefes políticos, Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira. As literaturas memorialísticas demarcam que, a contar desse período, as sublegendas da Arena passaram a ser identificadas pelas cores azul (Arena 1) e vermelho (Arena 2), sendo expressas nas letras das músicas das campanhas eleitorais.

Entretanto, ao analisarmos a edição n.º 31 do *Tribuna Coiteense*, publicada em junho de 1988, cuja manchete era uma entrevista com Evódio Ducas Resedá, *Evódio o pai da vermelhada*, compreendemos que a simbologia dessas cores nos grupos políticos coiteenses advinha do anterior sistema político. Indagado sobre ele ser um dos primeiros, juntamente com Vazinho, pai do entrevistador, a nomear os grupos pelas cores, Evódio Resedá, na época com 64 anos de idade, apresentou a seguinte lembrança.

Me recordo muito bem. Certa época, nos anos 60, chegou em nossa paróquia um padre italiano que não me recordo o nome. Sempre nas suas pregações me taxava de vermelho e comunista. Dizia ele que vermelho é o símbolo de comunista e com isso Oldemar Ferreira começou a divulgar aos eleitores da roça no Cartório Eleitoral que eu era vermelho, comunista etc. Quando Mitinho surgiu no cenário político, a coisa começou a dar mais ênfase com camisas, bandeiras e bonés vermelhos – foi quando seu pai talvez tenha notado pela primeira vez no comício da Onça-, e começou a pegar o nome (EVÓDIO..., 1988, p. 1-2).

Esse relato de Evódio Resedá lança subsídios para a nossa compreensão, em virtude de apresentar que o vermelho, possivelmente, era a cor ilustrativa da sua antiga agremiação, PR, sendo associado ao comunismo, devido aos desentendimentos com o pároco do período. Verificando o Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, encontramos registros do Padre Antonio Tarasahi, provavelmente o sacerdote lembrado por Evódio Resedá, sobre os desdobramentos desses conflitos. O primeiro deles, é um extenso registro, realizado em 3 de dezembro de 1965, fruto dos desentendimentos em relação à demissão de uma professora. Inicialmente, o sacerdote escreveu sobre a conjuntura política do município, destacando o seu despreço pelos membros do PR:

Desde a minha chegada nessa freguesia, notei que o povo está dividido em dois partidos: o PR, a maioria desse partido constitui o povo mau da cidade, inclusive os maçons pertencem a esse partido, e o PSD que representa o povo bêm [sic] dessa cidade. O PR, povo sagais [sic], se apodera dos pontos chaves da cidade como: ginásio, correio, clube, cooperativa, delegacia de polícia, da companhia telefônica e etc. para torná-los instrumentos políticos, mas nunca conseguiu ganhar a Prefeitura, apesar que luta com todos os meios, inclusive a violência durante a política, a mais de trinta anos (LIVRO..., 1965, p. 68.).

Interessante notar que o Padre não fez referência à simbologia das cores das agremiações, mas às legendas extintas em outubro daquele ano pelo AI-2, demonstrando a acomodação dos grupos rivais nas bases do governo ditatorial. Assim, eles continuaram as disputas pelos espaços de poder presentes no município, sobretudo os que mantinham vínculos com a administração do Estado. Apesar de poucos meses da expedição do AI-2, o reconhecimento dos grupos políticos coiteenses pelas antigas legendas nos ajuda a entender que, desde o sistema político anterior, as siglas dos partidos eram os principais elementos de distinção dos grupos entre os coiteenses.

Ainda no registro de 3 de dezembro de 1965, o Padre identificou Evódio Ducas Resedá como maçom e a sua agremiação política como composta de “gente mal” (LIVRO..., 1965, p. 68), pelo fato deles não concordarem com a demissão da Professora Maria Mota, do Colégio Wercelêncio Calixto da Mota, no qual Evódio Resedá era o presidente local da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), que administrava o referido colégio, pois ela estava “amaziada” com um homem, segundo o Padre, casado, despertando assim a frenesi dos defensores da moral católica e dos bons costumes:

Eu Pe. Antonio Tarashi, Vigário, Pe. Félix Autonitti, Vigário Coadjutor e o Teólogo Domingos Tamaino, ensinávamos no Ginásio local, “Wercelêncio Calixto da Mota”, quando uma funcionária, Maria Mota, viúva, abandona o lar com quatro filhos, e fogem da cidade com o fotografo, Luiz Santana, provocando o maior escândalo em todo tempo na cidade. Passado um mês o casal volta na cidade casados, uma vez que não podia casar na igreja pois o Luiz Santana era casado na igreja com quatro filhos. O corpo docente do Ginásio achou que a funcionária não tinha mais condições morais para continuar trabalhando no Ginásio. Eu estava como Diretor do Ginásio, pois o Diretor estava em lua de mel, e avisei ao presidente da campanha do Ginásio, Sr. Evódio Ducas Resedá, maçom, para que não permitisse a volta da funcionária, Maria Mota, no Ginásio, me foi respondido que o casal voltou casado no civil e que voltaria a trabalhar no Ginásio, como te fato voltou no dia seguinte. Os padres se retiraram do Ginásio, o Diretor Advogado Antonio Paraguassú Lopes, ao voltar da lua de mel pediu demissão e com ele mais quatro professoras. Os alunos do Ginásio fizeram greves e passeatas pelas ruas da cidade, com faixas, pedindo a volta dos Padres no Ginásio, o povo em geral queria o afastamento da funcionária Maria Mota e a volta dos Padres para o Ginásio, mas os chefes do PR, reunidos queriam a saída do vigário da freguesia, achando que eu pudesse, na política, ir contra eles, o PR. Os que foram contra os Padres querendo até difamá-los foram os seguintes: Evódio Ducas Resedá, Sizenando Ferreira de Souza o pior de todos, Edson Ferreira da Silva (Edinho), João Paulo Fragoso – espírita – Antonio Pinto (Toide), Antonio Nunes Gordiano Filho, Manoel Rios, embora arrependido, Mércio Pinto Passos, escreveu nos passeios da cidade contra os Padres ajudado por João Lopes Carneiro (Juica), Durval Silva Pinto, João Lopes de Carmo, Adalberto Mascarenhas, Oldaquio Amâncio, A. Emercina Rios (Dilzinha). Eu, Vigário, por mais de um mês, fui atacado e ameaçado até de morte por alguns do PR, cujos nomes aqui escrevi. No fim de tudo formei outro Ginásio chamado “Santa Teresinha”. (LIVRO..., 1965, p. 69).

Nesse trecho, o Padre demonstra interesse pelo afastamento da Professora Maria Mota, pois a conjugalidade era anticanônica e imoral, mas, quando a Professora e o seu parceiro remodelaram a conjugalidade, para os dirigentes do PR a transgressão fora extinta. Para os outros grupos que usaram estratégias políticas baseada na pressão e violências (como passeatas, greves, ataque e ameaças) a mácula gerada pela Professora ultrapassava a nova condição e poderia perverter as funções do colégio e no seu papel reprodutor de valores tradicionais.

Esse episódio, narrado pelo Padre Antonio Tarashi, ocorreu no período em que a Igreja Católica era uma das principais ferramentas anticomunistas no país e na qual, segundo Carla Simone Rodeghero (2017), compreendia o comunismo como um grande mal que estava presente nas mais diversas situações de vida social e política, visando subverter a ordem estabelecida. O discurso católico também entendia o comunismo como um sistema que não respeitava aquilo que as pessoas consideravam mais sagrado: a família, a religião e a propriedade.

A historiadora Carla Rodeghero (2017), através da metodologia e dos pressupostos da História Oral, discute, em *Memórias e Combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*, que nas regiões onde a presença institucional da Igreja Católica era mais intensa, foi possível constatar que os padres foram os principais difusores do anticomunismo. Por intermédio de suas pregações e de seu papel de liderança, os padres propagavam que o regime dominado pelo comunismo acarretaria a destruição da Igreja e, conseqüentemente, não haveria espaço para Deus. Além disso, ao analisar as encíclicas papais, Rodeghero (2017) destaca que foi no contexto do apoio da Igreja Católica aos regimes nazifascistas que o combate ao comunismo ganhou força, sendo novos elementos agregados ao conjunto de representações depreciativas sobre o que seria o comunismo e os comunistas durante a década de 1960.

Nesse sentido, o conflito entre o Padre Antônio Tarashi e Evódio Resedá, na questão em torno da demissão da Professora, pode ter influenciado o sacerdote a categorizar em seus discursos Evódio Resedá e o seu grupo de comunistas, como o próprio Evódio rememorou na sua entrevista concedida ao *Tribuna Coiteense*, pois, a decisão dele e de seus apoiadores em manterem no quadro de professores do colégio uma funcionária que desvirtuou os preceitos católicos, revelava a sua conduta contra a autoridade da Igreja Católica.

Entretanto, nos registros do Livro de Tombo, o Padre Antonio Tarashi não realizou a mesma categorização, isso não indica que a lembrança de Evódio Resedá em relação do Padre ter lhe atribuído a “pecha” de comunista seja falsa. É possível que tenha acontecido, visto que, no período da administração do Padre Antonio Tarashi, ocorreu a segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil, entre os anos de 1961 e 1964. Essa, por sua vez, foi

preponderante para o fechamento político que resultou no golpe civil-militar de 1964, tendo como principais propagadoras desse sentimento anticomunista as organizações conservadoras, como a Igreja Católica, a grande mídia, os militares e empresários (MOTTA, 2000).

Nessa conjuntura, provavelmente, o Pe. Antonio Tarashi tenha tentado despertar o sentimento anticomunista entre os coiteenses em relação à Evódio Ducas Resedá, ao argumentar com base na participação dele na maçonaria e na liderança de uma facção política, que dentre os seus integrantes tinham espíritas e maçons, bem como pela cor vermelha fazer parte da ilustração da sua agremiação. Entretanto, quando percebeu que os seus argumentos não eram consolidados entre os coiteenses, pois poderiam compreender que as relações sociopolíticas e econômicas estabelecidas por ele e seus correlegionários estavam bastante distantes do comunismo e das lideranças e partidos de tendência à esquerda, que também eram os alvos da onda anticomunista (RODEGHERO, 2017), não os categorizou de comunistas nos registros do Livro de Tombo. Além disso, a população deve ter compreendido os desentendimentos entre o Padre Antonio Tarashi e Evódio Resedá muito mais como uma faceta das rivalidades entre o PDS e o PR, do que um combate ao comunismo, uma vez que o sacerdote, em seus registros, aponta o apoio recebido por Manoel Antonio Pinheiro, então presidente da Câmara Municipal.

No processo eleitoral de 1963, às vésperas do golpe civil-militar de 1964, período em que a intensidade do anticomunismo esteve diretamente relacionada ao protagonismo político dos comunistas e de seus partidos, sendo um dos momentos mais acentuados no combate ao comunismo no Brasil (RODEGHERO, 2017), Evódio Resedá disputou o cargo de Prefeito Municipal com Antônio Ferreira de Oliveira, pertencente ao grupo de Wercelêncio Calixto da Mota, e perdeu a eleição com uma diferença de apenas 22 votos. Apesar desse embate eleitoral ser bastante disputado, não há, até o momento, registros de associarem o fato de Evódio Resedá ser maçom, comunista e nem como uma ameaça ao *status quo* dominante. A partir dessa pequena diferença de vantagem entre os candidatos e analisando a própria trajetória política de Evódio Ducas, podemos supor que ele e seus correlegionários não representavam uma ameaça à estrutura da sociedade coiteense, pelo contrário, contribuíam para a perpetuação dessa estrutura: católica, desigual e que limitava o campo político aos empresários do sisal e aos seus representantes.

Esse posicionamento continuou após o golpe de 1964, uma vez que na disputa eleitoral de 1970, também não há registros da associação de Evódio Resedá e da sua facção ao comunismo. Embora Evódio Resedá tivesse acumulado derrotas nos pleitos eleitorais não encontramos registros da apropriação do sentimento anticomunista como ferramenta de disputa

eleitoral ou justificativa do seu fracasso eleitoral. Ainda que o sentimento anticomunista não tenha alcançado força entre os coiteenses, os integrantes do PR entenderam que o conflito com o pároco coiteense, de alguma maneira, poderia reverberar na disputa eleitoral. Diante disso, moveram uma queixa-crime contra o Padre Antonio Tarashi o acusando de rapto de crianças, que, segundo o pároco, objetivava expulsá-lo e desmoralizá-lo do município:

O Professor Sizenado Ferreira de Souza, Evódio Ducas Resedá e Durval da Silva Pinto, pertencentes ao partido PR, lubridiaram [sic] a avó da menina e conseguiram uma procuração e assim formaram um processo contra o Vigário por rapto requerendo ao Juiz uma busca e apreensão. O Juiz Dr. Jader Machado Costa embora soubesse da história dos meninos, mas por ser maçom e simpatizante do mesmo partido, se prestou se prestou [sic] e serviu de instrumento para satisfazer as baixas paixões e desejo de vingança daqueles homens que só tinham por finalidade desmoralizar o Vigário e expulsá-lo da cidade. O povo da cidade e cidades circunvizinhas sabendo do quanto o Vigário tinha feito em benefício das crianças e tendo conhessimento [sic] do processo, ficou revoltado e tomam ódio contra tais baixos elementos. Oito advogados, revoltados com o ocorrido, se oferecem gratuitamente para defender o Vigário. Os quatro elementos supracitados, vendo a revolta do povo em geral, abandonaram o processo. (LIVRO..., 1966, p. 70).

Em 20 de janeiro de 1966, Padre Antonio Tarashi explicou a motivação desse processo devido ao acolhimento de duas crianças com tuberculose, recém órfãos, em sua residência, pois a comunidade os rejeitava, em razão do medo de adquirir a referida doença. Após realizarem tratamento durante seis meses, tendo o apoio do Médico Manoel Antonio Pinheiro, as crianças foram enviadas para os seguintes internatos: “o menino para a Escola Profissional de Menores da cidade de Jequié e a menina no Educandário Cristo Rei na cidade de Itambé” (LIVRO..., 1966, p. 69-70).

É interessante observar que nos seus relatos, o Padre Antonio Tarashi salientou que os sujeitos envolvidos nesses conflitos pertenciam à maçonaria e ao PR, como componentes que justificavam as suas ações, caso não fossem, poderiam ter atitudes diferentes, revelando o seu descontentamento com esses sujeitos e o seu grupo político. Além disso, o sacerdote utilizou da estratégia de registrar no Livro de Tombo os nomes dos representantes políticos envolvidos nos embates, como uma forma de proteção. Logo, caso fosse acometido por algum ato violento, esses políticos seriam os primeiros suspeitos, e, ao mesmo tempo, demonstrava o temor em sofrer violências por parte da facção política.

Retornando à conjuntura das eleições de 1972, supomos que as presenças de Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira nas lideranças das sublegendas da Arena possibilitaram a identificação das sublegendas pelas cores azul e vermelho, não necessariamente consolidadas em 1972 e nem devido à dificuldade de os eleitores distinguirem

os grupos políticos que eles pertenciam, uma vez que as literaturas memorialísticas situam que antes de Hamilton Rios pleitear o poder executivo, ele era correlegionário do grupo de Wercelêncio Calixto da Mota (OLIVEIRA, 2002, p. 88). Contudo, o objetivo era desvincular as suas trajetórias e das agremiações com as lideranças do anterior sistema político, bem como demonstrar alinhamento com o cenário da ditadura civil-militar ao abandonarem a identificação de suas sublegendas pelas antigas legendas PSD e PR. Isso não quer dizer que as anteriores lideranças não estivessem alinhadas às diretrizes estabelecidas pelos militares, mas pelo que analisamos nos discursos políticos publicados no *O Coiteense*, havia segmentos da Arena que entendiam a liderança de representantes advindos do anterior sistema político como entraves para o desenvolvimento das agremiações e, sobretudo, de novas lideranças locais.

O discurso da renovação política, da necessidade de um “sangue novo” no campo político coiteense, parece que pautou a campanha eleitoral de Hamilton Rios de Araújo, em 1972, uma vez que, em entrevista concedida ao jornal *Feira Hoje*, de circulação regional, na edição n.º 145, de 01 de fevereiro de 1973, esses componentes foram destacados por ele. “Falando ao FEIRA HOJE, o sr. Hamilton Rios de Araújo afirmou que sua vitória conseguiu derrubar uma velha política que há 38 anos mandava no município, e que ele é sangue novo para o progresso de Conceição do Coité” (HAMILTON ARAÚJO..., 1973, p. 5).

O próprio periódico enaltece essa perspectiva ao intitular o artigo sobre a posse e o plano de governo de Hamilton Rios no poder executivo municipal da seguinte forma *Hamilton Araújo, a Renovação de Conceição do Coité*. Nessa edição, o *Feira Hoje* disponibilizou o discurso proferido pelo então Prefeito eleito, realizado na Câmara de Vereadores, que conquistou, segundo o jornal, uma “vitória completa” ao conseguir eleger oito correlegionários no poder legislativo local, cada um sendo presenteado com um automóvel concedido por Hamilton Rios. O seu discurso foi marcado por agradecimentos aos seus eleitores, demarcando ser o Prefeito de todos os coiteenses, e de um político próximo aos pobres:

Fiz campanha ao lado dos pobres e recebi o abençoamento título de amigo dos pobres, e com este título governarei na tranquilidade de que, durante os quatro anos do meu governo, serei chamado de “Prefeito dos pobres” e, voltando à vida privada, me serpa revolido o título que mais estimo: “AMIGO DOS POBRES”. Assegurei e afirmo que governarei com os meus amigos, mas não fujo à participação dos que não me votaram, pois o meu governo será de paz e de justiça, de amor e de trabalho, havendo lugar para todos, de todos sou o Prefeito, quero realizar uma administração capaz de assinalar uma nova época, sob a égide do progresso e da concórdia na história do Município [sic] (HAMILTON: MEU..., 1973, p. 6).

Outrossim, Hamilton Rios de Araújo enalteceu que esse caminho de progresso e desenvolvimento de Conceição do Coité seguiria a conjuntura do golpe civil-militar de 1964,

compreendida por ele como “a salvadora Revolução de Março de 1964”, que possibilitou a presença dos militares e estadistas no governo do país, os definindo de “homens de bem e dignos”: “Sob a inspiração de Deus, espero, com vocês coiteenses, amigos meus, fazermos a revolução do desenvolvimento de nossa terra, o que vale ser dito, revolução sem R, como considero atualmente a revolução de 1964, ou seja: EVOLUÇÃO” [sic] (HAMILTON: MEU..., 1973, p. 6). Ele possuía o apoio de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e de João Durval Carneiro para conseguir esse objetivo, alianças que serão reforçadas ao longo de seus mandatos, como estratégia de demonstrar seu vínculo com a ditadura civil-militar e, sobretudo, o seu capital político (figura 7).

Figura 7 – Inauguração do Estádio Municipal de Conceição do Coité<sup>76</sup>



Fonte: Inauguração... (1974).

Ao analisar uma publicação da Prefeitura Municipal sobre os primeiros meses da administração de Hamilton Rios, é possível identificar que esse discurso do progresso e modernidade continuaram presentes durante a sua gestão, sendo expresso nas realizações administrativas: construção de escolas, melhoramentos urbanos e, sobretudo, o início do asfaltamento da BA 409, entre Conceição do Coité e Serrinha, um dos trechos da chamada Estrada do Sisal.

---

<sup>76</sup> Ao centro ACM, a sua esquerda João Durval, à direita Hamilton Rios.



Desperta a atenção, que, ao traçarem a trajetória do grupo político do então Prefeito, no item denominado *A Luta*, não houve referência às anteriores legendas, nem à sublegenda da Arena, mas de importantes personagens do antigo PR: “Bailon, Almir, João Lopes, Sizenando, Gildásio e outros que deixaram o convívio para viverem no coração. Continuou ainda Evódio. Evódio como época de uma luta possuída de um fim heroico, carente de um princípio estratégico. Uniu-se pôr fim a Everton. E surgiu” (CONCEIÇÃO..., jul. 1973, p. 5). Sendo os cinco primeiros os principais representantes: “caracterizam, justificam e sempre serão o maior símbolo desta nossa luta. Foram antes de tudo homens” (CONCEIÇÃO..., jul. 1973p. 4).

É plausível que o enaltecimento em relação aos primeiros representantes citados em detrimento a Evódio Ducas Resedá seja justificado por terem falecidos, entretanto Evódio Resedá não era uma figura qualquer, foi um dos fundadores do PR e liderou a agremiação por muitas décadas. Nesse sentido, atribuir o seu “surgimento” devido à sua aliança com o irmão de Hamilton Rios, Everton Rios de Araújo, também empresário do sisal, e situá-lo como carente de estratégias, apresenta indicativos de que, após a vitória de Hamilton Rios de Araújo, a sua liderança na facção política não era a mesma que a dos anos anteriores. Ademais, chama a atenção que apenas o título da publicação e as referências ao governo de Hamilton Rios, presentes na capa e contracapa, estavam na cor vermelha (figura 8).

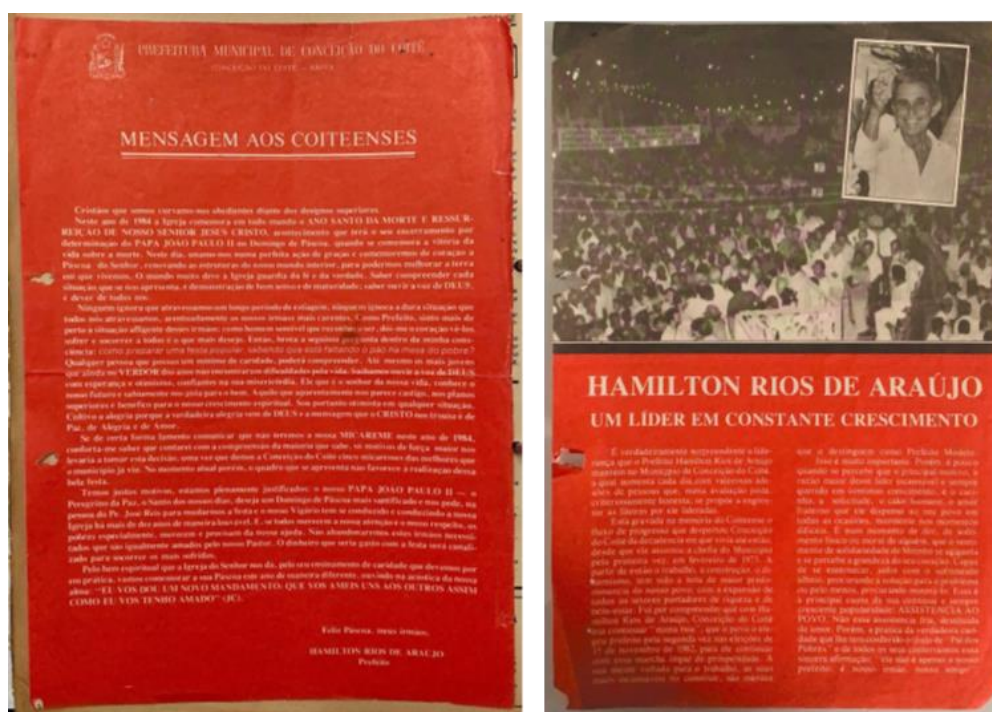
Figura 8 – Capa e contracapa da publicação sobre os primeiros meses da administração de Hamilton Rios de Araújo.



Fonte: Arquivo Pessoal de Vanilson Lopes de Oliveira.

Um pequeno detalhe, mas que, diante dessa análise, demonstra o esforço de construir uma nova identidade para a agremiação, encontrando na simbologia das cores, bem como no distanciamento da anterior legenda, PR, importantes recursos para essa ação, que nos anos 1980, já estava consolidado. Podemos perceber isso em algumas publicações da segunda gestão de Hamilton Rios, ocorrida entre 1983 e 1988 (figura 9).

Figura 9 – Cartas relacionadas à administração de Hamilton Rios de Araújo.



Fonte: Arquivo Pessoal de Vanilson Lopes de Oliveira.

Diante desse cenário, compreendemos que a simbologia das cores como identificadoras das sublegendas da Arena foi consolidada durante os embates dessas novas lideranças, Hamilton Rios de Araújo, comandando os *Vermelhos Situacionistas*, e Misael Ferreira de Oliveira, regendo os *Azuis*. A cor azul também advinda do antigo sistema político, em virtude da anterior agremiação de Misael Oliveira, o PSD, possui o azul como ilustração da marca do partido. Ao longo dos anos, a simbologia das cores foi cristalizada, sobretudo pelos memorialistas, em duas principais versões sobre os motivos que influenciaram o reconhecimento das sublegendas da Arena pelas cores azul e vermelho.

A denominação de “vermelhos” e “azuis” começou a surgir no comício de Hamilton Rios, organizado para o povoado de Juazeiro. Naquele mesmo dia, Gervásio Lopes (Vazinho), estava ao lado de Miguel da Farmácia, juntamente com outros colegas, no povoado de Onça, a três quilômetros de Juazeiro, onde seria organizado um comício em prol de Misael Ferreira, (candidato a prefeito pela Arena 1). Inesperadamente, aparece uma caravana toda trajada de

vermelha, conduzindo algumas mães-sacodes de igual cor. Surpreso, Gervásio chamou a atenção dos colegas para assistirem à passagem dos “Vermelhos”. O mais interessante é que, naquele dia, sem perceberem, estavam os mesmos trajados de azuis, assombrando os “Vermelhos” com clamor, que passaram a revidá-los, chamando-os de “Azuis”!!! “Azuis”!!! A denominação ficou conhecida que até hoje os partidários de Hamilton Rios são chamados de “Vermelhos” e a oposição de “Azuis”. (OLIVEIRA, 1996, p 129).

Evódio Resedá era Maçom, e Maçom na época era coisa do demônio, bode preto, vermelho, comunista. Começava aí a divisão de águas coloridas. A situação da qual Evódio era opositor passou a chamá-lo de bode preto, maçom, demônio, vermelho, comunista “Ele é vermelho, cor do diabo. Nós somos azuis, cor do céu” – diziam os futuros “azuis”. Na campanha de Hamilton Rios (Mitinho), uma reunião de mulheres (a ala feminina do grupo), aprovou a cor vermelha [...] surgindo nos comícios bandeiras vermelhas [...] (LOPES, 2006, p. 103).

A primeira versão é baseada no depoimento de Gervásio Lopes de Oliveira, conhecido popularmente de Vazinho, pai de Vanilson Oliveira, correlegionário dos *Azuis*, concedido ao *Tribuna Coiteense*, em janeiro de 1988, quando ele tinha 57 anos de idade, não exerceu nenhum cargo eletivo, mas mantinha proximidade com as lideranças do partido, a exemplo, de Manoel Antonio Pinheiro. A segunda foi registrada no livro de memórias de Roberto Pinto Lopes, um dos principais marqueteiros políticos coiteenses e editor do *O Coiteense, Vitórias de Amor e Paixão por Coité*, publicado em 2006.

Embora as versões apresentem eventos distintos, as duas exibem pontos semelhantes: revelam como as disputas políticas englobam argumentos propagandísticos baseados em dicotomias e hierarquias, entre diabo e céu, vermelho e azul, comunista e anticomunista, entre certo e errado, norma e desvio político; certo e errado, norma e desvio político; expressam as disputas políticas em discursos religiosos, projetavam-se no e pelo religioso; evidenciam uma memória *fundida*, construída pelas experiências vividas nas campanhas eleitorais e no conflito político de seus agentes, norteadas pela dialética da lembrança e do esquecimento (NORA, 1993).

Desse modo, apesar de Roberto Lopes situar o sentimento anticomunista, direcionado à Evódio Ducas Resedá, como definidor das cores dos grupos, compreendemos que essa perspectiva não foi responsável pela identificação das agremiações, pois ao analisar os embates políticos do período, inclusive nas publicações do *O Coiteense*, não encontramos o sentimento anticomunista como um recurso utilizado pelos adversários políticos de Evódio Resedá.

Por outro lado, se o anticomunismo estivesse presente nos debates dos grupos, acreditamos que dificilmente um grupo de mulheres, em uma sociedade, majoritariamente,

católica, decidiria em aprovar um dos significativos símbolos do comunismo como principal material de campanha política. Da mesma maneira, um evento em que não houve uma combinação, um acordo prévio, as pessoas de um lado aparecerem com vestimentas azuis e, do outro lado, com cores vermelhas, evidencia um artifício da memória, ainda mais, ao situar a presença de um adereço carnavalesco da década de 1990. Ao analisar a entrevista de Vazinho ao *Tribuna Coiteense*, percebemos que ele não cita o referido adereço. Assim, é possível a presença das cores azul e vermelho nos materiais produzidos para a campanha das agremiações que pleitearam o poder local nas eleições de 1972, nossa questão não se situa em desconstruir essa memória, compreendemos, a partir das fontes investigadas, que as cores já estavam presentes nas disputas anteriores, mas não eram as principais definidoras da identidade dos grupos políticos, as legendas extintas, PR e PSD, possuíam maior capital simbólico no início da organização desses grupos nas sublegendas da Arena.

Figura 10 – Comício dos *Vermelhos situacionistas*, em 1972



Fonte: Comício..., 1972.

A figura 10, tendo Hamilton Rios de Araújo ao centro, é o registro de um dos comícios da primeira eleição ao executivo municipal disputada por Hamilton Rios, em 1972, acompanhado à sua esquerda pela sua esposa, Ana Maria Passos de Araújo, segurando um adereço de fitas, possivelmente material responsável pela disfunção e distorção da memória de que nesse período os grupos políticos faziam o uso do adereço carnavalesco, mamãe-sacode, nas campanhas políticas. Já à sua direita, se encontra a senhora Nilzete, apoiada em uma haste

envolvida com um tecido, provavelmente uma bandeira, e, apesar dessa fotografia não ser colorida, supomos que as cores da bandeira e das vestimentas deles são vermelhas.

Destarte, a simbologia das cores, como definidoras da identidade das sublegendas, é consolidada no intuito de fortalecer a constituição das novas lideranças dos grupos por elementos distintos dos chefes das agremiações extintas, sobretudo para ampliar as redes de poder dessas lideranças com outros chefes políticos como, por exemplo, Deputados e Governadores, visto que o reconhecimento das sublegendas, mantendo as siglas dos partidos antigos, em plena década de 1970, poderia acarretar alguns entraves políticos.

O esforço dos representantes regionais da Arena nas convenções municipais, analisadas anteriormente, para que os grupos coiteenses inicialmente apresentassem uma candidatura única como forma de dissipar as rivalidades oriundas do antigo sistema político, é um significativo aspecto para o nosso entendimento. Somado a esse contexto, há a aproximação de Hamilton Rios de Araújo com ACM e, sobretudo, com João Durval Carneiro, e os mandatos de Misael Ferreira de Oliveira, na Assembleia Legislativa da Bahia (1962-1966; 1966-1970; 1987-1991).

A memória do surgimento do jogo de cores em torno das candidaturas de Hamilton Rios e Misael Oliveira contribuiu para consolidar uma visão reduzida de que, a partir de 1972, ocorreu uma renovação nos quadros políticos coiteenses, escamoteando a trajetória desses indivíduos nas antigas agremiações e a continuação das elites do antigo sistema político, sobretudo as sisaleiras, no poder local ao longo da ditadura civil-militar e a Nova República. Desperta a atenção que, durante a transição política, a legenda que reúne as agremiações oriundas da Arena, o PDS, possuía as cores azul e vermelho na ilustração de sua sigla (figura 11), elemento que pode ter fortalecido a continuação da identificação dos grupos políticos pelas cores, uma vez que também prosseguiram organizados em sublegendas do PDS.

Figura 11 – Ilustração da sigla do PDS



Fonte: Logo..., [s. d.].

É interessante perceber que esse contexto, em que ocorre a reorganização política da elite sisaleira, expressa nas novas lideranças da Arena em Conceição do Coité, possuidoras de um rico capital financeiro oriundo da indústria do sisal e principais beneficiadas pelo “milagre econômico” nessa localidade, de certa maneira, se articula com o processo de reorganização da Arena no plano nacional:

Entre os meses de janeiro e abril de 1972, realizaram-se as convenções municipais, regionais e a Convenção Nacional da Arena. Nesses encontros, as novas comissões executivas e os novos diretórios tomaram posse. Nos dias 22 e 23 de abril de 1972, realizou-se a IV Convenção Nacional, em Brasília, com a aprovação dos novos Estatutos, Código de ética e Carta de Princípios. Nessa convenção, Filinto Müller tomou posse na presidência do Diretório Nacional. Poucos dias mais tarde, em reunião com as bancadas do partido, iniciou a sessão, apresentando-se como mediador entre o partido e o governo, tendo em vista o objetivo comum do “fortalecimento das nossas instituições e o fortalecimento do maior respeito ao poder Legislativo” (GRINBERG, 2009, p. 111).

No plano nacional, essa dinâmica de reorganização interna perpassava a Arena, devido às pressões realizadas pelo governo após o resultado da votação de licença para processar o Deputado Márcio Moreira Alves e a edição do AI-5, tendo como objetivo controlar fortemente os arenistas. Lúcia Grinberg (2009, p. 131) defende que, de 1969 a 1973, os arenistas disputaram com o governo a margem de autonomia possível para o exercício das atividades do partido nas eleições e no Congresso Nacional, no qual o debate existente naquele período, relativo à legislação partidária e eleitoral, indicava que de alguma maneira os membros da Arena procuravam manter o controle de suas atividades, “defendiam a continuidade e a expansão das condições do exercício da própria política parlamentar” (GRINBERG, 2009, p. 184).

A documentação pesquisada não nos possibilitou compreender a dinâmica empreendida na convenção municipal da Arena em Conceição do Coité, que resultou na reorganização das suas sublegendas em torno de novas lideranças partidárias. Todavia, analisando a composição dessas sublegendas, sendo elas formadas por membros dos antigos partidos PSD e PR, acreditamos que as rivalidades oriundas do antigo sistema partidário no qual esses políticos estavam reunidos, como também a manutenção de práticas clientelistas, foram fundamentais para nortear suas agremiações em torno de dois poderosos empresários da indústria sisaleira dessa região. Essa reflexão é motivada ao perceber que as narrativas memorialísticas mencionam que a participação de Hamilton Rios de Araújo na política partidária foi influenciada pela derrota eleitoral de Evódio Resedá, em 1970, e pelo esforço empreendido

tanto por ele quanto por Misael Ferreira de Oliveira para conseguirem o objetivo de se candidatarem a Prefeito Municipal nas eleições seguintes.

Diferente de Hamilton, Misael Ferreira já possuía uma madura carreira política no município, mas, assim como ele, possuía uma vantajosa posição econômica conquistada através da produção e exportação do sisal. As narrativas memorialistas sobre esse período apresentam Hamilton Rios como um herói que conseguiu, em apenas um único pleito, derrotar o hegemônico grupo político herdeiro de Wercelêncio Calixto da Mota. Desse modo, o grande feito de interromper a continuação desse grupo no poder local foi conquistado pela sua ação assistencialista e clientelista, realizada junto à população mais pobre do município.

Durante dois anos, fez isso, e muito mais: doou cestas básicas, materiais de construção: (cimento, tijolos, blocos, telhas...), passagem de ônibus e outros benefícios, a ponto das pessoas denominá-lo de “pai dos pobres”. [...] Foi, a partir dessa campanha, que se delibrou em definitivo o clientelismo e o assistencialismo: “o toma-lá-dá-cá”. Muito antes, esse clientelismo era feito disfarçadamente pela política dos “coronéis”: João Amâncio, Wercelêncio, Eustórgio Resedá e muitos outros, e, também, pelo comerciante Theocrito Calixto que doava uma gravata, um sapato, ou meia, para quem votasse nele. (OLIVEIRA, 2002, p.79).

O interessante dessa memória é reforçar a ideia de que as práticas clientelistas tinham legitimidade no jogo político em torno das disputas entre *Vermelhos* e *Azuis*, pois os principais representantes da política coiteense realizaram constantemente essas práticas em seus embates eleitorais, o clientelismo era responsável pelas suas sucedidas trajetórias políticas. Destarte, aquele que tivesse mais recursos para sustentar as relações de clientela, tinha mais chances de ser vitorioso, pois a experiência histórica das rivalidades pelo poder político nessa sociedade revela que as práticas clientelistas era um componente importante do comportamento político dos eleitos e dos eleitores.

A campanha de Misael Ferreira para Deputado, desse município, foi totalmente sustentada pelos seus companheiros de partido, quando ele aparecia ocasionalmente em dias de comício. Na semana da eleição, numa reunião na chácara de Eliana, fora feito um rateio entre o grupo, para que na sexta-feira (véspera da eleição), Misael pudesse dá ao povo 2.000 sacos de cimento e rolo de arame, e assim levantar a moral da sua campanha, culminando numa votação de apenas 7.000 votos, onde poderia ter tido 10.000 – no claro exemplo do que ocorreu em Salgadália onde ele próprio (Misael) garantia uma frente de 1.500 votos e obteve apenas 1.058. (NÃO VAMOS..., 1987, p. 2).

O relato de Roberto Pinto Lopes, principal coordenador político das campanhas eleitorais dos candidatos pertencentes aos grupos hegemônicos de Conceição do Coité durante o século XX, publicado, em 1987, no seu jornal *O Coiteense*, expõe, ao que parece sem nenhum

constrangimento, que as práticas clientelistas, além de serem estratégias importantes para “levantar a moral” da campanha eleitoral dos candidatos e prejudicar os opositores, era um instrumento legítimo nos embates eleitorais em que fortalecia o entendimento, tanto para os candidatos quanto para os eleitores, de que as ações políticas deveriam ser baseadas na clientela. Quiçá, para muitos, o ato político se limitava nessa relação, criticar ou combater esse comportamento nessa sociedade poderia provocar retaliações.

Por outro lado, essas narrativas instrumentalizam construir e perpetuar uma memória política desses grupos ligadas às relações de poder oriundas do contexto do coronelismo da Primeira República no qual o personalismo, o mandonismo e o clientelismo foram as bases do sistema político desse período. Legitimar as lideranças de Hamilton Rios e de Misael Ferreira às práticas advindas da Primeira República como elemento para a garantia do poder dos seus grupos, os comparando aos perfis políticos dos coronéis João Amâncio, Wercelêncio Mota e Eustórgio Resedá, e fortalecer as suas agremiações pela simbologia das cores, foi mais confortável do que situar uma memória que os seus embates aconteceram dentro do contexto da ditadura civil-militar, uma vez que as cores ganharam mais notoriedade e foram consolidadas na memória coletiva dos coiteenses do que a legenda do período, Arena.

Reforçar a memória de que foi a partir do embate eleitoral dessas lideranças que o campo político coiteense foi dividido entre *Vermelhos* e *Azuis* sem fazer nenhuma referência ao significado das sublegendas instituídas pelo sistema político do período do governo dos militares, contribui para o esquecimento de como esses grupos políticos se acomodaram nas bases do sistema ditatorial, ainda mais, de como suas lideranças foram beneficiadas pelas medidas econômicas da década de 1970, fundamentais para aprofundar os índices de desigualdades nessa Região Sisaleira.

Na arena política, o grupo que irá associar as agremiações coloridas de Conceição do Coité como oriundas dos 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil, principalmente durante as campanhas eleitorais, a contar de 1988, foi formado pelos leigos católicos considerados de “progressistas”, que fundaram o PT local, em 1986, e adentraram na disputa pelo poder político enfrentando os *Azuis* e os *Vermelhos*. Esse grupo formado por homens e mulheres difundiram, como uma das estratégias para minimizar as forças políticas dos empresários do sisal, uma memória sobre as agremiações coloridas vinculadas à ditadura, principais beneficiadas desse período, se desenvolveram nas bases de sustentação dos governos militares.

### **3.5 Trajetória política dos “Comunistas de Cristo” anterior ao PT e à Igreja Popular**



Ao analisar as fontes jornalísticas, evidenciamos que Arivaldo Ferreira Mota é o único leigo, fundador do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, a ter os aspectos da sua trajetória anterior ao PT sendo registrados pelos periódicos. Em março de 1978, o *SOJOC Jornal Jovem*, ao noticiar sobre os novos dirigentes da Liga Coiteense de Futebol (LCF), destacou o empenho de Arivaldo Mota nos preparativos da posse da nova diretoria e o seu trabalho na LCF, o categorizando da seguinte maneira: “Arivaldo ‘Dedicação’, preparou o dia da posse da nova diretoria, com a certeza de que os eleitos prosseguissem o seu trabalho com o mesmo êxito. Usando a expressão, Arivaldo ‘Dedicação’, afirmou que a LCF estava com a sua documentação legalizada.” (NOVOS..., 1978, p. 7). Um ano depois, o jornal publicou sobre as atividades desempenhadas por Arivaldo Mota na Associação Cultural Castro Alves (ACCA), popularmente conhecida como o Clube ACCA, na promoção da Festa do Livro para reconstituir a biblioteca da associação (ACCA, 1979).

Em 1980, o Boletim do Esporte, nome anterior do jornal *Tribuna Coiteense*, também relatou sobre as suas atividades à frente da ACCA, “associação mantida mensalmente pelos sócios, oferecendo espaços de lazer, por exemplo, aulas de natação, quadra esportiva e festas” (MENSALIDADES..., 1980, p. 1). No seu depoimento, Arivaldo Mota contou que o convite para administrar a ACCA foi realizado devido ao êxito de sua presidência na LCF, assumindo o cargo de presidente diante das dificuldades que a associação enfrentava: “na época, o clube estava passando por dificuldades devido uma má administração, eu já tinha o conhecimento, por conta da contabilidade. Como o povo já conhecia o meu trabalho, então sugerirão o meu nome para presidente do clube” (MOTA, 69 anos, 2021).

A ACCA, fundada pelo Professor Sizenando Ferreira de Souza, se tornou a principal responsável pelo desenvolvimento e consolidação da Micarême entre os coiteenses, durante as décadas de 1950 e 1960. Além dos tradicionais bailes que passaram a acontecer na sede do clube, a ACCA capitaneou os festejos de rua, aumentando os dias da folia, entre o *Sábado de Aleluia* e a terça-feira da semana seguinte, os coiteenses vivenciavam um autêntico “carnaval fora de época”. Durante a década de 1960, a direção da ACCA diversificou a folia implementando bailes infantis, concursos de fantasias e da escolha da rainha da festa, iluminação e ornamentação das ruas, com o apoio da Prefeitura Municipal, e, principalmente, o fomento de trios elétricos para a animação dos foliões.

Na medida em que a Micarême foi se consolidando na sociedade coiteense, as disputas de poder pela direção da ACCA, principalmente pelos políticos coiteenses, aumentaram. A partir da análise das publicações do periódico *O Coiteense*, a associação parecia ter se tornado uma espécie de laboratório para futuros gestores públicos e um instrumento de fortalecimento

do grupo hegemônico local, inclusive Hamilton Rios de Araújo, antes do seu primeiro mandato público, fez parte da diretoria dessa associação, sendo o mais votado para assumir uma vaga no Conselho Deliberativo na entidade, em dezembro de 1969. (AMANHÃ..., 1969, p. 2).

Essa conjuntura é percebida no depoimento de Vanilson Lopes de Oliveira, quando ele narra sobre a sua inserção no campo político coiteense. A ligação do seu pai ao grupo da oposição, os *Azuis*, sendo próximo do Médico Manoel Antonio Pinheiro, teve grande influência no seu engajamento a esse grupo, durante a sua juventude. Ao rememorar a sua adesão ao grupo dos *Azuis*, Vanilson Oliveira destacou importantes espaços de ativismo político realizados por ele. O primeiro deles foi a fundação do *Tribuna Coiteense*, juntamente com Mário Silva, que já possuía um jornal esportivo: “Eu tive a ideia de colocar o nome Tribuna Coiteense, porque eu gostava de ler o Tribuna da Bahia, um jornal com viés esquerdista. Então, fundamos o jornal Tribuna Coiteense” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

Já o segundo espaço era mais festivo, característico das campanhas eleitorais, denominado de “sambão”, realizados pela *Turma da Baixada*, em que ele e o Professor Wilson Carneiro organizavam na lanchonete do seu pai, onde agregava setores da juventude, possivelmente, ligados à agremiação política: “E a gente tinha um sambão, fazia movimentos todas as semanas, chamava atenção, criamos aquelas camisas festivas, a festa de camisa de Coité era nossa [...] começamos a gostar da coisa, foi assim que fui infiltrando na política” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). E, por último, o terceiro espaço era o Clube dos 50, em detrimento ao clube ACCA:

Existia o Clube dos 50 e o clube ACCA. O Clube dos 50 era associado ao povo de Misael, e o ACCA aos vermelhos. O grupo dos 50 já estava assim abandonado, festa de dois em dois meses, três em três meses. Como eu era ligado ao grupo, falei na época com Dr. Pinheiro: aquele clube está abandonado, vamos movimentar. Eu vendo o lado político da coisa, já analisando o clube ACCA no auge e a gente sem poder usar o nosso. Existia algumas situações, não vou ao clube ACCA porque só tem gente do grupo adversário, eu vou para o outro clube porque era mais ligado a minha família, essas coisas todas. Ele [Dr. Pinheiro] disse: se quiser pegar, pode pegar. Também falei com Epifânio Ferreira Simões, que era o ex-presidente, falei com Carneiro que era presidente. Disseram: Se quiser pegar, pode pegar (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

Esse relato de Vanilson Oliveira nos leva a compreender que as disputas entre os grupos políticos moldavam também o cotidiano dessa sociedade, no qual os espaços sociais igualmente eram envolvidos por questões políticas, giravam em torno do ser *Vermelho* ou ser *Azul*. Cabe registrar que Arivaldo Ferreira Mota demarcou o início da sua trajetória na política partidária a partir da fundação do PT, em 1986. Antes disso, ele comentou não ter se envolvido com a

política partidária e nem participado de nenhum movimento nesse sentido, a ponto de seus familiares não terem o conhecimento do grupo e das pessoas nas quais eram concedido o seu voto nas eleições. Diante disso, entendemos que as atividades desempenhadas nas principais instituições desportivas do município, em meio a uma conjuntura de embates por cargos e espaços dessa natureza pelos grupos políticos coiteenses, demonstram a sua inserção no campo político dessa sociedade, não há como dissociar essa trajetória dos vínculos familiares com os *Vermelhos*.

Nesse período, as empresas de Hamilton Rios eram atendidas pelos serviços contábeis do escritório fundado por Arivaldo Mota e seus irmãos, o *Grupo Contábil Mota*, que ainda possuíam a *Gráfica Tipopel*, e possivelmente prestava serviços à prefeitura, agrega-se a esse contexto, o fato de Arivaldo Mota advir de um núcleo familiar, em sua maioria, eleitores dos *Vermelhos Situacionistas*, posição fortalecida, após o seu irmão, Aduino Ferreira Mota, contrair matrimônio com uma das sobrinhas de Hamilton Rios: “por Aduino estar envolvido, casou-se com uma sobrinha de Hamilton Rios, talvez por conta disso, arranhou emprego para as irmãs, arranhou ‘virgula’, era necessidade, mas por conta disso, talvez o voto da família, começou a pegar um e outro” (MOTA, 69 anos, 2021).

Nosso entendimento não deprecia a competência e habilidade de Arivaldo Mota na gestão dessas instituições, bem como a sua exemplar conduta, mas a presença dele nesses espaços de poder e as relações familiares com os *Vermelhos Situacionistas*, além de evidenciar o prestígio social adquirido, revelam as nuances das relações de poder presentes nessa sociedade da qual o próprio Arivaldo Mota era alcançado. Mesmo não sendo filiado às agremiações coloridas, ele se relacionava com a constelação dos partidos existentes, pois as esferas de poder exercidas por essas agremiações não se situavam apenas nos limites partidários e nos embates eleitorais.

Entretanto, o depoimento de Arivaldo Mota possibilita a compreensão de um contexto familiar permeado por embates e contradições em torno das questões políticas, sobretudo reservando-a no lugar do não dito, do evitável em torno das relações estabelecidas entre os familiares, a fim de não gerar constrangimentos e conflitos, uma vez que essas questões eram evitadas entre os seus irmãos no escritório. Por outro lado, a perspectiva do silenciamento em torno dessa trajetória demonstra o trabalho de enquadramento da memória na dinâmica do presente ao demarcar uma narrativa distante daquele contexto político e atrelá-la apenas ao seu protagonismo no PT.

Componente também observado no relato de Joilson Marcos Araújo, uma vez que um dos políticos que tiveram grandes saldos eleitorais na década de 1980 foi o seu tio Diovando

Carneiro Cunha, o qual conquistou, junto aos *Azuis*, uma das cadeiras da Câmara Municipal em 1982, sendo o mais votado, e foi Vice-prefeito entre 1989 e 1992, compondo a chapa dos *Vermelhos Situacionistas*. A trajetória do seu tio Diovando Cunha não implica em um vínculo de Joilson Araújo às lideranças das agremiações coloridas, mas sugere um núcleo familiar envolvido com esses segmentos que, de alguma maneira, influenciou na sua inserção na política partidária.

Na *nova* abordagem da história política, o estudo do político é entendido não apenas em seu sentido *tradicional*, mas em nível das representações, dos imaginários sociais, da memória e nas diversas esferas do exercício do poder. A noção de poder ganhou novos contornos, principalmente a partir dos estudos de Michel Foucault (2010), sendo vislumbrado para além da esfera do Estado, uma vez que “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado” (FOUCAULT, 2010, p. 221). Nesta perspectiva, Maria de Fátima Silva Gouvêa (2007) argumenta que esse entendimento amplo sobre o poder talvez tenha sido a marca mais forte da *nova* história política, o poder é compreendido como um elemento que possibilita organizar a trama social mediante o uso de saberes, sendo atribuído numa relação, não sendo apenas dominação, mas, também, troca, depende igualmente de uma crença compartilhada na autoridade (GOUVÊA, 2007, p. 12).

Destarte, a trajetória de Arivaldo Mota na presidência da LCF e da ACCA reforça o nosso entendimento sobre como esses espaços teciam relações com o campo político, ao ponto do próprio Arivaldo ter recebido convites para se candidatar ao cargo de Vereador, devido aos serviços prestados na presidência dessas entidades. Indagado se um desses convites partiram dos *Vermelhos Situacionistas*, Arivaldo Mota disse que advinham de outros partidos, dos dissidentes dos *Vermelhos*, por exemplo, Walter Ramos Guimaraes (PDS), na época Prefeito Municipal, que conquistou a cadeira do executivo apoiado por Hamilton Rios de Araújo, em 1976: “eu era o presidente do clube, ele me chamou e me perguntou se eu não queria ser candidato a Vereador. Como eu era contador, preferi não me manifestar politicamente, assim, descartei essa possibilidade” (MOTA, 69 anos, 2021).

É evidente que a conduta social e moral de Arivaldo Ferreira Mota, bastante respeitado por representantes políticos do município, era um componente importante para qualquer agremiação o ter em suas fileiras partidárias. O editor dos jornais locais e principal marqueteiro das campanhas políticas dos grupos hegemônicos coiteenses, Roberto Pinto Lopes, afirmou que Arivaldo Mota era “excessivamente íntegro para comungar com o jogo de interesse e os subterrâneos da política” (QUEM..., 1987, p. 4). Esse aspecto foi percebido em entrevistas com membros dos grupos hegemônicos coiteenses, publicadas nos jornais locais, como a realizada

com o Médico piauiense, Antonio Mascarenhas. Naquele período, ele residia no município e era membro do PMDB, ao se referir sobre Arivaldo Mota, o caracterizava como “uma das reservas morais de Coité (em gênero, número e grau)” (DR. ANTONIO, 1987, p. 4).

As depoentes Meyre Sandra Oliveira e Zenilda Mota não eram filiadas a partido político antes da fundação do PT, relataram que também não acompanhavam as atividades realizadas pelos grupos hegemônicos locais, porém elas possuíam familiares que apoiavam tanto os *Azuis*, quanto os *Vermelhos*. Distante dessa realidade coiteense, Margarida Ferreira Gomes e Antonio Fernando de Araújo Santos tiveram uma trajetória política em Salvador. Margarida Gomes narrou que seu engajamento no campo político foi motivado quando participava do Diretório Acadêmico da faculdade onde cursou Pedagogia, se envolvendo nas atividades do PT da capital, mas se filiou ao partido pelo Diretório de Conceição do Coité, em 1992. Antonio Fernando Santos narrou a trajetória do seu irmão mais novo, Acácio, como responsável pelo seu engajamento na política partidária, uma pessoa bastante politizada e uma importante liderança estudantil de Uruçuca, se tornou bancário, tendo uma importante trajetória política:

Ele foi uma espécie de guru para mim, ele participou da fundação do PT, da fundação da CUT [Central Única dos Trabalhadores]. Ele, durante a ditadura, esteve na França, fugindo da ditadura, passou 6 anos fora do Brasil, entre Chile e França. Esse sujeito quando voltou da França, passou dois meses percorrendo a Bahia, atrás de técnicos agrícolas, porque ele sendo técnico agrícola tinha a pretensão de fazer a associação dos técnicos agrícolas, porque eles estavam vinculados ao CREA [Conselho Regional de Engenharia e Agronomia] que não olhava o lado dos técnicos, só dos engenheiros, engenheiros agrônomos, um bocado de engenharias. E eles ficavam de fora das atividades, eles criação a associação dos técnicos da Bahia para ter voz. Eu estive sempre na periferia dessas coisas. Eu virei contador da CUT, por conta dele. Ele era da direção e queria uma pessoa de confiança na contabilidade. A contabilidade da CUT que era feita em papel de embrulho, só com pedaço de papel de embrulho dizendo que era o valor de uma passagem de um lugar para outro. Nós conseguimos organizar, ter um mínimo de luz sobre as contas da CUT que não era CUT, era Instituto Nacional de Formação. Naquela época, você não podia criar uma Central de Trabalhadores, porque ainda estávamos na ditadura. Esse sujeito foi superando as dificuldades que a ditadura impunha a população, principalmente a população política que tinha interesses políticos e que normalmente contrariava o que a ditadura queria (SANTOS, 73 anos, 2021).

Os relatos de Margarida Gomes e Antonio Fernando Santos evidenciam um engajamento na política partidária divergente dos demais depoentes, a partir de uma experiência em movimentos sociais, no caso de Antonio Fernando também pela militância política do seu irmão, que oportunizaram participar das atividades realizadas pelo Diretório do Partido dos Trabalhadores da capital baiana, se filiando ao partido desde 1989, ano em que ingressaram nas atividades do PT coiteense.

O leigo, Adalberto Neres Pinto Gordiano, igualmente possuía uma trajetória política partidária antes de se filiar ao PT e apresentou uma candidatura ao legislativo municipal junto aos *Azuis*, sob a legenda do PSDB, em 1996. Apesar de advir de um núcleo familiar eleitor dos *Vermelhos*, Adalberto Gordiano ingressou na agremiação liderada por Misael Ferreira de Oliveira motivado pelo seu cunhado André Gordiano, então membro dos *Azuis*, e pelos Padres Luiz Rodrigues e Elias Cedraz, bem como pela experiência constrangedora que vivenciou com representantes dos *Vermelhos Conservadores*, quando trabalhava na Câmara Municipal: “percebi que o grupo que administrava Coité, os *Vermelhos*, não era aquilo que eu pensava sobre a justiça social. Também tive atritos políticos em conversas de trabalho com o próprio Prefeito da época, Vertinho” (GORDIANO, 48 anos, 2022).

Adalberto Neres Pinto Gordiano narrou que sua candidatura foi proposta por membros do MCC e os Padres Luiz Rodrigues e Elias Cedraz, motivados pelos documentos da Igreja Católica, sobretudo os da Conferência de Puebla: “lembro que Padre Luiz me deu o livro de Puebla para que eu lesse, o artigo 54 não saiu da minha memória: o campo próprio para o cristão leigo atuar é a política. Isso me despertou” (GORDIANO, 48 anos, 2022). Na eleição de 1996, Adalberto Gordiano conquistou 454 votos, sendo eleito como Vereador Suplente. Os aspectos desse processo, sobretudo o contato com os documentos da Igreja Católica e os teólogos da libertação, serão discutidos nos próximos capítulos, em virtude da trajetória de Adalberto Gordiano, marcada pelo pensamento religioso da *Igreja Popular*, ser semelhante aos demais depoentes.

Esse capítulo investigou uma breve biografia dos “Comunistas de Cristo”, destacando componentes do tecido social ao qual eles pertenciam, ao analisar o engajamento na instituição católica e as relações estabelecidas com as agremiações políticas hegemônicas, no intuito de compreender o itinerário desses agentes no período anterior aos embates enfrentados com os empresários sisaleiros pelo poder político coiteense e ao contato com o pensamento religioso da Teologia da Libertação. No próximo capítulo, discutiremos os elementos que corroboraram para a fundação do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité, a partir da conjuntura da transição política e da aproximação com a Teologia da Libertação, assim como no desenvolvimento da *Igreja Popular* entre os coiteenses, no cenário de disputa dos modelos de Igreja defendidos também pelos setores políticos locais, sobretudo os *Vermelhos Situacionistas*.

#### 4 CULTURA DA FOLIA: DO EMBATE RELIGIOSO AO POLÍTICO

Não obstante as agruras das estiagens, os coiteenses vivenciaram por muitas décadas uma das folias que mais se aproximam do carnaval soteropolitano, “o carnaval fora de época”, tradicionalmente denominado de Micarême e Micareta, sendo que as autoridades coiteenses, nos idos de 1980, tentaram emplacar o termo Micasisal (DEPOIS..., 1981, p. 10) para nomear um dos principais festejos carnavalescos da Região Sisaleira da Bahia. Marielza D’Vilanova (2011), em seu livro de memórias sobre a cidade, apresenta práticas festivas do Micarême semelhantes ao do Carnaval<sup>77</sup>, iniciadas em 1923, cuja principal diferença corresponde ao período de sua realização, reforçando uma dimensão religiosa na concepção da folia.

Por outro lado, os relatos do Padre Urbano Galvão Dhom, na década de 1940, situados no Livro de Tombo, fortalece o entendimento de que, nas primeiras décadas do século XX, a Micarême era realizada de forma intermitente, não havendo a promoção da folia durante a *Semana Santa* nos anos iniciais da sua administração, a partir de 1938. Caso ocorresse no período inicial de sua governança na paróquia, possivelmente, lavraria no Livro de Tombo o seu posicionamento sobre a Micarême, e não dez anos após a sua chegada ao município de Conceição do Coité. Isso porque o sacerdote tinha uma prática frequente de registrar atos da sua ação pastoral e aspectos do cotidiano da sociedade coiteense no referido livro, bem como expressou com significativos detalhes a sua dedicação e a participação dos fiéis durante as celebrações da *Semana Santa*<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Marielza D’Vilanova (2011) não exprime a coexistência da realização do Carnaval e do Micarême entre os coiteenses, diversamente ela as situa em tempos distintos, seguindo uma lógica de sequência festiva. Todavia, D’Vilanova não estabelece uma possível crise de uma folia como consequência para o desenvolvimento de outra festividade, como também, não apresenta uma dinâmica de práticas divergentes entre elas, apenas os períodos de sua realização. O Carnaval teria ocorrido na transição do século XIX para o XX, sendo organizado pelo Médico José Amâncio Carneiro Mota, antes do período quaresmal, que disponibilizava a fazenda do seu pai, Coronel João Amâncio Carneiro Mota, primeiro intendente municipal de Conceição do Coité, para a ornamentação de carros de bois, cadeirinhas de arruar e charretes, de onde, geralmente, saiam os cordões carnavalescos. A partir do ano de 1923, houve a mudança de folia, passando os carnavalescos a comemorarem a alegria e a diversão, após a quaresma, na festa de Micarême, durante a *Semana Santa*.

<sup>78</sup> Os escritos do Padre Urbano Dhom estão ordenados por ano e estruturados a partir do calendário litúrgico, ressaltando o ciclo pascal, as celebrações marianas do mês de maio, a organização da festa da padroeira e a celebração solene do dia 8 de dezembro, dedicado a Imaculada Conceição. Esses manuscritos retratam a promoção de missões, catequeses, pastorais e movimentos religiosos coordenados pelo padre ou realizados na paróquia por outros agentes. Além disso, esses escritos permitem caracterizá-lo como um padre de práticas religiosas “conservadoras”, rigoroso nos ritos religiosos, zeloso com os bens materiais da paróquia, exímio leitor da Revista Eclesiástica Brasileira e atento aos acontecimentos nacionais e internacionais da Igreja Católica. Nesses registros é possível perceber a dinâmica das celebrações durante a *Semana Santa* realizadas no período do seu pastoreio na comunidade coiteense, exceto no ano de 1949, pois não há relatos dele sobre o ciclo pascal desse período. O Padre Urbano destaca que foi a partir de sua ação pastoral que as celebrações desse momento litúrgico seguiram as

O empenho do Padre para realizar atividades na considerada “Semana Maior”, além daquelas prescritas na liturgia do ciclo pascal, por exemplo missões religiosas e tríduos de pregações quaresmais, contribuem para pensar que o Padre Urbano Dhom percebia a presença de práticas religiosas distantes dos ritos propostos pela hierarquia. A realidade da extensão territorial da paróquia era vasta, sem contar das frequentes assistências que ele realizava em outras cidades como Santa Luz, Nova Fátima, Gavião e Capela do Alto Alegre, devido à ausência de sacerdotes. É constante em seus relatos a sua insatisfação pelo fato dos leigos não seguirem os preceitos quaresmais orientados pela Igreja Católica, como, por exemplo, o sacramento da penitência, lavrando no Livro de Tombo que apenas 25% dos fiéis seguiam, de fato, os tais preceitos (LIVRO..., 1949, p. 36).

Ademais, o Padre Galdino da Rocha Passos também registrou o seu empenho para que os fiéis vivenciassem o período quaresmal segundo as orientações do clero. Ele promoveu missões religiosas, contando com a presença de padres franciscanos e da Congregação do Imaculado Coração de Maria, durante o período quaresmal de 1957 e 1958, justamente no período em que a Micarême foi reestabelecida na *Semana Santa* (LIVRO..., 1957). Nesse sentido, desde quando a Micarême foi iniciada entre os coiteenses, ela foi combatida pelo clero que, ao longo dos anos, teceram conflitos e negociações com as autoridades políticas no intuito de modificar o calendário do festejo, se transformando mesmo em embates políticos.

Por meio da trajetória dessa folia, analisaremos nesse capítulo a permanência de comportamentos políticos advindos da experiência autoritária, um dos elementos que influenciaram os leigos católicos, apropriados da *espiritualidade da libertação*, a fundarem o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e a fomentar novos comportamentos no jogo político. Assim como, compreender as disputas de modelo de Igreja entre os coiteenses, nas quais evidenciaram estratégias políticas para minimizarem as ações da *Igreja Popular* no campo político local. Inicialmente, apresentaremos a conjuntura da transição política em Conceição do Coité, em seguida as aproximações entre as diretrizes religiosas defendidas pelos “Comunistas de Cristo” com o PT e, por fim, reações à *Igreja Popular*.

Investigar esses conflitos oportunizou compreender que além das disputas políticas, ocorreram embates no campo religioso, pois os empresários da indústria do sisal também eram católicos, inseridos nessa disputa pelo poder, e obtiveram a colaboração de setores da instituição religiosa, formulando estratégias para atenuar as práticas religiosas, crenças e sistema de valores

---

orientações do rito de Bento XV, com todos os atos, procissões, cânticos e hinos sacros e com uma expressiva participação dos fiéis.



dos leigos assentados na TdL e, portanto, fortalecer o pensamento da considerada ala “conservadora” da Igreja Católica.

#### 4.1 “Um reduto da ditadura”

Em 29 de março de 1986, os foliões coiteenses depois de um intenso período de silêncio, tristeza, piedade e jejum quaresmal, iniciaram, após a missa solene do chamado *Sábado de Aleluia*, a Micarême de Conceição do Coité, estendendo-se até à noite da terça-feira, 1 de abril. O desfile dos foliões em meio a cordões, blocos, trios elétricos e alegorias, embalados pelo som do repicar do sino, dos foguetes e dos cânticos festivos em alusão a ressurreição de Jesus Cristo, que emanavam da Igreja Matriz, tomavam as principais ruas da cidade, colorindo a paisagem do centro comercial, sem imaginar que aquele seria o último ano em que festejariam oficialmente a folia durante os atos celebrativos da *Semana Santa*.

Os primórdios desse festejo são narrados pelos memorialistas a partir da memória dos seus conhecidos e familiares que, de alguma maneira, organizavam e participavam da folia, sobretudo das camadas altas da sociedade coiteense, evidenciando uma folia vinculada a um grupo social que buscava se assemelhar com a sociedade soteropolitana. Os foliões, após vivenciarem um intenso período quaresmal, em que “até brincar de roda não era permitido, ou simplesmente cantar as valsas da época” (D’VILANOVA, 2011, p. 46), rompiam o silêncio da quaresma na manhã do *Sábado de Aleluia*, após a missa solene, trajados de máscaras e acompanhados por cavaleiros, festejavam a Páscoa pelas ruas da cidade.

Inicialmente, a diversão se estendia até a noite do *Domingo de Páscoa* através de dois bailes carnavalescos, que ocorriam em armazéns da cidade: o baile dos brancos, frequentado pelas elites “com decorações impecáveis, sob os acordes dos conjuntos musicais: Jazz Ary e Sputnik” (OLIVEIRA, 2002, p. 54); e o baile dos morenos, patrocinado pela prefeitura “para animar os mais carentes de recursos [...] com simples decoração de confetes e serpentinas. A orquestra era improvisada com músicos da filarmônica ‘Carlos Gomes’” (OLIVEIRA, 2002, p. 54), estrutura que definia os espaços da folia e a quem ela se destinava dentro do campo social coiteense, não deixava de ser uma representação de uma sociedade desigual, racista e excludente.

A partir da década de 1960, a folia realizada durante a *Semana Santa* foi estendida até a terça-feira da semana seguinte, demonstrando a amplitude alcançada na Região Sisaleira, que mesmo enfrentando as crises provocadas pelos períodos de estiagem e pelo baixo preço do sisal,

a organização da festa praticamente não sofria alterações, contando com a presença de três trios elétricos e oito bailes realizados na ACCA e no Clube dos 50 (SÁBADO..., 1977). A trajetória histórica da Micarême em Conceição do Coité, evidencia que, assim como outras cidades do interior baiano, por exemplo, Feira de Santana, Jacobina e Vitória da Conquista, a cidade se tornou, por muitos anos, parte do circuito dos “carnavais fora de época”, sendo o primeiro do ano em todo o Estado (MICARETA..., 1970). Esse fato, por sua vez, agregava diversos foliões que após curtirem os eventos carnavalescos da capital, se aventuravam pelo interior para continuar os festejos, especialmente os que residiam na Região Sisaleira da Bahia, pois a cidadina foi pioneira dessa folia na região.

Desde a década de 1960, um dos principais elementos do carnaval de Salvador já estava presente no Micarême coiteense: o trio elétrico. Os registros memorialísticos de Vanilson Oliveira situam, no ano de 1963, a primeira vez em que os foliões de Conceição do Coité foram animados por um dos tradicionais trios elétricos baianos e que, naquele período, foi o campeão do carnaval da capital (TRIO..., 1964), como o principal animador dos “carnavais fora de época” do interior, o trio Tapajós.

O comerciante José Carneiro foi o responsável pela vinda do trio Tapajós para a folia “causando um frenesi nos foliões dos municípios vizinhos que convergiam para Coité” (OLIVEIRA, 2002, p. 54), bem como nos empresários, pois a Micarême havia se revelado um bom negócio, agregando muitos comerciantes em sua organização e possibilitando, ao longo dos anos, o fortalecimento da festa e o fomento de trios elétricos da própria cidade: o Marabá, Traz Amor e O Cometa. Entretanto, esses aspectos não eram os únicos que caracterizavam a folia coiteense, um que era bastante presente foi explicitado na seguinte reportagem intitulada *Polícia reprime a Micareta*:

Pelo jeito, a pequena Conceição do Coité, a 210 quilômetros de Salvador, ainda é um reduto da ditadura, com policiais reprimindo manifestações de rua e a censura atacando telefones e emissoras de TV. E tudo por causa da Micareta, uma espécie de Carnaval depois da Quaresma. O prefeito Hamilton Rios, do PFL, simplesmente proibiu a apresentação do trio elétrico “Top 69”, do PMDB, liberando a festa apenas para grupos contratados pela prefeitura. Mas os foliões do PMDB entraram na “desobediência civil”. Os policiais da cidade hesitaram: afinal, era o Hino Nacional – e a festa rolou, apenas na base do Hino. O prefeito não teve dúvida: apelou ao governador João Durval, que deu a sua “contribuição” à Micareta: mandou um reforço de 40 homens da tropa de choque [sic]<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> O recorte da notícia não informa o nome do periódico, apenas o mês e o ano de sua publicação: abril de 1986. Verificamos também o acervo jornalístico do IHGB, mas não encontramos o periódico responsável por essa publicação.

Ao analisar a composição desse texto parece não ter sido uma publicação realizada pelos jornais locais, contudo só tivemos contato com o recorte da notícia<sup>80</sup>, sem referenciar o seu autor e o jornal que a veiculou, apenas o mês da sua publicação, abril de 1986. Ao publicar a reportagem sobre a Micarême coiteense, o periódico evidenciou um importante componente presente no festejo, mesmo que de forma implícita: o conflito. É notório observar que a perspectiva de competitividade e conflito era parte integrante da Micarême, desde os primeiros festejos, sendo expressas na competitividade dos concursos de fantasias, rainhas, carros e carroças alegóricas e entre os blocos que desfilavam pelas ruas do centro comercial atrás dos trios elétricos. Em 1921, a disputa aconteceu entre *Os Amantes do Progresso*, identificado pelas cores vermelho e branco, e o *Paz e Amor*, caracterizados pelas cores azul e rosa (D’VILANOVA, 2011, p. 41). Nesse sentido, apesar da Micarême acontecer, segundo o jornal *O Coiteense*, “conforme tradição do Domingo de Páscoa; dia de alegria, de comemoração da ressurreição de N. S. JESUS CRISTO” (FESTAS..., 1990, p. 1), era o momento em que o conflito servia de trama para animar os foliões nos blocos de rua, como também nos bailes realizados nos clubes da cidade.

As influências soteropolitanas da Micarême em Conceição do Coité não são apenas percebidas na sua história precedente. No jornal, a festividade é referida pela nomenclatura *Micareta*, oficialmente esse termo só será adotado em Conceição do Coité um ano depois, em 13 de abril de 1987, através do Projeto de Lei 01/87, que estabeleceu a data oficial da promoção desse folguedo para o sábado seguinte à Páscoa. Supomos que pelo fato das principais festas de “carnaval fora de época” terem mudado o nome da festa Micarême para *Micareta*, o vocábulo *Micareta* já tinha se popularizado no interior da Bahia, o periódico por ter acompanhado esse movimento, sobretudo ocorrido em Salvador, desde os anos de 1930 os soteropolitanos já haviam adotado esse termo, imaginou que tal modificação havia igualmente ocorrido na cidade de Conceição do Coité, logo, as publicações do jornal *A Tarde* também referenciavam a folia coiteense sob a nomenclatura *Micareta* (MICARETA..., 1970).

Nos anos 1970, a folia passou a ser promovida, exclusivamente, pela Prefeitura Municipal, sob a gestão de Hamilton Rios de Araújo, servindo de instrumento político para muitos que assumiram os cargos do executivo e do legislativo demonstrarem sua influência na região. Ainda mais, quando a prefeitura oportunizou a participação de grandes nomes do *axé*

---

<sup>80</sup> Esse recorte foi encontrado numa pasta com outras notícias sobre a cidade de Conceição do Coité, presente no Centro de Documentação do Campus XIV da UNEB, doado por um coiteense que residia em Salvador. Ele organizou um álbum de notícias sobre a cidade dos principais jornais que circulavam na capital e no interior baiano, como, por exemplo, *A Tarde e Tribuna da Bahia*.

*music*: “no início dos anos de 1980, tivemos cinco trios elétricos em um só ano, dentre eles: o Chiclete com Banana e Banda Eva, com Daniela Mercury” (OLIVEIRA, 2002, p. 54). Era um tempo propício para apresentarem suas conquistas políticas e feitos governamentais, além de garantir propaganda política que oportunizou agregar muitos votos durante o pleito eleitoral, como pode ser observado nas seguintes publicações:

O Jovem Prefeito Everton Rios, assessorado pelo Secretário Marcos Passos e a comissão da festa, demonstra ter aprendido com seu tio e padrinho político [Hamilton Rios de Araújo], incansável festeiro, que já promoveu os melhores MICAREMES já vistos na região, um brilho maior neste evento [sic] (EXPLOSÃO..., 1997, p. 1).

O prefeito Ewerton Rios afirma que será uma das melhores festas e promete que no próximo ano será melhor ainda. Este ano o povo tem grandes motivos para se alegrar com a volta das chuvas na região e o retorno no progresso em Conceição do Coité com a administração de homens sérios e competentes (APENAS..., 1997, p.1).

O ponto alto da festividades, será as brilhantes atrações do carnaval baiano, como os grupos PIMENTA NATIVA e BRAGADÁ, além da explosiva e estonteante MÁRCIA FREIRE, cantora do grande sucesso “VERMELHO”, que fará a coroação da festa, numa saudação de elogio e agradecimento aos milhares de eleitores e foliões que contribuíram para a volta de Everton Rios Filho para a Prefeitura, e em consequência, o desafio dele promover a maior administração pública que este município irá registrar [sic] (EXPLOSÃO..., 1997, p. 1).

Estes relatos foram publicados no ano em que os *Vermelhos Situacionistas* retomaram o poder do executivo municipal, após a derrota eleitoral para o grupo dos *Azuis*, ocorrida nas eleições de 1992, mas esses discursos também podem ser observados nos relatos sobre as Micarêmes, realizadas nas décadas anteriores. Decerto, as publicações revelam o empenho do *O Coiteense* em vincular a organização da festividade como sendo um grande atributo da administração dos *Vermelhos Situacionistas*, bem como um gesto de gratidão do grupo político para com os seus eleitores, quiçá uma espécie de moeda de troca pela vitória alcançada no pleito. É possível perceber o esforço da agremiação em fortalecer um significado político da Micarême ao estabelecer elementos simbólicos da disputa eleitoral na folia, como as músicas a serem entoadas pelos trios, a exemplo do sucesso do compositor Chico Silva, *Vermelho*, que era utilizada para fortalecer a identidade política do grupo hegemônico, durante as campanhas eleitorais a partir de 1996.

Não obstante, a não realização do festejo implicou como uma incapacidade administrativa da gestão, sendo pauta nos embates políticos das agremiações partidárias, uma vez que a folia era compreendida como um grande feito governamental, pois oportunizava a

alegria dos foliões e um certo desenvolvimento da cidade. É evidente que a atitude do Prefeito Hamilton Rios, na Micarême de 1986, surpreendeu a muitos, supomos que para alguns foliões que acompanhavam os festejos coiteenses este episódio despertou discordâncias e afinidades de posicionamentos; por outro lado, a ação do Prefeito acentuou o aspecto político da festa que não era legitimado ou não era percebido por uma parcela dos coiteenses durante os festejos momescos. Apesar do conflito político ser um dos elementos da festividade, é possível que a perspectiva do *O Coiteense* sobre a Micarême ser um tempo isento de conflitos e contradições tenha sido a mesma para muitos munícipes:

Desde hoje, VALNEIJÓS (o melhor som do carnaval baiano), FRENESY, TRAZ AMOR e o também TOP 69, estarão deixando jovens e velhos, ricos e pobres, pretos e brancos, patrões e empregados, unidos numa alegria só proporcionando a oportunidade de se esquecer as tensões e stresses, dúvidas e dívidas, ansiedades e depressões, pois como já disse o magistral poeta Caetano Veloso: “atrás do Trio Elétrico só não vai quem já morreu” [sic] (EXPLOSÃO..., 1997, p. 1).

Durante o ano todo, a população coiteense é amolada com notícias ruins, politicagens e coisas que deixam a nossa pacata família coiteense de “Baixo Astral”. Mas a vida continua, “Corta essa irmão”, joga este bicho papão para a “lixreira”, Delete as coisas ruins, sabe porquê? O NOSSO MICARETA VEM AÍ... por isso sorria, alegria, encha seu coração de paz e amor, e caia na folia prá valer. São apenas três dias [sic] (ALEGRIA..., 1999, p. 1).

É interessante notar que esses relatos publicados na imprensa local reconhecem uma realidade coiteense permeada de tensões e desigualdades sociais, ao mesmo tempo, parecem indicar que tais conflitos não são oriundos das relações vividas na “pacata família coiteense”, mas de elementos externos que “amolavam a população”. As reportagens sobre a organização da Micarême apresentavam uma visão de que a festa deveria estar acima dos sujeitos e de seus conflitos. Nesse prisma, o período da alegria carnavalesca possibilitava o encontro das distintas classes sociais e partidos políticos, um momento em que o ‘baixo astral’ era escamoteado, ou seja, o tempo em que os embates dessa sociedade eram sustados, um tempo de utopia e felicidade.

Compreendemos que a imprensa local investia em construir uma ideia sobre a festividade, na qual se ocorriam embates na folia, logo, eles não representavam os conflitos oriundos da dinâmica social daquela sociedade, mas da própria essência dos blocos carnavalescos ou de sujeitos e grupos que não condiziam com os “preceitos coiteenses”. O período da Micarême era interpretado pelo *O Coiteense* como um tempo em que, mesmo sendo permeado pela liberdade, era um momento em que poderia perceber uma certa “civildade” do povo coiteense, em que esqueciam as rivalidades e contradições e oportunizavam a união entre

*Vermelhos e Azuis*, caso ocorressem confusões durante os conflitos, os coiteenses envolvidos estariam prontos para “pacificar” os eventuais desentendimentos (ESTUPIDEZ, 1968, p. 1).

Na publicação realizada na edição extra do *O Coiteense*, em 16 de abril de 1968, o periódico apresentou uma confusão ocorrida no clube ACCA, referenciado como o “centro da high society coiteense”, promovida por jovens visitantes da folia, ao se desentenderem com “puxavões, sôcos e pedidos de calma”, despertaram a ira de alguns coiteenses que, ao interferirem, abandonaram, segundo o jornal, “os princípios da educação, tentaram arrebentarem-se mutuamente, visando um único objetivo: pacificar um desentendimento efêmero” (ESTUPIDEZ, 1968, p. 1). A ação violenta desses coiteenses, algo que nem os “NEGROS que pulam na frente dos Trios Elétricos, até então, não se deixam registrar em crises de violência [sic]” (ESTUPIDEZ, 1968, p. 1), como argumentou *O Coiteense*, resultou numa truculenta confusão que “correu sangue” e a pontapés expulsou um jovem visitante que “tentava defender o seu amigo, o suposto causador do incidente” (ESTUPIDEZ, 1968, p. 1).

O jornal não nomeou nenhum coiteense envolvido nesse episódio apenas os referiu como “nossos irmãos e amigos, homens de respeito” (ESTUPIDEZ, 1968, p. 1), mas explicitou a dinâmica das relações sociais presentes nessa sociedade. Esse componente foi igualmente relatado em outra publicação, realizada pelo jornal *A Prensa*, em abril/maio de 1985, na qual fez referência aos bailes do povo organizado pela prefeitura. Desse modo, o periódico mencionou o destaque daquele ano, do inicialmente chamado de baile dos morenos, argumentando que mesmo sendo frequentado por populares, não houve o registro de violência e pôde ser identificado como um espaço respeitoso, sendo aprovado pelo Vereador Valdemir de Assis: “prova disso é que em todos os bailes ele sempre esteve acompanhando por sua esposa” (10 MIL..., 1985, [s. p.]).

Destarte, comungando com os estudos de Bakhtin (1987), não compreendemos a Micarême apenas como um período de descanso e diversão, em que as tensões sociais são esquecidas por conta do conteúdo de alegria da folia, mas exprime uma concepção de mundo, uma visão da organização da sociedade coiteense. A partir desse pressuposto, a análise dessa festa corrobora com os pressupostos da nova História Cultural, que investiga as festividades como uma abordagem potencial para compreender o cotidiano e as práticas de uma determinada sociedade. Dessa maneira, a folia apesar de ser uma “expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico” (BAKHTIN, 1987), assim, a análise da festa teve o intuito de compreendê-la como um significativo recurso para tornar o nosso objeto inteligível.

O conflito entre o Prefeito Hamilton Rios de Araújo, então filiado ao PFL, e os filiados do PMDB, ao alcançar as páginas de um periódico não apenas evidenciou a disputa política entre as principais agremiações locais, mas explicitou que “as relações tecidas no espaço da folia são frutos dos conflitos e posicionamentos construídos historicamente” (SILVA, 2013, p. 12) entre os sujeitos dessa sociedade. O então Prefeito, ao proibir o desfile do bloco carnavalesco do PMDB na folia da cidade, por serem seus desafetos políticos, explicitava aspectos de uma cultura política entre os coiteenses, marcada pelo autoritarismo, personalismo e clientelismo.

Esse conflito possibilita compreender como a festa se tornou um espaço propício para a ampliação do combate eleitoral, instrumento de fortalecimento do grupo hegemônico e um significativo espaço para perceber aspectos de um comportamento político nessa sociedade. Nesse sentido, a promoção da Micarême passou a ser uma responsabilidade da gestão municipal também pelo poder simbólico que ela representava no campo político, dimensão, presumivelmente, realçada pelos editores do jornal ao publicarem o embate ocorrido no Micarême de 1986, através de dois elementos: o texto e a estética da matéria.

O seu título *Polícia reprime a Micareta* é bastante impactante. Quem participa de festa de rua, principalmente as carnavalescas, organizadas pelo poder público, tem o conhecimento da presença da força policial na segurança dos foliões e no ordenamento do festejo. Assim, os leitores ao se depararem com a reportagem, ficaram, no mínimo, curiosos para compreenderem o que havia acontecido de tão grave numa folia do interior baiano, no qual foi preciso recorrer às forças militares do Estado para cerceá-la.

Ao destacar os termos *polícia* e *repressão*, supomos que o periódico possuía o intuito de fortalecer a ação do Prefeito Municipal como semelhante aos atos autoritários realizados pelos militares durante a ditadura civil-militar, que, naquele período, partes da sociedade brasileira ansiavam em superá-la, sobretudo uma “sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política” (SILVA, 2009, p. 255)

Essa perspectiva se torna plausível, ao analisar o texto da notícia que apresenta Conceição do Coité como “um reduto da ditadura, com policiais reprimindo manifestações de rua e a censura atacando telefones e emissoras de TV” (POLÍCIA..., 1987), devido à proibição do desfile do bloco carnavalesco do PMDB na festa momesca da cidade, por serem oposição ao Prefeito Hamilton Rios de Araújo.

Acreditamos que o prisma da censura é evocado na notícia sobre a Micarême, pois Hamilton Rios era proprietário de um dos maiores veículos de comunicação da Região Sisaleira,

A Rádio Sisal 900 AM, e, possivelmente, não permitia que pessoas ligadas aos seus opositores, bem como propagandas políticas dos adversários políticos, tivessem espaço na programação da emissora. Uma matéria publicada no *A Tarde*, em 14 de novembro de 1987, nos leva a supor que algo do gênero ocorreu naquele período da “repressão” aos foliões do PMDB ou o produtor da notícia tinha o conhecimento de outros fatos relacionados ao Hamilton Rios.

A publicação do *A Tarde* se referia a uma propaganda do Governo do Estado, gestão de Waldir Pires, direcionada às rádios baianas sobre o Projeto de Integração de Recursos Hídricos, que foi censurada pela Rádio Sisal, em razão de seu proprietário ser opositor ao governo (A TARDE, 1987), demonstrando que a ferramenta da censura fazia parte das estratégias políticas do líder *vermelho conservador*. Os jornais locais evidenciam que o Micarême de 1986 não foi o único em que o Prefeito apresentou comportamentos distantes dos ideais democráticos defendidos naquele período, esse comportamento era recorrente nos festejos de Micarême. Um deles foi retratado pelo *Tribuna Coiteense* que publicou, em abril de 1988, uma manchete sobre a folia carnavalesca, sob o título *Micaretão com muita emoção e politicagem*, criticando a atitude de Hamilton Rios e de Emério Resedá ao utilizarem os microfones dos quatro trios contratados pela prefeitura para realizarem discursos contra seus adversários (MICARETÃO..., 1988).

Ao referenciar que mesmo sob repressão policial, com um reforço de 40 homens da tropa de choque, os peemedebistas enfrentaram a autoridade do executivo e seguiram a tática de participarem da festa sob o som do Hino Nacional, ecoado pelo trio Top 69, a fim de amenizar as hostilidades policiais, o jornal destacava o perfil do PMDB como ligado as novas orientações que o Brasil vivenciava, bem como que as bases dessa facção eram oriundas do partido oficial de oposição durante a ditadura, MDB, assim fortalecia um histórico de oposição dos então peemedebistas aos mandos do Prefeito. Ademais, pelo MDB, durante o processo de abertura política, no qual ocorreu o crescimento “da compreensão de que o espaço político, mesmo restrito, era, nas condições vigentes, o único caminho da mudança [...] a noção de um MDB autêntico, com o projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia” (SANTOS, 2009, p. 261), substituiu a noção de desconfiança e descrédito em relação à oposição oficial à ditadura, representada inicialmente pelo MDB.

Entretanto, na conjuntura coiteense, os grupos políticos disputaram o poder situados nas sublegendas da Arena. Apesar das rivalidades oriundas desde o sistema político anterior ao golpe civil-militar de 1964, eles decidiram permanecer como bases de poder político do governo, pois compartilhavam das mesmas ideologias políticas. Em contrapartida, a relevância em torno do PMDB é oportuna, porque o cenário político de Conceição do Coité, expresso nos



jornais locais e regionais daquele período, revelava que os rumos políticos dos principais empresários do sisal eram incertos. Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira da Silva, além de enfrentarem as novas regras do jogo político na transição democrática, também disputavam a liderança de suas agremiações com novos sujeitos que poderiam contribuir para descolorirem, através de “novos tons”, seus tradicionais grupos políticos, especialmente o lugar que eles ocupavam nessas facções.

Os “novos tons” não representavam o rompimento com os segmentos partidários advindos do sistema político anterior ao golpe civil-militar de 1964, e que resistiram nas contendas entre *Azuis* e *Vermelhos*, mas na adaptação das dissidências desses grupos no processo de transição política. Essa perspectiva pode ser percebida na permanência de políticos, como, por exemplo, Manoel Antonio Pinheiro, Walter Ramos Guimarães, Evódio Ducas Resedá e Emério Vital Resedá, preservando e reivindicando a memória de uma trajetória política do município coiteense, ligada aos interesses do empresariado sisaleiro.

As notícias capitaneadas pela imprensa escrita no município, especialmente pelo jornal *O Coiteense*, cujo redator responsável era o comerciante Roberto Pinto Lopes<sup>81</sup>, aparentava que o capital social e o capital financeiro das lideranças do sisal pareciam não mais influenciar nos seus grupos, como também, na política local. Este posicionamento de Roberto Lopes é percebido na série de jornais *O Coiteense* publicados semanalmente no ano de 1987, no qual demonstrava que o poder político dos empresários do sisal estaria ameaçado devido à ascensão do Médico cirurgião, Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, mais conhecido por Dr. Iêdo, no campo político coiteense. Ele foi responsável por ter contribuído na primeira derrota eleitoral de Hamilton Rios de Araújo e por ser o principal articulador das ações do governo de Waldir Pires no município, reunindo condições de liderar os *Azuis*, em detrimento de Misael Ferreira de Oliveira.

A figura honrosa de Theocrito Calixto, ainda brilha com parte do peso de ouro, por quanto foi o Rei do Sisal e Prefeito por duas vezes. Os saudosos Wercelêncio Motta e Theógenes Calixto, apesar de distantes, são lembrados com saudades e orgulho, como grandes lideranças do antigo PSD, e membros de um grupo que por quase três décadas comandou os destinos do município. De 1972 para cá, uma nova sigla tomou, e a estrela brilhante foi a de Hamilton Rios, que além de mudar as velhas siglas PSD x PR para uma denominação colorida VERMELHOS (PFL) x AZUIS (PMDB), detém hoje o domínio do município. (No governo Walter Ramos, o Vice-Prefeito Evódio Resedá, assumiu a Prefeitura por seis meses. Na atual de Hamilton Rios, o Vice Emério Resedá, assume, pela segunda vez, agora por três meses). Há cinco anos, surgiu um jovem médico, de futuro espetacular, que prometia ser a soma de

---

<sup>81</sup> Intenso defensor das festas populares da cidade, como, por exemplo, o Micarême e a Festa de Nossa Senhora da Conceição do Coité, e que possuía experiência como coordenador da campanha política dos candidatos ligados aos dois grupos hegemônicos.

todos os Prefeitos até aqui, e muito mais. No curtíssimo tempo que viveu no Governo de Waldir Pires, demonstrou que traria para o município, toda a grandeza de esperanças para o nosso povo, e transformaria sim, este território no manancial de progresso por qual todos reclamam. (QUEM..., 1987, p. 2).

A vitória eleitoral de Waldir Pires, em 1986, possibilitou ao Dr. Iêdo demonstrar o seu prestígio político e agregar forças no seu capital político. Exercendo a função de presidente do PMDB de Conceição do Coité, Ildebrando Iêdo Cirino se destacou entre os 18 articuladores da campanha de Waldir Pires ao Governo da Bahia (QUEM..., 1987), feito que possibilitou a instalação de uma agência do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) no município, “driblando os políticos de Serrinha” (O PESO..., 1987, p. 4). Além disso, ele foi indicado por Waldir Pires a assumir o cargo de diretor da 12ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES), localizada a 36 km de Conceição do Coité, em Serrinha, e nomeou correligionários para outros cargos da burocracia estatal na Região Sisaleira da Bahia (QUEM SABE..., 1987).

A articulação política realizada pelo Dr. Iêdo em torno das deliberações dos pontos-chaves do governo estadual na região foi bastante acentuada, provocando disputas internas no PMDB local. Supomos que essas disputas tenham sido bastante acaloradas, visto que elas chegaram a serem publicadas no jornal *Tribuna da Bahia*, em 20 de abril de 1987. Waldir Oliveira, Fernando Lopes e Evaldo Oliveira, membros do PMDB de Coité, acusaram o Médico de utilizar de métodos autoritários e de realizar nomeações ilícitas e de âmbito pessoal, em detrimento aos critérios estabelecidos pelo Governador Waldir Pires e pela direção geral do partido.

O PMDB de Conceição do Coité – frisa Walmir Oliveira – “poderá desagregar-se completamente com a prepotência de seu presidente, correndo até o risco de perder forças autênticas que ao longo da ditadura militar construiu o partido”. Devido à revolta dos membros da executiva municipal foi feita uma relação de cargos em caráter independente ao governador Waldir Pires, no intuito de se fazer justiça aos reais membros do PMDB de Conceição do Coité, finaliza Walmir Oliveira. (DISPUTA..., 1987, p. 2).

Este relato parece indicar que as relações entre Ildebrando Iêdo Araújo Cirino e Misael Ferreira de Oliveira não eram muito amistosas dentro da facção política. Apesar de Misael não ser citado e nem ser um dos membros que havia feito a denúncia de que o presidente do PMDB local não estava seguindo as orientações partidárias, de alguma maneira, a atuação de Dr. Iêdo prejudicava a liderança de Misael no grupo dos *Azuis*. Nesse período, Misael Oliveira exercia o mandato de Deputado Estadual e, segundo as orientações do partido, ele tinha direito a deliberar cerca de 40% dos cargos e o diretório municipal 20% dos cargos da burocracia estadual (DISPUTA..., 1987).

Destarte, Walmir Oliveira argumentava que o partido poderia sofrer fragmentações e corria o risco de perder forças autênticas, construídas ao longo da ditadura civil-militar, se referindo ao perigo de perder o Deputado Misael Oliveira dos seus quadros, visto que ele foi uma das principais lideranças do partido nesse período. No processo de transição democrática, afastado do município, devido as atividades na Assembleia Legislativa da Bahia, Misael Oliveira acompanhou a ascensão de Ildebrando Iêdo Araújo Cirino como uma outra liderança dos *Azuis*. Segundo Roberto Pinto Lopes, Dr. Iêdo liderava em conjunto com Misael Oliveira, inclusive deliberaram juntos todos “os cargos e pontos chaves do Estado no município. Uma prova de grande união, onde um não dá um passo sem ouvir o outro” (O PESO...,1987, p. 5).

A conjuntura de ascensão do Médico Ildebrando Iêdo Araújo Cirino no campo político coiteense, como uma nova força política contrária às lideranças dos empresários do sisal no poder local, especialmente de Hamilton Rios, é oportunizada devido ao contexto da política de “abertura” continuada pelo governo do General João Batista Figueiredo, que ampliou a política de liberalização planejada e cuidadosamente controlada pelo Estado, sendo obediente aos parâmetros da “democracia forte” estabelecidos por Geisel.

Em outras palavras, o Dr. Iêdo representou no âmbito local uma oposição de elite, um profissional liberal advindo do sistema bipartidário sem nenhuma vinculação com movimentos sociais, que alcançou um espaço político que não possuía organização suficiente para configurar um antagonismo às relações clientelísticas e à estrutura do Estado, mas que, mesmo sem nunca ter assumido um mandato eletivo, reorganizou seu grupo político e conseguiu participar das decisões governamentais. Esse processo de ascensão do Médico pode ser analisado durante as eleições gerais de 1982, pois possibilitou o distanciamento da sua dissidência política da agremiação que unia os principais grupos políticos coiteenses, permitindo a Dr. Iêdo se tornar a principal liderança local do PMDB.

Após a extinção do MDB e da Arena, em 1979, os grupos políticos situados nas sublegendas da Arena seguiram a orientação governamental e se filiaram ao PDS, *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas* continuavam aglutinados no mesmo partido, devido à continuação do instrumento das sublegendas, apesar da liberação do registro de novos partidos não se desvincularam da base governamental, reafirmando novamente o *ethos* político dessas agremiações.

Os *Vermelhos Situacionistas*, liderados por Hamilton Rios de Araújo, se reuniram no PDS-1, e os *Azuis*, no PDS-2, com as lideranças de Misael Ferreira de Oliveira e Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, estando na base governamental, deveriam apoiar os mesmos candidatos nas eleições gerais de 1982, sobretudo o candidato ao Governo do Estado. Perante o exposto, a

matéria *Polícia reprime Micareta*, ao destacar a ação de “desobediência civil” dos integrantes do PMDB como uma força de oposição ao Prefeito Hamilton Rios de Araújo, condizia com o histórico de rivalidade do campo político local, aspecto que também é reforçado na estética da matéria, através da charge assinada por Caldas (figura 12). Assim, é possível compreender como essa estética corrobora na análise realizada pelo periódico:

Figura 12 – Charge sobre a repressão direcionada ao trio do PMDB, em 1987.



Fonte: Recorte encontrado no Centro de Documentação de Conceição de Coité da Universidade do Estado da Bahia (CEDOC/UNEB) – Campus XIV

A charge enfatiza a manchete ao destacar um “muro” formado pela tropa policial, equipados com cassetetes, simbolizando uma maneira de impedir o acesso do trio do PMDB, o TOP 69, de desfilarem no circuito da folia e de reprimir qualquer ato que desobedecesse à autoridade do poder executivo. Além disso, apresenta um policial com uma expressão de desconforto, diferente dos demais, dando a entender que este policial ao perceber que os foliões peemedebistas caracterizaram o seu trio com a bandeira nacional, símbolo de civismo, de patriotismo, aspecto valorizado durante a ditadura, e com a sigla do partido, demonstrando a liberdade política alcançada na transição democrática, tinha o receio de exercer as ordens estabelecidas pelo Prefeito Municipal. Percebemos que o chargista explora a dimensão da ironia e da crítica realizada pelos peemedebistas ao destacar a bandeira do Brasil, situando a estratégia do uso dos valores cívicos para desmobilizar a repressão sofrida pela oposição.

Ademais, o próprio texto ao referenciar que diante da recusa dos policiais nativos em cumprir às ordens do executivo foi necessário solicitar a contribuição do Governador João

Durval Carneiro, que enviou 40 policiais da tropa de choque para conter os ânimos dos foliões do PMDB, o periódico tentava fortalecer a *resistência peemedebista* frente às ações autoritárias do Prefeito. É possível que essa tropa, a pedido de Hamilton Rios, não tenha medido forças para impedir o acesso do trio do PMDB no circuito, entretanto ela não foi convocada exclusivamente com esse objetivo, uma vez que é difícil de imaginá-la deslocando-se em tempo ágil para atender ao pedido do Prefeito. Por isso, compreendemos que essa tropa foi solicitada durante a organização da festa, uma prática recorrente entre os poderes públicos promotores de festejos dessa categoria.

Embora a notícia indique que a tática utilizada pelos peemedebistas para desfilar na folia foi entoar o Hino Nacional Brasileiro, o chargista preferiu dar ênfase a uma frase do Hino da Independência do Brasil, *Já raiou a liberdade*. Possivelmente o contexto das Diretas Já e da crise do projeto de abertura tenham contribuído para essa percepção do chargista, uma vez que, além de representar um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada, nesse clima, se organizou “a transição final entre ditadura e um regime democrático-representativo, num momento em que o governo perdia toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura” (SILVA, 2009, p. 273).

Cabe registrar não ter sido possível conhecer as razões que levaram o desenhista a escolher o trecho do Hino da Independência do Brasil para ilustrar a resistência da oposição, todavia, pensamos que tal escolha advém do contexto de transição democrática, em que foi percebida a defesa de direitos sociais, em especial da liberdade política; e a construção de uma memória negativa sobre os governos ditatoriais que utilizaram da perseguição, da tortura, da repressão e da censura para eliminar seus opositores e os direitos sociais da sociedade brasileira. Ainda mais, por perceber que a ditadura utilizou dos símbolos nacionais, como, por exemplo, o Hino Nacional, para implementar um culto personalista aos governos autoritários.

Nesse sentido, apesar do conflito político ser um componente presente no histórico da folia, entendemos que para partes da população, especialmente os correligionários do Prefeito, a atitude dos foliões do PMDB foi interpretada como “politicagem”, por isso deveria ser contida, pois prejudicava a alegria da festa e o progresso do município. Entretanto, a atitude de Hamilton Rios de Araújo, causou estranheza não apenas para os foliões coiteenses, mas ultrapassou os seus limites, a ponto de compará-lo ao governo ditatorial que o país havia oficialmente rompido pouco menos de dois anos. Ademais, pela ação do Prefeito ter ocorrido no período carnavalesco, uma vez que era um momento de liberdade, “onde tudo é permitido”, e de “fuga da cruel realidade”.

Diante disso, compreendemos que essa estranheza vai além da busca pelo exercício da “liberdade carnavalesca”, mas está assentada na negação de comportamentos autoritários e de repressão política, características anteriores e próprias dos cinco governos de generais presidentes, período em que Hamilton Rios iniciou a sua trajetória política, representando as bases dos militares na realidade local. Supomos que o periódico compreendia o líder dos *Vermelhos Situacionistas* como parte do *entulho autoritário* presente na Região Sisaleira, uma vez que a reportagem destacou os seus atos de repressão e censura, condutas que o Governo Sarney tentava se livrar naquele período, especificamente o conjunto de legislação restritiva aos direitos políticos e civis impostos pela ditadura: “pôs fim à censura, um dos mais repudiados componentes do entulho autoritário. Sarney cumpria, dessa maneira, os compromissos assumidos por Tancredo Neves no programa da Aliança Democrática” (FERREIRA; DELGADO, 2018, p. 41)

A charge acentuou o aspecto de que os políticos do Diretório Municipal do PMDB estabeleciam táticas para resistirem frente às práticas autoritárias oriundas da ditadura civil-militar, mas acreditamos que seus posicionamentos estavam mais vinculados em resistir as perseguições promovidas pelo chefe do executivo municipal, uma vez que esses políticos eram oriundos das mesmas bases políticas de Hamilton Rios de Araújo, como analisamos anteriormente.

Naquele período, o PMDB se tornou a principal legenda dos *Azuis*, tanto que a filiação desses políticos foi acordada com a aprovação do antigo presidente do PDS-2 na presidência do Diretório Municipal peemedebista, o Médico Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, que justificou a filiação de mais de dois mil correligionários devido à impossibilidade de convivência com Hamilton Rios no mesmo partido, pois na nova conjuntura não havia encontrado oportunidade de manter os cargos de confiança de âmbito estadual no município, aspecto que desfavorecia a estrutura da política clientelista.

A conjuntura estadual também foi importante para a consolidação dos *Azuis* no PMDB, isto porque o anúncio do então Governador Antonio Carlos Magalhaes (ACM) de que o Deputado Federal João Durval Carneiro seria o substituto de Clériston Andrade na candidatura do PDS ao Governo do Estado, devido à inesperada morte de Clériston, as lideranças dos *Azuis*, juntamente com o Prefeito do município Walter Ramos Guimarães, foram os primeiros políticos baianos do PDS a publicamente aderirem ao movimento do “voto camarão”.

Na semana passada, o chamado voto camarão deixou o terreno das especulações políticas para se tornar um fenômeno de massas. Justamente no primeiro comício do PMDB após a interrupção da campanha provocada pela morte do candidato do PDS ao governo, Clériston Andrade, dia 1º deste mês,

aconteceu na cidadezinha de Conceição do Coité no último dia 10, quando o prefeito do município Walter Ramos Guimarães, mais o candidato à sua sucessão, Misael Ferreira, ambos do PDS, subiram no palanque onde discursavam Roberto Santos e Waldir Pires, candidatos respectivamente a governador do Estado e ao senado, e pregaram pela primeira vez, à viva voz, o “voto camarão”, isto é, com a exclusão da “cabeça” da cédula. Em outras palavras, propuseram que os eleitores votassem nos candidatos municipais, mas não no candidato ao governo do Estado. Ao que 2 mil pessoas ulularam, repetidas vezes: “Camarão, camarão”. Um efeito bumerangue, pode-se dizer, da tentativa do governo federal de municipalizar o voto, por meio do voto vinculado. O voto não deixará de municipalizar-se, mas, pelo menos na Bahia, isso poderá ocorrer com sinal contrário, isto é, beneficiando o partido da oposição, na medida que aumentar a tendência para se votar em branco no candidato a governador. (MOREIRA, 1982, p. 31).

Nesse sentido, o movimento do “voto camarão” dizia respeito a uma tática baiana para driblar o voto vinculado estabelecido pelas reformas eleitorais do Presidente Figueiredo em 1981, um sistema pelo qual o eleitor seria forçado a escolher candidatos do mesmo partido para todos os cargos de representação, de Vereadores a Governador, se o eleitor votasse em candidatos de partidos diferentes, seu voto seria considerado nulo. Com esse dispositivo eleitoral, a coalizão civil-militar contribuiu para acentuar ainda mais a divisão da oposição em diferentes partidos, beneficiando a base governamental radicada no PDS, após a extinção do MDB e da Arena, devido à nova Lei Orgânica dos Partidos, em 1979, cujo objetivo era “garantir o controle governamental sobre a oposição sem sacrificar as vantagens legitimadoras de ‘eleições livres’”. (ALVES, 2005, p. 322).

A ação empreendida pelos pedessistas coiteenses, Walter Ramos Guimarães e Misael Ferreira de Oliveira, em declarar apoio ao candidato do PMDB ao Governo da Bahia, Roberto Santos, e aderirem ao movimento contrário ao voto vinculado, liderado pelos setores oposicionistas, repercutiu bastante pela imprensa baiana e nacional, que relacionavam o caso baiano com outras realidades do país, como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Todavia, o coiteense guardava particularidade pelo fato de se tratar de uma dissidência dentro do próprio partido do governo, ainda mais, em uma região que estrategicamente o governo federal não admitiria perder para a oposição. Como salienta Maria Helena Moreira Alves (2005), a Bahia era destinada à vitória do PDS, por conta disso, percebe-se a reverberação da ação dos pedessistas coiteenses. É evidente que o contexto de abertura política influenciou de alguma maneira no posicionamento dos *Azuis* radicados no PDS, porém supomos que as contentas entre *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas* foram primordiais para a decisão das lideranças do PDS-2 em aderirem ao “voto camarão”, pois prejudicariam as forças políticas do seu principal rival, Hamilton Rios de Araújo.

A recusa da dissidência do PDS de não aceitar o Deputado Federal João Durval Carneiro como candidato substituto não se situa apenas no descontentamento frente ao autoritarismo de seu líder estadual Antonio Carlos Magalhães e a injustiça sofrida por Lomanto Júnior (REVISTA SENHOR, 1982), mas, sobretudo, por João Durval e Hamilton Rios tecerem uma relação bastante próxima, eram compadres, o filho caçula de Hamilton, Welington Araújo (Tom), hoje Deputado Estadual pelo partido União Brasil (partido criado a partir da fusão entre DEM e PSL), é afilhado de batismo de João Durval Carneiro, assim, uma possível vitória de João Durval representaria o fortalecimento de Hamilton Rios no poder local e no PDS. Como essa relação era próxima, após o pleito de 1982, ela moldou as ações governamentais de Conceição do Coité, jornais e revistas da época publicaram discursos proferidos em eventos realizados pela Prefeitura Municipal, como inaugurações de obras e comemorações da emancipação do município, que evidenciam a recorrência a valores afetivos e às relações de compadrio, como práticas políticas utilizadas por Hamilton Rios, João Durval e seu filho, Sérgio Carneiro<sup>82</sup>. Estas práticas mostram uma estratégia de barganha para conseguir investimentos e recursos públicos para o município, meios que podem ser percebidos nos trechos a seguir:

Novamente Sérgio Carneiro falou: “Peço permissão a todos vocês, para tratá-los com uma certa intimidade e o faço não por demagogia, mas porque temos um prefeito que sempre foi amigo de nossa família e compadre de João Durval. Aqui foi um grande reduto eleitoral do governador e para agradecer ele pretende fazer de Coité um brinco de cidade, e até agora tem cumprido este plano [...] João Durval que iniciou o seu discurso fazendo um retrospecto de quando veio a Coité, pela primeira vez, através de Hamilton Rios, pessoa que ele muito estima e admira. [...] concluiu dizendo: “Jamais falhei a Conceição do Coité, e como Governador tenho certeza de que continuarei a ser o mesmo amigo de todos vocês, e já dei demonstração disso nesses nove meses de mandato. Continuarei APOIANDO INTEGRALMENTE A ADMINISTRAÇÃO HAMILTON RIOS DE ARAÚJO E HAMILTON SÓ NÃO REALIZA EM CONCEIÇÃO DO COITÉ O QUE FOR VERDADEIRAMENTE IMPOSSIVEL [sic]” [...] finalizou seu discurso, dizendo que voltará sempre a essa terra, agradecendo ao compadre Hamilton Rios por ter colocado o seu nome no parque de Exposição de ovinos e caprinos e dando a todos até logo (grifo do autor) [...] Falou o prefeito Hamilton Rios: “São João está em festa, festa está prometida por mim, quando aqui passei para pedir voto para nosso grande governador. Tinha certeza que ele voltaria para fazer essa festa pois eu confio cegamente nesse homem, nesse irmão que ganhou o Governo da Bahia. Esta obra foi feita graças a ajuda do nosso Governador e graças a Sérgio Carneiro, e tenho a certeza que ele instalar o ginásio, pois ele é amigo de vocês assim como eu sou e se ele prometeu ele irá cumprir (APOIO..., 1983, p. 07).

---

<sup>82</sup> Na época, presidente da Instituto de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal (INTERURB), órgão criado pelo governo de João Durval.



Maria Auxiliadora Lemenhe (1995) discute a recorrência a valores afetivos e as relações de compadrio como meios principais de dominação política a permearem as estruturas formais de poder de tipo tradicional no Ceará, ao estudar as práticas políticas da Família Bezerra, baseadas em redes de parentescos, de amizades e de identidades territoriais. Essa análise proposta pela autora se encaixa na realidade da estrutura montada por Hamilton Rios e o seu grupo político para a monopolização do poder em torno de convivências personalísticas, visto que ele envolveu a participação ativa de sua parentela e amigos, concedendo vantagens materiais e simbólicas. Além disso, Hamilton Rios conseguiu estabelecer alianças políticas com outras importantes famílias do cenário político e social de Conceição do Coité, como os Resedá e os Ramos, os suportes do seu poder de característica tradicional, que constituem os *Vermelhos Situacionistas*.

Dentro dessa parentela, portanto, o líder escolhia seus aliados para ocuparem cargos nos órgãos burocráticos estatais e municipais, que garantiam a política de “ajuda” e “proteção” aos que se mantinham fiéis a Hamilton nos pleitos eleitorais, após 1972. As relações clientelísticas e de personalismo são estabelecidas no campo político coiteense muito antes da proximidade entre Hamilton Rios e João Durval, e elas não são oriundas apenas das ações empreendidas pelo líder dos *Vermelhos*. No entanto, as fontes consultadas, principalmente a imprensa escrita do período, evidenciam que esses elementos estavam tão arraigados na cultura política e eram uma das justificativas dos pedessistas para a adesão ao “voto camarão”, além de serem fundamentadas na proximidade entre Hamilton e João Durval, principais rivais do PDS-2. Por outro lado, tais afinidades estavam baseadas nas relações afetivas dos *Azuis* com o candidato do PMDB ao governo do Estado, Roberto Santos, provavelmente tecidas quando ele exercia o cargo de Governador pela Arena, no início do mandato de Walter Ramos Guimarães.

Walter Ramos Guimarães ressaltou ainda não ter medo de eventuais represálias que venha sofrer da parte do Governador A. Carlos pela sua atitude, acentuando: - Subi e subo quantas vezes for preciso. O homem aí (referindo-se a Roberto Santos), sempre foi meu amigo e não posso me recusar a estar com ele (PREFEITO..., 1982, p. 3).

O discurso de Walter Ramos possibilita perceber o quanto as relações clientelísticas e personalistas moldavam não apenas os posicionamentos políticos das principais agremiações coiteenses, mas como elas foram as bases políticas de manutenção e ampliação do poder político durante a ditadura civil-militar, e orientaram as medidas de legitimação da agremiação no processo de transição política. Ao mesmo tempo, evidencia que a continuação do instrumento de sublegendas, apesar de conseguir aglutinar diferentes lideranças políticas na

mesma base governista, não deu conta de atenuar as rivalidades políticas entre diferentes agremiações locais, após a extinção da Arena e do MDB.

Assim, mesmo utilizando do recurso do voto vinculado, em que favoreceu a hegemonia do PDS e possibilitou uma disputa eleitoral num cenário semelhante ao antigo sistema bipartidário, em alguns contextos, como, por exemplo, o baiano, reunir diferentes lideranças participes da rede de clientela continuou sendo um grande desafio que os governos militares enfrentaram para legitimarem a política de abertura democrática.

Na realidade coiteense, essa dificuldade de segmentar as bases do PDS foi enfrentada no momento da ascensão política do Médico Ildebrando Iêdo Araújo Cirino e do rompimento político entre Walter Ramos Guimarães e Hamilton Rios de Araújo. Walter Ramos conseguiu assumir o executivo municipal sob a liderança de Hamilton Rios de Araújo que o designou para ser o seu sucessor político, após o seu primeiro mandato entre 1973-1977, era sogro do sobrinho de Hamilton, Ewerton Rios de Araújo, comerciante do sisal e importante figura do poder legislativo do município e dos *Vermelhos Situacionistas*, considerado o “Prefeito expressão nacional” pelo *Correio de Recife* devido à sua administração:

No seu governo de 6 anos [Walter Ramos] privilegiou reforma de estradas e construção de represas na zona rural (apesar de muitas serem ofertadas como propriedades privadas em todo município). Seu governo destacou-se também pela pavimentação de ruas em Coité e em povoados, a construção do Hospital Nossa Senhora da Conceição (hoje Almir Passos) na Sede e postos médicos em alguns povoados, a implantação de uma torre repetidora de TV e a construção do Centro de Abastecimento em Coité (LIMA, 2010, p. 36).

Walter Ramos Guimarães, todavia, não alcançou “voos mais altos” no poder executivo local, devido à interferência política de Hamilton Rios, eleito em 1972, que não queria perder sua autoridade na política municipal. A primeira administração de Hamilton Rios foi concomitante ao processo de intensas alterações no ambiente político e econômico nacional, promovidas pelas facções que dirigiam a ditadura civil-militar no Brasil. Ele assumiu o cargo de Prefeito Municipal no período final do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), marcado pelo crescimento acentuado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, promovido pelo “milagre econômico brasileiro”, e pela violentíssima repressão, os “Anos de Chumbo” da ditadura, em que “os direitos fundamentais do cidadão foram constantemente violados, a tortura tornou-se prática corrente contra os opositores do governo” (ZACHARIADHES, 2010, p. 81).

A liderança e o prestígio político de Hamilton Rios, após seu primeiro mandato, foram legitimados por suas vitórias nos pleitos eleitorais, como também pela vitória de candidatos indicados por ele e que pertenciam ao seu grupo político, como, por exemplo, Walter Ramos

Guimarães. Entretanto, diante da interferência de Hamilton na ascensão política do Prefeito em exercício, Walter rompeu com os *Vermelhos Situacionistas* e apoiou a candidatura de Misael Ferreira de Oliveira, líder dos *Azuis*, para sua sucessão em 1983. Dessa maneira, ele se integrou ao grupo adversário de Hamilton, no PDS-2:

A revista *Estados e Municípios* publicou o evento de 10 de junho 1982, na Associação Cultural Castro Alves, no qual Walter Ramos foi premiado com o título de “Prefeito Expressão Nacional 81/82” pelo jornal Correio de Recife (cuja tendência, expressa pelo seu representante Viriato Rodrigues, sinaliza uma completa afinidade com a Ditadura). Todas as autoridades presentes (municipais, estaduais e federais) reafirmaram a necessidade de eleger Misael Ferreira como sucessor para o executivo, e o próprio Walter encerra seu pronunciamento com um apelo aos fiéis eleitores: “A única retribuição que quero, de todos vocês, é a escolha de Misael Ferreira, em 15 de novembro para prefeito da cidade. Assim procedendo, vocês terão a minha eterna gratidão” (LIMA, 2010, p. 35).

Nesse sentido, a conjuntura de rompimento político de Walter Ramos Guimarães com Hamilton Rios de Araújo possibilitou a adesão dele e das lideranças dos *Azuis* ao chamado “voto de camarão” em uma das facções do PDS, que foi analisada pela imprensa e pelos segmentos do PMDB como o início de uma forte oposição baiana, em um dos maiores colégios eleitorais do interior, ao controle estabelecido pelo General João Figueiredo nas eleições municipais, sobretudo ao poder político de ACM. Apesar de que, por meio da imprensa, tanto ACM como João Durval Carneiro apontavam os dissidentes sem expressão eleitoral e dificilmente influenciariam outros políticos situacionistas do interior do Estado (JOÃO..., 1982).

Entretanto, esses descontentes com os rumos tomados pelo PDS após a morte de Clériston Andrade possivelmente tiveram notável poder de barganha durante as eleições de 1982, sendo notado nas denúncias empreendidas pelo então candidato a Deputado Estadual do PMDB, o jornalista Emiliano José da Silva Filho, que em menos de 7 dias para as eleições gerais de 15 de novembro de 1982, apresentou na imprensa um grande acordo entre o Governador ACM e os empresários sisaleiros para a resolução do chamado escândalo do sisal, também denunciado pelo jornalista.

O escândalo consistiu numa dívida de mais de Cr\$ 700 milhões, fruto da sonegação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) realizada por empresários do sisal “desde a falsificação de notas fiscais de entrada e saída de mercadoria, até a compra de notas fiscais de saída tiradas por empresas fantasmas, criadas com o fim exclusivo de confecção de notas fiscais para serem vendidas” (CANDIDATO..., 1982, [s. p.]), na qual se tornou objeto de barganha política para favorecer os candidatos do governo: “o Estado não cobraria o débito se

o dinheiro for aplicado na campanha política, mas se o PDS perder a eleição nos municípios todos os devedores serão obrigados a pagar a dívida. Se o partido do governo vencer, ninguém precisa pagar nada” (CANDIDATO..., 1982, [s. p.]).

Assim, para muitos setores oposicionistas, esse acordo serviu como um importante instrumento de barganha política para beneficiar o PDS, nas eleições de 1982, como também uma maneira encontrada pelo governo para atenuar a adesão de outros políticos sisaleiros do PDS ao movimento do “voto de camarão”, liderado pelo Prefeito e lideranças do PDS-2 de Conceição do Coité. A estratégia utilizada por ACM para fortalecer seu capital político na região sisaleira em plena disputa eleitoral nos instiga a compreender que as ações dos *Azuis*, de certa maneira, ameaçaram a sua influência política na região. É evidente que o contexto de crescimento político do MDB, expressados nas vitórias eleitorais a partir de 1974, influenciaram no engajamento dos *Azuis* ao “voto camarão” e mobilizaram os setores governamentais em minimizar essa dissidência do PDS.

Apesar da vitória de João Durval Carneiro ao governo do Estado e de Hamilton Rios de Araújo à prefeitura nas eleições de 1982, a oposição conseguiu a maioria da Câmara Municipal e demonstrou no pleito bastante expressividade, alcançando “mais da metade dos 18 mil votos válidos na forma de ‘camarão’” (PDS-2..., 1984, [s. p.]) e agregaram mais votos para os seus candidatos a Deputado Federal e Estadual. Esse feito possibilitou aos *Azuis* deixarem de pertencer à facção governista e se filiarem ao PMDB, agregando mais de 2.600 membros na agremiação e, portanto, eles se tornaram “a primeira adesão de peso que a oposição baiana conseguiu no interior do Estado, seguindo, aliás, uma tendência observada nos altos escalões políticos do país” (PDS-2..., 1984, [s. p.]).

Por intermédio da imprensa, fica claro que o Dr. Iêdo foi o grande responsável por esse processo, justificando a perseguição sofrida pelos seus correligionários por parte do governo estadual e municipal, e assim a decisão de abandonar a legenda governista, pois era insustentável permanecer como uma facção do PDS, sendo “uma decorrência natural do processo político que vinham enfrentando” (PDS-2..., 1984, [s. p.]).

Nesse sentido, essa conjuntura de 1982 demonstrou ter sido uma das disputas mais acirradas entre *Azuis* e *Vermelhos*, apenas 230 votos de diferença possibilitaram a vitória de Hamilton Rios, que nos pleitos anteriores alcançou mais de 1000 votos de frente ao seu opositor. Além disso, esse contexto, como também das eleições de 1986, tendo a vitória de Waldir Pires ao Governo do Estado, possibilitaram que Idelbrando Iêdo Araújo Cirino ascendesse politicamente e conseguisse reforçar seu capital político para enfrentar as forças políticas de Misael Ferreira de Oliveira, principal líder dos *Azuis*, e, sobretudo, de Hamilton Rios nas

eleições de 1988, aglutinando outros dissidentes dos *Vermelhos Situacionistas* na sua agremiação.

O editor-chefe de *O Coiteense*, Roberto Pinto Lopes, que durante as décadas de 1960 e 1970 era um dos principais coordenadores das campanhas políticas dos candidatos do grupo de Evódio Ducas Resedá, inclusive coordenou, em 1972, a campanha política de Hamilton Rios, pertencente aos *Vermelhos Conservadores*, se filiou-aos *Azuis*, nos anos finais da década de 1980. Por sua vez, ele intensificou, através do seu jornal, suas críticas ao então Prefeito Hamilton Rios, acentuando a atuação política Dr. Iêdo: “possuidor de futuro espetacular, que prometia ser a soma de todos os Prefeitos até aqui, e muito mais” (QUEM..., 1987, p. 3).

Dissidente dos *Vermelhos Conservadores*, Roberto Pinto Lopes, em artigo publicado no *O Coiteense* em 13 de agosto de 1987, explicou que havia deixado o grupo liderado por Hamilton Rios de Araújo, apesar da “grande e confidencial amizade”(LOPES, 1987, p. 2) existente entre eles, que nunca se deu por motivos financeiros, mas pelo fato do líder dos *Vermelhos Situacionistas* tê-lo traído em duas situações: quando prometeu o cargo de Vice-prefeito da sua chapa, o que não ocorreu; e quando “passou-lhe a perna” em um empreendimento comercial (LOPES, 1987, p. 4).

Roberto Lopes sentiu a necessidade de explicar essa saída dos *Vermelhos Conservadores*, pois devido às suas críticas em relação à gestão de Hamilton Rios, havia ocorrido uma circulação de panfletos nas ruas da cidade destacando que sua ruptura com os *Vermelhos Situacionistas* tinha sido por questões financeiras. Em decorrência desse rompimento, Roberto Lopes destaca que Dr. Iêdo, seu amigo de infância, se aproximou politicamente dele, e ele percebeu que essa aproximação seria uma boa oportunidade para derrotar Hamilton Rios. Assim, ele se engajou nos *Azuis* a partir da campanha de Waldir Pires ao Governo do Estado, representando a primeira derrota eleitoral de Hamilton. “Se eu o construí politicamente, cabe a mim também, ajudar àqueles que querem destruí-lo politicamente, no momento em que ele se tornou vingativo, perseguidor e traidor de amigos” (LOPES, 1987, p. 4).

A certeza da vitória do Médico Ildebrando Iêdo Cirino nas eleições de 1988 era, cada vez mais, evidente para Roberto Lopes, apesar de Dr. Iêdo não ter assumido nenhum cargo eletivo, visto que os *Vermelhos Situacionistas* estavam em paulatino declínio desde 1976, mesmo com o apoio do governo estatal, seu número de eleitores estava diminuindo a cada pleito. Assim, Roberto Lopes argumentava que a estimativa era “a vitória dos *Azuis* em torno de dois por cento do total do eleitorado. Contando agora com o Governo do Estado, a estimativa

pode superar os 10%, trazendo uma vitória para os Azuis acima de 3.000 votos de frente” (QUEM..., 1987 p. 3).

Figura 13 – Dados do paulatino declínio dos Vermelhos, desde 1976

<u>O PAULATINO DECLÍNIO DOS VERMELHOS DESDE 1976</u>				
<u>ANO ELEITORAL:</u>	<u>QUANTIDADE DE ELEITORES:</u>	<u>AUMENTO PERCENTUAL:</u>	<u>FRENTE:</u>	<u>PERCENTAG/</u>
1972	9.200	-x-	1.731	18,81 %
1976	14.000	52 %	1.230	8,78 %
1982	18.500	32 %	230	1,24 %
1986	25.100	35,6 %	- 219	- 0,87 %

Fonte: QUEM..., 1987, p. 3.

Roberto Pinto Lopes compreendia que, atrelado a essa progressiva diminuição de votos de eleitores aos candidatos dos *Vermelhos Conservadores*, a vitória eleitoral de Waldir Pires ao governo do Estado, em 1986, viabilizaria a vitória de Ildebrando Iêdo Araújo Cirino no pleito municipal, pois possuindo o apoio do Estado conseguiria interromper a sucedida trajetória política de Hamilton Rios no poder local, visto que, nesse período, sua imagem política estava em desapareço, devido ao seu “temperamento nervoso, e semi-esclerosado, tem extrapolado a civilidade e o senso da razão arrotando frases impensadas, inverídicas e caluniosas conta seus adversários políticos” (UM LÍDER DEVE..., 1987, p. 1).

Essa percepção de Roberto Lopes pode ser entendida, pois assim como Dr. Iêdo era a novidade para o pleito de 1988, Hamilton Rios conseguiu, sem ter nenhuma experiência em cargos eletivos, na primeira vez em que se candidatou para Prefeito, em 1972, enfrentar e derrotar a força política dos correlegionários do coronel Wercelêncio Calixto da Mota. Ainda mais, pelo fato de assumir a prefeitura de Conceição do Coité, ele conseguiu tecer estreitas relações com importantes políticos do cenário baiano que alcançaram a chefia do Estado, principalmente com ACM, se tornando seu “discípulo fervoroso” (UM LÍDER DEVE..., 1987, p. 1).

Nesse sentido, compreendemos que Roberto Pinto Lopes idealizou que Dr. Iêdo seria o grande vitorioso do pleito de 1988, porque muito antes dele assumir a chefia do executivo, ele conseguiu tecer essa relação de barganha com Waldir Pires ainda em sua campanha para o Governo do Estado, sendo assim, uma das suas vantagens dentre os seus rivais políticos. Roberto Lopes defendia que Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, assumindo a prefeitura, tinha toda a possibilidade de viabilizar um excelente governo e atenuar a força política do líder dos

*Vermelhos Conservadores*, pois tinha ao seu lado a burocracia estatal e poderia dar continuidade às práticas clientelistas e assistencialistas sob o seu mando.

Por outro lado, Roberto Lopes argumentava que o declínio dos *Vermelhos Situacionistas* estava atrelado ao comportamento adotado por Hamilton nos últimos anos do seu segundo mandato, que evidenciou a característica de um político que utilizava da esfera pública para defender seus próprios interesses e que, diante das derrotas, se descontrolava, ou seja, um perfil bem distante do seu primeiro mandato.

Discípulo fervoroso do Ministro Antônio Carlos Magalhães, o Sr Prefeito Municipal não aprendeu com o seu ilustrado mestre, que há hora de ser incendiário e hora de ser bombeiro, hora de extravasar e hora de reservar em silêncio. De um iniciar político triunfante e heróico [sic], não se preparou o Sr Prefeito, para os novos tempos da democracia. Perde normalmente as estribeiras, revela-se um político acuado e temeroso, tenso e irritadiço, ofensivo e deselegante. Desta feita, na comemoração do seu aniversário, onde tudo era festa e alegria – agradecendo à recepção lhe oferecida na chácara do Vice-Prefeito, esbravejou pela RÁDIO SISAL [sic], ofensas e agressões, deselegantes para o momento. (UM LÍDER DEVE..., 1987, p. 1).

É interessante perceber que, apesar de Roberto Lopes destacar que as ações de Hamilton Rios não condiziam com o momento de transição vivido no país, não foi possível perceber em seus jornais nenhuma associação da sua trajetória política ou das suas atitudes políticas serem condizentes com as práticas empreendidas durante a recente ditadura ocorrida no país. Ainda mais, destacar que as lideranças políticas dos grupos hegemônicos presentes na cidade também eram oriundas do sistema eleitoral implementado pela ditadura, principalmente Hamilton Rios de Araújo. Roberto Lopes, através de *O Coiteense*, sugeria como caminho para evitar o conflito entre *Vermelhos Conservadores* e *Azuis* no pleito de 1988, a chamada *conciliação política*, experimentada no governo de Theognes Antonio Calixto, considerando que Theognes representou a *conciliação política* entre os grupos e foi o “melhor Prefeito de então, numa administração acobertada de brilhante progresso” (SOB..., 1987, p. 3).

Roberto Lopes propunham para as eleições de 1988 que Hamilton Rios realizasse uma atitude de *conciliação política* com Dr. Iêdo, visto que ele possuía dificuldades de indicar um sucessor e teria grandes chances de ser derrotado por conta do seu “desequilíbrio”, sem falar que não estaria distante das ações governamentais de Waldir Fernando Pires. Dessa maneira, Ildebrando Iêdo Araújo Cirino reunia melhores condições para exercer o cargo do executivo municipal, e o acordo seria firmado com o compromisso, nas eleições de 1990, do grupo apoiar os candidatos de ambas as facções: apoiaria Misael Ferreira de Oliveira para Deputado Federal (*Azul*) e Emério Vital Resedá para Deputado Estadual (*Vermelho*). “Numa cartada decisiva e inédita, onde o nosso município, pela primeira vez, teria um Deputado Federal e a permanência

de um Estadual, seguramente eleitos. Acreditar nesse encontro é teoricamente possível e praticamente talvez impossível” (SOB..., 1987, p. 5).

Apesar do receio de sua proposta não ser aceita e se revelar como mais um elemento do campo das utopias, o pensamento de Roberto Lopes “é que será um prejuízo irreparável, o distanciamento administrativo municipal com o Governo Waldir Pires; enquanto a conciliação, o Prefeito teria acesso aos órgãos estaduais de forma recomendável” (SOB..., 1987, p. 5). Sua compreensão era de que o município não poderia estar distante das barganhas do poder estatal para não provocar prejuízos aos coiteenses, revelando o forte traço do clientelismo presente no comportamento político de Conceição do Coité.

Ao mesmo tempo, podemos supor que seu pensamento se alinha com os interesses dos empresários do sisal, que por muito tempo restringiram o poder local aos seus interesses e tinham receio de ampliar o campo político a outros sujeitos, que o momento histórico possibilitava sua inserção. Em 20 de julho de 1987, Ildebrando Iêdo Araújo Cirino faleceu em decorrência de um acidente automobilístico na chamada “Estrada do Sisal”, em direção à cidade de Serrinha, encerrando a possibilidade de se tornar Prefeito de Conceição do Coité. Todavia, a sua ausência do pleito não minimizou os embates entre os grupos políticos hegemônicos.

DR. IÊDO [sic], já divergia do Deputado Misael Ferreira, desde do tempo de campanha, pela sua omissão em nosso município, dedicando-se a municípios longínquos onde teve inexpressiva votação, a exemplo de Valença, onde teve 90 votos e é visitante costumeiro, coincidentemente [sic], aonde estava quando do trágico acontecimento. [...] De comportamento tímido ou egocêntrico, Misael Ferreira, nas periódicas visitas à nossa cidade (Não esteve por exemplo no dia do protesto contra as altas taxas de juro), se distancia da verdadeira cúpula do partido, preferindo-se reunir-se com uma assessoria imatura e despreparada em bares da isolados da cidade, e no momento do agrupamento geral, aparece exigindo a liderança dos seus 7.000 votos, como se os demais companheiros não tivessem tido participação heróica [sic] para tal conquista. (NÃO..., 1987, p. 2).

As publicações do jornal *O Coiteense* demonstraram que o motivo das divergências entre os *Azuis* foi o fato do Deputado Misael Ferreira de Oliveira não ter indicado a médica Tânia Maria Tanajura Cirino, viúva de Dr. Iêdo, para substituir o marido no cargo da 12ª DIRES, porquanto Misael temia que pudesse prejudicá-lo politicamente e porque possuía interesse de que seu filho, José Ricardo Araújo Ferreira, fosse o candidato a Prefeito pelo PMDB, revelando a disputa pela liderança do partido.

Por outro lado, os *Azuis* necessitavam de Misael, pois ele tinha bastante influência e prestígio político no maior distrito do município de Conceição do Coité, Salgadália, que historicamente não possibilitava a vitória dos *Vermelhos Situacionistas* em sua região e contava



com um número expressivo de eleitores. Já as dificuldades enfrentadas por Hamilton Rios de Araújo para conseguir indicar um sucessor e continuar a exercer o domínio no poder local, segundo Roberto Lopes, advinha do seu comportamento político que resultou em alguns desentendimentos dentro do grupo, inclusive com seu Vice-prefeito, Emério Vital Resedá, e com Evódio Ducas Resedá, pai de Emério, seus principais aliados políticos. Como também, da derrota eleitoral do seu candidato ao governo pelo PFL, Josaphat Marinho, em 1986.

Ao invés de habilidade fugiu da sua responsabilidade, proclamando: “daqui a um mês, Emério, você assumirá a Prefeitura e eu irei fazer a campanha do meu candidato para dar uma surra na azulada”; CABERIA – ao intransigente Prefeito, demonstrar os exemplos do seu famoso catedrático ACM, a capacidade administrativa e de liderança que se diz possuidor. [grifos do autor] (UM LÍDER DEVE..., 1987, p. 2).

Destarte, o desgaste político de Hamilton Rios, que em seu último mandato (1982-1988), abandonou o cargo do executivo para se dedicar ao planejamento de estratégias políticas e garantir sua influência no pleito eleitoral estadual de 1990, foi um fato que acentuou divergências em sua agremiação, gerando algumas dissidências. Em especial, esse cenário suscitou na comunidade discussões sobre seu compromisso na administração do município, aspecto explorado pelos *Azuis*, porém, as dissidências entre os *Vermelhos Conservadores* não foram percebidas apenas nesse período. Desse modo, apesar do conturbado ambiente político pré-eleições de 1988, acentuado com a ascensão e morte do Médico Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, que ameaçava as lideranças de Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira em suas agremiações políticas, no qual seus dissidentes e adversários entenderam como uma importante brecha para deslegitimar e atenuar suas posições dentro das facções, esses dois empresários do sisal conseguiram, através do seus poderes econômicos e das suas habilidades políticas, preservarem sua influência no campo político coiteense e continuarem nos anos posteriores demarcando os embates pelo poder local.

Nesse sentido, a atitude realizada pelos peemedebistas, durante a folia de Micarême em 1986, mais se caracterizou pelo antigo conflito político entre *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas*, do que pela resistência frente a um comportamento político personalista, clientelista e autoritário, e às bases políticas oriundas da ditadura civil-militar como argumentava o periódico. As fontes sinalizam que todos aqueles que tivessem um posicionamento político opositor ao líder dos *Vermelhos Conservadores*, bem como não se submetiam ao seu mando, sofriam algum tipo de retaliação e perseguição, sendo essa conjuntura um dos principais motivos para leigos católicos, imbuídos dos ensinamentos da Teologia da Libertação, decidirem

adentrar na política partidária e fundarem o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité.

#### 4.2 Diretrizes religiosas e fundação do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité

Após as eleições de 1990, o jornal *Tribuna Coiteense*, na edição de outubro do mesmo ano, reservou boa parte das suas oito páginas para apresentar os resultados das eleições dos cargos de Deputados Estadual e Federal e de Governador do Estado da Bahia, como também o significado daquele pleito para a sociedade baiana, especialmente para os coiteenses que dentre os “29.353 eleitores habilitados, 4.975 não compareceram às urnas para votar, causando uma abstenção de 16,97% dos votos” (ELEIÇÕES..., 1990, p. 1). Além disso, o *Tribuna Coiteense* salientou os bastidores daquele embate eleitoral: “nesta última eleição para Governador e Deputados aconteceu de tudo na ACCA” (OLIVEIRA, 1990, p. 4), local escolhido pela Justiça Eleitoral para realizar a apuração dos votos daquela eleição. Por meio de uma equipe de reportagem, o *Tribuna Coiteense* conseguiu capturar não apenas a ansiedade dos presentes na apuração, que se debulharam em horas para a chegada daquele tenso momento, mas flagrou algumas inusitadas cenas realizadas pelos políticos coiteenses:

Resedá, no início das apurações, andou um pouco nervoso e quase chega aos tapas com Arivaldo e Dionízio Torquato. A rivalidade, como sempre, agitando as apurações e defendendo seus direitos e dos eleitores. Petronílio Cedraz não concordando com “algumas coisas” que estavam acontecendo na apuração, pediu permissão [sic] ao juiz, se retirou, saindo mais cedo para Salvador. Nesta eleição teve de tudo. Teve até Mapa de Apuração fechado à “marreta”. (OLIVEIRA, 1990, p. 4).

As cenas apresentadas pelo periódico local, além de demonstrar a intensa rivalidade entre os grupos políticos, sobretudo durante as campanhas eleitorais, caracterizada, muitas vezes, pelo uso da violência como instrumento de combate aos opositores, evidenciou a presença de novos sujeitos na disputa pelo campo político de Conceição do Coité, fora da bipolarização *Vermelhos versus Azuis* e que interferiram, de maneira acentuada, no pleito. De tal modo, um desses sujeitos foi o leigo católico, Arivaldo Ferreira Mota, então presidente do PT, designado como delegado do partido no qual defendia a candidatura de Sérgio Gabrielli (PT) ao Governo do Estado, tendo como principais rivais Roberto Santos (PMDB) e ACM (PFL), que alcançou uma expressiva vitória com o percentual de 50,71% dos votos válidos.

A vitória de ACM representou o fortalecimento da força política de Hamilton Rios de Araújo, que nos anos anteriores enfrentou diversas dissidências e uma derrota eleitoral em 1986. Entretanto, apesar do líder dos *Vermelhos Situacionistas* ter sido o grande vencedor do pleito, pois conseguiu uma expressiva votação dos seus candidatos em Conceição do Coité, os relatos sobre o processo eleitoral de 1990 denotam que a presença de Arivaldo Ferreira Mota no campo político coiteense, com uma inexpressiva votação chegou a incomodar Hamilton Rios, o qual, constantemente, desdenhava da trajetória política de Arivaldo Mota e reunia forças para evitar a ascensão política dele.

Hamilton Rios, acompanhando as apurações, bradou em alta voz: “Enquanto eu for vivo, Arivaldo, Admilson e Mitinho (Rádio) não vão ser nada em Coité. O que é que Arivaldo quer dando ordem aí? Não tem 50 votos e fica gritando? A gente, juntamente com a Prefeitura é quem sustenta sua gráfica e ele (Arivaldo) ainda fica “zoando”. Se não saio de lá por causa do seu irmão Adauto. Se eu quizesse [sic], eleger-me-ia deputado estadual ou federal. Teria ajuda de quase toda região. Eu é que não quero, pois tenho muito amor por Coité” (OLIVEIRA, 1990, p. 4).

Parecia ser recorrente a prática de Hamilton Rios de Araújo depreciar sujeitos que buscavam percorrer pelas veredas da política partidária sem a sua tutela e aprovação, até mesmo pertencentes a sua agremiação política, como, por exemplo, Valdemir de Assis (Mitinho do Rádio) e Admilson Nascimento, seus correligionários e funcionários da sua emissora de radiodifusão, Rádio Sisal 900 AM. Apesar do jornal *Tribuna Coiteense* possuir uma equipe de reportagem nos bastidores da apuração dessas eleições de 1990, não deixou claro para o leitor quais foram as “algumas coisas” que aconteceram durante a contagem dos votos que provocaram a saída de um dos delegados do grupo dos *Azuis* da apuração.

Todavia, ao se referir que nessa “eleição teve de tudo”, podemos supor a ocorrência de eventos que não respeitaram a lisura do processo, eventos que também foram marcantes em outros pleitos. O próprio *Tribuna Coiteense* nos deu subsídios para perceber que um dos elementos que porventura possibilitou uma postura crítica de Arivaldo Ferreira Mota durante o processo de apuração dos votos, compreendido por Hamilton Rios como uma atitude de “zoação”, diz respeito às anotações de alguns eleitores nas cédulas de votação:

Emério, por sorte ou dessorte [sic], meu filho vinha comigo da roça e perdeu seu relógio, que foi comprado com muito esforço. Todo dia ele dizia: - Mãe, vou comprar meu relógio. Até quando o comprou. No dia da votação perdeu. Está em pranto de choro. Pensando falou-me: - Mãe, escreva prá Emério dar um de presente, meu nome é Wagner. Votei prá você. Agora você dá para meu filho que mais quero na vida. Trabalhamos juntos para sobreviver. Perdeu na estrada da Pinda até à rua do Cruzeiro. Boa sorte, Emério. (OLIVEIRA, 1990, p. 4).

Podemos pensar que a presença desses recados de eleitores nas cédulas aos candidatos dos *Vermelhos Situacionistas* tenha despertado Arivaldo Mota, na função de delegado do seu partido, solicitar a impugnação de tais votos, pois poderiam indicar que eles teriam sido feitos por algum tipo de coação, como, por exemplo, comprovar que havia cumprido o acordo de votar no respectivo candidato em troca de algum benefício. Tal ação pode ter desencadeado desconforto e constrangimento entre os representantes dos *Vermelhos*, sobretudo em Hamilton Rios de Araújo, que declarou empenho para evitar a ascensão política de Arivaldo Ferreira Mota: “enquanto eu for vivo, Arivaldo... não vão ser nada em Coité” (OLIVEIRA, 1990, p. 4).

Por outro lado, Arivaldo Ferreira Mota era bastante respeitado por outros representantes políticos do município, para o editor dos jornais locais e principal marqueteiro das campanhas políticas dos grupos hegemônicos coiteenses, Roberto Pinto Lopes, Arivaldo Mota era “excessivamente íntegro para comungar com o jogo de interesse e os subterrâneos da política” (QUEM..., 1987, p. 4). Aspecto percebido em entrevistas realizadas com membros dos grupos hegemônicos coiteenses publicados nos jornais locais, como a feita com o Médico piauiense, residente no município e membro do PMDB, Antonio Mascarenhas, que ao se referir sobre Arivaldo Mota o caracterizou como “uma das reservas morais de Coité (em gênero, número e grau)” (DR. ANTONIO, 1987, p. 4).

Possivelmente um dos incômodos que Arivaldo Ferreira Mota gerava na liderança dos *Vermelhos Situacionistas* dizia respeito a sua postura crítica em relação à agremiação vermelha e ao comportamento político de Hamilton Rios, que fortalecia o personalismo e as relações clientelísticas na sociedade coiteense, ainda mais, a perseguição empreendida aos seus opositores:

Nessa época de 1986, houve esse problema da perseguição, que a gente havia colocado antes, do grupo que dominava em relação a transferir Médicos, Professores, inclusive para cidades distantes, teve gente que foi para Paulo Afonso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal. Então, depois disso, que me motivou, pois a gente já tinha um grupo de estudos nessa linha, mesmo sem o apoio da Igreja [...], mas como cristão. Quando aflorou essa situação, me deu, como diz, um sinal a mais, uma luz amarela para a fundação de outro partido [...] essa situação foi que despertou, como a gente tinha esse grupo, a gente começou a conversar [...] quando houve essa adesão inicial de Nilson, Aroldo, Jorjão, Vanilson e eu que foram [...] os cinco primeiros, a comissão desses cinco, a gente sentou, conversou e resolveu, realmente fundar por esse despertar mesmo, porque a gente não tinha nenhuma formação política, por exemplo, participei muito tempo, até hoje, mas não tinha aquele aprofundamento da ideologia partidária, ideologia de esquerda, de direita, de centro, para mim eram coisas que me despertaram pela Igreja, a gente foi despertado. Na época, o Partido dos Trabalhadores seria o partido que poderia, vamos dizer assim, não resolver, mas fazer aquilo que inicialmente a gente desejava, que era uma mudança de comportamento. A gente começou por aí, não por outra situação, por ter ideologia, motivação, mas por causa dessa

situação, como a gente diz, revolta pelas perseguições. Houve adesão, muita dificuldade inicial, mas na hora de partir para filiação muita gente tinha medo, receio, muita gente não queria saber (MOTA, 69 anos, 2021).

Esse depoimento de Arivaldo Ferreira Mota situa que a criação do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité, no ano de 1986, surgiu da necessidade de combater comportamentos políticos presentes na realidade local, que não propiciavam o desenvolvimento das relações democráticas. Ademais, uma agremiação política divergente dos grupos políticos hegemônicos era compreendida pelos segmentos leigos como meio de transformação e ampliação da participação popular, uma vez que outros partidos surgidos nos anos 1980, como o PDT e o PMDB, estavam vinculados ao empresariado sisaleiro, nas mesmas bases políticas. Como exemplo, é possível citar o então Vereador Valdemir de Assis, dissidente do PDS-1, responsável pela fundação do PDT, sob a justificativa de que a facção política dominada por Hamilton Rios não lhe dava espaço, contudo ele se manteve na base governista dos *Vermelhos Situacionistas*, se filiando ao PFL, agremiação local liderada por Hamilton Rios, em 1992. Essa conjuntura da necessidade de transformação elencada por Arivaldo Mota se insere-se na própria trajetória de fundação do PT nacional, em 1980, fruto da “experiência dos embates sindicais e das greves constituiu um padrão de educação política para crítica e negação da realidade histórica brasileira naquele momento” (MARTINEZ, 2007, p. 245).

Esse componente é importante nas análises sobre a origem do PT, especialmente os trabalhos de Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991), porque apontam a formação do partido diretamente ligada ao “novo sindicalismo”, em fins da década 1970, no qual expressou o esforço dos trabalhadores na busca de inserção política e de romper com os limites impostos pela ditadura civil-militar, sobretudo na região do ABC paulista, se tornando um dos movimentos sociais mais importantes da história contemporânea do Brasil, no contexto da transição para a democracia (KECK, 1991).

Nessa perspectiva, Eurelino Coelho (2012) argumenta que a categoria de transição política definidora da interpretação analítica do contexto histórico responsável pela gênese do PT, a lenta e titubeante passagem da ditadura-militar para a democracia burguesa, investigada pela literatura especializada, inclusive pelas autoras anteriormente referenciadas, carecem de caminhos que compreendam a transição como resultante de uma determinação múltipla. Desse modo, esse processo não foi apenas resultante das interações dos agentes políticos em espaços institucionalmente demarcados, nem dos conflitos produzidos pela luta da demarcação institucional de novas regras para a disputa política, mas de agentes históricos em ação, movidos por seus conflitos, em cenários além dos espaços políticos tradicionais, tendo as lutas sociais

como forças que modelam o próprio terreno histórico. “Por esta perspectiva, as lutas operárias do final dos anos 70 deixam de ser apenas mais um dado do contexto histórico e assumem, na análise, a posição de centralidade correspondente ao seu papel histórico real” (COELHO, (2012), p. 40).

Destarte, a inserção de novos personagens na cena pública, favorecidos pelas greves e a emergência de movimentos sociais, não apenas apressaram o processo de transição, mas deram um conteúdo novo, forjaram novos sujeitos coletivos, pois junto com eles, novas demandas, novos valores e novas práticas, resultaram no entendimento sobre a criação de um novo partido de esquerda, no qual “a reconfiguração da luta de classes criou a necessidade de engendrar uma nova formação política [...] o novo sujeito, que emergia da experiência das lutas, reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora e sublinhava esta identidade ao apresentar-se na cena pública.” (COELHO, 2012, p. 45; 47).

Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009), Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (2018) analisam que a presença desses novos atores, que adentraram no cenário político ainda na primeira fase da transição, entre 1974 e 1982, no qual o poder militar mantinha o controle do processo, foram importantes para “fustigar” o governo autoritário, gerando crise no projeto de abertura elaborado pelos militares, que perderam o poder absoluto da transição. Desse modo, houve o início da segunda fase do processo de abertura, entre 1982 e 1985, que desencadeou a participação política da sociedade, no qual o governo perdeu as iniciativas das reformas, e como não objetivava uma transição à democracia, teve como alternativa retardar o quanto pôde tal iniciativa.

Essa conjuntura propiciou a formação do PT, cuja base social agregou militantes do “novo sindicalismo”, movimentos sociais e grupos políticos oposicionistas críticos da ditadura civil-militar, bem como intelectuais de esquerda e “grupos sociais, profissionais e políticos... militantes de organizações que lutavam contra a ditadura, dirigentes dos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970, líderes religiosos e agentes comunitários da Igreja Católica” (MARTINEZ, 2007, p. 245).

No entendimento de Eurelino Coelho (2012), esses sujeitos tiveram que construir seus espaços na rede interna de relações políticas que constituía a agremiação e disputar suas próprias concepções sobre como o PT deveria ser, tendo como núcleo original o “grupo do Lula”, principal polo aglutinador de muitos que ingressavam no partido sem estarem ligados às correntes ideológicas, aspecto diferente daqueles ingressos de modo organizado, ligados à uma das correntes, na qual a crítica aos partidos comunistas, por excluir as bases das decisões mais importantes, foi um dos elementos comuns à maioria destes grupos, permitindo a:

confluência de tendências diversas como a cultura política oriunda das comunidades de base da Igreja Católica e a orientação teórica do grupo de intelectuais paulistas que divulgou, em setembro de 1890, as *11 Teses sobre Autonomia*. Para estes setores, o PT deveria romper com a “concepção vanguardista e messiânica do partido” que caracterizaria o leninismo e fundar seu projeto socialista e revolucionário na autonomia dos movimentos sociais. Este campo foi desde o início majoritário no PT nacional, mas, como vimos, a construção da hegemonia implicava em relações políticas complexas e, não raro, tensas com outros grupos (COELHO, 2012, p. 59).

Analisando as *11 Teses sobre Autonomia*, o historiador Leandro de Aquino Mendes (2010) compreende nesse documento as bases de um projeto político do PT que permitiu o encontro com o discurso religioso de libertação defendido pelos setores “progressistas” católicos, em razão das seguintes reflexões: a crítica à exploração desumana de homens, mulheres e crianças, como um recurso utilizado pelo sistema capitalista no alcance do lucro; e a formação de um partido político como o melhor instrumento para os trabalhadores superarem essa injusta exploração.

Nesse sentido, várias temáticas, como a preocupação com a questão do pobre; a concepção democrática também nas esferas sociais e econômicas; ampliação da participação popular nos processos políticos; e a questão da igualdade, foram componentes importantes na profunda identificação dos ideais do Partido dos Trabalhadores com os ideais defendidos pelos católicos “progressistas”, sobretudo ligados ao cristianismo da libertação.

O PT coiteense faz parte dessa conjuntura, além de Arivaldo Ferreira Mota identificar que a participação de grupos opositores fora do círculo de poder dos empresários sisaleiros, especialmente dos segmentos *Vermelhos Situacionistas*, sofriam hostilidades, apresenta em seu relato que a base para a fundação do PT local se situa em um grupo de estudos cristãos que, diante das perseguições empreendidas aos atores que não desejavam se integrar na rede de clientela e nem se submeter a autoridade de Hamilton Rios de Araújo, compreenderam a necessidade de combater esses comportamentos adentrando na política partidária, sob inspiração das diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>83</sup> e, sobretudo, da Teologia da Libertação.

---

<sup>83</sup> O Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII (1958-1963), em 1962, figura maior para a virada de uma Igreja mais focada nas necessidades e angústias da humanidade, responsável pela inserção da Igreja Católica no amplo movimento ecumênico do século XX, reformou as estruturas internas da instituição religiosa, as relações estabelecidas com a cultura e a sociedade modernas, consolidando um compromisso na defesa dos direitos humanos e dos pobres (BEOZZO, 2005). Dentre os decretos, declarações e constituições conciliares aprovadas no decorrer das quatro sessões do Vaticano II, durante os anos de 1962 a 1965, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* foi a que mais exprimiu a dimensão do programa conciliar de *aggiornamento* proposta por João XXIII e se estabeleceu como “um instrumento de grande valor na viabilização do objetivo dialogante com o mundo assumido pelo Vaticano II” (ALVES, 2011, p. 29), pois inaugurou um novo paradigma de compreensão da relação

Entretanto, antes do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica já havia lançado propostas para uma mudança social na Encíclica *Rerum Novarum*, publicada no ano de 1891, pelo Papa Leão XIII, que se tornou a “Carta Magna” da atividade cristã no campo social. Ela discutiu os problemas da vida dos operários num contexto marcado pelas inovações tecnológicas do capitalismo industrial responsáveis pela “situação de infortúnio e de miséria imerecida” das classes pobres.

Cabe destacar que desde anos 1930, a necessidade da Igreja Católica modificar o seu relacionamento com o mundo moderno ganhou impulso em movimentos eclesiais, que promoveram novas experiências de vida cristã nos diferentes níveis pastorais, espiritual, teológico e eclesial, possuindo como um grande expoente desse paradigma o leigo Jacques Maritain. Esse último, por volta dos anos trinta do século passado, defendia a necessidade de “um novo humanismo integrado, cristão em sua origem de inspiração cristã, mas secular e profano pela sua presença animadora e transformadora das realidades terrestres” (PASSOS; SOARES, 2007, p. 37).

Embora a documentação da DSI não tenha citado esse vigoroso pensador e mestre espiritual, sua compreensão acerca do Evangelho foi tranquilamente integrada no coração da mensagem da DSI<sup>84</sup>. Nesse sentido, essa experiência histórica alcançou os pronunciamentos<sup>85</sup> dos Sumos Pontífices a partir de 1950, quando passaram a tratar de problemas sociais do mundo moderno e interpretar à luz do Evangelho as conjunturas e os eventos sociais “que se configuraram nos embates econômicos, sociais, políticos e culturais” (PASSOS; SOARES,

---

da Igreja Católica com o mundo, numa postura de diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura (ALVES, 2011). Além disso, expressou o anseio pela promoção da vida, especialmente na comunidade política, pois revelava um aumento na consciência em favor das minorias e condenava os regimes governamentais que utilizavam o exercício da autoridade em benefício de seus próprios interesses, ameaçando, dessa maneira, o bem comum.

<sup>84</sup> As encíclicas chamadas de sociais fazem parte de um corpo de documentos que formam um conjunto chamado “Doutrina Social da Igreja”, que objetiva apresentar a posição da Igreja com relação à questão social, cuja finalidade é apontar caminhos possíveis ou necessários para traduzir uma inspiração evangélica para as realidades de âmbito pessoal, familiar, comunitário e social.

<sup>85</sup> De fato, o esforço que a Igreja desenvolvia na reflexão de compreender a realidade em que ela se encontrava e sua própria natureza e missão no mundo moderno pode ser acompanhando nas encíclicas pontifícias denominadas como sociais. Todas influenciadas pela *Rerum Novarum* e inseridas num determinado contexto social deram continuidade e/ou ampliaram temáticas abordadas por Leão XIII, por exemplo: a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931), continuou os princípios dos ensinamentos de Leão XIII, revisou conceitos de propriedade, trabalho e de salário e desenvolveu o princípio da subsidiariedade; *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, ampliaram a temática das encíclicas sociais ao discutirem a questão da justiça social, da distribuição desproporcional da riqueza e a ativa participação na vida pública; *Populorum Progressio* (1967) e *Octogesima Adveniens* (1971), de Paulo VI, proclamaram os princípios da solidariedade, do destino universal dos bens e debateu novos problemas sociais como urbanização, emigrantes e o estatuto da mulher; *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1988) e *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II, discutem as questões do trabalho, da terra, do consumismo e da ecologia. (MIRANDA, 2012, p. 89).



2007, p. 12). Assim, revelava-se o desejo da Igreja Católica de participar do processo de desenvolvimento dos países, e da lenta e crescente politização das massas, inclusive a rural.

Michael Lowy (2007) compreende que a conjunção do Concílio Vaticano II com outro movimento histórico, o triunfo da Revolução Cubana (1959), “que inaugura um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições que vai durar na América Latina até os anos 90 do século XX” (LOWY, 2007, p. 414), foi responsável por criar, no início dos anos 1960, o contexto necessário para à fusão de dois componentes, marxismo e cristianismo, e à formação do cristianismo da libertação.

Segundo o autor, a convergência do cristianismo e do marxismo em certos setores da Igreja Católica foi resultado de uma evolução interna da própria Igreja e da sua tradição, no qual, no início da década de 1960, “um setor do clero e da laicidade sentiu a necessidade de adotar o método marxista de interpretação e transformação da realidade” (LOWY, 2016, p. 123). Entretanto, adverte para o fato de que a Teologia da Libertação não foi um movimento propriamente político, pois não chegou a formular nenhum programa, nem mesmo objetivos econômicos e políticos precisos, “limitando-se a fazer uma crítica social e moral à injustiça, a aumentar a consciência da população, a espalhar esperanças utópicas e a promover iniciativas ‘de baixo para cima’” (LOWY, 2016, p. 79).

A reflexão proposta por Leonardo Boff (1980), em *Marxismo na Teologia: a fé precisa de eficácia*, lança pistas sobre esse entendimento ao apenas se apropriar do materialismo histórico como um instrumento eficaz na compreensão da realidade social da América Latina. O teólogo utiliza “esse método e não outro porque lhe parece mais adequado para denunciar as falsificações ideológicas do capitalismo, ocultando verdadeiras causas que geram o empobrecimento, primordialmente a acumulação da riqueza em poucas mãos com a exclusão da maioria” (BOFF, 1980, p. 204-205).

Danilo Rangell Pinheiro Perreira (2018), discute que a apropriação de Boff sobre alguns conceitos do marxismo foi de maneira instrumental, sendo Antonio Gramsci um dos principais autores que norteou as discussões do teólogo brasileiro, no qual o contato com o marxismo possibilitou ao teólogo da libertação, bem como ao seu irmão, Clodovis Boff, que também dialogou com a literatura marxista, inclusive com as próprias críticas de Marx à religião, “reconhecessem nas suas elaborações intelectuais que o caminho para a compreensão do mundo não pode se agarrar como muitas posturas da Igreja Católica no passado, a aceitar dogmas e doutrinas impostos sem nenhuma atitude crítica ou de contextualização da tradição cristã” (PEREIRA, 2018, p. 141).

Os depoentes selecionados nessa pesquisa relataram que o núcleo fundador do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores adveio do MCC, após realizarem o encontro diocesano desse movimento, ocorrido em Feira de Santana, em 1984, cuja dinâmica propunha um gesto concreto que possibilitasse mudanças na sociedade, foram impulsionados a instituírem uma agremiação política como extensão das suas práticas cristãs na busca pela justiça social, assim adentraram na disputa pelo poder local: “Na época, saímos do Cursilho com o gesto concreto de começar a buscar mudanças na política partidária do município de Conceição do Coité, a termos um instrumento, um partido para a gente militar, porque senão a gente iria apenas ficar no estudo, na vontade” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Os relatos de Arivaldo Mota e Joilson Araújo, apesar de apresentarem uma decisão bastante assertiva após os acontecimentos narrados, evidenciam que houve um processo de maturação para a formação do PT local, sendo orientada pelos estudos em torno do Vaticano II e da espiritualidade da libertação.

Analisando as entrevistas, os encontros diocesanos do MCC foram responsáveis no incentivo para o aprofundamento dos documentos do Vaticano II e, conseqüentemente, dos pressupostos da TdL, uma vez que discutiam temáticas relacionadas às mudanças ocorridas na instituição católica a partir da década de 1960, sobretudo o papel dos leigos. Em contrapartida, Arivaldo Ferreira Mota demarcou que o MCC, tanto em Feira de Santana quanto em Conceição do Coité, era constituído por setores elitistas, que não se preocupavam em aprofundar uma discussão em torno da *espiritualidade da libertação*. Na verdade, a finalidade era consolidar as ações de uma Igreja institucional na formação de novas lideranças e, quando propunham esse debate nos encontros a nível paroquial, havia rejeição, razão pela qual organizaram um grupo de estudos com cursilhistas interessados em aprofundar a temática da questão social e dos pressupostos da TdL:

Em Feira era a elite também, mas aqui não tinha muita diferença, inclusive, quando a gente começou a fazer essa discussão, nessa linha [da TdL], não era bem aceito, tanto que a gente fundou um grupo à parte, depois que a gente teve essa situação com o padre, o qual isolou um determinado grupo de pessoas, a gente começou a conversar. Sandra, Vanilson, Nilson, eu, não sei se Aroldo começou nessa época, porque era outro tempo. Jorge começou a participar e outras pessoas. A gente fazia uma discussão entre nós, aprofundando essas questões das CEB's, essa questão social, mas nunca partido da iniciativa da Igreja, [partia] desse pessoal mais autônomo do grupo, porque a maioria em si não estava aberta para essa discussão (MOTA, 69 anos, 2021).

Além desse relato de Arivaldo Mota, os demais depoentes, Joilson Araújo, Vanilson Oliveira e Zenilda Mota, situaram que o contato com os documentos do Vaticano II e do

CELAM, bem como com o pensamento da TdL, foi motivado pelo interesse pessoal, sobretudo através da leitura das obras de Leonardo Boff, do que a partir de um incentivo do clero ou lideranças religiosas paroquiais. Por tal motivo, Arivaldo Mota destacou na entrevista que esse processo não foi uma iniciativa da Igreja Católica local, mas do grupo de estudos advindo do MCC, ambiente que oportunizou proximidade com essas temáticas, pois realizavam encontros com o objetivo de também aprimorarem os serviços desempenhados nas pastorais da paróquia, sobretudo as ações formativas. Isso porque as lideranças constituídas nos encontros do MCC eram as principais responsáveis pelas formações leigas nas comunidades rurais, assim as temáticas que fortaleciam um modelo de *Igreja Popular* eram aprofundadas nos estudos realizados por eles.

Ademais, Arivaldo Mota destacou a experiência vivenciada nos encontros diocesanos das CEBs como importante na compreensão de outras realidades eclesiais e na percepção do quanto a paróquia coiteense divergia desses movimentos, apesar do seu clero não ter criado obstáculos para que eles conseguissem transitar pelos movimentos religiosos da paróquia e nem impedisse que o grupo fomentasse ações orientadas pelo pensamento dos teólogos da TdL no espaço em que atuavam. Inicialmente, é possível supor que esses leigos não obtiveram conflitos com um clero local, pois as suas ações estavam chanceladas por um dos muitos movimentos “conservadores” presentes na Igreja Católica, o MCC. Cenário que demonstra a participação dos leigos/as dentro e fora da instituição religiosa; os limites e as possibilidades entre a Igreja Católica e o grupo de leigos preocupado com as questões sociais, e a participação nos grupos de estudos do MCC, uma vez que tal iniciativa não partia da hierarquia clerical, mas dentro da comunidade religiosa.

Sara Cristina de Souza Gomes (2009), na dissertação intitulada *A Cristandade DeCores: A Igreja Católica e o Movimento de Cursilhos de Cristandade durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1980)*, salienta que apesar do MCC e outros grupos contemporâneos da TdL, por exemplo, o Opus Dei e a Renovação Carismática Católica (RCC), estarem integrados às ideias conciliares do Vaticano II, permaneciam alinhados aos elementos mais tradicionais da cultura católica, “não só em posicionamentos políticos, mas principalmente em termos morais” (GOMES, 2009, p. 111). O MCC foi criado na Espanha, nos anos de 1940, pelo Bispo Dom Juan Hervás, durante o contexto da Guerra Civil Espanhola e os primeiros anos do governo de Francisco Franco, fruto das atividades realizadas pela *Acción Católica Española* (ACE), “que era encarregada de unificar e coordenar todas as associações religiosas católicas e trabalhar com os leigos em geral” (GOMES, 2009, p. 9).

O MCC adentrou nas terras brasileiras em 1962 e foi acolhido pela arquidiocese de São Paulo, adotando o mesmo método espanhol, que visava não apenas um curso de formação de lideranças cristãs, mas a construção de um novo modo de ser cristão, e, juntamente, com as arquidioceses de Campinas, elas propagaram o movimento para outras regiões do país, entre fins da década de 1960 e início de 1970. Por intermédio das publicações do periódico do movimento o *Alavanca*, Sara Gomes compreende que o MCC se consolidou na realidade da Igreja Católica no Brasil tendo uma visão mais conservadora do Concílio Vaticano II e de suas encíclicas do que o tradicionalmente interpretado. Além disso, o MCC compreendeu os movimentos religiosos “progressistas”, sobretudo inspirados pela TdL, como inimigos que “deveriam ser combatidos através do apostolado firme e fiel de seus seguidores” (GOMES, 2009, p. 70).

Nesse sentido, é possível pensar que o clero local, representado pelo Padre José Antonio dos Reis, compreendia que as ações desempenhadas pelo grupo de *leigos cursilhistas* que questionavam a conduta política dos grupos hegemônicos de Conceição do Coite, estavam alinhadas ao pensamento do MCC. Ainda mais que os registros no Livro de Tombo indicam que a chegada do Padre José Antonio dos Reis na paróquia havia oportunizado uma reorganização do movimento. Desse modo, o clero poderia entender que a visão desse grupo de leigos sobre o Concílio Vaticano II correspondia com a perspectiva do periódico do MCC, o *Alavanca*:

Considerando o *Alavanca* um porta-voz das ideias oficiais do movimento cursilhista, é possível pensar o apostolado de seus membros e sua interpretação do Vaticano II como uma frente de defesa à tradição e à doutrina da Igreja contra os males do então denominado mundo moderno, o qual reunia em sua esfera secular pensamentos e teorias que, de alguma forma, poderiam ameaçar católicos mais tradicionais. Ao invés do discurso da justiça social, *Alavanca* e seus editores se preocupavam em disseminar entre seus leitores a importância dessa defesa e o perigo de ideias, externas ao catolicismo e seus cânones, subverterem suas verdades, consideradas por eles imutáveis e atemporais. O que deveria mudar, pela ótica do movimento, é a forma de apresentação da doutrina, não os seus conteúdos (GOMES, 2009, p. 66).

De todo modo, o Padre José Reis não tinha total controle do movimento, pois, pelo fato do MCC ser um movimento diocesano, seus membros constantemente possuíam formação na sede da Diocese de Feira de Santana, onde os cursilhos eram realizados, contudo, durante a sua administração, um Subconselho Diocesano do MCC foi implantado na paróquia. Por outro lado, os poucos registros, sobre o período do Padre José Antonio dos Reis como pároco de Conceição do Coité, colocam em dúvida o seu rigor no cumprimento dos preceitos da instituição, especificamente, no que fiz respeito às práticas religiosas.

Nos jornais locais, especialmente *O Coiteense*, o Padre José Reis era caracterizado como um sacerdote pouco zeloso com as tradições da fé católica, vale destacar que essas prerrogativas ganharam destaque nos periódicos por conta do empenho do Padre em mudar a data da Micarême da cidade. Logo, elas carecem de questionamentos, visto que os jornais também exerciam o papel de sujeitos que construía uma ideia sobre a folia de Micarême e os envolvidos no embate pela manutenção da tradicional data de realização da festividade. Entretanto, o Padre José Antonio dos Reis administrou a paróquia coiteense durante 16 anos e, em todo esse período, ele não realizou nenhum registro<sup>86</sup> sobre as suas ações pastorais no Livro de Tombo.

Dentre o clero pertencente à Sociedade das Divinas Vocações que foram párocos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, Padre José Antonio dos Reis está no rol daqueles que não realizaram nenhum escrito no Livro de Tombo<sup>87</sup>. Por essa perspectiva, o Padre demonstrou não possuir zelo com os registros e nem com as orientações da sua congregação.

Analisar as razões do fato do Padre José Reis não ter realizado nenhum registro no Livro de Tombo da paróquia e as motivações para que outros realizassem registros atribuídos a ele ou ao seu pedido não é nosso objetivo. Todavia, as narrativas imputadas ao Padre possibilitam compreender alguns aspectos: os elementos que evidenciam uma prática religiosa distante do modelo eclesial adotado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II e pelas conferências do CELAM, principalmente as ocorridas em Medellín e Puebla<sup>88</sup>, na Igreja local, sobretudo na sua hierarquia; a realidade pastoral da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e a situação dos leigos nesse período; e as condições de produção de uma das principais fontes que norteiam esta investigação, o Livro de Tombo da paróquia coiteense.

---

<sup>86</sup> Esses registros era uma prática recorrente entre o clero religioso, sobretudo para tornar conhecido as demandas da paróquia e as atividades desenvolvidas pelo clero aos seus superiores, durante as visitas pastorais deles na instituição religiosa local.

<sup>87</sup> Constatamos essa evidência ao perceber que nos poucos relatos sobre seu governo, mesmo sendo narradas em primeira pessoa, ele não é o autor dos textos. Chegamos a essa conclusão ao comparar a grafia dos relatos com a sua assinatura presente na lista das assinaturas dos sacerdotes que participaram da Missa de Posse do seu sucessor, registrado no próprio Livro de Tombo, e nas suas assinaturas presentes em outros livros eclesiásticos. Compreendendo que os secretários paroquiais também são responsáveis em realizar registros eclesiásticos, especificamente os dados dos fiéis que receberam sacramentos como batismo, crisma e matrimônio, decidimos comparar a grafia dos possíveis relatos do Padre José Reis com os registros feitos pela secretária paroquial, especificamente no Livro de Batismo. Ao verificar, nossa hipótese foi confirmada, toda a narrativa atribuída como sendo do Padre José Antonio dos Reis, presentes em duas folhas do Livro de Tombo, corresponde à grafia da secretária paroquial do período.

<sup>88</sup> A segunda conferência do CELAM ocorreu em Medellín (1968), na Colômbia, e representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade desse continente. A terceira, em Puebla de Los Angeles (México, 1979), foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres.

A II Conferência de Medellín<sup>89</sup> (1968), na Colômbia, realizada pelo CELAM representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade da América Latina, propôs linhas de trabalho que tiveram grande repercussão por traduzirem a nova postura assumida pela Igreja Católica em relação à pobreza e à libertação, por estar cada vez mais identificada com os pobres e menos aliada dos ricos. A Igreja Católica no Brasil já havia tecido, antes de Medellín (1968), uma singular trajetória a partir do Vaticano II, adotando suas novas diretrizes no Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), em 1965, para a sua ação em todo o país. Essa possibilidade foi alcançada devido à colegialidade existente entre seus Bispos antes mesmo do Concílio, que reunidos em torno da CNBB, produziram o Plano de Emergência (PE), em 1962, preparando-os para essa nova ação pastoral, em que discutiam a importância de “pôr o dedo em duas grandes feridas: o lugar do leigo nas atividades da Igreja e a falta de um planejamento conjunto” (MARCHI, 2001, p. 100).

O episcopado brasileiro foi pioneiro nessa ação e propôs um programa pastoral centrado na renovação paroquial, sacerdotal, laical e diocesana, além de um PPC. Já no plano econômico-social, os Bispos não emitiram nenhum documento específico, mas publicaram dois importantes pronunciamentos<sup>90</sup> que, além de reconhecer a importância das Reformas de Base, denunciaram os exploradores da miséria, a pobreza das massas e o agravamento da situação sociopolítica e econômica em decorrência da concentração de riquezas. (MARCHI, 2001). Uma década mais tarde, num contexto de recessão econômica, a III conferência do CELAM evidenciou uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres.

Esse processo de mudança de paradigmas ocorrido na Igreja Católica influenciou diretamente as posições políticas defendidas pela Igreja no Brasil frente à ditadura imposta pelos militares. Apesar de alguns setores terem contribuído para a instalação da ditadura no país, a Igreja Católica desempenhou, através da CNBB<sup>91</sup>, um papel chave na articulação da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da redemocratização. José Oscar Beozzo (2011) afirma que os ensinamentos propostos por João

---

<sup>89</sup> Os documentos de Medellín não repercutiram de imediato no Brasil, “pois [Medellín] só ganhou fama depois de encerrada, graças ao conteúdo progressista de seus documentos que exortavam os cristãos latino-americanos a um compromisso libertador com as classes mais pobres” (BETTO, 1979, s. p.).

<sup>90</sup> Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicados em 14 de junho de 1962.

<sup>91</sup> A CNBB comandada pela ala “progressista” do clero brasileiro passou a coordenar linhas mestras de orientação da ação católica no país e a traçar diretrizes para o tratamento dos complexos problemas sociais. Desse modo, a Igreja, frente à grave questão agrária presente na sociedade brasileira, por meio da CNBB, proclamou seu apoio às iniciativas e organizações dos trabalhadores e criou organismos sociais de natureza política, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a promoção das CEBs.

XXIII, principalmente em *Mater et Magistra*, deram um vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja e no seu engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo.

Márcio Moreira Alves (1968) afirma que a tomada de posição da hierarquia católica frente aos problemas sociais do Brasil, antes mesmo do golpe de 1964, pode ser explicada em decorrência da conexão entre a instituição e o contexto histórico brasileiro, sua cultura e desenvolvimento do seu povo. Essa interação provocou no clero e no laicato uma visão nova dos problemas latentes em diversas regiões do país e, por consequência, foram se constituindo igrejas locais e se estruturando com características próprias ao lado das características gerais, isto é, comuns à Igreja Católica em qualquer lugar. Os temas sociais se transformaram em preocupações constantes na ação pastoral da Igreja Católica e aos poucos foram rompendo com o passado ritualista.

Nesse sentido, o silenciamento desses acontecimentos que marcaram a Igreja Católica, especialmente no Livro de Tombo – um dos principais documentos eclesiásticos, sendo o clero o principal zelador e produtor dos registros presentes nele, em que descrevem a dinâmica religiosa da paróquia e apresentam seus posicionamentos diante do contexto ao qual sua missão é realizada – é bastante simbólico. Bem como, o relato de Joilson Marcos Cunha Araújo sobre a ausência de uma orientação do clero a respeito de estudos mais profundos sobre os documentos do Concílio Vaticano II, da DSI e da TdL.

Na paróquia coiteense, os primeiros registros sobre a conjuntura da Igreja pós-Vaticano II e, sobretudo, da Teologia da Libertação são advindos do segmento leigo fundador do PT em Conceição do Coité, os leigos e leigas “progressistas”. Apesar dessa constatação, ao observarmos o Livro de Tombo, notamos uma escrita realizada por Aduino Ferreira Mota, leigo, membro do MCC e irmão do depoente Arivaldo Ferreira Mota, sobre um resumo das atividades realizadas pelo Padre José Antonio dos Reis, em virtude de suas Bodas de Prata Sacerdotal, celebrada em 19 de março de 1989.

Desperta bastante atenção no relato de Aduino Mota, além de uma escrita permeada por lacunas e organizada de maneira aleatória, as ações desenvolvidas pelo Padre José Reis no desenvolvimento do protagonismo leigo na paróquia (LIVRO..., p. 80-80v.). Essas ações correspondiam em construir uma “Igreja povo”, sendo elas: a realização do Congresso Eucarístico do Apostolado da Oração e da Legião de Maria; pelas descobertas de lideranças; por ter contribuído para uma maior participação e animação dos fiéis; pela formação de Comunidades Eclesiais de Base; pelo fortalecimento do MCC, inclusive com uma subconselho

diocesano do MCC em Conceição do Coité; e formação permanente do leigo em preparação para o recebimento dos sacramentos LIVRO..., 1989, p. 80-80v.).

É interessante perceber que as ações relatadas por Aduino Ferreira Mota para construir uma “Igreja povo”, realizadas pelo Padre José Reis, apresentam pontos divergentes da perspectiva do Vaticano II, que permitiu minimizar “a força de uma Igreja profundamente dogmática, sacramentalista, ritualizada, devocionista e rigidamente hierarquizada; e privilegiando um modelo de Igreja comunhão e serviço no mundo” (ZANLOCHI, 2001, p. 42). Dessa maneira, o fortalecimento de movimentos expressamente devocionais, como a Legião de Maria e o Apostolado da Oração, como também do MCC, tonificava um modelo de Igreja que o Concílio aspirava minimizar.

A perspectiva da “Igreja povo” acalentada por Aduino Mota estava mais próxima de uma concepção de povo, entendida como uma massa passiva que se explica pela ação de uma elite, no caso do clero, tendo a sua ação limitada numa hierarquização estabelecida (CERTEAU, 1995); ao invés da perspectiva “Igreja Povo de Deus” formulada pelos documentos conciliares, que designava o conjunto de todos os membros da Igreja, independentemente da posição ocupada, superando assim o clericalismo. Assim, a perspectiva “Igreja Povo de Deus” concebia uma Igreja próxima de um catolicismo característico da *Igreja Popular* que “não se preocupa em desfrutar de influência entre as classes dominantes, pelo contrário, procura ser ‘Igreja pobre, dos pobres’” (MAINWARING, 2004, p. 33) e distante da perspectiva apresentada por Aduino Ferreira Mota.

É possível que a noção de “Igreja povo” apresentada por Aduino Mota seja fruto da ausência de aprofundamentos em relação aos documentos do Vaticano II, como foi mencionado por Joilson Marcos Araújo, sendo que as reflexões em torno do Concílio foram fomentadas nas reuniões do MCC, assim não eram apenas advindas da ação pastoral do Padre José Reis. Sobre essa questão, Arivaldo Ferreira Mota rememorou o MCC como responsável em despertá-lo a analisar a nova estrutura eclesial pós-Vaticano II, no qual possuía o interesse de fomentar essa discussão nas Novenas de Natal realizadas nas casas dos fiéis, em que discutiam os problemas socioeconômicos. Mesmo conseguindo formar 41 grupos envolvidos nas novenas, Arivaldo salientou que não logrou aprofundar essa discussão, porque eram destoantes das intenções do Padre José Reis.

Arivaldo Ferreira Mota se engajou nos movimentos da paróquia ainda criança, participando, por muito tempo, do grupo de coroinhas, “foi, nessa época, que minha mãe achava que eu tinha alguma tendência de ser padre” (MOTA, 69 anos, 2021). No depoimento, ele contou que se afastou dos movimentos religiosos, apesar de frequentar as celebrações na igreja,



para se dedicar na administração da ACCA, porém, após a insistência do seu irmão Aduino Ferreira Mota, se engajou no MCC, sendo convidado pelo Padre José Reis a participar e coordenar, juntamente com a sua esposa, o ECC.

Devido às condições de produção da escrita sobre o período do Padre José Reis na paróquia, presentes no Livro de Tombo, e das insatisfações de uma parcela de fiéis frente às suas ações, pensamos que alguns leigos, principalmente os autores das narrativas atribuídas ao pároco, tentaram, ao final da administração do Padre José Reis, construir uma memória positiva sobre as suas ações e relacioná-las às mudanças oriundas pelo Vaticano II. Seja pelo fato desses fiéis compreenderem que as ações desenvolvidas pelo Padre estariam condizentes com as propostas conciliares ou pela razão de apenas reconhecerem a legitimidade das inovações conciliares na paróquia àquelas restritas aos limites estabelecidos pela hierarquia. Ou também, pelo fato de sofrerem pressões por parte dos leigos, que imbuídos pela *espiritualidade da libertação*, teciam críticas frente às atitudes do pároco.

Essa produção nos possibilita levantar essa hipótese pela razão dos relatos sobre a gestão do Padre José Antonio dos Reis apresentarem aspectos distintos das narrativas realizadas pelos seus antecessores. É possível perceber nos relatos de outros padres narrativas bem descritivas, tanto qualitativas quanto quantitativas, sobre as atividades concretizadas na paróquia, os principais sujeitos envolvidos nessas ações e os aspectos econômicos desenvolvidos.

Além disso, as narrativas dos demais padres possuem uma linguagem semelhante à estrutura jornalística, demonstrado que muitas foram escritas no “calor” dos acontecimentos. No caso dos relatos sobre o período do Padre José dos Reis, seus escritos dão a impressão de serem feitos em um único momento e no longo período após os acontecimentos, além de não apresentarem uma narrativa coesa e linear. Conjetura que nos leva a compreender certa dificuldade em adaptar-se ao novo cenário da Igreja Católica diante das dinâmicas existentes das relações Igreja e Sociedade.

De qualquer forma, podemos evidenciar a existência de uma intensa disputa sobre as diferentes concepções e compreensões sobre as diretrizes adotadas pela Igreja Católica no Vaticano II e nas conferências do CELAM. Bem como uma disputa em torno da memória sobre o período da administração do Padre José Antonio dos Reis, justamente quando as inovações conciliares e conferenciais adquiriram contornos na Igreja Católica local, se destacando a ação de alguns leigos que, ao perceberem estratégias para o fortalecimento de uma realidade eclesial sacramental e devocionista, realizaram táticas para consolidar uma eclesiologia ligada à *Igreja Popular*.

Não obstante, os registros contidos no Livro de Tombo sobre a administração do Padre José Antonio dos Reis serem apenas os realizados por leigos, supõe uma certa autonomia adquirida pelos leigos na instituição religiosa, especificamente, no que diz respeito à dinâmica dos movimentos pastorais, acentuando a descoberta de lideranças e uma maior participação dos leigos nas atividades de formação cristã. Ao mesmo tempo, o relato atribuído à Adauto Ferreira Mota sugere a iniciativa de organização de movimentos pelos leigos para além do espaço religioso, especialmente uma Associação de Jovens Coiteenses. Destarte, a própria produção feita por leigos sobre a administração do Padre José Antonio dos Reis no Livro de Tombo sugere que o elemento leigo havia adquirido senão autonomia, um papel importante nas ações paroquiais.

Esse fato parece ter sido fomentado pela aproximação das discussões em torno do Concílio Vaticano II, que ressaltava uma maior participação do leigo na missão evangelizadora da Igreja, responsável por uma nova compreensão da identidade do leigo na instituição católica, que alcançou o papel de cooperador no anúncio do Evangelho, mediante o seu próprio caráter secular. Ademais, pelas ações do próprio MCC, uma vez que esse movimento recrutava potenciais líderes que, através do seu método, os ajudariam “a descobrirem suas potencialidades, aprimorá-las e utilizá-las como instrumento de cristianização em seus grupos e ambientes sociais” (GOMES, 2009, p. 21). Isso somado, pelo assessoramento de leigos e leigas nas comunidades eclesiais situadas na zona rural do município.

Compreendemos que essa perspectiva também possibilitou uma parte dos *leigos cursilhistas* serem propagadores do pensamento da TdL na paróquia e decidirem adentrar na política partidária, em 1986, sem necessitarem da anuência do clero. A Teologia da Libertação bastante evidente nos setores eclesiais que enfrentaram a ditadura civil-militar no Brasil e que fomentou as CEBs em várias regiões do país, adentrou e se desenvolveu na região coiteense por meio dos leigos/as, seus principais protagonistas.

Nos registros, não encontramos nenhum relato do Padre José Antonio dos Reis condenando ou proibindo que os leigos estivessem no campo político, através da política partidária, pelo contrário, os depoentes apontaram que recorreram ao sacerdote em busca do seu incentivo, feito alcançado enquanto a formação do partido residia no campo das ideias. Apesar dos relatos no Livro de Tombo sobre o período do Padre José Reis atestar a “mistura de política com Igreja” como “negativo”, entendemos que era uma visão mais do produtor do relato, Adauto Ferreira Mota, do que do Padre José Antonio dos Reis. Interessante, que, na década de 1990, o próprio Adauto Mota alcançou uma cadeira no legislativo municipal representando os *Vermelhos Situacionistas*, sendo considerado pelo *Jornal Coiteense* como um

“cristão verdadeiro, tem exercido a função de vereador com a mesma seriedade aplicada no seu dia a dia. Seja como trabalhador, na Igreja, na família e na comunidade [sic]” (PERFIL..., 1996p. 6).

Essa conjuntura evidencia o quanto o termo “progressista”, atribuído a um setor do catolicismo, precisa ser problematizado, como discutimos anteriormente, uma vez que, no período de um padre considerado “conservador”, o grupo de leigos vinculados aos pressupostos da Teologia da Libertação alcançou espaços de lideranças na instituição. Inclusive, eles foram incluídos no MCC, igualmente pelo incentivo do Padre José Antonio dos Reis, justamente o movimento que os impulsionou a se aproximarem das perspectivas do Vaticano II e da própria TdL, tanto que o próprio Arivaldo Mota salienta que o Padre José Reis o considerava profeta: “padre Reis me chamava de profeta, profeta de Coité, porque eu comecei a despertar algumas situações, me aprofundando no Documento de Puebla e na realidade da Teologia da Libertação” (MOTA, 69 anos, 2021).

Além disso, a ação pastoral do Padre José Reis ganha outros contornos, ao fomentar a formação de comunidades eclesiais na zona rural do município, evidenciando o seu esforço em se alinhar às diretrizes da CNBB, instituição que, ao longo das décadas de 1970, foi marcante no processo de condenação da ditadura e numa certa hegemonia dos “progressistas” em sua direção. Tal feito propiciou a constituição de uma memória em relação ao Padre como fomentador dos pressupostos do Vaticano II, sendo presente no relato do depoente Vanilson Lopes de Oliveira, que identificou o Padre José Antonio dos Reis como próximo das orientações da TdL, devido ao sacerdote motivar o fomento de comunidades eclesiais e o engajamento da juventude nos grupos da instituição. Para compreender essa proximidade do Padre José Antonio dos Reis com a TdL, indaguei a Vanilson Oliveira acerca de suas lembranças sobre como era o trabalho realizado pelo Padre José Reis nas comunidades eclesiais e nas pastorais da Paróquia:

A pastoral dele... ele era mais ligado à pastoral das comunidades eclesiais de base [...] no lugar que não tinha igreja, ele fundava uma capelinha, para fazer um trabalho da Igreja Católica, mas na verdade, não deixava de ser um trabalho político, também, um trabalho político e religioso, despertava, chamava as pessoas para a Igreja e a tomarem consciência maior. Os jovens também, naquela época, eram muito atuantes (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

No decorrer da entrevista, após compreender a aproximação de Vanilson Oliveira com a TdL, na qual indiciou, através das leituras dos textos de Leonardo Boff, ponto semelhante com os demais depoentes, fiz as seguintes perguntas: Quais pessoas da paróquia coiteense lhe incentivaram a aprofundar o conhecimento sobre a TdL ou foi interesse pessoal? O que você se lembra das ações do Padre José Reis e como era a relação dele com os políticos da cidade?

Elenquei essas indagações, pois o depoimento de Vanilson Oliveira foi o único que demarcou o Padre José Antonio dos Reis no bojo do clero adepto das diretrizes da teologia libertária.

Vanilson destacou que embora a Igreja Católica, naquela época, utilizasse da TdL, dos estudos de Leonardo Boff e Paulo Freire, ninguém na paróquia promoveu esse incentivo e que apesar do Padre José Reis ser ligado à essa teoria, “ele também nunca falou isso na igreja, ele era muito reservado... a gente conversava muito, mas nunca tivemos proximidade de dizer, assim, vamos seguir essa linha, entendeu?” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). Ao responder à segunda indagação, Vanilson Oliveira contou que algumas pessoas comentavam que o Padre José Reis era ligado ao grupo da situação, os *Vermelhos Conservadores*, mas, no seu entendimento, não era assim, pois o Padre não determinava qual partido os fiéis deveriam aderir e era uma pessoa bastante discreta.

Supomos que a lembrança de situar o Padre José Reis como adepto da TdL é fruto de uma memória que enquadrou o fato dele fomentar o surgimento de comunidades eclesiais na paróquia, sob o termo Comunidades Eclesiais de Base, como um sacerdote ligado à *espiritualidade da libertação*, ainda mais no período em que a CNBB determinou o fomento das CEBs nos diversos recantos eclesiais do país. O relato de Vanilson Oliveira corrobora para esse entendimento, uma vez que ao descrever o perfil e as ações do Padre José Reis, elas não coadunam com o perfil e as atividades realizadas pelos padres influenciados pela TdL presente na literatura especializada em estudar o fenômeno da *espiritualidade da libertação* na Igreja Católica.

Nesse sentido, a memória de Vanilson Oliveira pode ter sido influenciada por esse trabalho de enquadramento em situar o Padre José Reis como fomentador das CEBs, em função dos embates em torno das ações pastorais do sacerdote que alcançaram os registros no Livro de Tombo, pois o trabalho de enquadramento reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989). Por tal contexto, consequentemente, essa memória o situou como adepto da Teologia da Libertação, diante da realidade nacional que a Igreja Católica experimentava no período em que o Padre José Antonio dos Reis era pároco de Conceição do Coité.

Contudo, os leigos analisados entenderam o sacerdote como distante do modelo de *Igreja Popular*, sobretudo dos pressupostos da TdL, em razão das comunidades eclesiais, fomentadas durante a sua administração na paróquia, estarem distantes da experiência das CEBs, pois não debatiam questões sociais e nem refletiam sob a temática da justiça social. Elas eram destinadas somente para as celebrações sacramentais, visão que pode ter sido fortalecida em razão deles terem vivenciado experiências nos encontros diocesanos das CEBs,

possibilitando conhecer a dinâmica de outras comunidades, paróquias e setores do clero vinculados à *espiritualidade da libertação*.

Jeovane de Jesus (2016) discute que, no mesmo período da administração do Padre José Antonio dos Reis, as paróquias vizinhas de Conceição do Coité se alinharam ao modelo de *Igreja Popular*, devido à atuação de Padres Italianos, como comentamos anteriormente, contexto que possivelmente oportunizou aos leigos coiteenses aguçarem a percepção do Padre José Antonio dos Reis como distante da TdL, porque não possuía uma atuação nos setores populares como os Padres Italianos situados na região.

Por outro lado, por mais que a maioria dos depoentes categorizem o Padre José Antonio dos Reis como “conservador”, as bases para o desenvolvimento da TdL foram iniciadas, de certa maneira, pela ação dele, dado que os leigos alcançaram os espaços de liderança e tiveram contato com demais realidades eclesiais oportunizadas pelo Padre José Antonio dos Reis. Assim, o seu esforço em alinhar a realidade da paróquia às diretrizes do Vaticano II pode ser considerado como ações “progressistas” no ambiente eclesiástico coiteense, entretanto elas não alcançam o campo político e as bases populares. Isso porque o Padre não fomentou um debate sobre a justiça social e não atuou nessas bases, principalmente com os trabalhadores rurais mutilados pela máquina desfibradora do sisal, pelo contrário, o sacerdote manteve vínculos com políticos dos grupos hegemônicos, ligados aos empresários do sisal, e a estrutura paroquial contava com o auxílio financeiro do poder local.

As entrevistas do Padre José Antonio dos Reis nos jornais locais, realizadas após a sua saída da paróquia, apresentam traços de um posicionamento conservador do sacerdote no campo político, uma vez que são, constantemente, perguntadas a sua opinião sobre as relações entre política e religião. Em uma delas, publicada no *Tribuna Coiteense*, em novembro de 1990, ele salienta que a Igreja Católica deveria participar da política no aspecto de “conscientização, para que não se deixem enganar com falsos políticos que não fazem política, e sim, politicagem” (AH! QUE..., 1990, p. 2). Questionado sobre os rumores na cidade que o consideravam petista, o Padre José Reis respondeu que nunca havia participado de nenhum movimento político e nem dado apoio diretamente a qualquer partido, destacando que a Igreja não deveria se envolver na política partidária. Embora, os depoentes, fundadores do PT local, tenham relatado que solicitaram a sua orientação para a formação da agremiação, na entrevista concedida ao jornal, o sacerdote não considerou nada a respeito disso, nem o entrevistador.

É interessante perceber que o periódico destacou o não planejamento dessa entrevista: “Na semana em que fomos entrevistar o Deputado Emério Resedá, encontramos juntamente com ele, tratando se seus interesses, o Padre José Antonio dos Reis, ex-vigário desta paróquia”.

(AH! QUE..., 1990, p. 1). O jornal não indicou onde foi realizada a entrevista, mas supomos que diante da surpresa em encontrar o Padre visitando o Deputado Emério Vital Resedá (PFL), após mais de um ano de sua saída da paróquia coiteense, o entrevistador procurava compreender as razões desse encontro, e perguntou-lhe sobre como ele encarava Emério Resedá no mandato de Deputado Estadual. O Padre respondeu: “Vejo como uma esperança para Conceição do Coité. E veria também qualquer um outro filho da terra que tivesse sido eleito” (AH! QUE..., 1990, p. 1).

Imaginamos que essa sucinta resposta do Padre José Reis provocou uma certa frustração no entrevistador que possivelmente buscava compreender as razões do encontro entre o Padre e o recém Deputado, ainda mais, pelo sacerdote salientar que não se envolvia com a política partidária. Infelizmente, não é possível conhecer quais interesses pessoais o sacerdote tratava com o Deputado Estadual Emério Resedá, que vivenciava o seu primeiro ano de mandato legislativo na Câmara Estadual, sob a legenda PFL. Por outro lado, a resposta do Padre, ao ser indagado se sentia saudades de Coité, sugerindo que “os laços de amizade e fraternidade que se criaram durante esse período são muito grandes” (AH! QUE..., 1990, p. 1), nos leva a supor que Emério Resedá poderia ser um desses amigos do sacerdote.

Além disso, a breve resposta do ex-pároco de Conceição do Coité sobre o mandato de Emério Resedá proporciona compreender que o Padre José Antonio dos Reis compartilhava com o pensamento de um setor conservador do clero católico brasileiro, que entendia a necessidade de manter alianças com grupos políticos hegemônicos, no intuito de sustentar a hegemonia do catolicismo no campo religioso e as benesses oriundas da relação com setores políticos, ainda mais, fazendo parte de um clero situado em regiões pouco desenvolvidas, em que não era possível a instituição ser mantida com os seus próprios recursos financeiros.

Os registros apresentaram que, para uma parcela da população, o Padre José Antonio dos Reis foi além do papel de conscientizador, para outros nem exerceu esse papel, porque ele se envolveu com a política partidária, a ponto de ser considerado um provável candidato a Prefeito da cidade. No Livro de Tombo há um registro salientando que alguns fiéis abandonaram a instituição religiosa por pensar que o Padre estava envolvido na política partidária, dado que também é reforçado nos jornais locais (LIVRO..., 1973 p. 79v.).

Decerto, os depoentes mencionaram que a perspectiva conservadora do Padre José Antonio dos Reis adquiriu novos contornos quando o PT foi fundado. Os leigos Arivaldo Mota, Joilson Araújo e Zenilda Mota disseram que, após a fundação do partido, eles notaram um certo comportamento do Padre em excluí-los das atividades pastorais e tratá-los com distinção em relação aos demais grupos políticos. Assim, para os leigos, o limite do “progressismo” do Padre

José Antonio dos Reis se dava nessa ação política, o categorizando como um padre conservador e distante do modelo de *Igreja Popular*. Por outro lado, os depoentes e a documentação analisada não evidenciaram conflitos entre o religioso e os leigos em relação ao seu posicionamento político.

Arivaldo Mota, Joilson Araújo e Zenilda Mota narraram um sentimento de decepção em relação às ações desenvolvidas pelo Padre, contexto que leva-nos a compreender que possivelmente os depoentes não tivessem clareza sobre o posicionamento ideológico do Padre José Reis durante a sua administração, componente que foi despertado ao compará-lo com as ações do seu sucessor, Padre Luiz Rodrigues Oliveira. Bem como, eles entendiam a necessidade de não questionarem o seu posicionamento ideológico, pois as táticas para desenvolverem o pensamento da *espiritualidade da libertação* percorria pelas funções que eles exerciam na paróquia, assim o conflito poderia acarretar a perda dos espaços eclesiais que atuavam.

Podemos caminhar por esse entendimento, em razão do diálogo estabelecido com outras investigações que discutem essa conjuntura da Igreja Católica brasileira, por exemplo, a desenvolvida por Iraneidson Santos Costa (2013), ao analisar a trajetória de Dom Eugênio Sales e Dom Agnelo Rossi. Logo, apesar das diversas posturas consideradas conservadoras na ditadura, eles foram responsáveis, enquanto, respectivamente, Bispo de Barra do Piraí (RJ), entre 1956 e 1962, e Bispo Auxiliar, depois Administrador Apostólico, de Natal (RN), entre 1954 e 1964, pelas primeiras experiências pastorais que resultaram nas CEBs. De forma complementar, eles continuaram, com menor ênfase, apoiando esse movimento, um dos mais avançados da Igreja Católica latino-americana, “seja na Arquidiocese de São Paulo, à frente da qual o Cardeal Rossi esteve entre 1964 e 1970, seja nas Arquidioceses de São Salvador e do Rio de Janeiro, dirigidas pelo Cardeal Sales entre 1968 e 2001. Em suma, conservadores no campo político, eclesiologicamente avançados” (COSTA, 2013, p. 1471).

É interessante que as bases do pensamento “progressista” na realidade coiteense são vinculadas na dinâmica de movimentos religiosos considerados conservadores, como o MCC e o ECC, bem diferente de outras regiões do país em que as influências da aproximação entre os setores “progressistas” católicos e o PT surgiu de um trabalho pastoral desenvolvido, por exemplo, nas CEBs, na CPT e Pastoral Operária (PO), como foi analisado em Montes Claros, Minas Gerais. Nesse sentido, apesar dos depoentes situarem que o MCC na Diocese de Feira de Santana não possuía uma postura progressista e nem objetivos de formarem lideranças nessa perspectiva, de alguma maneira, esse movimento não esteve centrado apenas num entendimento conservador do Vaticano II, como apresentado no cenário nacional, uma vez que os depoentes demarcaram a experiência nos encontros diocesanos do MCC como o motivador para

aprofundarem os estudos sobre os pressupostos da *Igreja Popular*. Observamos que Jeovane Jesus (2016), em sua dissertação, identifica setores do MCC de Feira de Santana como sendo a primeira base que estruturou as ações do Padre Albertino Carneiro no MCC; como também a trajetória de integrantes do movimento na resistência diante da repressão dos militares na década de 1970.

Diante disso, acreditamos que essas trajetórias lançam a reflexão que o próprio MCC diocesano e a sua visão sobre a documentação do Vaticano II não eram homogêneas, possivelmente a presença de segmentos “progressistas” no MCC diocesano desenvolveram, de alguma maneira, ponderações sobre os pressupostos da *Igreja Popular*, que influenciaram a perspectiva religiosa dos leigos investigados nessa pesquisa.

O casal Arivaldo e Zenilda Mota rememoraram, por exemplo, a presença do Professor Luciano Ribeiro Santos<sup>92</sup>, perseguido durante a ditadura-civil militar, nos encontros dos cursilhos. Decerto o Diretório do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité é fruto de uma ação pastoral distante de um contexto eclesial próximo das pastorais sociais, mas que oportunizou uma concepção de fé preocupada com as questões sociopolíticas, portadora de uma missão também no campo político, sobretudo no desenvolvimento da justiça social e da cidadania, na qual seus portadores compreenderam que as diretrizes do PT coadunavam com os valores religiosos defendidos.

A gente começou a buscar qual partido teria sintonia com a nossa crença, nossa fé, que partido trazia a dimensão da cara dos excluídos. Depois de analisar, a gente percebeu que o Partido dos Trabalhadores era aquele que representaria os nossos anseios. Visto que ele foi uma criação de intelectuais, educadores, mas também de muitos membros das Comunidades Eclesiais de Base, na época de Dom Evaristo Arns, nesse envolvimento todo no ABC com Dom Cláudio Humes. A gente percebeu que o PT se encaixaria na nossa caminhada, nosso gesto concreto foi fundar o Partido dos Trabalhadores, em 1986 (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Embora os depoentes, Arivaldo Mota, Joilson Araújo, Meyre Sandra Lopes e Vanilson Oliveira, destacarem o processo de deliberação em torno dos partidos políticos que representaria os seus ideais na política partidária e na disputa pelo poder local, indubitavelmente, decidiram pelo PT por conta da própria história dessa agremiação com

---

<sup>92</sup> O Professor Luciano Ribeiro Santos foi Vereador entre os anos de 1966-1970, sob a legenda do MDB, em Feira de Santana. Durante o governo militar, foi cassado e condenado a 2 anos de prisão, após 8 meses foi absolvido pelo Supremo Tribunal Militar. Foi Deputado estadual também pelo MDB, entre os anos de 1979 e 1983. Nos anos de 1987 a 1991 foi suplente de Senador pelo PMDB. Também sob essa legenda, foi vice-prefeito de Feira de Santana, entre 2012 e 2016. (PERFIL..., [s. d.]).



setores da Igreja Católica. Analisando o jornal *Tribuna Coiteense*<sup>93</sup> é possível perceber uma significativa atuação dos leigos na publicação de artigos e entrevistas sobre a Teologia da Libertação e a relação entre os cristãos e a política. As publicações dos artigos que propunham uma reflexão entre a fé e a política são iniciadas em novembro de 1987, quando o jornal é retomado, após uma interrupção de quatro anos. Aliás, essa não teria sido a primeira interrupção que o periódico vivenciou.

Na primeira publicação de 1987, a edição de número 18, não foi mencionado o termo Teologia da Libertação, mas na sessão intitulada *Deu nos jornais*, publicou um artigo escrito por Dom Luciano Mendes de Almeida, importante figura da CNBB, que atuou na defesa dos direitos humanos e fundou a Pastoral do Menor. O artigo supracitado foi extraído do semanário litúrgico *O Domingo*, folhetim que orientava os fiéis católicos durante as celebrações dominicais, sob o título *O menor nos cobra um novo tipo de sociedade*, em que refletia sobre as desigualdades sociais presentes no país, com a crescente situação de vulnerabilidade de crianças que viviam nas ruas, cortiços e favelas (ALMEIDA, nov. 1987).

A percepção desse contato dos redatores do jornal com o pensamento religioso libertário é observada igualmente nas edições seguintes do folhetim. Na edição 18, o *Tribuna Coiteense* apresentou um artigo de opinião do Professor Wilson Carneiro, naquele período filiado ao PT, cujo título *Política agrícola e creditícia*, criticava a política agrícola implementada na Nova República, pois seguia a mesma lógica de governos anteriores em que privilegiava os grandes capitais latifundiários e excluía os trabalhadores rurais de suas benesses (CARNEIRO, 1987).

O jornal orientava a união dos trabalhadores para a implementação de um sistema de governo voltado para a maioria da população, sendo o voto importante ferramenta para iniciar esse processo. A edição de número 20 foi bastante significativa, pois a principal manchete foi a publicação de uma entrevista com o jovem carteiro e líder comunitário, Renato Alves da Silva, na qual discutiu que a sua participação nos movimentos leigos da paróquia, sobretudo a Pastoral Rural, foram importantes bases para o seu engajamento nos movimentos sociais e no PT, como também, a sua participação nas mobilizações populares para a votação das Emendas Populares, em Brasília (O INTRÉPIDO..., 1987).

Na edição de número 21, publicada em dezembro de 1987, além do jornal apresentar como manchete o lançamento da candidatura do PT, destacando Arivaldo Mota, exibiu, nas

---

<sup>93</sup> Fundado em 29 de dezembro de 1980, por Vanilson Oliveira, marido de Meyre Sandra Lopes, que concorreu às eleições como vice-prefeita na primeira chapa do PT ao executivo municipal, e então vice-presidente do Diretório Municipal do partido; e por Mário Ferreira da Silva, que até nos dias atuais mantém atuação na imprensa local e que, na década de 1990, fundou o *Jornal Coiteense*, devido às divergências com Vanilson Oliveira.

suas seis páginas, seis artigos sobre a Igreja Católica, sendo duas muito significativas, pois tratava-se da relação dos cristãos com as questões sociais e políticas. As duas foram publicadas na segunda página do periódico e eram artigos extraídos de outras publicações, um deles foi um fragmento extraído do documento da CNBB *Catequese Renovada, Orientações e Conteúdo*, com o título *O Cristão e a Política*, publicado no semanário litúrgico *O Domingo*, em que apresentava a visão dos Bispos sobre a participação dos cristãos no mundo da política na qual acreditava que a fé também deveria ordenar as atividades referentes ao campo político, na busca pelo bem comum (O CRISTÃO..., 1987).

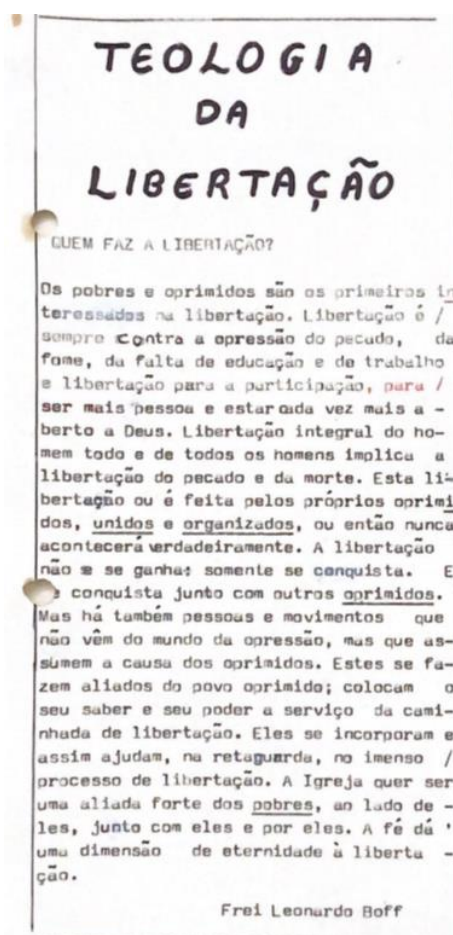
O outro artigo, cujo autor era o Padre Manoel Soares, sem informar a referência, apenas da sessão religião do periódico, foi intitulado *Pobreza e Miséria*, que discutia a diferença entre pobreza e miséria, e afirmava uma postura de não tolerar que alguém construísse e guardasse a sua riqueza a partir da exploração do trabalho alheio (SOARES, 1987).

Acreditamos que esses artigos tinham o objetivo de legitimar, principalmente entre os seus leitores, o motivo dos leigos envolvidos nas pastorais da paróquia terem fundado o Diretório Municipal do PT, em 1986, e lançarem uma candidatura para disputar, junto aos empresários do sisal, o poder local nas eleições de 1988. Dessa forma, explicitar que o engajamento no campo político, marcado pela hegemonia de uma elite econômica, advinha de uma experiência religiosa alinhada com o pensamento da hierarquia católica, especialmente daquela que produzia os subsídios católicos, como, por exemplo, o semanário litúrgico *O Domingo*, e vinculada às orientações da CNBB, permitia, além de demarcar e caracterizar o espaço desses leigos no disputado campo político, fomentar junto aos demais fiéis que as suas aspirações ao poder político divergia dos demais grupos políticos, sobretudo dos *Vermelhos Situacionistas* e *Azuis*.

No ano eleitoral de 1988, quando os leigos lançaram a sua primeira chapa ao executivo municipal pelo PT com os nomes dos leigos Arivaldo Mota e Meyre Sandra Oliveira, o *Tribuna Coiteense* dedicou a maior parte de suas páginas para discutir sobre a política local e as eleições, apresentando os candidatos de cada agremiação, uma vez que era a primeira que possuía três candidaturas majoritárias na disputa. Entre as publicações, desperta atenção o esforço de apresentar uma concepção de política vinculada ao interesse do bem comum, como pode ser observado nos artigos *O que é Política?*, de Dalmo de Abreu Dallari, professor da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Comissão Pontifícia Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; e *Política x Politicagem x Politiários*, do então secretário da CAR do Estado da Bahia, Wilson Carneiro, filiado ao PT coiteense. Além disso, reservou um espaço para apresentar textos assinados pelo Frei Leonardo Boff, através de uma coluna chamada Teologia da

Libertação, entre os meses de maio, junho e outubro de 1988. Os textos publicados apresentavam a temática da pobreza e do oprimido, um deles possuía o seguinte título, *Quais são as causas da pobreza?* O artigo discute a pobreza como opressão de um sistema social que favorecia apenas os ricos, o capital, em detrimento a exploração dos pobres, os trabalhadores, sendo necessário modificar a sociedade para dissipar essa opressão (BOFF, 1987).

Figura 14 – Publicação sobre a Teologia da Libertação



Fonte: BOFF, 1988, p. 5.

Destarte, as publicações dos textos de Leonardo Boff e sobre a concepção de política como bem comum corroboram na análise de que o *Tribuna Coiteense* se tornou, entre os anos de 1987 e 1989, na conjuntura das primeiras eleições da Nova República, um porta voz da experiência religiosa desses leigos com a *espiritualidade da libertação*. A apropriação do discurso da Teologia da Libertação por parte dos leigos e leigas garantiu a legitimidade de que as suas ações no campo político perpassavam pelas orientações dos Bispos Católicos, ainda mais incluídos em um contexto em que o clero local possuía um perfil político conservador. Por outro lado, supomos que os editores do periódico, principalmente Vanilson Oliveira, então

vice-presidente do PT e membro do movimento leigo da paróquia, ao selecionarem as temáticas da pobreza e da opressão, discutidas por Boff, e sobre a política, demonstravam uma das táticas adotadas para contrapor a visão de que os grupos políticos hegemônicos, principalmente o líder dos *Vermelhos Situacionistas*, Hamilton Rios, que havia recebido o título de “pai dos pobres”, possuíam interesses de erradicar a pobreza.

Essas fontes contribuem com a percepção sobre a existência de um esforço dos leigos e leigas fundadores e filiados ao PT em explicitarem que a sua atuação no campo político se baseava em uma experiência religiosa que, de uma certa forma, exigia deles um compromisso com a sociedade através de uma ação política. É possível perceber que muitos artigos, relacionados com as práticas religiosas publicadas no periódico, destacavam que o cristão deveria ter ação e comprometimento com os mais pobres.

É evidente que para o jornal não contrapor o seu discurso de isenção e neutralidade, obviamente não condiz com a prática, pois acreditamos que todo periódico carrega e defende em si suas ideologias e visão de mundo, decidiu não pautar a ação política dos leigos pelas diretrizes do PT. Entretanto, analisando outros jornais locais, bem como os registros audiovisuais, havia uma certa identificação de que os políticos do PT eram os políticos da Igreja Católica. Entendemos que essa identificação não partiu da instituição religiosa em apresentá-los como representantes dela na arena política, mas advinha do discurso que eles empreenderam ao adentrarem na política partidária e, sobretudo, da trajetória deles e dos serviços prestados à instituição católica.

Devido a isso, o boato nas campanhas eleitorais de que até os padres seriam possíveis candidatos a cargos políticos por meio da legenda dos leigos era constante, pois por ter sido fundado por lideranças católicas engajadas nos movimentos da paróquia, o PT era entendido como um partido da instituição católica. Por exemplo, a publicação do *O Coiteense* apresentou uma entrevista com Arivaldo Mota e o indagou, com base nos boatos que circulavam na comunidade coiteense, a respeito da possibilidade do Padre Jose Antônio dos Reis ser o candidato escolhido pelo Diretório Municipal do PT como o seu candidato para disputar as eleições de 1988, mesmo o Padre não sendo filiado ao partido. Na resposta, Arivaldo esclareceu que o PT de Coité nunca cogitou essa possibilidade, pois, conhecendo o Padre José Reis, ele preferiria continuar exercendo as funções de padre do que participar da vida política. Além disso, salientou o seguinte: “como Pastor, ele está na obrigação de orientar os cristãos a escolherem candidatos que possam usar o poder para o bem do povo e não para o bem próprio, que infelizmente é o que observamos na maioria dos políticos atuais” (ARIVALDO..., 1987, p. 4-5).

Apesar do trabalho pastoral realizado na comunidade, os depoentes fundadores do PT narraram a dificuldade de adesão ao partido pelos coiteenses, recorrendo aos familiares e amigos, muitos desinteressados com as questões políticas, no alcance do percentual mínimo de filiados para a legalização da agremiação, componente que reverberou no desenvolvimento das atividades do partido: “a gente teve muita dificuldade, por exemplo, eu lembro que no início não chegou a 200 filiados, na hora da reunião compareciam entre 30 e 40 pessoas, eu lembro que na nossa assembleia da convenção do partido não tinham 50 pessoas” (MOTA, 69 anos, 2021).

Em contrapartida, os depoentes rememoraram que a presença da agremiação no campo político gerou incômodos ao grupo dominante, sobretudo devido à conduta dos dirigentes, que poderia fortalecer as bases do grupo oposicionista, sendo uma das primeiras reações estreitar os laços com o clero local, através da concessão de benesses à paróquia como a outorga de funcionárias da prefeitura para prestarem serviços de secretária na paróquia e o atendimento de demandas materiais da instituição religiosa (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

A gente começou a perceber que éramos muito malvistas, principalmente, no próprio universo eclesial. Tudo isso dito antes do Padre Luiz chegar, é preciso dizer o antes e o depois. A gente começou a perceber que o grupo dominante já havia cooptado o padre da paróquia local e todos os pastores, era 100% dos cristãos aqui cooptados pelo poder local. Tanto que tem casas de pastores que foram construídas em terrenos públicos, com recursos do município, e capelas construídas com recursos do município. O poder local ficou incomodado com a nossa rebeldia, vamos dizer assim, com uma construção de uma alternativa política por pessoas que ele não tinha como depreciar a conduta. Então, [pensava] esses “caras” darão problema lá na frente. A gente continuou como aqueles que, como dizem, coloca a cabeça na guilhotina e não volta atrás (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Esse relato de Joilson Marcos Cunha Araújo evidencia partes das estratégias realizadas pelo poder local em manter os laços políticos com a instituição religiosa, bem como em minimizar as ações da *Igreja Popular* entre os coiteenses, um modelo de Igreja que proporcionou o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, ainda mais com administração do Padre Luiz Rodrigues Oliveira (1989-2000), tendo a colaboração do Padre Antônio Elias Cedraz e a Freira Marina Roseli dos Santos. Diante do fortalecimento da *Igreja Popular* na paróquia coiteense, os setores *Vermelhos Situacionistas* utilizaram do próprio campo religioso para poder combater as ações desse modelo de Igreja, representada pelo Padre Luiz Rodrigues, como estratégia para diminuir as oposições ao seu poder. Assim, um desses traços pode ser percebido na discussão do retorno da realização da Micareta durante a Semana Santa.

### 4.3 Micarême: disputas entre clero, leigos e políticos

Em meio à organização do novenário da padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a ser iniciado no dia 28 de novembro de 1996, cujo tema central da festa era *A dimensão política do canto de Maria, O Magnificat*<sup>94</sup>, tendo como coordenadores o casal Arivaldo Ferreira Mota e Zenilda Mascarenhas Mota, os leigos que constituíam o Conselho Pastoral da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité lançaram um panfleto “alertando e convocando” os fiéis para, mais uma vez, somarem esforços contrários à realização da folia de Micareta durante as celebrações finais da Semana Santa.

A VOCÊ IRMÃO E IRMÃ EM JESUS CRISTO ALERTAMOS E CONVOCAMOS. No dia 13 de abril de 1987, os católicos e católicas de Conceição do Coité, liderados pelo Pe. José Antonio dos Reis, foram às ruas e à Câmara Municipal pressionando os vereadores da época para aprovarem um Projeto de Lei apresentado pelo então vereador Diovando Carneiro Cunha, que diz o seguinte: “O Prefeito Municipal de Conceição do Coité, Estado da Bahia, fica autorizado para fixar a data da Festa Momesca desta cidade para sábado após o Domingo de Páscoa” (Lei Municipal nº 01/87). Agora, no dia 04 de novembro de 1996, o vereador Cláudio Resedá, irmão do Vice-prefeito eleito e do ex-deputado Emério Resedá, apresentou na Câmara Municipal de Conceição do Coité, um Projeto de Lei, pelo qual, a Lei acima citada fica revogada e a micareta volta a realizar-se a partir do Sábado de Aleluia. Reconhecendo o valor da micareta para toda a população, com tudo que ela tem de cultura e lazer, vamos solicitar dos nossos representantes a não aprovação dessa nova lei, e o cumprimento da lei que foi aprovada em 1987. Pois temos a consciência e a certeza que a micareta na Semana Santa prejudicará todas as celebrações do tempo mais importante da nossa fé. Se você é cristão, católico ou de outra religião, não pode deixar de manifestar o seu repúdio a esse Projeto de Lei. Vamos convencer os nossos vereadores a votarem contra essa lei para celebrarmos com mais tranquilidade o Mistério da Morte e Ressurreição do Nosso Salvador, Jesus Cristo [sic] (A VOCÊ..., 1996, p. 1).

Desde quando surgiu essa folia baiana, inicialmente chamada de Micarême, durante os atos celebrativos da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, ela foi combatida pela Igreja Católica. Os registros contidos no Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité evidenciam o empenho de setores do clero para suprimir essa festividade entre os coiteenses no período do ciclo pascal. O primeiro pároco a lavrar a sua insatisfação com a Micarême foi o Padre Urbano Galvão Dhom, que administrou a paróquia a partir de dezembro de 1937 até maio de 1955, quando foi afastado dos serviços sacerdotais pelo Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, devido a sua investida no cargo eletivo de Deputado Estadual. O Padre Urbano Dhom foi um dos padres que mais registrou suas atividades no Livro de Tombo

<sup>94</sup> Canto bíblico entoado por Maria, mãe de Jesus. Ver Evangelho de Lucas, capítulo 1, versículos 46-56.

da referida paróquia e que estabeleceu uma relação de proximidade com o Coronel Wercelêncio Calixto da Mota. Em 1948, o Padre Urbano Dhom fez o seu primeiro registro sobre a realização da Micarême durante as celebrações da Semana Santa, comentou o seguinte:

A 21 de Março, iniciei a Semana Maior com a distribuição dos Ramos. Continuei seguindo a praxe litúrgica do Ritual de Bento XV para os atos dessa semana. Tomando conhecimento de festejos de Micareme que se levariam a efeito a 28 no dia de Páscoa, quebrando assim o marco da religiosidade deste grande dia cristão, censurei publicamente os promotores destes festejos. Não realizei a Procissão da Ressurreição como Protesto e me transportei para a Cap. de Joazeiro onde celebrei e fiz solene procissão. Como protesto aos indignos festejos, fiz a procissão de Corpus Christi só dentro da Igreja e os atos, digo, a celebração mariana, fiz à tarde sem mordomos, nem nas noites finais [sic] (LIVRO..., 1948, p. 42.v).

Esse relato do Padre Urbano Galvão Dhom nos leva a pensar que se havia uma tradição de realizar a Micarême durante as celebrações da Páscoa, a partir do ano de 1938 essa festividade não foi promovida como de costume. A reação do Padre, ao saber dos festejos da Micarême durante a “Semana Maior” do ano de 1948, indica que nos anos anteriores de sua administração essa folia não foi realizada no período das celebrações desse período litúrgico da Igreja Católica. Os registros do Padre Urbano Dhom sobre a *Semana Santa* apenas designam a realização da Micarême no ano de 1948, depois retoma o relato sobre a possibilidade de não haver mais a comemoração da festa na cidade no ano de 1950. Assim, há a suposição de que a folia também ocorreu em 1949.

Decerto, o panfleto elaborado pelos leigos que compunham o Conselho Pastoral da paróquia coiteense situa que, após 39 anos do registro do Padre Urbano Galvão Dhom, a Igreja Católica, sob o pastoreio do Padre José Antonio dos Reis, conseguiu estabelecer, com a colaboração do então Vereador Diovando Carneiro Cunha, a folia com tons carnavalescos para o fim de semana seguinte ao *Domingo de Páscoa*, através da aprovação do Projeto de Lei n. 01/87, durante a Semana Santa de 1987 (A VOCÊ..., 1996).

Assim, semelhante ao pensamento do Padre Urbano Galvão Dhom, no qual advertia os fiéis para não se divertirem na folia concomitante aos festejos da Páscoa de Cristo, o Padre José Antonio dos Reis convencia a população da necessidade de não promoverem a festividade durante a *Semana Santa*. Anteriormente à aprovação da lei que alterou a data de realização da Micarême, o Padre José Reis conseguiu realizar um acordo com o então Prefeito Hamilton Rios de Araújo, líder dos *Vermelhos Situacionistas*, para a não concretização da Micarême do ano de 1984, devido ao encerramento do Ano Jubilar da Redenção (1983-1984) efetivado pelo Papa João Paulo II, que ocorreria no *Domingo de Páscoa* (CARTA..., 1984).

Na ocasião, a não realização da Micarême provocou frustrações em muitos, especialmente nos foliões, pois não esperavam que o Prefeito, caracterizado pelos jornais locais como o administrador que realizou as melhores festas da cidade<sup>95</sup>, tomaria tal decisão. É possível imaginar que a não realização da folia acentuou um debate político sobre a administração de Hamilton Rios, uma vez que foi necessário o Prefeito Municipal expedir uma carta pública aos coiteenses explicando os motivos da sua decisão.

A carta assinada pelo Prefeito, sob o título *Mensagem aos coiteenses*, foi impressa em um papel de cor vermelho com letras brancas e o timbre da prefeitura, uma visível referência ao grupo político hegemônico (figura 15). O conteúdo da mensagem, marcado pelo forte apelo aos desígnios divinos e direcionado aos cristãos, orientava o leitor a compreender os motivos da Igreja Católica em solicitar a não realização do festejo. No entendimento do Prefeito, “o mundo muito deve à Igreja guardiã da fé e da verdade” (CARTA..., 1984) e o apelo da não realização da folia advinha do Papa João Paulo II: “o Peregrino da Paz, o Santo dos nossos dias, deseja um Domingo de Páscoa mais santificado e nos pede, na pessoa do Pe. José Reis para mudarmos a festa” (CARTA..., 1984). Ademais, responsabilizava o período de estiagem como outro motivo para a não realização da Micarême: “Como preparar uma festa popular, sabendo que está faltando o pão na mesa do pobre? [...] Não abandonaremos estes irmãos necessitados que são igualmente amados por nosso Pastor. O dinheiro que seria gasto com a festa será canalizado para socorrer os mais sofridos” (CARTA..., 1984).

Provavelmente, o debate político em torno dessa decisão do Prefeito se sustentava na fragilidade da argumentação sobre o período da estiagem, uma vez que a prefeitura, sob a sua gestão, já havia promovido o festejo carnavalesco durante as agruras da seca, o Micasisal (DEPOIS..., 1981); e em estabelecer uma aliança com o pároco para a não realização do festejo. A perspectiva da negociação aparentava ser um traço frequente na relação entre o pároco José Antonio dos Reis e o Prefeito Hamilton Rios de Araújo.

---

<sup>95</sup> Jornais como *O Coiteense*, *Jornal Coiteense* e *Tribuna Coiteense* nas reportagens sobre a realização da Micarême salientam um discurso de que Hamilton Rios de Araújo e o seu grupo político foram os principais realizadores das melhores festas carnavalescas vivenciadas pelos coiteenses.



Figura 15 - Carta pública do Prefeito Municipal, em 1984



Fonte: CARTA..., 1984<sup>96</sup>.

Nas demais cartas pastorais elaboradas pelos leigos do conselho paroquial, durante a década de 1990, é constante a referência de que a paróquia dependia economicamente da prefeitura municipal, na qual disponibilizava seus próprios funcionários para exercer serviços de secretaria e domésticos, além de pagar despesas da instituição como água e energia elétrica, em razão da paróquia não possuir uma estrutura de dízimo (CARTA..., 1996). Assim, a receita da paróquia era proveniente, principalmente, das taxas cobradas para a realização de sacramentos, da administração do cemitério municipal e das coletas realizadas nas celebrações durante o ofertório<sup>97</sup>. Por ser administrada pelo clero da Sociedade das Divinas Vocações, desde 1959, também contava com o auxílio financeiro da congregação.

Nesse sentido, na visão dos leigos, devido a essa dependência, muitos padres, como o Padre José Antonio dos Reis, ficaram subservientes ao poder dos grupos políticos hegemônicos, compactuando com esse poder no intuito de não perder as benesses e manter a sua influência

<sup>96</sup> Arquivo Pessoal de Vanilson Lopes de Oliveira.

<sup>97</sup> Momento durante a celebração da missa em que as espécies que serão consagradas são levadas ao sacerdote, ou ainda, a parte da missa em que acontece a oferta de pão e vinho. Nesse momento, os fiéis ainda ofertam dinheiro para a instituição religiosa. A quantia é opcional, mas é considerada uma contribuição para a Igreja e sua comunidade.

no campo político (CARTA..., 1996). Por outro lado, entendemos essa relação como um dos aspectos da política clientelista presente, há muito tempo, nessa sociedade. Hamilton Rios ao atender às demandas da instituição religiosa, manteve agregado um importante aliado do poder político, uma instituição que não apenas o legitimava, mas que reproduziria esse comportamento político para outros espaços, inclusive o eclesial.

O mesmo feito de negociar a promoção da Micarême, depois dos atos celebrativos da Semana Santa, foi conquistado pelo Padre Luiz Maria Bellopede, no ano de 1971. A insatisfação do Padre Luiz Bellopede em relação à folia reverberou nas páginas do *O Coiteense* com a publicação de edições contextualizando as negociações entre o Padre e a comissão organizadora do festejo que, desde a década 1950, estava sob a responsabilidade da ACCA.

As conversas entre o Padre e os organizadores do festejo resultaram no acordo que estabelecia o início da Micarême na tarde do *Domingo de Páscoa*, após a celebração solene na igreja matriz, não sendo realizada no tradicional *Sábado de Aleluia*. Além disso, deliberava que a partir do ano de 1972, a folia não seria realizada durante a Semana Santa, algo que não se efetivou, ainda mais, com a transferência do Padre Luiz Maria Bellopede para a Paróquia da Lapinha, na capital baiana, pois foi escolhido como provincial da Região Norte do Brasil da Sociedade das Divinas Vocações, em 20 de maio de 1971, deixando o cargo de pároco de Conceição do Coité (LIVRO..., 1971, p. 78v.).

É interessante perceber que nos anos iniciais da administração do Padre José Antonio dos Reis, a partir de 1973, não há registros sobre o seu posicionamento em relação à Micarême, mas são realizados nos anos finais de sua administração na paróquia, findando seu pastoreio em julho de 1989. A apreciação do Padre em relação à folia pode ter se fortalecido na medida em que as orientações da Diocese de Feira de Santana, a qual a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité estava subordinada, estabelecia maior controle do clero nas festividades religiosas. A Diocese, através do seu Bispo, Dom Frei Silvério Jarbas Paulo de Albuquerque, expediu as seguintes normas:

Que as festas religiosas em todas as paróquias da Diocese, sejam verdadeiramente expressões de fé e liberdade, momento de evangelização e conversão. Seja, pois, excluída toda e qualquer profanação e paganismo, como sejam bailes, forrós, trios elétricos e também outras diversões e barracas nas proximidades do templo (UMA SENHORA..., 1989, p. 2).

Apesar dessas normas não se referirem exclusivamente à Micarême, e serem publicadas dois anos após o Padre José Antonio dos Reis ter conseguido modificar a data da folia momesca – nesse período, ele, ainda, enfrentava descontentamentos por parte da população devido a sua atuação na mudança da data de realização da festa – elas possibilitam compreender as razões

que levaram o sacerdote a confrontar a tradição dos foliões coiteenses de realizarem o Micarême durante a Semana Santa. Da mesma maneira que os Padres Urbano Galvão Dhom e Luiz Maria Bellopede reivindicavam a mudança da data da Micarême, é possível refletir que as razões do Padre José Antonio dos Reis também eram o de proporcionar que os leigos vivenciassem os atos religiosos de acordo com as orientações seguidas pelo clero.

Vanilson Oliveira (2002) ressalta que, a partir do acordo entre o Padre José Antonio dos Reis e o Prefeito Hamilton Rios de Araújo, “a festa momesca nunca mais foi a mesma, mudando até mesmo o nome, passando a chamar-se de Micareta” (OLIVEIRA, 2002, p. 55), visto que a Igreja Católica, por meio do seu clero, exercia forte pressão para aprovação de uma lei que mudasse a data de realização da Micarême. Não obstante, o processo de disputa entre o clero e os organizadores da folia esteve por muito tempo presente no desenvolvimento da festividade na sociedade coiteense, evidenciando um contexto de conflitos e negociações estabelecidas pelo clero, leigos e agentes políticos, bem como as estratégias do clero para interromper a folia durante as celebrações da *Semana Santa* e as táticas realizadas por alguns fiéis para a promoção da festa no período pascal.

Diante disso, o jornal *O Coiteense* publicou algumas matérias criticando o empenho do pároco para mudar a data da folia, como, por exemplo, a manchete *Pe. Reis desrespeita a morte de Cristo*, salientado que nessa empreitada o Padre havia cometido comportamentos classificados de aberrantes, durante a procissão do Senhor Morto: “coagiu aos vereadores a aprovarem a mensagem de mudança da MICAREME, sob pena de usar as Comunidades Eclesiais contra eles, nas próximas eleições” (PE. REIS..., 1987, p. 1) e “usou o nome e condenou duas senhoras da sociedade, donas do lar e profissionais dedicadas, por estarem criando o BLOCO DO NÃO MUDA” (PE. REIS..., 1987, p. 1). O periódico, também, fez críticas ao Prefeito Hamilton Rios por razão do acordo estabelecido com o Padre e pela concordância em mudar a data do festejo. *O Coiteense* lamentava que o Prefeito “venha mais uma vez fraquejar quanto à realização da MICAREME, sob o pretexto de ‘crise’” e analisava essa ação como um “erro estratégico” e uma “tola pretensão de agradar a autoridade eclesial, transferindo erradamente a decisão que é sua, para os seus obedientes vereadores” (ADMINISTRAÇÃO..., 1987, p. 4).

Ao analisar os registros da Câmara Municipal desse período, no intuito de perceber as negociações estabelecidas entre a Igreja Católica e o poder local para a mudança da data da Micarême, inicialmente foi possível identificar nas Atas das Sessões da Câmara que entre os vereadores o debate em torno do Projeto de Lei, apresentado pelo presidente da Câmara,

Diovando Carneiro da Cunha, provocou diferentes posicionamentos, sendo levantada a hipótese de inconstitucionalidade do projeto pelo Vereador Genival Mota Mascarenhas.

Na tentativa de evitar futuros constrangimentos, o Vereador Valdemir de Assis Silva sugeriu a necessidade de realizar um plebiscito junto à população para uma melhor compreensão do desejo dos foliões, algo que não aconteceu (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 30 mar. 1987). As tensões em torno dessa temática estiveram bastante acaloradas, visto que, além da presença dos fiéis concordantes com a ideia do Padre José Antonio dos Reis no plenário da Câmara, o jornal *O Coiteense* relatou que alguns jovens, contrários à mudança da data da Micarême, protagonizaram palavras hostis ao pároco (PROTESTO, 1987).

A despeito desses embates e das proposições para evitar constrangimentos, a maioria dos edis, formada pela bancada dos *Vermelhos Situacionistas*, foi favorável à aprovação da lei que beneficiava a instituição religiosa na sessão do dia 13 de abril de 1987, em plena Semana Santa, na aparente tentativa de evitar manifestações que desagradassem o pároco e questionassem o Prefeito pela não promoção da Micarême (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 13 abr. 1987).

*O Coiteense*, na edição de 25 de abril de 1987, acusou, diante de “dezenas de opiniões, sugestões, indicações e reclamações contra o Pe. Reis” (NOTA..., 1987, p. 2), que havia recebido dos seus leitores e colaboradores, o Prefeito Municipal como o principal responsável pela mudança da folia, apesar de afirmar que o pároco “errou pela forma com que se conduziu para alcançar o objeto pleiteado” (NOTA..., 1987, p. 2). Entre as seis sessões da Câmara Municipal onde o Projeto de Lei foi discutido, é interessante observar um dos registros que apresenta a justificativa do Vereador Hélio Alves Maciel, acusado de praticar nepotismo (NOS BASTIDORES..., 1990), para a anulação desse projeto, que alterava a data da realização da Micarême: “Usou também da palavra o sr. vereador Hélio Alves Maciel dizendo que nós não precisamos tanto da festa momesca como precisamos da Igreja, pois a Igreja é o próprio povo e que é favorável pela mudança da data da micarême [sic]” (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 6 abr. 1987, p. 2).

A justificativa empreendida pelo Vereador Hélio Maciel para a aprovação do projeto desconsiderava a opinião de uma parcela da população contrária à modificação da data da festa, principalmente do setor comercial, beneficiado economicamente com a realização da folia. A Micarême, durante a considerada “Semana Maior” pelos católicos, oportunizava a presença de muitos coiteenses residentes em outros municípios na cidade, como também de muitos foliões da região, que por estarem em recesso do trabalho ou dos estudos facilitava a participação na folia, assim, agregavam maiores cifras ao comércio local e à prefeitura.

Na edição de 4 de abril de 1987, o editor do jornal *O Coiteense* publicou algumas implicações econômicas da não realização da Micarême daquele ano (figura 16), enfatizando o capital que o comércio deixaria de captar e criticando a atitude do Padre José Reis em levantar a polêmica de mudança da data da Micarême, que desconsiderou a opinião dos comerciantes. Esses últimos, segundo o periódico, eram um dos principais setores que contribuía com as festas religiosas e nas reformas da igreja matriz e da casa paroquial.

Figura 16 – Implicações para o comércio coiteense com a não realização da Micarême, 1987.



Fonte: MICAREME..., 1987, p. 4.

Ao mesmo tempo, o argumento do Vereador Hélio Maciel sinalizava a importância de contar com o apoio da instituição religiosa, representada pelo seu clero, no campo político, ainda mais, em um contexto próximo das eleições municipais de 1988. De alguma maneira, ter a instituição religiosa como uma aliada era muito mais favorável politicamente para o grupo político hegemônico, que havia perdido a sua representação política no governo estadual, bem como os cargos de confiança dos serviços estaduais no município, com a vitória de Francisco Waldir Pires de Souza ao Governo do Estado, do que manter a folia em sua tradicional data de realização.

A trajetória dos políticos coiteenses, especialmente das cúpulas dos *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas*, analisados anteriormente, evidenciava o quanto significativo era possuir o apoio do clero, não apenas nos embates eleitorais, mas durante o exercício de seus mandatos eletivos. Porventura, tenha sido esse o interesse dos grupos políticos hegemônicos em constituírem uma

relação estreita com a Igreja Católica, sendo reverberada, por exemplo, na manutenção econômica das demandas da instituição religiosa com dinheiro e servidores públicos (CARTA..., 1996).

Com isso, o panfleto expedido pelos leigos do Conselho Pastoral Paroquial, em 1996, indicava que um importante membro da cúpula dos *Vermelhos Situacionistas*, ligado ao grande aliado de Hamilton Rios, Emério Vital Pinto Resedá, apresentou na Câmara Municipal um Projeto de Lei que revogaria a norma que transferiu a realização da Micarême para o final de semana seguinte ao *Domingo de Páscoa*. Desconsiderando todo o desgaste vivenciado pelo líder dos *Vermelhos Situacionistas* nos anos finais da década de 1980, o Vereador Cláudio Resedá aparentava estar empenhado no empreendimento de retornar a folia de Micarême para os atos celebrativos da *Semana Santa*.

Cláudio Resedá indicou o novo Projeto de Lei durante a organização da Festa da Padroeira, umas das principais festas do município em que agregava diversos devotos, período em que a instituição religiosa possuía grandes chances de realizar uma forte mobilização contra o projeto e ao referido Vereador. Por outro lado, pode ter sido uma estratégia escolhida pelo Vereador realizar a indicação do projeto no período em que a Igreja Católica local concentrava seus esforços com a festa, assim não perceberia o Projeto de Lei como uma grande ameaça aos seus interesses.

Decerto, a partir do panfleto expedido pelos leigos da instituição, tendo a anuência do clero, em que convocava até os fiéis de outras denominações religiosas a pressionar os Vereadores para serem contrários ao Projeto de Lei indicado por Claudio Resedá, a Igreja Católica reconhecia que o projeto possuía grandes chances de ser aprovado. Além da bancada dos *Vermelhos Conservadores* ser a maioria na Câmara e possuir a tendência de consentir projetos apresentados por seus Vereadores, os jornais locais apontavam a existência de um sentimento saudosista<sup>98</sup> para o retorno dos festejos na data tradicional, principalmente entre os setores do comércio, desde quando ocorreu a modificação da data da Micarême, no final da década de 1980.

---

<sup>98</sup> Os artigos das professoras Marielza Carneiro D’Vilanova e Marialva Carneiro de Carvalho, e do comerciante Roberto Oliveira Lopes publicados nos jornais locais, como por exemplo, *Festas Populares* (FESTAS..., 1990), *Micareme* (JORNAL COITEENSE, 1997) e *Coité por onde anda tua alegria* (COITÉ...,1996), sobre as manifestações culturais da cidade, expressavam um sentimento nostálgico aos antigos Micarêmes realizados durante a Semana Santa, caracterizando-os como os melhores festejos vivenciados pelos coiteenses. As edições dos jornais locais entre março e abril, período em que era celebrado a Páscoa, reforçavam a promoção do festejo, rememoravam o momento de sua realização durante a Semana Santa, ainda mais, quando a Micarême, durante alguns anos da gestão municipal de Diovando Carneiro Cunha (1993-1996), passou a ser promovida em julho, no período da festa de emancipação da cidade de Conceição do Coité (A FESTA..., 1993, p. 3).

Na medida em que setores do clero declaravam o seu descontentamento com a realização da folia durante a *Semana Santa*, alguns fiéis não se intimidavam em criar táticas para retomarem e defenderem a folia de Micarême no ciclo pascal. Os registros do Livro de Tombo fortalece a suposição de que, inicialmente, entre os promotores da folia da Micarême em Conceição do Coité havia pessoas vinculadas à instituição religiosa e que desempenhavam algum serviço durante os cultos, visto que uma das medidas do Padre Urbano Dhom, para demonstrar a sua insatisfação pela realização da festa durante a *Semana Santa*, foi a de promover a tradicional procissão de *Corpus Christi* dentro da Igreja e as celebrações do conhecido Mês Mariano sem a presença dos mordomos, ao que parece eram leigos que organizavam as celebrações (LIVRO..., 1951 p. 47v.).

Entre esses possíveis leigos, alguns deles são bastante significativos, como, por exemplo, Manoel Carneiro Rios, Durval da Silva Pinto, Genésio Boaventura e Flaviano Virgínio dos Santos, pois eles são constantemente citados no Livro de Tombo, devido aos serviços prestados à comunidade paroquial, como organizadores da festa da padroeira e de ligas religiosas. Ademais, segundo os memorialistas Vanilson Oliveira (2002), Marielza D'vilanova (2011) e Orlando Barreto (2007), eles foram importantes promotores de atividades culturais na cidade, inclusive como patrocinadores, membros de comissão organizadora e músicos dos bailes de Micarême.

Na edição de 17 de dezembro de 1987, *O Coiteense* publicou a manchete intitulada *O padre, o comércio e a festa 08 de dezembro*, na qual discutia a necessidade dos comerciantes se preocuparem com a organização das festas religiosas, pois, segundo o jornal, o então pároco Padre José Antonio dos Reis não tinha zelo pelas tradições locais, sendo um dos responsáveis pela não realização da Micarême durante a *Semana Santa* daquele ano (O PADRE..., 1987). Essa perspectiva acompanha a trajetória do Padre até o findar da sua administração, sendo percebida em uma publicação do *Tribuna Coiteense*, em fevereiro de 1989, na sessão *Carta do leitor*, na qual apresenta o relato de Raimundo Ferreira Santos, da comunidade de Salgadália e irmão de Misael Ferreira, solicitando a mobilização dos fiéis para que o sacerdote realize a festa da padroeira de acordo com as tradições coiteenses (SANTOS, 1989). No manifesto de defesa dos antigos costumes, publicado em 1987, o editor do jornal *O Coiteense* recordava que para alguns leigos a perspectiva da festa profana não era uma ação contrária aos atos religiosos, mas uma extensão das celebrações realizadas dentro do templo religioso:

Durante a Semana Santa, Pai Bico, sacristão da Igreja, ficava entre arrumar a Igreja com mantos roxo, numa demonstração de dor e pesar pela paixão e morte de Cristo – e olhadas noites a dentro aos ensaios inquietantes do JAZZ ARY – sem que isso trouxesse qualquer desmerecimento à sua fé. Às vezes,

misturavam-se cultos sacros, com os acordes dos brilhantes píttons de Valdetino, Joza do Professor e instrumentos de outros músicos em ensaio. Senhoras da sociedade, terminando o ato religioso na Igreja, passavam para o Armazém de Bento Eloy, para ajudar nos últimos retoques da decoração inacabada. Pai Bico apreciador contumaz do famoso vinho Único, sabia que as coisas não se misturavam – e o vinho tomado sabiamente na Semana Santa, continuava e vez por outra, era trocado por novas bebidas na animação dos bailes carnavalescos [sic] (O PADRE..., 1987, p. 2).

*O Coiteense*, ao referenciar, em dezembro de 1987, a figura do sacristão da Igreja Matriz, das décadas de 1950 e 1960, Flaviano Virgínio dos Santos, conhecido como Pai Bico, possibilitava fortalecer entre a população os argumentos para a manutenção da folia de Micarême durante os atos celebrativos da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, realizados pela Igreja Católica. Essa publicação somava-se às ações realizadas por aqueles que reivindicavam a retomada da festa para a sua data tradicional. Entre essas táticas, algumas foram realizadas no mesmo período em que houve a aprovação da lei pelos Vereadores, na qual alterava a data da Micarême. Os clubes sociais da cidade, ACCA e o Clube dos 50, cuja direção era formada por leigos católicos, mantiveram a programação dos seus bailes carnavalescos, iniciando-os na noite do *Sábado de Aleluia*, inclusive um deles contou com a presença do Prefeito Municipal:

Até o Sr. Prefeito Municipal não resistiu à animação e caiu na folia. A banda Tiete Vips tocava Cometa Mambeme e Índio cantava “vermelho é a cor da alegria”, sob exigência dos Diretores da ACCA. A maioria dos foliões em protesto levantavam os braços fazendo com os dedos, o “W” da campanha vitoriosa de Waldir Pires. O Prefeito voltou a se sentar. Eram 3hs da madrugada de domingo. Tudo era paz. Tudo era alegria. (NÃO MUDA, 1987, p. 4).

Na letra original da canção de Carlos Pitta, em parceria com Edmundo Caruso, o azul é a cor da alegria, e não o vermelho, como foi cantado pelo intérprete da banda carnavalesca Tiete Vips. É evidente que o Micarême, como demais festas populares, possui seu componente político. Na realidade coiteense, uma das expressões desse componente era o enfretamento através de símbolos, um aspecto da disputa política que extrapolava o período eleitoral, como discutimos. Assim, na perspectiva do enfretamento político, os representantes políticos do Diretório Municipal do PMDB, juntamente com um grupo de comerciantes, contrataram o trio elétrico Top 69 que fez a animação dos foliões pelas ruas do centro da cidade, na tarde do *Domingo de Páscoa*, estendendo-se até a noite da segunda-feira. A folia de rua contou também com a animação de charangas e o bloco *Não Muda*, iniciativa da Professora Rita Pinto, que segundo *O Coiteense*: “desfilou com resistência à mudança do MICAREME [...] mostrou que



tudo é possível – *Vermelhos e Azuis* – juntos, representados por Senhoras da Sociedade, deram um espetáculo saudosista remetendo aos velhos MICAREMES” (NÃO MUDA, 1987, p. 4).

O editor do *O Coiteense*, Roberto Lopes, salientava que a democracia era o principal saldo da festa, organizada, segundo a sua percepção, “inteiramente pela força do povo, pelo impulso popular de uma afirmação histórica” (NÃO MUDA, 1987, p. 4), pois a folia havia reunido eleitores *Azuis* e *Vermelhos Situacionistas* que se uniram no propósito da manutenção da promoção da Micarême no período das celebrações da *Semana Santa*. O intuito do editor, além de argumentar que a maioria da população não concordava com a mudança da festa, era despertar entre a população que a decisão pela aprovação da nova data da Micarême havia sido feita de maneira autoritária, pois não consultou segmentos da população, especialmente os comerciantes, com o objetivo de atender aos interesses do Padre José Antonio dos Reis.

Apesar do aspecto econômico ser um dos fortes argumentos defendido para a continuação da festa nos atos celebrativos da “Semana Maior”, a perspectiva religiosa também foi evocada pelos contrários a mudança da data da folia: “Lembro-me muito bem que o Padre Antônio Tarashi sempre nos dizia que o Micarême de Coité era numa época certa, pois caía na data da ressurreição de Cristo e isto era um motivo de alegria.” (O PADRE..., 1987, p. 2).

Seria o Micarême, acontecendo conforme tradição do domingo de páscoa; dia da alegria, de comemoração da ressurreição de N. S. JESUS CRISTO. Em união com a Igreja Católica – O Micarême, seria precedido de uma SEMANA SANTA, a rigor, nos moldes menores da cidade pernambucana de Nova Jerusalém, e comemorado também a moda antiga, com cavallhada, desfile de cordões e alegorias que se identificasse com a felicidade da data [sic] (FESTAS..., 1990, p. 1).

Apenas, pelo que se sabe, um padre – Antônio Rocha – respondeu: “QUE COISA BONITA O POVO NA RUA COMEMORANDO A RESSUREIÇÃO DO SENHOR”. Afinal, se Cristo ressuscitou, porque em vez de só respeitarmos a sua morte, não continuamos também a comemorar a sua ressurreição? [sic] (ADMINISTRAÇÃO..., 1987, p. 5).

Esses relatos foram publicados após o pároco desse período, o Padre José Reis, conseguir junto ao Poder Público a mudança da data do Micarême, e foram escritos, respectivamente, por Roberto Lopes, comerciante e marqueteiro político, e por Élia Cirino, então Vereadora e líder do PMDB na Câmara de Vereadores, como forma de justificarem a retomada da realização da festa para a *Semana Santa*. Supomos que a necessidade de demarcarem a festividade vinculada às celebrações da ressurreição de Jesus Cristo tenha sido, para além dos seus próprios sentimentos religiosos em relação à Micarême, uma tática utilizada por Roberto Lopes e Élia Cirino para demonstrarem que não eram contrários aos dogmas e

preceitos da instituição religiosa, mas com a postura do Padre José Antonio dos Reis em romper com a tradição da festa no município.

Isto não quer acentuar que discordamos da influência do componente religioso na realização do festejo, mas que recorrer ao próprio campo do sagrado para defender uma folia criticada pela hierarquia católica local foi uma forma de resistir às possíveis pressões sofridas. Salientamos esse ponto, pois ao observar os registros da sessão da Câmara Municipal, na qual debatia o projeto de Lei n. 01/87, que dispunha sobre a mudança da data do Micarême para o sábado após o *Domingo de Páscoa*, há o seguinte relato do pronunciamento do Vereador Basílio Santos Nascimento:

Usou a palavra o vereador Sr. Basílio S. Nascimento, dizendo que não podia ser contra a comunidade, principalmente a de Salgadália, que chegaram ao ponto de perguntar se ele era ateu ou cristão, que assim ele só pode ser a favor do ante-projeto nº 01/87, tomando essa decisão foi elogiado pelo público, através de palmas [sic]. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 6 abr. 1987, p. 2).

A visão que alguns munícipes da comunidade de Salgadália<sup>99</sup> tinha em relação ao possível posicionamento contrário do Vereador Basílio Nascimento, demonstra que para muitos, principalmente os paroquianos do Padre José Antonio dos Reis, uma postura contrária ao Padre representaria ser contrário aos preceitos da própria religião, ao ponto de ser considerado um ateu. Entretanto, é possível pensar que para alguns fiéis católicos, especialmente aqueles que assinaram o “abaixo assinado” organizado por Élia Cirino, a Micarême na *Semana Santa* representava uma forma de celebrar a Páscoa sem as amarras e ritos controlados pelo clero católico, visto que “a Igreja baiana se identificava com o traço comum do ser devota, qualquer que fosse a hierarquia religiosa ou o lugar social” (SILVA, 2000, p. 86).

A despeito das estratégias do clero de orientar os fiéis para vivenciem a chamada “Semana Maior” de acordo com os preceitos da hierarquia, os festejos de Micarême, mesmo que não promovidos consecutivamente, tiveram por muitos anos o período dos atos celebrativos da Páscoa como o marco principal da sua realização. Destarte, uma parcela do elemento leigo, mesmo quando a folia não era uma responsabilidade da gestão municipal, demonstrou discordância com o pensamento do clero ao criar táticas para a promoção da folia.

A consolidação da Micarême na sociedade coiteense aconteceu na transição da década de 1950 para 1960, período em que membros do clero apoiaram a realização do festejo nos atos finais da *Semana Santa*. Apesar de não encontrar nenhuma referência ao Micarême da década

---

<sup>99</sup> Salgadália é o maior distrito do município, situado a 16 km da sua sede, desde a década de 1980 luta pela sua independência política.

de 1960 no Livro de Tombo, as publicações jornalísticas indicam que os Padres Antonio Tarashi e Antonio Rocha, respectivamente pároco e vigário coadjuvante da paróquia coiteense, concordavam com a realização da Micarême durante as celebrações da paixão, morte e ressurreição de Cristo.

Na visão do periódico local, os Padres Tarashi e Rocha apoiavam a festividade na *Semana Santa*, pois ela oportunizava aos fiéis também celebrarem a alegria da Páscoa através dessa folia. No momento, ter o conhecimento de que os Padres comungavam com a visão apresentada pelo periódico é difícil de apreender, todavia, a edição septuagésima quinta do jornal *O Coiteense*, publicada em 26 de abril de 1969, denominava os patrocinadores dos trios que animaram os festejos daquele ano, um deles foi o Padre Antonio Tarashi que contribuiu com NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos), sendo o segundo valor mais alto de doação (COOPERAÇÃO..., 1969, p. 4). Dessa maneira, esse dado reforçou o pensamento do periódico e, sobretudo, o discurso apresentado por Roberto Lopes e Élia Cirino, publicado em 1987.

Entretanto, apesar do início da folia de Micarême ter sido promovida pela iniciativa da comunidade local, supomos que as implicações para a continuação da folia durante o ciclo pascal na década de 1980 são muito mais econômicas do que religiosas. Possivelmente, as implicações econômicas “do carnaval fora de época” foram as principais justificativas apresentadas pelo então Vereador Cláudio Resedá para argumentar a retomada da folia durante a *Semana Santa*. Contudo, naquela conjuntura, a folia tinha quase 10 anos que era promovida após o *Domingo de Páscoa*, assim, ela conseguiu se consolidar na sociedade coiteense fora dos atos celebrativos da *Semana Santa*. Diante disso, surge algumas indagações: o que motivou a empreitada do então Vereador Cláudio Resedá em retomar a promoção da Micarême para a *Semana Santa*? Por que não era mais interessante possuir o apoio da Igreja Católica naquela conjuntura e retomar um festejo que a instituição religiosa sempre combateu? Por que a iniciativa de combater o regresso da folia para a *Semana Santa* partiu publicamente dos leigos do Conselho Paroquial e não, exclusivamente, do clero, como no contexto de 1987?

As respostas para essas questões podem ser mais bem compreendidas ao analisar os eventos ocorridos semanas anteriores à produção do panfleto do Conselho Pastoral Paroquial, especificamente durante o embate eleitoral em que *Azuis* e *Vermelhos* pleiteavam a hegemonia dos cargos políticos eletivos do município. O período eleitoral de 1996 foi bastante conturbado para os coiteenses, pois além de oportunizarem o retorno dos *Vermelhos Situacionistas* ao poder executivo, o final do pleito foi marcado pelo suicídio do então Prefeito Diovando Carneiro Cunha, que havia derrotado Hamilton Rios de Araújo nas eleições municipais de 1992, pela chapa política dos *Azuis*. Bem como pelos atos de violência exercidos publicamente ao então

pároco da cidade Padre Luiz Rodrigues Oliveira, “taxado de comunista, vigarista e ministro de satanás” (OLIVEIRA, 1996, p. 1).

#### **4.4 Micareta: combate à Igreja Popular?**

A missa do dia 6 de outubro de 1996 foi uma celebração esperada não apenas pelos assíduos frequentadores dos atos religiosos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, mas também por segmentos políticos, em razão de ser a primeira missa dominical após as eleições municipais, realizadas na quinta-feira, dia 3 de outubro. Ademais, depois dos atos de violência direcionadas ao então pároco, Padre Luiz Rodrigues Oliveira, por uma parcela dos eleitores que garantiram o retorno dos *Vermelhos Situacionistas* ao poder local.

Naquele segundo pronunciamento do sacerdote em uma celebração, após o resultado das eleições, visto que ele havia celebrado uma missa na manhã da sexta, 04 de outubro de 1996, muitos estavam curiosos para conhecer a versão do Padre sobre os acontecimentos de violência ocorridos na noite anterior, em que houve a tentativa de invasão da casa paroquial por uma parcela dos eleitores que garantiram a vitória da chapa dos *Vermelhos*. E, sobretudo os segmentos políticos, a opinião do Padre, um dos principais críticos da administração do grupo político liderado por Hamilton Rios de Araújo, sobre o retorno dos *Vermelhos Conservadores* ao poder local, após essas hostilidades.

Depois da leitura do evangelho de Matheus, sobre a parábola dos lavradores maus, realizada pelo vigário Padre Antonio Elias Souza Cedraz, concelebrante daquela missa, o Padre Luiz Rodrigues iniciou o seu pronunciamento informando os avisos da paróquia, posteriormente indicou que não iria realizar um sermão. No decorrer da exposição disse que seriam pontos de reflexão e, também, de informação, o início da sua fala foi marcado pela crítica ao conhecimento histórico positivista, produzido, segundo ele, *a partir da mentira dos que governam*, pois apresentava apenas a versão dos vencedores. No seu entendimento, a concepção de verdade histórica era alcançada, muitas vezes, pela escrita da história daqueles que aparentavam ser os perdedores nos eventos históricos<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> Sua argumentação foi seguida com a exemplificação da escrita de processos históricos do Brasil em que privilegiaram essa versão positivista, a abolição realizada pela princesa Isabel e a caracterização de Duque de Caxias como o pacificador, aspectos que escamotearam os reais interesses por trás desses heróis e que não correspondem à verdade histórica. Além disso, salientou a história de sujeitos vencidos, como a de Rui Barbosa, na campanha civilista de 1910, Martha Rocha, que perdeu o concurso de miss universo, e de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do período colonial, como aquela que se tornou mais conhecida do que a história dos sujeitos que os venceram.

No final da sua reflexão na missa, que foi transmitida pela *TV Cultura do Sertão*, o Padre Luiz Rodrigues Oliveira indicou a crítica à história positivista para demonstrar aos fiéis que, apesar dela, os perdedores continuariam fazendo história e seriam reconhecidos pelos seus atos, inclusive aqueles que não haviam conseguido os cargos eletivos na disputa eleitoral daquele ano. Eles prosseguiriam fazendo história na Igreja Católica e na sociedade coiteense, especialmente Arivaldo Ferreira Mota, bastante aplaudido pelos fiéis presentes na celebração quando o Padre pronunciou o seu nome, e Joilson Marcos Cunha Araújo. Ademais, o Padre Luiz demonstrou a sua indignação com a comemoração dos vencedores das eleições municipais, afirmando que seus atos estavam distantes de ser uma comemoração, mas sim atos de selvageria, devido às ações de violência realizadas contra a sua pessoa e aos seus opositores:

Ganhar desse jeito e ganhar para massacrar? [pausa] Eu lhes pergunto: pessoas nobres e dignas que vitoriosos, por alegria, fazem isto! Imagine por derrota [pausa]. Se... Pela alegria, pelo regozijo da vitória, fazem isto que estão fazendo. Agora, imaginem o que fariam se tivessem perdido [pausa]. Não tem explicação um fato desse. Eu nunca vi em lugar nenhum. A cidade de Coité está sendo enxovalhada, envergonhada, perdeu a civilidade e a dignidade. Eu nunca vi dizer que alegria fosse isso. Isso aí é um ódio, é veneno que está saindo das vísceras dessa gente, e serve para aquilo que estou dizendo, está mostrando que essa gente é perversa mesmo [pausa] e que são assassinos em potenciais, e a qualquer momento se tornam assassinos em ato [pausa]. Eu nunca vi se comemorar vitória com esse ódio. Vitória se comemora com alegria, com gesto de perdão a quem ofendeu, com gesto de acolhimento a quem perdeu, isso que é comemoração. Isso aí é selvageria, é canibalismo [pausa], coisas que o vai [pausa]. As forças do mal se coligaram e personificaram algumas pessoas, né! Foram personificadas. Primeiro é a minha pessoa e segunda, e terceira, e quarta, e quinta está colocando algumas pessoas. Essa coligação tem um sentido, tem um nome e tem um interesse, chama-se tirar das atividades públicas, onde entra o dinheiro do povo, um fiscal do povo [pausa], o fiscal do povo não pode ir aonde o dinheiro do povo está sendo lapidado, delapidado, melhor dizendo, roubado (SOBRE..., 1997 – DVD).

As ações de violência referenciadas pelo Padre Luiz Rodrigues diziam respeito às comemorações dos *Vermelhos Conservadores* devido à ampla vitória alcançada nas eleições municipais de 1996, que possibilitou o segundo mandato do sobrinho de Hamilton Rios de Araújo, Ewerton Rios D'Araújo Filho, no executivo municipal, e o primeiro mandato político do irmão de Emério Vital Pinto Resedá, Eustórgio Pinto Resedá Neto, como Vice-prefeito do município.

Na percepção do sacerdote, esses atos estavam sendo realizados por pura perversidade e pelo interesse em minimizar agentes políticos que não compartilhavam dos mesmos ideais do grupo político liderado por Hamilton Rios. Desde sua chegada, em 1989, o Padre Luiz Rodrigues compreendia que havia se tornado um dos grandes desafetos políticos dos *Vermelhos*

*Situacionistas*, pois iniciou um trabalho que mobilizava os fiéis a participarem das discussões sociopolíticas e denunciarem as irregularidades praticadas na primeira gestão de Éwerton Rios Filho (1989-1992) e de seus correligionários na política baiana e nacional.

O evento denominado *Exagero de comemorações provocam violência*, como foi publicado na edição de número 7 do *Jornal Coiteense*, no dia 12 de outubro de 1996, não se limitou à noite do dia 3 de outubro, após o resultado das urnas, momento em que muitas pessoas fizeram uma espécie de estilingues gigantes “para fazer gozação e chamar de baleado seus adversários” (EXAGERO..., 1996, p. 3), uma noite marcada “por muita gozação, muitas críticas e atos de vandalismo” (EXAGERO..., 1996, p. 3).

As ações de violência desdobraram-se para além daquela movimentada quinta feira de disputa eleitoral. Na manhã daquele primeiro domingo, em que os Padres Luiz Rodrigues e Elias Cedraz celebravam a missa, esses atos aconteceram durante e, principalmente, após a celebração, sendo registrados pelo leigo Joilson Marcos Cunha Araújo, através de uma câmera filmadora.

Na filmagem, Joilson Araújo relata que o objetivo do registro de aproximadamente 16 minutos, sendo que os acontecimentos tiveram uma duração maior, era documentar aquele conflito, especialmente como possível prova a ser apresentada ao poder judiciário caso o Padre ou algum fiel fosse hostilizado, sobretudo fisicamente, pelos homens que estavam ao redor da igreja *comemorando* a vitória alcançada na eleição daquele ano – a natureza dessas fontes será discutida no próximo capítulo. O objetivo torna-se plausível, uma vez que ele, constantemente, direcionava as lentes da câmara para os lugares onde estavam os homens e fazia o enquadramento daqueles que estavam debatendo com os setores ligados à instituição religiosa. Em alguns momentos, é possível perceber que a tensão entre os envolvidos é acentuada, pois as imagens perdem o foco e são direcionadas para ângulos, como o chão, em que não é possível perceber quem são os sujeitos filmados, apenas partes de suas vestimentas e de objetos presentes na praça (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

O registro é iniciado com uma confusa aglomeração de leigos, que haviam participado da celebração, tentando dispersar um grupo de homens, sobretudo um que estava trajando vestes na cor vermelha, semelhante ao traje da figura do Papai Noel, portando uma grande bandeira vermelha, em alusão ao grupo político vitorioso nas eleições, e usando um chapéu de palha, razão pela qual os leigos, posteriormente, o chamaram de espantalho. Provavelmente, o objetivo desses homens, eleitores dos *Vermelhos Conservadores*, era, além de intimidar o Padre na tentativa de lhe tirar satisfações sobre os seus pronunciamentos, violentá-lo fisicamente.

Durante a filmagem, um dos fiéis envolvidos no conflito relatou que aqueles homens eram capangas enviados pelos desafetos políticos do Padre, pois não possuíam a coragem de enfrentá-lo pessoalmente. Nesse conflito, é possível perceber a atuação dos leigos Arivaldo Mota e André Gordiano contendo o “espantalho” e arrancando das mãos dele a estrutura de madeira que sustentava o grande tecido da bandeira, pois, no entendimento dos leigos, o homem supostamente ameaçava ferir o Padre com aquela estrutura, visto que na confusão já havia provocado ferimentos na perna de um dos fiéis envolvidos e tentava adentrar as dependências da igreja matriz. Além disso, é registrado a presença de Evódio Ducas Resedá junto ao grupo de homens, que justificavam a necessidade de o “espantalho” *curtir* a comemoração da vitória, um deles frisou ter dito aos companheiros que não deveriam invadir a igreja, fora isso, deu a entender que tudo era justificável.

A tensão em torno do Padre ser acometido por alguma violência física era marcante entre os fiéis, dentre os quais André Gordiano, Arivaldo Mota, Maria da Conceição Mendes Acrísia Ferreira e Doranei Mendes de Souza Oliveira, registrados pela filmagem, dialogavam com Evódio Resedá e com os demais envolvidos na tentativa de dispersá-los (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

Os leigos solicitavam a Evódio Resedá, em razão de sua influência nos *Vermelhos Situacionistas*, que contivesse o “espantalho” e os eleitores que debatiam com eles, em apoio às ações do homem com trajes vermelhos, para garantir a segurança do sacerdote. Entretanto, Evódio Resedá indicava que não tinha capacidade de atendê-los, pois o Padre Luiz havia chamado os integrantes do grupo político de cachorros e cachorras (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD). Evódio Ducas Resedá salientou que apesar de respeitar Misael Ferreira Oliveira, caracterizado por ele como um deles, justificava que os atos estavam acontecendo devido aos pronunciamentos do Padre na missa. Misael Ferreira, então Vice-prefeito, foi o candidato derrotado naquela eleição ao executivo municipal, aparentemente ele havia participado da celebração na igreja, mas a filmagem de Joilson Araújo não registrou nenhuma conversa estabelecida entre Misael e os envolvidos.

O entendimento de Evódio Resedá em relação aos atos de violência direcionados aos opositores durante as comemorações do pleito era comungado com outros sujeitos daquela comunidade, uma vez que essa argumentação havia alcançado as páginas do *Jornal Coiteense*<sup>101</sup>. Na publicação do dia 12 de outubro de 1996, o *Jornal Coiteense* insinuava que as

---

<sup>101</sup> A partir de 1996, o *Jornal Coiteense* tornou-se um dos periódicos locais mais acessíveis aos coiteenses, cujo proprietário e diretor era Mario Ferreira Silva, que criou o folhetim, em julho de 1996, justificando desentendimentos, ao que parece políticos, com seus antigos sócios fundadores do jornal *Tribuna Coiteense*.

hostilidades sofridas pelo então pároco eram frutos da sua grande aversão ao vitorioso grupo político:

O padre Luiz, que já tem uma aversão (de longa data) muito grande pelo grupo dos “vermelhos”, inclusive praticando exclusões de pessoas de atividades particulares da Igreja Católica, queixou-se de ter recebido ameaças de morte por telefone, xingamentos e todo o tipo de provocações. O padre insatisfeito, em seu sermão durante a missa dominical do dia 06 de outubro, “enxovalhou” de forma espantosa o grupo que venceu as eleições. Eis algumas frases: “É sacrilégio usar o nome de Nossa Senhora”; “Senhores e senhoras ilustres desceram ao nível de cachorros e cachorras”; “As forças do mal se coligaram contra a Igreja e personalizaram esta coligação maléfica, malvada”; “São assassinos em potencial”; “que se vedem até por cinco reais”. E continuou proferindo palavras excomungando os vermelhos [sic] (EXAGERO..., 1996, p. 3).

Por intermédio dessa publicação em que foram destacadas algumas frases do pronunciamento do sacerdote sem explicar o seu contexto, o *Jornal Coiteense* argumentava que tais ações de violência eram legítimas no embate eleitoral. Essa concepção defendida pelo editorial do jornal pode ter sido fortalecida ao perceber que, durante as campanhas eleitorais, os grupos políticos locais também utilizavam a violência como um recurso de enfretamento eleitoral. Em outras publicações, daquele período, foi possível perceber que o jornal noticiava ações de violência entre coiteenses, devido ao excesso de comemorações pelos vitoriosos do pleito, como o seguinte caso: “Edilson, vigilante do CIRETRAN [Circunscrição Regional de Trânsito], ainda comemorando a vitória de Vertinho, provocou Missinho com uma bandeira e ele não gostou partindo para a agressão física com uma garrafa quebrada no rosto de Edilson” (EXCESSO..., 1996, p. 3).

Analisando as publicações do jornal, realizadas entre 1996 e 1999, observamos que as matérias sobre o Padre Luiz Rodrigues Oliveira tratavam apenas dos embates políticos, em uma das noticiais caracterizava essas ações do pároco como uma novela, *a novela do padre*, quiçá na tentativa de construir uma ideia de que as intervenções do Padre Luiz Rodrigues no campo político se assemelhavam com as intrigas e mentiras dos enredos novelescos. Como, por exemplo, a notícia publicada em 01 de agosto de 1997, intitulada *Recusou ajuda*:

Na Câmara de Vereadores foi criado uma Lei para ter verba específica para colaborar com a Igreja Católica, na ocasião de eventos como: Corpus Christi, procissão da Padroeira 8 de dezembro, etc. Mas, a direção da Paróquia recusou a ajuda. Mas como é que pode? Até quando estas briguinhas vão continuar? E quando chegar a festa da padroeira, que necessita mesmo da ajuda da Prefeitura como é que vai ser? ACHO MELHOR RESPEITAR AS TRADIÇÕES VOCACIONAIS DO NOSSO POVO. CALA-TE BOCA. [sic] (RECUSOU..., 1997, p. 3).



A despeito do jornal não explicitar as razões da recusa do pároco em relação à lei, e sugerir que a rejeição advinha das intrigas políticas e da falta de respeito às tradições, encontramos ofícios no arquivo paroquial em que o Padre Luiz Rodrigues solicitou, por diversos momentos, alguns auxílios aos festejos da padroeira à Prefeitura Municipal, como, por exemplo, a iluminação e o sistema de som da praça da igreja matriz. Entretanto, o jornal não explicitou os motivos da recusa do pároco em relação à aprovação dessa lei, ao que parece ela não foi uma demanda apresentada pela instituição. As razões para essa recusa podem ser percebidas nos registros audiovisuais de uma missa realizada naquele período, na qual, após o rito da comunhão, no chamado momento dos avisos, o leigo Arivaldo Mota salientou, do presbitério da igreja, que a Câmara de Vereadores, cuja presidência era exercida pelo seu irmão Aduino Mota, havia publicado no seu boletim informativo a incoerência da instituição religiosa em receber ajuda financeira da prefeitura na realização da festa da padroeira de 1996, mas recusava receber a colaboração dos edis para a procissão de Corpus Christi de 1997.

Arivaldo Mota compreendia que essa postura só gerava confusões entre os fiéis da Igreja Católica e argumentou que não existia nenhuma comprovação de que a Igreja havia recebido dinheiro da prefeitura, pois os serviços solicitados pela instituição foram pagos diretamente pela prefeitura aos prestadores dos serviços realizados durante a festa da padroeira. Além disso, ele destacou que a recusa da paróquia em não aceitar o dinheiro da Câmara para colaborar na promoção da procissão de Corpus Christi dizia respeito ao fato dos Vereadores terem aprovado um voto de repúdio ao Padre Luiz Rodrigues, em razão dos seus pronunciamentos durante a missa dominical do dia 6 de outubro de 1996, após o pleito eleitoral daquele ano:

No dia em que a Câmara de Vereadores retirar o repúdio ao nosso Padre Luiz, essa Igreja vai começar o relacionamento como antes e aceitar a ajuda da Câmara de Vereadores, mas enquanto houver esse repúdio da Câmara de Vereadores contra o nosso Padre e contra a nossa Igreja, essa Igreja não vai aceitar a ajuda da Câmara de Vereadores. Enquanto algum órgão fizer algo, alguma perseguição contra à Igreja, essa Igreja não vai aceitar nenhuma ajuda desse órgão. Não é o dinheiro que algum órgão queira doar à Igreja que vai fazer essa Igreja calar-se diante das injustiças e diante das perseguições. É isso que a gente gostaria de colocar e dizer a Câmara o seguinte: ela precisa se ocupar com coisas mais necessárias. Será que essa Câmara está fiscalizando se a merenda escolar comprada pela prefeitura está sendo realmente distribuída, totalmente, as escolas municipais? Será que essa Câmara está fiscalizando os possíveis superfaturamentos que a gente já está tendo o conhecimento verbalmente que está havendo na prefeitura? Materiais pagos mais caro do que o preço atual, não temos provas ainda porque não temos acesso, mas no próximo ano nós vamos ter acesso. E se hoje um estabelecimento no comércio cobrar quatro e cinquenta [por algum serviço] e nós descobrirmos que alguém recebeu mais do que quatro e cinquenta, nós vamos demonstrar para a população que está havendo superfaturamento. [...] Vamos ficar atentos! Que Deus ilumine a todos nós e que ilumine a essa

Câmara para fazer o seu verdadeiro papel que é fiscalizar o poder executivo, é fiscalizar os hospitais, as clínicas e tantos órgãos aí. Se realmente o dinheiro que essas clínicas, que esses hospitais estão recebendo, se estão realmente sendo bem usados à serviço da população. É isso que a Câmara precisa fazer e, muitas vezes, não faz, mas cria problemas para que os fiéis, muitas vezes, fiquem até contra a igreja e se afastem (SOBRE..., 1997 – DVD).

Acreditamos que esse pronunciamento de Arivaldo Mota, durante a celebração dominical, foi motivado em razão da Câmara Municipal, através do seu boletim informativo, ter iniciado um debate sobre as implicações políticas da paróquia, representada pelo seu clero. Existia, entre o clero e uma parcela dos leigos da instituição, o discurso e a prática de que a paróquia havia conseguido a sua “independência financeira”, após a chegada do Padre Luiz Rodrigues, que realizou ações para desvincular serviços essenciais da instituição religiosa do financiamento do poder executivo local. Nesse sentido, uma parcela dos Vereadores, sobretudo a presidência da casa, compreendia que a proximidade dos agentes religiosos com a primeira gestão dos *Azuis* era, extremamente, contraditória com o discurso da paróquia não depender economicamente do poder local.

Por outro lado, a aprovação da lei de colaboração financeira à procissão de Corpus Christi supostamente indicava a tentativa dos Vereadores, especificamente ligados aos *Vermelhos Situacionistas*, em demonstrar duas facetas que evidenciariam a contradição dos agentes religiosos da paróquia coiteense: a recusa em não aceitar a colaboração da Câmara para o evento religioso fortaleceria o entendimento de que a instituição mantinha uma postura de oposição ao grupo, por manter fortes relações com os *Azuis*, assim descredibilizava o discurso religioso do clero e de uma parcela dos leigos; a aceitação da colaboração dos Vereadores por parte da paróquia significaria, perante a população, que o interesse da instituição religiosa em atuar no campo político era, principalmente, financeiro.

Essa argumentação torna-se crível ao compreender que a procissão de Corpus Christi não demandava grandes despesas à instituição religiosa, sendo desnecessário obter recursos do legislativo para a sua realização. Ao analisar os balancetes da paróquia entre os anos de 1997 e 2002, publicados mensalmente no informativo oficial, *O Mensageiro*, não percebemos alterações nas despesas da paróquia no mês anterior e posterior à realização da procissão e nem referências de custos específicos para a promoção da procissão de *Corpus Christi*. Ademais, não encontramos nenhuma receita destinada a atender às demandas desse evento religioso.

Assim, supomos que se a instituição tivesse grandes despesas na realização dessa procissão, ela especificaria em seu balancete e lançaria uma espécie de campanha entre os fiéis para arrecadação de fundos destinados ao dia de *Corpus Christi*, dinâmica frequente nos eventos

que demandavam maiores recursos financeiros na sua promoção, como, por exemplo, a Festa da Padroeira da cidade e o Grito dos Excluídos<sup>102</sup>. Por outro lado, a ação da Câmara evidenciava a aproximação desses agentes religiosos com os representantes dos *Azuis*, contexto que será discutido no próximo capítulo.

Na década de 1990, a instituição celebrava o dia de *Corpus Christi* com a realização de um missa pela manhã na igreja matriz e durante o final da tarde a procissão percorria as principais ruas do centro da cidade, onde os leigos engajados em movimentos e pastorais da paróquia confeccionavam tapetes com símbolos do catolicismo, utilizando tecidos, materiais recicláveis, flores, folhas, alimentos e materiais de papelaria, através dos seus próprios recursos financeiros (SOBRE..., 1997 – DVD).

Destarte, os esclarecimentos de Arivaldo Mota demonstravam a preocupação dos representantes católicos em relação a essa recusa ser compreendida pelos fiéis como apenas uma intriga política, uma vez que foi necessário tanto o pároco quanto o próprio Arivaldo apresentarem documentos comprobatórios de que a instituição não havia recebido dinheiro público, como também, comprovar que sempre solicitou apoio do poder local para realizar alguns serviços para a promoção da festa da padroeira, independentemente de qual grupo político administrava o município (SOBRE..., 1997 – DVD).

Não obstante, o pronunciamento de Arivaldo Mota confirmava o entendimento de parcela dos leigos, principalmente os vinculados aos conselhos pastorais da paróquia, que as ações de hostilidade acometidas pelo clero eram ações realizadas contra a própria Igreja. De certa forma, esse entendimento contribuía para que os demais fiéis compreendessem que o papel desempenhado pelo clero e pelos leigos no campo político também eram ações religiosas e legitimadas pela instituição. Conjuntamente, ao argumentar que o espaço eclesial igualmente seria um lugar para demonstrar à população as irregularidades cometidas pelos agentes públicos, evidenciava o esforço desses setores católicos em fomentar na realidade coiteense um comportamento arraigado aos preceitos da cidadania. Interessante observar ter sido um leigo que apresentou, durante a missa, a determinação da Igreja local em não manter relações com as instituições que contrariassem os seus interesses. Além de significar que os setores dos leigos e o clero compartilhavam um semelhante pensamento nas questões sociopolíticas, possibilita compreender a importância que o papel do leigo possuía na vivência desse catolicismo característico da *Igreja Popular*.

---

<sup>102</sup> O primeiro Grito dos Excluídos foi realizado no município de Conceição do Coité, em 7 de setembro de 1996, sendo uma das 300 cidades brasileiras que, naquele ano, reuniu católicos e movimentos sociais nas ruas promovendo a reflexão “de que o trabalho era a chave da questão social” (HISTÓRIA, [s. d.]).

Na análise das publicações do *Jornal Coiteense* sobre as ações religiosas desenvolvidas pelo clero na paróquia foi notável o silenciamento das atividades desempenhadas pelo Padre Luiz Rodrigues, o periódico apenas enaltecia as condutas realizadas pelo vigário auxiliar, o Padre Antonio Elias Souza Cedraz, sendo que elas dependiam da autorização do pároco, como, por exemplo, na aquisição no novo sistema de som da igreja matriz: “A Igreja Católica ganhou nova sonorização para que seus fiéis escutem melhor a palavra de DEUS. Realmente, o nosso conterrâneo Padre Elias está mostrando serviço em poucos meses, coisa que não são feitas há anos [sic]” (O SOM..., 1996, p. 3).

O Padre Elias, compartilhava publicamente dos mesmos ideais do Padre Luiz Rodrigues, mas o periódico não associava as suas ações semelhantes ao do *polêmico* pároco, pelo contrário destacava o seu empenho nas atividades religiosas da paróquia, sem nenhuma referência ao seu posicionamento político. Inclusive, na missa do dia 6 de outubro, em que ocorreu a confusão com o espantalho, Padre Antonio Elias Cedraz esclareceu que compartilhava do mesmo posicionamento do pároco, indicando que daria continuidade a todas as ações desempenhadas por Padre Luiz Rodrigues, porém, apenas o pároco foi o alvo das hostilidades.

Nas filmagens feitas por Joilson Araújo não há registros da presença de Padre Elias na confusão e nenhuma referência sobre o seu posicionamento pelos envolvidos. Padre Elias Cedraz havia explicado nessa celebração eucarística o motivo de sua ausência da paróquia no dia da eleição, pois como havia sido transferido para a cidade naquele ano, não teve tempo para mudar a sua residência eleitoral. Assim, precisou viajar para o seu domicílio eleitoral, em Pernambuco, a fim de participar daquelas eleições, retornando na noite do sábado, quando tomou conhecimento das hostilidades direcionadas ao Padre Luiz Rodrigues, eleitor em Conceição do Coité até os dias atuais.

Ao que parece, Padre Elias explicitou esse seu percurso na semana das eleições, pois surgiu boatos de que ele preferiu sair da cidade, porque não concordava com os posicionamentos do Padre Luiz Rodrigues. Interessante que essa perspectiva esteve presente ao longo do período em que ele foi vigário auxiliar do Padre Luiz. Por exemplo, na publicação do *Jornal Coiteense*, em 13 de fevereiro de 1999, o periódico afirmou que havia rumores na cidade de que o motivo da transferência do Padre Elias para a paróquia de Valente foi oriundo de discordâncias entre os dois padres (PADRE..., 1999).

Naquele conflito do dia 6 de outubro, o Padre Luiz Rodrigues permaneceu dentro da igreja com alguns leigos, ao passo que a confusão foi dispersando, devido à chegada da polícia militar, ele decidiu seguir para a casa paroquial, que ficava a poucos metros do templo religioso.

Contudo, havia muito receio que ele sofresse alguma agressão, pois o grupo de homens continuava na praça e alguns haviam se direcionado para os bares próximos à casa paroquial. Diante disso, o grupo de fiéis, especialmente as mulheres, acompanharam o Padre até a sua residência, entoando o cântico *Segura na mão de Deus*, numa aparente procissão, enquanto os homens faziam algumas provocações, chamando-os de *baleados*. Ao chegar na casa paroquial, os fiéis ainda permaneceram à frente da casa, numa espécie de muro de proteção, visto que na noite anterior houve a tentativa de invasão na residência do Padre. No meio da rua, a então Vereadora Elia Cirino dizia em alto som quem seria o homem capaz de agredir o sacerdote na presença dela e dos fiéis (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

Esse registro evidencia o quanto a interferência do Padre e dos leigos no campo político coiteense incomodava setores políticos do município e tinha se tornado uma significativa ameaça para o grupo político liderado por Hamilton Rios. Assim como o embate de 1996, a presença do Padre Luiz Rodrigues no debate sociopolítico era frequente desde a sua chegada em 1989, ainda mais nos períodos eleitorais. Os artigos assinados pelo Padre e publicados nos jornais locais, *Tribuna Coiteense*, *Nossa Terra* e *O Mensageiro*, evidenciavam o seu posicionamento político e suas críticas à administração dos *Vermelhos Conservadores*. Desse modo, como os leigos que criticavam e caracterizavam os hegemônicos grupos políticos coiteenses como vinculados à ditadura civil-militar, Padre Luiz Rodrigues tecia as mesmas críticas em seus artigos e enaltecia a educação como o principal caminho para enfraquecer a hegemonia desses grupos.

De alguma maneira, Hamilton reconhecia que a ação do Padre havia lhe prejudicado eleitoralmente e os interesses do seu grupo, logo compreendemos o motivo do Padre ter sido o principal alvo de hostilidades quando os *Vermelhos Situacionistas* retomaram ao poder do executivo. Aliás, o pároco também compreendia que o retorno do grupo de Hamilton Rios ao poder local intensificaria as hostilidades direcionadas a sua pessoa e entendia a retomada da Micareta para a *Semana Santa* como um dos primeiros atos para prejudicar as suas atividades na sociedade coiteense. Assim, a sua indagação junto aos fiéis sobre a promoção da folia de Micareta correspondia a uma forma de alertar a comunidade católica das futuras ameaças que enfrentaria:

Quem foi que liderou a campanha para tirar a Micareta da Semana Santa?  
 -Padre Reis.  
 Foi Padre Reis? – A Igreja.  
 Não fui eu, não? – Não!  
 Não? – Não, não...  
 Ah, não fui eu que acabou com a Micareta, não? – Não!  
 Ah, pensei que tinha sido eu. É que eu estou com amnésia. – Não [risos]

Foi Padre Reis com essa comunidade católica, não foi? – Foi!  
 Certo, agora outra pergunta. Querem a volta da Micareta para a Semana Santa?  
 – Não!  
 Querem não? – Não!  
 Então, vocês também não sabem o que querem. [risos].  
 [Pausa] Também, vocês não sabem o que querem. – Sabemos!  
 Sabem? – É, nós sabemos.  
 Porque eu sei o que quero. – São poucos que sabem...  
 Eu sei o que quero... Agora, eu fico tendo dúvida se essa Igreja sabe o que quer. Se essa Igreja sabe o que quer, porque eu sei o que eu quero. Não fui eu quem mudou a Micareta. Aliás, quem mudou a Micareta foi a Câmara de Vereadores pela Lei 1-67, não me recordo o ano, mais nada. É a lei número um desse ano, não me recordo mais. Que por um pedido, um apelo, uma campanha do Padre Reis e da comunidade foi transferida para uma semana posterior. A Micareta está voltando. E eu escutei isso ontem. E que já em 97, teremos o Micareta no Sábado de Aleluia. [pausa] É o primeiro abraço, [pausa] é o primeiro abraço do consórcio para esta Igreja. É o primeiro prêmio, primeiro presente. Nós vamos ter muitos, vamos recebê-los muitos. Está bem, não fui eu quem fez Micareta. (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

Ao mesmo tempo, essa indagação representava a insatisfação do Padre Luiz Rodrigues em não compreender os motivos que influenciaram muitos católicos contribuírem para elegerem os políticos criticados por ele, após sete anos de pastoreio nessa comunidade, aspecto que pode ser observado no seu pronunciamento quando se refere sobre a necessidade de “girar a nossa profecia para dentro desta Igreja”, pois se há sete anos o seu discurso não está sendo entendido pelos fiéis seria “porque a Igreja mesma não está se tornando *accessible* e *sensible* a esta profecia [...]. Talvez os vinhateiros homicidas estejam dentro da própria Igreja (pausa) porque Judas Iscariotes estava à mesa com Jesus” (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

Em relação à apresentação do projeto que retornava a realização da folia de Micareta para a *Semana Santa*, o *Jornal Coiteense* publicou, em 22 de novembro de 1996, que o Padre Luiz Rodrigues havia “declarado guerra contra o Projeto de Lei do vereador Cláudio Resedá” (PADRE..., 1996, p. 3), entretanto não relatava as razões do Padre sobre o seu posicionamento, pensamos que elas não estavam vinculadas à perspectiva de controlar as práticas religiosas dos fiéis. O panfleto elaborado pelos leigos, presente no item 4.3, apresenta argumentos que corroboram nesse entendimento.

Não obstante, apesar dos leigos argumentarem no panfleto, publicado em dezembro de 1996, que a realização da folia com tons carnavalescos na *Semana Santa* iria atrapalhar as celebrações da Páscoa, não há registros de que o Padre Luiz Rodrigues Oliveira adotou uma argumentação semelhante aos anteriores párocos da cidade. A principal crítica realizada sobre a realização da Micareta por ele, quanto pelos leigos, estava relacionada aos supostos desvios de dinheiro público para a promoção da folia (O MENSAGEIRO, 1997). Assim, analisando os

seus pronunciamentos registrados nas fontes audiovisuais e nos artigos publicados na imprensa local, as suas principais críticas em relação às ações do poder público não foram direcionadas à um certo desfavorecimento da hegemonia do catolicismo na realidade coiteense, mas das perseguições e hostilidades sofridas por segmentos da instituição por fiscalizarem as ações públicas e denunciarem as irregularidades cometidas pelos agentes políticos.

As ações pastorais do Padre Luiz Rodrigues evidenciam que seu perfil era de um sacerdote distante das concepções do clero da *neocristandade*<sup>103</sup>, mas próximo do setor que vivenciava os ares do Vaticano II e da TdL. Essa vivência conciliar incentivou o pároco a despertar nos fiéis o compromisso com as questões sociopolíticas, sobretudo reformularem a relação fé e política, na qual, o envolvimento dos leigos no campo político era também visto como uma vertente da missão religiosa, incentivando os fiéis a promoverem discussões políticas nas reuniões religiosas, para a busca de melhores condições de vida.

Essas mesmas ações foram responsáveis para que a mesma Câmara Municipal que o repudiou institucionalmente, em 4 de novembro de 1996 (CONCEIÇÃO DE COITÉ, 1996), lhe concedesse anteriormente, em unanimidade, o Título de Cidadão Coiteense em 2 de julho

---

<sup>103</sup> Segundo Mainwaring (2004), a partir da década de 1920, a Igreja Católica adotou o modelo de neocristandade, na qual “a Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem” (MAINWARING, 2004, p. 52). Esse modelo havia possibilitado à Igreja Católica revitalizar a sua presença dentro da sociedade, alcançando seu apogeu de 1930 a 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, perdurando até meados da década de 1950. Mas de acordo com Henrique Cristiano José Matos (2001), a consolidação desse modelo foi realizada por grandes contradições e ambiguidades “que nos anos vindouros serão reveladas em toda a sua profundidade” (MATOS, 2001, p. 87). Acreditamos que as contradições e ambiguidades apontadas por Henrique Matos (2001) no processo de consolidação do modelo de neocristandade na Igreja Católica no Brasil são percebidas, de forma significativa, nas relações entre clero e leigos. Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de Mainwaring (2004) ao argumentar que no momento em que a Igreja Católica percebeu o avanço de outras denominações religiosas, no período da hegemonia do modelo de neocristandade, a instituição teve maiores preocupações com as práticas religiosas populares, encaradas como manifestações de “ignorância religiosa”. Para proporcionar uma educação religiosa às classes populares, o clero mantinha a crença de que o povo, e não a instituição, teria que mudar, assim para a fé do povo ser amadurecida, ela deveria ser clericalizada, a desaprovação das práticas religiosas populares impedia que o clero realizasse o seu objetivo e possibilitou que as massas continuassem a buscar expressões religiosas fora do âmbito da Igreja institucional. Apesar do declínio da hegemonia dos setores da neocristandade na instituição, por volta da década de 1950, não significou o abandono desse modelo por parte do clero, de acordo com Scott Mainwaring (2004), os padres que continuavam “a endossar a estratégia da neocristandade passaram a ser considerados de tradicionalistas e defendiam que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade” (MAINWARING, 2004, p. 56-57). Na Bahia, a expressão desse setor era sustentada pela figura do Cardeal Primaz Dom Augusto Álvaro da Silva, Arcebispo da Arquidiocese de São Salvador até o ano de 1968. Solange Dias de Santana Alves (2003) analisa, em sua dissertação de mestrado *A Igreja Católica na Bahia: fé e política*, o papel articulador de Dom Augusto Álvaro da Silva no movimento de Restauração Católica na Bahia, caracterizado como um projeto da Igreja em reaver as antigas posições perdidas com a instauração da República, e as estreitas relações estabelecidas entre o cardeal e o Estado Novo, indicando as suas atitudes rigorosas e intransigentes na implementação de um catolicismo combativo às secularizações, sacramental e mais clerical. Compreendendo esse mesmo perfil de Dom Augusto Álvaro da Silva, Célio Roberto de Araújo (2008) destaca, em sua dissertação de mestrado *O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*, que o Primaz foi o principal porta voz do setor do clero baiano que combatia mais incisivamente a radicalização de organismos laicos progressistas e que, durante os anos de 1963 e 1964, engrossou as fileiras de órgãos de divulgação e produção de um discurso anticomunista.

de 1994, pela indicação da então Vereadora Élia Cirino, que, numa sessão realizada excepcionalmente no Centro Cultural da Cidade, apontou esse critério como motivador para a concessão do título (PADRE..., 1994 – DVD). Essa relação foi reverberada durante as festas das padroeiras, cujos temas propunham a reflexão das condições de vida e do compromisso político, aspecto salientado pelo Padre Luiz Rodrigues em artigos publicados nos jornais locais:

Realizaremos, entre 29/11 e 08/12 mais uma festa da Padroeira, atentos ao quanto de bom pudemos realizar no ano passado e pensando muito no que ainda poderemos fazer na tentativa de chegarmos a uma Igreja mais humana, mais socializada, mais aberta com capacidade crítica. A Igreja que se move na força do Espírito não pode não ser dinâmica, política, questionadora, formadora de consciência porquanto, o Verbo de Deus ao fazer-se carne (homem), tornou-se solidário com todos os homens, elevando e engrandecendo a nossa natureza de modo que, assim, pudéssemos refletir a sua imagem e a sua semelhança. (OLIVEIRA, 1990, p. 3).

Essa perspectiva, publicada em 1990, aparenta ter sido um elemento norteador nas reflexões realizadas durante os festejos da padroeira, mesmo nos anos eleitorais, em que as disputas políticas eram acentuadas, repercutindo em atos de violência. O tema da festa da padroeira de 1996, *A dimensão política do canto de Maria, O Magnificat*, inspirado na Campanha da Fraternidade<sup>104</sup>, evidenciou a permanência do elemento político nas discussões religiosas promovidas pelo Padre Luiz Rodrigues. Os versos desse canto bíblico expressam a busca por uma sociedade justa e igualitária em que os poderosos seriam derrubados dos seus tronos e os humildes exaltados.

Além disso, as festas da padroeira igualmente proporcionavam o desenvolvimento das expressões culturais da cidade, tendo a apresentação de grupos musicais e cantores do município e da região que, após a novena, animavam no coreto da Praça da Matriz uma multidão de fiéis, como também aqueles que não participavam das celebrações na igreja. Esse feito do Padre Luiz Rodrigues foi bastante elogiado pelos segmentos políticos e comerciais da cidade, pois, apesar da determinação de Dom Silvério de Albuquerque proibindo aspectos profanos nas festas religiosas, Padre Luiz conseguiu, em 1989, a permissão para retomar as quermesses e as apresentações culturais no festejo<sup>105</sup> (UMA SENHORA..., 1989).

<sup>104</sup> A Campanha da Fraternidade (CF) realizada anualmente pela CNBB surgiu pela iniciativa de Dom Eugênio de Araújo Sales, em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal-RN, em 1962. Em 1964, a CF foi realizada em âmbito nacional, vinculando-se diretamente ao Secretariado Geral da CNBB. Em 1996, o tema da CF foi Fraternidade e Política, e o lema Justiça e Paz se abraçaram “A Campanha da Fraternidade, em toda a sua história, se caracteriza como uma atividade ampla de evangelização libertadora desenvolvida no tempo quaresmal, para realizar a dimensão sociotransformadora da ação da Igreja, a partir de um problema específico. Procura desenvolver o espírito quaresmal de conversão e de prática solidária”. (VANZELLA, 2009, p. 42).

<sup>105</sup> Os registros audiovisuais da paróquia, especificamente da festa da padroeira de 1994, apresentam a participação de grupos musicais, que também animavam os festejos da Micarême, como a *Banda Astral*, e os festejos de São



A motivação de defender a não realização do “carnaval fora de época” nas celebrações da Páscoa não advinha da relação entre sagrado e profano, mas era, segundo os leigos, uma tática para impedir o desenvolvimento de mais ações agressivas direcionadas ao Padre Luiz Rodrigues, ou seja, na visão deles, o motivo do Vereador Cláudio Resedá defender o retorno da folia no período da *Semana Santa* seria uma estratégia adotada pela cúpula dos *Vermelhos Situacionistas* para perseguir o Padre, este que sofria várias ameaças de morte. Ainda mais, depois das hostilidades efetuadas por integrantes do grupo político hegemônico contra o Padre Luiz Rodrigues no processo eleitoral de 1996, em que ele, publicamente, na missa do dia 6 de outubro daquele ano, demonstrou o seu temor diante das ameaças recebidas, ao relatar as medidas judiciais que havia realizado no intuito de obter proteção das instituições de segurança pública. Bem como, a constituição de uma espécie de rede de solidariedade, em que incluía leigos responsáveis em revelar todas as hostilidades que ele havia vivenciado e a identidade de seus ameaçadores, caso acontecesse algo de pior com ele, que temia ser assassinado.

Como analisamos, a permanência de comportamentos políticos autoritários que impactava nas relações sociais entre os coiteenses, alcançando até os momentos festivos como a Micareta, foi elemento significativo para os “Comunistas de Cristo” adentrarem na política partidária e tecerem conflitos com os grupos hegemônicos pelo poder local. Ao legitimarem as suas ações pelos pressupostos da *Igreja Popular*, eles buscaram fortalecer esse modelo de Igreja na realidade eclesial coiteense, como tática para minimizar as bases políticas dos empresários do sisal, esses que também empreenderam estratégias para a consolidação de um pensamento religioso distante das disputas políticas. Por outro lado, ao capitanear projetos políticos, o campo religioso propicia que as suas disputas internas atravessem os seus limites e alcancem o debate público. Nesse sentido, discutiremos no próximo capítulo o projeto político defendido pelos petistas coiteenses, percebendo os seus alinhamentos com o pensamento partidário e com as orientações da *Igreja Popular*.

---

João, como a *Banda Caciques do Nordeste*. Dessa forma, isso demonstrava como esse espaço da festa era considerado importante para os seus organizadores, uma vez que fortaleciam as relações de sociabilidade e garantia angariar capital para a paróquia, por meio de quermesses que contavam com as “barracas expondo artesanatos, comidas, doces, apresentações teatrais e shows com os artistas de nossa região” (UMA SENHORA..., 1989, p. 2).

## 5 “PROJETO COMUNISTA”: POSSIBILIDADES, LIMITES E CONJUNTURAS

No ano de 1987, assinalado pelo início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, cujo texto constitucional, findado em outubro de 1988, refletiu “em grande medida as tensões e contradições de uma sociedade que deixava para trás mais de vinte anos de ditadura e ingressava, aos trancos e solavancos, em um novo período, marcado pela reabertura política” (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 450), os dirigentes do Partido dos Trabalhadores de Conceição do Coité expediram um panfleto para esclarecer os objetivos da agremiação política, enfatizando que o partido denominava-se de trabalhadores não apenas por defender os direitos dessa classe, mas por ser constituído por ela.

A produção desse panfleto foi motivada em virtude das acusações de que os petistas coiteenses não eram pertencentes à classe trabalhadora, logo seus interesses não estariam voltados pela defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Essas acusações, categorizadas pelos petistas de “manifestações enganadoras”, se dava em meio aos preparativos das primeiras eleições municipais após a ditadura civil-militar, ocorrida em 1988, e demonstrava parte da dinâmica dos embates do jogo político em relação à representatividade dos trabalhadores, quiçá a tutela dessa classe.

No panfleto, primeiro, os “Comunistas de Cristo” defenderam a sua identidade de trabalhadores e de legítimos representantes dessa classe, no qual possuíam o “bom senso e [pensavam] no Bem Comum, e não no Bem Individual. E, também, não [pensavam] aproveitar-se dos ANSEIOS do Povo Sofrido e da política para realizar algum projeto de vida pessoal” [sic] (PANFLETO..., 1987, p. 1). Além disso, eles apresentaram como segundo ponto os componentes do projeto assentados na defesa do “salário-mínimo justo, melhores distribuição de riquezas [...] melhores condições de vida para todos, sem detrimento de classes [...], os trabalhadores participem dos lucros das empresas e que tenha estabilidade no emprego [...] somos a favor da REFORMA AGRÁRIA” [sic] (PANFLETO..., 1987, p. 1).

Nesse manifesto político, desperta a atenção da ausência dos elementos religiosos da *espiritualidade da libertação* como legitimadoras das ações políticas realizadas por esses petistas, sendo um dos primeiros documentos, sobretudo públicos, a demarcarem o projeto da agremiação como sendo uma luta para implementar na sociedade um “REGIME SOCIALISTA, onde os trabalhadores sejam os privilegiados e tenham melhores condições de vida [...] que participe de uma sociedade mais igualitária, onde não haja explorados e exploradores; e que não precise está se humilhando a este ou aquele” [sic] (PANFLETO..., 1987, p. 1).

Ao que parece, esse manifesto do PT local não atingiu seu principal objetivo de cessar as críticas em relação a sua identidade, mas oportunizou que seus opositores agregassem novas representatividades durante o jogo eleitoral. Esse fato influenciou os “Comunistas de Cristo” a adotarem novas táticas, uma vez que as fontes analisadas, especialmente nas disputas eleitorais, demonstram um discurso político muito mais legitimado pelas diretrizes da TdL e de uma democracia participativa, balizados pelos termos, como libertação e cidadania, do que por um discurso em defesa da implementação de um regime socialista.

Destarte, o objetivo desse capítulo está centrado em compreender o projeto político defendido pelos petistas coiteenses, percebendo os seus alinhamentos com a direção partidária e com as orientações da *Igreja Popular*, uma vez que a partir de 1989, esse modelo de Igreja será uma perspectiva também defendida pela hierarquia local; bem como analisar as representações em torno desses atores políticos. Nesse sentido, discutimos a natureza da principal fonte constituinte desse capítulo, que igualmente conta com a análise de depoimentos orais, materiais que oportunizaram o contato com os discursos e ações realizadas pelos “Comunistas de Cristo”; o reconhecimento de alinhamentos com a agremiação partidária; e as concepções que partes da população e seus opositores possuíam a respeito desses leigos católicos situados no PT.

### **5.1 Memória audiovisual e política de esquecimento**

Diante das inovações tecnológicas na contemporaneidade, sobretudo relacionadas ao âmbito da comunicação, cada vez mais, mediada pela imagem, as fontes audiovisuais ganham crescente espaço na pesquisa histórica. Elas lançam reflexões e desafios nas discussões metodológicas do *fazer historiográfico*, tendo a sua natureza encarada como semelhante a um texto escrito, uma vez que nenhum documento fala por si, porém a maior armadilha desses registros audiovisuais “reside na ilusão de objetividade do documento audiovisual, tomado como registro mecânico da realidade (vívida ou encenada) ou da pretensa subjetividade impenetrável do documento artístico-cultural” (NAPOLITANO, 2008, p. 239).

De tal modo, os registros audiovisuais analisados nessa investigação, do ponto de vista metodológico, apesar de serem consideradas como fontes primárias, não são encaradas como testemunhos diretos, totais e objetivos da história vivida pelos sujeitos capturados pelas lentes das câmeras filmadoras ou dos acontecimentos gravados, bem como retratados por eles, visto que “todo depoimento ou todo documento exige, para ser significativo, uma contextualização

[...] que implicam que sejam examinadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento” (ROUSSO, 1996, p. 5).

Os registros audiovisuais, uma das fontes responsáveis pela constituição desse capítulo, inicialmente faziam parte do arquivo eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité, situado na secretaria paroquial do Centro Comunitário Padre Luiz Rodrigues Oliveira. Eles estavam armazenados em discos óticos no formato *Digital Versatile Disc* (DVD), sendo cópias do acervo de fitas magnéticas, da referida instituição, reunidas no formato *Vídeo Home System* (VHS), gravados analogicamente em fitas de *videotape*, que estavam organizadas em armários e grandes caixas de isopor, na sala projetada para a conservação dos livros eclesiásticos, classificadas por temas e ano, contudo a maioria desses registros audiovisuais produzidos pela paróquia não foi convertida para o formato DVD.

A iniciativa de converter as fitas magnéticas em discos óticos partiu do então pároco Padre Antonio Elias Souza Cedraz, que administrou a paróquia entre os anos de 2001 e 2009, natural de Conceição do Coité. Ele foi vigário auxiliar da paróquia coiteense entre os anos de 1996 e 1998, logo após sair da congregação dos padres salesianos, devido às divergências políticas com Dom José Cardoso Sobrinho, Arcebispo de Olinda e Recife, arquidiocese na qual estava submetido, apesar de ser vinculado aos Salesianos. O Padre Elias, como popularmente é conhecido, vinculou-se à Diocese de Feira de Santana, justamente no período em que os *videotapes* que analisamos começaram a ser produzidos pela instituição católica, administrada pelo Padre Luiz Rodrigues Oliveira, entre 1989 e 2000.

Desse modo, a iniciativa do Padre Elias nos leva a crer que, além de facilitar o acesso a essa documentação, um dos principais motivos para realizar a conversão desse material em DVDs era o de contribuir na preservação dessas gravações, não apenas sob a ótica de aprimorar a sua conservação, mas, sobretudo, uma memória histórica da vivência de um catolicismo, característico da *Igreja Popular*, por setores do clero e dos leigos na paróquia coiteense, que resultou em vários embates com o poder local e mobilizou católicos a fomentarem e adentrarem nos movimentos sociopolíticos da região.

Possivelmente, o pastoreio do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz como pároco de Conceição do Coité, bem como a sua experiência vivida na arquidiocese de Olinda e Recife, no momento em que Dom José Cardoso Sobrinho assumiu a governança dessa arquidiocese, foram importantes conjunturas para motivá-lo à realizar essa iniciativa de armazenar algumas gravações das fitas magnéticas da paróquia em discos óticos. Em 1985, Dom José Cardoso Sobrinho sucedeu a Dom Helder Pessoa Câmara na governança da Arquidiocese de Olinda e

Recife, impossibilitando uma posição “progressista” da Igreja Católica em Pernambuco. Naquele período, Padre Elias era administrador de uma paróquia de Jaboatão dos Guararapes e, diante da ação de reestruturação disciplinar e “desmonte eclesial” realizado por Dom José Sobrinho, ele foi um dos presbíteros expulso da arquidiocese, por não concordar com o ávido empenho do novo arcebispo em desfazer as obras e a memória histórica de Dom Helder Câmara.

Sobre esse contexto, Eduardo Hoornaert salienta que a nomeação de Dom José Sobrinho demonstrou que as autoridades romanas nunca entenderam o espírito de Dom Helder Câmara, pois “suspeitam armadilhas e planos subversivos onde na realidade há sonho, imaginação, liberdade e compromisso com os mais pobres”. (HOORNAERT, 2018, s. p.). Essa, portanto, representou uma reação neurótica do Vaticano, que arrasou toda a construção feita por Dom Helder, principalmente o Instituto de Teologia do Recife (ITER) e o Seminário Regional do Nordeste II (SERENE II), instituições que representaram tentativas de formar um clero em sintonia com o *aggiornamento* proposto pelo Concílio Vaticano II (CABRAL, 2020). Compartilhando desse entendimento, Rafael Leite Ferreira (2012) compreende que o fechamento e desmantelamento dos movimentos e pastorais “progressistas” não foram apenas a marca da política conservadora de Dom José Cardoso, “mas também com o silenciamento e expurgos de diversos presbíteros – geralmente os estrangeiros” (FERREIRA, 2012, p. 220).

O entendimento, sobre a iniciativa do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz em converter os registros audiovisuais para discos óticos, partiu, em especial, da necessidade de preservar a experiência da *Igreja Popular* em Conceição do Coité, ao perceber aspectos da conjuntura da instituição da Diocese de Serrinha, em 2005. Durante a administração do Padre Elias na paróquia coiteense, a Diocese de Serrinha foi instituída, pelo Papa Bento XVI, tornando, assim, a paróquia sob a jurisdição eclesial dessa diocese, tendo o italiano, Dom Ottorino Assolari, como o primeiro Bispo entre os anos de 2005 e 2021, considerado “conservador” e distante dos posicionamentos do setor “progressista” da Igreja Católica.

Esse perfil de Dom Ottorino se tornou evidente logo nos primeiros anos de sua administração, pois iniciou um processo de “desmonte eclesial” das ações implementadas pelo antigo pároco da Paróquia de Sant’Ana, em Serrinha, o espanhol Nicacio Fernandes Pozuelo, que durante 20 anos exerceu, na paróquia serrinhense, uma ação pastoral com a organização das CEBs e reformas litúrgicas orientadas pelo Vaticano II, além do empenho dedicado para a instalação da Diocese de Serrinha (LIMA; OLIVEIRA, 2011).

Ademais, os contextos internacional e nacional do catolicismo vivenciavam, naquele período, o fortalecimento dos setores conservadores do clero e dos leigos, representado pela eleição do Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger ao papado, Bento XVI, antigo chefe da

Congregação para a Doutrina da Fé. Ele foi indicado pelo seu antecessor, João Paulo II, que empreendeu ataques à Teologia da Libertação, sobretudo, em razão da aproximação dessa corrente teológica com o marxismo, e reprimiu os seus adeptos. O teólogo brasileiro Leonardo Boff, por exemplo, condenado a um ano de “silêncio obsequioso”, em 1985, e ameaçado com uma segunda punição pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades sacerdotais, em 1992 (BIOGRAFIA..., [s. d.]).

É evidente que o avanço conservador na instituição ganhou força sob o pontificado do Papa João Paulo II (DUSSEL, 1990), atual santo católico, que enfraqueceu a presença de setores “progressistas” na CNBB, os substituindo por bispos conservadores e ampliando as suas ações nas dioceses de todo o país, sendo o Cardeal Joseph Ratzinger “o instrumento mais adequado que se podia achar para dirigir a manobra de restauração... cultivou visão extremamente pessimista do mundo moderno e acentuou ainda mais as tendências pessimistas do papa” (COMBLIN, 2002, p. 8). E, de forma complementar, pela consolidação dos movimentos espiritualistas católicos, como a RCC, surgida na década de 1960, “no qual ritos, cerimônias e eventos religiosos são, em muitos aspectos, similares aos das igrejas pentecostais, além de ser dada demasiada importância a questões morais associadas à sexualidade, enquanto se desdenham as causas sociais” (PLEYERS, 2020, p. 6-7).

Nesse sentido, acreditamos que essa conjuntura, associada à sua experiência na arquidiocese de Olinda e Recife e o conhecimento do perfil eclesial de Dom Ottorino influenciaram ao Padre Elias a realizar a conversão de algumas fitas magnéticas para o formato DVD, no intuito de preservar a *memória histórica* da experiência “progressista” vivida pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Por outro lado, essa atitude do Padre Antonio Elias Souza Cedraz revela uma nova conjuntura de constituição e de formalização da memória sobre a *Igreja Popular* em Conceição do Coité, uma vez que esse processo foi iniciado, mesmo que fortuitamente, pelos atores que vivenciaram essa experiência ao registrarem suas ações e, notadamente, conservarem informações desse passado nas fitas magnéticas (LE GOFF, 1996).

Desse modo, o sacerdote buscava fortalecer uma identidade institucional divergente do fenômeno espiritualista e conservador do catolicismo, assim demonstrava um sentimento de continuidade e de coerência com o grupo “progressista”, no qual a preservação dessa memória é também um elemento constituinte dessa identidade (POLLAK, 1992).

As gravações analógicas selecionadas pelo Pe. Antonio Elias Souza Cedraz para serem armazenadas em discos compactos são, em sua maioria, registros de alguns eventos de cunho sociopolítico; de celebrações dominicais; e das novenas e procissões realizadas durante a Festa

da Padroeira da cidade, ocorridos no período da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. No geral, acontecimentos organizados pelo clero e pelos leigos vinculados aos movimentos sociais e ao Diretório Municipal do PT. Contudo, cabe registrar que o Padre Elias selecionou, especificamente, os *videotapes* que retratavam os conflitos vivenciados pelo então pároco e o poder local, discursos proferidos pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira e alguns leigos, especialmente Arivaldo Ferreira Mota e Joilson Marcos de Araújo Cunha, durante algumas celebrações e eventos em que denunciava irregularidades da administração local e mobilizava os fiéis para se engajarem no debate sociopolítico.

Nesse sentido, essa operação seletiva reforça o nosso entendimento em relação à nova constituição e formalização dessa memória, que diante da ameaça de silenciá-la, apagá-la ou esquecê-la, devido ao “desmonte eclesial” vivenciado na diocese, o sacerdote se articulou no sentido de estabelecer uma nova ferramenta para conservar esse passado, sobretudo os acontecimentos conflituosos do tecido sociopolítico dessa sociedade, evidenciando as flutuações sofridas por essa memória, a sua organização, em função das preocupações pessoais e políticas do momento, elemento de estruturação da memória (POLLAK, 1992).

A riqueza desses registros audiovisuais reside também pelo fato de terem capturado partes das agressões e hostilidades sofridas pelo Padre Luiz Rodrigues Oliveira durante esses eventos e as ações desempenhadas pelos leigos frente à essas hostilidades e aos incentivos do clero “progressista”. Além disso, eles gravaram os espaços de formação sociopolítica fomentados pela paróquia, como a Semana da Cidadania e o Grito dos Excluídos; a mobilização empreendida junto aos trabalhadores rurais, no Dia do Trabalhador, particularmente com os trabalhadores sem-terra, entendidos, igualmente, como espaços de formação religiosa; e a participação dos leigos e do clero em algumas sessões da Câmara Municipal.

O Pe. Luiz Rodrigues Oliveira foi pároco de Conceição do Coité entre os anos de 1989 e 2000, antecessor do Pe. José Antonio dos Reis, e foi sucedido pelo Pe. Elias Cedraz, que administrou a paróquia entre 2001 e 2009. Perante a sociedade coiteense, o respaldo do Pe. Luiz Rodrigues não advinha apenas das funções eclesiais, ele exercia o cargo de diretor do CESCEN, transformado, posteriormente, no Campus XIV da UNEB; era professor efetivo da rede estadual no Colégio Polivalente de Conceição do Coité; docente no curso de Teologia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL); e reitor do Seminário Maior da Diocese de Feira de Santana, situado na capital baiana.

Desse modo, o Pe. Luiz Rodrigues Oliveira alcançou outros lugares na sociedade coiteense, não apenas nos limites do templo religioso, sendo um importante intelectual que adquiriu um caráter extremamente crítico e defensor da educação, estava, constantemente, em

alerta e alertava os coiteenses sobre o caráter político das práticas sociais e religiosas, denunciando as injustiças e irregularidades do poder local, marcado pelo interesse dos grandes empresários do sisal, e difundia propostas de organização política, como o enfrentamento das ações geradoras da pobreza e exclusão (SARLO, 2005, p. 145)

As fontes audiovisuais analisadas serviram de base para a produção da narrativa das ações pastorais do período administrado pelo Pe. Luiz Rodrigues no Livro de Tombo, como também as edições do informativo oficial da paróquia, *O Mensageiro*, que será discutido no decorrer dessa investigação. O Pe. Luiz Rodrigues, assim como o Pe. José Antonio dos Reis, não realizou nenhuma escrita no Livro de Tombo da paróquia, toda a produção sobre os onze anos administrados por ele foi elaborada pelo seu sucessor, o Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, ou seja, após a sua saída da paróquia. Tanto *O Mensageiro* quanto os arquivos audiovisuais foram essenciais na narrativa sobre os oito anos em que a paróquia foi governada pelo Padre Elias, autor dessa produção, presente no Livro de Tombo. Em virtude disso, optamos em eleger a documentação audiovisual, produzida na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, bem como os depoimentos orais como as fontes principais na construção desse capítulo, sem desconsiderar o diálogo com demais fontes, especialmente as produzidas pelo clero e pelos leigos durante a experiência da *Igreja Popular em Conceição do Coité*

Destacamos que as demais fontes não foram analisadas na perspectiva de complementação ou afirmação dos registros audiovisuais, elas adentram nesse trabalho como um recurso metodológico para ampliar a análise dos eventos filmados pela instituição religiosa, pois como discute Marco Napolitano (2008) é necessário perceber os registros audiovisuais “em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, analisando, a partir daí, sua condição de ‘testemunho’ de uma dada experiência histórica e social” (NAPOLITANO, 2008, p. 281). Dessa forma, compreendemos a importância de identificar a conjuntura na qual esses registros foram realizados, a natureza técnico-estética dessas fontes, evidente que elas não possuem um suporte e veículo técnico que subsidiam uma linguagem televisiva ou cinematográfica, sobretudo “as regras rígidas e dos compromissos exigidos pela produção comercial voltada para a TV” (NAPOLITANO, 2008, p. 253), mas por serem produções independentes, realizados pela própria instituição religiosa e seus militantes, compartilham de uma linguagem que demarcam a natureza de sua produção.

Assim, é possível trazer os seguintes exemplos: enquadramentos convencionais e simplificados, não sendo apenas constituídos por ângulos inusitados; e manipulação de planos e focos específicos, que orientam os operadores das câmeras, aspectos que constituem os mecanismos de representações da realidade histórica ou social nela contidas. Por essa vertente,



essas fontes são portadoras de uma tensão entre evidência e representação, como outro tipo qualquer de documento histórico. Diante disso, as demais fontes, como jornais, cartas pastorais e fotografias, que constituem esse capítulo, também possibilitaram investigar e ampliar tais tensões. Esses registros audiovisuais são analisados como testemunhos, uma narração da experiência dos sujeitos presentes nesse passado, que, através da articulação da imagem em movimento, dos cenários gravados e dos depoimentos e discursos retratados, constituíram uma narrativa, em especial imagética, fidedigna dos acontecimentos vivenciados, sendo favorecida pela confiança do imediatismo dos registros, exercendo, no campo de conflitos, hegemonia simbólica por meio audiovisual (SARLO, 2007).

Em relação aos depoimentos orais, daremos continuidade a temática religião e política, explorada nas entrevistas, no qual o objetivo geral era trazer à tona lembranças das práticas religiosas “progressistas” e dos embates vivenciados com os empresários sisaleiros no campo partidário, bem como a dinâmica das ações empreendidas enquanto Diretório Municipal do PT de Conceição do Coité, já o combate nas urnas será mais bem explorado no próximo capítulo. Contudo, os entrevistados não foram primeiramente interpelados a falarem sobre o conflito com os empresários sisaleiros e as suas práticas religiosas, tais questões foram introduzidas ao longo de uma discussão mais ampla sobre a aproximação deles com os setores “progressistas” da Igreja Católica e as ações políticas desenvolvidas, particularmente sob a legenda do PT.

Sobre o conflito político, eles foram interpelados a rememorarem a orientação política recebida entre os familiares, especialmente as influências recebidas pelos pais, como também o processo de engajamento no PT e as ações partidárias. Em seguida, os entrevistados foram conduzidos a narrarem lembranças sobre as campanhas eleitorais mais marcantes em suas trajetórias e a participação dos mesmos nesses processos. A opção por essa forma de abordagem teve raízes num certo receio de criar constrangimentos, uma vez que questões de ordem política e religiosa são polêmicas e repercutem em posições políticas atuais dos envolvidos nas entrevistas, sobretudo ao fato dos sujeitos relacionados aos conflitos estarem vivos e/ou na atividade política. Assim, julgamos conveniente não iniciar a conversa a partir de temas que pudessem colocar os entrevistados na defensiva.

Outrossim, realizar o cruzamento dessa história oral com os registros audiovisuais foi fundamental para a compreensão do projeto político e religioso defendido pelos principais atores dessa investigação, evidenciando seus objetivos, discursos, limites, possibilidades e contradições, bem como as táticas empreendidas nos embates com os grupos políticos liderados por empresários sisaleiros. Ademais, essa operação revelou a riqueza e os desafios da análise dessas fontes, uma vez que os registros audiovisuais também é permeado por depoimentos

realizados por alguns entrevistados selecionados por essa pesquisa, oportunizando perceber a constituição da memória sobre esse passado, não no sentido de confirmar ou dar autenticidade aos depoimentos orais realizados posteriores aos fatos, mas ampliar o escopo documental na abordagem dos processos da memória, sempre carregada por grupos vivos que estão em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (NORA, 1993).

Cabe destacar a recente perspectiva metodológica adotada pela História Oral que, inserida na conjuntura contemporânea, passou a produzir registros audiovisuais, o testemunhar por imagens, nas quais as entrevistas filmadas são “ricas em informações acerca da corporalidade, das representações de si, da interação e dos afetos, podendo aportar à narrativa historiográfica novas dimensões de análise, ao mesmo tempo em que constituem registros visuais da relação dialógica da qual resultam” (XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL).

Em nossa análise, tentamos realizar entrevistas gravadas, ao informar aos depoentes da possibilidade de os encontros acontecerem pelo *Google meet*, entretanto os entrevistados optaram em realizá-las presencialmente. Por outro lado, as gravações pela Plataforma do Google poderiam limitar capturas de gestos e expressões devido à qualidade e posição da câmera, sendo atributos distantes do nosso controle. Assim, não realizamos entrevistas filmadas, sobretudo em razão do contexto pandêmico, pois o entrevistador necessitaria de colaboradores com habilidades para auxiliá-lo no manuseio dos equipamentos e na preparação dos ambientes que favorecessem à qualidade das gravações, envolvendo, portanto, outros sujeitos que poderiam inibir ou constranger, de alguma maneira, os depoentes, bem como atenuar o seguimento dos protocolos de biossegurança estabelecidos pelas autoridades de saúde.

De todo modo, analisamos os depoimentos presentes nos registros audiovisuais da paróquia sem perder de vista as questões concernentes às relações entre audiovisuais e história oral, como as “performances” dos leigos e dos movimentos aos quais pertenciam e a questão da cultura material, os cenários e lugares dos eventos realizados, enriquecendo a conjuntura dos embates ocorridos entre o político e o religioso na cidadina coiteense.

Como discutimos, os registros audiovisuais investigados foram produzidos pela própria instituição religiosa, logo, eles apresentam gravações realizadas pelos leigos ou por profissionais do município, contratados pela paróquia. Alguns desses profissionais, que filmavam eventos sociais organizados, em sua maioria, pela elite coiteense, como casamentos, festas de aniversário e formaturas educacionais, voluntariamente se disponibilizaram em realizar a filmagem dos eventos organizados pela Igreja Católica.

Nessa pesquisa, dezesseis discos compactados foram analisados, onde as gravações analógicas, feitas originalmente no formato VHS, estão armazenadas. Devido à má conservação e à ação do tempo, alguns deles estão danificados, mas, de certa maneira, essa situação não comprometeu a visualização das filmagens. A maioria dessas filmagens apresenta um trabalho de, no mínimo, duas etapas de edição, a primeira delas era realizada durante a gravação do evento. Em razão dos *videotapes* possuírem uma capacidade de tempo de gravação reduzida, e os encontros possuírem um longo tempo de duração, condicionava ao operador da câmera, orientado previamente pelos organizadores e/ou pela sua própria percepção, à gravar os considerados momentos chaves, ou seja, as filmagens não apresentam todos os atos do evento. Por exemplo, um evento realizado no Dia do Trabalhador, *A Caminhada da Solidariedade*, no ano de 1996, durou cerca de 6 horas, duração que dificultava a gravação de todo o seu percurso, sendo filmado os momentos considerados significativos pelos seus editores.

Um outro processo de edição era realizado no momento pós-evento. Nesse, é possível verificar uma grande intervenção dos organizadores dos eventos, principalmente dos leigos envolvidos na coordenação das ações. Essa etapa era caracterizada principalmente pela edição do áudio das filmagens, com a inserção de músicas religiosas, composições de músicos católicos, que produziam canções litúrgicas, entoadas durante as celebrações e procissões da instituição religiosa.

As canções presentes nessas filmagens eram selecionadas a partir da especificidade do evento, mas todas as composições eram de músicos e compositores ligados ao pensamento da TdL, como, por exemplo, o cearense Zé Vicente. No próximo capítulo, analisaremos algumas dessas canções entoadas pelos fiéis nos eventos e àquelas incorporadas durante a edição das imagens. Nessa fase, ocorria ainda a seleção de imagens gravadas, no intuito de constituir um produto para ser exibido na rede de televisão local, *TV Cultura do Sertão*, que também realizava as transmissões das missas dominicais, contrato firmado entre o então pároco, Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, e o presidente da fundação, Hélio Maciel Carneiro, logo após as missas deixarem de ser transmitidas pela Rádio Sisal. Em um dos discos compactos, sob o título *Primeiro de Maio de 1996 e A Caravana de Lula*, foi possível observar a gravação de uma conversa realizada pelos leigos Joilson Marcos Carneiro Araújo e Luciano Almeida, na sede da APAEB, situado em outro município da região, Valente, na qual fazia referência à produção a ser exibida na rede de televisão local.

O conteúdo da conversa era sobre a necessidade de registrar o cotidiano dos trabalhadores da referida associação com o objetivo de preparar um material para o programa da TV Cultura do Sertão, *Sertão em Debate*, cujos apresentadores eram o Pe. Luiz Rodrigues e

dois membros do Diretório do Municipal do PT, o próprio leigo Joilson Cunha e o bancário Francisco de Assis Santos. Infelizmente, nenhum dos discos óticos possuem a gravação desse programa, evidenciando que o Pe. Elias Cedraz não realizou a conversão dos *videotapes* que continham filmagens do programa ou não conseguiu ter acesso a essas gravações.

Uma parcela dos DVDs apresenta algumas celebrações religiosas, por serem na época transmissões realizadas ao vivo, elas não possuem o mesmo trabalho de edição discutido anteriormente. Não obstante, há também gravações retratando os sermões realizados pelo Pe. Luiz Rodrigues que o conduziram a responder judicialmente, em razão de processos movidos por representantes políticos dos *Vermelhos Situacionistas*. Nesse sentido, a seleção realizada pelo Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, dentre as quais gravações das celebrações na igreja matriz, no formato VHS, iriam ser convertidas para o formato DVD, estava pautada nos conflitos ocorridos entre o então pároco e o poder local. Assim, esse ato de seleção é ainda compreendido como operação de uma memória, caracterizada pela compreensão de quais acontecimentos iriam ser preservados e quais continuariam apenas no formato das fitas magnéticas, mais propícios de serem perdidos, realizando uma nova estruturação dessa memória audiovisual (POLLAK, 1992).

Apesar dessa investigação analisar dezesseis discos compactos dessas gravações realizadas pela paróquia, a quantidade de eventos realizados é superior a esse número, em virtude da capacidade de armazenamento desses discos ser maior que a dos *videotapes*. Esses DVDs reúnem gravações realizadas a partir do ano de 1994 até o ano de 2009, mas seguem uma cronologia intermitente, ou seja, não há gravações que correspondem a todos os anos presentes nessa periodização. Os principais eventos gravados foram os atos celebrativos do dia 8 de dezembro, dia dedicado à padroeira da cidade, às homilias do Pe. Luiz Rodrigues, às ações realizadas no Dia do Trabalhador, às Semanas da Cidadania e ao Grito dos excluídos.

Destarte, a análise dessas fontes audiovisuais, além de compreender a conjuntura eclesial da década de 1990 e dos primeiros anos do século XXI, sobretudo as relações tecidas entre o campo religioso e o político, foi organizada a partir dos seguintes aspectos: 1) o discurso religioso presente nesses episódios, sejam nas celebrações religiosas ou nos eventos sociopolíticos, no intuito de perceber as aproximações com a TdL, principalmente a apropriação realizada pelos leigos para legitimar as suas ações sociopolíticas; 2) os principais sujeitos presentes nos acontecimentos promovidos pela instituição religiosa e as ações desenvolvidas por eles, especialmente os leigos vinculados ao Diretório Municipal do PT, com a finalidade de perceber como eles e suas ações são retratadas pelas gravações, bem como o entendimento deles sobre a conjuntura política do período e as referências políticas abordadas nesses episódios; 3)

por fim, o contexto em que as filmagens foram realizadas e a percepção dos seus produtores e/ou editores, pois há, também, uma interpretação deles sobre esses acontecimentos, por mais que esse objetivo não estivesse consciente e explícito no momento da produção desses documentos.

Diante disso, reforçamos o entendimento de que a constituição dessas fontes no formato DVD foi influenciada pela preservação da memória dessa experiência vivida pelos setores católicos ligados ao pensamento da chamada ala “progressista” da instituição religiosa. Ademais, essa foi uma forma de facilitar o acesso dos leigos, principalmente daqueles que não presenciaram o início dessa experiência, com o fim de fortalecer o modelo eclesial da *Igreja Popular* frente à uma conjuntura de consolidação dos movimentos espiritualistas e neopentecostais na realidade eclesial.

Infelizmente, na atualidade, devido às mudanças na gestão da paróquia, as fitas magnéticas e os discos óticos, até mesmo outros documentos que eram preservados, como fotografias e a documentação do cemitério municipal, quando este era administrado pela paróquia, foram retirados dos antigos espaços de conservação e relocados para outras salas que servem como depósito de materiais, ocasionando a deterioração e perda dessa rica e importante documentação. Nesse sentido, atualmente, apenas tivemos contato com as cópias dos DVDs que conquistamos no trabalho de campo ao longo do mestrado, naquela época pouco analisados, tanto no sentido quantitativo quanto qualitativo, mas que oportunizaram o alcance dos objetivos da referida pesquisa. Ao, novamente, buscar acesso a essa documentação, fomos informados pelos atuais funcionários da secretarial paroquial que todo o acervo em *videotapes* estava desaparecido, possivelmente foi descartado, entretanto não informaram os motivos para essa ação.

Em relação ao acervo dos discos óticos, poucos foram encontrados, e eles não estavam mais organizados nos espaços que tivemos contato na época do mestrado, estavam dispersos em salas de depósito de materiais nas dependências do Centro Comunitário Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, dentro de sacolas plásticas, misturados com materiais e objetos de diversas naturezas, evidenciando nenhuma preocupação em relação à preservação dessa documentação. Felizmente, conseguimos ter contato com cópias dos DVDs realizadas pelo antigo secretário da paróquia, Lucivan Silva Lopes, que, além de oportunizar o acesso, as disponibilizou para a produção de novas cópias, ampliando o acervo que dispomos.

Essa conjuntura nos leva a compreender o desaparecimento e a dispersão dessa documentação audiovisual como uma política institucional de esquecimento dessa memória, uma vez que, após os primeiros anos da finalização do pastoreio de Padre Antonio Elias Souza

Cedraz na paróquia, iniciou o descuido e dispersão dessa documentação, sendo retirada dos anteriores espaços de conservação, bem como outros documentos produzidos durante a experiência da *Igreja Popular*, como as edições do periódico mensal da paróquia *O Mensageiro*, fundado em 1992, e dirigido pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira até os anos de 2000, sendo continuado pelo Pe. Elias até 2009, e que teve a colaboração dos leigos vinculados aos movimentos sociais, sobretudo ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

Assim como ocorreu em Serrinha, percebemos nessas condutas um projeto de “desmonte eclesial” das ações realizadas pelos Padres Luiz Rodrigues Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz na instituição religiosa local, com o objetivo de esquecer a memória histórica da *Igreja Popular* em Conceição do Coité. A ação mais recente pode ser observada no conflito entre os membros do MCC, que administram a ACAEC e o Educandário Divino Mestre, e Dom Ottorino Assolari, iniciado em 2015, em virtude do prédio onde funciona o Educandário Divino Mestre, fundado pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, em 1992, no qual o então Bispo teria interesse de instituir uma Escola Católica na unidade, propondo a fundação de outra associação mantedora no novo instituto de ensino (ASSOLARI, 2015), embates que alcançaram a via judicial, mas que, ainda, não foram resolvidos, sendo os leigos envolvidos suspensos de suas atividades pastorais na paróquia. Interessante que a frequência de celebrações presididas pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira na paróquia coiteense foi reduzida após a saída do Pe. Antonio Elias Cedraz da administração paroquial. Mesmo incardinado na Arquidiocese de Feira de Santana, Pe. Luiz Rodrigues Oliveira mantém vínculos com Conceição do Coité, sua residência eleitoral.

Dessa forma, apesar de compreendermos o processo de esquecer como constituinte da memória, sendo um campo também comum na história, “este pode ser igualmente expresso como um dever de não esquecer” (RICOEUR, 2007). Assim, nos referimos à política de esquecimento, o ato consciente de eliminação dos vestígios do passado, onde há intencionalidade de esquecer a história da experiência da *Igreja Popular* em Conceição do Coité, fruto das disputas do modelo de Igreja, representada pela presença de um clero divergente do setor “progressista”, que iniciou um processo de *apagar os rastros* dessa experiência, não necessariamente pelo apagamento total dessa representação, mas pelo distanciamento desse passado (RICOEUR, 2007).

Destarte, o esforço pela preservação de uma memória histórica sobre as ações da experiência da *Igreja Popular* na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, sobretudo uma memória audiovisual, no período de enfraquecimento do cristianismo da libertação, nos anos 1990; e, nos anos 2000, com a preocupação de ampliar o armazenamento desses registros,

bem como facilitar o seu acesso em discos óticos, evidenciam uma disputa política no interior da instituição religiosa, sendo reverberada no “desmonte eclesiástico”, no qual o ato de lembrar e esquecer se converteu numa importante ferramenta de luta das forças dos agentes religiosos envolvidos, logo “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1996, p. 390).

## 5.2 O projeto político: alinhamentos partidários e a defesa da cidadania

No início da noite do dia 30 de abril de 1993, uma multidão fez-se presente na Praça da Igreja Matriz de Conceição do Coité, curiosa para conhecer de perto o então *temido comunista* brasileiro que se despontou nacionalmente na campanha presidencial de 1989: Luiz Inácio Lula da Silva. A visita do grande líder do Partido dos Trabalhadores na cidadina coiteense não estava presente na agenda da Caravana da Cidadania, que objetivava visitar mais de 300 municípios espalhados em sete Estados brasileiros, entre os dias de 23 de abril e 12 de maio de 1993. Essa foi a primeira de uma série de sete Caravanas da Cidadania idealizadas pelo líder petista, que partiu da sua cidade natal, Garanhuns, em Pernambuco, finando em Vicente de Carvalho, distrito de Guarujá, em São Paulo. A caravana percorreu mais de 40 mil quilômetros.

De acordo com o historiador Lincoln Secco (2012), as caravanas foram motivadas para escapar das disputas de tendências do PT e afirmar o Lula externamente, como também mapear atores sociais de cada microrregião do país, identificando os possíveis aliados locais do partido. O seu principal efeito foi imagético: “As imagens de Lula consolidaram a ideia de que ele era profundamente identificado com o povo brasileiro e não só um líder das greves do ABC paulista. Elas não deram nenhuma ideia geral programática, mas apresentou soluções locais” (SECCO, 2012, s. p.).

A passagem por Conceição do Coité não estava na programação da Caravana da Cidadania, aconteceu pela insistência dos membros do Diretório Municipal do PT. “A gente tentou na articulação, mas não pode, foi na raça mesmo como o PT costuma fazer” (MOTA, 69 anos, 2021). Os entrevistados Antonio Fernando, Arivaldo e Zenilda Mota contaram que, devido ao insucesso das negociações para a cidadina coiteense ser inserida no roteiro da caravana com os organizadores, fizeram barreiras com muitos veículos na rodovia de acesso à cidade. Assim, com os carros atravessados, bloquearam o percurso em que a Caravana seguiria

para o município de Serrinha, forçando a entrada pelo centro de Conceição do Coité. Os depoentes referenciados comentaram que o lançamento de foguetes pelas ruas do centro da cidade foi crucial para reunir uma massa de curiosos na Praça da Matriz, local em que tradicionalmente, ocorria os discursos políticos, pois havia muito medo de que Lula fosse acolhido por um pequeno público, uma vez que muitos não acreditavam nessa passagem, porque a cidade não estava inserida no roteiro oficial da caravana. Outro depoente, Vanilson Oliveira, contou que Lula foi bem acolhido pela multidão presente na praça, sendo abraçado por muitos. Entretanto, foi uma passagem muito rápida. Após o discurso, Lula seguiu para Serrinha, não tendo tempo de nenhuma conversa com os membros do diretório local. Alguns membros seguiram-no para o município vizinho.

Os registros audiovisuais desse evento demonstram que a presença de Lula despertou a curiosidade de muitos que tentavam o abraçar, sendo bastante agitada. A organização precisou fazer um corredor humano, iniciando no ônibus da caravana até o coreto da praça, para o líder petista conseguir rapidamente subir no coreto sem grandes problemas, enquanto alguns o aclamavam com palavras de ordem, por exemplo, *Brasil urgente, Lula Presidente!* Além de captar a dinâmica dessa visita, os registros audiovisuais, também, demonstram que os petistas coiteenses não se intimidaram com as negativas dos coordenadores da caravana, tendo em vista que a multidão de curiosos presentes na praça atestou que as táticas empreendidas para essa visita acontecer tiveram sucesso (figura 17).

Por outro lado, os depoimentos sugerem que as ações desses petistas junto aos coiteenses seguiam caminhos destemidos e improvisados, pois propagar a realização de um ato político que perante a população demonstraria o capital político do partido com setores regional e nacional, tendo a presença da principal personagem partidária, em um cenário de incertezas sobre a sua realização, era um tanto arriscado. Ademais, no contexto inicial do governo de Diovando Carneiro da Cunha que interrompeu as sucessivas vitórias de Hamilton Rios de Araújo, iniciadas a partir das eleições municipais de 1972, e incluiu setores do petismo coiteense em suas bases governistas.



Figura 17 – Registros da Caravana da Cidadania em Conceição do Coité, 1993.



Fonte: Arquivo pessoal de Vanilson Lopes de Oliveira.



Fonte: DVD Primeiro de Maio e Caravana da Cidadania em Conceição do Coité.



Fonte: DVD Primeiro de Maio e Caravana da Cidadania em Conceição do Coité.

É inegável que a passagem do Lula pelo município coiteense foi um importante marco para a agremiação local, que possibilitou consolidar certa organicidade do partido, sobretudo em tecer laços com a executiva estadual, bem como sedimentar o discurso e a atuação partidária em torno da identidade dos trabalhadores e na ampliação e defesa de direitos. Ademais, ela oportunizou aos petistas coiteenses, através do discurso de Lula, capitanear o componente da cidadania em seus próprios discursos e ações, apropriando-se dessa rápida passagem do líder petista como capital simbólico ao longo dos processos eleitorais. A julgar pela atenta e animada recepção ao discurso de Lula captada pelos registros audiovisuais do evento, parte dos coiteenses compreendeu que Lula e o seu projeto político não representava a ameaça comunista propagada pelos seus opositores, bem como, que o Diretório Municipal do PT, apesar dos seus vínculos com a Igreja Católica, era mais que um partido “igrejeiro”.

Depois do comentário entusiasmado de Joilson Marcos Cunha Araújo, que animava a multidão até a chegada de Lula ao coreto para iniciar o seu discurso, e do então Deputado Federal Jaques Wagner, que apresentou os demais Deputados do partido e o candidato a Vice-presidente da chapa de 1989, José Paulo Bisol, que acompanhavam a Caravana da Cidadania, Lula discursou de maneira eloquente e espontânea durante mais de 15 minutos<sup>106</sup> para uma significativa multidão presente na Praça da Matriz que, ao mesmo tempo, entusiasmada e admirada pela oportunidade de ver, tocar e ouvir um candidato a Presidente cujo habitual contato era através das telas dos televisores e das ondas radiofônicas, interagiu com palmas, aclamações, sorrisos e palavras de ordem. De fato, Lula despertou um grande encantamento e euforia entre o público que atentamente o escutava, iniciando seu discurso com as seguintes palavras:

Companheiros e companheiras de Conceição do Coité. Eu queria em primeiro lugar, pedir desculpas a vocês pelo pouco tempo que nós vamos ter nessa cidade. Quando nós chegarmos em Serrinha, hoje, nós teremos completado nove cidades, nove discursos, nove discussões sobre a questão da cidadania. E, eu tenho que apressar a cada uma... [interrupção realizada pela edição] ... Na Constituição diz que todos os 150 milhões de brasileiros são cidadãos. Ao mesmo tempo, a Constituição diz que todos nós temos que ter direito a emprego, por esse emprego, um bom salário. Com esse salário, a gente tem que morar bem, a gente tem que estudar bem, a gente tem que ter um bom sistema de saúde no Brasil, a gente tem que ter reforma agrária, a gente tem que ter política agrícola para ajudar, a gente tem que ter proteção no trabalho. Olha, se é verdade que para ser cidadão, precisa ter tudo isso, eu já percebo que, aqui em Conceição do Coité, 80% da população, ainda, não atingiu o direito à cidadania estabelecida na Constituição [aplausos]. Eu queria que esse companheiro que está com a luz da televisão, colocasse a luz para o lado de

---

<sup>106</sup> Devido à edição dos operadores dos registros audiovisuais, não sabemos a duração total do seu discurso, apenas o recorte que foi gravado no processo de edição da fita magnética. No anexo, disponibilizamos a transcrição do discurso presente na fonte audiovisual.

lá, que eu vou fazer uma pergunta: Quem daqui de Conceição do Coité está desempregado? Levante a mão, por favor. [pausa e barulhos dos ouvintes]. Quem daqui em Conceição do Coité ganha mais que 10 salários-mínimos por mês? - *Ninguém, Lula!* Quem é que ganha cinco? - *Ninguém!* - *Se sim, levante o braço.* Quem é que ganha dois? - *Ninguém!* Tem três. Quem é que ganha um salário-mínimo? (pausa) - *Aqui!* Tem uns 20. Quem é que ganha menos que um salário-mínimo ou não ganha nada? Levanta a mão (barulhos dos ouvintes). Quanto é que ganha uma professora aqui em Coité? - *900! 500, 500!* Vejam, é verdade que uma professora ganha em Conceição do Coité 500 mil cruzeiros por mês? - *É!* Então, quanto é que ganha a faxineira da Prefeitura? - *300!* Trezentos. Quanto é que ganha o homem da roça aqui em Coité? (barulho) - *Nada.* Qual o direito que ele tem? - *Nenhum.* Nenhum. Olha, imagine vocês que a Constituição da República, ela diz que em nenhuma parte do território nacional qualquer trabalhador deve ganhar menos que um salário-mínimo, ou seja, ela proíbe [...]. Olha se é verdade que ninguém pode ganhar menos que um salário-mínimo, como é que esse povo aqui vai ganhar cidadania se a própria prefeitura é a primeira a desrespeitar a Constituição e pagar apenas 500 e 300 (intensos aplausos). - *Apoiado!*

Percebe-se que a temática da cidadania não esteve restrita ao título da caravana que transitou em Conceição do Coité, mas norteou todo o discurso do líder petista, que onze vezes citou a palavra cidadania. Desse modo, apresentamos esse dado no sentido de compreender, baseado na metodologia da Análise de Discurso, os significados do seu texto, pois tal análise produz um “conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2012, p. 17)

No primeiro momento, Lula compreende a cidadania como um direito estabelecido pela Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, situando-a como uma conquista do processo de transição política demarcada pela luta e mobilização de diversos segmentos da sociedade, sobretudo dos movimentos sociais organizados, inclusive presentes em Conceição do Coité, que, através do Diretório Municipal do PT, mobilizaram militantes e trabalhadores rurais para irem à Brasília somar-se às forças sociais que exerciam grande pressão nos constituintes, procurando, assim, “participar e influenciar, de diferentes maneiras, na preparação do texto constitucional (VISCARDI; PERLATTO, 2018, p. 451).

Essa conjuntura esteve presente nos relatos do casal Arivaldo e Zenilda Mota, que apontaram uma certa mobilização do Diretório Municipal do PT, articulados com sindicatos da região, para o envio de um grupo de trabalhadores e militantes a Brasília. Dessa maneira, tentamos explorar esse episódio, mas os depoentes não rememoraram aspectos dessa articulação, lembraram que concederam o próprio veículo para a viagem de parte do grupo, uma vez que Arivaldo havia planejado conduzi-los até Brasília, mas por insistência de Zenilda, eles

não participaram devido aos compromissos na paróquia em Feira de Santana, quando participaram do ECC.

Contudo, Renato Alves da Silva, um dos militantes que viajou à capital federal, ao ser entrevistado pela *Tribuna Coiteense*, narrou que a experiência foi bastante positiva, pois o grupo manteve contato direto com a CUT e a Direção Nacional do PT: “fizemos boas amizades para o bem de Coité e enfrentamos forte repressão policial. Enfim, o movimento promovido pela Diocese, CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras entidades foi muito vitorioso do ponto de vista político e em movimento” (SILVA, 1987, p. 2).

Recuperando a noção de uma cidadania oriunda dessa conjuntura constitucional, Lula convidou o público, através da representação salarial dos trabalhadores, a refletir, juntamente com ele, que a maioria dos coiteenses não foi contemplada pelos direitos assentados pela “Constituição Cidadã”, uma vez que recebiam abaixo da remuneração estabelecida pelo salário-mínimo, sendo uma condição também implementada pelo poder local ao não seguir as determinações da Constituição. Dessa forma, ele despertava, aos que atentamente o escutavam, compreenderem a cidadania como um objeto de disputa permanente, produzindo um sentido de que os direitos não são perenes e nem concedidos gratuitamente, bem como que os representantes do poder local não compartilhavam das lutas e mobilizações empreendidas em torno da Constituição, juntando-se às forças reacionárias desinteressadas em garantir o acesso da população, sobretudo a mais pobre, à cidadania.

Nesse sentido, a memória em torno dos embates e disputas que tiveram curso na conjuntura de redemocratização do país e resultaram na elaboração do texto constitucional foi um dos elementos que condicionou a produção do discurso de Lula, ou seja, uma memória discursiva, tratada como um interdiscurso, no qual “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2012, p. 31), presentificando essa experiência histórica em seu enunciado.

Com base na documentação analisada, especialmente nos artigos produzidos nos jornais locais e nos discursos presentes nas fontes audiovisuais realizados pelos primeiros dirigentes do PT local, acreditamos que a temática da cidadania é um dos componentes cruciais do projeto político defendido pelos leigos investigados, ganhando novos contornos após a presença de Lula em Conceição do Coité, no sentido de capitanear a cidadania e a ampliação dela como fundamento de suas ações, sendo a base da formação política desenvolvida por esses atores nas comunidades e movimentos eclesiais que coordenavam. Isto não significa que, anterior à Caravana da Cidadania, ela não estivesse presente nos discursos desenvolvidos pelos petistas

coiteenses, porém, nos primeiros anos após a fundação do Diretório Municipal, a temática que norteia a atuação da agremiação no espaço público é a identidade de trabalhadores e o PT como principal representante classista, que lutava por melhores condições de vida. Inclusive, Arivaldo Ferreira Mota, em entrevista ao *O Coiteense*, apresentou, seis anos antes da visita de Lula no município coiteense, as condições salariais dos trabalhadores como uma importante argumentação para demonstrar a importante representação política da agremiação entre os trabalhadores (figura 18):

Figura 18 – Entrevista de Arivaldo Ferreira Mota ao Jornal *O Coiteense*, 1987

**ARIVALDO:** "Para o bem maior, segurança e melhores condições de vida para a classe trabalhadora ( a classe que produz a riqueza do Brasil) que na maioria das vezes não ganha ao menos para alimentar sua família, às vezes é necessário ser radical. Por acaso não são radicais os Empresários, Industriais, Pecuaristas, Banqueiros, etc, que não querem aumentar justamente os salários de seus trabalhadores e empregados? Porque o título de anarquista só pega nos pequenos e trabalhadores, que lutam justamente pelos seus direitos tirados, diminuídos a cada dia pelo sistema capitalista que existe em nosso país? Por acaso não é anarquia; o salário mínimo de cz\$ 1.368? O trabalhador rural ganhar só cz\$ 50,00 por dia? Muitas empresas pagarem 600, 400 e até cz\$ 300,00 por mes a seus empregados? Professores leigos, auxiliares de escolas ganharem 500, 300, 200 e até 130 cruzados? Pesscas com vários empregos enquanto tantos sem nenhum? O aumento de Gêneros alimentícios de 100% a necessidade do trabalhador aumentou de 100 até 300% e seu salário só aumentou 70%? A taxa de juros que chega a 30% ao mes? A política economica do país? Todos êsses itens não podemos considerar como anarquia? Minha opção pelo PT, originou pela análise dos partidos no Brasil e foi no PT que percebi uma esperança de se resgatar melhores condições de vida para os Funcionários Públicos (com exclusão dos Marajás); para os pequenos empresários; para os trabalhadores da indústria e do comércio; para os pequenos agricultores e trabalhadores da zona rural, enfim, no momento, só o PARTIDO DOS TRABALHADORES pelo seu programa e independencia política, poderá promover uma verdadeira justiça social, através de melhor distribuição de renda, reforma agrária, com crédito e assistência de um modo geral".

Fonte: Arivaldo..., 1987, p. 4.

Esse comentário de Arivaldo Mota foi realizado ao ser indagado sobre a sua escolha em se filiar ao PT, um partido, segundo o entrevistador do periódico, marcado pela imagem radical e anarquista, em razão das parcerias com a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), sendo ele categorizado como um “homem de centro”. Destarte, evidencia um esforço de demarcar a identidade do PT atrelada às reais demandas dos trabalhadores, em detrimento da construção de uma identidade radical, conjuntura a ser analisada no decorrer do capítulo. Por isso, nosso entendimento é que o debate público enfrentado pelos petistas coiteenses inicialmente era fortalecer a imagem da agremiação como sendo um dos espaços legítimos da participação dos trabalhadores no campo político.

No decorrer da década de 1990, esse discurso público foi orientado, principalmente, pela defesa e ampliação da cidadania e a participação popular nas decisões sociopolíticas. Assim, entendemos que a passagem de Lula, em 1993, foi um importante capital simbólico para demarcar essa atuação dos petistas coiteenses que, devido às suas bases religiosas, constituíram o seu discurso a partir de uma memória discursiva em torno dos ensinamentos evangélicos, agregando a experiência histórica do modelo de *Igreja Popular*.

Os registros audiovisuais apontam que uma das principais táticas, tecidas pelos “Comunistas de Cristo” para despertar a sociedade coiteense sobre a necessidade de adotar uma nova percepção sobre o campo político, especialmente em perceber que esse espaço não deveria ser apenas ocupado por indivíduos que já possuíam uma trajetória na política partidária ou que desejavam percorrer por esse caminho, foi adotar o discurso de que os cristãos possuíam o dever de participarem da política:

Meus irmãos e minhas irmãs, companheiras e companheiros. Hoje, nós vamos refletir um pouco nesse momento sobre o compromisso cristão. O compromisso cristão que me lembra dos Atos dos Apóstolos, no capítulo 2, versículos 42 e seguintes. Quando fala que os primeiros cristãos viviam perseverantes na fé, dividiam os bens em comum, viviam em oração e não faltava nada para eles. E nós precisamos, também como os primeiros cristãos, assumir este compromisso. E Cristo falou para nós, em determinado momento, que ele veio para que todos tenham vida e vida em abundância. E vida em abundância é termos teto, termos comida, termos saúde e transporte, educação com dignidade. Se essas coisas não acontecerem verdadeiramente nossa vida não é uma vida com abundância. Nós temos como cristãos o compromisso de evangelizar, de levar a Palavra de Deus, mas nós temos o compromisso de fazer as nossas escolhas corretamente. O nosso país é organizado de forma que é preciso a participação política para ser governado. E como cristãos, nesse sentido, de precisar de política para governar o nosso país, nós não podemos fugir de assumirmos o compromisso político nessa nossa caminhada de cristão, nessa nossa caminhada de mudança. E é preciso, inicialmente, mudarmos nosso princípio. Mudarmos para aceitarmos as organizações e as entidades que lutam pelo direito da criança, do adolescente, dos jovens, do idoso, da mulher. É preciso abraçarmos essas organizações que lutam por um salário justo para que não haja exploração, por parte dos empresários, sob os trabalhadores que vivem com o seu suor aumentando os lucros e o patrimônio dos grandes empresários. E estes só pensam que precisa ter desemprego para poder pagar menos e menor salário... [interrupção realizada pela edição]. Só os grandes realmente têm direito de enriquecer a sua riqueza, mas uma política de governo que [não valoriza a] dignidade do nosso povo. E que Deus abençoe a todos nós. E vamos avante lutar por mudanças e melhorar mais ainda a vida dos nossos brasileiros. Viva o Brasil! [sic] (SEMANA..., 2001, 2002 e 2005 – DVD).

Esse comentário foi realizado pelo leigo Arivaldo Ferreira Mota durante a caminhada do Grito dos Excluídos do ano de 2001. Dessa maneira, em cima do trio Traz Amor, que há muitos anos animava o “carnaval fora de época” da cidade, Arivaldo Mota apresentou nesse

discurso importantes pontos que demarcaram a sua trajetória e de outros leigos que decidiram transitar nas veredas da política partidária. Como discutido anteriormente, esses leigos pautavam a necessidade de atuarem no campo político devido à condição de cristão, compreendiam essa atuação como uma exigência do próprio segmento ao Cristo, componente também presente nas entrevistas realizadas. Nesse sentido, Arivaldo Mota legitima o seu discurso com base no texto bíblico, que descreve a dinâmica de vida dos primeiros cristãos, na tentativa de sensibilizar os demais participantes da caminhada a se engajarem na organização política. Ele, portanto, utiliza da história dos primeiros cristãos como componente importante da produção do seu discurso, desse modo,

não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 2012, p. 21).

Além disso, Arivaldo Mota traça alguns pontos do projeto político defendido pelo seu segmento. Este projeto político é pensado numa perspectiva popular, na qual todos teriam seus direitos garantidos, sobretudo os chamados grupos minoritários, bem como compreende a necessidade de uma participação política dos cristãos ser direcionada por uma consciência de classe que oportunizaria o engajamento de organizações e instituições ligadas à defesa dos direitos dos trabalhadores.

É interessante perceber que o discurso religioso desses católicos, clero e leigos, registrados nos audiovisuais não são enfatizados na defesa dos dogmas e da moral católica, no sentido de consolidar a hegemonia da instituição nos campos político e religioso coiteense. Por isso, a adoção do termo cristão nos discursos leva-nos à compreensão de que eles entendiam a ação política além da necessidade de buscar atender aos interesses institucionais da Igreja Católica. Logo, não concebemos esse prisma das mudanças e uma esquerdização dos segmentos católicos sob uma visão reducionista de uma atitude institucional em defesa dos seus interesses de sustentar o seu controle e influência sobre a sociedade, mas a partir de uma conjuntura impulsionada por distintos agentes religiosos tanto na base quanto na hierarquia, que, anterior ao Vaticano II, possuíam formulações mais avançadas e aspiravam novos ares na instituição (JESUS, 2016), como analisamos anteriormente.

Não obstante, compreendemos o discurso de Arivaldo Ferreira Mota também como uma tática para consolidar o modelo de *Igreja Popular* na instituição católica local e o projeto político que ele representava na realidade coiteense. Assim, ao referenciar a necessidade de os cristãos mudarem a percepção sobre a sua própria fé e acolherem instituições e movimentos

que lutavam na defesa dos direitos sociais, Arivaldo Mota indicava que nem todos os fiéis compartilhavam do mesmo pensamento.

Embora a hierarquia local comungasse do mesmo pensamento desses leigos, o discurso de Arivaldo evidencia um conflito de práticas religiosas dentro da instituição, que analisamos como disputas entre modelos de Igreja existentes nos movimentos leigos da paróquia. Igualmente, apesar dos leigos fundadores do PT terem um grande espaço na instituição local, sendo os principais representantes da instituição, uma vez que ocupavam importantes serviços, esse modelo de *Igreja Popular* não é hegemônico nessa realidade, possuindo ainda a presença do movimento espiritualista católico RCC, que estabeleceu estratégias para alcançar o espaço público, por exemplo, ao publicar artigos esclarecendo o movimento nos jornais locais: “o movimento pretende reascender a fé católica nos cristãos, e vão reenergizar, porque a energia do Espírito Santo já está em nós, desde nossa concepção, basta querer deixar o Espírito agir [sic]” (RENOVAÇÃO..., 1999, s. p.).

O referido discurso de Arivaldo Mota se aliava também na necessidade dos leigos compreenderem a concepção da política como uma ação para o bem comum e não para interesses particulares. De igual modo, adotavam esse discurso para demonstrarem aos demais fiéis que o objetivo de suas ações políticas era o de promover o bem comum, em que todos, sobretudo os mais pobres, tivessem seus direitos garantidos. Essa mesma perspectiva era compartilhada pelo clero, sendo percebida nas celebrações religiosas em que o Padre Luiz Rodrigues de Oliveira salientava a importância desses leigos no campo político:

O fiscal do povo que Conceição do Coité aprendeu a conhecer e a respeitar chama-se Arivaldo Mota. E eles tiraram Arivaldo Mota do seu trabalho de fiscalizar. [longa pausa e aplausos intensos]. O fiscal da Liga de Esportes, o fiscal da ACCA, o fiscal da Câmara, o fiscal de todas as atividades, ou seja, fiscalizando o nosso dinheiro, não podia continuar fazendo isso, não podia fazer isto. É preciso que botem lá outros que compartilham das contas rejeitadas. Arivaldo Mota não podia estar na Câmara, mas nós sabemos que vai continuar como Rui Barbosa continuou na História do Brasil. Lá não poderiam ter pessoas que rompem com as estruturas familiares, oligárquicas, corruptas, traidoras da própria família, como Joilson Marcos, não poderia estar. Porque não ia continuar dando segmento a conchavos [pausa]. Conchavos e cambalachos de consórcios familiares. Joilson não vai fiscalizar. A Igreja não vai poder fazer o seu trabalho de fiscalização. Eu quero parabenizar neste dia, nesta manhã, pessoas do porte de Joilson, de Arivaldo Mota. Pessoas que se tornaram legendas de moralidade, de respeitabilidade. Dizer que a sua fé, a sua coragem e serenidade nos estimula. Estimula a nós os cristãos católicos a continuar na trincheira. Eu queria dizer parabéns e muito obrigado pelo testemunho, velho, resistente, respeitável, Misael Ferreira [aplausos intensos]. E eu quero registrar e parabenizar, até por tomar conhecimento ontem já do seu testemunho jovem, honesto, digno, Gilberto Araújo [aplausos]. Que amanheceu o dia de ontem, não xingando ninguém na rua. Amanheceu o dia de ontem, pagando os débitos de sua campanha. Não



está esperando que a Prefeitura venha fazer, que os órgãos públicos venham fazer. Parabéns, Gilberto, muito obrigado pelo testemunho. Parabéns, Rozana, pela coragem, pelo entusiasmo, estar aqui... [aplausos intensos]. E a gente teria uns cem números de pessoas lindas e bonitas como Dr. Salvador Jânio, como André Gordiano, pessoas limpas, lindas que a gente pode pegar e colocar no altar. E essas pessoas não são [como] as que nos representam, porque não se vendem por qualquer cinco reais. Pagam com o sacrifício da própria vida, até com o suor do próprio rosto, os débitos e as dívidas contraídas, mas não negociam, não cambalacheiam. Os filhos das trevas continuam, vão continuar. A Igreja vai se organizar por dentro, a Igreja vai continuar se purificando. A Igreja irá se necessário as catacumbas, porque a Igreja é mais Igreja quando ela é perseguida. E nós estamos cruzando o limiar para o Terceiro Milênio e agora a Igreja talvez esteja indo às catacumbas, lá onde ela nasceu e ela se tornou digna representante de Jesus Cristo. A Igreja do Terceiro Milênio não vai para o trono, ela vai para as catacumbas, porque na catacumba está o verdadeiro altar de Jesus Cristo. O poder é podre, o altar é santo e a catacumba nos ensina a celebrar [sic] (O ESPANTALHO..., 1996 – DVD).

Esse trecho é parte do sermão do Padre Luiz Rodrigues, realizado na missa do dia 6 de outubro de 1996, após as eleições municipais, contexto que foi analisado anteriormente. Ele é retomado, pois colabora na compreensão de como o clero entendia a atuação dos leigos no campo político, ou seja, uma extensão da própria ação da Igreja Católica e que não se sujeitavam aos *conchavos* das oligarquias hegemônicas. Esse foi um dos principais aspectos salientados pelos leigos em suas campanhas políticas, componente que será analisado no próximo capítulo, bem como as relações tecidas por esses católicos com *políticos Azuis*, referenciados pelo Pe. Luiz Rodrigues. Assim, uma possível perseguição aos leigos era compreendida pela hierarquia local como uma perseguição à própria instituição, cuja derrota eleitoral dos leigos Arivaldo Mota e Joilson Marcos, que naquela eleição disputavam vagas na Câmara Municipal, foi fruto da perseguição empreendida pelo grupo político hegemônico, pois o projeto político dos leigos era de contraponto aos *Vermelhos Situacionistas* e à política clientelista.

Ao penetrar no conteúdo das entrevistas, é possível ver que a necessidade de combater comportamentos políticos baseados no clientelismo e mandonismo, bem como fortalecer uma prática religiosa vinculada às questões sociais estruturaram o projeto defendido pelos setores leigos na sociedade coiteense. Arivaldo Ferreira Mota contou que o objetivo político era conscientizar os coiteenses a elegerem os seus representantes políticos baseados nos princípios do bem comum, atenuando as práticas de compra de votos, e na crença da possibilidade de uma administração pública divergente dos governos estabelecidos:

O comportamento que a gente queria mudar primeiro... queria tentar mostrar as pessoas que era possível haver mudanças de mentalidade, mudança de conscientização política. No sentido de entender que na época, como ainda hoje, a compra de votos era muito grande. Tentava passar para as pessoas que era possível ter pessoas no poder sem a necessidade de estar comprando voto,

com assistência, porque depois sempre iriam tirar, iriam gastar, mas sempre iriam tirar. Então, o nosso pensamento de mudança de comportamento era esse. Pessoas tomassem uma consciência política de votar pensando no social, evitando a corrupção, os desvios de dinheiro que havia muito. Nossas fiscalizações, quando comecei a fazer, a gente via que tinha desvios de dinheiro público. [Diziam] - Ah, não foi fulano, não foi coisa para ele, ele gastou de outra forma. [Dizíamos] - Sim, houve o desvio. A gente tentava mostrar para as pessoas que era possível administrar com correção o dinheiro público, com transparência, mostrando como era gastar de forma realmente transparente e prestando conta à população (MOTA, 69 anos, 2021).

A perspectiva de um projeto político que favorecesse a transparência dos recursos públicos e a participação popular também apareceu no relato de Joilson Marcos Araújo. Ele apresentou uma lembrança sobre a experiência do Orçamento Participativo, vivenciada no Rio Grande do Sul, como modelo inspirador para nortear as ações administrativas da realidade local: “as próprias comunidades, os bairros, as periferias e as organizações dos moradores decidiriam o que o município iria realizar naquela comunidade. Isso, para mim, foi o alicerce e movimento para que a gente fizesse. O povo escolhendo e fiscalizando as ações do governo” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

A defesa desse projeto político é justificada nos depoimentos da Professora Zenilda Mascarenhas Mota e do seu esposo Arivaldo Mota, ao apresentarem a experiência de Arivaldo na presidência da ACCA, o primeiro clube da cidade destinado às atividades desportivas e de lazer. Eles contaram que essa vivência na presidência da ACCA foi possibilitada pela formação profissional de Arivaldo em contabilidade, e pelo seu desempenho na presidência da Liga Coiteense de Futebol. Durante a trajetória de Arivaldo Mota na presidência do clube, os depoentes destacaram que surgiram, constantemente, propostas de desvios de recursos advindos da contratação de bandas musicais para os eventos promovidos pela associação, como tática dos empresários do ramo burlarem a fiscalização do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Em uma dessas ocasiões, o contador Arivaldo Mota disse que um dos empresários propôs:

70 mil você vai mostrar ao Ecad, assim você paga uma taxa menor. 130 mil será o contrato que você vai me pagar, pois trinta eu devolvo a você. Isso a 40 anos atrás! Em um clube Castro Alves. Imagina o que acontece na prefeitura, com Prefeitos desonestos, com governos desonestos, secretário desonesto (MOTA, 69 anos, 2021).

Arivaldo Ferreira Mota afirmou que essa passagem na administração da ACCA o motivou a fundar o PT na urbe, visando um novo projeto de gestão dos recursos públicos no combate ao desvio e à má aplicação do orçamento. Inicialmente, vê-se que o Orçamento

Participativo de Porto Alegre foi mencionado por Joilson Marcos Cunha Araújo como modelo de gestão pública, que norteou o projeto político defendido pela agremiação coiteense.

Entretanto, a experiência dessa prática administrativa foi consolidada nos anos 1990, assim acreditamos que essa proposta de governo não estava sedimentada entre os leigos, quando fundaram o Diretório Municipal do PT, em 1986. Tal perspectiva se fortalece, em razão da implementação dessa gestão participativa em Porto Alegre ter sido realizada em 1989, logo após a vitória do Governo da Frente Popular, uma coligação de partidos de esquerda liderada pelo PT, nas eleições de 1988, período em que os petistas coiteenses adentraram na disputa eleitoral.

De acordo com Luciano Fedozzi (2009), a gênese do Orçamento Participativo em Porto Alegre se deve a uma conjuntura histórica, que reuniu três aspectos inter-relacionados: a característica da formação autoritária da sociedade e do Estado brasileiros e sua profunda desigualdade social, que interpõem obstáculos estruturais à constituição de uma ordem democrática e republicana; o longo processo de transição democrática, marcado pelo surgimento de novos atores sociais no âmbito da expansão da sociedade civil, sendo que a Constituição de 1988 estabeleceu a descentralização administrativas e dos recursos, propiciando a valorização do poder local; e a formação de uma rede de associativismo em Porto Alegre, intensificada a partir de 1970/80, sobretudo o movimento das Associações de Moradores de Porto Alegre (AMs).

É evidente que o debate sobre a gestão participativa é anterior a implementação e, possivelmente, Porto Alegre não tenha sido a primeira cidade do país a tentar esse tipo de administração, todavia é na capital do Rio Grande do Sul que essa experiência se tornou mais consistente e notável nacionalmente e internacionalmente (TARTARUGA, 2003). Nesse sentido, mesmo que os petistas coiteenses tivessem informações sobre esse modelo de governo durante o pleito eleitoral de 1988, quando a Frente Popular apresentou uma das principais propostas de sua coligação, “a democratização da gestão da cidade, onde habitantes porto-alegrenses pudessem interferir nas decisões administrativas do governo, sobretudo, a partir de conselhos populares” (TARTARUGA, 2003, p. 21), supomos que foram nos anos seguintes que esse modelo de gestão ganhou contornos mais robustos em seu projeto político. Em contrapartida, não há uma negação de que os elementos de um governo popular estivessem distantes das propostas do projeto político dos petistas coiteenses.

Os interlocutores Arivaldo Mota e Zenilda Mascarenhas explicitaram em seus relatos que os limites da cidadania e/ou a falta do exercício dela na realidade coiteense, bem como a experiência vivenciada por eles, como por exemplo, na direção do clube ACCA e na Associação

de Defesa Comunitária, que visava fiscalizar o poder público e fomentar associações de bairros, foram fundamentais para traçarem um projeto político de gestão popular divergente dos projetos defendidos pelos grupos políticos hegemônicos. As ações de fiscalização dos recursos públicos municipais se tornaram uma das táticas empreendidas pelos leigos reunidos na agremiação política, caracterizando uma nova postura a ser adotada pelas forças oposicionistas ao poder local. Esse pensamento pode ser observado na entrevista realizada com o Professor Antonio Fernando de Araújo Santos, presidente do PT na década de 1990, que contou o seguinte:

Nós, embora pequeninhos, colocávamos “o dedo na ferida”, a gente esclarecia para a população. A gente participava durante os meses de março e abril ou abril e maio... as contas da prefeitura seguiam para a Câmara e ficavam à disposição da população, isso é legal, isso é lei. Nos aproveitávamos, já que a gente não tinha vereador, a gente aproveitava esse momento para descobrir o que era malfeito na cidade. Então, a gente descobria mil e umas coisas e botava na rua. Nós tivemos uma participação assim, em um ano qualquer, não me lembro qual, a gente descobriu uma nota fiscal com a quantidade X de telhas. Nós pedimos informações sobre aquela nota, e não eram telhas, eram toalhas [risos]. Numa outra nota, também com relação a telhas, a compra foi usada no retelhamento de uma escola, em uma reforma. Nós fomos ver a escola. Na escola você contava as telhas, uma ali, outra aqui, outra acolá, não eram [todas] as telhas referidas, e elas tinham sido postas nas salas, assim, espaçadas. E nós questionamos isso. Eles, de novo, justificavam que as telhas não foram usadas em apenas uma escola. Mas você não pode ter numa nota fiscal que vai para um determinado serviço e desvia o material para outro serviço. Se fosse coisa pequena, ainda que justificaria, mas você tem um retelhamento da escola X, você conta as telhas que foram usadas, porque elas são diferentes das novas em relação aos outras que são velhas. Você percebe facilmente quais foram as telhas que foram postas. Não se justifica que as telhas foram transferidas para outra escola. Coisa desse tipo, a gente nunca sabia ao certo o que era feito com o dinheiro público municipal, com a renda municipal (SANTOS, 73 anos, 2021).

No contexto dos anos 1990, o debate político em torno da Tarifa de Iluminação Pública (TIP) foi um importante episódio em relação à postura combativa dos dirigentes do PT e à união das forças oposicionistas ao poder local, agregando o STRCC, a Igreja Católica e parte dos *Azuis*, representados pelos mandatos dos Vereadores Eliana Cirino, Beto, Antonio Nery e Andrade (A VERDADE..., 1998). Eles mobilizaram partes da sociedade coiteense, sobretudo ligada à Igreja Católica, a participarem das sessões legislativas, que discutiram e aprovaram o imposto a ser cobrado aos consumidores da Companhia Elétrica da Bahia (COELBA), privatizada naquele período.

Os registros audiovisuais retratam três sessões realizadas no então plenário da Câmara Municipal, uma pequena sala, situada no primeiro andar de um prédio e organizada entre o espaço da tribuna dos vereadores e o lugar reservado ao público, em 1997, tendo a presença de católicos e militantes dos grupos políticos que tornaram as sessões, ainda mais, conflituosas e

agitadas, devido aos gritos e confrontos entre os militantes das agremiações. Em duas delas, os petistas Arivaldo Ferreira Mota e Francisco de Assis Alves da Silva aparecem com a boca vedada por uma fita adesiva, carregando um cartaz com algumas indagações (figura 19). Na filmagem, não foi possível perceber todas as frases presentes no cartaz, mas estavam relacionadas ao motivo deles serem proibidos de discursarem na tribuna livre, assim utilizaram dessa tática para criticarem o silenciamento imposto pelo então presidente da Câmara, Adauto Ferreira Mota. Os *Vermelhos Situacionistas* argumentavam que a TIP não iria impactar nos mais pobres, sendo um compromisso assumido pelo Prefeito Éwerton Rios de Araújo, e criticavam os opositores, uma vez que havia ocorrido uma proposta semelhante durante a administração de Diovando Carneiro Cunha, na qual não aconteceu nenhuma manifestação contrária.

Figura 19 – Francisco de Assis e Arivaldo Mota na sessão da TIP



Fonte: DVD Votação da TIP e Celebrações Eucarísticas em Nova Palmares, 1998.

Nos registros audiovisuais não foram gravados os discursos realizados pelos petistas e representantes da Igreja Católica, nem do STRCC, centraram-se em capturar o confronto entre os Vereadores e o público, que acompanhavam as sessões. Entretanto, o informativo paroquial, *O Mensageiro*, apresentou os argumentos contrários dos petistas em relação à cobrança da TIP, possivelmente os mesmos elementos que orientaram os discursos deles na tribuna livre da Câmara Municipal. Em um dos artigos assinados por Francisco de Assis, os petistas acusaram o projeto de inconstitucional, destacando que essa ação, bem como o aumento das tarifas de energia eram frutos do processo de privatização da empresa pública COELBA, coordenada

pelos grupos partidários do Prefeito, PPB e PFL, sob a administração de Paulo Ganem Souto no Governo do Estado da Bahia, alinhando-se ao projeto neoliberal presente no Estado brasileiro, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A base desse argumento era orientada pela própria diretriz do PT, que após a derrota eleitoral de Luíz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 1994, adotou como uma das novas agendas pragmáticas a “determinação de mover uma oposição sem tréguas aos projetos políticos do governo federal que tivessem inspiração em formulações do pensamento neoliberal [...]. Tratava-se de buscar uma ruptura com essas propostas e de apresentar ao conjunto da sociedade uma alternativa” (MARTINEZ, 2007, p. 261).

Em maio de 1998, o Prefeito Municipal, por meio de uma nota pública, informou que suspendeu a cobrança da TIP, devido aos problemas ocorridos na cobrança da tarifa e da falta de explicações da COELBA sobre os dados dos consumidores. A empresa de energia em resposta ao Prefeito, também em nota pública, relatou que nunca forneceu dados equivocados sobre os consumidores que estariam insetos ou não da cobrança da taxa à prefeitura. Os petistas argumentaram que a decisão do Prefeito em suspender a cobrança da TIP foi fruto da ação judicial movida pelas forças oposicionistas e pelo desgaste político sofrido por conta do descontentamento popular (A VERDADE..., 1998).

Essa disputa de narrativas em torno dos responsáveis pelos problemas gerados pela TIP, pode ser observada também nas denúncias realizadas pelo PT, através dos mandatos de Arivaldo Ferreira Mota e Adalberto Neres Pinto Gordiano, eleitos Vereadores em 2000, de que o então Prefeito de Conceição do Coité, Wellington Passos de Araújo, conhecido por Tom, filho de Hamilton Rios de Araújo, atualmente Deputado Estadual, financiou a construção da empresa portuguesa *Cotesi do Brasil*, produtora de fios, náilon e tapetes, sócia da *Hamilton Rios Indústria Comércio e Exportação Ltda*, de propriedade da sua família, e da fábrica de calçados *ViaUno* com recursos do município e do Estado, erguidas em uma área pública destinada à construção de casas populares (PREFEITO..., 2003).

Os petistas coiteenses se articularam politicamente com o Deputado Estadual Emiliano José da Silva Filho (PT), que outrora havia denunciado o “escândalo do sisal”, para mediar a representação contra o Prefeito Tom no Ministério Público, o acusando de prevaricação, peculato e emprego irregular de dinheiro público, no qual solicitava o “imediato afastamento do gestor ímprobo, como forma de zelar pelo patrimônio público e garantir a pronta e eficaz instrução processual” (PREFEITO..., 2003, p. 11). Essa denúncia alcançou ainda a Câmara Federal, tendo sido pauta do discurso do então Deputado Federal Walter de Freitas Pinheiro (PT), na Tribuna da Câmara, em 26 de agosto de 2003.

Ao longo de 2003 e 2004, sobretudo quando ocorreram o processo eleitoral que concedeu a vitória do sobrinho de Hamilton Rios de Araújo, Éwerton Rios de Araújo Filho, exercendo o seu segundo mandato no executivo local entre 2005-2008, o campo político esteve marcado pelos embates de narrativas em relação às denúncias de corrupção contra Wellington Passos de Araújo. Elas foram realizadas pelos Vereadores do PT, Arivaldo Mota e Adalberto Gordiano, caracterizadas pela detenção da verdade por um campo em detrimento das mentiras no outro, presentes nos confrontos em periódicos e nas sessões da Câmara Municipal.

Os petistas também apontavam a má aplicação do dinheiro público da gestão local, principalmente oriundo dos investimentos federais promovidos pelo Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, categorizando o Prefeito como o pior prefeito do município e o igualando ao Prefeito de São Paulo, Celso Pita, do mesmo partido de Tom, PP. (TOM..., 2003). A narrativa dos *Vermelhos Situacionistas* tecia que os petistas, especialmente Arivaldo Ferreira Mota que “com sua mania de denúncias, ataca a administração de TOM” (COITÉ INFORMA, 2003), mentiam e escondiam informações para confundir a população, acusando o governo Lula de não cumprir com as promessas eleitorais e de não repassar os recursos federais ao município (COITÉ INFORMA, 2003).

Em relação às denúncias do Ministério Público da Bahia, em fevereiro de 2004, a promotora Thereza Cristina Pinto Rebouças ingressou com uma ação civil pública pedindo a cassação do Prefeito (SOUZA, 2004), em agosto do mesmo ano, o Prefeito Wellington Passos de Araújo foi julgado, mas não teve seus direitos políticos cassados, sendo o inquérito por corrupção arquivado. A conjuntura da eleição de 2000, que possibilitaram a conquista de dois mandatos do PT na Câmara Municipal, bem como os seus desdobramentos, serão analisados no próximo capítulo.

Esses episódios sobre a atuação dos petistas coiteenses evidenciam alinhamentos com a ação de estratégia partidária defendida pela agremiação no âmbito nacional, particularmente entre os anos de 1991 e 2002, analisados por Paulo Henrique Martinez (2007), no qual o partido passou a considerar maior ênfase na divulgação das experiências das administrações municipais do PT, o “modo petista de governar”, contra a hegemonia do neoliberalismo, tendo o orçamento participativo e a prioridade social como exemplo das novas práticas democráticas de gestão pública e participação popular.

Além disso, o partido apregoou a realização de uma “revolução democrática”, cujos componentes se fundamentavam na democratização do Estado e da sociedade, os quais seriam alcançados pelos seguintes aspectos: reformas dos poderes Judiciário e Legislativo; fim dos monopólios dos meios de comunicação de massa e a defesa dos direitos do consumidores;

reforma política que possibilitasse a participação direta da população também em espaço públicos não estatais; e a implementação de um modelo econômico para o mercado interno de bens de consumo de massa.

Após a terceira derrota eleitoral de Lula e a reeleição de Fernando Henrique, “o programa político para a ‘revolução democrática’ que o PT reivindicava desde o início da década de 1990 manteve a posição de reformas nos eixos social, democrático e nacional. Foram defendidas reformas radicais na economia, na política e na organização da sociedade” (MARTINEZ, 2007, p. 268).

Outro ponto bastante marcante da ação desses católicos era a intensa crítica ao sistema capitalista, por haver uma comum identificação desse modelo econômico vigente como um dos grandes responsáveis pelos problemas sociais presentes na sociedade, sobretudo a desigualdade social. No discurso de Arivaldo Ferreira Mota, anteriormente apresentado, é possível compreender uma concepção religiosa que legitima, além das perspectivas ideológicas do partido político, o fundamento da crítica ao capitalismo e de um outro projeto de sociedade. Essa mesma concepção religiosa é percebida em um dos sermões do Pe. Luiz Rodrigues, realizados na igreja matriz, quando a perspectiva de um projeto socialista é evocada. Esse é o único discurso no qual o socialismo é explicitado nos registros audiovisuais:

[...] João é bem concreto, bem objetivo, está pregando às multidões, João era um grande pregador, era um severo administrador dessa causa. João está pregando e arrebatando multidões. As multidões estão ansiosas por esta vinda de Jesus, e quando vê João nessa pregação tão enfática, eles recorrem a João e pergunta a ele: o que devemos fazer? Essa pergunta é muito séria: o que devemos fazer? Certamente, muitos esperariam respostas as mais estranhas. Com certeza, muitos não esperavam essa resposta que João lhes dera. João é objetivo. Que devemos fazer? João responde: Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem, e quem tiver comida faça o mesmo. Isto não é coisa estranha! É difícil de ser assumida, mas não é estranha. Desde o princípio foi assim, toda a pregação de Jesus, depois os apóstolos vivenciaram isso. Neste enfático anúncio de João, como preparação próxima para a vinda de Jesus, está assentada as bases de uma sociedade justa, na perspectiva mesmo socialista que o mundo moderno conhece e não pratica. [pausa]. Quem tiver bens, dívida, reparta. É a socialização dos bens, a socialização da riqueza. Recentemente, nós tomamos conhecimento de um projeto aprovado pelo governo [pausa] chamado programa de renda mínima. Que não é desse governo esse programa, todos sabemos. Este programa está sendo defendido há muito tempo por um partido político, Partido dos Trabalhadores. O senador Eduardo Suplicy de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, apresentou esse projeto inúmeras vezes no Congresso. Existe toda uma discussão a respeito disso. O Governador de Brasília tem assumido muito nisso. É o chamado projeto de Renda Mínima, que agora o Governo Federal abraçou, mutilou em muitas coisas, cortou algumas gorduras que ele achava que existia e está espalhando por todo o Brasil, inclusive exigindo das prefeituras que conveniem com o Governo Federal para implantar este programa que seria dá a cada família, que tem filhos numa faixa etária x, uma quantidade de recursos



financeiros para que essas crianças possam ir para escola, e possam viver menos indignamente. Nós sabemos que o Brasil tem milhões de crianças passando fome e morrendo de fome. Renda Mínima, que é o mínimo, mas que já é uma tentativa de socializar as riquezas, de distribuir os bens do Estado para a Nação. É fazer o Estado colocar-se a serviço da Nação. O Estado é essa estrutura jurídica, política, organizada. A nação é o povo, seus anseios, nos seus desejos, nas suas necessidades. Um Estado não tem fim em si mesmo. O Estado é o meio de que a nação se serve, de que o povo se serve para poder compatibilizar as suas relações e a sua convivência. O Estado, portanto, está pelo Governo distribuindo, tentando distribuir rendas mínimas para o povo. Isso é uma proposta que se dita por alguém que não for da mesma comandita institucional será taxado como comunista, como subversivo ou como demagogo, mas é uma proposta do evangelho. É anterior a Jesus mesmo. Renda Mínima não é alguma coisa deste Governo, nem mesmo do PT, é do próprio Deus, já na bíblia, antes de Jesus já se faz Renda mínima, já se faz, já se tenta trabalhar isso. E depois de Jesus, nos Atos dos Apóstolos, nós vimos [que] os discípulos tinham tudo em comum, repartiam-se os bens com alegria, aqueles que tinham traziam e colocavam aos pés dos apóstolos e distribuía para os outros [...] (SOBRE..., 1997 – DVD).

No sermão do Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, realizado na tradicional missa dominical, na igreja matriz, não há uma crítica explícita ao sistema capitalista, mas uma argumentação de um projeto de sociedade divergente do sistema econômico vigente, um modelo socialista baseado nos ensinamentos bíblicos que, apesar ser conhecida, não era colocada em prática. Desse modo, o projeto de renda mínima compreendia uma tentativa de se aproximar desse projeto, cuja legitimidade advinha dos próprios ensinamentos evangélicos, discurso que fortalecia uma identidade religiosa sobre a atuação partidária do PT, sobretudo dos leigos reunidos em torno dessa agremiação. Interessante que nos discursos dos dirigentes do PT local, presentes nos registros audiovisuais e jornalísticos, não aparece o termo socialismo, perspectiva também presente no discurso de Lula durante a Caravana da Cidadania, o qual demarca o projeto petista pelas temáticas da cidadania e no combate à fome e a miséria.

[...] mais grave ainda, mais grave ainda... é que cidadania a gente conquista quando a gente toma café de manhã, quando a gente almoça e depois a gente janta. Cidadania a gente conquista, quando a gente olhar na cara da nossa juventude e a gente pode prever um futuro certo para essas pessoas [...]. Nós passamos agora em Valente e vimos milhares de companheiros mutilados, sem braço, trabalhando em uma máquina de sisal para enriquecer o dono do sisal, enquanto ele vai ficar na miséria, ganhando, no máximo, 140 cruzeiros por semana [aplausos intensos]. Essas coisas terão que mudar se a gente quiser conquistar o direito de cidadania neste país. Esse movimento que estamos fazendo meus companheiros e companheiras tem como objetivo principal transformar a questão da miséria que hoje envolve 32 milhões, um problema nacional. E por que transformaram em problema nacional? É porque a televisão Globo fala todo dia da fome da Somália, ela fala todo dia da fome na Etiópia, mas ela não tem coragem de mostrar a fome embaixo do prédio da Globo de pessoas que estão comendo lixo no Rio de Janeiro ou em São Paulo [aplausos intensos]. Não tem coragem de mostrar a fome em lugar nenhum

deste país, dando a impressão de que o Brasil é um país rico, próspero, quando na verdade temos metade da população que não tem o que comer. O crédito rural que poderia ser a solução para esse país, quando o governo libera a verba, em Brasília, antes da verba chegar na cidade, os ricos da região já pegaram essa verba e o coitado do pequeno agricultor não tem acesso [aplausos intensos] – *É isso aí! É isso, aí! Lula retado! É isso, aí! Lula retado! Tá bonito!* O coitado do pequeno agricultor não consegue chegar nem na porta do banco, porque o gerente não recebe. [...] O problema da fome no Brasil não é por falta de comida. Comida produz de sobra. O problema é que nós temos metade da população brasileira que não ganha absolutamente nada. Então, não adianta ter comida no supermercado se as pessoas não têm poder aquisitivo para comprar aquela comida. O cidadão passa na porta da bodega, olha com os olhos, lambe com a testa e vai para casa, vem a lombriga maior, come a lombriga menor na barriga do fundo [aplausos intensos] porque o dinheiro que ele ganha não dá para comprar absolutamente nada. [...] Essa Caravana da Cidadania não vem aqui fazer promessas. Essa Caravana da Cidadania vem aqui com a tentativa de criar uma consciência nacional. A fome não é apenas de responsabilidade do Governo Federal, ela também é uma responsabilidade da sociedade civil. Nós que temos consciência, temos que ajudar aqueles que não tem consciência a brigar, porque a elite dirigente desse país, que dirige esse país há 500 anos, quer manter o povo com fome e povo na ignorância, porque povo com fome e na ignorância não é povo, é massa de manobra... [aplausos intensos]. Massa de manobra para eles ganharem as eleições. Quando o cidadão está com fome, quando o cidadão está passando fome é muito fácil ganhar o voto dele com uma punha de farinha, com um pouquinho de feijão, com uma promessa de emprego. Quando o cidadão não sabe ler a página de um jornal ou de uma cartilha, também é muito fácil enganar. Essa Caravana da Cidadania visa conquistar duas coisas. A primeira, é que as pessoas possam comer, no mínimo, três vezes ao dia. A segunda coisa que nós queremos conquistar, é que as pessoas aprendam a ler, porque no dia que esse povo aprender a ler, no dia que esse povo comer, esse povo vai jogar para fora essa corja de partido que hoje governa esse país, vai jogar para fora essa corja de malandros que promete, promete, promete e não consegue fazer nada. [...] (PRIMEIRO..., 1993 e 1996).

Além disso, a cidadania discutida por Lula é apresentada sob o prisma do combate à fome e à miséria, produzindo um novo efeito de sentido entre os interlocutores, verificado nos aspectos ideológicos presentes em seu discurso, no qual os sentidos são determinados ideologicamente, “tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele”. (ORLANDI, 2012, p. 43).

Nesse sentido, ao atrelar a conquista da cidadania através do combate à fome, Lula demarcava o entendimento de um programa político que implementasse um modelo econômico para “o mercado de produção de bens de consumo de massa e para o fornecimento de serviços públicos essenciais, com prioridade para o atendimento de condições de subsistências e a promoção da cidadania” (MARTINEZ, 2007, p. 265). Por essa via, ele não propunha uma

superação do capitalismo, mas, de acordo com Eurelino Coelho (2005), objetivava a conformação de um capitalismo organizado, com distribuição de renda e ampliação da participação popular na definição de políticas públicas, centrado na expansão do mercado interno como o motor principal, compartilhando “os eixos do programa socialdemocrata clássico, apoiado na colaboração de classes e nas políticas distributivas, e legitimado pela efetiva ampliação do bem-estar nos países imperialistas mantida durante quase trinta anos após a Segunda Guerra Mundial” (COELHO, 2005, p. 514).

Essa conjuntura é oriunda de um processo partidário vivenciado pelo PT após as eleições de 1988, no qual a agremiação buscava abandonar “o radicalismo em proveito de uma perspectiva moderada e pragmática, mais inclinada a reformar o sistema econômico-social do que fazer uma revolução” (MOTTA, 2018, p. 415). Assim, a “nova cidadania” almejada não estaria limitada à democratização da sociedade a partir do Estado, mas pelo controle deste “pela sociedade civil, pela legitimação majoritária do poder político, pelo respeito à minorias e pela alternância de poder” (MARTINEZ, 2007, p. 259), no qual o socialismo era proclamado pela radicalização da democracia e não como realização estatal (MARTINEZ, 2007).

Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (2007), Paulo Henrique Martinez (2007), Eurelino Coelho (2005), Oswaldo Martins Estanislau do Amaral (2013) e Rodrigo Patto Sá Motta (2018) compreendem que esse processo de *transformismo* do PT foi também possibilitado pela crise do “socialismo real”, mas desde a sua fundação, apesar da agremiação definir-se como socialista e democrática, e pontuar importantes referências marxistas em seus documentos, se recusava a definir claramente o seu programa, se limitando a declarações em favor de um socialismo vago, “o próprio Lula e outros líderes partidários jamais deram provas de adesão a qualquer projeto revolucionário, ao contrário de correntes minoritárias do PT” (MOTTA, 2018, p. 415).

Nos registros audiovisuais, conseguimos perceber características desse projeto político em um discurso realizado por Joilson Marcos Araújo Cunha no assentamento de Nova Palmares, feito em cima da carroceria de um caminhão, que destaca a organização da sociedade civil como um dos importantes mecanismos de defesa dos direitos e de protagonismo dos trabalhadores:

O que é que mete medo nessa *gatunagem* que governa o país, é isso aqui, é essa beleza. Não tem outra forma de meter medo naquela gente, não, que essa forma pacífica, ordeira e consciente. E assim, em diversos rincões do país que a gente vai dar a virada. Eu não tenho dúvidas disso. Ao sair de Coité, e chegar aqui com a camioneta de alimentos, donativos lá dos paroquianos, juntamente com os donativos dos companheiros do Partido dos Trabalhadores de Coité, eu dizia: tudo é uma questão de teimosia. A gente vai formando consciência

assim nos núcleos, e aqui num registro rápido para começarmos a nossa celebração de vida, a gente ficou apaixonado pelo que vimos aqui. Ficamos tão apaixonados que estamos... e no momento certo a gente vai fazer um gesto desse lá naquele município. Debaixo daquele pé de umbuzeiro, quando vocês, representado por Justino, se prontificaram e começaram falar a vossa história, a história de vocês, não tem como não se apaixonar por uma história dessas. É preciso ser frio, é preciso ser insensível, é preciso ser capitalista e ambicioso. É preciso ser sem coração para não se apaixonar por uma causa dessas [sic] (NOVA..., 1996).

Joilson Marcos argumenta, diante da experiência dos trabalhadores rurais reunidos em Nova Palmares, que o processo de formação cidadã e conquista de direitos seria alcançada a partir da organização pacífica, ordeira e consciente da sociedade civil, como sendo um componente importante para ameaçar o poder dos governantes. Ao mesmo tempo, ele compreende o não alinhamento com as lutas dos trabalhadores, nem a empatia com a organização popular e a condição dos trabalhadores rurais, como atitudes de pessoas frias, insensíveis, capitalistas e ambiciosas.

Na gravação é possível perceber a mudança de tom de Joilson quando se refere aos termos “capitalista e ambicioso”, é evidente que ele não traça uma crítica explicativa sobre o capitalismo, mas ao caracterizar o termo como um atributo desumano, há um certo entendimento de que as ações capitalistas favoreciam à exploração dos trabalhadores, como foi analisado por Arivaldo Mota, no qual a organização da sociedade civil seria uma tática para superar os atributos desumanos.

As temáticas da cidadania e da democracia participativa nortearam as lembranças dos depoentes em relação ao projeto político defendido pela agremiação local, no qual perpassava pela necessidade de uma conduta ética na política, no combate à corrupção, “ter mãos limpas”, e ampliar a participação popular na gestão pública, como o Orçamento Participativo. No entanto, é interessante perceber que o termo “socialismo”, bastante presente no debate político-ideológico do PT nos anos 1980, no qual o *projeto democrático popular* era encarado como parte da luta pelo socialismo (COELHO NETO, 2013), não apareceu nessas lembranças. Ele estava presente apenas no panfleto produzido em respostas às críticas de que a direção da agremiação local não era constituída por trabalhadores, no qual o manifesto explicitava a compreensão de um regime socialista, onde os trabalhadores fossem os privilegiados e tivessem melhores condições de vida, participes de uma sociedade mais igualitária, sem a condição humana de explorados e exploradores, sendo impedidos devido ao regime capitalista: “um regime onde pouquíssimos tem muito e são privilegiados, e muitos e muitos têm pouco e nada tem e são barbaramente discriminados” (PANFLETO PT, 1987, p. 1). Por meio do discurso

socialista, os leigos buscavam fortalecer a identidade de trabalhadores da agremiação e partícipes das lutas pelos direitos dessa classe.

Isto não significa um distanciamento dos petistas coiteenses das diretrizes nacionais do PT, pelo contrário se relaciona com o mote do PT na defesa da democracia participativa, de um socialismo com democracia, mas evidenciam traços da conjuntura da dinâmica do diretório local, também influenciada pela agremiação nacional. Dentre os traços conjunturais, a perspectiva de uma base social, fundadora do partido coiteense, principalmente as suas lideranças, distantes de uma tradição político-ideológica nas disputas políticas, sobretudo de uma vertente das esquerdas, são advindos de um campo político marcado pelo personalismo e favorecimentos pessoais, que alcançaram uma formação política oportunizada pelas diretrizes da *Igreja Popular*, tendo a TdL como o principal eixo desse processo, que possuía o marxismo como método de análise e interpretação do processo histórico.

Esse prisma é igualmente percebido nos artigos escritos por membros do diretório municipal, durante o processo eleitoral de 1988, nos quais demarcaram uma identidade partidária representante dos trabalhadores e divergente dos partidos burgueses. Nesses, houve referências ao PFL e PMDB, “que não têm feito nada para promover os trabalhadores que, como o salário determinado pela burguesia, não dá para alimentar sua própria família [...]. Cabe ao governo municipal se colocar ao serviço do povo e nunca se colocar aos interesses de grupos ou familiares” (ELEIÇÕES..., 1987). Desse modo, eles apontam um projeto de governo orientado pela consulta às bases, comunidades, associações, sindicatos, Igrejas, organizações de bairro e movimentos populares, aonde juntos lutariam para garantir “os recursos necessários à saúde, educação, segurança, moradia e emprego para um maior desenvolvimento social” (ELEIÇÕES..., 1987).

Contexto que favoreceu a identificação do pensamento religioso com o Partido dos Trabalhadores, uma vez que a agremiação se situava na condição de uma partido *laico*, sem demarcar qualquer campo doutrinário específico, tendo líderes que “não tinham nada a ver com as tradições marxistas e não aceitariam, porque nem sequer compreenderiam” (RIDENTI; REIS, 2007 , p. 444), pois entendiam a conquista do poder diferente da revolução clássica leninista, mas através da vontade, mobilização e luta da maioria e não da tomada do poder por meio de um golpe (COELHO NETO, 2013).

Nesse sentido, a dimensão da cidadania, a formação de cidadãos, oportunizaria o engajamento das massas na luta política, especialmente dos excluídos, que ganhariam o estatuto da cidadania, na medida que uma esfera pública democrática fosse efetivada. Assim, oriundos de uma formação política da *Igreja Popular*, engajados na paróquia e realizando ações pastorais

nas comunidades, os leigos compreendem a propagação das diretrizes desse modelo de Igreja como principal ferramenta de formação à cidadania, proporcionando o entendimento da agremiação como a representante dos anseios da massa e dos excluídos, que entenderiam a necessidade de serem representadas pelo PT no poder local.

A dinâmica das CEBs era o principal espaço de formação política, porque propiciava o protagonismo dos leigos que, além de realizarem práticas religiosas, cuja concepções de fé orientavam para uma ação sociopolítica, refletiam sobre a ligação entre “religião e vida cotidiana, colocando nas manifestações religiosas situações básicas, o desenrolar da semana, a família, o trabalho, o bairro, a cidade. A articulação é estabelecida e envolve pessoas, grupos e a comunidade” (DELGADO; PASSOS, 2009, p. 123).

Joilson Marcos Cunha Araújo aponta que a perspectiva dessa formação à cidadania compartilhava das exigências evangélicas, da própria caminhada do povo de Deus em busca da liberdade, da libertação desde o Egito até chegar na terra prometida, aspectos da temática central dos militantes das CEBs. No entendimento de Eder Sader (1988), essa noção de libertação pode ser mais bem compreendida ao compará-la com a noção de revolução dos discursos socialistas e comunistas, pois as duas ocupam o mesmo lugar nas respectivas matizes discursivas, indicando um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir de ideias de justiça movidos pelo povo em ação.

Mas enquanto a ideia de revolução se apoia em acontecimentos empiricamente observados no passado e concretamente programados para o futuro (não importando aqui o grau de “irrealismo” que possa ter nas estratégias e programas revolucionários; importa que seus articuladores são obrigados a falar através de critérios do realismo político e das possibilidades históricas racionalmente avaliadas), a ideia da libertação dos discursos pastorais estabelece outro tipo de relação com a realidade... aparecendo mais deslocada de processos de mudanças institucionais (não apenas de fato, como pode também acontecer com a noção de revolução, mas também de direito, porque pertence a um outro registro), a libertação não permite a sua operacionalidade através de alguma racionalidade estratégica. Por isso mesmo suas manifestações na experiência cotidiana (vistas como sinais em sua direção) não são tanto grandes processos coletivos que afetem as estruturas sociais quanto o “despertar das consciências” e o desencadear de práticas através das quais cada pequena coletividade se sinta “sujeito de sua própria história”. Não tendo por objetivo central a instauração de uma nova estrutura, mas antes que isso, a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas, a valorização prioritária é a que se refere na promoção dos indivíduos que ocorrem no seio das comunidades (SADER, 1998, p. 164-165).

Ao comparar esses termos, Eder Sader (1998) nos possibilitou compreender as razões dos depoentes demarcarem que as ações pastorais realizadas nas comunidades e grupos religiosos, inclusive nas discussões em torno da cidadania e participação política, não possuíam

o objetivo de fortalecer uma visão do partido, não estavam a serviço de uma política partidária, mas possibilitavam a propagação de valores cristãos exigidos pelos escritos evangélicos, os quais eram contra os *sinais de escravidão*, “má distribuição das riquezas, fome, desemprego, salário baixo, ignorância, egoísmo das pessoas, aos desrespeito aos direitos humanos, tendo sua raiz no capitalismo” (SADER, 1988, p. 166). Esses valores orientariam a luta “contra a corrupção, a favor da igualdade, da justiça social, e contra qualquer tipo de discriminação” (MOTA, 69 anos, 2021), possibilitando, na defesa da cidadania, novo significado do campo político.

Os “Comunistas de Cristo” entendiam a formação cidadã, através dos ensinamentos da corrente libertária, como um dos fundamentos do projeto político, sendo percebido, por exemplo, nos relatos de Arivaldo Ferreira Mota, Zenilda Mascarenhas Mota e Margarida Ferreira Gomes, que coadunam com o comentário de Joilson Marcos Araújo: “Sempre na contramão, sempre na tentativa de formar a consciência para à cidadania, porque não adiantava nada a gente um dia chegar ao poder sem essa dimensão: o que é ser cidadão? O porquê que a gente chegou? Para fazer o que com o que temos nas mãos? Que é o orçamento!” (ARAÚJO, 60 anos, 2021). Esse pensamento se aproxima do argumento apresentado no programa político para a “revolução democrática”, defendido pelo PT nos embates eleitorais dos primeiros anos de 1990, analisado por Paulo Martinez (2007), que residia na seguinte convicção: “não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário mudar a sociedade para chegar ao governo” (RESOLUÇÕES..., 1999, p. 5).

De certo modo, as fontes nos levam a supor que, antes da chegada do PT ao poder executivo nacional, existia uma complexidade em compreender os limites da atuação desses leigos no partido e na instituição católica, uma vez que, aparentemente, não há uma dicotomia entre o discurso religioso e o discurso político, ou seja, eles partem da mesma fonte, se retroalimentam, se constroem nesses dois espaços. Existe uma espécie de simbiose, na medida em que os leigos tentavam consolidar esse modelo de *Igreja Popular* na realidade eclesial, se esforçavam para ampliar o campo de atuação do partido, tanto que há registros de uma percepção de que o PT era o partido da instituição religiosa e que o objetivo do clero era o de alcançar, por meio dessa legenda, o poder local, como próprios candidatos no pleito. Logo, entendemos que essa percepção não era apenas feita pelos políticos opositores ao PT, ela era também entendida por outros segmentos da sociedade coiteense, uma vez que Arivaldo Mota e Joilson Cunha compartilhavam de um lugar de fala nos dois espaços: na Igreja, eles eram os principais leigos que mobilizavam os eventos e realizavam pronunciamentos, inclusive durante as celebrações, referentes à instituição.

Nos registros audiovisuais, eles possuíam uma presença constante, como Adalberto Gordiano, Zenilda Mota e Meyre Sandra Oliveira, nas atividades da paróquia e, frequentemente, estavam ao lado do clero; no PT, eram membros fundadores, as principais lideranças que representavam o partido e mobilizavam as ações partidárias, sendo referências para os demais filiados.

As gravações dos eventos e celebrações analisadas não apontam a existência de uma prática política dos leigos que adentraram na política partidária, sobretudo de Arivaldo Mota e Joilson Cunha, de um proselitismo em torno do PT, em que solicitavam aos fiéis que votassem neles ou nos candidatos do partido, ao longo das celebrações e reuniões promovidas pela paróquia.

Os registros indicam que isso não acontecia de forma explícita, entretanto, essas filmagens apresentam que essa dimensão partidária, no geral, ocorria de maneira simbólica nos eventos sociopolíticos promovidos pela paróquia, nos quais esses leigos portavam símbolos do partido, como bandeiras e camisas. O espaço favorecido pela instituição religiosa aos integrantes do PT, também, se insere nessa percepção simbólica. O Professor Antonio Fernando e o bancário Francisco de Assis, frequentemente, eram responsáveis em realizar pronunciamentos, representando o partido nos eventos sociopolíticos da paróquia. Em um desses momentos, em 1996, durante a visita ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na cidade de Santa Luz, Joilson Araújo presenteou uma das lideranças do acampamento com uma camisa que estampava a frase *Lula Brasil* (figura 20), entendida por Joilson como a camisa “daquele que representa a nossa esperança de organização popular” (NOVA..., 1996 – DVD).

Figura 20 – Comemoração do Dia do Trabalhador em Nova Palmares, 1996.



Fonte: DVD Primeiro de Maio e Caravana Lula,



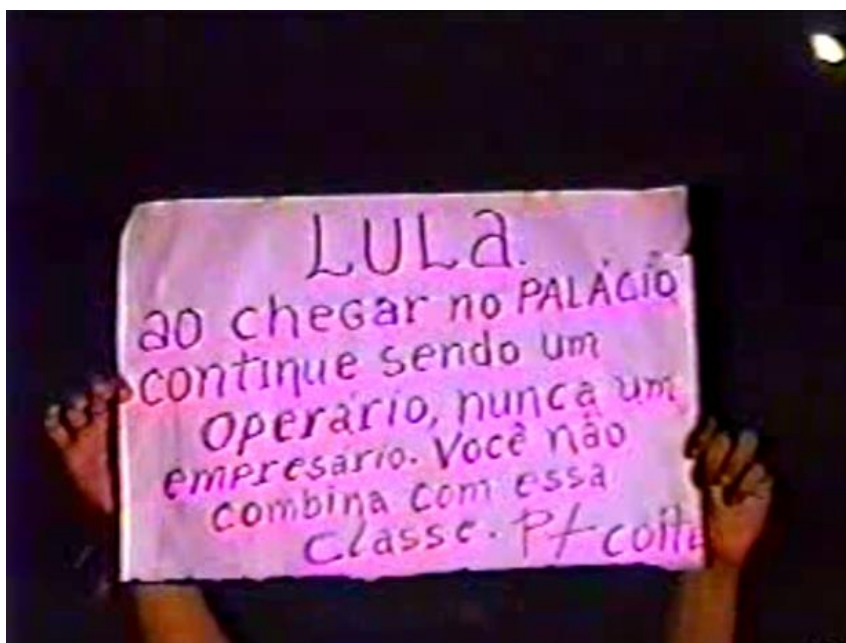
O gesto de Joilson Marcos Cunha Araújo carregado de um grande simbolismo político revela o quanto a passagem da Caravana da Cidadania, em 1993, oportunizou aos petistas coiteenses capitanear não apenas pontos do discurso de Lula, especificamente a temática da cidadania, mas a própria imagem de Lula como representante dos anseios dos trabalhadores, uma vez que as suas origens sociais, nordestino, retirante e trabalhador braçal, o aproximava da realidade de inúmeros trabalhadores, em especial dos trabalhadores do sisal, presentes naquela região, sendo muitos acometidos pelas mutilações dos seus corpos. Lula era, portanto, um conhecedor dessa realidade e das necessidades das massas, uma das importantes características do lulismo (SINGER, 2012). Tal componente foi elencado pelo próprio Lula na finalização do seu discurso, durante a passagem da Caravana da Cidadania em Conceição do Coité:

Por isso, meus companheiros, eu quero agradecer do fundo do coração a participação de vocês, pedir desculpas pela pressa, porque estou passando em Conceição do Coité [tosse]. Queria, inclusive, dizer para vocês, que nós assumimos um compromisso em Valente. Eu vi aquele monte de companheiro ainda jovem sem o braço, eu vi uma máquina daquela do sisal funcionar e propus aos companheiros, não dá para a gente ficar chorando os braços perdidos [tosse]. Propus aos companheiros de Valente que nós vamos pegar uma máquina daquela do sisal e vamos levar a bichinha lá para Brasília, para os Deputados ver ela funcionar. Vamos levar na Comissão do Trabalho. Quem achar que o trabalhador é vagabundo, é relaxado, que o trabalhador se acidenta porque é vagabundo, nós vamos mandar o Deputado colocar aquele sisal lá dentro, durante meia hora, para ver o que vai acontecer. [aplausos e risos]. E se o Deputado topa fazer isso, eu não quero nem que ele perca a mão, alguns Deputados teriam que perder a cabeça, como Inocência que pegou o dinheiro do DNOCS para cavar poço na casa dele, enquanto o povo brasileiro está morrendo na seca nesse Nordeste. Por isso, meus companheiros, muito obrigado, até outro dia se Deus quiser! Muito obrigado! (PRIMEIRO..., 1993 – DVD).

Além desse registro ser bastante significativo por captar as reações do público frente ao discurso de Lula e pelo próprio evento em si, ele é bastante interessante, pois em um certo momento, enquanto Lula discursava, o operador da câmera filmadora registrou em meio à multidão um cartaz confeccionado à cartolina (figura 21), erguido por um dos militantes, com a seguinte frase escrita à pincel atômico: *Lula, ao chegar no PALÁCIO continue sendo um operário, nunca um empresário. Você não combina com essa classe. PT Coité [sic]*. (PRIMEIRO..., 1993 – DVD). Esse cartaz é bastante simbólico no sentido de revelar os posicionamentos dos petistas coiteenses em relação ao processo de transformações operadas internamente no PT, uma vez que as lembranças dos depoentes não demarcaram as tendências partidárias presentes na agremiação local, pelo contrário enfatizaram incompreensões e distanciamentos desse debate.

Pontualmente, eles se situaram vinculados ao grupo majoritário, mas não ampliaram essa questão, assim o cartaz evidencia um certo acompanhamento e entendimento dos militantes locais sobre esse processo, possivelmente se posicionando em oposição às transformações que estavam sendo operadas naquele momento, como brevemente analisamos. Decerto, a presença de Lula em Conceição do Coité oportunizou o partido local encontrar caminhos para a sua organicidade e tecer relações com políticos do PT baiano.

Figura 21 – Cartaz exposto por um militante do PT local, durante a Caravana da Cidadania, 1993.



Fonte: DVD Primeiro de Maio e A Caravana de Lula, 1993.

Em contrapartida, o fenômeno do lulismo também permitiu os “Comunistas de Cristo” traçarem um caminho para demarcar as fronteiras entre as diretrizes religiosas e o projeto político da agremiação. Por sua vez, as fronteiras foram demarcadas a partir dos anos 2000, quando alcançaram os mandatos na Câmara Municipal, tanto que os registros audiovisuais da Semana da Cidadania do ano de 2002, apresentam o explícito pedido para que os presentes votassem nos candidatos do PT, naquele período eleitoral. Esse é o único registro dos audiovisuais analisados em que há essa ação, mas acontece de maneira lúdica, através de uma apresentação teatral sobre a política brasileira, realizado por alguns jovens da Pastoral da Juventude (PJ). Ao final, uma das integrantes recitou um poema de autoria local sobre a conscientização do voto, especificamente em alertar sobre as consequências de vender o voto, finalizando com as seguintes palavras:

Vendi meu voto uma vez, *inté* hoje, eu me arrependo. Minha consciência pesa, o meu pobre *sufrento*. Num vendo voto mais nunca, dá a gota, mas não vendo [risos]. Mas agora o *fulor* da esperança no meu jardim vai nascer. Só voto em gente honesta para salvar eu e você. Governador, Senador, Deputados, vote no 13! Presidente? Só do PT, para esse povo presente, gente honrada e de valor, agradeço as presenças, mas eu peço, por favor, dê uma chance a vocês mesmos, [abriu o agasalho que estava vestida e mostrou uma outra veste na qual possuía a imagem de Lula] vote no trabalhador. [sic] (SEMANA..., 2002 – DVD)

Não significa que não houve outros momentos como estes, mas as fontes analisadas indicam que esse pedido não era realizado pelos leigos que se candidataram pela legenda do partido. Entretanto, ao observar os pronunciamentos e ações dos leigos presentes nas fontes, a demarcação dessas fronteiras não foi tão simples, pois não havia o entendimento, por parte deles, de que as suas atitudes no PT e na Igreja Católica eram dicotômicas, pois elas faziam parte de uma mesma fonte e se complementavam. Nesse sentido, esses registros audiovisuais corroboram para a compreensão de que a ação política desses leigos, naquele momento, era orientada pelas diretrizes do partido, mas, também, fruto das orientações, formações e convívio com o setor “progressista” da Igreja Católica e a DSI.

De certo modo, a formação política de muitos fiéis perpassou por essa experiência religiosa da *Igreja Popular*. Logo, a instituição religiosa foi um dos primeiros espaços de formação política, não apenas para essa primeira geração que fundou o partido, mas ela continuou com esse papel no decorrer da trajetória desse modelo de Igreja, sendo percebida, por exemplo, entre os jovens da PJ que, nos meados de 2000, lançaram mandatos políticos de caráter popular, ou seja, o mandato popular significaria um mandato construído pela atuação dos jovens da PJ, de um coletivo, e não de quem foi escolhido para ser o “nome” da chapa.

Retomando ao discurso de Lula, realizado durante a passagem da Caravana da Cidadania em Conceição do Coité, optamos por traçar uma interpretação compreendendo os significados da cidadania presente no projeto político apresentado pelo líder petista em sua fala, em razão desse componente caracterizar os discursos elaborados pelos petistas coiteenses investigados presentes nas variadas fontes que dispomos, porém não reduzimos o potencial de análise desse material apenas nessa questão. Formulando uma problemática diferente, poderíamos mobilizar conceitos diferentes, impactando nos resultados cruciais na descrição do material analisado, com distintos recortes conceituais, assim “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. (ORLANDI, 2009, p.27).

Por conseguinte, a questão da cidadania foi compreendida também como responsável pelo alinhamento com o projeto político nacional do partido, no qual o discurso e a presença de Lula agregaram capital simbólico às ações desenvolvidas pelos “Comunistas de Cristo”, sobretudo no combate eleitoral, sendo um importante recurso de legitimação das reflexões em torno da defesa da cidadania e da participação popular no campo político coiteense.

### **5.3 Processos formativos do projeto político-religioso**

O processo de formação política e religiosa compreende um dos elementos constituintes do projeto político defendido pelos petistas coiteenses, especialmente para o fortalecimento do modelo de *Igreja Popular*, portanto, analisaremos a dinâmica dessas formações por meio das lembranças dos principais sujeitos dessa pesquisa. Ao mesmo tempo que os processos formativos são elementos em comum entre os entrevistados, cada um deles elencou dinâmicas e temporalidades diferentes sobre a realização dessas formações, bem como os subsídios utilizados nesse processo. Em relação à temporalidade das formações, existe a clareza do processo formativo nos espaços eclesiais, cujas balizas são estabelecidas pelo período das administrações dos párocos.

No período da administração do Padre José Antônio dos Reis (1973-1989), esse processo formativo, ligado às diretrizes da *Igreja Popular*, era realizado de maneira autônoma pelos leigos, sem a interferência do clero local. A Professora Zenilda Mascarenhas Mota em seu depoimento destacou que, durante o período dessa administração paroquial, exercia ainda a função de catequista de crisma. Ela planejava os encontros formativos a partir da leitura dos escritos de Leonardo Boff e de textos bíblicos, utilizando o método comparativo entre os textos para, como ela caracteriza, “abrir a mente dos meninos para fazer um encaminhamento da libertação” (MOTA, 65 anos, 2021). Em sua fala, a Professora explicita que as suas colocações não eram bem aceitas pela sua coordenadora, assim como o clero do período não despertava em suas homilias sobre a necessidade dos leigos lutarem pelas questões sociais, caracterizando-o como distante da *espiritualidade da libertação*.

Os demais depoentes igualmente narraram que as formações baseadas pelas diretrizes da *Igreja Popular* eram oriundas do trabalho desenvolvido por eles nas pastorais e movimentos da paróquia, cujo contato com essa literatura foi realizado por motivações pessoais, bem como pelo grupo de estudos formado após participarem do Cursilho, em Feira de Santana. Arivaldo Ferreira Mota também narrou sobre a formação de grupos de estudos para o desenvolvimento

da Novena do Natal nas residências de algumas famílias, entretanto ao apresentar a organização dessas novenas ao clero, não foi bem acolhida.

Sob a governança do Pe. Luiz Rodrigues Oliveira (1989-2000), o processo formativo ligado aos pressupostos da Teologia da Libertação era orientado pelo clero, sendo os leigos parceiros. A Professora Margarida Ferreira Gomes salientou que o pároco Pe. Luiz Rodrigues Oliveira fomentou na paróquia uma concepção de Igreja e de política divergente das concepções presentes na instituição religiosa local, conseguindo realizar muitas mudanças. Ela conta que ele: “passou a fazer formação nas pastorais com o intuito de que as pessoas conseguissem conciliar fé e vida, despertassem no intuito de perceberem a atividade política como algo essencial para o desenvolvimento da comunidade, da cidade” (GOMES, 60 anos, 2021). Além do pároco, a Professora Margarida citou a importância das Irmãs da Providência de GAP, especialmente da Freira Marina Roseli dos Santos, e do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz na formação de lideranças das CEBs, na qual relatou:

Por um longo período, era realizado o curso de formação. A gente conseguia reunir 100 pessoas no núcleo. A paróquia era dividida em cinco núcleos, em cada período a gente estava em um núcleo atuando na formação de leigos para atuarem nas CEB's. Paralelo a essa atividade, também tinha uma atuação do MOC, Movimento de Organização Comunitária, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité, eles desenvolviam um trabalho aqui. A gente tinha uma proximidade, a Igreja Católica tinha uma proximidade com o sindicato, então a gente estabelecia parceria com o sindicato. O MOC quando vinha em Coité fazer formação de seus agentes, geralmente, participavam pessoas também das CEBs. O trabalho era uma coisa, como se diz... Igreja Católica, MOC e as CEB's, era um contexto que a gente fazia um conjunto de parceiros, esses três grupos se juntavam para fazer a formação e deu resultados (GOMES, 60 anos, 2021).

A Professora Margarida Gomes foi a única entrevistada que relatou a parceria entre a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e o MOC na formação dos agentes das comunidades. É possível que Margarida Gomes tenha lembranças mais vividas dessa atuação junto ao MOC, em razão da sua proximidade com o trabalho pastoral desenvolvido pelas Irmãs da Providência de GAP, que fomentou o surgimento do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais entre as mulheres do bairro do Açudinho, mobilizando a participação feminina nas ações realizadas pela Associação de Moradores do Açudinho (AMA) e do STRCC.

O MOC é uma organização não governamental que iniciou o seu trabalho de organização de comunidades periféricas em fins de 1967, em Feira de Santana, pela iniciativa da Igreja Católica, tendo como principal mobilizador o Pe. Antonio Albertino Carneiro. A partir dos anos 1970, a organização ampliou seus trabalhos para o semiárido baiano, especialmente

na Região Sisaleira da Bahia, visando “o fomento de ações de desenvolvimento comunitário, criando melhores condições de vida para a população rural, de modo a evitar o êxodo rural” (OTERO, 2016, p.1). Na Região Sisaleira da Bahia, o MOC englobou as ações da sociedade civil, impulsionadas pelas CEBs, na qual trabalhadores rurais se mobilizaram contra a concentração fundiária e de capital, bem como no fomento de ideias de democratização das relações sociais sobre os problemas criados pela violência, censura e autoritarismo, tendo como principais espaços de lutas os STR e a APAEB (SILVA, 2012).

Em Conceição do Coité, a atuação do MOC se tornou mais evidente nos anos 1990, em razão desse período o STRCC passou a ser dirigido pelos próprios trabalhadores, muitos deles vinculados às comunidades rurais da paróquia coiteense. Nessa época, também, a Igreja Católica local se aproximou dessa entidade e do STRCC, devido à presença de religiosos orientados pelas diretrizes da TdL, o Pe. Antonio Elias Souza Cedraz e a Freira Marina Roseli dos Santos. Destarte, as lembranças da Professora Margarida Gomes evidenciam que as parcerias realizadas por essas instituições contribuíram para o fortalecimento de um modelo de Igreja preocupado com as questões sociais dos trabalhadores dessa região.

No depoimento de Joilson Marcos Cunha Araújo, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz foi o responsável em mobilizar a fundação do Conselho de Formação de Animadores de Pastoral (CONFAP) cujo objetivo era “fomentar a criação de lideranças comprometidas com a fé e com a vida, a verdadeira característica dessas comunidades, o sentido de Comunidades Eclesiais de Base, a base da Igreja e a base da sociedade” (ARAÚJO, 60 anos, 2021). O Padre Antônio Elias Souza Cedraz, possuidor de uma trajetória na Diocese de Jaboatão, em Recife, pastoreada por Dom Helder Câmara, iniciou seus trabalhos pastorais em Conceição do Coité em 1996, como vigário auxiliar até o ano de 1998. Ele foi pároco de Coité entre os anos de 2001 e 2009, sendo o sucessor de Pe. Luiz Rodrigues. Joilson Araújo, indagado sobre os subsídios utilizados durante essas formações, destacou que utilizavam o livro *O projeto de Deus*, de Frei Carlos Mesters, no qual tratava da dimensão da Igreja da base, a *Igreja Popular*:

Não dispensando os ritos, todos os sacramentos só tinham sentido com o compromisso com a vida, afinal “eu vim para que todos tenham vida e em abundância”, essa é a máxima de Jesus. A gente fazia a fusão de tudo isso com as exigências dos Documentos da Igreja, do Concílio Vaticano II, que são extraídos dos textos dos Evangelhos. “Bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça”. Todos esses documentos da Igreja que falei e esse livreto de Carlos Mesters não tem nada da invenção da cabeça de um teórico ou de um teólogo, são extraídos da própria caminhada do povo de Deus, tirados dos evangelhos, dos textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento que nos davam uma leitura real de como era a caminhada de um povo em busca de liberdade, de libertação, desde o Egito até chegar na terra prometida. Então, é uma caminhada, tudo foi extraído de lá, ninguém inventou. Não estávamos

usando a Igreja com o objetivo político. A gente estava dizendo o seguinte, a Igreja está no mundo, e a Igreja, ela se denomina cristã, não pode e não deve excluir as pessoas de boa vontade que lutam por justiça (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Essa perspectiva da fé e da vida foi igualmente relatada pela Professora Margarida Gomes, destacando que a equipe formadora, composta por Pe. Luiz Rodrigues, Irmã Marina Roseli, Joilson Araújo, Meyre Sandra e ela, era norteada pelos escritos de Leonardo Boff, cujo objetivo da formação era a relação fé e vida. “Ensinar as pessoas a não separarem a sua espiritualidade, a sua fé da vida cotidiana. O foco era sempre esse, fazer com que as pessoas despertassem para enxergarem o trabalho na política e o trabalho da Igreja como uma coisa que iria nortear a vida delas” (GOMES, 60 anos, 2021).

Joilson Araújo e Margarida Gomes foram os depoentes que mais forneceram elementos para compreender a dinâmica dos percursos formativos que fortaleceram o pensamento da *Igreja Popular* na paróquia coiteense, inclusive a Professora Margarida disponibilizou duas cartilhas que foram utilizadas nesse processo, uma referente às dinâmicas de grupo elaborada pela Pastoral da Juventude da Diocese de Araçauí, em 1993, e outra de estudos e debates sobre as lutas das trabalhadoras rurais, em comemoração ao dia 8 de março, produzido pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, pontos desse último serão discutidos no próximo capítulo.

Possivelmente, os elementos da TdL são mais presentes nos relatos desses dois leigos devido a atuação deles como integrantes da coordenação do CONFAP, bem como pelas suas trajetórias pessoais, uma vez que vivenciaram experiências em congregações religiosas durante a efervescência da *espiritualidade da libertação* na Igreja Católica, permitindo um aprofundamento dessas práticas religiosas. O depoimento de Joilson Marcos demonstra que ele possui uma formação teológica mais amadurecida do que os demais entrevistados, é constante a presença da cristologia<sup>107</sup> em seus relatos, no qual a figura de Jesus Cristo não é indiferente ao clamor dos pobres e oprimidos.

As reflexões de Joilson Araújo evidenciam que o pensamento do teólogo Leonardo Boff foi constante em sua formação religiosa, bem como na formação dos demais entrevistados. Em referência às obras do teólogo, os entrevistados não situaram uma específica, destacaram que os escritos de Boff eram constantemente estudados e fundamentaram as suas ações pastorais,

---

<sup>107</sup> A Cristologia é o tratado teológico que dá conta e razão à confissão de fé de Pedro e de toda a Igreja – “Jesus é o Cristo, o Filho de Deus” – mediante a narração dos fatos de sua vida particular e da proposição de sua verdade universal. Jesus é, então, compreendido não só como uma origem histórica de uma nova relação com Deus, Ele é o objeto a que se dirige a fé do cristianismo (JÚNIOR MELO, 2015).

que resultaram no compromisso com a realidade sociopolítica. Ao longo de sua entrevista, o Servidor Público Joilson Araújo frequentemente identificava que a verdadeira práxis do cristianismo, estava alicerçada na relação fé e vida. Componente bastante presente nos escritos do teólogo ao discutir a eficácia da fé cristã e a TdL.

Provavelmente, os escritos lançados, nos anos 1980, pelo teólogo Leonardo Boff tenham sido as principais obras que os católicos “progressistas” coiteenses tiveram acesso, pois é a partir desse período que a atuação desses leigos adquiriu relevância na instituição religiosa e eles adentraram no campo político, sob a justificativa dos ensinamentos da corrente libertária. Leonardo Boff faz parte de um seleiro de teólogos que articulou o discurso da justiça social, frente à miséria e à marginalização, com o discurso promissor da fé cristã, gênese da Teologia da Libertação, no qual a implementação do Reino de Deus anunciado aos cristãos se daria pela dimensão pessoal, da fé. Contudo, não a dissociava da relação entre os homens, em projetos que dependem do esforço social, nos quais os seus escritos sobre a TdL, formulados entre 1971 e 1989, apontam a trajetória humana “descrita como uma caminhada conflituosa na qual implode o processo libertador das maiorias excluídas dos direitos sociais e políticos” (PEREIRA, 2018, p. 91). Ele é, portanto, um dos grandes intelectuais brasileiro, defensor das causas dos Direitos Humanos.

Não obstante, não realizaremos uma discussão em relação às publicações de Leonardo Boff, mas iremos citá-las no intuito de compreendermos os possíveis subsídios utilizados pelos leigos para legitimar suas ações políticas. A primeira dessas obras foi a *Teologia do Cativo e da Libertação* (1980); em seguida, *O caminhar da Igreja com os oprimidos* (1980); um ano depois, *Igreja Carisma e Poder* (1981); e a última da referida década, *Como fazer Teologia da Libertação* (1986).

A periodização em relação às formações políticas da agremiação é imprecisa e confusa entre os depoentes, aspecto diferente das formações realizadas pela paróquia. Ao que parece, elas não possuíam a mesma estrutura das formações coordenadas pela instituição religiosa. A Professora Zenilda Mota situa que, durante o processo eleitoral, era um momento oportuno para conversas com os trabalhadores sobre os objetivos do partido e sobre o funcionamento do regime democrático brasileiro. Indagado se o fomento à cidadania era uma das características do partido na cidade, Joilson Araújo colocou que esse processo formativo era uma das grandes preocupações do PT, mas exemplifica as formações coordenadas pelo CONFAP, no âmbito religioso. Ao questionar Antonio Fernando Santos se ele havia participado ou promovido encontros na zona rural nos primeiros anos de existência do partido, ele contou que existiram muitos encontros, mas que foi em outro período, após a conquista de mandatos do legislativo



local e do executivo nacional pelo PT, nos anos 2000. Ele não discutiu a dinâmica desses encontros no município.

Desse modo, supomos que esse esquecimento em relação aos encontros promovidos pelo partido se caracteriza pelos seguintes componentes: (1) a dificuldade de demarcar limites entre as ações religiosas e políticas; (2) a falta de organicidade do partido; e (3) a baixa adesão da população aos encontros coordenados pelo PT. O primeiro componente, parte da ideia de que os leigos compreendiam o partido como extensão das atividades religiosas, sobretudo antes de conquistarem mandatos eletivos, bem como, devido à baixa adesão aos encontros partidários. O processo de formação religiosa inspirada na TdL oportunizava uma formação política que se alinhava aos objetivos partidários, isso pode ser observado no relato de Joilson Araújo ao contar que o PT local nasceu das bases formativas da paróquia. O Professor Antonio Fernando Santos contou algo bastante significativo sobre a particularidade de todas as reuniões do partido serem iniciadas com a oração do Pai Nosso, experiência também apontada por Zenilda Mascarenhas:

Eu tinha uma visão do PT diferente da visão do PT que eu tive aqui. O PT, em Salvador, era grande, participativo, tinha categorias dentro do PT. Aqui, eu encontrei uma categoria, religiosos, da Igreja Católica. Eu senti um baque, porque só faltava rezar para começar as reuniões, mas era assim, era uma “pá” de gente católica. Imagine, eu, que não tenho religião desde os 16 anos, e no meio desse povo que rezava, mas isso não foi problema. Eu encarava tudo. Afinal, eu fui professor no Instituto Nossa Senhora da Conceição, nos Barris, em Salvador, é uma entidade católica. Todo mundo ficava em pé para rezar o Pai Nosso, eu ficava em pé, mas não rezava, embora soubesse. Porque a minha formação foi cristã católica até os 15 e 16 anos. Eu era muito participativo nas atividades da religião. (SANTOS, 73 anos, 2021).

Diante desse relato, perguntei ao Professor Antonio Fernando se era compreensível ao grupo distinguir as ações do pensamento religioso das ações próprias do partido. Em sua fala salientou que o partido era pequeno, se resumia a atuação de dez pessoas e com “muito cheiro de Igreja Católica” (SANTOS, 73 anos, 2021). Destacou a forte presença do Padre Luiz Rodrigues Oliveira nas atividades da agremiação, apesar de algumas situações o deixarem aborrecido, principalmente as críticas tecidas pelo sacerdote em relação ao tamanho do partido.

Ao longo do depoimento, percebemos que as lembranças de Antonio Fernando de Araújo Santos sobre a participação do Pe. Luiz Rodrigues no partido posicionaram o sacerdote como um componente que provocou dificuldades na organicidade da agremiação. Essa perspectiva se mostrou mais evidente quando o questioneei a respeito dos motivos que impediram o PT de apresentar chapas majoritárias nas eleições municipais da década de 1990. Diante dessa indagação, o Professor Antonio Fernando respondeu o seguinte:

Eu sempre achava que o PT tinha que lançar candidatura. Quando foi a candidatura de Vando, o PT, inclusive, por conta do Padre Luiz. Padre Luiz conseguiu fazer a cabeça de alguns companheiros para que a gente fosse para a candidatura de Vando, que era um sujeito de mãos limpas, o mote foi esse. E eu fui contrário, eu achava que nós tínhamos que ter candidatura, voto vencido. Aliás, voto vencido dentro do PT era sempre [risos]. Poucas coisas eu fui adiante com a ideia de fazer. Eu fiquei muito chateado naquela campanha de Vando. Primeiro Padre Luiz, que não era do PT, conseguia fazer a cabeça do povo do PT, que era muito grudado na peste da Igreja [risos], na peste! [risos]. Assim, eu ficava muito chateado com Padre Luiz, as coisas que ele colocava contra o partido e, nesse momento, ele achou que Vando era a candidatura da vez. E que Vando poderia ganhar as eleições, porque o PT ainda era muito desestruturado, não tinha estrutura nenhuma para fazer frente e nem atrapalhar a candidatura de Vando. A candidatura de Misael foi mais ou menos a mesma coisa. Então, eu briguei por ser... teve uma dessas candidaturas que eu coloquei meu nome [risos] como bode expiatório, não! boi de piranha! Eu cheguei a mencionar em uma reunião com Abelardo que nós tínhamos que ter candidaturas e que eu colocava o meu nome em uma das duas, não me lembro qual. Eu acho que foi ruim, se o partido quer se apresentar como de fato representando pessoas, a população, ele deve lançar candidaturas (SANTOS, 73 anos, 2021).

Compreendemos que a trajetória do Professor Antonio Fernando na capital baiana, participando das atividades do PT e sendo contador da CUT, o instigava a fomentar uma organicidade partidária, mas devido às bases da agremiação serem essencialmente religiosas, ele encontrou dificuldades em mobilizar a maioria do grupo no alcance desse objetivo. Ainda mais com a influência do Pe. Luiz Rodrigues, responsável em fortalecer os elementos da *Igreja Popular* na realidade paroquial, que aglutinou, justamente nesse processo, os setores laicais que iniciaram as bases desse modelo de Igreja na década de 1980 e fundaram o PT. Os depoentes foram unânimes em rememorar as ações do Pe. Luiz Rodrigues, bem como do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz como fundamentais para consolidar uma vivência religiosa mais preocupada com às questões sociais e na defesa de um projeto político denunciador das injustiças e promotor da participação popular nas decisões sociopolíticas do município.

Entretanto, essa perspectiva da influência do clero como barreira para o desenvolvimento da estrutura partidária não esteve apenas presente no relato de Antonio Fernando de Araújo Santos, Arivaldo Ferreira Mota destacou que essa interferência do Pe. Luiz Rodrigues no processo eleitoral dos anos 1990 foi prejudicial ao partido. O PT não ter lançado candidaturas majoritárias nesses pleitos municipais foi entendido como um retrocesso. Inclusive, Arivaldo contou um episódio, também elencado pelo Professor Antonio Fernando, que resultou em descontentamentos dos membros do partido com o sacerdote, mas que não reverberou no afastamento dele, pois apesar das críticas tecidas pelo Pe. Luiz ao partido, ele foi

importante no fortalecimento das bases do PT na sociedade coiteense. Sobre o episódio, Arivaldo relatou:

Uma decepção minha com Padre Luiz foi logo quando ele chegou aqui e falou nas eleições de Collor e Lula. A gente numa luta danada, e ele disse: ficaram dois candidatos, um é inconsequente e outro é incompetente. Foi uma coisa que marcou com Padre Luiz. Continuou com Padre Luiz, relevou isso, mas me marcou muito. Foi em 1989, logo quando ele chegou, naquela eleição que ficou Lula [risos], ele falou isso (MOTA, 69 anos, 2021).

Além dessa influência do Pe. Luiz Rodrigues, pudemos perceber nos depoimentos de Antonio Fernando, Arivaldo Mota e Vanilson Oliveira outro componente que pode ter dificultado o processo de organicidade do partido durante a década de 1990, diz respeito ao processo formativo partidário dos envolvidos na agremiação. O contador Arivaldo Mota salientou que, nos primeiros anos, eles não possuíam aprofundamento da ideologia partidária, sobre esquerda, direita ou centro, o processo de formação política foi despertado no engajamento religioso e entendiam o partido político como o espaço que contemplaria os objetivos de mudança de comportamento da realidade política presente no município (MOTA, 60 anos, 2021).

Vanilson Oliveira corrobora para esse entendimento. Ao narrar que a TdL havia norteado as escolhas partidárias, contou que após a fundação do partido político, ele e alguns filiados participaram de seminários formativos promovidos pelo PT, em Salvador e nos diretórios regionais, mas não assimilavam e nem participavam das discussões ideológicas propostas, ocasionando o seu afastamento desses encontros. Entretanto, eles entendiam a necessidade de conscientizar a população, especialmente sobre a importância do voto, diante da prática do clientelismo, como narrou Vanilson: “Realmente entendia que o povo precisava de coisas diferentes, de ajuda, e que não fosse apenas aquela ajuda financeira, me dê isso e me dê aquilo que eu voto em você. Inclusive para criar o senso crítico das pessoas” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

O Professor Antonio Fernando Santos, indagado sobre como era o acompanhamento da agremiação com os mandatos conquistados pela legenda, contou que enfrentava muitas dificuldades para reproduzir as formações recebidas do partido entre os seus companheiros de diretório. Certa ocasião, ele participou do curso de formação do PT, de caráter nacional, em São Paulo, e conseguiu desenvolver atividades, baseadas nessa formação, nas cidades de Ichú, Valente e São Domingos, exceto em Conceição do Coité. “Eu fui, alguém nunca me perguntou o que foi feito lá? Eu ficava catando para dizer o que eu estava fazendo lá [riso] e não conseguia,

então essa desmobilização, desorganização do partido, talvez seja até hoje” (SANTOS, 73 anos, 2021).

A falta de organicidade do partido não significava ausência de uma base ideológica. É possível que os componentes ideológicos não estivessem bem definidos entre os envolvidos, mas as suas práticas eram norteadas pelas diretrizes de uma esquerda católica inspirada no pensamento da TdL, sobretudo nos estudos teológicos de Leonardo Boff, inclusive uma corrente do próprio PT. Todavia, a carência de correntes diversas e de debates sobre elas e/ou a hegemonia de uma base religiosa na agremiação local podem ter impedido a compreensão sobre as matizes ideológicas partidárias apresentadas nos processos formativos, bem como clareza na definição das ideias defendidas pelos petistas coiteenses.

De tal modo, pensamos que essa conjuntura foi um dos pontos responsáveis pela falta de estruturação partidária alcançada no decorrer dos embates políticos, nas relações com outros diretórios e movimentos sociais, e no acolhimento de novas personagens na agremiação. Ainda é possível supor que a baixa adesão da população aos encontros promovidos pelo diretório municipal contribuiu igualmente para desestimular os leigos a consolidarem a organicidade do partido. Ao ser questionado sobre a reação dos familiares em relação à fundação do PT, Vanilson Oliveira também contou que após a fundação do partido, mesmo valendo-se da influência que possuíam na paróquia, através do trabalho desenvolvido nas comunidades eclesiais, eles não conseguiram agregar muitas pessoas em suas reuniões. Em algumas comunidades da zona rural, houve ocasiões em que não apareceu ninguém para participar dos encontros.

Aspecto semelhante é apresentado por Arivaldo Mota, ao destacar que as reuniões com as comunidades eram importantes atividades realizadas pelo partido. Ele narrou que esses encontros eram mais realizados na zona rural, pois na sede do município a adesão era menor. Assim, como Vanilson Oliveira e Zenilda Mascarenhas, o Contador Arivaldo explicou que o contato estabelecido com as comunidades era por meio da Igreja, apesar das reuniões partidárias não acontecerem nos espaços eclesiais. Sobre esse aspecto, a Professora Zenilda comentou:

Quando eu visitei as comunidades, eu indagava se eles aceitavam marcar uma reunião para a gente esclarecer o partido. Várias comunidades aceitavam, eles não se manifestavam apoiando a gente, mas aceitavam. Inclusive, onde a gente fazia essas reuniões? Nos prédios escolares, ou então em casa de alguém, ou na Casa de Farinha, não era Arivaldo? Eu lembro que houve uma pessoa da Igreja que denunciou a gente, dizendo que a gente estava usando a Igreja para fazer política, mas, na verdade, era mentira, porque nós fazíamos nossas reuniões, geralmente, à tarde ou à noite, mas jamais a gente dizia que era [reuniões] da Igreja (MOTA, 65 anos, 2021).

As lembranças de Arivaldo Mota e Zenilda Mascarenhas sobre esses encontros situam uma perspectiva interessante que é a demarcação de fronteiras entre a atuação religiosa e política. Essa perspectiva é significativa, porque o componente de separação entre as dimensões política e religião não foi frequente na memória dos depoentes, pelo contrário, a relação de proximidade das duas dimensões foi constante nas entrevistas, sendo o elemento que influenciou o engajamento desses leigos no campo político. O discurso de uma prática de fé envolvida na atuação política foi evocado para legitimar mudanças sociopolíticas nessa sociedade marcada pelo clientelismo e pelas ações autoritárias dos grupos dominantes, bem como na compreensão das ações da instituição religiosa como atitudes também políticas.

A demarcação dessas fronteiras não é encarada como recurso de deslegitimação do discurso e práticas empreendidos por esses setores, mas de táticas tecidas perante as críticas de uma parcela da sociedade que não comungava ou não entendia as características da vivência religiosa orientada pelas diretrizes da *Igreja Popular*, mas aceitava ou corroborava com as condutas políticas de uma instituição religiosa próxima do poder local. Nesse sentido, o casal aponta as balizas das fronteiras entre religião e política por meio dos espaços ocupados para tais finalidades, evidenciando uma tática utilizada no período para fugirem de retaliações e agregarem mais adeptos. Pensando na relação passado e presente, ainda mais em um presente marcado por combates ideológicos, essa tática também se torna um recurso atual.

Em contrapartida, Vanilson Oliveira, Arivaldo Mota e Zenilda Mascarenhas apresentam em suas lembranças que a principal razão do pequeno número de pessoas presentes nas reuniões organizadas pelo partido não era em razão das incompreensões em relação às condutas religiosas e políticas empreendidas por eles, mas o medo que essas pessoas tinham de sofrerem retaliações por parte do grupo dominante. Indagado sobre como havia sido a reação do seu pai diante da sua participação na fundação do partido, Vanilson Oliveira narrou:

Veio a divulgação do partido. Como é que a gente vai divulgar o partido lá fora? Foi outra dificuldade enorme para divulgar. Marcava-se uma reunião, quando chegava na reunião, não tinha ninguém. O pessoal com medo. Marcava em Salgadália, ninguém aparecia. Marcava-se em Almas, também ninguém aparecia. Arivaldo tinha muitos conhecidos, [que diziam] – Compadre, desculpe, você sabe como é o homem lá! [referindo-se as justificativas de pessoas conhecidas, que prometiam participar nas reuniões, mas não compareciam] mas não queria dizer nem quem era o homem. Arivaldo [dizia] — Quem é o homem? Lá em Salgadália? Ah, Misael! Embora Misael fosse mais democrático, nessa parte. A gente chegou a marcar várias reuniões em Salgadália. O problema era que o pessoal não participava por medo, receio. A gente marcava cedo, porque oito horas da noite estava todo mundo dormindo na roça, dava sete horas, só tinha uma pessoa que marcou. Depois chegava o filho dele, os familiares e vizinhos. Quando começava, eles percebiam que a coisa era contrária às ideias deles, e saíam de mansinho, ficavam três, quatro ou cinco ligados mais aos familiares que a gente marcou.

A gente usou muito as Comunidades Eclesiais de Base, mas o pessoal tinha medo. Ao término das reuniões, alguns não entendiam o projeto. (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

Diante dessa afirmação, ficamos interessados em saber sobre o conteúdo dessas reuniões e o nosso entrevistado respondeu que falavam sobre os objetivos do PT e suas intenções de que o povo ficasse livre, se libertasse, ter suas próprias ideias. “Quando terminava tudo, o pessoal dizia: — Vem cá! Você é ligado ao *Azul* ou ao *Vermelho*? Era assim, aquilo ali dava uma tristeza [risos]. — A gente não é *Azul* e nem *Vermelho*, a gente é partido diferente” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). No primeiro momento, pode-se perceber que Vanilson Oliveira destaca que o medo de sofrer represálias dos chefes políticos locais dificultava setores da população participarem das reuniões de divulgação e formativas do partido, aspecto que, no seu entendimento, prejudicou a adesão popular ao projeto defendido pelo PT. Esse mesmo aspecto é lembrado pela Professora Zenilda Mascarenhas, ao recordar das visitas que realizava representando o partido nas comunidades rurais do município, principalmente, durante as campanhas eleitorais, entendendo que a natureza dessas possíveis represálias eram oriundas do comportamento político clientelista:

Para você ter ideia, eu fui ao IBGE pegar um mapa da região do município. A pessoa que era a minha amiga, deu morrendo de medo, que não era para eu comentar que ela me deu um mapa! Para você ter ideia, o IBGE, federal, mas ela me deu pedindo sigilo absoluto, que eu não comentasse, porque ela tinha medo de sofrer represália [...] chegava na zona rural e tinha o cabo eleitoral. Quando eu ia, um exemplo, na casa de farinha, nesse período, muita raspa de farinha, quando eu entrava para conversar com o pessoal, eles diziam [referindo-se ao cabo eleitoral]: — Não, aqui o voto é meu! Eu dizia: — Não o voto, você tem o seu voto pessoal, mas agora o povo que vai escolher. Como se fosse um curral. Então, eu tinha que mostrar ao povo que não era assim, que eles tinham que ser independentes, e foi assim, foi um trabalho bom. Eu não maltratava, não xingava, só queria esclarecer ao povo o direito deles. Eles agradeciam, me davam abóbora, beiju, batata em agradecimento pelo nosso esclarecimento. Eu nunca iria só, comigo iria Doranei, Sandra ou Paulo. O pessoal da zona rural é muito amigo e humilde, eles não se manifestavam com medo, eles tinham medo. Eles podiam precisar de um médico, mas o cabo eleitoral poderia cortar, porque ele deu aquela opinião [ao nosso favor], assim, todo mundo ficava calado, ouvindo. Foi terrível, até hoje, eu acho que o povo tem medo (MOTA, 65 anos, 2021).

Interessante perceber nesses relatos que a concepção dos leigos em relação à população, principalmente situada na zona rural, era de um povo passivo diante da dominação exercida pelos grupos hegemônicos. Essa visão parece se consolidar uma vez que, compreendendo a ausência de políticas públicas garantidoras dos direitos sociais e políticos, o caminho para o acesso aos direitos fundamentais, por exemplo, saúde e educação, era constituído nas relações

de troca de favores, na qual o voto era a principal moeda de troca. Assim, a natureza desse temor residia no medo de perder o “amparo assistencialista” oriundo desse vínculo entre o chefe político e os seus eleitores, bem como, a perspectiva apresentada por Zenilda Mota, também explicitada pelo Vanilson Oliveira, a respeito da ausência de formação política e cidadã: “Quando eu chegava na zona rural, eu esclarecia ao povo que existiam partidos. O povo não sabia, o povo conhecia o *Azul* e o *Vermelho*. Eu dizia: — Não, era o PFL, o PMDB, e agora existe o PT” (MOTA, 65 anos, 2021).

Contudo, é necessário considerar que partes dessa sociedade eram partícipes e reprodutoras desse comportamento político ou conscientes da estrutura de poder presente nessa sociedade. Essa reflexão parte dos próprios depoentes ao apresentarem personagens envolvidos na teia dos grupos hegemônicos, principalmente nos *Vermelhos Situacionistas*, que colaboraram nas táticas empreendidas pelos leigos, especialmente durante as campanhas eleitorais, mas que realizavam essas ações pela amizade que estabeleceram com eles, uma vez que contribuíam para a permanência dessa estrutura de poder, seja pelos benefícios que adquiriram ou pela manutenção dos seus postos de trabalho. Joilson Araújo, Arivaldo e Zenilda Mota contaram sobre funcionários da rádio, cujo proprietário era Hamilton Rios, que ajudavam nas gravações dos programas eleitorais do PT, inclusive gravando, clandestinamente, na própria rádio.

Arivaldo e Zenilda também relataram de integrantes dos *Vermelhos Situacionistas* que, ao perceberem que as tensões geradas nas campanhas poderiam culminar em ações de violência contra o casal, avisavam sobre os riscos de transitar por determinados lugares, chegando os acompanharem até a sua residência, no intuito de observarem se havia a presença de sujeitos com intenções de violentá-los. “Nós ficamos dentro de um fusquinha, aqui na frente, ele desceu armado para olhar se tinha alguém escondido por aqui, porque nossa casa não tinha essa parte, era toda solta. Eles entraram, rodearam para depois liberar para a gente entrar” (MOTA, 65 anos, 2021).

A perspectiva que Vanilson Oliveira destacou sobre o término das reuniões do PT, alguns participantes não entenderem a proposta apresentada, possibilita também essa reflexão. Supomos que essa falta de entendimento ao projeto político apresentado nas reuniões do partido igualmente reside na concepção, por segmentos da população, de que a operacionalização do campo político se dava apenas por meio desse comportamento político de troca de favores. Outrossim, as indagações reportadas aos envolvidos no partido, a respeito das suas agremiações estarem situadas no campo dos *Azuis* ou dos *Vermelhos*, leva-nos a pensar que elas partiram no

sentido desses participantes das reuniões procurarem saber quais benesses estavam em jogo nessa disputa pelo voto.

Nesse sentido, quando o projeto defendido se baseava no combate desse comportamento político propício a troca de favores, segmentos da população não entendiam os objetivos desses sujeitos atuarem no campo político. Esse comportamento político era ainda combatido no interior do partido. Vanilson Oliveira relatou que no início da participação do PT no pleito eleitoral, os membros do diretório local ficaram sabendo de candidatos a Vereadores, pequenos comerciantes, que estavam atendendo demandas de eleitores através de ações assistencialistas com objetivos eleitorais, sendo preciso conversar com eles, pois a orientação da agremiação era opor-se a essas condutas. Essas situações evidenciam a dificuldade para compreender o projeto político defendido pela agremiação dos leigos, ainda mais, o combate às práticas de troca de favores, concebida por muitos como uma peça fundamental do jogo político.

#### **5.4 Destemidos, malucos, radicais e comunistas**

No processo de articulação da passagem da Caravana da Cidadania na cidade coiteense, em 30 de março de 1993, percebemos que os “Comunistas de Cristo” rememoraram as táticas empreendidas para que Lula realizasse um ato político em Conceição do Coité sob o viés do imprevisto e da “subversão”, visto que a coordenação da caravana já havia estabelecido a impossibilidade de tal agenda. A memória desse evento leva-nos a pensar que as ações desses petistas junto aos coiteenses seguiam caminhos destemidos e improvisados. Essa suposição adquire contornos robustos, quando os depoentes comentaram ações desenvolvidas com o objetivo de divulgar o partido e reforçar a presença deles nos embates eleitorais.

Arivaldo Ferreira Mota narrou que durante os primeiros pleitos eleitorais do partido, uma tática adotada por ele e os outros companheiros da agremiação foi realizar atos políticos durante os comícios das agremiações coloridas no centro da cidade, um situado na praça do mercado municipal e outro na praça da igreja matriz. Eles utilizaram do seu veículo pessoal, um fusca, e de algumas caixas de som impotentes, logo, enquanto partes da população transitavam entre os espaços em que aconteciam os comícios dos *Vermelhos Situacionistas* e *Azuis*, deparavam-se com aquele pequeno grupo discursando sobre o PT e seus projetos.

Quando indagados sobre os filiados do partido, Zenilda Mota lembrou da realização de um desfile pelas ruas da cidade, que marcou a primeira convenção partidária da agremiação: “Arranjou uma caminhonete, botaram aqueles [instrumentos] de sopro, e fizemos uma paródia



da música de Xuxa. Saímos da Escola Antônio Bahia, pelas ruas com faixas, pouquinho gente, rodamos a cidade todinha. A gente foi tão criticado, mas a gente não se curvou” (MOTA, 65 anos, 2021). A música parodiada foi a *Ilariê*, cujo refrão era *Ilari, ilari, ilariê sou PT*.

Vanilson Oliveira também destacou que a dinâmica dos comícios do PT era bem diferente dos grupos hegemônicos, devido à falta de recursos financeiros, eles se concentravam em realizar ações que conscientizassem politicamente a sociedade coiteense, passeatas e com uma espécie de carro de som improvisado, tendo a finalidade de demonstrar um projeto diferente do hegemônico e a necessidade de mudança. “Era, assim, uma coisa acanhada, discretamente, um sonzinho baixinho, enquanto o outro colocava um som estrondoso, a gente era aquele negócio. Quando passava o povo vaiando, a gente enfrentava” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021).

Figura 22 – Registros da primeira campanha municipal, em 1988.



Fonte: Rede social Facebook, perfil de Francisco de Assis Alves dos Santos

As imagens acima estão relacionadas com a campanha eleitoral em que o PT coiteense apresentou pela primeira vez seus candidatos, tendo a chapa majoritária formada pelos membros fundadores, Arivaldo Ferreira Mota e Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira, em 1988. Nelas podemos perceber aspectos da dinâmica narrada pelos depoentes, como a realização de passeatas com faixas e o pequeno contingente envolvido nessas ações. Além disso, despertam a atenção para as cores verde e amarelo estarem em destaque, mais do que o vermelho característico do PT, ao que parece, uma tática utilizada para diferenciá-los da agremiação dos *Vermelhos Situacionistas*.

Esse aspecto não foi apresentado pelos depoentes, pois relataram que a simbologia das cores partidárias não foi um componente que prejudicou a dinâmica de suas campanhas, nem a identidade do partido. Antonio Fernando de Araújo Santos demarcou que o PT tinha uma identidade própria, sendo reconhecida pela sua bandeira; contexto também salientado por Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira, ao ser indagada sobre essa perspectiva. Ela narrou que, apesar de existir um outro partido que utilizava bandeiras vermelhas, não se recorda de alguém considerá-los como ligados aos *Vermelhos Situacionistas*. Mesmo tendo na formação do PT pessoas advinhas tanto dos *Vermelhos* quanto dos *Azuis*, essa questão da simbologia das cores não despertou preocupação naquele período, compreendendo que a distinção se centrava na estrela branca com a sigla do partido.

Assim, a estrela com a sigla do partido foi o principal símbolo de distinção do PT em relação às agremiações coloridas, especialmente os *Vermelhos Situacionistas*, por outro lado, é possível que a utilização das cores amarelo e verde na primeira campanha seja em alusão ao processo de transição política marcado pelas Campanha das Diretas Já e a Assembleia Constituinte, no intuito de demarcar o partido como fruto desses processos. De todo modo, a marca da estrela do PT constituiu essa identidade partidária que ao longo das demais campanhas foi explorada com bandeiras vermelhas, bancas e azuis (figura 23). As bandeiras azuis do PT são utilizadas nas campanhas a partir de 2004, pois simbolizava as coligações com partidos representantes dos *Azuis*, sobretudo o PMDB.

Figura 23 – Registro das bandeiras do PT utilizadas nos eventos sociopolíticos.



Fonte: DVD Primeiro de Maio e Caminhada para Nova Palmares.

Não obstante os depoentes salientarem a falta de organicidade do partido, a estrutura de poder presente no município não os intimidava, concebemos que as próprias ações destemidas, mesmo que improvisadas, foram um componente significativo na busca por essa organicidade partidária, pois demarcaram o projeto defendido por eles perante a população, caracterizando-os como contrários ao poder dos empresários sisaleiros, sobretudo dos segmentos reunidos na agremiação dos *Vermelhos Conservadores*. Em contrapartida, a participação na política partidária proporcionou representações sobre as suas condutas na sociedade coiteense. Algumas dessas advém de uma entrevista realizada pelo jornal *O Coiteense*, com o então locutor da Rádio Sisal AM e Vereador pelo PDS, Valdemir de Assis, publicada em 16 de julho de 1987.

O periódico local caracterizou para os seus leitores que Valdemir de Assis, conhecido popularmente por Mitinho, possuía 11 anos de carreira política, cujo principal mentor era Emério Resedá, sendo “um dos mais fortes candidatos do grupo Hamilton Rios, em função do grande sucesso como locutor na RÁDIO SISAL [sic]” (ALBERTO, 1987, p. 4). Nessa entrevista, indagado pelo correspondente do jornal, Carlos Alberto, sobre os motivos de não participar do PT, visto que ele possuía uma ligação com a Igreja Católica e com os trabalhadores, Valdemir respondeu que o PT era “um partido muito radical e por não ter na verdade muitos trabalhadores no PT. Os componentes do partido não têm vocação política partidária. E se um dia o PT vier atuar conforme suas propostas, conta com o meu apoio” (ALBERTO, 1987, p. 4). Diante desse comentário, Carlos Alberto perguntou, “Qual a razão da cúpula do PT defender essa sigla já que não tem vocação partidária?” [Respondeu Valdemir,]

“porque são pessoas ligadas à Igreja, fiéis à causa do Evangelho e que na verdade o PT através de suas propostas é quem mais se identifica com o trabalho pastoral” (ALBERTO, 1987, p. 4).

O aspecto do partido ser radical parece que foi o principal elemento de crítica à agremiação política e aos seus membros, pois em outra entrevista realizada pelo *O Coiteense*, com Arivaldo Mota, em 9 de maio de 1987, essa temática novamente foi explorada ao buscar compreender os motivos que o levaram a se filiar ao Partido dos Trabalhadores: “Como Homem de Centro, e sendo – o PT – criticado como um partido de radicais e anarquistas (em razão da CUT e da CGT) – por que a opção pelo PT?” (ARIVALDO..., 1987, p. 4-5).

É interessante perceber que o jornal compreende o posicionamento político de Arivaldo divergente da orientação do PT. Esse entendimento de perceber Arivaldo como um “homem de centro”, possivelmente estava relacionado ao fato da sua relação com a Igreja Católica e de pertencer a uma tradicional família coiteense, que tinha proximidade com os empresários sisaleiros, como, por exemplo, seu irmão Aduino Ferreira Mota, que assumiu dois mandatos de Vereador pelo grupo de Hamilton Rios de Araújo, exercendo a presidência da Câmara de Vereadores, entre os anos de 1997 e 2000.

Além disso, o fato de Arivaldo ser um profissional liberal e empresário, sócio dos seus irmãos na empresa de contabilidade, Grupo Mota, e Gráfica Tipopel, empresas que prestavam serviços às indústrias de sisal, notadamente as de Hamilton Rios de Araújo, também foram elementos para o jornal caracterizá-lo como sendo um político de centro. É bem provável que muitos políticos compartilhassem da mesma compreensão, sobretudo os pertencentes aos *Azuis*, que não descartavam a ideia de agregar Arivaldo Mota na chapa do partido como Vice-prefeito.

O aspecto da radicalidade apresentada por Arivaldo Ferreira Mota evidencia elementos que ajudam na percepção sobre qual era o entendimento dos políticos coiteenses em relação ao aspecto radical do PT, como foi abordado na entrevista de Valdemir de Assis. Assim, podemos analisar que muitos consideravam o PT radical por conta da visão crítica do partido em relação ao sistema capitalista e às propostas de mudanças no *status quo*, por meio da distribuição de renda e da reforma agrária, para a garantia de direitos trabalhistas e de melhores condições de vida para os trabalhadores.

Outro aspecto significativo que essas entrevistas revelam é que, apesar de Valdemir de Assis e Arivaldo Mota serem leigos atuantes na Igreja Católica, nenhum dos dois faz menção de que a escolha dos leigos católicos pelo Partido dos Trabalhadores estava ligada à influência da Igreja Católica na formação nacional do partido e da presença de religiosos e leigos ligados à TdL na agremiação política. Porventura, a ausência ou o silenciamento dessa associação entre a trajetória do PT com os setores da Igreja Católica, especialmente da TdL, deu-se por conta do

distanciamento da instituição religiosa local, nesse período, com as diretrizes da chamada *Igreja Popular*, particularmente do seu clero, que se identificava distante da política partidária.

Desse modo, esses relatos de Valdemir de Assis parecem apresentar as primeiras impressões que os setores da classe política coiteense tiveram dos leigos que decidiram adentrar na política partidária distantes das agremiações hegemônicas do município, uma vez que são realizadas em menos de um ano da fundação do Diretório Municipal do PT. Cremos que o termo radical atribuído aos membros do PT, pelo famoso locutor da Rádio Sisal 900 AM, se situa justamente ao fato desses leigos não reconhecerem as agremiações presentes na cidadina como espaços que favorecessem aos seus objetivos políticos, ainda mais, em serem incisivos no combate das relações clientelistas, responsabilizando *Azuis e Vermelhos* como reprodutores dessas práticas, entendidas como maléficas para o desenvolvimento do bem comum.

Ao entrevistar Joilson Marcos Cunha Araújo e o casal Arivaldo e Zenilda Mota, solicitamos considerações deles acerca da entrevista do Valdemir de Assis, visto que um ex-filiado ao PT, Renato Alves da Silva, comentou, ao ser entrevistado pelo jornal *Tribuna Coiteense*, que Valdemir e ele avaliavam fundar o PT no município coiteense, logo após a instalação do diretório nacional. Em relação à conjuntura apresentada pelo Renato Silva, Joilson Araújo contou que o Valdemir de Assis possuía requisitos para liderar a iniciativa de criação do partido, pela sua articulação, comunicação e origem. Entretanto, era muito difícil, naquela época, começar uma experiência partidária com a natureza política do PT, porque iria confrontar o poder econômico e político estabelecido, conseqüentemente, teria que realizar várias renúncias:

Por exemplo, não dava para conciliar, você fazer um programa de rádio, na emissora, que tem concessão pública, de uma família oligárquica, eu diria até de uma família plutocrata coiteense, e a militância do PT, inclusive presidindo a executiva. Não dava para conciliar, era uma escolha difícil. Não estou querendo com isso afirmar que este foi motivo dele não ter fundado, mas fazendo um pouco aqui de busca de memória. Na época que ele tinha as ações com as associações era muito difícil. Quando a gente veio para 1988, como disse, o PT nasceu de um gesto concreto dos cursilistas, aqueles que fizeram o cursilho. Nesse universo, ele, no entanto, não se inseriu, a não ser que eu estivesse ausente nessa reunião, mas não me lembro dele querendo participar, querendo ser um militante. Se não me engano, ele era um animador de comícios do grupo vigente, do grupo de poder, ele trabalhou um bom tempo na rádio dessa família que tinha o poder local, poder econômico e poder político. Teve um momento, me recordo que o Padre Luiz disse: A sucessão um dia vai passar por Valdemir de Assis, porque ele se movimenta muito. Ele tinha os pré-requisitos de articulador, agora como falei, era muito difícil romper com o *status quo*, ele teria que fazer renúncias e sofrer as humilhações que a gente sofreu. A gente “bateu de frente”, a gente não tinha como dialogar com esse [campo político], porque esse universo não dialogava, ele cooptava com o capital (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

De certa maneira, Arivaldo Mota também compartilhou desse entendimento apresentado por Joilson Araújo, o que possibilita compreender um dos motivos da agremiação que eles fundaram ser considerada como radical. Ao serem questionados sobre as hostilidades sofridas antes de adentrarem na disputa eleitoral, Zenilda Mota lembrou que o esposo, Arivaldo, era frequentemente taxado de radical por não comungar com práticas ilícitas: “Arivaldo era taxado de o radical, porque ele não aceitava os roubos, eram roubos mesmo, a gente chama de desvios, mas era roubo mesmo que existia no município e eles criticavam” (MOTA, 65 anos, 2021). Além disso, Zenilda Mota contou que quando eles iniciaram a atuação na política partidária foram bastante ridicularizados, ao ponto de pessoas próximas se distanciarem: “ridicularizando porque a gente fez isso. Arivaldo era contador da firma de Hamilton Rios. Como era que Arivaldo fazia isso? Diziam que a gente cuspiu no prato que comeu. Essas coisas” (MOTA, 65 anos, 2021).

Diante dessa lembrança da esposa, Arivaldo Mota salientou que essa situação foi algo muito marcante em sua trajetória, pois as empresas de Hamilton Rios eram ligadas ao seu escritório de contabilidade. Por conta de sua postura, seus irmãos, também sócios, tinham medo de que a sua atividade política atrapalhasse os negócios da empresa de contabilidade e gerasse a saída de muitos clientes. Ao longo da entrevista, indagado sobre as reações dos grupos hegemônicos diante de suas denúncias, essa memória também foi evocada por Arivaldo Mota: “Em alguns momentos, vinham as alegações, como você fica fazendo essas denúncias? É cliente seu! Não estou fazendo denúncia da empresa dele, estou fazendo denúncia da administração dele. Havia, assim, muitas reações deles, [algumas] eram essas” (MOTA, 69 anos, 2021).

Possivelmente essa conjuntura apresentada pelo casal tenha contribuído para a construção de uma imagem da agremiação política como sendo radical, sobretudo de Arivaldo Ferreira Mota, uma vez que as suas convicções e o seu ativismo político não foram abandonados ou suavizados em detrimento da sua fonte de renda. Cabe lembrar que o grupo Hamilton Rios liderava na época, bem como na atualidade, o comércio de exportação do sisal no país, então Hamilton era um dos principais clientes da contabilidade pertencente à família Mota. Em contrapartida, essa radicalidade, no sentido de não abandonar as suas convicções em detrimento de suas condições materiais, contribuiu na constituição de uma imagem de Arivaldo Mota como um indivíduo correto, íntegro e honesto.

Essa perspectiva é percebida no jornal *O Coiteense*, pois ao apresentar algum artigo sobre Arivaldo Mota o categorizava, por exemplo, com os seguintes termos: “excessivamente íntegro para comungar com o jogo de interesse e os subterrâneos da política” (QUEM..., 1987,

p. 4); “Arivaldo Dignidade Mota... Fora desse clube de interpretação bajuladora, existe outro tipo de cidadão, que se revela e se enaltece na comunidade em que vive, pela sua autoridade moral, honra, honestidade, respeitabilidade... Arivaldo é um desses exemplos” (ARIVALDO..., 1987, p. 4-5). É interessante que alguns pontos apresentados pelo correspondente do jornal local, Carlos Alberto, na entrevista realizada com o Valdemir de Assis, lançam subsídios para ampliar a percepção dessa análise sobre a agremiação dos leigos.

A primeira pergunta feita a Valdemir foi se ele aproveitou do seu trabalho na Igreja Católica para conquistar uma vaga na Câmara Municipal. Em seguida, questionou os motivos dele não ter sido eleito presidente do poder legislativo municipal, sobre o seu interesse de fundar o PDT e se existia alguma orientação da cúpula dos *Vermelhos Situacionistas* para a fundação desse partido. Elencamos esses questionamentos direcionados ao Valdemir de Assis em razão deles apresentarem concepções políticas presentes nessa sociedade e que atravessaram as representações fomentadas em torno dos filiados do PT.

Nesse sentido, ao questionar o motivo do Valdemir de Assis não ter adentrado no PT, quando ele foi fundado no município, em 1986, havia o entendimento de que essa agremiação representava os setores católicos, tanto que o próprio entrevistado situa o partido como aquele que mais atendia às propostas do trabalho pastoral. Em outras publicações, o jornal também lança essa perspectiva ao questionar Arivaldo Mota sobre a indicação do Padre José Antônio dos Reis como o candidato a Prefeito Municipal pela legenda do PT nas eleições de 1988.

É evidente que o discurso empreendido pelos setores leigos fundadores do PT foi o principal responsável em consolidar o partido como um espaço de atuação das diretrizes religiosas influenciadas pelos documentos da Igreja pós-Conciliar e do pensamento da Teologia da Libertação, contudo quando Valdemir de Assis classifica esses agentes desprovidos de vocação partidária, sugere que os elementos religiosos condicionaram as atitudes da agremiação, reforçando essa imagem *igrejeira*, e que não corresponderia às regras do jogo político.

Ao mesmo tempo, é possível compreender o assentamento desse aspecto *igrejeiro* como estratégia para descaracterizar o partido como vinculado aos interesses da classe trabalhadora, em razão da maioria dos seus membros não serem considerados trabalhadores. Por exemplo, em suas respostas ao periódico, Valdemir de Assis demarca o sucesso da sua vitória eleitoral ao trabalho desenvolvido nas comunidades rurais: “razão pela qual tive 80% dos votos na zona rural [...] não precisei da Igreja para proveito próprio” (ALBERTO, 1987, p. 4); depois indica que não assumiu o cargo de presidente da Câmara, pois existia posições divergentes no grupo político que fazia parte, situando a sua posição junto aos trabalhadores, bem como a necessidade

de fundar o PDT: “prefiro trabalhar com equipe de base, formada por lideranças da comunidade [...] essa ideia nasceu pela necessidade de desenvolver um trabalho junto a classe trabalhadora. No meu partido PDS, eu nunca tive espaço” (ALBERTO, 1987, p. 4). Ao que parece, a empreitada de Valdemir de Assis, ao fundar o PDT, não obteve muito sucesso, não conseguindo ser uma força concorrente com o PT, uma vez que se manteve na base política dos *Vermelhos Situacionistas*, e nas eleições seguintes, em 1992, se filiou ao PFL, partido de Hamilton Rios de Araújo.

Consideramos que a presença de dois pequenos empresários como membros fundadores do partido, Arivaldo Ferreira Mota, sócio do Grupo Contábil Mota, e Jorge Oliveira, então proprietário do supermercado Bela Hora, influenciou Valdemir de Assis considerar o PT local como distante dos interesses dos trabalhadores. Contudo, o registro constante sobre a sua atuação política estar voltada para defender os trabalhadores, durante o desenvolvimento da entrevista mediada por Carlos Alberto, indica uma disputa no campo político em relação a essa representatividade dos trabalhadores, quiçá a tutela dessa classe. Supomos que a fundação do Diretório Municipal do PT, por agentes religiosos que desenvolviam atividades também nas comunidades rurais, acentuou os embates políticos em torno dessa representatividade da classe trabalhadora reverberando, anos depois, na disputa desses segmentos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité.

Ao apresentar a entrevista de Valdemir de Assis realizada pelo *O Coiteense* para Arivaldo Ferreira Mota, ele contou que, na época, ocorreu algum desentendimento entre Valdemir de Assis e a Igreja Católica, mas não lembrava de detalhes, apenas que ele foi retirado de algumas funções, contribuindo para o seu afastamento da instituição. Em relação à descaracterização dos trabalhadores no partido, Arivaldo Mota, inicialmente, não compreendeu a concepção de trabalhadores apresentada por Valdemir de Assis, visto que a maioria dos membros fundadores era assalariado, desenvolvia funções do setor público e privado, depois entendeu que deve ter sido realizada, pois ele, um dos fundadores, era um pequeno empresário, mas não significava estar contrário aos interesses dos trabalhadores. Para exemplificar a sua argumentação, Arivaldo Mota narrou o episódio de uma greve geral:

Deveria entender que eram trabalhadores, tínhamos muitos funcionários e outros trabalhadores, nós chegamos a fazer um movimento de greve, a participar de um movimento de greve geral que teve. Eu cheguei ao ponto de motivar, como pequeno empresário, o pessoal da gráfica, todo mundo, a não ir trabalhar naquele dia, e muitos não foram, na gráfica não foi ninguém, muitos da gráfica (MOTA, 69 anos, 2021).



Outro personagem que aparece caracterizando os leigos filiados ao PT foi comentado na entrevista do Professor Antonio Fernando Santos, o Padre Luiz Rodrigues Oliveira, discutido anteriormente. Alguns comentários do Padre sobre o tamanho do partido desagradavam o Professor, apesar de ele ter razão, uma vez que o partido era muito pequeno. Todavia, Antonio Fernando encarava que esses comentários, por exemplo, “o PT cabia numa caixa de fósforo” não favorecia à adesão, mas, como ele narrou, “estava espalhando” (SANTOS, 73 anos, 2021).

Acreditamos que essa perspectiva apontada por Antonio Fernando é compreensível, pois analisando o relato dos demais depoentes, havia uma descrença em relação ao partido e ao seu desenvolvimento na sociedade coiteense, justamente devido ao número pequeno de filiados. Como vimos no terceiro capítulo, a agremiação havia conseguido o número exigido de filiados para ser legitimada, porém os que frequentavam se limitava a um grupo de 40 pessoas. A Professora Margarida Gomes comentou que poucos acreditavam no PT e neles: “Essa discriminação, que o partido sofreu ao longo do tempo, era mais evidente aqui nessa cidade, eu creio. Em alguns momentos, a gente desanimava, a gente entrava na ideia deles de que a gente não sairia daquele lugar de subalternos” (GOMES, 60 anos, 2021).

Ao que parece, esse ceticismo era mais evidenciado durante os pleitos municipais, pois era o período em que o partido colocava seu “bloco na rua” e era comparado com os demais grupos. O Servidor Público Joilson Araújo afirmou que os *Vermelhos Situacionistas* era o grupo que mais ridicularizava e humilhava as ações deles e contou sobre um desses episódios:

Eu me lembro que tinham os vermelhos sentados no bar, olhando para a gente, estávamos no fusca, balançando a cabeça, dando risada e dizendo assim: mais esses coitados são uma meia dúzia de malucos. E, de fato, éramos meia dúzia de malucos. Naquela época, quando começou cabia mais ou menos dentro de uma kombi ou dois fuscas, a gente era muito ridicularizado, humilhado e passando a mensagem, resistindo. Eu me lembro que um deles ficou escutando a gente, um desses está vivo até hoje, mora no Distrito de São João, ficou olhando a gente e disse para os outros colegas que estavam nos ridicularizando: “está vendo, se eles continuarem insistindo, um dia eles chegarão lá”. E os demais: “que nada, vão chegar não!” A gente não deu ouvido e continuávamos. Nós éramos muito humilhados, principalmente pelo grupo do Arena 1, que era representado pelos *Vermelhos*, o PDS, e depois o PFL (ARAÚJO, 59 anos, 2021).

A memória dos depoentes estabelece a participação de poucos envolvidos na organização de manifestações do partido como uma espécie de baliza. Em um primeiro momento, como um fator que proporcionou muitas humilhações, ridicularizações por parte do grupo dominante e por setores da população que, diante daquele evento, vaiavam, consideravam de “malucos” e desacreditavam do seu projeto político. Contudo, depois, como o componente que possibilitou fortalecer seus ideais e demarcar que seus objetivos políticos eram divergentes

dos demais grupos. Antonio Fernando comentou que quando chegou ao município coiteense, apesar do PT ser uma agremiação pequena, era visível a marca do movimento, uma marca oriunda da simbologia da bandeira do partido, que favoreceu a construção da imagem da agremiação e de seus filiados, em detrimento da simbologia das cores, que predominavam no campo político, como discutimos.

Os constrangimentos em relação à inserção desses leigos na agremiação política também foram percebidos no espaço eclesial. O casal Arivaldo e Zenilda Mota comentaram que, após a fundação do partido, os integrantes do PT foram proibidos pelo pároco da época, Pe. José Antonio dos Reis, de serem padrinhos de batismo na comunidade, enquanto para Hamilton Rios de Araújo e pessoas ligadas ao seu grupo não existia nenhum tipo de restrição. “Foi um absurdo, enquanto o Hamilton Rios não fazia curso nenhum e batizava em todo lugar, em todo povoado” (MOTA, 69 anos, 2021).

Outrossim, Arivaldo destacou a figura de um candidato a Vereador, ligado aos *Vermelhos Situacionistas*, que na época não frequentava as missas, e foi isento de participar do curso de preparação de padrinhos, um dos critérios para os fiéis assumirem essa função, estabelecido pelo ritual do sacramento do batismo. “Enquanto a gente como dirigente, enquanto Jorge como dirigente do grupo de batismo, que dava palestra e tudo mais, éramos impedidos de batizar, porque eramos do PT” (MOTA, 69 anos, 2021).

Na minha dissertação de mestrado, analisei os registros de batismo da Paróquia de Conceição do Coité, referentes à década de 1970, e identifiquei um gradual aumento do número de afilhados de Hamilton Rios e sua esposa, Ana Maria Passos Araújo, em comparação aos anos anteriores. Assim, no período em que Hamilton Rios iniciou a sua trajetória política como candidato à Prefeito, houve o aumento do número de afilhados. Isto sugere o uso das relações de compadrio no intuito de expandir suas bases eleitorais (MIRANDA, 2012).

Diante dessa situação, Zenilda Mota contou ter convocado uma reunião com o Pe. José Reis, tendo a presença de Arivaldo, Doranei Oliveira e Jorge Carneiro, pois eles eram vices-coordenadores da pastoral, onde ela explicou que não aceitava essas atitudes do pároco. Segundo ela, a reação do Pe. Reis foi a seguinte: “Ele bateu na mesa, achou que era um desrespeito que fiz com ele. E rompemos. Eu não falava com ele, nem ele falava comigo, mas eu continuei na coordenação” (MOTA, 65 anos, 2021).

Arivaldo Mota salientou que, antes de se envolver na política partidária, o Pe. José Antonio dos Reis chamava-o de profeta de Coité, pois ele começou a despertar para algumas situações sociais influenciado pelos documentos do CELAM e textos ligados à realidade da TdL. Entretanto, após ele iniciar as denúncias sobre as irregularidades da administração local,

antes da fundação do PT, Zenilda e ele começaram a ser cortados das palestras que realizavam nas comunidades rurais e nos encontros de pastorais. Quando recebiam convites, eles eram advindos das próprias comunidades ou de alguns coordenadores, sem o pároco ter conhecimento. Além do Padre, Zenilda Mota contou que muitos leigos não deram apoio e os consideravam como loucos, pois possuíam um posicionamento contrário ao poder local. Ela percebeu que alguns convites não eram mais feitos, bem como o distanciamento de muitos. Vanilson Oliveira também comentou que alguns leigos começaram a fazer intrigas no espaço eclesial após a fundação do partido. Diante disso, indaguei acerca dessas situações:

Essas intrigas eram de “baixo do pano”, ninguém chegou para mim e disse que a gente estava errado ou certo. Então, a gente sabia que tinha um grupo, das equipes pastorais. Então, por “debaixo do pano” diziam assim: até Arivaldo, Vanilson e Sandra estão contra fulano, contra cicrano. Isso sempre existiu. Muitos anos depois, com a chegada de outro Padre, houve o incentivo ao Partido dos Trabalhadores. O partido foi crescendo, por aí também, entendeu? O Padre Luiz era muito aberto. E as pessoas começaram a si chegar, mas na hora “h”, só votava no antigo grupo, mesmo ligado à Igreja, só votava no antigo grupo, no vermelho ou no azul (OLIVEIRA, 65 anos, 2021).

As palavras dos depoentes remetem que os posicionamentos contrários à ação política do grupo de leigos filiado ao PT, presentes no espaço eclesiástico, aconteciam de maneiras sutis, não sendo explícito, uma vez que as posições de liderança que muitos deles ocupavam e a proximidade com o clero tenham contribuído para que as relações estabelecidas com os demais fiéis não fossem tão tensas e conflituosas como as vivenciadas no campo político. Supomos que os conflitos com o campo religioso não foram explícitos pela descrença que existia em relação à empreitada desses leigos na política partidária, porém adquiriram contornos mais ativos a partir de 1988, quando lançaram as candidaturas nos pleitos.

Durante o período do Pe. José Antonio dos Reis, houve a primeira experiência eleitoral desse grupo, que obteve um resultado, como os depoentes caracterizaram, pífio, acentuando esse descrédito. Razão pela qual, segundo Zenilda Mota, era um dos motivos dos leigos serem considerados de loucos: “por isso a gente era chamado de loucos, porque a gente estava fazendo e não tinha voto. A briga que eles falavam era essa” (MOTA, 65 anos, 2021).

Em meados de 1989, ocorreu a mudança na administração da paróquia com a chegada do novo pároco Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, um incentivador e articulador da presença dos leigos na política partidária. Tal conjuntura contribuiu para que as divergências entre os setores laicais continuassem no campo da sutileza, uma vez que não há registros de um embate entre segmentos do espaço eclesiástico por conta dessa participação de um setor na política. No

entanto, não quer dizer que elas não aconteceram, ao que parece, outros espaços foram utilizados, por exemplo, o judiciário, com as queixas crimes.

Na conversa com Margarida Ferreira Gomes e depois com Antonio Fernando de Araújo Santos, perguntamos sobre quais eram as representações ou hostilidades direcionadas aos membros do PT pelo grupo político dominante. Logo de início, os dois responderam que eram considerados de comunistas. Margarida Ferreira Gomes contou que associado a essa imagem de comunistas também os encaravam como pessoas que viviam à margem da sociedade: “mesmo a gente tendo salário de professor, morando bem [...], mas a gente era considerado um ‘grupeiro’, como eles chamavam. Achincalhavam em momento de eleição, o partido era achincalhado, que a gente nunca iria sair daquele lugar de subalterno” (GOMES, 60 anos, 2021). Outro ponto, diz respeito a possuírem nível superior, em um período que poucos portavam esse grau de escolaridade, aspecto que se tornou um elemento de discriminação e distinção entre os petistas: “Nós éramos os comunistas que tinham nível superior e achavam que a gente podia mudar o mundo, porque tinha nível superior. Não era bem isso. E a discriminação era grande, porque a gente não podia trabalhar em direção de escola” (GOMES, 60 anos, 2021).

O Servidor do poder judiciário, Antonio Fernando de Araújo Santos, apresentou uma perspectiva diferente da Professora Margarida Gomes. Ele situou a visão do grupo hegemônico os julgarem como comunistas pelas próprias vias partidárias, da imagem do PT como uma agremiação “comunista”, assim desconsiderando as diversas correntes presentes no partido: “O PT sempre foi encarado como comunista, nós não temos comunismo no PT. Eu nunca vi comunismo no PT, embora nós tenhamos algumas alas que sejam marxistas, mas ninguém se diz assim: eu sou comunista, eu sou do PT. A marca da gente era essa, eu sou do PT” (SANTOS, 73 anos, 2021).

Essa mesma perspectiva é comentada nas entrevistas de Adalberto Gordiano, Arivaldo Mota, Meyrre Sandra Oliveira, Zenilda Mota e Vanilson Oliveira, sendo interessante perceber como o termo comunismo foi inserido nessas entrevistas. Como relatamos, Margarida Gomes e Antonio Fernando Santos, ao serem indagados sobre as representações direcionadas ao partido, logo demarcaram a imagem de comunistas, e não foi preciso provocá-los nesse sentido, algo que não ocorreu nas demais conversas. Na entrevista com Joilson Marcos Cunha Araújo, a segunda a ser realizada, ele não comentou sobre essa representação e nem o entrevistador fez a provocação com receio de enquadrá-lo aos objetivos traçados pela pesquisa, visto que ele descreveu situações em relação às hostilidades sofridas. Ao questionar Vanilson Lopes Oliveira

sobre a reação do seu pai frente à sua participação na fundação do PT, ele comentou sobre o termo comunista atribuído ao Lula e a estratégia de dificultar a adesão da população ao partido.

Entretanto, nas conversas com Adalberto Gordiano e o casal Arivaldo e Zenilda Mota, como também com o casal Meyre Sanda e Vanilson Oliveira, perguntamos se eles eram considerados de comunistas, pois além deles situarem que eram ridicularizados e não aprofundarem sobre essa questão, havia o interesse de cruzar as informações passadas por Margarida Gomes e Antonio Fernando Santos. Nosso objetivo em fazer esse cruzamento não era atestar se eles disseram inverdades, mas compreender se havia ocorrido um trabalho de enquadramento de memória, bem como ter o conhecimento das lembranças dos outros depoentes em relação a esse contexto.

Os depoimentos de Arivaldo Mota e Vanilson Oliveira têm um ponto em comum com o de Antonio Fernando Santos que é de uma lembrança que classificavam o PT de partido comunista, principalmente a figura de Lula. Eles relataram que não havia uma atribuição direta deles serem considerados comunistas, mas ao partido. Arivaldo Mota salientou que o termo era frequente durante as campanhas eleitorais, sobretudo as presidenciais, e que ao visitar as comunidades rurais, nesse período, muitos moradores diziam que não iriam votar em Lula, porque ele se apossaria dos bens materiais da população:

A direita que está aí, que sempre esteve no poder, atualmente também continua, inculca na população que o PT era um partido de comunistas, mas não explicava o verdadeiro sentido do comunismo, simplesmente dizia que o comunismo é tomar as terras de todo mundo. Eles não diziam que poderia tomar as terras dos grandes para distribuir, porque comunismo é isso, é tomar dos grandes e distribuir para todos, mas isso eles não diziam. Eles diziam para os pequenos que tinham 5 tarefas de terra, 10, 20 tarefas de terra; duas, três cabecinhas de gado, diziam que o PT iria tomar as terras deles (riso), que iria tomar as cabecinhas de gado deles, isso teve muito nas campanhas principalmente, em relação as campanhas de Lula (MOTA, 69 anos, 2021).

Além dessa representação sobre o PT, Vanilson Oliveira contou outras representações em torno de Lula, que ele fazia mal para as crianças, matava crianças e fazia terrorismo. Salientou que, ao atribuírem o PT como um partido comunista, “o pessoal tinha até medo de dizer que era do PT, porque o líder era Lula [...]. E os outros faziam terrorismo barato para evitar que as pessoas não se filiassem ao partido” (OLIVEIRA, 63 anos, 2021). Vanilson Lopes demarcou a “pecha” de comunistas como o principal ponto que dificultava a adesão da população ao PT, sendo uma das estratégias realizadas pelo grupo hegemônico local. Apesar dos gestos de apoio, poucos apareciam nas reuniões promovidas pelo partido: “Embora, apoiava, fazia reunião. Era contato de dedo quem iria. Pessoa de igreja mesmo, falava de libertação, libertação, mas na hora de libertar, ninguém aparecia, mas não chegavam a dizer”

(OLIVEIRA, 63 anos, 2021). Não obstante ocorresse esse receio, o diretório municipal não mediu esforços para a Caravana da Cidadania, liderada pelo Lula, passasse por Conceição do Coité. A julgar pelo empenho e risco que tiveram, acreditamos que um dos objetivos dos filiados locais para a visita do líder do PT acontecer era o de demonstrar para a população coiteense que o Lula era muito diferente da imagem que construíram em relação a ele, justamente um dos objetivos da caravana.

Antonio Fernando Santos e Zenilda Mota comentaram que, além da visita de Lula ter sido um importante marco para o diretório local, rendeu saldos positivos para o desenvolvimento do partido, tendo Lula, posteriormente, uma obtenção significativa de votos. No primeiro turno das eleições de 1989, Lula obteve 4.286 votos em um contexto de 18.801 votos. No segundo turno dessa eleição, obteve 9.814 votos, em um total de 21.085 votos válidos. Já em 1994, eleição decidida no primeiro turno, em um cenário de 17.505 votos, Lula conseguiu 6.297 votos. Nas eleições de 1998, também decidida em um único turno, obteve 5.850, considerando o total de 18.545 votos. É evidente que muitos outros fatores foram responsáveis por esses resultados eleitorais do Lula no município, porém não se pode negar que o trabalho dos militantes coiteenses, apropriando-se do discurso de Lula e rememorando a sua passagem pela cidadania coiteense, em 1993, reuniu um capital simbólico que também foi responsável pelos significativos resultados do líder petista na sociedade coiteense.

As fontes escritas corroboram na análise de que o termo comunista foi uma das representações evocadas pelo grupo hegemônico para categorizar os envolvidos nessa agremiação, acreditamos que o termo é mais frequente nos pleitos a partir da década de 1990. É possível que Vanilson Oliveira não tenha demarcado esse termo diretamente aos petistas locais, porque a sua participação nesse período foi menos frequente. Joilson Marcos Araújo e o casal Arivaldo e Zenilda Mota talvez não tenham sido interpelados pela representação comunista, pois todos sabiam de suas origens, relações sociais e profissionais e, sobretudo a ligação com a Igreja Católica.

Essa memória, de uma representação comunista, torna-se mais evidente no relato de Antonio Fernando Santos e Margarida Gomes, por não possuírem naturalidade coiteense. Eles chegaram nessa cidade no ano de 1989, justamente no período em que o Pe. Luiz iniciou seu pastoreio na paróquia do município. Esses três personagens – Pe. Luiz, Antonio Fernando e Margarida –, desconhecidos ainda na cidade, ministravam aulas na rede estadual do município. Por exercer o magistério, possivelmente, em suas aulas discutiam a conjuntura sociopolítica do país, e muitos poderiam insinuar como discursos comunistas. Além disso, Antonio Fernando se autodeclarava ateu, aspecto que pode ter contribuído para esse imaginário comunista, e, talvez

por isso, eles fossem mais interpelados por essa representação. Adalberto Neres Pinto Gordiano destacou que o processo de colaboração aos trabalhadores assentados em Nova Palmares, em 1998, foi um dos componentes que fortaleceu a associação das ações da *Igreja Popular* como ações comunistas, aspecto que será discutido no próximo capítulo.

Como foi percebido, a memória audiovisual, dialogada com a memória de alguns leigos envolvidos nessa trajetória, foi a principal fonte que viabilizou a constituição desse capítulo, oportunizando analisar esse passado a partir das *vozes* dos próprios partícipes desses eventos. Muito além de evidenciar as tramas do campo político em que eles se envolveram, a memória audiovisual e o depoimento desses leigos oportunizaram compreender os caminhos que foram percorridos para alinhar as diretrizes partidárias da agremiação local com a conjuntura nacional e sedimentar o projeto político e religioso defendido pelos “Comunistas de Cristo”, fundamentos da organicidade do PT coiteense, bem como as suas táticas para alcançarem positivos saldos eleitorais. Esses aspectos serão discutidos no próximo capítulo, quando analisaremos facetas dessa organicidade pela atuação de religiosas e leigas.

## 6 ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E PARTICIPAÇÃO FEMININA: NOVOS EMBATES, TÁTICAS, ALIANÇAS E VIOLÊNCIAS

Em agosto de 1986, ano em que os “Comunistas de Cristo” fundaram o PT local, um grupo de mais de mil mulheres protestaram pelas ruas do centro comercial de Conceição do Coité, exigindo a inclusão dos direitos e participação feminina na nova Constituição do país, sendo uma das principais reivindicações o direito à aposentadoria das trabalhadoras do campo a partir dos 50 anos de idade, como relatou uma das coordenadoras do movimento: “o direito de aposentadoria, aos 50 anos de idade, pois as mulheres do campo geralmente só tem direito aos 70 anos, uma vez que começa a trabalhar desde os sete anos de idade e quando chega aos 70 não conseguem nem se aposentar” (MULHERES..., 1986, [s. p.])<sup>108</sup>.

Esse depoimento, publicado no *Tribuna da Bahia*, foi realizado por Helena Oliveira, mas o periódico também registrou o relato de outra integrante da coordenação, Maria de Lourdes Santos, que sinalizou outro objetivo do movimento, ou seja, a instituição da Associação das Mulheres de Conceição do Coité, como forma de, segundo ela, “organizar as mulheres para vencerem as dificuldades [...], a diferença de salário, enquanto o homem recebe uma quantia irrisória, que não dá condição de manter sua família Cz\$ 40,00, a mulher recebe Cz\$ 15,00, fazendo o mesmo tipo de atividade” (MULHERES..., 1986, [s. p.])<sup>109</sup>.

Ao que parece, esse movimento foi organizado por trabalhadoras rurais, vinculadas aos sindicatos rurais da região, em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), representada por Eliana Rosemberg, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representado por Ana Montenegro<sup>110</sup>, que recebeu no final do ato um documento no qual constava as principais reivindicações das mulheres da região (MULHERES DO..., 1986). Naquele período, a cidade de Conceição do Coité foi palco de muitas manifestações de trabalhadores rurais pleiteando o direito à aposentadoria, sobretudo os mutilados pelas

---

<sup>108</sup> É um recorte do jornal, por isso está sem o número da página.

<sup>109</sup> É um recorte do jornal, por isso está sem o número da página.

<sup>110</sup> Conhecida como Ana Montenegro, Ana Lima Carmo, nasceu em 13 de abril de 1915, na cidade de Quixeramobim, no interior do Ceará e faleceu em 30 de março de 2006, em Salvador. Ela cumpriu uma intensa e marcante atividade político-social ao lado das mulheres e dos trabalhadores do mundo. Ana Montenegro, nome que assumiu em virtude de uma intensa atividade jornalística na imprensa comunista, aprofundou sua participação nas lutas político-sociais nas manifestações em apoio a uma ocupação, que a população de trabalhadores sem teto fez no bairro da Liberdade, em Salvador. De 1979 a 1985, ainda sob a tutela da ditadura, ela intensificou a sua militância em várias frentes: a luta feminista, as lutas populares, a defesa dos direitos humanos e o combate interno aos equívocos políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época estava em franco processo de ruptura com a sua histórica tradição: operando através dos interesses da ordem (FLÓRES, 2017).



máquinas desfibradoras do sisal, em razão do município ser o polo dessa economia na região. Inclusive, esses eventos foram vigiados pelos militares.

O artigo sobre a mobilização das mulheres, publicado no *Tribuna da Bahia*, era de Maria de Lourdes Santos, uma das lideranças do protesto, a qual não citou a participação de instituições e líderes políticos coiteenses apoiando o movimento. Supomos que uma das reivindicações, a criação da Associação de Mulheres em Conceição do Coité, não foi alcançada, em virtude dos registros do STRCC apresentarem que, desde a fundação da entidade, em 1969, se concentrava em atender às seguintes demandas: “os interesses assistencialistas e para prestar serviços ao governo municipal, principalmente na área da saúde” (A HISTÓRIA, 2009, p. 05). Nesses registros, o próprio sindicato informa que a representação feminina, bem como a juvenil, foi alcançada a partir de 1999, quando a entidade passou a ser dirigida pelos próprios trabalhadores rurais, em 1996.

A conjuntura das lutas das trabalhadoras rurais no processo da Constituinte é bastante significativa, pois, além de evidenciar a presença das mulheres do campo na conquista de direitos, se aproxima da atuação feminina na elaboração de táticas que garantiram as bases para a consolidação da organicidade partidária do Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité, e se soma ao histórico de lutas pelos direitos trabalhistas protagonizadas por diversas mulheres dessa região.

Desse modo, o propósito deste capítulo é discutir o processo de formação e organicidade do PT em Conceição do Coité, dando visibilidade à participação feminina, pois, ao analisarmos as fontes escritas e imagéticas, percebemos o pouco espaço ocupado por elas, apesar desse histórico de lutas. Contudo, as suas vozes se fizeram presentes no trabalho com as fontes orais e permitiram ao pesquisador revisitar seu corpus documental e recuperar a contribuição delas na elaboração de táticas partidárias, que permitiram o desenvolvimento da agremiação petista no município. Essas são vozes minoritárias e apagadas pela memória oficial, produzidas pelos próprios agentes sociais vinculados à *Igreja Popular*, no entanto, conseguimos nos ater aos pequenos “pedaços” de escritos, imagens e narrações dessas protagonistas, que formam um mosaico do processo político local sob a perspectiva delas e não dos homens.

Ao consolidar as suas bases sociais, mulheres e homens do PT local, em parceria com a Igreja Católica e o STRCC, teceram alianças durante os períodos eleitorais. Aqui, traçaremos o panorama de embates, alianças e violências que marcaram o conflito das urnas, especialmente nas eleições municipais do ano 2000, a qual favoreceu à agremiação fundada pelos leigos católicos a conquistar dois mandatos de Vereadores, reverberando nas eleições seguintes.

Na rota seguida por este capítulo, portanto, a participação das mulheres se torna basilar, mas junta-se a elas todo um processo cultural de ritos, cânticos, marchas e lutas políticas que acompanharam o desafio de romper com a ordem estabelecida em Conceição do Coité. Mulheres e homens que dedicaram a sua vida na construção de um “*ethos*” cultural-religioso e político capaz de ressignificar experiências e se orientar pelos sentimentos de solidariedade e compreensão do outro.

### **6.1 Religiosas e Leigas na construção do PT em Conceição do Coité**

Na semana seguinte à primeira entrevista com o casal Arivaldo Ferreira Mota e Zenilda Mascarenhas Mota, realizei, na condição de entrevistador, a segunda entrevista, sendo, mais uma vez, acolhido por Arivaldo Mota no portão principal da sua residência, que conduziu-me ao acesso comum da casa, na qual sua esposa convidou-me para, juntamente com eles, saborear um café acompanhado por beijus e bolachas, demonstrando, gentilmente, a alegria da minha presença e a satisfação de contribuírem com essa pesquisa. O cenário também foi oportuno para expressar a nova dinâmica imposta pela pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, que os impeliu a terem uma maior frequência na roça da família, embora tenham acentuado a saudade dos filhos, residentes em outros municípios. Com isso, passaram a ter curiosidade sobre a minha trajetória enquanto pesquisador engajado nas questões do clero e do movimento dos leigos “progressistas” que formaram o PT local. Respondi prontamente a todas as questões, respeitando a relação dialógica que se estabelece entre entrevistador e entrevistado durante a elaboração da fonte oral.

Logo no primeiro encontro, senti a necessidade de realizar um novo momento com eles por três razões: a primeira entrevista foi realizada no período da noite, iniciada por volta das 19h40min, assim, no decorrer da entrevista, percebi que o tempo não favoreceria realizar todo o roteiro planejado, com receio de interferir, ainda mais, na rotina deles, uma vez que havia outros familiares na residência, optei por desenvolver o roteiro com perguntas relacionadas à trajetória de vida até ao contexto político e religioso anterior a fundação do PT, direcionando as demais perguntas para um outro momento; segundo, devido à dinâmica da entrevista, na qual, naturalmente, os dois estiveram juntos ao longo de toda a sessão, evidenciando a parceria constituída ao longo de suas trajetórias, o que instigou investigar ainda mais a sinergia desenvolvida nas ações do partido e compreender a atuação das mulheres na agremiação, uma vez que as fontes documentais pouco falam sobre esse processo; por fim, a importância deles

comentarem sobre a foto de um encontro realizado entre lideranças do PT e as Irmãs da Providencia de GAP, visto que na primeira entrevista não consegui localizá-la em meus materiais.

Após o café, o casal conduziu-me para a sala principal da casa, em razão de ser mais reservada, onde também aconteceu a primeira entrevista. Iniciei lembrando pontos analisados anteriormente, aspectos do engajamento deles na política partidária e o processo de formação do Diretório Municipal do PT. Em seguida, questionei sobre o papel desempenhado pelas mulheres na agremiação, e nessa conjuntura apresentei a fotografia da reunião realizada com as Irmãs da Providência (figura 24), a qual obtive através da irmã Luzia Bueno, essa imagem compunha o álbum de fotografias da congregação com registros das atividades realizadas na paróquia coiteense.

Figura 24 – Reunião de lideranças do PT coiteense com as Irmãs da Providência de GAP<sup>111</sup>.



Fonte: Foto cedida pela Irmã Luzia Bueno.

Essa reunião aconteceu entre os anos de 1996 e 1998, na residência das Irmãs Providência de GAP, situada em um dos bairros periféricos de Conceição do Coité, Açudinho, constituído, em grande parte, por trabalhadores das indústrias de sisal presentes no próprio bairro, especialmente a *Hamilton Rios Indústria, Comércio e Exportação Ltda*, no qual as

<sup>111</sup> Irmã Marina Roseli, ao centro de blusa na cor vermelha. Da direita para a esquerda, Margarida Gomes, Francisco de Assis, Arivaldo Mota, Zenilda Mota. Em seguida, a aspirante a vida religiosa Geralda Chaves e Solano de Barros, na época filiado ao PT de Minas Gerais

religiosas desempenhavam uma ação pastoral, sobretudo na formação de lideranças catequéticas e sociais. Elas incentivaram a organização da Associação de Moradores do Açudinho (AMA), a alfabetização de adultos e o trabalho desenvolvido com mulheres da comunidade. Com o objetivo de rememorar a finalidade e pontos abordados naquele evento, estabelecemos o seguinte diálogo:

Vocês se lembram dessa reunião? [perguntei mostrando a fotografia]. Lembrar, eu não lembro, não... Eu lembro que a irmã Marina deu realmente uma força muito grande - respondeu Arivaldo. Olha, eu sentada com o meu cabelo doido... aqui é Assis de azul? – indagou Zenilda, obtendo a seguinte resposta do esposo: Assis, Margarida... detalhe assim não lembro, eu não sou muito bom de memorizar as coisas. Pergunta as coisas, eu não lembro [risos]. [Diante desse esquecimento de Arivaldo, questioneei:] - Mas a contribuição das irmãs foi marcante? Em seguida, Arivaldo comentou: Com certeza, contribuíram mais do que os padres, quer dizer, padre, “vírgula”, mas bem mais do que o padre. [Zenilda exclamou:] Dá uma saudade quando a gente vê assim. [Tentando compreender a contribuição das religiosas, insisti:] Na questão do incentivo e de trazer experiências? De incentivo, de motivação, de experiências, principalmente, a irmã Marina que trazia para a gente, não lembro os detalhes dessa experiência, mas ela compartilhava sobre os lugares por onde ela passou, justamente [atuando] com o partido. Então ela colaborava com muito incentivo - Comentou Arivaldo, sendo intercorrido pelo saudosismo da esposa: Assim, a fundação e a vivência foram um período perigoso, mas deixou saudades, era perigoso. Sim, melhor do que agora. - Afirmou Arivaldo, seguido por Zenilda: Muito perigoso! Como, ainda, tem muita gente no Brasil que sofre. A gente recebeu ameaça – lembrou Arivaldo (MOTA, 69 anos; MOTA, 65 anos, 2021).

Nesses relatos do casal Arivaldo e Zenilda Mota, podemos evidenciar que o registro da memória é seletivo e opera entre lembrança e esquecimento (SELIGMAN-SILVA, 2004), cuja seletividade reflete a relação entre passado e presente, no qual o esquecimento, do ponto de vista cognitivo, se dá como fator que desafia a memória pela capacidade de lembrar (RICOEUR, 2007). Esse aspecto também foi apresentado por Margarida Ferreira Gomes, ao comentar sobre a referida fotografia apresentada ao casal Arivaldo e Zenilda Mota:

Esse encontro aconteceu em razão da visita de um Prefeito do PT. Um Prefeito jovem, Prefeito de Itinga, em Minas Gerais, ele era muito amigo das irmãs. Charlão morreu muito jovem em um acidente. Então, eu creio que essa reunião aqui foi Charlão contado a experiência de uma prefeitura do PT com as Irmãs da Providência dando suporte. Aqui nós temos a Irmã Marina, a Irmã Antônia, não sei mais quem é a outra Irmã que está aqui, tem Assis que está começando a pensar na possibilidade de ser candidato a Prefeito. Então, esse moço que está aqui, ele era Prefeito de uma cidade daquela região muito pobre de Minas, aqui próximo a Bahia, cidade de Itinga, no Vale de Jequitinhonha. Esse menino era Prefeito da região, do Vale de Jequitinhonha, e foi muito difícil ele chegar até a prefeitura, então ele estava contando como era ser Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores numa cidade antes governada pela Direita, sem dinheiro. Inclusive, eu fui à cidade para participar de um encontro de

mulheres, nessa cidade de Itinga, quando ele ainda era Prefeito (GOMES, 60 anos, 2021).

Compreendendo que os indivíduos tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros sujeitos (HALBWACHS, 2003), Margarida Ferreira Gomes lembra dos atores presentes nesse episódio, mas também de outros que estão ausentes na fotografia, as quais ela possivelmente manteve uma frequente interação ou que estiveram presentes em episódios que marcaram a sua trajetória. Com destaque para a Irmã Antônia Sodré, em razão dos processos formativos na paróquia e a própria convivência, uma vez que essa freira foi uma das que mais tempo permaneceu na paróquia, até meados dos anos 2000. Na fotografia, ela confunde a aspirante Geralda Chaves, atual Freira da providência de GAP, como sendo a Irmã Antônia Sodré.

Em relação ao então Prefeito de Itinga, Charles Azevedo Ferraz, conhecido por Charlão, ele não está presente na fotografia, mas sim o ex-prefeito e então candidato a Deputado Estadual Solano de Barros, naquele período filiado ao PT, que em 2008 morreu vítima de um acidente automobilístico. Possivelmente a lembrança de Margarida Gomes em torno de Charlão foi em virtude da experiência de ter participado do encontro de mulheres em Itinga, no período em que ele exercia o mandato de Prefeito Municipal, ou pelo fato de ter internalizado a trágica morte do Prefeito de Itinga, como sendo o político em exercício, pois ao relatar sobre esse acidente, ocorreu uma mudança no seu tom de voz e um breve silenciamento. Ainda mais, por Charles Ferraz ter sucedido Solano de Barros no poder executivo municipal, a partir de 1997.

O relato de Margarida Gomes igualmente se situa nas disfunções e distorções da memória, porém é possível supor que esses dois personagens apontados por ela, Irmã Antônia Sodré e Charlão, tenham estado presentes na reunião, mas não foram capturados pelo registro fotográfico. De qualquer modo, os depoentes apresentaram dificuldades de rememorar esse episódio, sendo operacionalizadas pela dialética da presença, da ausência e do distanciamento (RICOEUR, 2007). Por outro lado, desperta a atenção um certo esquecimento das ações desempenhas pelas Irmãs da Providência de GAP, especialmente da Irmã Marina Roseli.

Ao indagar sobre os agentes religiosos que influenciaram no desenvolvimento do partido, os depoentes destacaram a presença dos padres, somente Margarida Gomes, Arivaldo e Zenilda Mota situaram a Irmã Marina Roseli Santos, os demais depoentes demarcaram a atuação da religiosa a partir das indagações do entrevistador, mas todos de maneira muito breve. É possível que o curto período que ela permaneceu na paróquia tenha influenciado na

dificuldade de rememorar a sua atuação, estando mais presente nas lembranças da Professora Margarida Gomes, que ainda tece laços com a congregação das irmãs.

Entendemos que o esquecimento em relação à ação das irmãs é fruto do silenciamento das suas ações, bem como da falta de interação dos demais depoentes com as religiosas. Essa perspectiva do silenciamento se torna acentuada ao perceber que as fontes presentes no arquivo paroquial, sobretudo as audiovisuais, não citam o papel desempenhado pelas Irmãs e nem realizam enquadramentos de câmera em relação às religiosas, mesmo elas estando presentes nas ações realizadas, como pode ser verificada a colaboração da Irmã Marina Roseli Santos na organização dos donativos a serem enviados aos trabalhadores presentes no assentamento de Nova Palmares, bem como sua presença nas caminhadas para esse assentamento nas comemorações do Dia do Trabalhador, em 1998.

Tal esquecimento faz refletir que são advindos social e politicamente, ainda mais compreendendo a ausência do papel feminino na hierarquia da instituição religiosa e o lugar de anonimato ocupado por inúmeras mulheres, sobretudo as leigas, que se lançam para concretizar ações catequéticas, leitura e estudos bíblicos, bem como coordenando grupos e movimentos religiosos (BEOZZO, 1994). Em todos esses cenários, elas continuam sendo tratadas como tema das minorias, uma vez que são as mulheres leigas as principais mediadoras da evangelização entre clero e o povo, delas dependem, em muito, o sucesso ou o insucesso das atividades paroquiais e, em grande parte, a construção do Reino de Deus (ZANLOCHI, 2001).

Nesse sentido, supomos que as dificuldades dos depoentes em rememorar as ações dessas religiosas sejam oriundos do próprio processo de constituição da memória da *Igreja Popular* em Conceição do Coité, cuja a construção coletiva dessa experiência, principalmente constituída pelo registro audiovisual e o arquivamento em fita magnéticas e em discos óticos, não retratou a atuação dessas religiosas e nem capturou seus discursos e depoimentos, silenciando a presença dessas mulheres que apesar de estarem situadas na comunidade do Açudinho, atuaram em outros espaços de poder, bem como estratégicos para o alcance dos objetivos institucionais.

Além disso, as Irmãs reestruturaram a catequese da paróquia, sendo as formadoras de catequistas e lideranças urbanas e rurais; assumiram a gestão do Educandário Divino Mestre, compondo os quadros da ACAEC, juntamente com os leigos e leigas; e tiveram um importante papel na busca de organicidade partidária do PT, compartilhando experiências e fortalecendo as suas bases, visto que, nos processos formativos, elas adotaram o método ver, julgar e agir, crucial para as reflexões sociopolíticas nas comunidades eclesiais e que dialogavam com os discursos das lideranças petistas, como analisamos anteriormente.

O processo seletivo da construção da memória da *Igreja Popular* em Conceição do Coité, na difícil tarefa de decidir o que lembrar dessa experiência, silenciou a atuação das Irmãs da Providência de GAP, pois nesse processo “nem tudo fica gravado e nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4), gerando o esquecimento dessas religiosas também pelos espectro social e político que essas mulheres estavam inseridas, distantes dos espaços de poder hierárquico da Igreja Católica, apanágio da figura masculina. “Portanto, a memória não pode ser analisada sem considerar os elementos que caracterizam o escopo social” (DIAS, 2017, p. 192).

Além disso, consideramos que esse silenciamento não é oriundo apenas do processo seletivo, mas da negociação estabelecida para consolidar essa memória (POLLAK, 1989) relacionada ao conflito entre o poder político e religioso, marcado pela dimensão combativa dessa *Igreja Popular* frente às ações de um poder político gestado no período ditatorial, que reproduzia relações de poder baseadas no autoritarismo e personalismo dos seus chefes políticos, sobretudo da agremiação *Vermelha Situacionista e Conservadora*, cujo o principal representante dessa dimensão combativa advinha do clero, o Padre Luiz Rodrigues Oliveira.

Assim, o lugar de história dessas religiosas é possibilitado pela história oral, campo que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias [...] ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’” (POLLAK, 1989, p. 1). Esse dado se torna evidente ao analisar as incipientes investigações que objetivaram traçar o perfil dessas religiosas e a atuação delas na paróquia (MIRANDA, 2012; ALMEIDA, 2016), sendo fundamentadas pelo campo da história oral, devido à ausência de registros sobre elas no arquivo paroquial. Cabe destacar que são a partir dos depoimentos das próprias religiosas e de outras mulheres que teciam e tecem relações com elas, catequistas, coordenadoras de movimentos, como Margarida Ferreira Gomes, que os documentos escritos em relação às Irmãs da Providência de GAP são mapeados, não que a ausência de fontes escritas inviabilize a escrita da história dessas religiosas, mas revelam o quanto os silenciamentos impostos as condicionaram nas teias do esquecimento.

Os silêncios documentais e historiográficos sobre essas religiosas levam-nos a pensar que não coincidem com a exclusão histórica, uma vez que essas mulheres, de alguma maneira, influenciaram nos acontecimentos sociopolíticos e religiosos entre os coiteenses. Destarte, a invisibilidade da atuação dessas freiras concerne com o silêncio sobre a história das mulheres que também “advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como locais exclusivos do poder” (PERROT, 2017, p. 170), constituído como apanágio masculino.

A finalidade de elencar uma memória sobre as Irmãs da Providência de GAP com os entrevistados foi baseada na análise das fontes audiovisuais e escritas, bem como no desejo de situar outros sujeitos partícipes do desenvolvimento da agremiação fundada pelos leigos, pois como propõe Joan Scott “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas” (SCOTT, 1989, p. 2).

Nos registros audiovisuais da paróquia sobre o assentamento Nova Palmares e das comemorações do Dia do Trabalhador, é notada a presença da Irmã Marina Roseli dos Santos participando da organização, realizando alguns trabalhos com os leigos, por exemplo, a coleta e entrega de alimentos para os moradores do assentamento. Entretanto, não encontramos nenhum registro do depoimento ou discurso dela, e nem de outras religiosas presentes na paróquia durante esses eventos, nos documentos escritos e audiovisuais, principalmente produzidos pela instituição católica, logo, percebemos a invisibilidade dessas religiosas tanto de suas ações pastorais, quanto nos embates vivenciados com o poder político. No caso da Irmã Marina Roseli dos Santos, podemos afirmar sua importante participação no fomento do Coletivo de Mulheres do STRCC e no fortalecimento da AMA, bem como o trabalho pastoral nas comunidades rurais e na pastoral catequética<sup>112</sup>.

Na minha dissertação de mestrado, *Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)*, ao investigar a ação religiosa desenvolvida pela Irmã Marina Roseli dos Santos, por meio da memória de algumas leigas, o papel desempenhado no processo de formação cidadã e no incentivo à participação de mulheres em ações coletivas, seja ajudando na renda familiar, confeccionando artesanatos ou na reivindicação de seus direitos junto ao STRCC e à AMA, o papel dela foi crucial para a formação de um Coletivo de Mulheres do STRCC, cuja atuação tornou-se evidente na mobilização de mulheres durante as comemorações do Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, iniciadas em 1996, após a chegada das Irmãs da Providência de GAP no município. Os processos formativos foram realizados nos espaços eclesiais da paróquia, uma vez que a formalização da participação das mulheres no STRCC aconteceu através da criação da Secretaria de Mulheres e Jovens, em 1999 (SECRETARIA..., 2009).

---

<sup>112</sup> Todavia, apesar dessas contribuições, não encontramos uma documentação no arquivo paroquial sobre a presença e o trabalho desenvolvido por essas religiosas na comunidade coiteense, levando-me a mapear registros dessa atuação com as próprias Irmãs, que naquele período, ainda desenvolviam uma ação pastoral na comunidade do Açudinho, bairro da cidade, mas não foram as mesmas religiosas que estiveram presentes na década de 1990.



O processo formativo dessas mulheres era norteado pelos textos bíblicos. Inicialmente, elas se reuniam semanalmente para estudar e refletir sobre o papel das mulheres na Bíblia, ampliando os momentos de encontro nos cursos de pintura e artesanato, sendo mais uma oportunidade para compartilhar aspectos do cotidiano e uma alternativa de complementação de renda, pois a finalidade desses trabalhos era a comercialização. No capítulo anterior, analisamos aspectos dessas formações através das lembranças da Professora Margarida Ferreira Gomes, uma das principais leigas filiadas ao PT, que ainda continua desenvolvendo ações pastorais vinculadas às Irmãs da Providência de GAP.

Apesar dessa congregação religiosa não estar mais inserida na estrutura da paróquia de Conceição do Coité, juntamente com outros leigos, elas desenvolvem atividades religiosas nas residências dos participantes e colaboram nas ações paroquiais, bem como no fomento de recursos para atender às demandas materiais de sujeitos em vulnerabilidade social. Margarida Gomes nos apresentou um dos subsídios utilizados nos processos formativos, junto ao Coletivo de Mulheres do STRCC, tendo a luta pelos direitos das mulheres e a defesa de um projeto popular como prisma, dentre eles, as cartilhas elaboradas pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil (ANMTR).

Figura 25– Cartilha em preparação ao Dia Internacional das Mulheres, 2003.

**3º ENCONTRO**

**Principais lutas e conquistas das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil: Previdência e Saúde**

*"A riqueza e o patrimônio econômico de um país devem estar sempre em função da saúde e do bem estar dos trabalhadores".*  
Chê Guevara

**1. ACOLHIDA:**

**SUGESTÃO (PARA COORDENADORA)**  
Construir no centro da sala um caminho (pode ser de terra, giz, papel...) e dentro dele as principais datas da história do movimento. Todas as mulheres de pé, em círculo, vão falando sobre as principais lutas e conquistas das mulheres e vão ficando no lugar que indique aquele período dentro do caminho feito no chão. Ao final, todas cantam: "Nós não queremos favores, nossa história a gente faz."

**2. REFLEXÃO E APROFUNDAMENTO:**

**Coordenadora** – Hoje vamos conversar mais sobre a importância e a necessidade de nossa LUTA para garantir nossos direitos. O assunto que vamos tratar é sobre PREVIDÊNCIA e SAÚDE. Tudo isso preparando-nos melhor para garantir que o DIA 8 DE MARÇO DE 2003 seja marcado como um DIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E COMPROMISSO. Sejam todas BEM VINDAS!

**Canto:** / Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm.  
Se não vêm nossos direitos o Brasil perde também: /

**Todas:** "A felicidade, a luta e a garra para conquistar nossos sonhos é a certeza de que não vivemos inutilmente, mas juntas faremos a mudança".  
(Dorcelina Folador)

**20** **ANMTR**

**Coordenadora** – Companheiras! Todas nós lembramos que até a Constituição de 1988 as(os) trabalhadoras(es) rurais eram consideradas gente de 2ª classe para a Previdência Social – o Funrural tratava os rurais como indigentes da assistência social com uma aposentadoria de meio salário mínimo para os homens e para as mulheres só quando o marido morresse, então teriam esse benefício.

**Leitora 1** – As mulheres não eram consideradas trabalhadoras e, portanto, não sendo contribuintes, não tinham direito a benefício nenhum, por que a Previdência tinha um caráter contributivo, ou seja, só aqueles que pagavam diretamente tinham direito ao benefício dentro do seu próprio regime.

**Coordenadora** – A Constituição de 1988 alterou profundamente este caráter e unificou o sistema num único. De que forma?

**Leitora 1** – A Constituição estabeleceu que este sistema previdenciário é de caráter público e universal, ou seja, todos de uma forma ou de outra contribuem e, portanto, tem direitos. Não é de caráter contributivo, embora haja regimes diferenciados de contribuição, como é o caso dos rurais, que veremos a seguir.

**Leitora 2** – A Constituição faz uma grande justiça criando um regime especial para as(os) produtoras(es) rurais que trabalham em regime de economia familiar. Este regime prevê uma modalidade especial de contribuição - os 2,1% sobre a comercialização dos produtos agrícolas. Prevê também uma modalidade especial de benefício: a aposentadoria por idade, independente do tempo de serviço, bastando para tal a comprovação de que exerce a atividade rural.

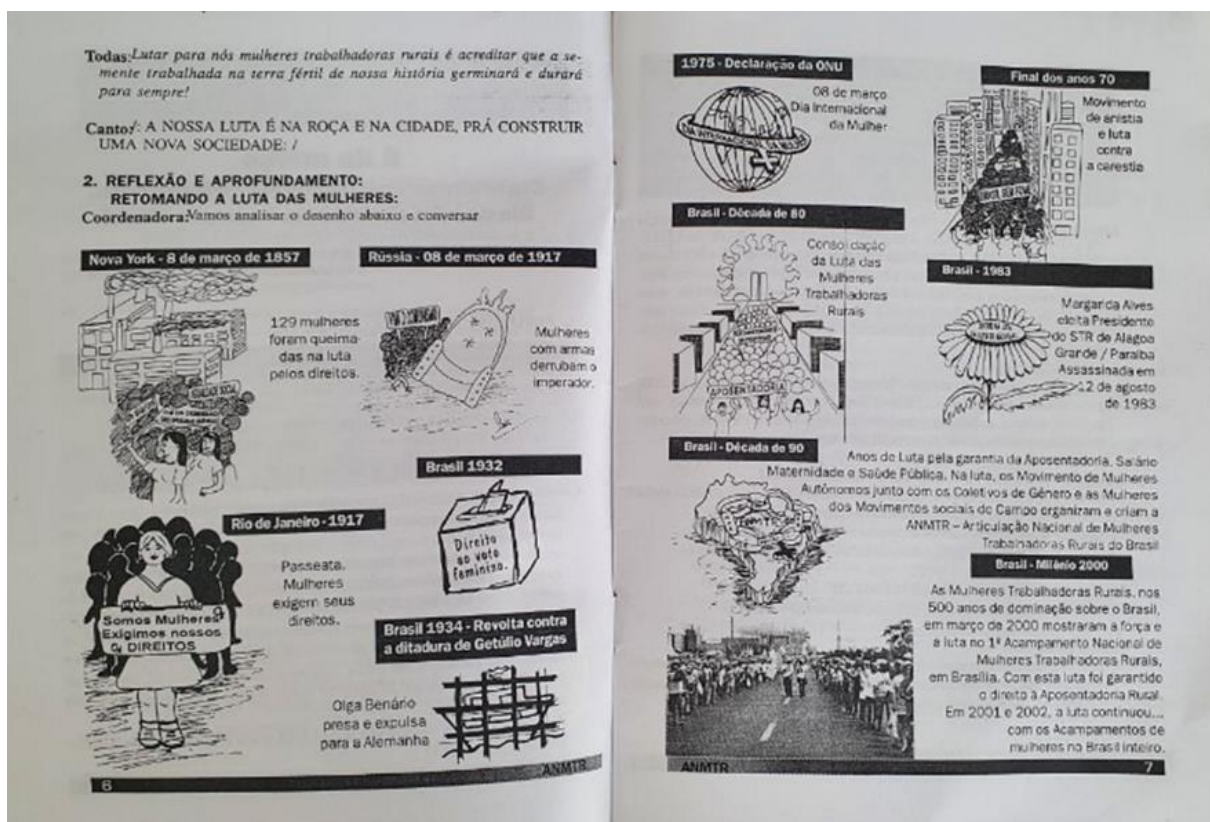
**Leitora 3** – Nós, as mulheres trabalhadoras rurais com muita luta conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e, com ele, garantimos os seguintes benefícios: A aposentadoria aos 55 anos para mulheres e 60 anos para homens; o salário maternidade; o auxílio doença; o auxílio acidente de trabalho; a pensão por morte.

**Leitora 4** – Junto com esta luta conquistamos nossos documentos pessoais e profissionais, símbolos de nossa cidadania.

**Coordenadora** – Vamos ver como está a Previdência Social para as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

**Leitora 1** – Todas as pessoas que exerçam atividades na roça, tanto individuais como em regime de economia familiar, maiores de 16 anos, desde que não tenham empregados,

**ANMTR** **21**



Fonte: Arquivo pessoal de Margarida Ferreira Gomes.

Essas imagens (figura 25) são referentes às páginas de uma das cartilhas utilizadas durante as comemorações do Dia Internacional das Mulheres e apresentam os pontos anteriormente elencados, diluídos na organização de quatro encontros. Vanessa Maria Oliveira de Almeida (2016) em seu ensaio monográfico de graduação em História, *A atuação das Irmãs da Providência de GAP na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité*, tendo a finalidade de compreender a vida religiosa feminina e os reflexos do Concílio Vaticano II na formação das religiosas, analisou o perfil das primeiras irmãs da providência no município e as atividades desempenhadas por esse grupo. Ela destacou a atuação na pastoral catequética, cujo papel foi desempenhado pela Irmã Antônia Sodré na reestruturação da catequese de crianças e adultos da paróquia, através do método ver, julgar e agir e de documentos do Vaticano II; e no grupo de mulheres da comunidade do Açudinho, coordenado pela Irmã Marina Roseli, na qual construiu um projeto com algumas mulheres da comunidade para nortear os trabalhos e angariar recursos para os materiais a serem utilizados na confecção das pinturas, tendo como principal parceiro a Coordenadoria de Serviços Ecumênicos (CESE)<sup>113</sup>.

<sup>113</sup> Criada na década de 1970 por Igrejas Cristãs, essa Organização não Governamental tem a missão de fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça (A CESE..., s. d.).

Nosso objetivo com essa contextualização não é discorrer e nem analisar a atuação das Irmãs da Providência de GAP na sociedade coiteense, mas de situá-las como importantes para o desenvolvimento do PT no município, sobretudo em lançar táticas para a consolidação de uma organicidade na agremiação dirigida por um setor leigo da paróquia, bem como fortalecer as bases sociais ligadas ao partido dos leigos. Diante do exposto, e percebendo que o relato de Margarida Ferreira Gomes foi permeado pela emoção, em que a depoente ao identificar os atores presentes na referida fotografia, demonstrou, através dos seus gestos, como a delicadeza na qual pegou a imagem, e pela admiração em reconhecer os sujeitos presentes, insisti com a Professora Margarida Ferreira Gomes, indagando se as Irmãs da Providência de GAP haviam desempenhado algum papel dentro da agremiação política fundada por leigos católicos: “De chegar a se filiar não podiam, mas toda a ação social delas era na perspectiva da Teologia da Libertação, da luta pelos trabalhadores, então, indiretamente, elas reforçavam o trabalho do PT, amparavam o trabalho do PT aqui” (GOMES, 60 anos, 2021).

Os relatos desses depoentes sobre essas religiosas constataam que a ação pastoral desenvolvida por elas contribuiu para consolidar a vivência de um catolicismo preocupado com as questões sociopolíticas nessa sociedade; e, em particular, a atuação da Irmã Marina Roseli Santos em colaborar no desenvolvimento da agremiação política dos leigos ligados à *espiritualidade da libertação*. Entendemos a ação da Irmã Marina Roseli em compartilhar experiências partidárias de outras regiões do país, de lugares que ela conviveu, com leigas e leigos presentes no Diretório Municipal do PT, como uma estratégia para o partido encontrar caminhos de consolidação estrutural e assim fortalecer suas táticas para alcançar o poder local.

É interessante perceber que nos registros audiovisuais que tivemos contato, somente os homens são apresentados como representantes do PT e possuem lugares de fala nos eventos sociopolíticos capturados por esses registros, demonstrando outro silenciamento em relação às mulheres. Diante dessa ausência da atuação das mulheres petistas nessas fontes, questionamos as entrevistadas, Margarida Ferreira Gomes, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira e Zenilda Mascarenhas Mota, e aos entrevistados que situaram a participação das mulheres, Vanilson Lopes de Oliveira e Arivaldo Ferreira Mota, se o partido possuía alguma pauta relacionada às mulheres e como era a participação delas na agremiação, uma vez que a primeira chapa majoritária do partido foi composta por uma mulher candidata a vice-prefeita, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira.

Evidente que todos situaram não existir uma pauta específica para as mulheres dentro do partido, ademais, naquela época, não havia a amplitude desse debate, uma vez que “a participação da mulher na atividade política sempre esteve limitada por ser uma atividade

pública e, portanto, reconhecida socialmente como uma atividade masculina” (COSTA, 1998, p. 11).

Arivaldo Ferreira Mota comentou que a candidatura de uma mulher como vice-prefeita, em 1988, foi pensada para superar o estigma de apenas homens serem candidatos ao executivo. Como também, ele situou que antes da legislação, o PT exigia no mínimo 30% de participação de mulheres, inclusive como candidatas, mas havia muita dificuldade para as mulheres se candidatarem, devido à formação machista, que entendia o lugar da política como destinado aos homens. Nesse prisma, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira narrou que a sua escolha para compor a chapa majoritária partiu do entendimento de fortalecer a participação das mulheres na política, ademais, que no processo de fundação da agremiação local, as mulheres envolvidas “abraçaram” e acreditaram na causa, sendo que as mesmas ações desempenhadas pelos homens para o desenvolvimento do partido, as mulheres igualmente realizaram, uma vez que o grupo era pequeno não havendo distinções nesse aspecto.

O depoente Vanilson Lopes de Oliveira destacou que, apesar da exigência legal para a presença de mulheres no partido político, as referências femininas do PT, por exemplo, Marta Suplicy<sup>114</sup> e Luíza Erundina<sup>115</sup>, influenciaram na decisão de escolher uma mulher para compor

---

<sup>114</sup> Marta Teresa Suplicy nasceu na cidade de São Paulo no dia 18 de março de 1945, é política, psicanalista e sexóloga brasileira. Entre 1973 e 1976, trabalhou como professora e terapeuta no Sedes Sapientiae, na capital paulista. A partir de 1980, participou do programa TV Mulher, da TV Globo, no qual apresentava diariamente o quadro “Comportamento sexual”, sendo exibido na TV Manchete de 1987 a 1988. Em 1981, Marta Suplicy filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Como fundadora e presidente de honra da organização Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, foi responsável pela elaboração e implantação do programa de orientação sexual nas escolas do município de São Paulo entre 1989 e 1992, durante a administração da prefeita Luísa Erundina, do PT, em que o educador Paulo Freire ocupava a Secretaria Municipal de Educação. Em outubro de 1994, elegeu-se deputada federal com 76.133 votos, iniciando o mandato em fevereiro do ano seguinte. Nesse mesmo mês, liderou campanha pela reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que reuniu parlamentares do PT, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do PTB. Assumiu a prefeitura da capital paulista em janeiro de 2001. Ela foi ministra dos governos Lula e Dilma. Em 2010, ela foi eleita senadora pelo PT. Em 2015, anunciou sua desfiliação do PT, filiando-se ao PMDB, permanecendo até 2018. Em 2016, seu novo partido a indicou para compor sua bancada na Comissão Especial que analisou o pedido de impeachment de Dilma. Marta manteve um discurso a favor do afastamento da presidente, apesar de ter participado de seu governo. Assim, quando o processo foi à votação no Senado, apresentou, sem surpresas, seu apoio ao impeachment. Atualmente, secretária de Relações Internacionais da cidade de São Paulo, cargo que assumiu em janeiro de 2021, nomeada por Bruno Covas. (SUPLICY, 2009).

<sup>115</sup> Luísa Erundina de Sousa nasceu em Uiraúna (Paraíba) no dia 30 de novembro de 1934, em 1980, a convite de Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma das fundadoras do PT. Nessa legenda, foi eleita, em novembro de 1982 Vereadora à Câmara Municipal de São Paulo. Empossada em fevereiro do ano seguinte, nas eleições municipais de 1985 candidatou-se a vice-prefeita de São Paulo na chapa do PT, encabeçada por Eduardo Suplicy, que recebeu 20% dos votos. Na eleição de 1986, elegeu-se deputada estadual constituinte, sempre na legenda do PT. Em janeiro de 1987 concluiu seu mandato de Vereadora e no mês seguinte tomou posse na Assembleia Legislativa paulista. Em junho de 1988, disputou na convenção de seu partido a indicação de candidata à prefeitura de São Paulo com o Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio, preferido pela direção petista. Embora não contasse com recursos nem com o estímulo da direção partidária, tinha o apoio da militância petista, o que lhe permitiu vencer o pleito com 1.534.592 votos – quase 30% do eleitorado paulistano. Sentindo seu espaço político dentro do PT diminuir progressivamente, em setembro de 1997 Luísa Erundina deixou o partido, filiando-se ao PSB. Atualmente exerce

a primeira chapa do partido. Interessante que a referência dessas mulheres também estiveram presentes nas lembranças de Meyre Sandra Oliveira, “eu gostava muito de escutar Marta Suplicy e Erundina, considerava as falas delas muito interessantes e, assim, a nível nacional elas já estavam na luta pelo Partido dos Trabalhadores, mas mulheres a nível local e estadual não lembro” (OLIVEIRA, 59 anos, 2022).

É possível que as referências femininas estivessem distantes, em virtude da pouca participação das mulheres no campo político, sendo que aquelas que ocuparam os espaços formais de poder atuavam no campo político conservador, junto aos grupos dos empresários do sisal, alcançando essas esferas, assim como as petistas, influenciadas pelo ativismo dos seus maridos. Como exemplo, podemos citar Tânia Maria Tanajura Cirino que se lançou como candidata à prefeita pelos *Azuis*, em 1988, devido ao capital simbólico do seu marido Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, liderança dos *Azuis* que morreu em um acidente de carro, em 1987, o qual presumivelmente disputaria o executivo municipal caso esse evento fatídico não tivesse ocorrido. Outro motivo pode ser explicitado pela ausência do protagonismo de mulheres no STRCC, principal movimento social desse período no município, ademais pelo distanciamento da paróquia coiteense dos movimentos sociais, principal instituição que as mulheres petistas estavam inseridas. Desse modo, são as leigas católicas, fundadoras do PT, que contribuem com a ampliação da presença das mulheres em outros espaços públicos e de poder na cidadina coiteense.

Entretanto, os depoentes destacaram que não eram apenas as candidaturas femininas que encontravam obstáculos, havia muita dificuldade para o Diretório lançar candidaturas, devido à exposição que a candidatura exercia. Quem se candidatasse deveria estar disposto a sofrer as humilhações que poderia enfrentar. “Era a maior dificuldade, porque ninguém queria, pois iria ser perseguido, iria perder o emprego, algum parente da família poderia sofrer retaliações” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Arivaldo Mota salientou que a candidatura dele e de Meyre Sandra Lopes, em 1988, foi justamente efetivada porque ninguém havia se disponibilizado, mas houve muita resistência por parte de Meyre Sandra Oliveira aceitar fazer parte da chapa. Indagada sobre esse processo, Meyre Sandra relatou que não se sentia com o perfil para assumir a candidatura, evidenciando que não almejava adentrar no embate pelos cargos públicos, ainda mais pelo comportamento político baseado nas relações de clientela e de troca de favores. Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira, quanto as primeiras mulheres que se candidataram, lançaram seu nome muito mais

---

o 6º mandato de deputada federal, sob a legenda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), filiando-se em 2016, após o PSB apoiar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. (ERUNDINA, 2009)

pela necessidade partidária do que pelo desejo pessoal, pois além de enfrentarem o pensamento machista, havia muita violência empreendida durante o jogo eleitoral.

As entrevistadas situaram que a atuação das mulheres na agremiação era realizada nos bastidores. Margarida Gomes contou que o lugar em que as mulheres do PT apareciam eram nos eventos do STRCC, na organização do Dia Internacional da Mulher, na coordenação do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, mas, nos registros audiovisuais analisados que gravaram esses eventos, não percebemos o protagonismo dessas mulheres através de discursos, coordenando as caminhadas ou representando o partido. Ela comentou que, apesar de atualmente a presidência do diretório local ser ocupada por uma mulher, Flávia Amâncio Carneiro, esposa do ex-prefeito Francisco de Assis Alves dos Santos, a atuação no partido não era de destaque: “prevalencia a figura masculina. As mulheres ficavam só na retaguarda. Eu também nunca quis assumir presidência de partido, de diretório. Eu nunca tive tanta garra para isso. Eu gostava, continuo [gostando], do trabalho comunitário, com o respaldo, aval do PT” (GOMES, 60 anos, 2021).

Zenilda Mascarenhas Mota comentou que as mulheres se manifestavam nas reuniões fechadas, mas não havia muita autonomia, sendo uma atuação nos bastidores: “Eu, por exemplo, meu trabalho era de receber o pessoal, em minha casa mesmo, eu recebi vários candidatos, mas a gente não tinha muita autonomia de ficar optando. Era um machismo” (MOTA, 65 anos, 2021). No decorrer da entrevista, Zenilda Mota contou, de maneira bem lúdica, que exercia a função de motorista dos candidatos do partido, especialmente quando necessitavam visitar as comunidades distantes: “o irmão de Joilson me orientou como dirigir, na verdade, eu levava o carro e trazia, mas eu não sabia dirigir” (MOTA, 65 anos, 2021). Ela ainda disse que quando o marido foi candidato a Vice-prefeito, em 2004, muitas vezes, ela o representava nas comunidades: “Arivaldo só podia sair do escritório a partir das 17h. Então, quem poderia sair? Eu saía sempre com Robson, a mãe dele e um grupo de mulheres. Arivaldo se juntava a gente a partir das 17h” (MOTA, 65 anos, 2021), não sendo esse o único momento. Arivaldo Mota contou que desde a primeira eleição, em 1988, sua esposa realizou essa ação, pois devido ao escritório de contabilidade, ele não tinha disponibilidade para se dedicar às agendas da campanha, principalmente durante os dias da semana.

Analisando os relatos das entrevistadas, compreendemos que as mulheres tiveram uma atuação importante na busca de organicidade do partido, elas foram fundamentais na articulação das bases do partido e no desenvolvimento da agremiação na sociedade coiteense. Elas foram motivadas a adentrarem no universo da política partidária influenciadas pelos esposos, todavia elas estiveram mais disponíveis em atender às demandas do partido, sobretudo nos períodos

eleitorais, ultrapassando as concepções de suporte dos maridos, mas movidas pelos seus ideais e suas próprias trajetórias de vida.

A perspectiva da recusa dos cargos da executiva do partido e a lembrança de uma atuação nos bastidores rememoradas pelos depoentes levam-nos a refletir sobre a postura adotada pelas leigas filiadas ao Diretório Municipal do PT nos espaços políticos. Comprendemos que, de algum modo, uma atuação mais tímida e reservada nas reuniões partidárias realizada por essas mulheres impossibilitaria serem alvos fáceis de ações violentas e hostis, bem como evidencia o exercício de um tipo de poder, mais privado, assim, “a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder” (PERROT, 2017, p. 156).

Os depoentes demarcam que os limites dessa atuação eram advindos do pensamento machista e, principalmente, das ações de violência, justificando o receio das mulheres não se exporem, mas os próprios relatos evidenciam que essas balizas não impediram a realização de atividades organizadas pelas mulheres e a presença delas em tensos conflitos políticos. Supomos que existiram espaços de negociação entre os filiados para determinar o afastamento das mulheres em algumas atividades e situações que privilegiavam a presença dos homens. O casal Arivaldo e Zenilda Mota contaram que em dois bairros periféricos da cidade, Açudinho e Barreiros, cuja maioria dos moradores apoiava os *Vermelhos Situacionistas*, a atividade de divulgação das propostas do partido, geralmente, acontecia na madrugada, sendo caracterizada pelo lançamento de panfletos nas casas, para evitar situações constrangedoras e ações de violência. Arivaldo Mota relatou que, em alguns momentos, tiveram que fugir para não sofrerem nenhum tipo de hostilidade:

A gente só fazia trabalho à noite, por volta das dez horas, jogando panfletos. De vez em quando, algum morador nos ameaçava, com algum tipo de facão ou cacete. A gente fazia esse trabalho na surdina da noite, ficávamos duas ou três horas da manhã jogando panfleto nas casas. Poucas pessoas tinham disponibilidade para fazer essa ação. Fernando, Vanilson, Joilson e eu fazíamos muito. Havia um grupo assim, de homens, porque as mulheres ficavam mais resguardadas. Os homens, nessa parte, tinham mais coragem, tinha muito enfrentamento desse tipo (MOTA, 69 anos, 2021).

Ao que parece, essas ações de panfletagem na madrugada, como os enfrentamentos realizados durante os comícios dos grupos hegemônicos, eram entendidos como situações que poderiam provocar uma reação hostil por partes da população ligadas a esses grupos, assim elas eram planejadas para serem executadas pelas lideranças masculinas do partido. Entretanto, não significou que essas situações oferecessem maior perigo e que as mulheres não teriam coragem para enfrentá-las, pensamos que, além de resguardar suas esposas dessas violências, a

perspectiva da atividade noturna e de exposição diante de uma multidão, convencendo-a a aderirem aos seus projetos, eram percebidas como condutas incompatíveis com a representação feminina.

Assim, mesmo desempenhando um ativismo na esfera pública, essas mulheres não perderam os papéis específicos da esfera privada, “donas do lar” e “esposas exemplares”, que continuaram sendo reforçados pela estrutura patriarcal da sociedade e através dos diversos mecanismos de controle (COSTA, 1998), sendo também o pensamento religioso um deles, uma vez que a própria Teologia da Libertação estava ainda “muito tímida no que diz respeito à sexualidade, o grande impasse do catolicismo” (ARY, 2000, p. 263). Desse modo, a relação entre memória e esquecimento sobre a atuação dessas mulheres igualmente se dá pela perspectiva das relações de gênero, “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 14).

Indagados sobre as hostilidades sofridas, Margarida Gomes e Antonio Fernando pontuaram um episódio que ambos participaram juntamente com outros integrantes do partido. Em suas entrevistas, eles contaram sobre a invasão de lideranças dos *Vermelhos Situacionistas* na então rede de televisão local, *TV Cultura do Sertão*, em represália ao programa dirigido pelo Padre Luiz Rodrigues Oliveira. A Professora Margarida Gomes narrou que os debates promovidos pelo Padre incentivaram algumas pessoas da Igreja Católica a se candidatarem para os cargos eletivos do município e a aderirem ao PT, atitudes que implicaram em o considerar um inimigo do grupo hegemônico. Essa situação era acentuada na época das campanhas eleitorais, e um desses momentos foi marcado por essa invasão na *TV Cultura do Sertão*, quando o programa *Sertão em Debate*, comandado pelo Padre seria transmitido:

Nesse dia teve agressão física, teve arma de fogo, teve tudo! O Padre Luiz conseguiu sair ileso com a ajuda de paroquianos, tiraram ele da TV. Esse foi um dia marcante que mostrou a real situação do... eu quero dizer assim, que foi o momento no qual a comunidade sentiu que existia um propósito, uma divisão na Igreja (GOMES, 60 anos, 2021).

Sobre esse episódio na *TV Cultura*, Antonio Fernando de Araújo Santos comentou: “a televisão foi invadida, houve agressão a Hélio. O Padre Luiz estava lá, poderia ser agredido, Margarida e eu, estávamos no recinto e tivemos a ação, a gente participou dessa ação dos *Vermelhos* contra essa televisão” (SANTOS, 73 anos, 2021). Ele destacou que o programa não era produzido pelo PT, apesar de agregar lideranças petista como Arivaldo Mota e ele. Padre Luiz Rodrigues era o âncora e alguns professores, por exemplo, Margarida Gomes e Joana Angélica Gomes, eram convidados a participarem do debate. Por conta das críticas tecidas ao



poder local, ocorreu essa invasão, resultando no encerramento desse programa, devido à violência empreendida pelos segmentos *Vermelhos Situacionistas*.

Outros depoentes que comentaram sobre as hostilidades sofridas foram Arivaldo e Zenilda Mota, ao destacaram que constantemente sofriam ameaças, bem como outros integrantes do partido, algo que marcou bastante essa trajetória. Zenilda Mota contou que as ameaças de morte eram direcionadas à Arivaldo Mota, sendo necessário realizar mudanças na rotina familiar, desde a contratar vigilantes e realizar intervenções na estrutura da casa. Certa vez, após Arivaldo Mota denunciar a construção de uma indústria privada em um terreno público, destinado para a construção de casas populares, uma liderança do grupo hegemônico telefonou para a sua residência informando que mataria o seu esposo. Os relatos desses depoentes demonstram que essas ameaças eram feitas por meio de ligações nominais, sem nenhum constrangimento, como forma de intimidação, inclusive diretamente para o próprio Arivaldo Mota: “uma vez me ligou, ameaçando mesmo, não iriam fazer, eu não tinha medo, iriam mandar alguém me matar, me dar uma surra, me matar e tal, então [era] a reação deles” (MOTA, 69 anos, 2021).

Nesse sentido, a perspectiva da violência norteou Zenilda Mota a caracterizar essa atuação partidária como perigosa, proporcionando perceber uma memória de resistência, constituída por ações de enfrentamento ao poder local que, na atualidade, não são possíveis de acontecer como outrora, conforme evidenciou o seu esposo Arivaldo Mota. A narrativa de resistência foi rememorada pelas lembranças de uma juventude destemida, que enfrentava qualquer tipo de situação, sobretudo as conflituosas, devido ao anseio de provocar transformações na sua realidade social, movidos pelo desejo de igualdade, justiça e cidadania.

Os depoentes situaram que os atos de violência e perseguição direcionadas aos membros da agremiação eram oriundas dos segmentos *Vermelhos Situacionistas*. Apesar de inicialmente também criticarem os *Azuis*, mantiveram diálogos e acordos com os políticos reunidos nessa agremiação, como relatou Arivaldo Ferreira Mota: “Os *Azuis*, achando que a gente estaria sempre apoiando, na última hora a gente iria apoiar, e, do outro lado, era sempre ameaça, não tinha apoio, mas era sempre muitas vezes ameaças” (MOTA, 69 anos, 2021).

Acreditamos, baseado nas entrevistas que, ao rememorar a narrativa de resistência situando a impossibilidade de exercer atitudes semelhantes ao passado, não se reduz a percepção de uma condição física divergente da juventude, mas ao fato de não possuírem mais as parcerias de luta que aparavam e fomentavam espaços para o desenvolvimento dos seus ideais, principalmente a instituição religiosa e os seus agentes, bem como as decepções e frustrações advindas da última gestão administrativa do partido no município e a sua atual

organicidade. Por outro lado, os depoentes sinalizam uma nova dinâmica de enfrentamento à oposição política, uma vez que “a memória é instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos” (BARROS, 2009).

Em razão das entrevistadas situarem que a presença das mulheres do PT, mesmo nos bastidores, era evidenciada nos eventos sociopolíticos em parceria com a Igreja Católica e o STRCC, como as comemorações do Dia do Trabalhador, do Dia Internacional das Mulheres e o Grito dos Excluídos, discutiremos a dinâmica de alguns eventos presentes nas fontes audiovisuais gravadas pela paróquia coiteense. Embora as gravações não tenham permitido perceber as atitudes de lideranças das mulheres da agremiação política, elas registraram os eventos que contaram com a presença delas e de outras mulheres leigas na organização e participação desses episódios, bem como a ação de mulheres nas celebrações realizadas, através de orações e discursos.

## **6.2 Comemorações e lutas das/os trabalhadoras/es: rastros da presença feminina**

Oh, Senhor Jesus, nós estamos aqui reunidos, Senhor. Em teu nome, Pai! Eu queria te pedir, com muita fé, Senhor, que fortaleça os corações, a coragem, os nervos, e daí mais estímulos para lutar. Essas famílias que estão aqui reunidas, nessa área de terra, lutando por um pão de cada dia para os seus filhos, eu peço, Senhor, não deixe que essas famílias se desanimem. E todas as entidades, todos os companheiros que lutam e que dão apoio a essas famílias. Peço a todos vocês, companheiros, em nome de Jesus, não se desanimem por causa daqueles, do capitalismo, que mandam tirar a vida de um trabalhador, que mandam matar os trabalhadores. Em vez deles lutarem e darem um apoio e tudo aquilo que é de direito aos trabalhadores, eles sonham o direito do ser humano, mas vocês não desanimem. Jesus Cristo está ao lado de vocês, está ao nosso lado e de todos nós. Que Jesus abençoe todos vocês, não tenham medo daquele que manda matar a carne, porque lutam por um dia melhor nas suas vidas, mas não manda matar o espírito que vai para Deus. E o sangue será de semente e de coragem. Para aqueles covardes que mandam matar, pisar, amanhã ou depois eles vão receber a resposta dada por Deus e por todos nós [sic.]. (NOVA..., 1998 – DVD).

Essa prece foi pronunciada espontaneamente diante de uma atenta assembleia de fiéis católicos, sob um sol intenso, por uma senhora negra, de cabelos grisalhos, pequena estatura e possuidora de uma possante voz durante uma missa, especificamente no momento da Oração dos Fiéis, último ato do Rito da Palavra (figura 26). A missa foi realizada no acampamento do MST, denominado Novo Palmares, que lutava pela legalização de posse da Fazenda Berimbau,

há 12km de distância do centro do município de Conceição do Coité, em 1 de maio de 1998. A oração daquela senhora expressava muitos elementos da vivência de um catolicismo presente na paróquia coiteense, em razão da atuação de leigos e setores da hierarquia que compreendiam as questões sociais como um componente importante na missão de um cristão.

Nessa prece, desperta a atenção que a fiel católica se refere não somente ao poder descendente e protetor de Jesus Cristo, mas também o associa como ente aliado no combate às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. Sua súplica demonstrava que as características do cristianismo da libertação faziam parte da “mística” das comunidades envolvidas naquela celebração, sobretudo o anticapitalismo intransigente, com forte carga moral (LOWY, 2008, p 429). Além disso, reflete sobre a dicotomia corpo e espírito a partir da lógica de relações entre religião e política apontando aspectos da *espiritualidade da libertação*, a qual acredita na libertação/redenção através da história e proclama sua esperança num paraíso futuro (LOWY, 2008, p. 423). Desse modo, “para a Teologia da Libertação a perfeição social é escatológica, a revolução social será sempre abordada de forma crítica, considerada uma construção sempre necessitada de ajustes, correções” (BENTO, 2016, p. 33).

Figura 26 – Registro da senhora que realizou uma prece durante uma missa realizada em Nova Palmares



Fonte: DVD Nova Palmares

A senhora que solicitou o microfone para elevar a sua súplica à divindade cristã e ser ouvida pela multidão presente na celebração – ato feito pelas demais senhoras que antecederam-na, dentre elas, uma mãe que realizou uma oração pedindo a intervenção divina e a ajuda dos homens para que a família de sua filha tivesse acesso à alimentação, como também as outras

famílias que participavam do referido acampamento – fazia parte do grupo de fiéis católicos, organizados em CEBs, que há alguns anos celebravam as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras, reivindicando a ampliação de direitos sociais e uma sociedade mais justa e igualitária. Em 1998, motivados pelo incentivo dos Padres Antonio Elias Souza Cedraz e Luiz Rodrigues Oliveira, tendo a presença das Irmãs da Providência de GAP, especialmente a Irmã Marina Roseli Santos, esses fiéis realizaram uma longa caminhada, *A Caminhada da Solidariedade*, partindo do STRCC até o acampamento Novo Palmares, posteriormente o povoado de Nova Palmares, no intuito de fortalecer a resistência daqueles que lutavam por um pedaço de terra para o sustento de suas famílias.

Desde janeiro daquele ano, mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais advindas de municípios da Região Sisaleira ocuparam as terras da fazenda Berimbau, esta que, durante a década de 1940, foi premiada pelo Governo do Estado pela grande expansão do cultivo do sisal, cujo proprietário era Theocrito Calixto da Cunha, um dos primeiros fazendeiros a desenvolver a lavoura de sisal na região (OLIVEIRA, 1996). Acampados em improvisadas barracas, eles resistiam às amarguras da seca, sobretudo à falta de alimentos e vestimentas, limpando a terra para o tempo do plantio, na esperança de serem donos daquele pedaço de chão, e contando com o apoio de instituições sociais, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região e da Igreja Católica, que realizava celebrações no local e campanhas para a coleta de alimentos entre os fiéis. Em menos de cinco dias de acampamento, Padre Elias Cedraz já havia celebrado a primeira missa num amplo terraço do acampamento, cercado de dezenas de fiéis, que, em meio a uma inesperada chuva, continuaram participando do ato celebrativo, momento registrado pelos leigos, por meio da câmera filmadora da paróquia. Além disso, capturaram diversas expressões dessa gente, ressaltando o entusiasmo de serem ouvidos, e as condições em que estavam acampados nas improvisadas *moradias*.

Na manhã daquele 1º de maio, a caminhada foi iniciada com um número considerável de fiéis, em sua maioria mulheres, inclusive idosos, jovens e crianças, determinados a percorrer pelas estradas de chão, abertas em meio a caatinga e as plantações de sisal, e irem ao encontro do acampamento do MST, na fazenda Berimbau. Na frente, em vez de serem guiados pela cruz, presente em várias procissões católicas, alguns fiéis seguravam faixas com inscritos que pautavam o objetivo daquela caminhada, tais como: *Trabalho, justiça e dignidade; União na luta para conquistar nossos direitos; Que venha a globalização sem a recessão, reforma agrária já!* (NOVA..., 1998 – DVD). As faixas representavam as pautas discutidas pelos trabalhadores e agentes religiosos, ao que parece temáticas abordadas em seus processos formativos, uma vez que a cartilha fornecida por Margarida Gomes, apesar de ser publicada

anos posteriores, refletia sobre temas dos direitos sociais, reforma agrária e as ações dos governos neoliberais.

A ausência do maior símbolo cristão naquela *romaria* não descaracterizava o forte conteúdo religioso da caminhada, animada pelas orações e cânticos litúrgicos presentes nos hinários, que animavam as celebrações no templo religioso. Assim, entoado cânticos que ecoavam no pequeno carro de som, o Padre Antonio Elias e alguns leigos, como o ministro extraordinário da comunhão e um dos fundadores do Diretório Municipal do PT, Joilson Marcos Cunha Araújo, organizavam a caminhada e conduziam os *romeiros*, sendo seguidos por alguns carros particulares, que serviam como espécie de carros de apoio.

Os registros da caminhada evidenciam o papel de liderança que Joilson Marcos Araújo desempenhava junto àqueles católicos, que escutavam atentos aos seus pronunciamentos sobre a importância de viver uma fé aliada às questões sociais e não expressavam distinções entre os pronunciamentos do clero e dos leigos, estes que revezavam o microfone e seguiam juntos na caminhada com os demais fiéis para o então destino. No registro audiovisual desse evento, os discursos realizados pelas mulheres durante a caminhada não foram registrados. Devido à longa distância percorrida, creditamos a participação de leigas e religiosas no revezamento da coordenação da caminhada, uma vez que é possível perceber a condução de cânticos por vozes femininas, desse modo, a ausência do registro sobre o momento em que as mulheres realizaram essas funções no evento é fruto do processo de edição das gravações.

A longa caminhada animada com orações, cânticos, poesia e repentes, além de contar com paradas estratégicas nas capelas das comunidades para recuperar as energias dos caminhheiros, contava com o significativo apoio e a presença de integrantes do STRCC e de partidos políticos<sup>116</sup>, sobretudo do PT, cujas bandeiras vermelhas, brancas e verdes dessas entidades se destacavam entre alguns fiéis, em sua maioria, vestidos com camisas das festas da padroeira, essas de cor branca e tendo a estampa da imagem de Nossa Senhora da Conceição. O percurso dos fiéis até o acampamento era acolhido por outros leigos, mulheres, homens e crianças, especificamente os residentes nas comunidades rurais presentes ao longo do caminho ao assentamento, que se agregavam na caminhada e acentuavam o coro que entoava a canção:

**Nossos direitos vêm**

Refrão: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! / Se não vir nossos direitos,  
o Brasil perde também!

---

<sup>116</sup> Nos registros audiovisuais apenas é possível reconhecer a presença do PT no evento, cujas bandeiras e lideranças constantemente aparecem nas filmagens. Entretanto, o clero, ao tecer agradecimentos às entidades que participaram do ato, faz a referência de que havia a presença de outros partidos políticos, porém não nominaram.

1. Confiando em Cristo Rei, que nasceu lá em Belém, / e morreu crucificado porque queria nosso bem. / Confiando em seu amor se reclama até doutor, mas nossos direitos vêm!
2. Quem negar nossos direitos será negado também, / já chega de mil promessas sem cumprir para ninguém. / Mas com os irmãos unidos o mundo muda de sentido e nossos direitos vêm!
3. Só porque tu tens a terra e o gado com fartura, / tu negas o teu irmão, esse pobre sem figura. / Cuidado com teu mistério, um dia no cemitério, nossas carnes se misturam!
4. A cova é tua morada, o verme teu companheiro, / a vida desaparece, para lá não serve dinheiro. / Quero ver tua defesa, onde está tua riqueza, que comprava o mundo inteiro?
5. Tu sabes que a morte é justa, vem toda de uma vez, / passa um visto em teus crimes, qual o dia eu não sei, / mas tu pagarás dobrado, não existe advogado que te defenda na lei
6. Aqui termino, pedindo ao nosso Pai soberano, / que fez o céu e a terra sem cometer um engano, / Olha teu santo universo, cheio de coração perverso, que nega os direitos humanos (NOSSOS..., 2007 – CD)

Essa música entoada no percurso da caminhada é uma das canções de Zé Rufino, que animavam a Romaria da Terra, organizada, desde 1978, pela CPT, vinculada à CNBB. O refrão dessa canção era constantemente cantado pelos *romeiros* da caminhada como uma palavra de ordem, ademais representava a mística que aquele ato estava envolvido, compartilhando das diversas lutas pela terra, presentes no território brasileiro, e que tiveram, a partir da ação da Igreja Católica nas Ligas Camponesas e na CPT, a legitimação da presença cristã no enfrentamento das desigualdades sociais, sobretudo no campo, e na defesa e proteção de grupos e movimentos vulneráveis à ação violenta de grandes fazendeiros e grileiros.

Nesse sentido, os cânticos litúrgicos entoados durante as celebrações e eventos promovidos pela paróquia, como, por exemplo, as comemorações do Dia do Trabalhador aqui analisadas, expressavam a concepção religiosa vivenciada por esses setores da *Igreja Popular* na realidade coiteense. Acreditamos que a escolha dessas músicas não era feita de forma aleatória, elas possuíam a finalidade de fortalecer o pensamento religioso ligado à *espiritualidade da libertação*, bem como atingir os fiéis que não participavam dos movimentos pastorais da paróquia, mas que eram frequentadores das celebrações realizadas nas capelas e na igreja matriz, sendo que uma grande parcela não participava das formações promovidas pela instituição e não possuía uma proximidade com o clero.

Assim, através das letras dessas canções, essa parcela poderia refletir que as questões sociais, sobretudo a defesa dos pobres e oprimidos e o direito à terra, eram componentes que deveriam estar aliados às práticas religiosas. A canção *Nossos direitos vêm* reflete como a presença de cânticos litúrgicos que expressassem a *espiritualidade da libertação* nos eventos religiosos era uma importante tática pedagógica para difundir as concepções teológicas

defendida por esses setores “progressistas”. A crença na vida após a morte e as agruras no mundo secular são interpretadas à luz dessa espiritualidade em *Nossos direitos vêm*. Esse mundo é perecível, a vida material é passageira, direcionada para o horizonte da vida eterna ou não, por isso, os direitos humanos e a solidariedade se contrapõem aos interesses da corrupção e da acumulação elitista do capital.

Os registros audiovisuais são extremamente ricos para perceber esses elementos, tanto na perspectiva dos cânticos que eram entoados nos atos promovidos pela instituição religiosa, quanto nas músicas que serviram de trilha sonora das gravações dos eventos, nas fases de sua edição. Nas filmagens dos eventos armazenados nos DVDs, os termos pobres, oprimidos, povo, igualdade, luta, terra, justiça, injustiça, alegria, direitos, Deus, Cristo e libertação eram constantes nas letras das canções presentes nesses registros.

Dentre essas músicas, percebemos que três são frequentemente entoadas nos eventos gravados, e apresentam elementos do modelo de Igreja que esses agentes religiosos constituíam nessa realidade coiteense. A primeira delas, *O Canto de Maria*, foi composta pelo Padre Manuel B. Machado, inspirado no cântico bíblico de Maria, mãe de Jesus, o *Magnificat*, presente em um dos álbuns dedicados a uma das maiores festas marianas do país, Círio de Nazaré, lançada pela gravadora Paulinas – Comunicação Musical Editora Paulinas (COMEP), em 1996. O *Magnificat* é um dos cânticos bíblicos mais conhecidos pelos fiéis católicos e interpretado pelos setores “progressistas” como a expressão da opção de Deus pelos humildes, além de ser um significativo componente de legitimação do modelo de *Igreja Popular*<sup>117</sup>:

**O canto de Maria** (Letra e Música: Pe. Manuel Machado)

Refrão: Virá o dia em que todos, / ao levantar a vista, / veremos nesta terra / reinar a liberdade. (bis)

1 - Minh'alma engrandece / o Deus libertador. / Se alegra meu espírito / em Deus, meu Salvador, / pois Ele se lembrou / de seu povo oprimido / e fez de sua serva / a mãe dos esquecidos.

2 - Imenso é seu amor, / sem fim sua bondade / pra todos que na terra / o seguem na humildade. / Bem forte é nosso Deus, / levanta o seu braço, / espalha os soberbos, / destrói todo pecado.

3 - Derruba os poderosos / dos seus tronos, erguidos / com sangue e o suor / de seu povo oprimido. / E farta os famintos, / levanta os humilhados, / arrasa os opressores, / os ricos e os malvados.

4 - Protege o seu povo / com todo o carinho, / fiel é seu amor / em todo o caminho. / Assim é o Deus vivo, / que marcha na história, / bem junto de seu povo, / em busca da vitória.

---

<sup>117</sup> Essa perspectiva é analisada por Dom Mauro Morelli, Bispo emérito residente na Diocese de Luz, em Minas Gerais, em seu texto *A Igreja se fez povo: Cântico de Libertação*, e no livro *E a Igreja se fez Povo - Ecclesiógênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Dom Mauro foi um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política. (JESUS, 2016).

5 - Louvemos nosso Pai, / Deus da libertação, / que acaba com a injustiça, / miséria e opressão. / Louvemos os irmãos, / que lutam com valia, / fermentando a história, / pra verem novo dia. (O CANTO..., 1999 – CD).

Por ser uma paróquia mariana, na qual a sua devoção se refere a um dos títulos de Nossa Senhora, essa canção, possivelmente, a julgar pelos registros audiovisuais, era uma das quais sempre estava presente nas celebrações e procissões religiosas, especialmente durante os festejos da padroeira. Bem como, nos eventos sociopolíticos promovidos pela instituição ou dos quais participava com os seus fiéis, uma vez que sua letra evidencia Maria como a mãe dos excluídos e oprimidos pelos poderosos, exaltando a libertação dos pobres como sendo um projeto de Deus. A segunda canção, *Nossa alegria*, também foi lançada pela gravadora Paulinas/COMEP, em 1985, no álbum *O Canto das Comunidades, a manhã vai chegar*, volume 3, no formato de vinil:

**Nossa alegria** (Letra e música: DR)

Refrão: Nossa alegria é saber que um dia, todo este povo se libertará, / pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo, nossa esperança realizará. (bis)

1. Jesus manda libertar os pobres, e ser cristão é ser libertador. / Nascemos livres pra crescer na vida/ não pra ser pobre nem viver na dor. (bis)
2. Vendo no mundo tanta coisa errada, a gente pensa em desanimar, / mas quem tem fé sabe que está com Cristo, tem esperança e força pra lutar. (bis)
3. Não diga nunca que Deus é culpado, quando, na vida o sofrimento vem. / Vamos lutar que o sofrimento passa, pois Jesus Cristo já sofreu também. (bis).
4. Libertação se alcança no trabalho, mas há dois modos de se trabalhar. / Há quem trabalha escravo do dinheiro, há quem procura o mundo melhorar (bis).
5. E pouco a pouco o tempo vai passando, e a gente espera a libertação. / Se a gente luta ela vai chegando, se a gente pára ela não chega, não! (bis) (NOSSA..., 1985 – VINIL)

Assim como na primeira canção, a temática da libertação dos pobres é presente nessa composição, na qual reflete que o segmento a Jesus Cristo exige uma prática de libertação dos pobres, sendo realizada por meio de um processo de luta contra o sofrimento e a opressão. Ademais, a fé no Cristo possibilitaria forças e a esperança de continuar travando lutas, apesar da existência de muitas injustiças e sofrimentos. Essa perspectiva da libertação é constante nos discursos dos leigos e do clero presentes nos registros audiovisuais. A última música recorrente nas filmagens, *Eu sou roceiro*, não se tem o conhecimento de sua autoria ou se corresponde a produções coletivas de tradição popular (SESC, 2015). *Eu sou roceiro* é umas das canções que ainda anima muitas romarias no país e, por muito tempo, tem feito parte do repertório das atividades de trabalho e festivas, realizadas por comunidades do campo (SESC, 2015):



**Eu sou roceiro** (letra e música: anônimo)

Refrão: Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão. / As minhas mãos são calejadas, sim, senhor, / me falta terra, falta casa, falta pão. / Vivo bem longe do Brasil do lavrador

1. Só tenho a enxada e um título de eleitor/ para votar em seu fulano educado/ que não faz nada pelo pobre agricultor, / que não tem terra pra fazer o seu roçado.
2. Esse país é do tamanho de um continente, / mas não tem terra pra o homem da mão grossa. / De norte a sul, do nascente ao poente, / vivo à procura de um lugar pra fazer roça.
3. Escuto o rádio fico cheio de alegria, / quando se fala que a reforma vai chegar. / Espero um ano, espero dois e só se cria, / falsos projetos pra poder me tapear.
4. Sou um soldado retirante sem medalha, /sou estrangeiro, quando pego a reclamar, / sou camponês que usa tanga e sandália, / sou brasileiro só na hora de votar.
5. Até na Igreja tenho encontrado tapia. / Às vezes fico sem saber pra onde vá, / mas esse Deus de sombra e água fria/ Ou é de todos ou um dia passará.
6. Eu sou comprado por cem gramas de sorriso, / mas sou cismado com um grão de traição. / Já vou fugindo dos que tem o rosto liso, / já que o meu é cheio de grutilhão. (EU SOU..., 2007 – CD).

Nos registros audiovisuais essa canção é especialmente entoada pelos fiéis durante as comemorações do Dia do Trabalhador, gravadas em 1996 e 1998, evidenciando uma postura crítica e questionadora diante das condições de vida dos trabalhadores rurais. Cabe salientar que essa crítica, apesar das múltiplas identidades sociopolíticas e religiosas presentes, situa-se no pressuposto de que o sujeito eleitor, agricultor, camponês, estrangeiro, brasileiro e religioso católico é masculino, apagando o elemento feminino presente nessas lutas. Além disso, é possível observar, que *Eu sou roceiro* é cantada durante a procissão de encerramento do Mês da Bíblia, realizada em setembro de 1996, onde reuniu as pastorais e as CEBs da paróquia.

Ao que parece, essas canções, além de animar os atos, representavam o projeto político que esses agentes religiosos ansiavam em implementar nessa realidade. Assim, aliavam a fé cristã às lutas por melhores condições de vida e trabalho, identificando que as lutas dos trabalhadores do país, faziam parte das próprias lutas pela construção do reino de Deus. Essa perspectiva não é apenas observada nos cânticos, é possível percebê-la nas filmagens de importantes celebrações da paróquia, como na tradicional prática devocional, a Via Sacra. Apesar desse rito ser exercido pelos católicos durante as sextas-feiras do período quaresmal, a paróquia registrou especialmente as Via Sacras realizadas na *Sexta-feira da Paixão*, durante a *Semana Santa*.

As quatorze estações que fazem memória do percurso de Jesus Cristo até o Monte Calvário eram encenadas pelos grupos de jovens da instituição pelas ruas da cidade, tendo o

auxílio de caminhões, carros de som e, a partir de 2002, do trio elétrico. Além de possibilitar uma significativa vivência dessa prática devocional aos fiéis, a encenação da Paixão e Morte de Cristo era oportuna para refletir sobre as condições de vida e as questões sociais da comunidade, bem como do histórico de lutas dos trabalhadores do país.

O primeiro registro da encenação da Via Sacra, dentre os cinco DVDs sobre essa temática analisados, foi a realizada em 28 de março de 1997. Ela contou com uma grande participação de fiéis que percorreram uma longa caminhada pelos bairros da cidade, diferente das demais procissões religiosas, cujo trajeto era realizado pelas principais ruas do centro comercial. A condução desse momento foi coordenada pelo Padre Antonio Elias Souza Cedraz, vigário auxiliar, que, por meio de um carro de som, iniciou o percurso induzindo os fiéis a refletirem, motivados pela Campanha da Fraternidade daquele ano<sup>118</sup>, sobre os direitos humanos para todas as pessoas, inclusive para os encarcerados: “porque matou, será que merece morrer? Alguém (pausa) que está me ouvido pode até ser a favor da pena de morte. Será que os ricos que não vão para a cadeia, vão merecer também a pena de morte?” (TRÍDUO..., 1997 – DVD).

Essa reflexão foi realizada enquanto a multidão de fiéis, que havia iniciado a procissão na igreja matriz, se acomodava para não perder nenhum ato da encenação da condenação de Jesus Cristo, a ser realizada em cima da carroceria de um caminhão, localizado na frente do fórum da cidade, por jovens da Pastoral da Juventude, caracterizados como personagens bíblicos. A localização escolhida para a encenação da primeira estação da Via Sacra era simbólica, pois realizar o ato na frente da sede do poder judiciário local, como foi mencionado pelo Padre Elias Cedraz, representava a necessidade dos fiéis compreenderem que para alcançar de fato a justiça era preciso empreender várias lutas, porque, tal como Cristo, muitos ainda eram julgados injustamente. Inclusive o Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, que respondia a processos judiciais movidos por políticos da cidade, devido, segundo os leigos, a defender a verdade, entendia que a Igreja Católica era perseguida por denunciar as irregularidades da administração municipal. Assim como Jesus foi condenado ao questionar as autoridades do seu tempo, a Igreja Católica, representada pelo clero, estava sendo condenada injustamente por defender os interesses do povo:

As pessoas que seguem este homem até hoje continuam acreditando que ele é Deus. Os seus discípulos ensinaram o que ele ensinou, seguiram o seu exemplo. Os que acreditaram nele e foram batizados, se organizaram como cristãos e cristãs e formaram comunidades. E continuam, até hoje, vivendo em grupos, em comunidade chamada Igreja. A Igreja continua ensinando como

<sup>118</sup> A Campanha da Fraternidade de 1997 teve como tema *A Fraternidade e os Encarcerados* e lema *Cristo liberta de todas as prisões*.

Jesus. A Igreja é a continuação de Jesus. A Igreja continua a missão de Jesus. Missão de justiça, missão de paz, missão de amor! A missão da Igreja é a mesma de Jesus, anunciar a verdade e denunciar a mentira, formar pessoas honestas, denunciando a desonestidade. A Igreja de Jesus continua do lado do povo, como ele, defendendo o povo. A Igreja continua defendendo os excluídos, os mais fracos, os escravos de qualquer tipo de escravidão, os presos. É, mas a Igreja também se mete onde não deve! Padres se metem em política! Em vez de falar das coisas espirituais, das coisas do céu, ficam falando de coisas materiais, de coisas da terra. Auto lá! Jesus também foi assim! Por que ele foi julgado como criminoso? Qual crime ele cometeu? Foi justamente porque não concordou com as autoridades do seu tempo. A Igreja, os padres de hoje falam em política, porque Jesus falou, tentam fazer como Jesus fez. A Igreja se mete em política, fala das coisas da terra, porque assim fez Jesus (TRÍDUO..., 1997 – DVD).

Após dramatizarem o texto bíblico sobre a condenação de Jesus Cristo à morte na cruz, as jovens que haviam realizado o papel de acusadoras de Jesus em meio à multidão, subiram no caminhão e pronunciaram o texto acima no intuito de atualizar o texto bíblico para o contexto eclesial coiteense, especificamente do clero, no qual vivenciava hostilidades devido às suas ações no campo político, especialmente o Pe. Luiz Rodrigues Oliveira. Este, paramentado com as vestes litúrgicas de cor vermelho, devido às orientações litúrgicas, acompanhava a procissão junto aos fiéis e orientava o grupo de leigos que organizava os espaços da encenação pelas ruas.

No decorrer das filmagens dessa Via Sacra, bem como dos registos dos anos seguintes<sup>119</sup>, essa perspectiva de atualizar o texto bíblico dessa prática devocional para a atualidade, sobretudo para o contexto coiteense, continuou sendo uma marca dessas encenações na *Sexta-feira da Paixão*, até o ano de 2009, porque após a finalização da administração do Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, a paróquia passou a ser comandada por um clero distante das diretrizes da *Igreja Popular*, como comentamos anteriormente. Entretanto, além de perceber o aspecto de legitimação das ações de denúncia do Pe. Luiz Rodrigues e do envolvimento do clero e de leigos no campo político semelhantes às ações de Jesus Cristo, o texto pronunciado, em forma de jogral, pelas jovens que trajavam vestes que remetiam ao tempo bíblico, evidencia o modelo de Igreja que esses setores defendiam e buscavam consolidar em Conceição do Coité (TRÍDUO..., 1997 – DVD). A defesa desse modelo de Igreja junto aos pobres e excluídos, comprometida com as questões sociais e políticas, é bem característica da *Igreja Popular*.

Retomando a análise da *Caminhada da Solidariedade*, realizada em 1 de maio de 1998, foi possível perceber que, além de agregar alguns fiéis no trajeto, a caminhada dos leigos contou com a presença e o apoio do clero e de outras comunidades situadas nos municípios de Retirolândia, Valente e Santa Luz. Ao chegar no ponto de destino, enquanto o clero se preparava

---

<sup>119</sup> Os DVDs sobre essa temática abordam as Vias Sacras dos seguintes anos: 1997, 2002, 2006, 2007 e 2008.

para iniciar os ritos da missa em cima de um caminhão, o leigo Joilson Marcos Araújo realizava uma espécie de chamada das CEBs presentes no ato celebrativo, tanto daqueles que acompanharam a caminhada quanto das comunidades das paróquias vizinhas, que haviam chegado de ônibus e carros particulares (NOVA..., 1998 – DVD). Desse modo, evidenciava uma rede de comunidades eclesiais dentro da Região Sisaleira que, naquele período, compartilhavam do mesmo pensamento religioso e articulavam estratégias de defesa dos direitos dos trabalhadores e de apoio à luta dos camponeses sem-terra, organizados no MST.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e os diretórios do PT presentes nas cidades dessa região eram importantes parceiros dessa rede de comunidades, visto que uma parcela dessas entidades e suas lutas na região nasceram pela ação das CEBs. A súplica da senhora, que inicia esse tópico, e as comemorações do Dia do Trabalhador manifestavam a proximidade que esses movimentos possuíam com o espaço eclesial, eram, como ela se refere, *companheiros*, sobretudo de lutas, pois seus integrantes compartilhavam dos mesmos espaços sociais, muitos deles engajados nas mesmas instituições.

Em 1996, essa rede se tornou ainda mais evidente quando os leigos coiteenses foram ao encontro de um acampamento do MST no município de Santa Luz, constituído por cerca de 130 famílias. Naquele ano, também no dia do trabalhador, uma parte dos membros do conselho pastoral participou das comemorações aos trabalhadores, organizadas, ao que parece, pelo Zonal 4, ou seja, uma unidade eclesial da Diocese de Feira de Santana, que integrava as paróquias de Conceição do Coité, Serrinha, Teofilândia, Biritinga, Valente e Santa Luz; e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, tendo o apoio dos Diretórios Municipais do PT, uma vez que os registros demonstram a presença de veículos de passageiros dessas cidades, e a reunião de CEBs e do clero da Região Sisaleira no acampamento, onde foi realizada uma missa e pronunciamentos de representantes das entidades participantes do evento (PRIMEIRO..., 1996 – DVD).

Os registros audiovisuais desse acontecimento, realizados pelos leigos coiteenses, apesar de não retratarem todos os ritos da missa, apenas uma breve filmagem do início da celebração, tendo a presença de setores do clero e algumas religiosas do Zonal 4, evidenciam, desde esse período, a articulação das paróquias dessa região, especialmente das CEBs, na mobilização e engajamento dos fiéis na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente os sem-terra. A incipiente historiografia que discute o clero da Diocese de Feira de Santana pós-Vaticano II, analisa a presença de um clero alinhado com a *Igreja Popular* na Região Sisaleira, a partir da década de 1970, especificamente nas cidades de Serrinha, Retirolândia e Valente. Nesse sentido, entendemos que as ações desses padres em Valente e

Serrinha, durante a década de 1960 e 1970, contribuíram para que nos anos de 1990 essa rede de comunidades eclesiais, ligadas às lutas dos trabalhadores rurais, estivesse consolidada na Região Sisaleira.

Em contrapartida, em Conceição do Coité essa experiência, de um clero característico da chamada *Igreja Popular*, é vivida entre os anos de 1989 e início de 2009, cujos párocos foram os Padres Luiz Rodrigues Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz. Grande parte da filmagem dos leigos sobre o evento realizado no acampamento do MST na cidade de Santa Luz, em 1996, é resumida pelos depoimentos de alguns envolvidos na visita ao acampamento.

Pensamos que o intuito de colher esses depoimentos, sendo eles bem espontâneos e coordenado por Joilson Marcos Araújo, bem como toda a gravação realizada, era criar um produto para ser exibido no programa televisivo da TV Cultura do Sertão, *Sertão em Debate*, apresentado pelo Padre Luiz Rodrigues. Infelizmente, como anteriormente citado, não foi possível encontrar as gravações desse programa, mas era um espaço de debate sobre a realidade sociopolítica do país e da região, realizado quinzenalmente e, de acordo com a temática, possuía a participação de convidados, inclusive do campo político. Joilson Araújo relatou em uma das gravações analisadas que o então Prefeito, Diovando Carneiro Cunha, esteve presente durante uma edição do programa para explicar sobre as acusações de corrupção na sua administração.

Nas filmagens do acampamento em Santa Luz são registrados dois depoimentos de leigos da paróquia coiteense. O primeiro deles é do comerciante conhecido popularmente por Cici, filiado ao PT, foi candidato à Câmara Municipal nos anos 2000, que relatava sobre a campanha de alimentos realizada pela paróquia coiteense para aquelas famílias acampadas em 100 casas de palha naquelas terras, momento em que foi registrado a presença da Irmã Marina Roseli auxiliando na entrega das cestas básicas. Segundo os leigos, a presença deles no acampamento e a campanha de alimentos eram entendidas como um gesto concreto dos paroquianos e um dever dos cristãos em colaborar com o povo mais sofrido, indicando que a presença desses leigos no acampamento era constante. O outro depoimento foi do jovem Professor Luciano Almeida, que vestido com a camisa tendo a frase *Justiça e Paz se abraçaram*, lema da Campanha da Fraternidade daquele ano, relatou sobre como era gratificante observar a organização dos trabalhadores lutando pelos seus direitos, pois, segundo ele, aquele acampamento era “a prova mais viva de Cristo, que Cristo existe e está no meio de nós, pois os trabalhadores se reuniram e formaram uma comunidade livre e liberta do poderio” (PRIMEIRO..., 1996 – DVD).

Os depoimentos dos leigos foram bastante breves, mas reuniam elementos significativos do componente religioso no qual estavam envolvidos. Esse componente parecia ser o mesmo

partilhado pelas famílias que estavam acampadas. O depoimento de um dos organizadores do movimento, chamado Justino, nos ajuda a ter essa compreensão. Usando um boné vermelho com a frase *Jesus salva*, e segurando a sua filha mais nova nos braços, Justino relatou o seguinte: “nós também somos Igreja e, com certeza, vocês estão fazendo o que é Igreja na prática, que é apoiar a luta dos trabalhadores”. Além disso, Justino esclareceu, indagado por Joilson Marcos Araújo, que antes de participar do acampamento em Santa Luz, ele tinha sido animador da comunidade eclesial do seu lugar de origem, Morro dos Lopes<sup>120</sup>, e havia se tornado um dos animadores da comunidade do acampamento, a comunidade Antônio Conselheiro, na qual reunia as famílias diariamente:

O dia a dia do nosso acampamento é o seguinte: a gente levanta todo dia às 5 horas, às 6 horas a gente faz a oração. Essa oração é pedindo a Deus força para resistir diante das dificuldades e também para fazer o planejamento do dia. E a gente decidiu não fazer o planejamento do dia sem a Palavra de Deus. Então, esse planejamento do dia só acontece às 6 horas com a Palavra de Deus, onde reúne toda a comunidade, através de um sino que temos, feito de um pedaço de ferro, né! E essas famílias rezam, passam as suas mensagens do dia anterior e planejam o dia que se inicia. O trabalho é sempre feito em grupo, normalmente, a gente divide as famílias em três grupos. Um grupo sai para a plantação; outro grupo vai limpar a aguada, que também está ficando pouca a água, é preciso limpar a localidade onde frequenta a água; e outra família que vai tirar lenha pra vender, porque a lenha tem sido também um meio de se comprar a farinha para as crianças (PRIMEIRO..., 1996 – DVD).

Justino realizou essa explanação sobre o cotidiano das famílias do acampamento devido ao questionamento de Joilson Marcos Araújo a respeito das práticas religiosas e do cotidiano dos acampados. Creditamos que o intuito de Joilson Araújo era demonstrar aos telespectadores do programa *Sertão em Debate* e, principalmente, aos fiéis católicos, os quais não haviam participado do evento e nem das visitas que eles anteriormente realizaram, que os indivíduos presentes no MST não deveriam ser considerados como preguiçosos, vagabundos e aproveitadores como comumente eram caracterizados pelas grandes mídias e por algumas autoridades políticas e religiosas. Essa percepção é fortalecida quando o operador da câmera, o leigo Luciano Almeida, filmou as plantações de verduras, frutas e legumes desenvolvidas pelas famílias acampadas naquela terra, aspecto destacado por Joilson Marcos Cunha Araújo, minutos antes de iniciar a entrevista com Justino:

O Luciano fez um registro da plantação que os sem-terra desenvolveram aqui nessa região. Tem gente que diz que o trabalhador sem-terra é preguiçoso, quer terra é para vender. Contra fatos, não há argumentos. Isso que Luciano terminou de registrar é uma prova concreta, e creio que não há outra melhor

---

<sup>120</sup> Comunidade rural da cidade de Santa Luz, Bahia.

para dizer que o trabalhador quer é trabalhar, sustentar a família e produzir alimento para esse país (PRIMEIRO..., 1996 – DVD).

Além do enquadramento feito nas plantações, os registros da estrutura do acampamento, os espaços e o modo de organização social daqueles trabalhadores, contribuíram para reforçar o entendimento dos leigos, expressado nesse depoimento de Joilson Araújo, e sobre a importância do apoio dos setores do clero da diocese e do Zonal 4 aos trabalhadores sem-terra da região. A espontaneidade da prece da senhora, que participava da missa realizada no acampamento Nova Palmares, em 1998, e dos depoimentos de Justino e Luciano, em 1996, e a análise dos demais registros audiovisuais da paróquia nesse período, nos leva a pensar que a dinâmica da relação entre o clero e leigo não estava assentada numa lógica hierarquizante, mas como partícipes de um mesmo projeto, tendo cada qual a sua devida importância nesse processo. Esse espaço de luta com os trabalhadores sem-terra não era o único compartilhado pela instituição religiosa e movimentos sociais. A promoção do Grito dos Excluídos pela paróquia foi também um importante catalisador das lutas pela ampliação e defesa dos direitos humanos e sociais e do exercício da cidadania nessa região.

Esse movimento foi realizado pela paróquia no Distrito de Salgadália, contou com a presença dos fiéis vindos da sede do município e daqueles que compunham aquele núcleo da paróquia, bem como, de representantes do STRCC e dos candidatos da chapa dos *Azuis* ao poder executivo daquele período, Misael Ferreira de Oliveira e Gilberto Gonçalves Araújo. Salgadália é o lugar de origem de Misael Ferreira e, historicamente, o principal colégio eleitoral dos *Azuis*. Os registros audiovisuais desse movimento indicam que a paróquia seguiu a metodologia adotada pelo movimento a nível nacional, organizado pela CNBB, em que privilegiava a participação ampla e aberta de diferentes atores e sujeitos sociais em uma causa comum, sem deixar de lado sua especificidade. Tendo a mobilização do Padre Luiz Rodrigues e de alguns leigos, sobretudo de Joilson Marcos Araújo e de Dona Quitéria, animadora da CEBs de Salgadália e Ministra da Comunhão Eucarística, ela é a primeira leiga a aparecer nos registros sobre esses eventos tendo a função de propor reflexões aos demais participantes do Grito dos Excluídos.

Uma vida melhor, esperar por dias melhores, nossas crianças serem felizes, ter o que Salgadália merece, esse povo sofrido, mas que tem fé e não desiste, nunca iremos desistir, somos sempre aquele povo sofrido, mas com fé e esperança de um dia cantarmos junto com Nossa Senhora das Vitórias, a grande vitória de Salgadália. Merecemos essa vitória. [aplausos intensos]. E aqui fica o meu agradecimento a todo esse povo maravilhoso que veio aqui cantar com a gente, não chorar, mas cantar porque não somos derrotados, nós nunca fomos derrotados, nós somos firmes, e nessa firmeza iremos até o fim. Ninguém irá chegar em Salgadália derrotada, Salgadália é uma vitoriosa, irá

ser até o fim, precisamos sim de muitas coisas aqui em Salgadália para acabar o sofrimento do nosso povo, tanto de água quanto terra para se trabalhar, escolas, enfim, várias coisas que todo mundo já sabe que precisamos em Salgadália, mas que não vou falar porque o povo já sabe o que é, precisamos de tudo, só temos aqui paz, porque trabalhamos pela paz e essa nós temos, graças à Deus. Obrigada a todos e os meus sinceros agradecimentos [aplausos] (MÊS..., 1996 – DVD).

Esse discurso de Dona Quitéria (figura 27) foi realizado na frente de uma das capelas daquele distrito, Nossa Senhora das Vitórias, cercada de algumas mulheres com baldes vazios na cabeça, dentre elas uma segurava um cartaz feito à cartolina e com a inscrição *Salgadália é um pedaço da discriminação social e política*, no qual apresentava um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade salgadense, a ausência de abastecimento de água potável. Desse modo, a reflexão proposta por Dona Quitéria era a síntese do entendimento daqueles que promoveram o ato e evidencia o objetivo do Grito dos Excluídos ter sido realizado naquele distrito, demonstrar, em pleno período eleitoral, que durante as administrações dos *Vermelhos Situacionistas* aquela comunidade não tinha suas demandas atendidas pelo poder local, pois a maioria dos seus eleitores votavam nos candidatos do grupo dos *Azuis*. Assim, no entendimento dos organizadores, a população presente na região de Salgadália estava excluída dos serviços públicos. Essa suposição é fortalecida ao perceber que os jornais da época igualmente faziam essa referência sobre a condição desse distrito (SALGADÁLIA..., 1987).

Figura 27 – Registro de Dona Quitéria durante o Grito dos Excluídos de 1996



Fonte: DVD Mês da Bíblia e Grito dos Excluídos de 1996



Entoando cânticos litúrgicos os manifestantes percorriam algumas ruas do maior distrito do município segurando cruzeiros e faixas em que reivindicavam à atenção dos poderes públicos no atendimento das demandas da comunidade, principalmente o saneamento básico. *Quando teremos água?* Indagação presente em umas das principais faixas que estava à frente da caminhada. O registro audiovisual apresenta ainda partes dos pronunciamentos realizados pelos leigos e pelo Pe. Luiz Rodrigues durante o evento, em que relataram a situação de abandono por parte do poder local e a resistência dos moradores daquele lugar diante das dificuldades. Bem como, a identificação de que as lutas dos trabalhadores rurais e dos sem-terra também eram as lutas da instituição religiosa, do seu clero e “daqueles que leram as sagradas escrituras, a palavra da liberdade, da verdade, a mensagem libertadora de Jesus” (MÊS..., 1996 – DVD).

Nesse prisma da luta por direitos, mas inserida no contexto das lutas femininas, outra leiga que realizou um discurso durante o Grito dos Excluídos de 2005, sendo capturado pelas fontes audiovisuais, foi Maria Eliana Lima Santos, filiada ao PT desde 1999, residente em uma das comunidades do Distrito de Salgadália, Comunidade Ipiranga. Durante o Grito, ela refletiu sobre a temática da exclusão e da discriminação, bem como acerca das resistências e lutas enfrentadas pela organização do movimento de mulheres na região, fruto da sua experiência na Secretaria e Coletivo das Mulheres do STRCC, e das formações coordenadas pelas Irmãs da Providência de GAP e os Padres Luiz Rodrigues e Elias Cedraz.

Nós, enquanto mulheres, representamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, temos a honra de representar não só as mulheres trabalhadoras rurais, mas as mulheres do nosso município, independente da sua função... [corte da edição da gravação] trata a mulher, a nível nacional está dando o suporte para as mulheres dentro da organização, a oportunidade de novos créditos, a oportunidade da organização dos empreendimentos e nos aqui, também em Coité, estamos trabalhando essa questão. Hoje, são vários grupos em nosso município, da zona rural, que estão organizados. Temos um também na sede do município, no Bairro do Açudinho, que vem trabalhando essa questão da valorização e da organização da mulher, ocupando o seu espaço. Infelizmente no Governo do Estado, no Governo do Município não tem mostrado nenhuma oportunidade para que nós estejamos dentro do orçamento, discutindo e colocando algo que nos beneficie, a gente sabe que houve as conferências da mulher, mas quem ouviu falar que no nosso município ocorreu a Conferência da Mulher? Poucas pessoas, porque o município não realizou nenhuma mobilização, não se interessou para que isso acontecesse, e sabe por quê? Porque para eles não importa mobilização, para eles quanto mais o povo tiver sem conhecimento melhor, porque a gente não vai lutar pelo que é nosso de direito, nós, enquanto mulheres, temos que estar preparadas para enfrentar essa dificuldade e ir para a rua fazer valer o que temos de conhecimento. A gente luta também pela juventude, a juventude também é discriminada, são duas classes, e vamos todos juntos em busca de oportunidade, em busca de organização, a gente sabe que em nosso município, por exemplo, existe a juventude organizada a nível de Igreja e a nível de sindicato, que não tem dito nada, principalmente do poder público, estamos na luta por um espaço da

juventude a ser criado em nosso município. Qual foi a oportunidade que Câmara de Vereadores e a Prefeitura tem dado para isso? Poucas pessoas se interessam nessa discussão, porque para eles não tem interesse em dar oportunidade para juventude, que fica excluída. É muito mais interessante a juventude sair de sua cidade, mendigar, passar por dificuldades lá fora e, às vezes, até voltar para o município sem nem ter tido oportunidade em outro município [corte da edição da gravação]. (SEMANAS..., 2001, 2002 e 2005 – DVD).

Esse discurso de Maria Eliana Lima Santos (figura 28), além de demonstrar a presença de um movimento de mulheres em Conceição do Coité inseridas no contexto das lutas femininas, questionando seus lugares sociais de gênero, sem esquecer que “mesmo quando as mulheres se organizam de maneira autônoma, nem sempre atuam de maneira autônoma na defesa dos seus interesses de gênero” (MOLYNEUX, 2003, p. 230), evidencia que, no decorrer dos anos, o Grito dos Excluídos incorporou outras instituições da região, como as educacionais e a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES), e manifestações culturais em sua caminhada, grupos de capoeira, dança e teatro.

Figura 28 – Registro de Maria Eliana Lima Santos durante o Grito dos Excluídos de 2005.



Fonte: DVD Semanas da Cidadania (2001, 2002 e 2005).

No discurso de Maria Eliana também desperta atenção a referência de que o único grupo de mulheres organizadas na sede da cidade estava situado no Açudinho, justamente o bairro onde as Irmãs da Providência de GAP residiam e possuía mais atuação. A partir do ano 2001,

a paróquia, motivada pelo Pe. Antonio Elias Cedraz e pelas diretrizes do movimento nacional que organizava o Grito dos Excluídos, implementou na primeira semana do mês de setembro a Semana da Cidadania, um espaço de formação sociopolítica para refletir sobre as temáticas que norteavam o Grito e a conjuntura política do país e da região, como também, pautas anticapitalistas e a relação fé e política.

Os registros indicam que a abordagem das temáticas era desenvolvida por sujeitos ligados à Igreja Católica, aos movimentos sociais, instituições públicas e partidos de esquerda, sobretudo do PT, tendo a intervenção dos participantes do evento, em sua maioria, estudantes, professores e fiéis da instituição religiosa. Essa intervenção era caracterizada por meio de perguntas aos expositores dos temas, assim, numa dinâmica de conferência, a Semana da Cidadania se tornou um dos poucos espaços presentes no município em que reunia uma parcela de jovens estudantes para debaterem sobre a relação fé e política. Era uma semana organizada pelos movimentos leigos da paróquia sob a coordenação do pároco e em parceria com as escolas e movimentos sociais do município, realizada todas as noites, até a véspera do dia 7 de setembro, no Centro Comunitário Padre Luiz Rodrigues Oliveira.

Apesar da promoção da Semana da Cidadania acontecer na paróquia até o ano de 2009, apenas as palestras do Sociólogo e Professor Universitário Ildes Ferreira de Oliveira, que explanou sobre os efeitos da globalização, realizada em 2002, e do Bancário Francisco de Assis Alves dos Santos, candidato do PT ao executivo municipal, que discutiu sobre política e politicagem, no ano de 2000, foram convertidas na íntegra para o formato DVD. A conversão dessas filmagens para esse formato é bastante significativa, pois revela não apenas uma seleção de quais momentos deveriam ter mais chances de serem conservados, mas o intuito de tornar acessível as palestras de Ildes Oliveira e Francisco de Assis como marcos de identidade desse evento.

O Sociólogo Ildes Ferreira, falecido em 2019, desde a juventude possuía uma trajetória junto aos movimentos leigos, como a JAC e a Ação Popular (AP), foi seminarista da Diocese de Feira de Santana, na qual atribuiu a sua formação e engajamento político às ações do Padre italiano Aldo Giazzon, com o qual trabalhou na paróquia de Amélia Rodrigues. Francisco de Assis Alves, o Assis da Caixa, ex-prefeito de Conceição do Coité, apesar de não ser vinculado a nenhum movimento leigo da paróquia, por meio do PT estabeleceu uma relação de amizade com os Padres Luiz Rodrigues e Antonio Elias Cedraz, possuidor de uma significativa trajetória de participação dos atos sociopolíticos promovidos pela instituição religiosa, tendo, nesse período, um grande espaço de fala nesses eventos.

Supomos que, a partir da trajetória desses palestrantes e do papel desempenhado por eles nos espaços eclesiais e sociopolíticos, o Pe. Elias Cedraz selecionou essas duas palestras para serem convertidas no formato DVD, porque, no seu entendimento, elas representariam o modelo de Igreja próxima do povo e de suas lutas. Dessa maneira, compreendemos a necessidade de entender quais são os eixos do pensamento religioso que nortearam a ação desse modelo de catolicismo preocupado com as questões sociopolíticas na paróquia coiteense. É evidente que a vivência desse catolicismo pelos leigos e clero não se limitava às particularidades regionais, mas, sobretudo, devido a sua dimensão transnacional e nacional, pois é um organismo vinculado, no seu sentido macro, à Cúria Romana e à realidade da Igreja Latino-Americana, legitimada pelo CELAM, sem homogeneizar as especificidades nacionais, em nosso país representada pela CNBB, e, no seu sentido micro, à Diocese de Feira de Santana.

O fundamento principal desse pensamento religioso na realidade sisaleira foi a teologia latino-americana, a TdL, que foi fomentada na realidade coiteense pela ação dos leigos, durante a década de 1980. Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto as cidades vizinhas ao município coiteense, Serrinha, Retirolândia e Valente, possuíam em suas paróquias um clero “progressista”, engajado nas lutas do trabalhador rural, a hierarquia local estava muito mais próxima do pensamento dos setores considerados “conservadores”, estes que por um longo tempo administraram a paróquia coiteense e mantiveram proximidade com as elites políticas e econômicas, como analisamos nos capítulos anteriores. Na edição n. 19, o *Tribuna Coiteense* publicou uma entrevista realizada com o leigo Renato Alves da Silva, um dos agentes da Pastoral Rural, onde indicou que a atuação dessa pastoral na paróquia, sob o pastoreio do Padre José Antonio dos Reis, foi breve, pois um dos objetivos, eleger um dos coordenadores, Valdemir de Assis Silva, ao cargo de Vereador, não foi alcançado pelo grupo, razão pela qual foi fundado outro movimento. Valdemir de Assis possuía uma experiência no sindicato dos trabalhadores, como funcionário, e, no mesmo período, conseguiu ser eleito Vereador pelo grupo político dos *Vermelhos Situacionistas*.

Além disso, encontramos registros sobre a atuação da Pastoral Rural, em 4 edições do jornal *O Grito da Terra*, de Feira de Santana, entre os anos de 1982 e 1983, em um acervo de mais de 30 jornais entre 1981-1985, os quais evidenciam a proximidade do STRCC com a Igreja Católica em ações na organização de celebrações religiosas, de encontros com jovens rurais e com novos sócios. Essas informações foram enviadas ao periódico pelo então presidente sindical Celso Costa Amâncio, o qual destacou em um dos seus relatos o apoio do Pe. José Antônio dos Reis na presidência das celebrações e, especialmente, nas ações da Pastoral da Terra:

Um trabalho que vem produzindo bons frutos em Conceição do Coité é o apoio da Pastoral da Terra. O vigário local, Pe. José Antonio dos Reis vem prestando importante contribuição no encaminhamento das atividades do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité. Além do encontro realizado no mês de maio com trabalhadores rurais, a equipe formada pela Paróquia e Sindicato está agora preparando o Natal do Trabalhador Rural, quando realizaremos um mês de atividades, começando em 1º de dezembro, visando sobretudo a organização da classe e ao mesmo tempo preparar os trabalhadores para o verdadeiro sentido do Natal de Jesus Cristo. (SINDICATO..., 1982, p. 3).

Esse relato de Celso Amâncio reforça o entendimento de que, naquele período, as ações entre a instituição religiosa e o movimento sindical eram centradas no fortalecimento das práticas católicas junto aos trabalhadores rurais, e na cooptação de novos sócios para a entidade. Tal conjuntura se aproxima da dinâmica das comunidades eclesiais rurais fundadas e incentivadas pelo Pe. José Antônio dos Reis, que apesar de serem categorizadas como CEBs, entendidas como comunidades que possuíam a mesma dinamicidade das comunidades eclesiais e, portanto, partilhavam da *espiritualidade da libertação*, as fontes disponíveis não viabilizaram realizar essa afirmação.

Em contrapartida, ao classificar as comunidades rurais de CEBs evidencia o esforço dos agentes religiosos, sobretudo do pároco, em fomentar uma realidade eclesial próxima das diretrizes da CNBB e da realidade pastoral do Vaticano II. Assim, essa perspectiva foi observada nas notícias do STRCC presentes no *O Grito da Terra*, onde ainda se tornou possível constatar os problemas enfrentados por algumas comunidades nas pautas dos encontros realizados no sindicato, por exemplo, a luta pela instalação de rede elétrica na comunidade de Terra Nova, situada a 3 km do centro da cidade (SINDICATO..., jan. 1983, p. 3). O referido pleito perante o poder político se daria por meio da elaboração de documentos, uma espécie de carta reivindicatória, e pela mediação realizada pela Pastoral Rural e o STRCC.

Entretanto, essa ação “progressista” não se ampliava ao campo do enfrentamento político, prisma singular das CEBs. Essa concepção foi analisada, por exemplo, na postura do sindicato frente à ação de despejo de um trabalhador rural, associado à entidade, de suas terras pela prefeitura municipal e a derrubada de cercas de 11 tarefas de terra. Mesmo o sindicato reconhecendo a ação como uma invasão por parte da prefeitura, pois não havia apresentado a ordem judicial de despejo, não encarou, nas duas reportagens sobre o caso, o poder político como o responsável pela ação e nem relatou nenhuma ação de mediação coordenada pela entidade ou a Pastoral Rural com a prefeitura em busca de esclarecimentos: o STRCC “continua em diligências no sentido de localizar os bens que foram levados e responsabilizar os culpados por aquele ato criminoso” (PREFEITURA..., 1982, p. 1).

Destarte, acreditamos que o sindicato e a Pastoral Rural evitavam conflitos com o poder político, possivelmente pelas relações que mantinham com esse poder e os seus representantes, por exemplo, Valdemir de Assis que assumiu o seu primeiro mandato de Vereador em 1983, mas buscavam estabelecer um “espaço de negociação”: “o prefeito anterior, sr. Walter Ramos não deu a mínima satisfação e para que o documento chegasse às suas mãos, foi necessário ter sido por AR [Correios]. Tão logo o prefeito recém-empossado arrume as suas secretarias, a comissão [...] irá até a prefeitura” (SINDICATO..., mar. 1983, p. 3).

Essa postura, conseqüentemente, reverberava nas comunidades eclesiais rurais, as quais compreendemos, a partir das fontes disponíveis, que elas, majoritariamente, desenvolveram atividades ligadas aos ritos sacramentais, uma vez que, no período em que o Pe. José Antônio dos Reis administrou a paróquia, ocorreram intensas lutas dos trabalhadores do sisal por aposentadorias e melhores condições de trabalho, e não encontramos relatos de que as comunidades eclesiais e o sacerdote tivessem participado das mobilizações dos trabalhadores, sobretudo as realizadas em 1984.

Interessante que no auge dessas mobilizações nenhum relato das atividades desenvolvidas pelo STRCC e das Pastorais Rural e da Terra foram realizados como nos anos anteriores, apesar de Celso Costa Amâncio registrar, entre os anos de 1982-1983, que o STRCC servia mensalmente como centro de encontro dos dirigentes sindicais da região, espaço no qual os problemas dos mutilados e a questão das aposentadorias eram discutidos. Cabe destacar que, nesses relatos, as ações desenvolvidas pela entidade coiteense na mobilização e luta junto aos trabalhadores não foram abordadas, Celso Amâncio apenas situou o aparelho sindical como apoiador das causas e promotor de atos comemorativos ao Dia do Trabalhador, como a realização da escolha da “Miss Rural” e a procissão religiosa com a imagem de São José Operário (LAVRADORES..., 1982, p. 4).

A mutilação dos membros superiores era um grande dilema dos trabalhadores rurais desse período, além das péssimas condições de vida, sendo que, na década de 1990, 90% desses trabalhadores não possuíam carteira assinada, era a degradante condição de trabalho nos campos e batedeiras de sisal (LIMA, 1993). O jornal *A Tarde*, no editorial de 8 de outubro de 1984, salientou que as primeiras denúncias sobre as mutilações se tornaram públicas em 1966, porém, desde a década de 1940, já existia um contingente de trabalhadores rurais acometidos pela violência do rudimentar motor desfibrador de sisal, conhecido popularmente de *paraibana* (O TRABALHADOR..., 1984).

Esse pequeno motor de baixo custo, movido a óleo diesel, montado por pneus de trator e com um cilindro de descorticação, causou a mutilação de mais de mil trabalhadores, adultos

e crianças, na região sisaleira da Bahia, no início dos anos de 1980. O sistema de pagamento desses trabalhadores da produção de sisal, chamados de cevador, foi, segundo os periódicos, a causa central do grande número de acidentes, na qual recebia Cr\$ 16,00 por quilo de sisal desfibrado (SOARES, 1984). Assim, esses trabalhadores estavam inseridos em um sistema de pagamento por produtividade, se submetendo a várias horas e exaustivos dias de trabalho, na qual os acidentes e riscos à saúde eram naturalizados, como algo inerente ao trabalho desempenhado. Diante dessa realidade, esses trabalhadores, organizados em sindicatos, proveram reuniões e passeatas em Conceição do Coité, tendo a presença de autoridades políticas e representantes do INPS baiano, entre os anos de 1982 e 1984, no intuito de alcançarem aposentadorias por invalidez e melhores condições de trabalho.

As mobilizações do ano de 1984 ganharam grande destaque na imprensa, sendo manchetes em vários periódicos, como, por exemplo, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*. Um dado interessante é que os principais folhetins locais do período não relataram o drama e a luta vivida por esses trabalhadores, mas acentuavam que os principais problemas enfrentados pela lavoura do sisal eram as condições climáticas e a desvalorização do preço do sisal. Aspecto bastante significativo, pois não apenas evidenciava o silenciamento dessa imprensa, mas, sobretudo, das autoridades políticas, religiosas e sindicais dessa sociedade, que por muito tempo construiu uma memória do passado isenta de conflitos sociais.

Ademais, demonstrou o quanto essa sociedade estava vinculada aos interesses dos empresários sisaleiros, estes que, por muito tempo, não se preocuparam em adquirir equipamentos mais modernos e seguros e nem melhorar as condições de trabalho no campo, visto que o custo da principal ferramenta para extrair a fibra do sisal e da sua mão de obra, por sinal abundante, eram baixos.

O encontro dos trabalhadores rurais, realizado em 7 de outubro de 1984, reuniu cerca de 400 mutilados residentes nos municípios da região sisaleira, tendo como culminância a passeata da “legião de mutilados” pelas principais ruas da cidade de Conceição do Coité. Esse momento repercutiu nacionalmente, pois além de apresentar homens e mulheres que haviam sido acometidos pela violência da máquina desfibradora, exibia crianças, a mão de obra mais barata, que tiveram braços e mãos mutiladas, demonstrando que mesmo com um histórico de trabalhadores vitimados, as condições de trabalho no sisal não foram modificadas.

Alguns leitores dos jornais, impactados com as fotos exibidas nas manchetes (figura 29), enviaram cartas aos editores indicando as suas indignações em relação à insegurança do

trabalhador do campo e questionando o silenciamento de governadores, deputados, prefeitos, vereadores e padres, “não há voz que se levante?” (TELES, 1984, [s. p.]<sup>121</sup>).

Figura 29 – Manchete sobre os mutilados, 1984.



Fonte: MUTILADOS..., n. 18.595, 1984.

Decerto, os próprios trabalhadores levantaram as suas vozes, ecoando-as em muitas regiões do país, através das manchetes jornalísticas. Organizados nos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, especialmente da cidade de Valente, que aparentava ser o centro das lideranças do movimento, cujo presidente era Geraldo Alves dos Santos, também mutilado, mas no período já aposentado e possuidor de uma trajetória nos movimentos leigos da paróquia de Valente, sob a orientação dos Padres Italianos (NASCIMENTO, 2014). Esses trabalhadores se reuniram no clube coiteense ACCA, sob a coordenação do dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), tendo a presença de prefeitos, vereadores, parlamentares do PMDB e do superintendente regional do INPS, Antonio Carlos Martinelli Braga (MUTILADOS..., n. 5244, 1984)

A principal reivindicação era a concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que os mutilados eram descartados pelos seus empregadores sem nenhum amparo e encontravam grandes dificuldades de retorno ao mundo do trabalho, condenando a maioria desses

<sup>121</sup> É um recorte do jornal, por isso está sem o número da página.



trabalhadores ao desemprego permanente. Aqueles que retornaram ao trabalho no campo foram acometidos com outras enfermidades, como, por exemplo, problemas na coluna vertebral.

Para que essa demanda dos trabalhadores mutilados fosse alcançada, seria necessário modificar a legislação previdenciária vigente (MUTILADOS..., n. 5244, 1984). Os periódicos, que publicaram notícias a respeito dessas mobilizações, além de adotarem um posicionamento de denúncia da ausência de condições de segurança desses trabalhadores, argumentavam, com base no discurso do superintendente regional do INPS, Martinneli Braga, que o Decreto 83.080/79 (BRASIL, 1979) estabeleceu que a aposentadoria por invalidez ao trabalhador rural mutilado seria concedida caso ele fosse acometido pela perda de dois membros, divergente do trabalhador urbano, que perdendo um dos membros teria direito à aposentadoria. Entretanto, esse decreto expedido pelo general Ernesto Geisel não discriminava essa condição na forma da legislação, mas que o benefício seria concedido ao trabalhador rural cuja lesão o incapacitasse para o exercício de qualquer atividade, diversamente da lei anterior, Lei 6.195/1974 (BRASIL, 1974), que mencionava apenas a perda da capacidade para o retorno ao trabalho de origem.

Nesse sentido, os jornais, além de apresentarem a possível norma interna do INPS para a concessão da aposentadoria aos mutilados, indicaram que, a partir do Decreto 83.080/79, o processo para a obtenção da aposentadoria por invalidez, que anteriormente já era longo, tendo em vista que alguns a conseguiam após dez anos da lesão (MUTILADOS..., n. 5244, 1984), se tornou mais rigorosa, aumentando o número de pedidos negados. Nas declarações de Martinneli Braga havia o reconhecimento que a reivindicação dos mutilados era justa e garantia que o então Ministro da Previdência Social e do Trabalho, Jarbas Passarinho, iria enviar ao Congresso Nacional uma emenda à legislação previdenciária que beneficiasse aos mutilados. Cabe registrar que, na Câmara dos Deputados, já existia a tramitação de um projeto semelhante, apresentado pelo Deputado Haroldo Lima (PMDB-BA). Entretanto, a concessão da aposentadoria dependia de decisão pessoal do Presidente ou do Ministro, uma vez que, segundo a Constituição vigente, os projetos que implicassem em despesas só poderiam ser apresentados pelo Executivo (MUTILADOS..., n. 18.595, 1984).

Anteriormente, os trabalhadores sisaleiros mutilados recebiam auxílio do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que os considerava aposentados mediante invalidez. Entretanto, a partir da criação do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS), em 1977, esses benefícios foram restritos. Segundo o jornal, com a criação do SINPAS os trabalhadores que já tinham sido cadastrados pelo FUNRURAL, deixaram de receber o dinheiro da aposentadoria. Nesse sentido, com o objetivo de manter um contato direto com o Ministro Jarbas Passarinho, os trabalhadores decidiram enviar uma comissão à Brasília, acompanhada

de parlamentares, sobretudo do PMDB. Após o encontro com o ministro, a aposentadoria não foi concedida automaticamente, mas aprovada após os trabalhadores mutilados terem sido submetidos novamente a exames médico-periciais, realizados ao longo do ano de 1985 (NASCIMENTO, 2014).

Possivelmente a repercussão que esses atos tiveram, em particular na grande imprensa, despertaram a atenção dos militares, que passaram a monitorar as mobilizações realizadas pelos trabalhadores rurais dessa região, através do Sistema Nacional de Informação (SNI). No ano de 1984, o SNI produziu três dossiês retratando o II Encontro Rural dos Trabalhadores da Lavoura Sisaleira, realizado em Conceição do Coité, destacando a presença do Superintendente Regional do INPS, Antonio Carlos Martinelli Braga, representantes da FETAG, prefeitos e vereadores de diversos municípios baianos. Os militares indicaram que a luta dos mutilados do sisal iniciou em março de 1973, quando mobilizados pela defesa de suas aposentadorias alcançaram a grande imprensa, sendo atendidas pelo diretor regional do FUNRURAL, mas foram retomadas pelo cancelamento dos benefícios em detrimento do Decreto-lei nº 83.080 de janeiro de 1979, que regulou, dentre outras, a aposentadoria por invalidez acidentária.

Os militares entendiam essas mobilizações como parte das atividades do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Bahia, através do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (CEATA), “entidade de frente” do PC do B baiano, criada em julho de 1984, a qual foi uma das entidades que sofreu a ação policial de busca e apreensão em 26 de outubro daquele ano. Nesse prisma, os militares justificavam que as ações organizativas dos mutilados era o primeiro teste dos comunistas junto aos trabalhadores, uma vez que a imprensa noticiou o envolvimento de militantes do PC do B nos atos organizados pelos mutilados, inclusive na formação de uma comissão que viajou a Brasília para entregar as reivindicações ao Ministro da Previdência e Assistência Social, em 3 de novembro de 1984.

Diante dessas informações, os militares evidenciaram a participação dos comunistas baianos na organização desses trabalhadores rurais, apesar de constatarem o envolvimento de parlamentares baianos, Antônio Osório Menezes Batista (PDS) e Haroldo Borges Rodrigues Lima (PMDB), na elaboração do projeto de lei que modificava o Art. 323 do Decreto 83.080/79, estendendo a aposentadoria por invalidez aos trabalhadores mutilados no trabalho, em razão das vítimas das máquinas desfibradoras do sisal da Região Sisaleira da Bahia.

O CEATA surge como uma entidade capaz de organizar os trabalhadores rurais, segmento importante da sociedade brasileiras, nas suas lutas e reivindicações [...] podendo transformar a luta dos mutilados do sisal em uma causa de caráter nacional que projetará a entidade em todo o país. Surgiu, assim, mais uma organização de frente do PC do B, desta vez, voltada para a

arregimentação dos trabalhadores rurais, normalmente desassistidos, e com pretensões de se expandir nacionalmente. (ATIVIDADES..., 1984, p. 3).

Desse modo, as mobilizações dos trabalhadores rurais da Região Sisaleira da Bahia estiveram sendo monitoradas pelas agências de informação dos militares, que compreendiam a presença de comunistas orientando e organizando essas mobilizações, como as ocorridas em frente à Assembleia Legislativa, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, no ano de 1987, tendo um grande potencial de tornar o movimento a nível nacional. A primeira delas, aconteceu em 26 de agosto de 1987, na qual reuniu cerca de 1.500 trabalhadores rurais, que reivindicavam uma “nova política agrícola voltada para os pequenos produtores, com linha de crédito, preços justos e garantia de compra de seus produtos [...] correção trimestral dos preços do sisal, feijão, milho e outros produtos” (PROTESTOS..., 1987, p. 2). Esse movimento foi entendido como patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores, tendo a participação dos presidentes dos sindicatos rurais das cidades de Riachão do Jacuípe, Retirolândia e Santa Luz.

A outra mobilização ocorreu em 17 de novembro de 1987, a qual reuniu cerca de três mil agricultores da Região Sisaleira, promovida pelo Polo Sindical da Região Sisaleira e de Feira de Santana, da FETAG e da APAEB, com o objetivo de terem suas reivindicações atendidas pelo Governador do Estado, Waldir Pires, em razão dos problemas enfrentados pela estiagem. Os atos realizados naquele dia foram monitorados pelos militares, que destacaram a liderança de um dos coordenadores do movimento, que acreditamos ter sido Ismael Ferreira de Oliveira, por muitos anos diretor executivo da APAEB e Prefeito de Valente, entre 2013 e 2016 pela legenda do PT, mas que os militares não conseguiram muitas informações ao seu respeito, situando-o como “Ismael de Tal”; e o envolvimento de parlamentares baianos, Coriolano Sales (PTB), Otto Alencar (PTB), Luiz Henrique Sá da Nova (PC do B), Alcides Modesto (PT), Sebastião Castro (sem partido), Misael Ferreira (PMDB), líder dos *Azuis*, Eliel Martins (PFL) e Jurandir Oliveira (PL) na condução dos manifestantes do CAB para a Governadoria, onde foram recebidos por Waldir Pires, que atendeu às reivindicações (MANIFESTAÇÕES..., 1987, p. 3).

Ao analisar os jornais que noticiaram as mobilizações dos trabalhadores rurais no período, a articulação do leigo Valdemir de Assis Silva na eleição da diretoria do STRCC foi percebida em duas publicações, em 1984. Segundo o *Jornal da Bahia*, Valdemir de Assis, funcionário do sindicato, denunciava que o comerciante Armando Oliveira Lima, um dos fundadores do STRCC, por não aceitar o resultado da eleição, que garantiu a permanência da chapa que, desde os anos finais de 1970, administrava a instituição, havia coletado assinaturas

de alguns trabalhadores para contestar o processo eleitoral junto à Diretoria Regional do Trabalho (DRT), sem informá-los sobre o objetivo daquela ação. Assim, no entendimento de Valdemir de Assis, Armando Lima aproveitava da humildade dos trabalhadores com interesse de manipular o sindicato como fazia no início do movimento (CONCEIÇÃO..., 31 jul. 1984).

Decerto, a contestação de Armando Oliveira, contando com um abaixo-assinado com 282 assinaturas, havia sido aceita pelo DRT, que impugnou as eleições ocorridas em setembro. A justificativa foi que o edital de convocação tinha sido publicado após o prazo definido para as inscrições das chapas e, portanto, impossibilitou a participação da chapa de oposição, liderada por Paulo Santos Alves. Além de informar sobre o requerimento de anulação da eleição, o *Tribuna da Bahia* publicou que o grupo responsável pela administração do sindicato realizava um péssimo atendimento aos seus filiados e acumulou um débito com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) de 5 milhões de cruzeiros e a penhora do prédio de funcionamento. Além disso, destacou que Valdemir de Assis, conhecido por Mitinho, pressionava os integrantes da chapa 2 para que desistissem de concorrer (CONCEIÇÃO..., 6 out. 1984).

A partir das fontes que dispomos, não tivemos conhecimento do desfecho dessa disputa, mas essas duas publicações contribuíram para refletir as razões do leigo Valdemir de Assis da Silva ser um dos coordenadores da ação pastoral da Igreja Católica local no âmbito rural, bem como um forte candidato das comunidades eclesiais na Câmara Municipal. Possivelmente, a motivação para que Valdemir de Assis fosse escolhido para desempenhar tal função foi pelo fato dele ser funcionário do STRCC, um dos maiores sindicatos da região com nove mil associados, fundado em 1969 (CONCEIÇÃO..., 06 out. 1984). Essa ocupação o permitiu transitar entre várias comunidades rurais, conhecer o cotidiano de diversos trabalhadores e estabelecer contato com os sindicatos da região e as organizações trabalhistas do período.

Assim, aliado com suas ações na instituição religiosa, Valdemir de Assis da Silva se tornou um funcionário bastante influente no sindicato, sendo, provavelmente, um dos principais elos da paróquia coiteense entre os trabalhadores rurais daquele período. No entanto, a entrevista realizada pelo *Tribuna Coiteense* com o leigo Renato Alves da Silva, o qual justificava o término do movimento da Pastoral Rural devido ao não alcance do objetivo de eleger o radialista Valdemir de Assis, então funcionário do STRCC, como o seu representante na Câmara Municipal, nos leva a refletir que a dinâmica dessas comunidades eclesiais e o papel desempenhado por Valdemir de Assis não compartilhavam das ações desempenhadas pelos Padres Italianos na paróquias vizinhas. Ainda mais, que nesse período Valdemir de Assis conseguiu ser eleito ao cargo de Vereador pelo PDS, aspecto bastante intrigante, uma vez que

o argumento para o término da Pastoral Rural foi justamente o fato dele não ter sido eleito pelas comunidades eclesiais, supomos que esse episódio pode ter sido o causador dos conflitos entre Valdemir de Assis e a instituição católica, que resultou no distanciamento do radialista dos movimentos da paróquia, situação lembrada pelo depoente Arivaldo Ferreira Mota.

Essa reflexão é reforçada ao perceber que no encontro entre Dom Silvério e mais de 300 trabalhadores rurais ocorrido na cidade de Valente, em 19 de dezembro de 1981, episódio narrado pelo *O Grito da Terra*, jornal elaborado pelas lideranças sindicais, foram listadas a presença das lideranças sindicais das cidades de Serrinha, Feira de Santana, Araci, Anguera, Teofilândia, Ichú e Valente, mas nenhuma referência sobre a presença do sindicato de Conceição do Coité (BISPO..., 1982). Desse modo, acreditamos que, naquele período, a instituição religiosa e o STRCC, não incentivavam os trabalhadores rurais a fomentarem táticas no intuito de alcançarem o comando do próprio sindicato, bem como a estabelecerem lutas frente às autoridades políticas locais, representantes dos interesses empresários sisaleiros, como ocorreu nas cidades vizinhas. Assim, compreendemos que as ações do sindicato coiteense estavam mais alinhadas com as orientações governamentais estabelecidas pelos governos militares do que com as reais lutas dos trabalhadores. O conflito entre Valdemir de Assis e Armando Oliveira apresentam nuances dessa perspectiva.

Além da aposentadoria, os trabalhadores durante as manifestações dos mutilados salientavam que a mobilização também reivindicava melhores condições de trabalho, pois não era apenas a *paraibana* a responsável pelas doenças, mas todo o ambiente da cadeia produtiva do sisal. Nesse sentido, o STRCC, mesmo sem representação das bases do movimento, é provável que tenha realizado reuniões com os seus filiados para discutirem e pleitearem um posicionamento do governo em relação às aposentadorias, visto que o processo inicial de concessão era realizado pelos sindicatos. Acreditamos que essas discussões foram mais fortalecidas pela mobilização das trabalhadoras rurais em torno das lutas pelas suas aposentadorias, ocorrida em agosto de 1984, pelas ruas do centro comercial da cidadina coiteense, cujo um dos objetivos visava a criação da Associação das Mulheres de Conceição do Coité, como forma de organizar as trabalhadoras rurais e vinculá-las às ações desempenhadas por outras associações de mulheres dos sindicatos rurais da região.

Analisando as Atas das Sessões da Câmara não há nenhum registro/indicativo de que o Vereador Valdemir de Assis se aliou às mobilizações empreendidas pelos mutilados. O campo político coiteense parecia alheio às demandas oriundas pelos trabalhadores rurais. Nas notícias analisadas na época da mobilização dos trabalhadores, há apenas a inferência em um periódico, que mencionou sobre o apoio da Prefeitura Municipal quanto à realização da reunião dos

trabalhadores, que reuniu cerca de 700 trabalhadores advindos das cidades que compunham a região sisaleira, sendo 300 deles mutilados pelo trabalho desenvolvido na lavoura sisaleira. As reportagens sobre a política local evidenciam que a conjuntura política estava voltada para a inserção de políticos do PDS no PMDB.

A adesão de 2.600 filiados do PSD-2 ao novo partido foi selado em uma convenção municipal, seguida de um comício pró-Tancredo Neves, ocorrida no mesmo período do encontro dos mutilados. Ildebrando Iêdo Araújo Cirino, principal líder dessa facção do PDS, justificou que a adesão ao PMDB aconteceu devido à falta de condições de conviver com o grupo do Prefeito, também filiado ao PDS, agrupados na facção do PDS-1, pois ele era perseguido pelos demais afiliados, com a anuência do Governador, João Durval. O PMDB, portanto, se tornou o maior grupo opositor da região sisaleira.

O *A Tarde* salientou que os mutilados aproveitaram a assembleia de filiação do PDS-2 ao PMDB para irem ao encontro dos parlamentares presentes no ato, este ficou também conhecido como o comício da região em favor da candidatura de Tancredo Neves, no intuito de obterem apoio na campanha e pressionar o Ministro da Previdência para conceder a aposentadoria aos mutilados. Além disso, a finalidade era igualmente solicitar ajuda na luta por melhores condições de trabalho, que proporcionasse mais segurança aos agricultores do sisal, obrigados atualmente a operar máquinas impróprias (PMDB..., 1984). No momento, apenas este relato apresenta uma certa proximidade entre esses manifestantes e os segmentos políticos municipais, mas não demonstra que nenhum político coiteense tenha participado dessas mobilizações na cidade, pois em uma das ações em Salvador foi identificado, pelos militares, a presença do Deputado Misael Oliveira. Vale destacar que o próprio *Dr. Iêdo* era um dos médicos peritos do INPS, juntamente com o seu correligionário Manuel Pinheiro, que avaliavam a condição de saúde desses trabalhadores na região sisaleira.

Diante dessa conjuntura, se às ações do leigo Valdemir de Assis e das comunidades eclesiais, fundadas pelo Padre José Reis, desempenhassem uma práxis semelhante à mística das CEBs, esses setores mobilizariam ou apoiariam a organização dos trabalhadores sisaleiros, principalmente, porque o município era o maior produtor de sisal no período. De igual modo, elas estariam próximas das ações desempenhadas pelos Padres Italianos, Luiz Canal e Luciano, que, no período de 1960 e 1970, administravam a paróquia de Valente e desenvolviam atividades sociopolíticas nas cidades de Retirolândia, Valente e São Domingos. Ações que proporcionaram uma nova ação política dos sindicatos dos trabalhadores rurais nessas cidades, responsáveis pela organização de diversos trabalhadores que alcançaram a direção do

STR/Valente, como, por exemplo, Geraldo Alves dos Santos, e estabeleceram contatos com outras organizações sindicais, pautando dos mesmos interesses, sem intervenção do poder local.

Nesse sentido, na paróquia coiteense, a vivência da *Igreja Popular* foi iniciada pela experiência dos leigos, que tiveram contato com a *espiritualidade da libertação* em outros espaços eclesiais da Diocese de Feira de Santana, aspectos já discutidos. Diante dessa realidade em que a hierarquia local possuía um perfil “conservador”, os leigos utilizaram de outros canais para fomentar a vivência desse catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas no contexto coiteense.

Os registros audiovisuais analisados revelaram que, a partir do momento em que a hierarquia local partilhou do mesmo pensamento religioso desses leigos filiados ao PT e se identificou com os setores “progressistas” da Igreja Católica, ocorreu o fortalecimento da *Igreja Popular* na realidade eclesial coiteense, devido à ampliação desse pensamento para outros setores da paróquia, como, por exemplo uma maior articulação com as comunidades rurais, através dos encontros das CEBs na paróquia e nos níveis diocesano e nacional. Com isso, aconteceu o revigoramento das ações dos leigos na instituição religiosa, alcançando postos de decisão nos conselhos paroquiais e de liderança nos atos celebrativos; e do PT local, legitimando as ações dos leigos e sendo importantes propagadores do partido no município, motivando outros leigos a se filiarem na agremiação. Por conseguinte, é constante a presença dos leigos fundadores do Diretório Municipal do PT nas celebrações e eventos organizados pela paróquia, desempenhando funções de lideranças e sendo os principais representantes da instituição, na ausência do clero.

Os registros audiovisuais das celebrações dominicais e das festas da padroeira presentes nos DVDs que tivemos acesso apresentam leigos como Arivaldo Mota, Joilson Araújo, Salvador Jânio e Meyre Sandra desempenhando funções de comentaristas, leitores, coordenadores e do ministério da comunhão, principal atividade deles nas celebrações realizadas na igreja matriz. Nos eventos fora do templo, também é constante a presença deles, em particular de Joilson Marcos Cunha Araújo. Os registros demonstram a frequente ação dele junto ao clero e a sua liderança e articulação no PT e na instituição católica.

Em comemoração ao Dia do Trabalhador, organizado pela paróquia, no dia 30 de abril de 1996, as filmagens evidenciaram que Joilson Araújo substituiu o clero e foi um dos principais mobilizadores do evento. O registro desse evento é iniciado com o pronunciamento do vigário Pe. Elias Cedraz, rodeado por algumas crianças, que chamava a atenção dos participantes sobre o sentido de estarem realizando aquele ato. Segundo o Padre, o objetivo do evento era homenagear aqueles que se doaram pela justiça e pela vida, considerados como testemunhas da

fé cristã, assim, as ações desses “mártires” eram entendidas como instrumento de inspiração para o movimento continuar lutando pela defesa da vida e da justiça social. Em seguida, o Padre passou a liderança do movimento à Joilson Araújo, pois iria continuar as celebrações do padroeiro do Distrito de Salgadália.

Esse registro é caracterizado pelas cenas da caminhada nas ruas do centro da cidade e pelos pronunciamentos dos representantes das entidades participantes. Estes discursaram no coreto da Praça da Matriz, sob a coordenação de Joilson Araújo, que destacava a memória dos trabalhadores assassinados nas lutas pela terra, sobretudo daquele ano. É possível perceber que em meio aos pronunciamentos, tanto de Francisco de Assis, que discutiu sobre a força da organização dos trabalhadores do país que lutaram contra a escravidão e exploração, quanto de Urbano Oliveira, líder sindical, que destacou as lutas empreendidas pelo STRCC, as práticas religiosas estavam presentes, como, por exemplo, orações e cânticos litúrgicos.

Nesse sentido, o papel desses leigos foi fundamental para a consolidação da experiência da *Igreja Popular* em Conceição do Coité. É evidente que a ação dos Padre Luiz Rodrigues e Elias Cedraz foram importantes para o desenvolvimento da perspectiva de uma Igreja preocupada com as questões sociais, entretanto compreendemos que sem essa base leiga, o discurso e as práticas desses integrantes do clero da Diocese de Feira de Santana poderiam não ter o mesmo impacto e duração que tiveram na sociedade coiteense. Como esses leigos já haviam vivenciado uma experiência com a *espiritualidade da libertação*, eles foram os principais propagadores e defensores das ações realizadas pelos padres, notadamente da *Igreja Popular*, em um período marcado pelo crescimento de movimentos espiritualistas, expressos pelo espaço conquistado no ambiente eclesial e nas mídias brasileiras, especialmente as católicas, e a hegemonia do setor “conservador” nos postos de decisão da instituição.

Diante disso, fortalecer o elemento leigo ligado às ações da *Igreja Popular* é observada como uma estratégia realizada pelo clero local para, de certa maneira, conter o avanço dos movimentos leigos próximos do movimento neopentecostal, como, por exemplo, a RCC, também presente na paróquia nesse período. Os segmentos políticos ligados à Hamilton Rios de Araújo entendiam esse movimento como formado pelos verdadeiros católicos. Assim, assegurar esses católicos “progressistas” nos postos de decisão dentro da paróquia, tais como nos conselhos paroquiais e nas direções de importantes movimentos e das CEBs, foi uma das táticas realizadas, aliados aos espaços de formação leiga, cujos subsídios estavam vinculados à DSI e às orientações da CNBB.

Nos registros audiovisuais, especificamente nos eventos de cunho sociopolítico, promovidos pela paróquia, essa perspectiva da formação dos leigos é bastante acentuada.



Durante a realização do Grito dos Excluídos do ano de 2005, organizada por setores temáticos, uma das alas fazia referência aos subsídios de formação leiga na paróquia, os documentos da DSI. De tal forma, compreendemos que esse pensamento religioso iniciado pelos leigos e leigas na paróquia coiteense foi a principal base de legitimação dos agentes religiosos na ação política, pois eles entendiam a necessidade de o cristão atuar no espaço político no intuito de promover a justiça social e, sobretudo a libertação dos pobres de um sistema político e econômico que os oprimiam e excluía não só do centro de poder, mas dos direitos básicos.

### **6.3 Nas páginas de *O Mensageiro*: leigas católicas e ativismo político**

Além das Irmãs da Providência de GAP terem incentivado o protagonismo das leigas presentes na instituição católica, o clero local desempenhou um importante papel na ampliação dos espaços de ativismo político das leigas, especialmente daquelas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, e, conseqüentemente, fortaleceu a atuação das leigas e dos leigos na Igreja Católica, bem como no desenvolvimento do próprio partido entre os coiteenses. A Instituição, portanto, se transformou em uma das principais porta-vozes dessas mulheres, ao propagar, por meio do seu informativo oficial, seus pensamentos e posicionamentos em relação à conjuntura educacional e aos seus campos de atuação. Dentre essas leigas, se destacam Margarida Ferreira Gomes e Gelcivânia Mota Silva, também filiadas ao PT, pois realizaram publicações no periódico paroquial com mais frequência que as demais mulheres do movimento.

O informativo oficial de circulação mensal da paróquia foi denominado de *O Mensageiro*, fundado pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, em maio de 1991, perdurando até o ano de 2009, sendo um dos espaços de propagação e de formação leiga. O objetivo desse boletim foi, além de difundir os eventos da instituição, robustecer o pensamento de que as ações religiosas deveriam perpassar pela atuação no campo político, assim como reforçar as ações dos leigos vinculados aos movimentos sociais e filiados ao PT, através de artigos que debatiam temáticas como educação, participação política, cidadania, democracia e a importância do voto.

Entre os anos de 1993 e 1996, as publicações do periódico foram interrompidas<sup>122</sup>, sendo retomadas em março de 1997, contudo tivemos contato apenas com as edições publicadas entre os anos de 1997 e 2002, em virtude do descuido e descaso com esses jornais, as demais edições

---

<sup>122</sup> De fato, não conseguimos compreender os motivos para essa interrupção, mas cremos que essa situação aconteceu devido à falta de recursos financeiros para custear a publicação e reprodução do periódico, uma vez que esse cenário foi percebido nos demais jornais locais.

não foram encontradas, resultado da política institucional de esquecimento da experiência pastoral da *Igreja Popular* em Conceição do Coité. Os 12 artigos escritos pelas leigas filiadas ao PT, que tivemos contato, foram publicados nos anos de 1997 e 1999. Na primeira edição do *O Mensageiro*, o Padre Luiz Rodrigues Oliveira apresentou aos leitores as razões e os objetivos do periódico paroquial:

Por que um boletim paroquial? Eis a pergunta que certamente aflorará dos lábios de alguns. Porque há quase trinta anos o concílio Vaticano II (1963) ao promulgar o decreto *Inter Mirifica*, dizia que “a imprensa, o rádio, o cinema e a televisão são instrumentos que retamente empregados, representam subsídios valiosos ao gênero humano” [...]. Neste primeiro de maio, Dia do Trabalhador, homenageamos os operários de nossa terra, oferecendo-lhes um instrumento de informação de suas atividades e de formação da consciência crítica de todos, sobretudo dos jovens (OLIVEIRA, 1991, p. 1).

As fontes disponíveis permitem observar que o Pe. Luiz Rodrigues Oliveira frequentemente justificava as suas ações baseadas nas orientações da instituição, sobretudo nos documentos conciliares do Vaticano II e das orientações pastorais da CNBB. Entendemos que a necessidade do sacerdote fazer essas referências se centra na intenção de buscar legitimidade junto à comunidade, demonstrando que suas ações não partiam, exclusivamente, de uma percepção pessoal, mas da própria instituição que ele representava, como também a sua interferência no campo político. Nesse sentido, Pe. Luiz Rodrigues deixou explícito o aspecto formativo do periódico e os seus principais destinatários, “formar a consciência de todos quantos em meio às trevas torna-se objetos de fácil manipulação por partes de órgãos de comunicação a serviço de interesses de grupos menores” (OLIVEIRA, 1991, p. 1). Esses componentes de legitimação do discurso religioso estiveram presentes nos artigos assinados pelas leigas, que igualmente fizeram uso das legislações em voga para legitimarem suas análises.

No *O Mensageiro*, as leigas católicas assinaram artigos discutindo sobre a conjuntura educacional do país e do município, como perspectivas metodológicas de aprimoramento para a aprendizagem dos estudantes, teceram críticas à política neoliberal e aos seus projetos educacionais, como também, às irregularidades da administração municipal no campo educacional. Nos seus primeiros artigos publicados, Gelcivânia Mota Silva e Margarida Ferreira Gomes, intitulados, respectivamente, *Sonho Impossível?* e *Educação Pública: Caos ou Esperança?*, teceram críticas ao contexto educacional nacional e, em especial, ao do município, que enfrentava graves problemas: evasão escolar, fechamento de escolas, classes superlotadas, baixos salários dos professores e arbitrariedades sendo cometidas aos profissionais de educação. Elas propuseram, através da dimensão do sonho e da esperança, a necessidade de

implementar um sistema de ensino que garantisse aos filhos dos trabalhadores uma educação próxima dos seus anseios, bem como o acompanhamento da sociedade civil na defesa de um padrão de qualidade estabelecido pelas leis educacionais, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), n. 9394/96.

Essas publicações iniciais traçaram o mote do debate que as professoras discutiam nas escritas dos seus artigos, conduzindo os leitores para refletirem sobre a importância da educação pública e da defesa de um sistema de ensino que promovesse a emancipação dos sujeitos, uma discussão subsidiada pelo pensamento freiriano, apesar de apenas um artigo demarcar o educador Paulo Freire como eixo de suas reflexões. Isto é percebido ao propor a defesa de um modelo de ensino que estivesse próximo aos anseios dos estudantes, uma educação para a vida e que contribuísse para a formação do cidadão: “Acredito, luto, defendo e trabalho numa escola pública. Sonho, como Paulo Freire, com um modelo de escola e este sonho é possível para quem faz a hora. Façamos mais, lamentemos menos!” (MOTA, 1999, p. 3).

Nesse sentido, as leigas católicas compartilhavam de um posicionamento adotado por setores “progressistas” da Igreja Católica, que, nos idos de 1960, participaram e criaram experiências novas de educação popular, tentando respeitar a cultura e os valores populares, cujos programas mais significativos em termos de impacto sobre a Igreja Católica “foram o Método Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB). Freire e o MEB foram tão importantes na transformação da Igreja brasileira, quanto a JUC e a AP, embora por razões diferentes.” (MAINWARING, 2004, p. 88). A contribuição de ambos “para a mudança na Igreja repousava mais no desenvolvimento de um novo tipo de trabalho junto às classes populares” (MAINWARING, 2004, p. 88). Eder Sader (1988) assevera que, para os educadores envolvidos nesses programas, a alfabetização era um meio de formação de consciências críticas no interior de coletividades auto-organizadas, e, para os educandos envolvidos, uma motivação inicial no sentido de capacitá-los no enfrentamento do mercado de trabalho e na melhoria das condições de vida.

Além dos artigos demarcarem sintonia com o pensamento freiriano, eles demonstraram a perspectiva da denúncia e da crítica da realidade educacional coiteense como um recurso pedagógico para a compreensão de um sistema político presente no município, baseado no autoritarismo e na perpetuação de um poder que excluía os direitos da população, em detrimento dos interesses pessoais dos governantes. Os textos de Margarida Gomes eram mais caracterizados pela análise direta das particularidades da educação coiteense, enquanto os artigos de Gelcivânia Mota Silva teciam conjunturas macros, mas propondo diálogos com o cenário local. Nesse prisma, em *Eleições para Diretor de Escola – competência, compromisso*

*ou nada disso?* Gelcivânia Mota, partindo da conjuntura estadual, analisava os perfis de gestão escolar e dos processos de escolha dos ocupantes dos cargos dirigentes das escolas, cujo critério principal era os “conchavos” políticos, no qual o processo de eleições diretas para diretor, proporcionaria melhores escolas, conseqüentemente, uma melhor educação (SILVA,1997). Margarida Gomes, em *Educação à Moda “Os Intocáveis”*, diante do processo de municipalização do ensino, fez uma espécie de radiografia do sistema de ensino coiteense, apontando “problemas crônicos” desde o transporte escolar, “alunos que andam em caminhões como bois” (GOMES, 1997, p. 3), à inoperância do Conselho Municipal de Educação, “por que se dá tanta importância no município aos diversos conselhos [...] e não se coloca em evidência e funcionamento o conselho CME?” (GOMES, 1997, p. 3).

O campo de atuação profissional dessas mulheres parecia influenciar no processo de escrita desses artigos. Na época, a Professora Gelcivânia Mota também atuava no ensino superior, ocupando o cargo de diretora do Campus XI, da UNEB, em Serrinha, propondo discussões a partir desse lugar, expressos nas experiências vivenciadas no ensino superior e numa discussão mais acadêmica. No artigo intitulado *Avaliação qualitativa. E agora, professor?*, ela justificou que foi motivada a analisar o processo de avaliação educacional em razão de ter participado da Semana Pedagógica do município, a convite da Coordenadora Estadual de Educação. Já em *Escola Pública Sim!*, ela teceu uma reflexão em relação à precarização do ensino público, fazendo uso de um significativo aporte teórico, alicerçado, por exemplo, no pensamento de Cipriano Luckesi, Rubem Alves, Karl Marx e Paulo Freire. Na mesma vertente, Margarida Ferreira Gomes abordou temáticas semelhantes às de Gelcivânia Mota Silva, como as eleições para diretores e a defesa da escola pública, mas seus artigos assumiram um caráter mais de denúncia da política educacional do município e das irregularidades presentes:

Não é demais insistir no que diz a Lei: “A educação é direito de todos e dever do Estado”. Entenda-se Estado como o poder constituído – governo nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Portanto, é de responsabilidade de quem está no poder os desmandos que acontecem na educação, não permitindo que tal princípio constitucional seja respeitado. A TV Cultura do Sertão nos últimos dias tem posto em evidência os absurdos que vem acontecendo no nosso Município: escolas sendo fechadas (povoados de Almas e São João), classes superlotadas, professores ganhando salários de fome, arbitrariedades sendo cometidas com professores, dentre outras questões que a Comunidade precisa conhecer, acompanhar e denunciar quando necessário. Criança não dá voto, mas nós que estamos na defesa destas temos que tomar paternidade dos fatos e com muita consciência não permitir que a realidade da educação seja camuflada para agradar a quem quer que seja. [grifos da autora] (GOMES, 1997, p. 3).

Nesse trecho, ao usar a metáfora de assumir a paternidade para mudar a realidade da educação, criticando a falta de interesse dos políticos pela educação e a educação infantil na lógica eleitoral, percebemos o quanto que o protagonismo político era entendido como um espaço masculino. E como o gênero atua nas metáforas políticas, ao vincular o doméstico e o cotidiano ao público e eleitoral. Tal conjuntura revela a ausência ou a dificuldade da aceitação das pautas femininas nessa sociedade, sobretudo dentro da própria agremiação local, como foi lembrando pelos depoentes. Desse modo, a história das mulheres “deixa, então, de ser uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber de gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 291).

Sendo Professora do ensino básico e representante da instituição religiosa no Conselho Municipal de Educação, Margarida Ferreira Gomes propôs aos leitores do periódico paroquial reflexões em torno dos investimentos destinados a esse nível de ensino, a exemplo do descaso com o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), construído no governo de Diovando Carneiro Cunha, expressos nos artigos *Criança: trabalhar ou estudar?* e *Educação Pública: Caos ou Esperança?*; dos desafios presentes no cotidiano da sala de aula, sobretudo as classes multisseriadas, turmas superlotadas e os baixos salários dos professores discutidos nos artigos *Escola agora é para a vida* e *Educação à Moda “Os Intocáveis”*. Nesse sentido, ela se esforçava para que a comunidade compreendesse que as críticas e as denúncias relatadas sobre o sistema de ensino municipal não eram frutos de “picuinhas” políticas, mas da necessidade de garantir os direitos instituídos, por isso fundamentava, constantemente, seus argumentos na Constituição Federal e na LDB.

Nas edições analisadas, as Professoras Zenilda Mascarenhas Mota e Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira escreveram apenas um artigo e apresentaram discussões divergentes das demais petistas, que possuíam espaço no informativo. Vale destacar que Meyre Sandra Oliveira também publicou artigos relacionados à educação no *Tribuna Coiteense*, nos meados de 1980, retratando princípios teórico-metodológicos e concepções pedagógicas. Zenilda Mota, em *Mãe*, celebrando o considerado Dia das Mães, propôs uma reflexão sobre a necessidade de não reduzir a figura materna a “uma idealização abstrata e vazia vendida pela publicidade de forma extremamente capitalista” (MOTA, 1997, p. 3); e reconhecer o direito de outros perfis maternos, que são vítimas desse sistema excludente, cujo “exército consumista não respeita ninguém. A figura de mãe deve estar acima de tudo, quer seja mãe índia, mãe sem-terra, mãe rica ou negra. Pois Mãe é Mãe em qualquer condição que se apresente perante a sociedade e tem direito a uma vida digna” (MOTA, 1997, p. 3).

Em *Dai a César o que é de César*, Meyre Sandra Oliveira discutiu a importância de reconhecer as qualidades da escola particular no processo de formação de cidadãos em nossa sociedade, logo, apesar de suas deficiências e superficialidades, elas garantiam o repasse para os estudantes dos conteúdos que estavam nos livros didáticos adotados, e o acolhimento das mesmas, pois “nenhuma criança que tenha se dirigido a uma delas voltará para casa decepcionada por não ter havido aula sem motivos justos, ou tenham em suas salas de aulas professoras fazendo crochê, tricotando ou ‘tricotando’” (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Além delas, o leigo Aberlado Mascarenhas, que era professor e, na época, filiado ao PSDB, assinou alguns artigos com a temática Educação, propondo, em sua maioria, reflexões sobre a relação educação e política, reconhecendo a educação como “um fator de desenvolvimento da cidadania, que fundamenta e amplia a vivência democrática, em um país tão cheio de contrastes, ambiguidades e contradições como o nosso” (MASCARENHAS, 1998, p. 4). Ademais, ele complementou com o entendimento da educação como único sistema capaz de “tirar esta nação do atraso, da desmoralização, da miséria social – principalmente no Nordeste – coisa [...] muito difícil, mas não impossível, se aprendermos a escolher os nossos representantes e governantes desta nação” (MASCARENHAS, 1998, p. 3).

Essas concepções orientavam os seus discursos de crítica à ideologia capitalista, entendida como movida pela alienação que destrói a percepção das pessoas, sobretudo as mais ignorantes; ratificavam a necessidade de mobilizar pastorais e movimentos para criarem resistências nas bases da instituição religiosa de forma consciente; e promovia uma grande revolução pacífica pelas vias do voto, enfatizando a importância de “aprender a valorizar os verdadeiros preceitos da democracia. Pois só assim seremos um povo livre de todas as mazelas do tipo PFL, PMDB, PPB, PL e siglas semelhantes, que se preocupam apenas com o bem-estar de seus seguidores” (MASCARENHAS, 1998, p. 4).

Embora as leigas que produziram os artigos analisados no periódico paroquial serem, em sua maioria, fundadoras do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Conceição do Coité, elas não abordaram em seus escritos nenhum aspecto da agremiação política, postura divergente dos homens filiados ao PT, os quais abordaram componentes dos embates políticos e as ações desenvolvidas pela agremiação na realidade coiteense, bem como eventos de cunho nacional. Ao serem indagadas nas entrevistas sobre o ativismo político dos homens no Diretório Municipal do PT, sendo os principais representantes do partido nos eventos sociopolíticos, elas comentaram que essa perspectiva de apenas figuras masculinas assumirem esse papel não foi algo que no período despertasse questionamentos e nem que representassem um fator de exclusão das mulheres, uma vez que muitas delas não desejavam ocupar cargos de direção. De

todo modo, é curioso perceber que, até nas páginas do *O Mensageiro*, o lugar de porta-vozes do PT é ocupado apenas pelos homens da agremiação, com destaque para Francisco de Assis Alves da Silva.

Nas edições analisadas, Francisco de Assis Alves dos Santos publicou 12 artigos propondo reflexões sobre eventos de cunho nacional, como a história da Inconfidência Mineira, que beneficiou os grandes “proprietários das minas da província das Gerais que deviam altas somas ao governo português” (SANTOS, 1997, p. 2). Na condenação do líder do MST, José Rainha Junior, acusado, juntamente com dezessete pessoas, pela morte de um fazendeiro e um policial militar em Pedro Canário, no Espírito Santo, ele teceu críticas ao Poder Judiciário do país, como “um instrumento utilizado pelos poderosos para intimidar as classes populares” (SANTOS, 1997, p. 3).

Francisco Alves explorou ainda temáticas envolvendo eventos relacionadas ao PT, a exemplo do artigo intitulado *O Caso PT/CPEM<sup>123</sup>, a mídia e o PFL*, no qual esclarecia que a farta documentação sobre o caso indicava que a CPEM tinha sido contratada por mais de 300 prefeituras, sendo sete do PT (SANTOS, 1997, p. 4). Nesse processo, a própria Justiça Eleitoral comprovou que a empresa nunca tinha contribuído com o PT e tal episódio foi utilizado pela imprensa para “encobrir os verdadeiros escândalos dos Precatórios do Pita/Maluf e da compra de votos para a reeleição de FHC (SANTOS, 1997, p. 4).

Em outra publicação, abordando igualmente questões relativas ao PT, denominado de *Eleições/98: mito que cai, estrela que sobe, corrupção que persiste*, ele discutiu o resultado eleitoral de 1998, apontando a consolidação do PT como forte alternativa de poder no país e identificando os institutos de pesquisa e a mídia como poderosos instrumentos para fraudar as eleições no Brasil (SANTOS, 1998, p. 2). Todavia, em sua maioria, os escritos de Francisco Alves versaram sobre a conjuntura política de Conceição do Coité, sobretudo o comportamento político advindo do período da ditadura civil-militar, sendo expresso, por exemplo, na identificação dos grupos políticos coiteenses pela simbologia das cores, cenário oportunizado pelo desenvolvimento das sublegendas, argumentando que a “mistificação” das cores dos grupos locais limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política e seu verdadeiro significado, servindo para “estabelecer a confusão e impedir um debate sério sobre os verdadeiros problemas de Conceição do Coité” (SANTOS, 1999, p. 2).

---

<sup>123</sup> Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário em administrações petistas em Campinas e São José dos Campos, acusou a direção do PT de conveniência em um suposto esquema de corrupção que favorecia a Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM) em administrações do partido, sendo que o dinheiro repassado pelas prefeituras do PT à CPEM teria servido para financiar a Caravana da Cidadania em 1994. (ALVES, 1997).

Nesse prisma, o leigo Joilson Marcos Cunha Araújo escreveu, em 2000, o artigo *Maribondos Coloridos*, no *O Mensageiro*, refletindo sobre uma reportagem publicada em 23 de julho daquele ano pelo jornal *Folha de São Paulo*, na qual apresentava a descoberta científica do biólogo William Eberhard, da Universidade da Costa Rica acerca de uma espécie de vespa parasita que usa “arma química” para escravizar aranha na Costa Rica. Impressionado pelas estratégias de dominação do marimbondo em relação à aranha para continuar garantindo a perpetuação da sua espécie, o Servidor Público Joilson Cunha procurou entender sobre as formas de dominação existentes na sociedade em que ele vivia, como a miséria e a pobreza, sugerindo aos seus leitores a necessidade da “tomada de consciência de que somos aranhas dominadas” (ARAÚJO, 2000, p. 2), e ainda formas de não perpetuarem o poder dos “marimbondos”, responsáveis pela situação de miséria e pobreza “em que vive a grande maioria de nossos irmãos” (ARAÚJO, 2000, p. 2).

Quem são os marimbondos dominadores da nossa sociedade? Quem são as aranhas operárias dominadas? Qual é o veneno que os dominadores injetam nos dominados e roubam-lhes a consciência? De que forma a ideia dos dominadores mata e come as ideias dos dominados, impedindo que estes construam seu projeto? [...] Por fim, esta história do marimbondo e da aranha me fez refletir sobre as cores dos marimbondos que historicamente vêm introduzindo suas larvas e dominando o nosso povo: vermelhos, azuis, pintados e, finalmente, acima de todas as cores. São todos marimbondos e todos iguais. Um dia virá, em breve, que nosso povo não servirá de escravos e irá construir a sua própria história. [sic]. (ARAÚJO, 2000, p. 2).

Nesse artigo, Joilson Marcos Araújo Cunha compreendia que os “marimbondos”, que dominavam a sociedade coiteense, pertenciam aos grupos políticos locais, detentores dos cargos nos órgãos públicos e da hegemonia no poder local, desde a década de 1940, sendo eles, os herdeiros do Coronel Wercelêncio Calixto da Mota e de Evódio Ducas Resedá. Nos anos 2000, ano da publicação do seu artigo, tais grupos estavam reunidos sob as lideranças de Hamilton Rios de Araújo (*Vermelhos*), de Misael Ferreira Oliveira (*Azuis*) e seus dissidentes, como, por exemplo, Eustórgio Resedá Neto e Gilberto Gonçalves Araújo (*Pintados*), todos eles grandes empresários da indústria do sisal, que disputavam, nesse período, numa intensa campanha eleitoral, o poder executivo do município. Nesse sentido, apesar desses grupos estarem em embate eleitoral, Joilson Cunha compreendiam que eles eram “todos marimbondos e todos iguais” (ARAÚJO, 2000, p. 2), diferenciados apenas pelas cores, defendiam o mesmo projeto que não permitia, segundo o Servidor Público, o povo construir sua própria história.

O objetivo de Joilson Marcos Araújo era demonstrar que o diferencial na política coiteense nas eleições de 2000, que iria contribuir para o desenvolvimento da população, advinha da sua agremiação política, do Partido dos Trabalhadores, pois ela não pertencia à



dominação dos políticos sisaleiros, principalmente dos *Vermelhos* e *Azuis* surgidos no contexto da ditadura civil-militar.

Os textos dos leigos, publicados no *O Mensageiro*, evidenciavam que, na arena política, os católicos “progressistas”, membros dirigentes do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, foram os responsáveis por associar, principalmente durante as campanhas eleitorais, a partir de 1988, os grupos políticos hegemônicos de Conceição do Coité como oriundos dos 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil. Assim, por meio também do periódico paroquial, eles adotaram, como uma das estratégias para minimizar as forças políticas dos empresários do sisal, a memória de que suas agremiações foram beneficiadas durante o período autoritário e contribuíram para a manutenção dos governos militares.

Eram tempos horrorosos da ditadura militar no Brasil. Faltava pão e liberdade para o povo. O governo dos generais perseguia, mandava prender, torturava e assassinava pessoas. Só havia dois partidos políticos: Arena, da ditadura governista, e o MDB, de oposição democrática. Insensíveis ao sofrimento do povo, mas fiéis à “lei de Gerson” de querer levar vantagem em tudo, os diferentes grupos políticos de Conceição do Coité se filiaram à Arena dos ditadores que ocupavam o poder. Resultado: as eleições eram disputadas entre candidatos do mesmo partido! Isso era possível graças à sublegenda. Como diferenciar esses grupos tão iguais? A solução encontrada foi batizá-los uns de “vermelho” e outros de “azuis”. (SANTOS, 1999, p. 2).

Desse modo, um dos caminhos encontrados pelos leigos “progressistas” para relacionar às atitudes políticas dos empresários sisaleiros com a ditadura civil-militar, que naquele período muitos políticos queriam se desvincular, foi menear em um dos âmbitos mais afetivos na política da sociedade coiteense, onde as paixões políticas eram evidenciadas e resultavam em violentos conflitos nas relações sociais entre os sujeitos dessa comunidade: na identidade *azul* e *vermelho* e no apreço pelos seus líderes. É o que pode ser observado no trecho acima extraído do artigo *Sobre “Vermelhos” e “Azuis”* escrito por Francisco de Assis Alves dos Santos, que nos anos 2000 se lançou candidato ao cargo do executivo municipal e, a partir daquele ano, se tornou um dos principais candidatos do PT aos cargos eletivos.

O informativo paroquial *O Mensageiro*, ao publicar o artigo *Sobre “Vermelhos” e “Azuis”*, como também, o artigo de Joilson Cunha, *“Maribondos Coloridos”*, teve o objetivo de demonstrar para os leitores que os grupos políticos hegemônicos de Conceição do Coité compartilhavam dos mesmos interesses, que eram iguais e que suas diferenças diziam respeito apenas na nomenclatura das cores. Por essa via, ele buscava interferir no comportamento político coiteense de situar as duas facções como opostas e com projetos políticos rivais, não sendo interessante reproduzir tais rivalidades no âmbito das relações sociais. Ao mesmo tempo, a finalidade era reforçar que as agremiações políticas eram lideradas por empresários sisaleiros

e que suas trajetórias políticas estavam relacionadas com os governos militares que “perseguiu, mandava prender, torturava e assassinava pessoas” (ARAÚJO, 2000, p. 2), e, portanto, designava o esforço dos leigos em evidenciar entre os “fiéis seguidores” de Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira, que ambos contribuíram para a manutenção de um regime de exceção no país e que estavam dispostos a utilizarem a máquina pública em defesa de seus próprios interesses.

Nesse mesmo período, outro artigo sob o título *Coronéis, Faraós e Fariseus*, escrito pelo Padre Luiz Rodrigues Oliveira, pároco de Conceição do Coité, e publicado no *Jornal do Coité*, cujos diretores responsáveis eram Francisco de Assis, Hélio Carneiro e o próprio Padre, discutia a historicidade do termo coronel e as prerrogativas dos chamados coronéis antes e após a década de 1870, a partir dos estudos do historiador Basílio de Magalhães e de Victor Nunes Leal. Um dos objetivos do Padre era demonstrar aos leitores que as principais lideranças políticas se aproveitaram desse sistema para viabilizarem a hegemonia no poder local, “tantas vezes, abençoado pela igreja (hoje por algumas igrejas) em nome de Deus. Ainda seria pouco chamarmo-los de fariseus [...] eles merecem bem mais o título de faraós[...]” (OLIVEIRA, 1999, p. 2).

Não somente comandavam a milícia como a política local de maneira ditatorial e patriarcal. Tal vigorou do Império à República até a sua extinção. Entretanto, este sistema estava de tal forma arraigado na mentalidade do sertanejo que continua até os dias de hoje. Pode-se dizer que é uma cultura. Triste cultura ou triste povo que produziu e alimentou tal cultura! Em pleno limiar do século XXI o interior brasileiro (veja Coité) ainda é um retrato fiel desta realidade que pensávamos estar superada desde do advento da República, mas infelizmente não! Os coroneizinhos, espelhando-se numa torpe figura de coronelão que se pensa imortal, mandam e desmandam na política e, se não usam a milícia, talvez o seja por conveniência. (OLIVEIRA, 1999, p. 2).

Essas publicações, do setor católico considerado de “progressistas”, possibilitam analisar que uma das estratégias políticas para atenuar o poder político dos empresários do sisal e das suas agremiações foi associá-los ao autoritarismo e à ditadura civil-militar, responsável por “tempos horrorosos [...] que faltava pão e liberdade para o povo”. Ao mesmo tempo, o alvo era interferir no comportamento político de Conceição do Coité, que legitimava a violência e o clientelismo, como elementos da relação de poder presentes no município, expressos nos embates eleitorais entre *Azuis* e *Vermelhos*. Desse modo, *O Mensageiro* se tornou, além de um espaço de informação das atividades da paróquia, um significativo canal de divulgação das concepções religiosas e políticas das leigas e dos leigos, como também do clero, vinculados ao pensamento da TdL e ao PT.

Entretanto, o discurso político representante do PT, presentes nos registros audiovisuais e nas páginas do *O Mensageiro*, é apenas realizado pelos homens da agremiação política, apesar das mulheres terem participado da fundação do partido, emprestando seus nomes para candidaturas e realizarem o trabalho com as bases. É evidente que o fato das mulheres não assumirem a direção do partido contribuiu para fortalecer a figura dos homens como representantes da agremiação, mas não podemos desconsiderar que as representações sociorreligiosas presentes na sociedade coiteense influenciaram na definição dos papéis e lugares desempenhados pelas leigas e leigos. Compreendemos que uma dessas representações coaduna com a análise de Michelle Perrot: “a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (PERROT, 2017, p. 166).

Isso pode ser constatado por intermédio das temáticas direcionadas para o laicato nas páginas do *O Mensageiro*, bem como no silenciamento das ações sociopolíticas das religiosas da congregação da Providência de GAP, especialmente da Irmã Marina Roseli Santos, possuidora de uma trajetória de vida ligada ao setor “progressista” da Igreja Católica, que também comungava do pensamento do clero e agregava forças para consolidação do modelo de *Igreja Popular* na paróquia.

Os artigos assinados pelo laicato, uma média de dois por edição, e pelo Padre Luiz Rodrigues, de modo geral, partiam de algumas perspectivas, sendo orientadas a partir dos documentos do Vaticano II e da Doutrina Social da Igreja: a defesa da presença da Igreja local no campo político; atualização do texto bíblico às conjunturas da atualidade; a condenação de um comportamento político clientelista, personalista e autoritário; e a defesa de relações democráticas e da cidadania, argumentando a educação como o caminho primordial para alcançar uma sociedade mais justa e democrática. *O Mensageiro*, que mensalmente possuía uma tiragem de 1.500 exemplares e era direcionado para todas as comunidades rurais da paróquia e distribuídos nas celebrações dominicais da igreja matriz, além de publicar os artigos dos leigos, representava que as relações entre o clero e os leigos também eram pautadas, de certo modo, numa concepção democrática, no sentido do setor leigo ser considerado um significativo representante da Instituição. Assim, os principais protagonistas do informativo oficial da paróquia, *O Mensageiro*, são as leigas e os leigos, sendo os responsáveis, portanto, pela escrita dos artigos de opinião.

Essa perspectiva foi igualmente refletida na organização da paróquia. Os conselhos paroquiais, o Pastoral e o Administrativo, era composto pelo clero e pelos leigos. Esses últimos eram eleitos pelos demais leigos, que participavam dos movimentos da Instituição, na qual cada

grupo e comunidade possuía um representante da sua pastoral no conselho, sendo renovado a cada dois anos, onde as decisões relacionadas à paróquia eram pautadas de forma colegiada. Além disso, esse espaço de decisão era ampliado através das Assembleias Paroquiais, que aconteciam anualmente e agregavam um número maior de representantes do setor leigo, sendo realizadas durante três dias, com o objetivo de construir um projeto de evangelização adequado à realidade paroquial.

No geral, as perspectivas da democracia e da cidadania são os principais pontos abordados nesses artigos, logo, através do *O Mensageiro*, é possível pensar que esses agentes católicos pautavam o debate sobre o sistema democrático e o exercício da cidadania, como uma das táticas de enfrentamento a um comportamento político em que o poder público era compreendido como um espaço constituído pela troca de favores e a violência como um instrumento legítimo do jogo eleitoral. Ademais, as colunas do periódico, como a *História de um processo*, em 1997 e 1998, que reunia informações sobre todos os processos jurídicos impetrados por membros dos *Vermelhos Situacionistas* ao Padre Luiz Rodrigues Oliveira, e *Perguntar não ofende. Ou ofende?*, durante as edições dos anos de 1998 e 1999, foram espaços direcionados para deslegitimar ações empreendidas pelo grupo político contra membros da instituição e denunciar irregularidades da administração local. Essa perspectiva da defesa de relações democráticas na sociedade coiteense, como um dos compromissos adotados pela instituição, pode ser observada na promoção da Semana da Cidadania e do Grito dos Excluídos. Em 1996, durante o Grito dos Excluídos, em Salgadália, o Padre Luiz Rodrigues salientou um aspecto das concepções que esses católicos “progressistas” pensavam em relação ao debate democrático, e que, possivelmente, era apropriado pelos seus leigos:

Nós queremos ter liberdade, nós queremos viver uma democracia. Nós não queremos a democracia do voto, nós queremos a democracia do pão. Nós não queremos a democracia da rádio, nós queremos a democracia da água. Nós não queremos a democracia da televisão, nós queremos a democracia da escola. Nós não queremos a democracia dos partidos, nós queremos a democracia da saúde, dos hospitais, dos postos médicos [...] da escola digna, da mesa farta, do pão em abundância, fartura para todos. Mas nós não queremos a democracia fabricada do voto, do culto corrido, das missas macabras, das urnas eleitorais adulteradas. Nós queremos um grito de verdade, de autenticidade, de correção, [...] de honestidade, de ética, de moralidade. Nós queremos cantar o Hino Nacional, “mas, se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta”. Nós queremos ver a clava forte da justiça, fazendo com que as mãos e as consciências dos Mesários, dos Juízes, dos Procuradores, dos Promotores, dos Desembargadores não venham anular o seu voto. A clava forte da justiça! Nós não queremos de novo ganhar na urna e perder no Tribunal. Nós não queremos ganhar na urna e perder no cartório. Nós queremos ver a clava forte no cartório eleitoral, da Juíza, do Promotor,

das instâncias superiores, do Tribunal que roubou Waldir Pires, que nunca o elegeu senador. Nós não queremos esta democracia, nós queremos outra. É por isso que nós viemos aqui na rua para dizer a todos quantos estamos aqui nessa praça [...] a luta dos sem-terra, a luta dos trabalhadores do campo é a luta da Igreja, é a luta de Dom Itamar, é a luta do Padre Luiz, é a luta do Padre Elias, é a luta daqueles que não incluíram o evangelho do vil metal, mas é daqueles que leram as escrituras, a palavra da liberdade, a mensagem libertadora de Jesus<sup>124</sup> (MÊS..., 1996 – DVD).

Esse trecho faz parte do discurso realizado pelo Pe. Luiz Rodrigues Oliveira, como ato final do Grito dos Excluídos, em Salgadália, diante de uma parcela dos fiéis que participaram do evento. Em cima de uma carroceria de caminhão, tendo ao lado alguns leigos do distrito e os candidatos a Prefeito e Vice-prefeito dos *Azuis*, Misael Ferreira de Oliveira e Gilberto Gonçalves Araújo, o então pároco de Conceição do Coité reivindicava a vivência de uma democracia que se aproximava do pensamento do Papa Paulo VI, em sua Encíclica *Populorum Progressio*. Essa, por sua vez, defendia a necessidade do desenvolvimento integral do homem e solidário à humanidade, alertando a urgência para que os bens criados e produzidos pelo esforço humano fossem acessíveis a todos os homens, com equidade, justiça e caridade.

Na *Populorum Progressio*, Paulo VI também considerava importante a necessidade de um planejamento participativo entre os poderes públicos, iniciativas privadas e organismos intermediários para viabilizar a construção de programas organizados para o desenvolvimento integral do homem. No pronunciamento do Padre Luiz Rodrigues, é evidente uma forte crítica ao poder judiciário, em virtude dos acontecimentos políticos apontarem, segundo os católicos “progressistas”, que os processos eleitorais eram permeados por algumas fraudes, sobretudo pela compra e venda de votos.

Por fim, a atuação desses agentes religiosos no campo político, bem como a promoção de eventos sociopolíticos foram importantes instrumentos para fomentar entre os coiteenses espaços de debate sobre a importância do exercício da cidadania e formas de organização política. Da mesma forma, ela permitiu traçar táticas para minimizar um comportamento político ligado às características clientelista, personalista e autoritária, mantido pelos principais legitimadores detentores do poder hegemônico local, sendo expresso nos pleitos eleitorais. Apesar dos artigos sobre política serem assinados, em sua maioria, por Francisco de Assis Alves dos Santos, *O Mensageiro* oportunizou percebermos o ativismo político das leigas católicas filiadas ao PT, especialmente Gelcivânia Mota Silva e Margarida Ferreira Gomes, que, através dos seus textos, analisavam as conjunturas sociopolíticas e denunciavam as irregularidades

---

<sup>124</sup> Os intensos aplausos e a má qualidade do áudio das filmagens dificultaram entender alguns trechos do discurso.

realizadas pelo poder local, presentes nos campos em que atuavam, como professoras, gestoras e coordenadoras pedagógicas.

#### **6.4 Construção de alianças e tensões no processo eleitoral**

O depoente, Antonio Fernando Araújo dos Santos, ao ser indagado sobre as reações dos grupos políticos diante da presença do PT na disputa eleitoral, comentou que ocorreram muitas conversas com os *Azuis* e nenhuma com os segmentos *Vermelhos Situacionistas*, pois os discriminavam violentamente. Assim como Antonio Fernando, Joilson Marcos Araújo e Margarida Ferreira Gomes contaram que não havia possibilidades de estabelecer diálogo com os *Vermelhos Situacionistas*, principalmente por discordâncias de projetos: “a gente ‘bateu de frente’, a gente não tinha como dialogar, porque esse universo não dialogava, ele cooptava com o capital, ele comprava, ou com cargos ou com emprego, você está entendendo? Ou com o poder econômico mesmo” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Margarida Gomes comentou que a recusa da agremiação fundada pelos católicos “progressistas” de se aliar com outros partidos políticos também era devido às discriminações que sofriam no campo político:

O PT viveu uma época de marginalidade aqui. Marginalidade no sentido de ser desacreditado, de só fazer parte dele pessoas, consideradas pelo grupo político que governava, pobres, pessoas que queriam mais tumultuar do que outra coisa, que queriam atrapalhar a gestão etc. Quando um partido qualquer convidava o Partido dos Trabalhadores para fazer composição, para compor uma chapa, tinham pessoas dentro do partido que eram mais radicais em sua posição política, que não aceitavam se aliar. Então, por várias vezes, a gente deixou de se aliar, ainda bem! Deixou de se aliar com outros partidos a fim de vencer a eleição, isso aumentava, ainda mais, a nossa discriminação, a discriminação que a gente vivia, pois parecia que a gente queria viver descolado, viver a margem sem ter condição financeira, sem ter formação de quadros para concorrer, mas não era isso. Era porque a ideologia do PT jamais se batia, digamos assim, usando uma linguagem bem popular, com os partidos de direita. Como é que o PT iria se aliar com partidos em Coité com a Arena, que era a mesma coisa que o PFL? Como a gente iria se unir ao PFL, iria se aliar ao MDB, PMDB? Depois surgiram os partidos de centro aqui, surgiu também o PC do B. Essa caminhada do PT foi quando outros partidos também surgiram. Então, a nossa trajetória anterior as candidaturas eram igualmente dolorosas, sem dinheiro, sem quadro para enfrentar uma candidatura, só com o desejo, a vontade e a formação mesmo. O que a gente tinha era conhecimento, a gente tinha formação, mas éramos um grupo pequeno. E quando os coronéis de Coité jogavam todo o dinheiro que eles tinham nas campanhas, abafavam. E a comunidade sem formação nenhuma (GOMES, 60 anos, 2021).

Esse relato de Margarida Gomes compartilha com os depoimentos dos outros interlocutores, mas lança reflexões importantes, pois evidenciam pontos de discordâncias entre os petistas coiteenses e os limites e contradições das alianças estabelecidas pelo partido. Ao serem indagados sobre as eleições de 1988, a primeira campanha do partido pleiteando os cargos municipais, no qual o PT se lançou como uma terceira via em meio às agremiações dos empresários sisaleiros, os depoentes apontaram outro ponto que gerava divergência interna, o processo de filiação, cujo principal critério era a conduta ética e possuírem “mãos limpas”, no sentido de não terem realizado maus feitos, especialmente na administração pública, como pode ser observado no relato de Joilson Marcos Cunha Araújo:

Nós não tínhamos assim grandes divergências, era mais o cuidado com certas filiações. Vamos ter cuidado com certas filiações, de certas pessoas, senão a gente vai colocar mais um e virar um balaio de gado. A gente não é melhor do que ninguém, nem tampouco [pior]. A gente quer fazer as coisas diferentes (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Nas campanhas eleitorais da década de 1990, o PT não apresentou e nem participou de nenhuma chapa majoritária, apenas indicou candidaturas para o legislativo, devido aos desacordos presentes na agremiação. A principal divergência se situou no estabelecimento de coligações e na indicação de uma chapa majoritária do partido. Parte dos membros, considerada por Margarida Gomes como radicais, não concordava em estabelecer alianças com a coligação dos *Azuis*, apesar do ponto em comum entre eles ser a oposição ao grupo liderado por Hamilton Rios de Araújo.

Contudo, nas eleições de 1992, setores petistas defenderam a candidatura de Diovando Carneiro Cunha, conhecido popularmente por Vando, eleito, em 1988, Vice-prefeito na chapa dos *Vermelhos Situacionistas*, mas naquela eleição era o representante dos *Azuis* como candidato a Prefeito, tendo Misael Ferreira Oliveira como Vice-prefeito. De acordo com os depoimentos de Antonio Fernando, Vanilson Oliveira e Arivaldo Mota, a decisão da agremiação de não lançar uma candidatura majoritária nas eleições de 1992 teve grande influência do Padre Luiz Rodrigues de Oliveira, que defendia a existência de grandes chances da vitória de Diovando, sendo adequado o partido não lançar uma candidatura, assim favoreceria ao candidato dos *Azuis*.

Joilson Marcos Araújo, sobrinho de Diovando Carneiro, contou que a reflexão em apoiar a chapa dos *Azuis* foi orientada pelos aspectos descritos a seguir. Primeiro, em razão do perfil de Diovando Cunha. Ele era considerado uma figura desorganizada, que realizava um serviço de assistência social a diversos enfermos conduzindo-os para hospitais de Salvador, sobretudo das obras sociais da Irmã Dulce. Um indivíduo conhecido, sem pretensões políticas

e apego ideológicos, “não era um sujeito que estava militando, o negócio dele era servir [...] Passou fazendo isso por mais de 20 anos, desde a roça, antes de se mudar para a sede da cidade” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Segundo, a conjuntura política. Uma parcela dos petistas entendia que Diovando era a única alternativa para derrotar Hamilton Rios de Araújo, devido ao seu carisma conquistado por meio dos serviços realizados na sociedade coiteense, alcançando grandes vitórias eleitorais. Em 1982, quando conseguiu uma vaga na Câmara Municipal, pelo PDS, e em 1988, quando fez parte da chapa majoritária do PFL como Vice-prefeito. Apesar disso, Joilson Araújo comentou que os *Vermelhos* inviabilizaram a candidatura de Diovando Cunha a Prefeito Municipal, pois ele não era membro de uma família tradicional, principalmente da Família Rios, razão do seu retorno aos *Azuis*. Terceiro, o resultado eleitoral de 1988. Em razão do baixo saldo eleitoral do PT em sua primeira campanha eleitoral, entenderam que não teriam condições de ter força política para derrotar os *Vermelhos Conservadores*, “se nos lançarmos novamente, a gente só vai servir de peça útil para quem já está no poder, o dono do capital” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Essas reflexões do Servidor Público Joilson Marcos Cunha Araújo coadunam com o relato da Professora Margarida Gomes, que contou sobre a sua desobediência em relação à orientação do PT pelo seguinte motivo:

Diovando era um cara de origem pobre. Era uma campanha feita sem dinheiro, a gente via, e eu via uma luz no fim do túnel. Eu achava que com Diovando na prefeitura, a própria Igreja Católica, o Padre Luiz, apoiava ele, que a Igreja Católica iria poder ter uma atuação. Não aconteceu bem como a gente sonhou, porque Diovando se suicidou. Até então, a gente acredita que ele se suicidou por questões referentes à sua administração. A gestão dele tomou um rumo que não era o que ele queria, o que ele pensou, acabou acontecendo esse fatídico episódio da morte dele. Até hoje, sabe-se que foi suicídio. A Igreja Católica recebeu de Diovando uma secretária, uma das mais importantes da gestão, que foi a Secretária de Educação, que o Padre Luiz pode indicar o Professor Aberlado. Eu, inclusive, fui trabalhar com Aberlado. Desliguei-me do Estado, por um período, e fui trabalhar com Aberlado na Secretária de Educação. Aí começa, eu creio, com a gestão de Diovando, a encorajar o PT e as pessoas para uma possibilidade do PT eleger um Prefeito. Uma vez que Diovando conseguiu fazer uma campanha sem dinheiro, com adesão de pessoas da sociedade que tinham dinheiro. Uma campanha linda. Aventou-se a possibilidade do PT também fazer, ter um Prefeito um dia, ter um mandato popular um dia (GOMES, 60 anos, 2021).

Apesar de Margarida Gomes salientar que desobedeceu a orientação do partido, Joilson Araújo, Antonio Fernando, Vanilson Oliveira e Arivaldo Mota comentaram que a decisão do PT foi de não participar da coligação de Diovando Carneiro, uma vez que estava sob a legenda do PL, base governista de ACM, e nem apoiar oficialmente a candidatura dos *Azuis*. Assim, os filiados ficaram livres para decidirem os seus votos, todavia, integrantes do partido fizeram



parte do Governo de Diovando, Margarida Gomes, como a própria relatou, e Carlos Neves, citado pelos depoentes, que trabalhou nas finanças. Joilson Araújo comentou que Diovando Cunha procurou gente séria para compor a sua administração, mas que faltou nele organização psicológica, maturidade e expertise para montar um equipe técnica confiável. “Ele não tinha nem um pouco a noção de gestor, nem quadro. Continuou fazendo o que ele gostava, levando os doentes. Quem tomou conta da administração foram umas figuras que, infelizmente, não souberam fazer diferente” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Essa percepção do Joilson Araújo em relação à Diovando Cunha possivelmente se deve ao fato de Vando, advindo do grupo liderado por Hamilton Rios de Araújo, ter aglutinado e mantido na sua equipe administrativa setores *Vermelhos Situacionistas*, como também confiado funções que lhe cabiam, possivelmente, aos indivíduos que contrariaram os objetivos traçados pela gestão. Razões pelas quais ocasionaram o abandono de secretários de governo e o desentendimento com o Misael Ferreira de Oliveira. Além desses conflitos, o governo de Diovando foi marcado por uma difícil conjuntura propiciada pela estiagem presente na região, nos primeiros anos de 1990; pela fase de inflação do governo de Itamar Franco; pela invasão da Cesta do Povo<sup>125</sup> do município por setores da população, que saquearam produtos e tentaram remover os caixas eletrônicos; e pelo seu inesperado suicídio, poucos meses de finalizar o mandato, após as eleições municipais de 1996 (SILVA, 2010).

O relato anterior da Professora Margarida Gomes fortalece o entendimento sobre o Pe. Luiz Rodrigues Oliveira ter sido um dos principais personagens na articulação política em torno da candidatura de Diovando Carneiro Cunha, no sentido de agregar setores oposicionistas aos *Vermelhos Conservadores*, principalmente petistas, e influenciar na composição desses setores na administração. É interessante observar que a perspectiva dos depoentes sobre o perfil político de Diovando Cunha foi crucial para a atuação do Pe. Luiz Rodrigues em sua campanha, identificando-o como aliado de uma *Igreja dos pobres* devido às suas ações junto aos enfermos. Assim como, para caracterizar a sua campanha eleitoral como desprovida de grandes recursos financeiros, mesmo tendo como candidato a Vice-prefeito Misael Ferreira da Silva, um dos grandes empresários sisaleiros e importante político do município.

Os depoentes Arivaldo Ferreira Mota e Antonio Fernando de Araújo Santos comentaram que a interferência do Pe. Luiz Rodrigues Oliveira na agremiação liderada pelos leigos influenciou a maioria do partido a decidir em não lançar uma chapa majoritária nas eleições de 1996. Naquela ocasião, os petistas também não oficializaram apoio ao candidato a Prefeito dos

---

<sup>125</sup> Estabelecimento vinculado à rede de supermercados da Empresa Baiana de Alimentos (EBAL), pertencente ao Governo da Bahia.

*Azuis*, Misael Ferreira da Silva, vice de Diovando Cunha, que enfrentou nas urnas o sobrinho de Hamilton Rios, Ewerton Rios de Araújo Filho, conhecido por Vertinho, o vitorioso do pleito. Contudo, como percebido nos relatos dos depoentes, os petistas mantinham frequentes diálogos com os *Azuis*, tendo o Pe. Luiz Rodrigues como importante mediador. Essa atuação do Padre foi igualmente um dos motivos para que durante as comemorações da vitória eleitoral dos *Vermelhos Situacionistas*, o Padre tenha sido o principal alvo das hostilidades empreendidas por esses segmentos, pois ele se destacou como articulador das forças oposicionistas.

Padre Luiz Rodrigues Oliveira foi ainda importante na formação de lideranças petistas, especialmente a de Francisco de Assis Alves da Silva, conhecido popularmente por Assis da Caixa, natural do distrito de Barreiros do município de Riachão do Jacuípe, principal candidato do partido ao executivo a partir do ano 2000, sendo o primeiro Prefeito Municipal do PT, eleito em 2012, e o primeiro a ser reeleito na história do município, em 2016. Joilson Marcos Cunha Araújo contou que o então vigário auxiliar da paróquia, Pe. Antonio Elias Souza Cedraz, juntamente com ele e o Pe. Luiz, decidiram investir na formação superior de Francisco de Assis como uma importante tática para influir no jogo eleitoral:

Nós o levamos para Aracaju a fim dele cursar Direito. Por que qual era a leitura que nós fazíamos na época? Padre Elias, Padre Luiz e eu falávamos o seguinte: Assis, o povo que não é politizado, não vota em pobre, geralmente vota em quem tem título - Até hoje o povo chama médico de doutor, mas, no entanto, pode até ser uma pessoa insignificante. Doutor fulano. Veja o atraso que nós estamos a nível de continente, de país, de nordeste e de sertão do nordeste – Assis, as pessoas são isso, você precisa ter um título. Ele concordou com a ideia. Levamos para Aracaju, passamos dois dias. Padre Elias foi pároco na paróquia dos Salesianos [em Aracaju], conhecia tudo muito bem. Fomos para lá e retornamos certos de que ele pediria transferência para a Caixa de Aracaju, no Shopping Rio Mar. A gente esperou por uma semana a resposta dele. Ele disse: se eu sair de Coité, eu adoço. Eu disse: o “cara” gosta demais da cidade. Lançamos ele assim mesmo, sem título nenhum. Colocamos ele para ser candidato a Prefeito, ele topou. E quando ele aceita as coisas, ele “não abre mão”. Na época tinha a TV Cultura do Sertão, o horário saía também na televisão, divulgou mais [a candidatura], ele ficou mais conhecido, tivemos mais de dois mil votos (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Ao ser perguntado se era frequente a ação dos padres na indicação de pessoas para serem candidatas do partido, Joilson Araújo relatou que isso não acontecia e salientou que o processo de escolha não era uma essência e missão dos padres, mas uma consequência de uma fé ligada à vida. Ele expôs que a trajetória do Pe. Luiz Rodrigues não era de origem popular, de comunidade de base, mas de um clero com conhecimento teológico formal, de uma *Igreja Instituição*, e de “uma pessoa muito ética, que não lavou as mãos e nem cruzou os braços diante de uma realidade de Coité” (ARAÚJO, 60 anos, 2021); já o Pe. Elias Cedraz participava das

comunidades de base, advinha de uma experiência pastoral com Dom Helder Câmara. Ele caracterizou a atuação desses padres pela “fusão do conhecimento ético do Padre Luiz com a prática de pastoral de base do Padre Elias” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Esse relato de Joilson Araújo nos conduz ao entendimento de que a sua narrativa possuía o objetivo de demonstrar a inexistência de um projeto institucional da Igreja Católica local no campo político e a ausência de aspiração partidária do clero em questão. Essa hipótese pode ser confirmada quando o referido depoente situa o distanciamento de Francisco de Assis das pastorais paroquiais, apesar da influência exercida pelos padres na trajetória política do bancário, ou seja, ao salientar que Francisco de Assis não participava de nenhum movimento eclesial católico, Joilson Araújo demonstrava que a possível candidatura do petista não seria orientada por projetos ideológicos da instituição católica, especialmente os dogmáticos.

Entretanto, o distanciamento de Francisco de Assis do ambiente eclesiástico não significou a ausência dos componentes ideológicos que norteavam as ações dos religiosos presentes na agremiação, sobretudo os elementos da *Igreja Popular* e da esquerda católica. Além disso, o depoente contou ter sido através da convivência com Francisco de Assis, a partir de 1992, no Centro de Ensino Superior de Conceição do Coité, futuro Campus XIV da UNEB, especialmente na atuação do Diretório Acadêmico, que o clero e ele conheceram Francisco de Assis e vislumbraram um potencial agente político, capaz de contribuir no alcance dos objetivos do partido:

Em 2000, praticamente, empurramos o Assis para a disputa eleitoral, porque, no entanto, ele era apenas um militante do partido, não da primeira hora, porque ele veio se inserir no partido a partir das disputas eleitorais do Lula. A gente começou em 1986. A gente não o conhecia, foi conhecê-lo em 1992, por conta do curso de Letras. A gente começou a perceber que ele tinha habilidade. A gente o empurrou para ser [candidato], empurrado mesmo, ele nem queria, ele queria fazer para os outros, promover os outros. Na candidatura para o Diretório Acadêmico, eu comecei a dizer aos Padres Luiz e Elias que estava na época de ajudar a formar essa liderança, pois ele tinha habilidade. Lançamos ele em 2000. Ele percorreu o município todinho. O que estava faltando no PT era isso, alguém com essa disponibilidade e que demonstrasse a vocação para a política partidária. Então, ele fez esse papel em 2000. Eu retomo que foi uma motivação muito nossa. [...] A escolha desses padres foi mais assim. A gente não tinha outros nomes, outras opções que convencesse, vamos dizer assim, que tinha vocação para a militância com a mente partidária, restritamente partidária, e que tivesse tempo para isso, porque a gente ficava nas pastorais. Na verdade, a gente não tinha mesmo. A gente escolhia o candidato mais por uma necessidade, por vocação. E, no Assis, a gente identificava essa vocação partidária, a militância política. Foi assim que a gente estabeleceu o critério da escolha, falta mesmo de opção e, como te falei, por esses elementos que eu relatei (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

A memória de uma agremiação política frágil na sua organicidade e a necessidade de encontrar caminhos para superar esse desafio são constantes entre os depoentes. A lembrança do Servidor Público, Joilson Marcos Cunha Araújo, evidencia que o empenho em torno do então estudante de Letras Vernáculas e funcionário da Caixa Econômica Federal, Francisco de Assis Alves da Silva, compõe mais um elemento dessa memória. Nesse sentido, os esforços para constituir Francisco de Assis como uma importante liderança do PT coiteense se situam, além de apresentar um candidato com atributos que favorecessem nas disputas eleitorais, como uma importante tática para consolidar a organicidade da agremiação.

O relato de Joilson Araújo fortalece o entendimento de que as atividades partidárias dos leigos eram compreendidas como extensões das ações pastorais, sendo essas primordiais para o desenvolvimento deles no campo político. Ao que parece, a visão de Joilson Marcos Araújo, sobre o partido não possuir opções de candidaturas e a ausência de vocação partidária nos quadros da agremiação, reside no fato de haver maior dedicação nas pastorais do que nas funções exigidas pelo partido; bem como, ao fato de o pensamento religioso ter sido o principal motivador para que os leigos adentrassem na política partidária, assim careciam de importantes habilidades para influir nas disputas políticas.

Nesse sentido, o personagem Francisco de Assis, por possuir uma trajetória divergente da maioria dos leigos e, sobretudo disponibilidade e habilidades exigidas do *fazer político*, foi encarado como uma importante liderança para contribuir a sedimentar as estruturas organizativas da agremiação. As lembranças de Antonio Fernando de Araújo Santos também situam a candidatura de Francisco de Assis como um importante componente de crescimento do partido, uma vez que conseguiu agregar outros sujeitos ao projeto. “Assis é um sujeito muito ‘verbo solto’, ele consegue impactar as pessoas, ele tem, como se diz... ele faz com que as pessoas o abracem. E nessa época, a gente saía muito para zona rural, povoados, e tivemos ganhos” (SANTOS, 73 anos, 2021).

Supomos que os ganhos referidos por Antonio Fernando estão estabelecidos nos seguintes aspectos: a parceria com as lideranças do STRCC, advindas do ambiente eclesial, a exemplo de Urbano Carvalho Oliveira, que o oportunizou a fazer parte da segunda chapa majoritária do partido como Vice-prefeito da candidatura de Francisco de Assis; e, em particular, o saldo eleitoral das eleições de 2000, na qual a chapa majoritária do partido, sem coligação, conquistou 2.111 votos e conseguiu eleger os dois primeiros mandatos ao legislativo municipal, através das candidaturas de dois leigos católicos, Arivaldo Ferreira Mota, com 627 votos, e Adalberto Neres Pinto Gordiano, com 711 votos (RESULTADO..., 2000). Este último,

influenciado pelo clero local, se filiou ao PT, mas havia iniciado a sua trajetória política na disputa de uma vaga na Câmara, em 1996, sob a legenda do PSDB, junto aos *Azuís*.

É evidente que, em comparação ao saldo dos grupos políticos hegemônicos e, principalmente, ao contexto de 38.532 eleitores aptos (RESULTADO..., 2000), o desempenho do PT na disputa eleitoral foi pífio. Entretanto, para a agremiação, ela foi bastante significativa, pois oportunizou os primeiros mandados elegíveis do partido no município e, pela primeira vez, um número de votos expressivos para a agremiação, ademais pelos anos 1990, em que o Diretório Municipal do PT não apresentou nenhuma chapa majoritária para disputar o poder do executivo. Tais aspectos representaram, especialmente para os membros da agremiação, um potencial de crescimento e adesão do projeto do partido na sociedade coiteense. Essa compreensão adquire relevância ao analisar as lembranças dos depoentes sobre as campanhas e os resultados do PT nas primeiras eleições.

Arivaldo Ferreira Mota disse que, apesar dos pouquíssimos votos obtidos em sua candidatura a Prefeito Municipal, foi marcante a presença de votos para o partido em, praticamente, todas as urnas. “Talvez fosse o pessoal daqui, porque, naquela época, os mesários eram da sede, pudesse ser até por conta disso também. Para nós o que foi muito marcante foi isso, embora a expressão de votação foi muito pouca” (MOTA, 69 anos, 2021). A sua esposa, Zenilda Mascarenhas Mota, lembrou de um dos candidatos a Vereador, Donato, que ao visitar as comunidades, durante a campanha eleitoral, registrava em uma caderneta os possíveis votos daqueles que manifestavam apoio e, na semana da eleição, ao retornar nas casas dos eleitores a fim de confirmar o apoio recebido, era surpreendido pelas negações à sua candidatura:

Ele voltava para o carro desanimado, com a caderneta dele. É eu tinha x votos, agora não tenho nenhum (risos). Eu não ria na presença dele, mas quando eu chegava em casa, contava a Arivaldo. Então, foi um período de luta, mas a gente se divertia, porque a gente, na verdade, era puro, a gente não tinha a malícia (MOTA, 65 anos, 2021).

Joilson Marcos Araújo Cunha contou que alguns candidatos à Vereadores, imbuídos do pensamento de que o vínculo com a Igreja Católica, através das atividades pastorais realizadas nas comunidades e movimentos da paróquia, influenciaria em expressivos votos no jogo político, tiveram grande descontentamento com o saldo eleitoral de suas candidaturas:

A Igreja Católica era dominante de quantidade de membros, participantes naquelas comunidades. Então, pelo fato do PT ter nascido dessa base eclesial, base eclesial sem conhecimento profundo da fé e da vida, da própria teologia da libertação, Pedrinho tinha ilusão. Em tal comunidade, ele já fazia assim: vou ter 100 votos. Quando apurava a urna naquela sessão, naquela comunidade, tinham 2 votos. A gente ficava fazendo essa resenha no final e rindo. Eu disse: rapaz, nem minha comadre e nem meu compadre votaram em

mim, os *Vermelhos* chegaram lá e compraram uma parte, os *Azuis* outra, como eu esperava ali 25 votos, eu não tive nenhum. A gente começava a rir, fazia terapia, mas a gente não desistia (riso) foi assim, alguns se cansaram é claro, alguns se decepcionaram, não sabia da quantidade de gente que se vendia. A falta de caráter que desmotivava. Eu disse: Não quero esse negócio para mim, tu é doido! Eu (riso), eu tinha uma visão do ser humano, aquela visão tão puritana, uma visão ilusória do ser humano. Quando a gente terminou a apuração de 1988, a gente fez a avaliação, era uma verdadeira terapia. A gente fez um churrasco dando risada e cada um contando uma piada [...]. No entanto, a gente não tinha, não se sentia derrotado na vida, a gente não tinha a vida de derrotado. A gente perdeu, vamos dizer assim, uma disputa, porque hoje a gente sabe as circunstâncias e sabe as causas. Mas para a vida não, a gente tinha difundido a nossa mensagem, a gente dizia nossa verdade, então aquilo fazia um bem para mente. A gente dormia sossegado. Aquilo para mim nunca foi desânimo, eu acho que quanto maior o desafio, me motivava. Eu não tenho nenhum arrependimento, faria tudo novamente. Como comecei lá atrás, agora faço análise dos erros mais recentes. Repito, não vou deixar minha militância. Eu me satisfaço, não preciso colher frutos, nunca pensei em colher frutos, eu me realizo como semeador, é uma coisa boa semear. As futuras gerações vão continuar (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

É incontestável que os insignificantes saldos eleitorais foram extremamente desanimadores para os petistas e que, ao longo do tempo, por esses e outros motivos, alguns se afastaram do partido ou migraram para outras agremiações. Em contrapartida, os relatos dos entrevistados aparentam que os pífios resultados das urnas não se tornaram *gatilhos* para sentimentos de distopia entre os envolvidos, que encaravam, em sua maioria, a partir de uma visão genuína da conjuntura política, tais situações como legítimas, em razão das dificuldades orgânicas do partido.

Na primeira candidatura do PT ao executivo coiteense, formada por Arivaldo Ferreira Mota e Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira, em 1988, o partido conquistou 285 votos, e as oito candidaturas ao legislativo municipal somaram 430 votos, sendo o comerciante conhecido por Pedrinho o mais votado do partido, obteve 105 votos. Nas eleições dos anos 90, o partido apenas disputou as vagas da Câmara Municipal. Em 1996, as 12 candidaturas de Vereadores somaram 1.466, sendo a mais expressiva a de Arivaldo Ferreira Mota, com 455 votos. Apesar de ter alcançado um quantitativo de votos acima do último candidato, Arivaldo Mota não conseguiu a vaga no legislativo municipal, por causa do sistema proporcional de eleição, sendo ocupada pelo Médico José Andrade da Silva, que obteve 429 votos, sob a sigla do PMDB.

Diante disso, o resultado eleitoral do ano 2000 foi bastante positivo para a agremiação. Indagado sobre os motivos que facultaram a conquista de dois mandatos do legislativo municipal, Arivaldo Mota salientou que a presença da chapa majoritária contribuiu para motivar

o eleitorado. “Em tese, muitos que votam no Prefeito, votam nos Vereadores” (MOTA, 69 anos, 2021); bem como o trabalho realizado anos anteriores, sobretudo as denúncias, contribuíram para desgaste do grupo dominante, inclusive interferindo nas eleições seguintes, que resultaram no *impedimento* da reeleição de Tom Araújo, em 2004 (MOTA, 69 anos, 2021).

Esse entendimento é igualmente percebido na entrevista de Joilson Marcos Araújo ao comentar sobre a conquista e manutenção de mandatos de Vereadores do PT a partir das eleições de 2000: “essa evolução também é fruto de uma conjuntura nacional, estadual e de um desgaste local. Afinal de contas, anos com o mesmo estilo de fazer política, você vai se desgastando, então isso gerou expectativa” (ARAÚJO, 60 anos, 2021). Além disso, o depoente refletiu que a conquista dos mandatos não foi resultado de um universo eleitoral exclusivamente politizado e consciente, mas fruto de uma ação filantrópica, desenvolvida pelo STRCC, pela Igreja Católica e agentes envolvidos em causas esportivas e sociais; e do comportamento político baseado na troca de favores:

Alguns também, vou dizer clientelista. O “cara” chega lá numa situação difícil, diz: Rapaz, estou precisado de 1kg de arroz! O “cara” nessa situação, até mesmo dá e o sujeito se sente grato. Esse para mim é o chamado voto perigoso. O sujeito ainda não adquiriu cidadania, ele não percebeu ainda que ele tem que eleger e votar numa candidatura pelo que ela pensa, pelo que ela vai defender, e não pelo que ela [atende ou oferece]. Esse tipo de eleitor também teve, não vou dizer que não teve troca de favores, não foi em si aquele eleitor que esperava [algo do PT]. Aqui tinha uma tradição que, na véspera das eleições, o pessoal diz o seguinte: Se você andar pela zona rural, o pessoal não dorme, as luzes das residências, lá no meio do mato, ficam acessas, porque sabe que os donos do dinheiro vão oferecer, comprar aquela família conforme a quantidade de pessoas que tem. Tem voto que pode sair a 30 reais, 50 reais, 100 reais. O PT não enveredou nesse caminho de sair comprando, também não vou dizer que foi 100% de voto ideológico, isso é negar a realidade. Mas boa parte, a maioria, é voto filantrópico (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

A memória desse comportamento político baseado nas relações de favores é presente nas lembranças dos entrevistados, que identificaram essa realidade como um dos grandes desafios de adesão ao projeto político do partido, não apenas por partes da sociedade coiteense, mas também entre os próprios filiados. Essa perspectiva é notada nos relatos sobre as táticas empreendidas com o intuito de terem expressivas conquistas no jogo eleitoral, pois evidenciam as leituras da conjuntura ao qual eles estavam inseridos. Por exemplo, apesar de narrarem as dificuldades em viabilizar candidaturas, entendiam a necessidade de apresentar candidatos com importante respaldo social. O esforço de investir na formação superior de Francisco de Assis dos Santos se insere na leitura de um contexto em que o eleitorado possuía apreço por candidatos detentores de titulações, que garantissem prestígio e ascensão social.

Outra situação dessa natureza diz respeito ao combate à compra de votos, característica marcante dos leigos nas disputas eleitorais, visto que esse debate era inserido nas celebrações religiosas e nas reuniões dos movimentos da paróquia, através das cartilhas de orientações eleitorais elaboradas pela Diocese de Feira de Santana, em comunhão com a CNBB. Assim, esse combate não estava apenas reduzido aos espaços partidários fomentados pelas lideranças do Diretório Municipal do PT, essa ação era realizada em conjunto com a instituição religiosa, ainda mais por muitas dessas lideranças petistas também serem lideranças leigas da paróquia. Mesmo participando dessas trincheiras, alguns não foram impedidos de atenderem demandas dos eleitores, justificando a partir do entendimento de que a compreensão do eleitorado sobre a política era meramente uma barganha. Esse aspecto esteve presente nos relatos dos entrevistados.

Nesse sentido, supomos que as eleições do ano 2000 foram cruciais para o partido elencar aspectos da sedimentação da sua organicidade, bem como identificar com maturidade os obstáculos que impediam o desenvolvimento partidário. Acreditamos que os resultados eleitorais obtidos nesse período possibilitaram, por exemplo, entender que a ausência de uma chapa majoritária na disputa política prejudicaria a organicidade e crescimento do partido. Além disso, eles incentivaram a agremiação a buscar uma identidade cada vez mais partidária, se vinculando ao cenário do partido a nível regional e nacional, e se distanciando da imagem de um partido, meramente, *igrejeiro* e reduzido ao local.

No entanto, isso não significa que o movimento de constituição de uma imagem partidária estivesse atrelado ao afastamento do segmento religioso, isto porque a fundação de muitos diretórios do PT na Região Sisaleira foi constituída pelos próprios petistas coiteenses, tendo a rede de Comunidades Eclesiais de Base uma importante ferramenta na aglutinação de outros atores no projeto político defendido pelo PT. Os registros audiovisuais das festividades do Dia do Trabalhador e das visitas aos acampamentos do MST na região, ao mesmo tempo que evidenciam aspectos da dinâmica das CEBs das paróquias do Zonal 04, por exemplo, as celebrações em conjunto para debater questões sociopolíticas da Região Sisaleira, como a missa realizada no acampamento Nova Palmares, em 1998, revelam a rede de movimentos sociais e dos diretórios do PT como os principais parceiros de luta dessas comunidades.

Essa conjuntura facilitou não apenas o acesso dos petistas coiteenses em outros municípios, mas a identificar sujeitos dispostos a assumirem os diretórios em suas respectivas cidades. Questionados sobre as relações com outros diretórios da região, o casal Arivaldo e Zenilda Mota rememoraram que ajudaram na fundação do PT em várias cidades da região: “Ajudamos a fundar em Valente, Santa Luz, Retirolândia, São Domingos, Riachão do Jacuípe,



depois Gavião. Onde mais? Nordestina? Não sei se em Nordestina. Na região tivemos essa participação e, nesse sentido, ajudar a fundação do partido” (MOTA, 65 anos, 2021).

Outrossim, eles participaram de reuniões para motivar a militância. “A gente participava do Diretório, de muitas reuniões nessas cidades, mostrando da necessidade da fundação do partido e motivando Valente, Santa Luz, Retirolândia” (MOTA, 65 anos, 2021); e ainda traçaram novas parcerias: “Queimadas já tinha, porque Léo já era Vereador, [...] Léo era do Rio Grande do Sul. Ele que fundou lá, também veio do movimento de Igreja” (MOTA, 65 anos, 2021).

Os aspectos da necessidade de uma organicidade partidária podem ser igualmente observados no registro realizado por Antonio Fernando de Araújo Santos sobre as eleições de 2000, que foram discutidas por ele durante a avaliação da campanha eleitoral. Esse texto foi concedido durante a coleta da sua entrevista. A proposta do registro foi lançar reflexões sobre os acertos e erros cometidos durante a campanha e orientar para os futuros passos do partido, no intuito de “chamar a atenção de todos (citados ou não) para as nossas obrigações PETISTAS... Elegemos dois companheiros para atuarem na Câmara de Vereadores e, enquanto nos possibilita divisar maiores horizontes, também nos impõe mais responsabilidades” [sic] (SANTOS, 2000, p. 1).

Nesse registro fica evidente os dissensos presentes na agremiação, que resultaram na desorganização e imprevisto da campanha. O primeiro aspecto diz respeito às mudanças ocorridas nos integrantes da Comissão de Coordenação de Campanha, inicialmente formada por André Gordiano, Antonio Fernando, Hélio Carneiro, Padre Luiz Rodrigues e Meyre Sandra, que devido à saída do Padre, em razão das atribuições da paróquia, e de Hélio Carneiro, por conta de alguns desentendimentos, foram substituídos por Aroldo Portugal e Gelcivânia Mota, destacando que as decisões tomadas nas reuniões, ao que parece poucos encontros, não foram cumpridas: “Chamo atenção para o aspecto de ‘carta branca’ que teria a COMISSÃO DE CAMPANHA. Aqui mais funcionou o imprevisto, o oba, oba, a indisciplina, ao contrário do pensado, do planejado. Ao nosso ver, faltou DEMOCRACIA e sobrou democratismo” [sic] (SANTOS, 2000, p. 1).

Além disso, Antonio Fernando refletiu que muitos conflitos ocorridos entre os membros da agremiação foram fruto de fofocas e boatos planejados pelos opositores, sendo algo recorrente. “Durante toda a campanha, a desgastante fofoca comeu como fogo de monturo. Nossos adversários vivem plantando falsas informações e nós embarcamos nestas canoas furadas e transformamos a nossa convivência, muitas vezes, num cipoal intransponível” (SANTOS, 2000, p. 3). Diante disso, ele sugeriu a necessidade de que os embates acontecessem

de forma franca e aberta, oportunizando uma melhor convivência e o direito de defesa para o atingido pela fofoca. As condições econômicas entre os filiados deram a entender que era um aspecto gerador de embates: “Sendo o Partido dos Trabalhadores um partido de base e de massas, massas conscientes e não massas de manobra como se tem em outros partidos, não caberia tentar-se calar ou menosprezar as opiniões dos ‘menos ricos’. FELIZMENTE” [sic] (SANTOS, 2000, p. 2).

As falhas das táticas traçadas e das oportunidades perdidas foram componentes presentes no registro avaliativo. A tática desesperada de divulgar o partido na zona rural ocasionou no abandono da zona urbana: “Abandonamos a cidade e nos embrenhamos, desesperadamente, pela zona rural à cata de votos muitos dos quais comprometidos com o mercado ilegal e espúrio do jogo do ‘podre poder’ aqui já instalado” (SANTOS, 2000, p. 1-2). Por exemplo, isso resultou na perda de oportunidade para propagar o projeto do PT entre a população, sobretudo jovem, presente em eventos de arrecadação financeira do partido, através da venda de carurus, na praça da matriz. A insistência em não ocupar o espaço da *Boca de Urna*<sup>126</sup> contribuiu para a hegemonia de outros partidos nessa esfera: “Tomaram o nosso lugar porque ficamos com medo e não porque necessitávamos dos companheiros para fiscalizar. Até o Juiz sinalizou que a ‘boca’ era de todos, contanto que não houvesse excessos” (SANTOS, 2000, p. 2).

A falta de diálogo e organização resultaram na péssima qualidade e no número reduzido de materiais impressos da campanha, sendo que boa parte foi desperdiçada, pois expediu material de candidaturas previamente impedidas; e na insatisfação do jingle da campanha. A ausência de formação da militância proporcionou a desorganização da fiscalização durante a eleição. “O afogadilho, a falta de discussão, a falta de FORMAÇÃO da nossa militância e a falta de planejamento formam os grandes empecilhos a um melhor trabalho na fiscalização” [sic] (SANTOS, 2000, p. 3). Todos essa fatos e mais a ausência do carro de som do partido nos eventos, devido à falta de empenho em consertá-lo, foram apontados como pontos negativos.

Por fim, os membros da PT apresentaram as dificuldades financeiras, que resultaram numa dívida de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), como fruto da falta de compromisso da maioria dos filiados com a agremiação e da ausência de iniciativas na mobilização de eventos para arrecadar recursos financeiros para a campanha. Diante disso, exortou: “Se queremos de

---

<sup>126</sup> A propaganda de boca de urna consiste na atuação de cabos eleitorais e demais ativistas junto aos eleitores que se dirigem à seção eleitoral, no dia da votação, visando a promover e pedir votos para seu candidato ou partido. A legislação eleitoral proíbe a realização de atividades de aliciamento de eleitores e quaisquer outras que tenham o objetivo de convencer o cidadão mediante boca de urna. (BOCA..., [s. d.]).

verdade construir uma sociedade mais justa e participativa onde o desemprego, a fome e a miséria não estejam presentes, DEVEMOS CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE com a causa do PT que é de todos NÓS” [sic] (SANTOS, 2000, p. 3).

A análise dessa reflexão avaliativa das eleições de 2000 fortalece a compreensão de que a agremiação iniciou uma nova trajetória na sua história, não apenas em razão dos mandatos legislativos conquistados, mas, sobretudo, por fortalecer sua organicidade no campo político coiteense, se tornando a principal força opositora aos *Vermelhos Situacionistas*, inclusive nas urnas. É evidente que o contexto nacional, com a vitória de Lula à presidência do país, em 2002, e a de Jaques Wagner ao governo do Estado da Bahia, em 2006, também foram fundamentais nesse processo.

Entretanto, esse movimento, que possibilitou maiores ganhos para o diretório do PT coiteense, é marcado pela experiência eleitoral do ano 2000, quando houve a conquista de dois mandatos de Vereadores, Arivaldo Mota e Adalberto Gordiano, e pela postura de denúncia desses parlamentares durante a gestão de Wellington Passos de Araújo, conhecido por Tom Araújo, tendo como um dos secretários municipais Misael Ferreira de Oliveira, que assumiu a pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Isto não significou a ausência de dissensos internos na agremiação petista, mas até a ocorrência deles foram importantes para as modificações no partido, que acompanhou aspectos das transformações realizadas no âmbito nacional e estadual, principalmente o distanciamento das bases sociais e a adaptação de suas lideranças “a outras tradições arraigadas na cultura política brasileira, que é fenômeno complexo, mas possui dois traços marcantes, personalismo e acomodação” (MOTTA, 2018, p. 428).

A ação desempenhada pelos Vereadores do PT na Câmara Municipal contribuiu para consolidar a agremiação fundada pelos leigos como principal opositora das administrações dos *Vermelhos Situacionistas* e para sedimentar a organicidade partidária dos petistas no campo político coiteense. Ela, portanto, passou a ser entendida como uma grande ameaça aos interesses dos empresários sisaleiros, tendo grandes chances de alcançar o poder local, especialmente após a chegada de Lula na presidência da República, em 2002.

Em meio às denúncias de irregularidades cometidas pela administração de Tom Araújo, algo presente em todo o mandato, devido à postura combativa dos Vereadores petistas, sobretudo de Arivaldo Ferreira Mota, uma das estratégias adotadas pelos segmentos *Vermelhos Conservadores*, antes da descoberta dos primeiros atos de corrupção presentes no governo Lula e na direção do partido, foi consolidar uma visão de que os petistas coiteenses eram divergentes do Presidente Lula. Essa percepção esteve em evidência no artigo *O PT daqui não é igual ao*

de Lula, ao publicizar que os petistas coiteenses nunca iriam mudar a forma de fazer política, sendo uma oposição que nunca enxergaria as boas obras do adversário, pois utilizavam a tática da crítica para tentar persuadir a consciência da população. Assim, eles estavam distantes de Lula, pois o líder petista venceu as eleições “porque reconheceu que depois de três derrotas sob o regime radical do PT, nunca iria vencer. Teve que parar de fazer duras críticas, mostrar a realidade e aliar-se com os adversários” (O PT..., 2003, p. 3).

Figura 30 – Charge sobre o “radicalismo” do PT coiteense.



Fonte: O PT... (2003, p. 3).

Essa charge ilustra o artigo acima referenciado, provavelmente seu autor foi o editor do jornal *O Sertão*, Mário Silva, que associava a postura dos petistas coiteenses, em relação às denúncias empreendidas na gestão de Tom Araújo, às origens sociais e à imagem radical que o PT possuía, sobretudo Lula, que “representavam uma parte do eleitorado e atraíam votos, porém, em outros segmentos, provocavam o medo que contribuiu para as derrotas anteriores” (MOTTA, 2018, p. 415), no intuito de demonstrar que os petistas não tinham interesses pelo desenvolvimento do município e estavam distantes da nova imagem de Lula e do PT, bem como do programa político adotado por Lula nas eleições de 2002.

Todavia, como salienta Rodrigo Pato Sá Motta (2018), a mudança na apresentação pessoal de Lula, que ganhou ternos e barbas bem cortados, “Lulinha paz e amor”, não se tratou apenas de um cálculo eleitoral, “desde os anos 1990 a liderança do partido vinha abandonando o radicalismo em proveito de uma perspectiva mais moderada e pragmática, mais inclinada a reformar o sistema econômico-social do que a fazer uma revolução” (MOTTA, 2018, p. 415).

Nesse sentido, é possível que os segmentos *Vermelhos Situacionistas* não compreendessem o fato dos petistas coiteenses não terem acompanhado os passos do líder que “escolheu a negociação para desmobilizar a opinião contrária, em lugar de confrontar os adversários. Uma estratégia de acomodação recorrente na história política brasileira ao ponto de podermos afirmar que faz parte da cultura política” (MOTTA, 2018, p. 416-417).

Por outro lado, os segmentos *Vermelhos Situacionistas* buscavam fortalecer a imagem de desenvolvimento e progresso promovido pelas gestões dos *Vermelhos*, liderados por Hamilton Rios de Araújo, como, por exemplo, no artigo intitulado *1973 a 2003 as três décadas que mudaram o rumo do desenvolvimento de Conceição do Coité*. Essa publicação afirmava que as maiores mudanças ocorridas em Conceição do Coité foram oportunizadas pela chegada de Hamilton Rios no poder local, a partir de 1973. Além dessa discussão, desperta atenção a fotografia que ilustrou o artigo, tendo a presença do Padre José Antonio dos Reis (figura 31).

Figura 31 – Governo de Hamilton Rios de Araújo, 1973.



Fonte: 1973... (2003, p. 3).

Acreditamos que a escolha dessa imagem para ilustrar o primeiro mandato de Hamilton Rios de Araújo não foi aleatória, sendo escolhida por causa dos embates vivenciados naquele período entre o clero, leigos petistas e *Vermelhos Situacionistas*, conflitos que alcançaram o poder judiciário, devido à intensa disputa de narrativas em torno das denúncias de corrupção na administração de Tom Araújo, como anteriormente apresentamos. A ausência feminina na imagem, leva-nos a compreender o papel secundário das mulheres na agremiação. A memória produzida pelo partido não traz à cena política o papel desempenhado por elas, ou seja, a

representatividade das mulheres na política local é bastante apagada ou vista como algo menor. Ademais, nos ditames do poder local, o poder masculino assentado na cultura machista, de matriz patriarcal, contamina até mesmo as agremiações e movimentos progressistas. Tal constatação nos coloca frente ao desafio de lembrar o que se coloca mais à margem na escrita da história.

Os depoentes Arivaldo Ferreira Mota, Joilson Marcos Cunha Araújo, Margarida Ferreira Gomes e Zenilda Mascarenhas Mota situaram que, a partir dos anos 2000, o partido iniciou um movimento de crescimento, no qual as conquistas do executivo nacional e estadual foram fundamentais para esse desenvolvimento, inclusive na densidade eleitoral. Outro aspecto, é que as ações dos Vereadores, durante os seus mandatos, segundo a percepção de Joilson Marcos Araújo, tiveram êxito, por terem mantido o trabalho de base nos povoados, compartilhando assessoria e ações de infraestrutura junto ao Governo do Estado, sob o mandato do PT. Em contrapartida, esse crescimento também possibilitou o afastamento de alguns membros fundadores, como Antonio Fernando de Araújo Santos, Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira e Vanilson Lopes de Oliveira, que ficaram descontentes com a condução política do partido. Indagado sobre as interferências do cenário nacional e estadual do PT na agremiação local, Arivaldo Mota relatou a importância dos programas sociais implementados pelo governo Lula:

A interferência foi justamente nisso, nos programas sociais do governo Lula. Dessa alavancada que ele deu na economia, da melhoria do salário, da melhoria da classe pobre, isso influenciou bastante para que houvesse esse crescimento. Não foi apenas mérito nosso, mas externo, vindo com os programas de Lula, da novidade da Bahia, do trabalho começado por Jaques Wagner, a mudança, de transformação, de governo de Jaques Wagner, na Bahia, foi muito grande e isso ajudou bastante no crescimento do partido em Coité (MOTA, 69 anos, 2021).

Além dessas ações governamentais, os entrevistados destacaram que a conjuntura de âmbito nacional e estadual do PT refletiu nas eleições municipais dos anos 2000, em especial na articulação de coligações com outros partidos, principalmente com o PMDB se alinhando à política de alianças de Lula. A primeira coligação foi realizada em 2004, tendo Arivaldo Mota como candidato a Vice-prefeito do candidato do PMDB, o Médico Robson Cedraz Ramos, que obteve 15.566 votos. Eles foram derrotados pelos *Vermelhos Situacionistas*, que, novamente, apresentaram o sobrinho de Hamilton Rios, Éwerton Rios D'Araújo Filho como candidato a Prefeito, sob a legenda do PP, que reuniu o Partido da Mobilização Nacional (PMN), PL e PFL em sua coligação.

As lembranças de Arivaldo Mota sobre essa eleição indicaram que a sua participação na chapa majoritária do PMDB foi, primeiramente, motivada devido à sua condição de saúde, que o impossibilitou ser o candidato do PT à Prefeitura de Coité; depois pela sua situação no trabalho, que o impediria uma dedicação exclusiva à campanha pelo executivo: “Eu fui assim um *cara* muito Caxias, não no sentido de militarismo, mas que as coisas fossem certas e eu não queria prejudicar as ‘despesas’. Eu achava, em algum momento, se fosse candidato teria que me afastar e podia prejudicar” (MOTA, 69 anos, 2021). Inclusive, Zenilda Mota lembrou que muitos materiais da campanha do esposo já haviam sido confeccionados, dando a entender que a desistência da candidatura à Prefeitura do PT foi inesperada e a decisão de Arivaldo Ferreira Mota compor a chapa do PMDB foi em vias do início da campanha eleitoral.

Em contrapartida, o boletim oficial do PT coiteense, quando apresentou Arivaldo Mota como pré-candidato à Prefeitura, em fevereiro de 2004, informou a existência de uma comissão do partido responsável em estabelecer alianças com os partidos de oposição do município. “Uma comissão de petistas está conversando com os partidos de oposição em nosso município no sentido de se criar uma forte coligação para ganhar a Prefeitura de Coité e fazer uma grande bancada de Vereadores” (ARIVALDO..., 2004, p. 1).

Nas eleições de 2000, o PT não estabeleceu e nem participou de nenhuma coligação, pois compreendeu que o candidato de oposição, Eustórgio Pinto Resedá Neto (PFL), que possuía em sua chapa uma das lideranças dos *Azuis*, o Médico Robson Cedraz, “era um tradicional aliado político do grupo que estava no poder [*Vermelhos Situacionistas*] e recém-dissidente deste. Enquanto o tradicional opositor, Misael Ferreira, representante dos “*Azuis*” se aliou ao grupo da situação” (ALMEIDA, 2010, p. 35). Assim, a disposição de estabelecer diálogos com a oposição, em 2004, foi influenciada, possivelmente, pela conjuntura nacional e estadual do PT, como pode ser observado nos relatos de Joilson Marcos Cunha Araújo:

Em 2004, começou a discussão, novamente esse similar de 1992 e 1996, a gente não tem condições ainda de ganhar, estamos longe, a gente precisa aumentar a bancada do legislativo, a gente precisa disso, vamos fazer uma aliança. Foi quando o Médico Robson, que tinha sido vice do PFL e perdido a eleição, decidiu romper e se lançar no partido da oposição, o PMDB, em 2004, [quando] nos chamou para compor a chapa. Foi aquela discussão, mas [...], numa cidade pequena a gente conhece todo mundo, o histórico, família, [então] decidimos colocar uma pessoa nossa, Arivaldo, para ser o vice do Robson (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

O depoimento de Joilson Araújo indicou a conjuntura de 2004 semelhante aos contextos das eleições de 1992 e 1996, devido à candidatura vitoriosa de Diovando Carneiro Cunha pelos *Azuis*, dissidente dos *Vermelhos Situacionistas*, no pleito de 1992. Todavia, nos anos 1990, a

agremiação, mesmo reconhecendo a ausência de condições para ganhar as eleições e mesmo entabulando diálogos com os *Azuis*, decidiu não oficializar uma coligação com os candidatos da oposição sob a justificativa dos seus partidos, PL e PSDB, serem da base governista de ACM.

Aspecto divergente de 2004, pois, apesar de Robson Cedraz Ramos ter sido também um dissidente da base governista de ACM e pertencente ao PMDB, opositor do PT nas eleições de 2002, os petistas decidiram firmar uma aliança política. Além disso, é possível observar no relato de Joilson Marcos, a preocupação partidária para a ampliação de mandatos do PT no legislativo, sendo que nas eleições de 2000 conseguiu conquistar duas vagas. Nesse sentido, a conjuntura de mantados do PT, especialmente do executivo nacional, foi um forte influenciador para a formação de uma coligação dos petistas com o Médico Robson Ramos.

Nessas eleições, a coligação do PMDB e PT não conseguiu ser vitoriosa e nem o PT ampliar a sua bancada no legislativo, mas obteve um expressivo saldo eleitoral. O partido fundado pelos leigos católicos manteve as duas vagas, Adalberto Neres Pinto Gordiano, reeleito, e Francisco de Assis Alves dos Santos, alcançou o seu primeiro mandato político, obtendo a maioria dos votos para o cargo de Vereador do município, com 2.164 votos. As 16 candidaturas ao legislativo somaram 7.304 votos, num eleitorado de 43.022.

Esse contexto, bem como o nacional e estadual, influenciou o partido a lançar nas eleições de 2008 uma chapa majoritária apenas com candidatos do partido, formada por Francisco de Assis e o comerciante ligado à Igreja Católica, André Nunes Gordiano. Naquele período, a chapa do PT alcançou um saldo eleitoral de 15.286 votos, enfrentando duas outras candidaturas. Os *Vermelhos Situacionistas* apresentaram Renato Souza dos Santos e Deraldo Ramos, como Prefeito e Vice-prefeito, sendo os vitoriosos do pleito com 17.467 votos, situados na legenda do PP; e o PMDB, apresentou a candidatura do seu presidente do diretório à Prefeito, o empresário Alex Lopes da Silva, conhecido por Alex da Piatã, e a Vice-prefeito o líder histórico dos *Azuis*, Misael Ferreira Oliveira, que obtiveram 3.127 votos.

Analisando esse coeficiente eleitoral, se o PT tivesse repetido a coligação com o PMDB, possivelmente, teria alcançado a vitória do pleito. Com base em folhetos publicados no ano eleitoral pelo PMDB e pelo PT, aparentemente, houve conversas para o estabelecimento de uma aliança entre os partidos, não sendo possível pela decisão dos petistas. O título do folheto expedido pelo presidente do PMDB, Alex da Piatã, era *A União entre PMDB e PT é possível*, e argumentava a possibilidade dessa aliança devido aos contextos nacional e estadual, bem como a vontade do povo. Além disso, afirmava que a postura do PT só beneficiaria os políticos da situação, ligados à Hamilton Rios de Araújo:



A postura petista de se isolar só beneficia a família Rios. É o erro que ela espera que o PT cometa. Entregando de mão beijada mais um mandato para eles, fazendo assim um ciclo de 40 anos dessa família reinando no poder. Quanto às afirmações inverídicas feitas pelo PT em seu comunicado, não passam de uma estratégia política, tentando desesperadamente ajudar seu pré-candidato que nos últimos meses só caiu nas pesquisas, portanto, carece nossa compreensão. É preciso ter uma visão clara que na política as questões pessoais e de partido ficam em segundo plano, o mais importante é a vontade do povo. E a vontade do povo é a união. (SILVA, 2008, p. 1).

O folheto do Diretório Municipal do PT informava que não iria fazer nenhuma aliança que envolvesse o atual presidente do PMDB, Alex da Piatã, argumentando que ele era um político conservador, que nunca havia votado em Lula e nem em Jacques Wagner, pois foi cabo eleitoral de Geraldo Alckmin e sempre votou em Éwerton Rios, Resedá e nos candidatos ligados à ACM e Fernando Henrique Cardoso (FHC). E informava as alianças estabelecidas:

Como todos sabem, o PT de Coité sempre lutou ao lado das oposições, inclusive em 2004, quando apoiou Dr. Robson (PMDB). Para este ano, já fechou alianças com o PV [Partido Verde], PSC [Partido Social Cristão] e PSB e continua aberto a negociações com outros partidos, como PPS [Partido Popular Socialista], PR, PRB. O PT também vai buscar o apoio de pessoas que hoje estão no PMDB e acreditam no presidente Lula e no governador Wagner e querem o melhor para Coité (PANFLETO..., 2008, p. 1).

Os folhetos não informam a data de sua expedição, contudo pela construção textual, foram no período pré-eleitoral de 2008. Supomos que o folheto do PT foi o primeiro a ser publicado, pois no panfleto do PMDB, Alex da Piatã fez referência ao comunicado dos petistas. Decerto, o PT deixou claro que não iria negociar uma aliança com o presidente do PMDB e com nenhum partido que estivesse envolvido com ele. O próprio panfleto lança pistas que a decisão irredutível do PT, em relação à Alex da Piatã, tinha sido motivada pela seguinte razão:

A decisão é definitiva e vem sendo amadurecida há meses, desde que o PMDB sofreu uma profunda mudança, passando a ser presidido por uma pessoa inexperiente politicamente e orientada pelo ex-marqueteiro de Tom. Essa dupla adotou uma prática política pouco ética, centrada no abuso do poder econômico, fazendo política com a mídia numa mão e o dinheiro na outra, visando desgastar o pré-candidato do PT nas rádios e jornais locais. Além de divulgar boatos mentirosos com o objetivo de confundir o eleitor, tentam a todo custo cooptar filiados e simpatizantes do nosso partido, através de propostas indecorosas (PANFLETO..., 2008, p. 1).

Arivaldo Ferreira Mota lembrou que, nesse período, ocorreram muitas acusações direcionadas à Francisco de Assis por parte de Alex da Piatã, reforçando que essa situação tenha sido o principal motivo para as divergências entre os dois, impossibilitando uma coligação entre os partidos. Anos posteriores, Assis da Caixa e Alex da Piatã iniciaram uma aliança, que

resultou na coligação vitoriosa formada pelos dois, Assis como candidato à Prefeito e Alex como seu vice, sob a legenda do PT, em 2012. Essa aliança foi reafirmada nas eleições de 2016, que resultou na reeleição de Assis da Caixa, tendo como vice-prefeita a esposa de Alex da Piatã, Genivalda Pinto da Silva, conhecida por Val de Alex, atual presidente do PSD mulher do município. Indagado sobre os motivos dessa aliança entre Assis e Alex, Arivaldo Mota contou que foi um processo conduzido por eles próprios:

Houve uma conversa, a gente já não participou. [...] Foi uma conversa entre o companheiro Assis e Alex, na qual fizeram o acordo. Depois a gente soube, foi uma coisa unilateral, nessa parte a gente até discordou um pouco dele, que não houve participação de outras pessoas, se houve não soubemos, mas foi mais uma conversa, um acordo que teve entre eles. Tanto é que um dos acordos foi apoiar Alex, e ele apoiaria [as candidaturas do PT] a partir de Dilma. Haveria a junção para [...], assim o PT apoiá-lo como candidato. Para a gente foi até uma surpresa quando ocorreu, porque quando ocorreu a eleição que teve [as candidaturas de] Alex, Assis e André, também houve muita picuinha, muita conversa, muita briga, troca de farpas. Então, a gente considerava muito difícil haver uma junção [entre os partidos], até defendíamos que deveria haver, mas ocorreu (MOTA, 69 anos, 2021).

Essa lembrança de Arivaldo Mota é bem interessante, pois evidencia divergências entre os petistas e as transformações ocorridas na agremiação. No primeiro momento, é possível compreender que a decisão de não realizar uma aliança com o PMDB, em 2008, não foi unânime, havendo setores do partido que defendiam a união, mas não ocorreu devido às trocas de farpas entre os candidatos. Em seguida, demonstra que a decisão do estabelecimento da aliança entre PT e o PMDB não foi tomada de forma colegiada, sendo um acordo pactuado entre Assis e Alex. Acordo que possibilitou o apoio do PT na candidatura de Alex Lopes da Silva à Deputado Estadual, sob a legenda do PSD, após o PMDB abandonar a base governista do PT estadual. Atualmente, Alex Lopes da Silva está no exercício do seu segundo mandato na Assembleia Legislativa da Bahia. Em 14 de junho de 2020, Francisco de Assis, então Prefeito de Conceição do Coité, lançou pistas dos termos que foram firmados nessa aliança, através de uma publicação realizada no perfil de uma das suas redes sociais:

Os dois partidos possuem uma aliança em Coité. Pelos termos dessa aliança nenhum dos partidos terá hegemonia. Se o PSD já possui o mandato de deputado, o PT indica o candidato da coligação a prefeito. Isso é incontroverso. Não há nem nunca houve possibilidade de o PSD, que já possui o cargo de deputado, ter o apoio do PT para prefeito(a) (SANTOS, 2020, [s. p.]).

A motivação dessa publicação foi para confirmar a candidatura do então Vereador Danilo José Ramos de Oliveira como pré-candidato do PT à Prefeito de Conceição do Coité nas eleições de 2020, pois havia boatos de que a vice-prefeita, Genivalda Pinto da Silva (PSD),

seria a escolhida pela coligação (PT/PSD) para disputar o principal cargo do executivo municipal. Analisar essa conjuntura não é a intenção dessa pesquisa, pois demandará um esforço que não abarca os objetivos desse trabalho. O contexto, após as eleições de 2000, foi referenciado, no intuito de exemplificar como as transformações ocorridas no PT a níveis nacional e estadual interferiram no Diretório do PT local, fundado em 1986, bem como foram importantes para traçar os novos caminhos percorridos pela agremiação e sedimentar sua organicidade na comunidade coiteense, aperfeiçoando a dimensão feminina na política.

Nas eleições de 2012, que garantiram a vitória do PT no executivo municipal, foram eleitas duas mulheres para o mandato no legislativo: a Professora Analene Ferreira da Silva, que não conseguiu ser reeleita nas eleições de 2016; e a Empresária Rozana Lima Gonçalves Araújo, que participou dos movimentos leigos, especialmente na administração do Padre Luiz Rodrigues. Durante as prévias da campanha eleitoral de 2020, Rozana se filiou ao PSD, sendo a candidata a vice-prefeita da coligação entre PT, PSD, PP e PC do B. Atualmente, entre os 5 (cinco) mandatos do PT no legislativo municipal, duas são ocupadas por mulheres, as Vereadoras Marli Simões dos Santos e Juçara Silveira Oliveira, esta que exerce o seu segundo mandato na Câmara Municipal e que também possui um histórico no setor leigo católico. O partido é presidido pela Professora Flávia Amâncio Carneiro, esposa do ex-prefeito Francisco de Assis Alves dos Santos.

Destarte, a proposta desse último capítulo foi discutir a trajetória dos leigos influenciados pela Teologia da Libertação na dinâmica da agremiação política, especialmente das mulheres, percebendo as táticas empreendidas para alcançarem mudanças no campo político coiteense e mandatos eletivos, bem como os conflitos vivenciados com os grupos políticos hegemônicos, sobretudo o liderado por Hamilton Rios de Araújo. A prioridade foi analisar as primeiras campanhas eleitorais e a do ano 2000, marcado pelas mudanças e a conquista de mandatos antes da chegada do PT ao poder nacional e estadual.

À guisa de conclusão deste capítulo, tornou-se evidente para o pesquisador que a atuação desses sujeitos contribuiu na expansão e formação de Diretórios do PT em vários outros municípios da região sisaleira. No entanto, a coleta das fontes orais e sua escuta sensível foram cruciais, porque forneceram elementos para particularizar e dar visibilidade à participação das mulheres neste processo, assim como, o retorno aos documentos escritos e imagéticos em busca de fragmentos que nos informassem sobre a sua presença na construção do movimento do partido.

Em relação às nossas depoentes, as Professoras Margarida Ferreira Gomes e Zenilda Mascarenhas Mota continuam filiadas ao PT, mas não exercem nenhum cargo na executiva do

Diretório e nem exerceram cargos nas gestões petistas entre 2012 e 2020. Meyre Sandra Lopes Carneiro de Oliveira rompeu com o partido nas eleições de 2004, pois percebeu um distanciamento da agremiação dos objetivos traçados na fundação, se afastando do campo da política partidária. Diante do exercício de rememorar as suas trajetórias no PT e nos movimentos religiosos da Igreja Católica, essas mulheres reconheceram as suas importantes contribuições para além da organicidade da agremiação, no fomento de espaços de conscientização, no despertar do pensamento crítico e na formação política de outras mulheres, homens, trabalhadores, jovens e estudantes. Elas se sentem orgulhosas de suas trajetórias e esperançosas pelo alvorecer de novos tempos.

Apesar das dificuldades enfrentadas para a coleta e análise dessa memória, as lembranças rememoradas nos embates eleitorais, nas violências sofridas e na divulgação do partido nas diversas comunidades do município foram cruciais para compreender as conquistas, limites e contradições dessa experiência religiosa e política na *Rainha do Sisal*. Por fim, ao reconhecermos que a coleta e escuta da memória das leigas e dos leigos contribuíram como um campo criativo e inovador nas compreensões das relações tecidas entre política e religião em Conceição do Coité, creditamos à pesquisa aqui desenvolvida um primeiro esforço de compreensão e desejamos um alargamento de novas fontes e problemáticas, que avancem no entendimento do passado dessa região e inspirem novos horizontes sobre as realidades locais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na manhã de sexta-feira 5, em uma sala do Centro de Formação Sagrada Família, propriedade da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, fundada por Santa Paulina, a primeira santa brasileira, um grupo de petistas evangélicos se reuniu. O 1º Encontro de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores é uma das iniciativas do partido para tentar criar uma conexão com um dos setores com quem vem perdendo contato. Os cerca de 100 presentes devem discutir, até este sábado, como o partido poderá começar a se relacionar com a base de evangélicos que ajudou a eleger Bolsonaro. De acordo com o último Censo do IBGE, de 2010, 22% da população brasileira é protestante. “O reino dos céus é tomado à força”, brincou a deputada federal Benedita da Silva, evangélica, ou, como prefere dizer, “PTcostal” (DANTAS, 2019, s. p.).

Além dos primeiros meses de 2019 evidenciarem uma contraofensiva do governo de Jair Messias Bolsonaro à “agenda da esquerda” presente na Igreja Católica, devido à conjuntura do Sínodo da Amazônia, foram igualmente marcados pelo debate de setores da esquerda em torno da necessidade de estabelecer uma aproximação com as Igrejas Evangélicas, sobretudo de linhas pentecostal e neopentecostal, que oficialmente apoiaram a candidatura de Bolsonaro na disputa pela presidência em 2018, sendo uma das principais bases que garantiram a sua vitória no pleito. Em meio a esse panorama, o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a caminhar na direção dessa aproximação, ao realizar, entre os dias 5 e 6 de abril de 2019, o 1º Encontro de Evangélicos e Evangélicas do Partido dos Trabalhadores, repercutindo nas grandes mídias. A citação acima, presente no artigo assinado pelo jornalista Dimitrius Dantas, intitulado *De olho em 2020, PT tenta estreitar relação com eleitores evangélicos*, ressalta a atuação da deputada federal Benedita da Silva, uma das poucas figuras evangélicas do partido, e a participação da presidente nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann, bem como da representante da Fundação Perseu Abramo (FPA), Isabel dos Anjos, e de Lúcio Senteno, secretário da Frente Brasil Popular, organização que reúne movimentos sociais, como o MST e a CUT.

No artigo supracitado, Dantas destacou que a maior parte do encontro foi sobre o passado, na busca do entendimento sobre a perda do monopólio do discurso do PT entre os mais pobres, e a necessidade de ampliar candidaturas de pessoas evangélicas no partido. Desse modo, os presentes compreenderam que o voto da massa precarizada, em grande medida neopentecostal, foi o principal fator da derrota eleitoral de 2018, sendo que para os representantes evangélicos “não apenas os evangélicos se afastaram da esquerda, mas a parte

da elite intelectual da esquerda também tem um preconceito contra os cristãos” (DANTAS, 2019, s. p.).

É evidente que a participação de evangélicos das mais variadas denominações na política brasileira não constitui propriamente um fenômeno recente. A atitude de segmentos desses grupos na configuração de um ativismo político, com crescente influência e agendas bem definidas, que impacta de modo significativo não apenas no cenário brasileiro, compartilha de um movimento que em geral se enquadra dentro de um viés conservador, e constitui uma nova direita que vem ganhando destaque em diversas partes do mundo (CZYMMECK, 2020, p. 7-8). Esse segmento alcançou nos últimos anos grande influência na política brasileira, demandando muitas investigações, sobretudo em relação à teologia neopentecostal, que sustenta a inserção de diversos evangélicos na política partidária.

Demitrius Dantas, de maneira bem sutil, logo no início do seu relato, adverte que esse encontro entre dirigentes do PT e setores evangélicos foi realizado em um centro católico, de propriedade da congregação religiosa fundada pela primeira santa brasileira. Esse elemento é bastante simbólico, uma vez que uma das posturas da nova agenda evangélica neopentecostal, bem como dos setores conservadores do catolicismo, é o distanciamento do diálogo interreligioso e das expressões do ecumenismo, conjuntura que lança reflexões em relação ao perfil dos evangélicos presentes nesse encontro: será que de fato representavam as denominações evangélicas próximas das massas?

Por outro lado, evoca a presença de setores católicos nas fileiras da agremiação, cujo passado fora um dos principais atores na formação do partido, tendo as CEBs como um importante aliado, mas ao qual o próprio partido, bem como a esquerda em geral, afastou-se desse trabalho de base, a partir do momento que alcançou a instância do governo: “nós fomos absorvendo aqueles líderes, porque precisavam ocupar várias funções governamentais, mas não reproduzimos o trabalho de educação popular, o trabalho de alfabetização política do nosso povo” (BETTO, 2021, s. d.). Outrossim, tal compreensão presente entre os atores investigados nessa pesquisa: “ou a gente percebe que a gente falhou em não ter acelerado a dimensão formativa, educativa do povo, ou, então, a gente vai continuar sendo objetos de retorno de tudo aquilo que a gente combateu” (ARAÚJO, 60 anos, 2021).

Esse entendimento dos setores petistas coiteenses fez parte da constituição da memória sobre a experiência histórica da *Igreja Popular* em Conceição do Coité e da militância dos “Comunistas de Cristo” no campo político. Isso porque o cenário eleitoral de 2020 oportunizou a retomada dos *Vermelhos Conservadores* ao poder local, após oito anos da administração petista no município, representada pela vitória do filho de Hamilton Rios de Araújo, o também

empresário sisaleiro Marcelo Passos de Araújo. Esse, por sua vez, disputou pela primeira vez um mandato político sob a legenda do DEM, cujo interesse pela disputa eleitoral não era recente. Desde o final dos anos 1990, as fontes jornalísticas já indicavam a atuação do empresário na política coiteense, quando o seu irmão Wellington Passos de Araújo, Tom Araújo, atual Deputado Estadual, iniciava a defesa de sua candidatura ao executivo municipal (ENTREVISTA..., 1999). Após a administração do seu irmão, Marcelo Araújo compartilhou do desejo de pleitear um cargo político entre os coiteenses: “a experiência que adquiri, com o meu trabalho, me permite afirmar, com segurança, que estou preparado para administrar Coité” (O ADMINISTRADOR..., 2007, s. p.).

Durante o discurso de sua posse como Prefeito da cidadina coiteense<sup>127</sup>, Marcelo Passos de Araújo revelou que os conflitos internos na agremiação dos *Vermelhos Situacionistas* impediram a constituição de sua candidatura a Prefeito Municipal em 2008, conduzindo o grupo a deliberar pela candidatura do atual Vice-prefeito Renato Souza dos Santos. Na época, Renato Santos também exercia o mandato de Vice-prefeito, eleito em 2004, na chapa com Éwerton Rios de Araújo, Vertinho, este que concretizou o seu terceiro mandato no poder local. Em seu discurso, Marcelo Araújo indicou que a derrota da sua agremiação, em 2012, a qual possibilitou a chegada dos petistas ao poder local, ocorreu em razão dos vícios de uma estrutura de poder e promessas não cumpridas.

Contudo, é evidente que conjuntura de 2020 não pode ser apenas explicada pelas tramas locais, bem como o contexto que possibilitou a vitória eleitoral do Diretório Municipal do PT em 2012 e 2016. Os cenários nacional e estadual tiveram grande peso na conquista dos petistas coiteenses no poder local, entretanto a estratégia política adotada pela agremiação fundada pelos leigos/as católicos teve grande peso no resultado eleitoral, que oportunizou a vitória dos *Vermelhos Conservadores*, e ditaram os rumos do distanciamento entre as forças e bases políticas responsáveis pela conquista dos mandatos do PT no executivo municipal.

---

<sup>127</sup> Segue um trecho do discurso de Marcelo Passos de Araújo: Eu liguei para Vertinho, ele era o prefeito, [e disse] eu queria saber a sua opinião sobre a possibilidade de eu ser candidato a prefeito de Coité. Vertinho disse: esqueça isso. Eu indaguei: por que, Vertinho? E ele com a sinceridade que sempre teve [disse]: você não tem um pouco mais de 3% dos votos. Eu falei: mas, Vertinho, e tendo o apoio do meu pai? [Ele disse:] Você chega a 5% (riso do público). Foi assim ou não foi, Vertinho? E naquela altura, eu não fui escolhido candidato a prefeito, o candidato a prefeito foi Renato, que fez uma excelente gestão, mas aquilo que eu profetizava, aconteceu. O governo precisava, Renato, apesar de todo o seu esforço e dedicação... o governo, naquele momento, precisava de mudança. Uma mudança de rumo, era preciso inovar, era preciso agressividade, e você não poder fazer, não foi porque você não quis fazer, você não pode fazer devido as amarras dos anos de poder, você foi nosso último prefeito eleito e trouxe, atrás de você, toda uma estrutura pesada que atrapalhou o seu governo e você não teve condições de quebrar os vícios que existiam, e perdemos as eleições em 2012, e assumiu o novo governo, mas nós perdemos as eleições pelas falsas promessas, de um governo que prometeu aquilo que sabia que não poderia cumprir (SESSÃO..., 2022).

Isso em virtude da disputa interna entre a apresentação da candidatura da então vice-prefeita Genivalda Pinto da Silva (PSD), esposa do Deputado Estadual Alex Lopes da Silva, Alex da Piatã (PSD), originária de um núcleo familiar chefiada por sua mãe e constituída por mulheres, que por muitos anos possuíram o trabalho exercido nas feiras livres na Região Sisaleira, como vendedoras ambulantes de confecções, popularmente conhecida por camelô, como a principal renda familiar, e inserida nos movimentos religiosos da Igreja Católica, sobretudo na Pastoral Familiar e na Pastoral da Aids; e a candidatura do então Vereador Danilo José Ramos de Oliveira (PT), professor licenciado em História que, desde 2008, assumiu uma vaga na Câmara Municipal e, em 2012, alcançou a maioria dos votos entre as candidaturas do legislativo, consolidando o seu terceiro mandato de Vereador, se tornando presidente da Câmara. Danilo Oliveira é sobrinho de Misael Ferreira de Oliveira e adveio de um núcleo familiar envolvido com a política partidária e com a economia sisaleira, porém iniciou a sua trajetória política nas bases do PT, atuando nos movimentos sociais, sobretudo na formação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção e Acabamento de Calçados em geral (SINTRACAL).

Esses embates não foram objeto de discussão, mas eles estiveram presentes na maioria das narrativas dos depoentes dessa pesquisa e, portanto, constituíram a memória sobre o passado que investigamos sem perder de vista a tarefa de “restituir ao passado a sua dimensão de presente, isto é, de indeterminação (ROSANVALLON, 2010, p. 34). Com base na reflexão de Pierre Rosanvallon (2010), em *Por uma história do Político*, compreendemos a necessidade de analisar a experiência política dos “Comunistas de Cristo”, seus sistemas de ação, representação e contradição, “de tal sorte que o presente do passado nos ajude melhor refletir sobre o nosso presente e não apenas a explicar simplesmente o presente ou o que ele foi” (ROSANVALLON, 2010, p. 34).

A nossa intenção de registrar essas conjunturas é de frisar que o vínculo entre política e religião é um dado histórico, as forças religiosas são consideradas como um fator de explicação política em numerosos domínios, sendo também um fenômeno, recentemente, constatado. A tese aqui defendida se insere nesse escopo/arcabouço, uma vez que o envolvimento de leigos/as católicos no campo político-partidário possibilitou o surgimento de novas regras no jogo político local e oportunizou a inserção de movimentos sociais e lideranças comunitárias na condução do processo de transição política em Conceição do Coité. Esse cenário foi orientado pela experiência da *práxis* da Teologia da Libertação, pela eclesiologia ligada ao Concílio Vaticano II e pelos documentos do CELAM, nos quais a defesa da cidadania e da participação popular, sobretudo dos trabalhadores rurais da economia sisaleira, norteou os discursos dos



agentes religiosos presentes nos embates com grupos políticos liderados por empresários do sisal.

Ademais, os leigos/as propiciaram transformações no espaço eclesial católico coiteense ao aproximarem a Igreja local das questões sociais, em especial às lutas dos trabalhadores rurais dessa região, e ao socializarem práticas religiosas vinculadas à *Igreja Popular*, a partir dos anos 1980. Esse processo foi considerado tardio em comparação ao cenário nacional da Igreja Católica, bem como de algumas paróquias presentes na Região Sisaleira que, desde a década de 1960, vivenciaram essa experiência, mas que conduz às seguintes reflexões: em torno das balizas estabelecidas sobre a atuação da *Igreja Popular* no país, que geralmente estabelecem como fim dessa experiência o período da redemocratização (MAINWARING, 2004); e no processo de transformações na instituição católica que não é conduzido de maneira vertical, homogênea e unilateral, ou seja, não é hegemonicamente controlada pela hierarquia, por mais que o clero insista em conduzir esse processo. Em Conceição do Coité, conforme analisamos, o modelo de *Igreja Popular* é fomentado pelos leigos e alcança a hierarquia local a partir dos meados de 1989.

O vasto arsenal de fontes utilizados nessa investigação, alcançando documentos de diversas naturezas, ao mesmo tempo que se apresentou como um grande desafio para o desenvolvimento dessa tese, em virtude de não conseguir dar conta das especificidades teórico-metodológicas de cada uma delas, proporcionou compreender que a configuração do Partido dos Trabalhadores na realidade coiteense foi fruto de uma formação política oriunda do pensamento religioso da *espiritualidade da libertação*, tendo como expoente o pensamento do teólogo Leonardo Boff. De forma complementar, essa formação se alicerçou no programa de *aggiornamento* da Igreja Católica, conectando-se a outras realidades do país, mas que alcançou a sua singularidade em uma conjuntura em que os movimentos espiritualistas e neopentecostais estavam em pujante crescimento. Nesse período, no âmbito da Igreja Católica, esse processo foi consolidado pela hegemonia da considerada ala “conservadora” nos postos centrais da instituição, principalmente favorecidas pelas ações políticas e pastorais iniciadas por João Paulo II e continuadas por Bento XVI. De tal modo, a experiência dos agentes coiteenses pode lançar pistas sobre as estratégias do retorno das esquerdas às suas bases, especialmente as religiosas, no sentido de encontrar um denominador comum, ao qual os discursos da igualdade e da necessidade da ampliação da cidadania sejam as ferramentas para atenuar as condições humanas geradoras da pobreza e um instrumento de luta por suas bandeiras.

É evidente que o caminho para estabelecer a aproximação entre esses segmentos tem sido e será extremamente difícil, exigirá grande dispêndio para os segmentos da esquerda,

possivelmente acarretará mudanças nessa vertente política, não apenas no sentido de sua organicidade, mas na sua própria percepção sobre os atuais movimentos religiosos. Assim, ao analisar a experiência dos “Comunistas de Cristo”, que mesmo diante de um contexto institucional e social que não favorecia atitudes progressistas no âmbito político, em razão do seu clero e o STRCC estarem vinculados ao espectro político conservador e hegemônico presente em Conceição do Coité, oriundo da ditadura civil-militar, eles perceberam que a elaboração de táticas, sobretudo utilizando os espaços eclesiais legitimados por movimentos religiosos de cunho conservadores, como o MCC, foram fundamentais para fomentar as discussões à respeito da cidadania e da participação popular, conseguindo agregar diversos leigos, que consolidaram as suas bases políticas.

Nesse sentido, no contexto da administração do Padre José Antonio dos Reis, entre dezembro de 1973 e julho de 1989, cujas fontes demonstraram certo alinhamento com os grupos hegemônicos dos empresários sisaleiros e com a política desenvolvida pelos generais presidentes, os componentes da *Igreja Popular* foram iniciados pelos leigos católicos e, sobretudo influenciaram no combate dos comportamentos políticos antidemocráticos e excludentes presentes nessa sociedade. Nesse sentido, a fundação do Diretório do Partido dos Trabalhadores de Conceição do Coité, em 1986, foi a expressão do alinhamento da ética religiosa com a política. Contudo, identificamos uma memória, fruto de um trabalho de enquadramento (POLLAK, 1989), que baliza o período dos Padres Luiz Rodrigues Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz, sacerdotes próximos da Teologia da Libertação e possuidores de uma experiência de vida de resistência à ditadura civil-militar, entre 1989 e 2009, como o período em que a vivência da *Igreja Popular* foi iniciada na paróquia, desconsiderando a ação empreendida pelos próprios leigos/as filiados ao PT.

Então, postulamos que a persistência dessa memória, fruto de um trabalho de enquadramento, legitima as ações desempenhadas no presente por partes dos setores petistas, que se mantem vinculados à instituição católica e ao pensamento da *Igreja Popular*, por meio do MCC, como é o caso do Vereador Adalberto Neres Pinto Gordiano, que vivencia seu sexto mandato na Câmara Municipal, em razão da formação religiosa e política recebida através desses sacerdotes e pela proximidade que esses setores ainda mantêm com os Padres Luiz Rodrigues Oliveira e Antonio Elias Souza Cedraz. Isso, portanto, evidencia que o processo de legitimação da *Igreja Popular* em Conceição do Coité, por parte dos próprios leigos/as, foi calcado quando o clero compartilhava dos mesmos objetivos, desconsiderando o processo anterior a 1989, ao qual foi protagonizado pelos leigos fundadores do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores. Assim, a cada dia, torna-se mais evidente que os setores religiosos,

especialmente as lideranças (padres e pastores), são mais eficazes na formação política da maioria dos brasileiros do que os denominados movimentos sociais plurais e étnicos. O movimento de aproximação do PT com os segmentos evangélicos, após a derrota eleitoral de 2018, revelam que a cúpula compreendeu a necessidade de retomar o diálogo com essas bases e a potência que essas instituições possuem nos processos de socialização de concepções e culturas políticas.

As fontes que constituem essa tese mapeou e identificou os silenciamentos ocorridos em relação à atuação de religiosas e leigas na organicidade partidária do PT local, agentes cruciais para sedimentar as bases que sustentam a agremiação coiteense, visto que foram a partir de suas ações que o partido conseguiu estabelecer diálogo com as diversas comunidades rurais presentes no município, bem como pelas ocupações sociais que exerciam na comunidade coiteense, como professoras, catequistas, animadoras de comunidades eclesiais e líderes de movimentos religiosos, laçaram/lançam reflexões sobre a importância do protagonismo das mulheres na constituição de espaços que fomentem o debate político. Em virtude delas constituírem, majoritariamente, os quadros religiosos exercendo diferentes funções desde simples simpatizantes dos ritos a importantes líderes de movimentos religiosos, elas conquistaram um importante espaço de relações de poder no seio das instituições e fora delas. No apreço à verdade, essas mulheres ampliaram a cidadania ao investirem com afeto nas ações culturais, sociais e políticas fundadas em participação popular.

A conjuntura da atuação das leigas petistas foi proporcionada pela coleta e escuta dos seus depoimentos, os quais revelaram elementos novos sobre a trajetória da agremiação petista, especialmente a consolidação de sua organicidade, aspectos difíceis de serem percebidos nas fontes escritas disponíveis, ainda mais pelo próprio Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores não possuir fontes consistentes da sua fundação e desenvolvimento inicial<sup>128</sup>. Desse modo, os depoimentos evidenciam o potencial da História Oral, ao qual possibilitou remontar não apenas o processo de organicidade partidária dos petistas, mas os fragmentos da história das mulheres leigas invisibilizadas e silenciadas nas demais fontes, sobretudo nas escritas e audiovisuais. Os estudos sobre teoria da memória e a aplicação da metodologia das fontes orais contribuíram como um campo criativo e inovador, para além da análise política tradicional, demonstrando que a História Oral “é mais do que um simples aperfeiçoamento técnico ou um requinte metodológico” (FRANÇOIS, 2006, p. 7).

---

<sup>128</sup> Ao ter acesso ao arquivo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, não encontramos documentos sobre a sua fundação, apenas poucos registros sobre o seu desenvolvimento inicial, fragmentados em anotações avulsas referentes às primeiras reuniões.

Destarte, o reconhecimento do potencial dessas fontes e sujeitos estiveram assentados nos pressupostos da *nova* história política, em especial a importância do componente religioso nas investigações do político, uma vez que essa historiografia oportunizou a emergência de novas abordagens, sujeitos, objetos e problemas. A *nova* história passou a considerar aspectos culturais, sociológicos e religiosos na análise dos processos políticos, a qual circunscreve no amplo movimento de renovação da historiografia, marcada pela fundação da revista francesa dos *Annales*<sup>129</sup>, responsável pela reformulação de métodos, fontes e técnicas de análises. Além disso, novas concepções de tempo histórico, a elaboração do conhecimento histórico numa perspectiva interdisciplinar e a ampliação dos objetos dignos de estudos foram outras características dessa historiografia do político. Na *nova* abordagem, o estudo do político é entendido não apenas em seu sentido *tradicional*, mas em nível das representações, dos imaginários sociais, da memória e nas diversas esferas do exercício do poder. A noção de poder ganhou novos contornos, principalmente a partir dos estudos de Michel Foucault (2010), sendo vislumbrado para além da esfera do Estado, uma vez que “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado” (FOUCAULT, 2010, p. 221).

Maria de Fátima Silva Gouvêa (2007) argumenta que esse entendimento amplo sobre o poder talvez tenha sido a marca mais forte da *nova* história política. O poder é compreendido como um elemento que possibilita organizar a trama social mediante o uso de saberes, sendo atribuído numa relação, não apenas de dominação, mas, também, de troca, depende igualmente de uma crença partilhada na autoridade (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 12). Um grande expoente dessa vertente historiográfica é o francês René Rémond (2003) que defende a análise dos jogos de poder como imprescindível para a compreensão do todo social. Afinal, o político é uma modalidade da prática social; é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e articula os outros componentes do conjunto social. Desse modo, é exigido que o político seja inscrito numa perspectiva global, se apropriando de métodos e teorias desenvolvidas também por outros campos do conhecimento (RÉMOND, 2003). Segundo Pierre Rosanvallon (2010), o que confere coerência na história do político não é apenas a variedade de instrumentos de que se pode dispor, “e sim o seu objeto próprio. É a particularidade de seu objeto que a distingue de outras áreas da história” (ROSANVALLON, 2010, p. 48).

---

<sup>129</sup> Em 1929, essa revista foi fundada pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre como reação à história política tradicional. Sendo o marco de um amplo movimento de renovação historiográfica e responsável por impor o declínio da concepção *tradicional*.

É muita pretensão nossa considerar que a experiência dos “Comunistas de Cristo”, que travaram embates com políticos dos denominados grupos *Vermelhos* e *Azuis*, seja um caminho fundamental para o combate da atual *onda conservadora* presente no país, quiçá estabelecer diretrizes para a retomada do diálogo entre as esquerdas e as bases religiosas. Todavia, não podemos negar que a experiência histórica vivenciada por esses leigos/as católicos, vinculados ao Partido dos Trabalhadores em Conceição do Coité, lança reflexões importantes sobre como as relações entre política e religião, vivenciadas por diferentes sujeitos presentes nos mais ínfimos recantos desse imenso país, podem contribuir na compreensão de diferentes dinâmicas sociais e no fomento de táticas para sedimentar novos projetos políticos.

Ao capitanear projetos políticos, o campo religioso propicia que as suas disputas internas atravessem os seus limites e alcancem o debate público. Os elementos religiosos lançam componentes significativos na organização e participação política de grupos sociais, que, na disputa de projetos de sociedade, se tornam relevantes peças na configuração de concepções políticas. Assim, os agentes religiosos podem conceber o político como uma dimensão intrínseca de sua missão religiosa, bem como uma força de oposição aos seus objetivos. As dimensões do político, portanto, ao dialogar com o campo religioso, adquirem maior inteligibilidade dos processos sociopolíticos e, ao mesmo tempo, propiciam a percepção dos embates e negociações particulares das instituições e movimentos religiosos, responsáveis pela configuração de concepções, objetivos e práticas desses espaços sociais. Diante dessas operações, o campo religioso se revela como uma relevante *engrenagem* do político, esses componentes, política e religião, se *misturam*, sendo difícil definir, nitidamente, as suas fronteiras.

Por fim, consideramos o quanto o estudo de uma região, de uma localidade específica, nos ensina sobre as negociações, tensões e conflitos entre o campo religioso e o político, que reverberam no formato de uma “mão dupla” no plano nacional e mundial. Em outras palavras, a importância desse nosso minucioso estudo, sustentado por um arcabouço variado de fontes, e ainda, empenhado na elaboração das fontes orais, é expandir uma visão do religioso e do político para além de suas instituições. Logo, uma prova cabal de como o estudo em escala menor ilumina e modifica certezas antes cristalizadas pela historiografia de caráter mais pretensamente abrangente, para não dizer baseada em modelos explicativos desconectados com o real local, histórico e repleto de possibilidades de transformação. O sentido se estabeleceu na trama dos sujeitos que povoaram a minha memória, a das minhas fontes e a dos outros que me guiaram para ir mais longe nesta investigação.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A modernização autoritária do jornalismo. **ALCEU**, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, B. C. de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.
- ALMEIDA, Vanessa Maria Oliveira. **A atuação das Irmãs da Providência de GAP na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité**. 2016. 64 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Campus XIV, Conceição do Coité, Bahia, 2016.
- ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. Estado, Políticas Agrícolas e Representação de Classes na Era Vargas: O Mistério da Agricultura. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20585>. Acesso em: 12 maio 2019.
- ALVES, Flávio Luis. **A Eclesiologia Latino-Americana como acolhimento do Vaticano II: um caminho para uma nova recepção da herança conciliar**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Sabiá, 1968.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 368-381, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/656/523>. Acesso em: 02 dez. 2016.
- ALVES, Maria Odete; SANTIAGO; Eduardo Girão; LIMA; Antonio Renan Moreira. Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. 90 p. (Série documentos do ETENE, 04). Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/188/1/2005\\_SDET\\_04.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/188/1/2005_SDET_04.pdf) Acesso em: 13 abr. 2019

ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ALVES, Solange Dias de Santana. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. 2003. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

ALVES NETA, Amélia Saback. “**A ciência da verdade**”: História e escrita da História na obra de Braz Hermenegildo do Amaral (1886-1943). 2018. 259 f. il. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMARAL. Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. São Paulo, SP: Alameda, 2013.

AMARAL, Roniere Ribeiro. **Milagre Político: catolicismo da libertação**. 2006. 341 f. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ARAÚJO, Célio Roberto de. **O voto, o terço e as armas: a atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ARAÚJO, J. A. de. Aliança para o Progresso, Regime Militar, o contexto histórico de um projeto de dominação, por meio das Escolas Polivalentes. *In: VII SEMOC – Semana de Mobilização Científica*. Universidade Católica do Salvador, 18 a 22 out. 2004. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1734/1/Alian%20para%20o%20progresso.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ARAÚJO, Moisés Saturnino. **Viver de gravatá: terra, indústria e trabalho na exploração do sisal em Conceição do Coité (1945-1964)**. 2016. 66 f. Trabalho de conclusão de Curso (monografia). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campos XIV, Conceição do Coité, 2016.

ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico: da ação católica à teologia da libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. Introdução, apresentação do problema. *In: BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC/Brasília: Editora da UNB, 1987. p. 01-50.

BARROS, José D’Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009.

BENTO, Fábio Régio. **A Igreja Católica e a social-democracia**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Religião: Revolução e Religião na América Central**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BEOZZO, José Oscar. A Mater et Magistra deu vigoroso impulso à linha do compromisso. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano X, n. 360, p. 5-12, maio 2011. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao360.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, JeanFrançois (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BETTO, Frei. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1979.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, May/Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRAGA, Diego Garcia. **Nas “quebradas do Inhanduí”, gênese e o exercício do bipartidarismo brasileiro: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1966-1979)**. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

BRITO, Ana Nery Oliveira. **Folia de Reisado de Cabaceiras (Conceição do Coité): (1965-2005)**. 2016. 206 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

BRUNEAU, Thomas C.; HEWITT, We. Catholicism and Political Action in Brazil: Limitations and Prospects. *In*: CLEARY, Edward L.; STEWART-GAMBINO, Hannah (eds.) **Conflict and competition: the Latin American Church in a changing environment**. Boulder & London: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria**. Recife: Ed. Da UPE, 2020. Disponível em: [https://www.edupe.upe.br/images/livros/EbookONDE\\_ESTA\\_O\\_POVO\\_AI\\_ESTA\\_A\\_IGREJA.pdf](https://www.edupe.upe.br/images/livros/EbookONDE_ESTA_O_POVO_AI_ESTA_A_IGREJA.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Alternativas sócioeconômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira**. Salvador: CAR, 1994.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

\_\_\_\_\_. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Yk9r3yXBVzsMw5XxSRKSjZv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (orgs). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador-BA: EDUFBA, 2017.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Nunes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CODINA, Victor. Há 50 anos houve um concílio... significado do Vaticano II. **Cadernos de Teologia Pública**, Instituto Humanitas Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano VII, n. 81, 2013.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COELHO NETO, Agripino Souza. A política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 107-124, set. 2013. ISSN 2317-5443. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3783>. Acesso em: 14 maio 2018.

COMBLIN, José. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As Donas no Poder: Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleções Baianas - 7).

COSTA, Iraneidson Santos. Eu ouvi os clamores do meu povo: o episcopado profético do Nordeste brasileiro. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, 15 dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461>. Acesso em: 12 abr. 2020.

COUTO, Clari. **Orar e vigiar: o poder disciplinador da religião como representação do pecado na AD de Conceição do Coité, 1970 a 1990**. 2001. Monografia – Especialização em Teoria e

metodologia da História, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, 2001.

COUTROT, Aline. Religião e política. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CZYMMECK, Anja. Prefácio. *In*: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (Coleção O Brasil Republicano – v. 4).

DIAS, Alves José. Memória e ideologia: a tortura como mecanismo de silenciamento durante a ditadura militar no Brasil. *In*: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (orgs.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador-BA: EDUFBA, 2017. p. 191-204.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, jan./jun. 2012.

DURHAN, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo. Perspectiva, 1978

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, n. 28, dez. 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br>. Acesso em: 01 out. 2017.

FALCON, Francisco. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-90.

FEDOZZI, Luciano Joel. Orçamento Participativo de Porto Alegre: gênese, avanços a limites de uma ideia que globaliza. **Cidades-comunidades e territórios**, Lisboa, Portugal, n. 18, 2009. p. 41-57.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)**. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERRARI, Monia de Melo. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951 - 1954): seca e desigualdades regionais**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FERREIRA, Muniz. Os religiosos progressistas e a crítica à política econômica ditatorial nos primórdios do cristianismo da libertação no Brasil. *In*: CARDOSO, L. C.; CARDOSO, C. C. (orgs.) **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017.

FERREIRA, Rafael Leite. O retorno ao conservadorismo: a posse de Dom José Cardoso Sobrinho e o desmonte eclesiástico na Igreja Católica em Pernambuco. **Revista Angelus Novus**, n. 3, maio 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/index>. Acesso em: 15 set. 2017.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil Republicano – v. 5).

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, jan./abr. 2017.

FLÔRES, Fernanda Lédo. Na mira da repressão: militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983). 2017. 195f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira De Santana, 1850-1888**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Eu vou para a Bahia: A Construção da Regionalidade Contemporânea. **Análise & Dados**, n. 4, 2000.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao Encontro do Mundo: A Capitania de Ilhéus, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940)**. Ilhéus: Editus, 2002.

FREIXO, Alessandra Alexandre. **Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente**. 2010. 265 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

GARRIDO, Joan dei Alcàzar. As fontes Orais na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, ago. 1993.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. *In*: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Sara Cristina de Souza. **Cristandade DeCores: A Igreja Católica e o Movimento de Cursilhos de Cristandade durante a ditadura militar no Brasil (1964-1980)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2051>. Acesso em: 6 maio 2022.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditaduras em face de seu passado na Europa e na América Latina. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 1. p. 39-56.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. **Helder Câmara em perspectiva histórica**. 17 jun. 2018. Disponível em: <https://teologianordeste.net/publicacoes/artigos/233-helder-camara-em-perspectiva-historica.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

JESUS, Jeovane S. de. **A Diocese de Feira de Santana-Ba e a ação de Agentes Religiosos Católicos (1962-1985)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2016.

KECK, Margaret E. **PT, A lógica da diferença**. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. *In*: **Iglesia, dictadura y democracia na América Latina**. Lima: PUC-Perú, 1997. p. 13-40.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto. Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-64. *In*: **VI Congrès du CEISAL (Conséli**

Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine) – Indépendences, Dépendences, Interdépendences. Toulouse: 2010. 21p.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Aline dos Santos. **O PETI em Retirolândia-Ba**: implicações e impasses (1997-2007). 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2008.

LIMA, Flávio de Oliveira; OLIVEIRA, Karla Maciel (orgs.). **Pe. Nicasio Fernandez Pozuelo: o profeta das comunidades**. Feira de Santana: Primidia, 2011. (Série: Serrinha em Outras Palavras).

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LIMA, Márcio Carneiro de. **A Atuação política da Associação do Desenvolvimento Comunitário de Aroeira (ADECAR) entre 1987 e 2008**: o desenvolvimento comunitário nos trilhos do clientelismo e do partidarismo. 2010. 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

LOWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

\_\_\_\_\_. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007. v. 6, p. 411-437.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 39).

MACHADO, Adriano Henriques. **Os católicos oPTaram?** Os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 30, out. 2001.

MARINHO, Simone Ramos. A cultura política do associativismo: o Club Rio Contense. **Escritas**, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado:1980-2005. *In*: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007. v. 6, p. 239-288.

MASCARENHAS, José Marciel Reis. **A Influência Econômica do Sisal na Política Coiteense: da implantação ao apogeu**. 2011. 46 f. Trabalho de conclusão de Curso (monografia). Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação Campos XIV, Conceição do Coité, 2011.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos da presença da Igreja católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.

MENDES, Leandro de Aquino. **O “povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: A formação de um Partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MIRANDA, Cristian Barreto de. **Rebuliço no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)**. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, 2012.

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de mujeres en América Latina**. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003.

MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil Republicano – v. 5).

\_\_\_\_\_. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

\_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014b.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-21, 21 jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 14 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. *In*: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-290.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **A APAEB/Valente e os “Sisaleiros”**: trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, Bahia-Brasil, 2014.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Márcio Manuel Machado. **A criação do Bispado das Alagoas**: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910). 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2016.

OASHI, Maria da Conceição Guimarães. **Estudo da cadeia produtiva como subsídio para pesquisa e desenvolvimento do agronegócio do sisal na Paraíba**. 1999. 253 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

OLIVEIRA, Nelson. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno. *In*: **A outra face da Moeda**. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OTERO, Martina Rillo. **Tecnologia Social**: desenvolvimento local, participativo e sustentável. Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social, 12 maio 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/centro-brasileiro-de-referencia-em-tecnologia-social> . Acesso em: 7 ago. 2021.

PASSE, Hemerson Luiz; MÜLLER, Matheus; MORAIS, Jennifer Azambuja de. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**, Pelotas, UFPE, ano 5, n. 10, p. 181-199, jan./jun. 2012.

PENNA, Márcia Mello. Sisal: A fibra do Sertão Baiano. **Revista Geográfica Universal**, jan. 1987.

PEREIRA, Danilo Rangell Pinheiro. **Concepções da História na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)**. Salvador: Sagga, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20: (1960-1980)**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao Estudo da Influência da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, AGB, v 31, n. 3, p. 3-102, jul./set. 1969.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul./ set. 2009. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140). Acesso em: 19 jun. 2020.

PLEYERS, Geoffrey. A “Guerra dos Deuses” no Brasil: da Teologia da Libertação à Eleição de Bolsonaro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em <[http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100204&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100204&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jun. 2021

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMPONET, André Silva. **Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise**. 2012. 140f. il. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção O Brasil Republicano – v. 4).

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, D. (org.) **História e Memória das Ditaduras do Século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. v. 1. 444 p.

RAGO, Margareth. A “Nova” historiografia Brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.

RANGEL. Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.



REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. v. 6.

RIOS, Yara Nancy Araujo. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. 154. f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie: 1968-1974. *In*: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, José Joisso de. **O território do Sisal: uma história econômica e social**. 24 f. Trabalho de conclusão de Curso (monografia). Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação Campos XIV, Conceição do Coité, 2010.

SANTIAGO, Felipe. de L. A. **A História do coronelismo em Conceição do Coité: uma análise das permanências e rupturas políticas do poder local entre 1930-1990**. 2010. 41 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SANTOS, Edinusia Moreira Cardoso. **Gente Ajudando Gente: O Tecido Associativo do Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araújo. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, dez. 2015, p. 131-151. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/13472/10293/48804>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANTOS, Edinusia Moreira Cardoso; SILVA, Onildo Araújo da. O sisal na Bahia-Brasil. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 16, dez. 2017.

SANTOS, Vilbégina Monteiro. A construção de uma comunidade imaginada do sisal. **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 27 a 29 de maio de 2009. Disponível em: [www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br). Acesso em: 10 abr. 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. Intelectuais: cisão ou mimese? *In*: SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 143-155.

SCOTT, Joan Walsh. **Gender: An Useful Category of Historical Analyses**. Gender and Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

SECCO, Lincoln. Caravanas da cidadania: importantes para a imagem de Lula. Entrevista realizada por Guilherme Amado, em 10 nov. 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/caravanas-da-cidadania-importantes-para-imagem-de-lula-6692125.html>> Acesso em: 18 abr. 2021.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. *In*: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2004.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Roteiros da Vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

SILVA, Celso de Araújo Duarte. **Compositos de polipropileno reforçados com fibras de sisal pra uso na indústria automobilística**. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Automotiva) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 243-282. (Coleção O Brasil Republicano – v. 4).

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Samara Suélen Lima. da. **O Prefeito do coração: a ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996**. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **O tempo das utopias: religião e romantismo revolucionários no imaginário da Teologia da Libertação dos anos 1960 aos 1990**. 2013. 294 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

SILVA, Severino Vicente da. Vaticano II: o concílio dos desejos. *In*: MONTENEGRO, Antônio T. *et al.* (orgs.) **História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008. p. 73-94.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem polo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos/ IHGU – MEC, 1976. v. II.

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. **O orçamento participativo de Porto Alegre: Lugar e Território**. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, Rio grande do Sul, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias, **História da Bahia**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo; Salvador: Editora da Unesp; Edufba, 2008.

VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica. Algumas observações. **Estudos Avançados**, ano 18, n. 52, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Z4NpyjHrL4p4h8q> . Acesso em: 03 mar. 2022.

VANZELLA, José Adalberto. **Campanha da Fraternidade: a Igreja do Brasil a serviço da vida**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil Republicano – v. 5).

XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: Testemunhar por imagens. A história oral e o registro audiovisual. Apresentação. São Paulo, UNICAMP, 2 a 4 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/apresentacao> . Acesso em: 26 mar. 2020.

XIMENES, Luciano Feijão. Efeitos da Ocorrência de Secas sobre Indicadores Agropecuários do Estado do Ceará. **Informe Rural Etene**, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, ano 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/920>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o Apostolado Social durante a Ditadura Militar: A atuação do CEAS**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1.

ZANLOCHI, Terezinha. **Mulheres Leigas na Igreja de Cristo**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

## FONTES

### • AUDIOVISUAIS / SONORAS

EU SOU Roceiro. Intérpretes: Elias Dionísio, Euclides Nascimento, Geogina Delmondes dos Reis e Silva, José Gonçalves da Silva (Gonça), Lúcia Lira (Lucinha), Rita Rosa, Ronaldo Patrício, Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz), Valquíria Maria de Oliveira. Compositor: Anônimo. *In*: Lutando e Cantando: música e política dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Carpina (PE): Batuk Studio, 2007. Gravado durante a festa de São José. 1 CD, faixa 3 (3min 38 seg).

MÊS da Bíblia e Grito dos Excluídos de 1996. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em set. 1996. (DVD).

NOSSA Alegria. Intérprete: Zé Duarte e Beth. Coro: Cláudia, Beth, Cristina, Castanheiro e Zé Duarte. Compositor: D.R. *In*: O Canto das Comunidades. São Paulo: PAULINAS-COMEP, 1985. v. 3. 1 disco vinil, lado A, faixa 2 (3min 20seg).

NOSSOS Direitos Vêm. Intérpretes: Elias Dionísio, Euclides Nascimento, Geogina Delmondes dos Reis e Silva, José Gonçalves da Silva (Gonça), Lúcia Lira (Lucinha), Rita Rosa, Ronaldo Patrício, Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz), Valquíria Maria de Oliveira. Compositor: Zé Rufino. *In*: Lutando e Cantando: música e política dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Carpina (PE): Batuk Studio, 2007. Gravado durante a festa de São José. 1 CD, faixa 18 (4min 38seg).

NOVA Palmares. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 01 maio 1998. (DVD).

NOVA Palmares. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 01 maio 1996. (DVD).

O CANTO de Maria. Intérprete: Coro Edipaul. Compositor: Pe. Manuel Machado. *In*: CD Círio de Nazaré. São Paulo: Paulinas-COMEP, 1999. 1 CD, faixa 14 (3min 23seg).

O ESPANTALHO e a Revolta do Povo. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 6 out. 1996. (DVD)

PADRE Luiz: Título de cidadão coiteense. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 2 jul. 1994. (DVD).

PRIMEIRO de Maio e A Caravana de Lula. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 1993 e 1996. (DVD).

SEMANAS da Cidadania (2001, 2002 e 2005). Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em set. 2001, 2002 e 2005. (DVD).

SOBRE os processos. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 1997. (DVD).

SOLIDARIEDADE ao padre Luiz. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em dez. 1996. (DVD).

TRÍDUO Pascal de 1997. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas entre 23 e 30 de março de 1997. (DVD).

VOTAÇÃO da TIP e Celebrações Eucarísticas em Nova Palmares. Conceição do Coité-Ba. Gravações realizadas em 1998. (DVD).

- **IMPRESSAS / ESCRITAS:**

10 MIL foram a Coité para brincar Micareta. **A Prensa**, [s. l.], [s. p.], 25 abr. a 25 maio 1985.

1973 a 2003. As três décadas que mudaram o rumo do desenvolvimento de Conceição do Coité. **O Sertão**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 97, p. 3, jul. 2003.

A FESTA da cidade. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XIII, n. 79, p. 3, 2ª quinzena jul. 1993.

A HISTÓRIA: o surgimento. **Revista em comemoração aos 40 anos do STRCC: Construindo cidadania, “semeando sonhos... cultivando direitos” (1969-2009)**, Conceição do Coité-Ba, p. 5-7, 2009.

A ESTRADA do sisal. **A Tarde**, Salvador-Ba, 4 dez. 1976.

A TARDE. Salvador-Ba, 14 nov. 1987

\_\_\_\_\_. Salvador-Ba, 1981.

\_\_\_\_\_. Salvador-Ba, 10 maio 1977.

A VERDADE sobre a TIP. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 18, p. 3, jul. 1998.

A VOCÊ irmão e irmã em Jesus Cristo alertamos e convocamos. Conselho Pastoral da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. **Panfleto** [“alertando e convocando” os fiéis], Conceição do Coité-Ba, p. 1, dez. 1996.

ACCA. **SOJOC, o Jornal Jovem**, Conceição do Coité-Ba, ano II, nº 22, p. 4, ago. 1979.

ACOPED, uma sociedade que precisa se reerguer. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 67, p. 1-3, 8 fev. 1969.

ACOPED com nova diretoria. **A Tarde**, Salvador-Ba, 08 abr. 1963. (Recorte de jornal, logo sem página).

ADMINISTRAÇÃO municipal. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 160, p. 4-5, 04 abr. 1987.

AGUIAR, Tiago. Após polêmica com Igreja, Heleno Crítica “palpites” de estrangeiros na Amazônia. **O Globo**, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-polemica-com-igreja-heleno-critica-palpites-de-estrangeiros-na-amazonia-23446790>. Acesso em: 10 ago. 2019.

AH! QUE saudades de Coité. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 64, p. 1-2, 01 a 15 nov. 1990.

ALBERTO, Carlos. Mitinho (Valdermir de Assis). **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 175, p. 4, 16 jul. 1987.

ALEGRIA, alegria, 03 dias de folia, 9, 10, 11 de abril na Micareta de Coité. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 47, p. 1, 20 mar. 1999.

ALMEIDA, Dom Luciano Mendes de. Por uma nova ordem. O Domingo, semanário litúrgico, 18 de outubro de 1987. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 18, p. 6, nov. 1987.

\_\_\_\_\_. O menor nos cobra um novo tipo de sociedade. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 18, 1987.

ALVES, Carlos Eduardo. Suspeita. Petista liga partido a empresa que teria patrocinado Caravana da Cidadania. Ex-secretário acusa Lula e Dirceu de ajudar empresa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc270502.htm> . Acesso em: 10 set. 2021.

AMANHÃ, eleições da ACCA. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 99, p. 2, 13 dez. 1969.

ANAIS DA TERCEIRA CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL. Conceição do Coité-Ba, 1957

ANAIS DA SEGUNDA CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL. Conceição do Coité-Ba, 1956.

ANCARBA atende 4 mil pessoas em Conceição do Coité. **A Tarde**, Salvador-Ba, 08 fev. 1963. (Recorte de jornal, logo sem página).

APENAS uma semana para a Micareta de Coité. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 18, p. 1, 04 abr. 1997.

APOIO irrestrito ao Governo Estadual. **Revista Estados e Municípios**, p. 7, dez. 1983.

ARAÚJO, Joilson Marcos Cunha. Maribondos Coloridos. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano VI, n. 46, p. 2, set. 2000.

\_\_\_\_\_. Religião, o Grupo de Jovens. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 17, p. 2, 21 maio 1983.

ARIVALDO Dignidade Mota. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXII, n. 165, p. 4-5, 09 maio 1987.

ARIVALDO Mota é o pré-candidato do PT a prefeito de Coité. **A Estrela**. Boletim informativo do Partido dos Trabalhadores de Conceição do Coité, Conceição do Coité-Ba, p. 1, fev. 2004.

ASSIM – A Igreja se Renova. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 95, p. 2, 8 nov. 1969.

ATIVIDADES do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Bahia – Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola (CEATA). **Sistema Nacional de Informação (SNI)**. Arquivo Nacional, 31 out. 1984.

BARROCAL, André. Surpreende que Bolsonaro trate a Igreja e o Papa como inimigos? **Carta Capital**, 21 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/porque-o-governo-bolsonaro-ve-o-sinodo-da-amazonia-como-inimigo/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BETO, Zé. O que eu penso de você Conceição do Coité. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 115, p. 1, 11 abr. 1970.

BETTO, Frei. Entrevistando Frei Betto: o PT deve uma autocrítica? Programa 20 minutos entrevistas. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9KXyjrtEqOw&ab\\_channel=OperaMundi](https://www.youtube.com/watch?v=9KXyjrtEqOw&ab_channel=OperaMundi). Acesso em: 06 maio 2022.

\_\_\_\_\_. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BISPO de Feira de Santana faz reunião com lavradores. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano I, n. 2, p. 1, jan. 1982.

BOCA de trombone. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 60, p. 4, jan. 1990.

\_\_\_\_\_. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IX, n. 59, p. 4, dez. 1989.

BOFF, Leonardo. Quem faz a Libertação? **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VIII, n. 29, p. 5, maio 1988.

\_\_\_\_\_. Quais são as causas da pobreza? **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 28, p. 3, 1987.

\_\_\_\_\_, Leonardo. Marxismo na teologia: a fé precisa de eficácia. *In*: **O caminhar da Igreja com os oprimidos**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. p. 196-206.

CANDIDATO denuncia acordo no escândalo do sisal. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, [s. p.], 09 nov. 1982.



CARNEIRO, Wilson. Política agrícola e creditícia. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 19, p. 6, 2ª quinzena nov. 1987.

CARTA Pública do Prefeito municipal, Hamilton Rios de Araújo. **Mensagem aos coiteense**, Conceição do Coité-Ba, 1984.

COITÉ está ligado à Serrinha por excelente rodovia. **O Serrinhense**, Serrinha-Ba, ano VIII, n. 40-388, p. 4, 7 de fevereiro de 1932.

COITÉ INFORMA. Conceição do Coité-Ba, 2003

COITÉ por onde anda tua alegria. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 95, p. 1, 23 fev. 1996.

COMÍCIO dos Vermelhos situacionistas. Conceição do Coité-Ba, 1972. **Facebook: Memórias e Histórias de Conceição do Coité-Ba, 1972.** Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1120138718485312/media> Acesso em: 11 out. 2021.

COMPILAÇÃO da Inspetoria Regional de Estatística. Bahia, 1957.

CONCEIÇÃO do Coité. **Jornal da Bahia**, Conceição do Coité-Ba, 31 jul. 1984

CONCEIÇÃO do Coité. **O Serrinhense**, Serrinha-Ba, ano III, n. 46, p. 1, 27 mar. 1927.

CONCEIÇÃO do Coité: Eleição sindical será dia 16. **Tribuna da Bahia**, 06 out. 1984.

CONCEIÇÃO do Coité faz 45 anos de emancipação. **Jornal da Bahia**, Salvador-Ba, 7 jul. 1978.

CONCEIÇÃO do Coité tornou a começar. Administração de Hamilton Rios de Araújo. Prefeitura Municipal de Conceição do Coité-Ba, p. 4-5, jul. 1973.

COOPERAÇÃO dos festejos da Micareme. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 75, p. 4, 26 abr. 1969.

DANTAS, Dimitrius. De olho em 2020, PT tenta estreitar relação com evangélicos. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/de-olho-em-2020-pt-tenta-estreitar-relacao-com-eleitores-evangelicos-23577419>. Acesso em: 06 maio 2022.

DEPOIS da seca, o Micasisal. **Correio da Bahia**, Salvador-Ba, p. 10, 13 abr. 1981.

DISPUTA gera polêmica no PMDB. **Tribuna da Bahia**, Salvador-BA, p. 2, 20 abr. 1987.

DR. ANTONIO. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 170, p. 4, 18 jun. 1987.

DRª. ÉLIA: Não tenho medo do padre. **Jornal Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IX, n. 46, 28 abr. 1989.

ELEIÇÕES 90: Resultados extraoficiais. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 62, p. 1, out. 1990.

ELEIÇÕES 88, PT lança candidato. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n.21, p.1, dez. 1987.

ENTREVISTA com Marcelo Araújo, revelações inéditas na política Coiteense. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 148, 3 abr. 1999.

ENTREVISTA de Dom Lucas Moreira Neves. **A Tarde**, Salvador-Ba, 25 maio 1996.

ENTREVISTADO Sr. José Mota Araújo DD. Prefeito de Valente. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 4, p. 3-4, 10 jun.1967.

ESTUPIDEZ. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, edição extra, p. 1, 16 abr. 1968.

ESTATÍSTICAS e Resultados da Eleição. **TSE, Eleições 2012**. 2012. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>. Acesso em: 12 maio. 2018.

EVÓDIO o pai da vermelhada. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VIII, n. 31, p. 1-2, jul. 1988.

EXAGERO de comemorações provocam violência. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 7, p. 3, 12 out. 1996.

EXCESSO de comemoração causa violência. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 8, p. 3, 25 out. 1996.

EXPLOSÃO de Alegria. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 19, p. 1, 11 abr. 1997.

FESTAS Populares. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 65, p. 1, 15 a 30 nov. 1990.

GARCIA, Benito. Sisal. **A Tarde**, Salvador-Ba, 30 abr. 1977.

GOMES, Margarida Ferreira. Educação à Moda “Os Intocáveis”. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 10, p. 3, 1997.

\_\_\_\_\_. Educação Pública: Caos ou Esperança? **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 2, p. 3, abr. 1997.

GOVERNO de Diovando (1992- out.1996). Arquivo Público Municipal de Conceição do Coité, Bahia, 1992.

HAMILTON Araújo, a Renovação de Conceição do Coité. **Feira Hoje**, Feira de Santana-Ba, n. 145, p. 5, 01 fev. 1973.

HAMILTON: meu governo será do povo. **Feira Hoje**, Feira de Santana-Ba, n. 145, p. 6, 01 fev. 1973.

INAUGURAÇÃO do Estádio Municipal Antônio Carlos Magalhães. Conceição do Coité-Ba, 1974. **Facebook:** Memórias e Histórias de Conceição do Coité-Ba. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1120138718485312/about>. Acesso em: 11 out. 2021.

JD e o Sisal. **A Tarde**, Salvador-Ba, 14 maio 1977.

LASER local. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, 1970.

LAVRADORES, escolhem a “miss rural 1982”. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano I, n. 6, p. 4, jun. 1982.

LIMA, Gildo. Terra dos sem braços. **Jornal do Brasil**, p. 5, 11 jun. 1993.

LOGO do Partido Democrata Social. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Democr%C3%A1tico\\_Social](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Democr%C3%A1tico_Social). Acesso em: 4 dez. 2021.

LOPES, Albérico. Vitória. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 129, p. 4, 22 ago. 1970.

\_\_\_\_\_. Pra não dizer que não falamos de política, de novo. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 128, p. 6, 15 ago. 1970.

\_\_\_\_\_. Aí ela! A convenção. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 129, p. 1, ago. 1970.

\_\_\_\_\_. Agora, a luta. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 130, p. 1, ago. 1970.

\_\_\_\_\_. PSD + PR = 0. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 115, p. 1, 11 abr. 1970.

\_\_\_\_\_. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, 1970.

\_\_\_\_\_. Vitória. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, 1970.

LOPES, Roberto. Panfletários do puxa-saquismo. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 178, p. 2-4, 13 ago. 1987.

\_\_\_\_\_. O candidato Pinheiro. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 128, p. 2, ago. 1970.

\_\_\_\_\_. O candidato Evódio. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 126, p. 4, 25 jul. 1970.

\_\_\_\_\_. Não existe ódio entre os políticos coiteenses. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 28, p. 3, 10 fev. 1968.

LOPES, Mauro. Bolsonaro na Canção Nova, fundamentalistas católicos são iguais aos fundamentalistas católicos. **Blog Brasil 247**, 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/bolsonaro-na-cancao-nova-fundamentalistas-catolicos-sao-iguais-aos-fundamentalistas-evangelicos>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MANIFESTAÇÕES de Trabalhadores Rurais de regiões atingidas pelas secas. **Sistema Nacional de Informação (SNI)**. Arquivo Nacional, 20 nov. 1987.

MÁRIO, Wilson; QUITO, Roque. Crise do sisal provoca desemprego e êxodo. **A Tarde**, Salvador-Ba, 06 maio 1977.

MASCARENHAS, Abelardo. Educação e Voto. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 26, p. 3, maio 1998.

\_\_\_\_\_. O difícil avanço da educação. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 22, p. 4, nov. 1998.

MENSALIDADES da ACCA mais cara e janeiro. **Boletim do Esporte**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 1, p. 1, 30 dez. 1980.

MICAREME: e o comércio com isso? **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 160, p. 4, 04 abr. 1987.

MICARETA de Coité. **A Tarde**, Salvador-Ba, [s. p.], 6 abr. 1970.

MICARETÃO com muita emoção e politicagem. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VIII, n. 28, p. 1-2, abr. 1988.

MONTEIRO, Tânia. Planalto vê a Igreja Católica como potencial opositora. **Estadão**, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora,70002714758>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MOREIRA, Carlos Drummond. Camarão à baiana. **Senhor**, n. 83, p. 31, 20 out. 82.

MOTA, Gelcivânia. Escola Pública Sim! **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano V, n. 33, p. 3, out. 1999.

MOTA, Zenilda Mascarenhas. Mãe. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 3, p. 3, maio 1997.

MOVIMENTO de Renovação Carismática Católica. **Carta pública**. Conceição do Coité-Ba, 29 de agosto de 1997.

MULHERES DO campo lutam contra a discriminação. **A Tarde**, Salvador- Ba, p. 10, 13 ago. 1986.

MULHERES saem em passeata e reivindicam direitos. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, 14 ago. 1986.

MUTILADOS do sisal pedem justiça em Coité. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, n. 5244, 6 out. 1984.

MUTILADOS fazem passeata. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LX, n. 18.595, 6 out. 1984. Disponível no Centro de Documentação (CEDOC) da UNEB - Campus XIV.

- NÃO MUDA. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 163, p. 4, 25 abr. 1987, p.4
- NÃO VAI à inauguração. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XII, n. 73, dez. 1992, p. 3.
- NÃO VAMOS nos dispersar. **O Coiteense**, Conceição do Coité, Ba, ano XXI, n. 173, p. 2, 2 jul. 1987.
- NOS BASTIDORES da política. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité, Ba, ano X, n. 64, p. 5, 01 a 15 nov. 1990.
- NOTA da redação. **O Coiteense**, Conceição do Coité, Ba, ano XXI, n. 163, p. 2, 25 abr. 1987.
- NOVOS Diretores na L.C.D. **SOJOC, o Jornal Jovem**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 2, p. 7, 1 mar. 1978.
- O ADMINISTRADOR Marcelo Araújo fala sobre sisal, economia, comércio, crescimento e política. **Sisal Informa**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 1, dez. 2007.
- O COITEENSE. Conceição do Coité-Ba, 1990
- O CORONEL João Ramos de Oliveira, e a sua administração municipal em Coité. **O Serrinhense**, ano III, n. 39, Serrinha-Ba, p. 1, 6 fev. 1927.
- O CRISTÃO e a política. O Domingo, semanário litúrgico. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 21, p. 2, 2ª quinzena dez. 1987.
- JOÃO Durval prevê a vitória do PDS até em áreas eleitorais da Oposição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 out. 1982. (Recorte de jornal, logo sem página).
- O GLOBO. Rio de Janeiro, matutina geral, p. 4, 15 set. 1941.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1939
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 16 jul. 1929.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1925.
- O MENSAGEIRO. Conceição do Coité-Ba, 1997.
- \_\_\_\_\_. Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 1, maio 1991.
- O PADRE, o comércio e a festa 08 de dezembro. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 190, p. 1-2 e 4, 17 dez. 1987.
- O PESO da competência. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 160, p. 4-5, 04 abr. 1987.

O PT daqui não é igual ao de Lula. **O Sertão**, Conceição do Coité-Ba, ano VI, n. 92, p. 3, jan. 2003.

O SOM da Igreja Católica. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 2, p. 3, 9 ago. 1996.

O TRABALHADOR do campo. **A Tarde**, Salvador-Ba, 08 out. 1984.

OLIVEIRA, Meyre Sandra Lopes Carneiro de. Dai a César o que é de César. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 3, p. 3, maio de 1997.

OLIVEIRA, Padre Luiz Rodrigues. Coronéis, Faraós e Fariseus. **Jornal do Coité**, Conceição do Coité-Ba, ano 1, n. 1, p. 2, 1 fev. 1999.

\_\_\_\_\_. Padre é vítima de perseguição em Conceição do Coité. **Carta Pastoral**, Conceição do Coité-Ba, p. 1, 1996.

\_\_\_\_\_. Editorial. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 1, maio de 1991.

\_\_\_\_\_. A festa da Conceição. **Tribuna Coiteense**. Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 64, p. 3, 1 a 15 nov. 1990.

OLIVEIRA, Vanilson. Nos bastidores. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 62, p. 4, out. 1990.

OS SEMINARISTAS. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 140, p. 1, nov. 1970.

PADRE Elias será transferido. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano II, n. 45, p. 1, 13 fev. 1999.

PADRE Rocha em Coité. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 29, p. 1, 30 jan. 1998.

PADRE Rocha: simplicidade e amor aos pobres. **Panfleto anônimo**, Conceição do Coité-Ba, p. 1, 1998.

PADRE x vereador. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 10, p. 3, 22 nov. 1996.

PANFLETO do Diretório do PT de Conceição do Coité. Conceição do Coité-Ba, 2008.

\_\_\_\_\_. Conceição do Coité-Ba, p. 1, 1987.

PASSOS, Marco Antonio. Da derrota e da ira de Luiz. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, n. 12, p. 2, 13 dez. 1996.

PASSOS, Naércio. Bons Tempos. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, n. 14, p. 4, 24 jan. 1997.

PASTORAL Litúrgica. **Carta pública**. Conceição do Coité-Ba, 4de agosto de 1997.

PDS-2 de Coité adere ao PMDB. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, [s. p.], 3 out.1984.

PE REIS desrespeita morte de Cristo. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 162, p. 1, 18 abr. 1987.

PERFIL do candidato. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 3, p. 6, 30 ago. 1996.

PMDB se fortalece na região do sisal. **A Tarde**, Salvador-Ba, 02 out. 1984

POLÍCIA caça sequestrador. **Jornal da Bahia**, Salvador-Ba, p. 1, 17 maio 1975.

POLÍCIA reprime Micareta. Álbum de notícias sobre Conceição do Coité, Centro de Documentação do Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia, abril de 1987.

PREFEITO do PDS adere ao “camarão”. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, ano XIII, n. 4665, p. 3, 11 out. 1982.

PREFEITO financia sua própria fábrica. **A Tarde**, Salvador-Ba, p. 11, 18 ago. 2003.

PREFEITURA e polícia destroem casa de lavrador. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano I, n. 6, p. 1, jun. 1982.

PROTESTO. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité, ano XXI, n. 160, p. 3, 4 abr. 1987.

PROTESTOS de Trabalhadores Rurais em Salvador. **Sistema Nacional de Informação (SNI)**. Arquivo Nacional, 14 set. 1987.

PUBLICAÇÕES oficiais do município de Jacuípe, ex- Conceição do Coité. **O Serrinhense**, Serrinha-Ba, ano VIII, n. 28-376, p. 3, 15 nov. 1931.

QUEM é quem na política coiteense. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 189, p. 2-4, 03 dez. 1987.

QUEM SABE faz a hora não espera acontecer. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXII, n. 166, p. 1, 16 maio 1987.

QUEM será o nosso futuro prefeito? **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 85, p. 1-2, 26 jul. 1969.

REALIZAÇÕES do Prefeito Theognes dão nova feição à terra do sisal: C. do Coité. **Situação**, Feira de Santana-Ba, ano II, n. 139, p. 4, 3 maio 1969.

RECUSOU Ajuda. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano I, n. 24, p. 3, 01 ago. 1997.

RENOVAÇÃO Carismática. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-BA, ano II, n. 45, [s. p.], fev. 1999. (Notícias de última hora).

RESOLUÇÕES do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário. Belo Horizonte, Minas Gerais, p. 5, 24 a 28 nov. 1999. Disponível em:<https://fpabramo.org.br/csbn/wp->

content/uploads/sites/3/2018/05/99\_2CongressoNacioanl\_resolucoes.pdf. Acesso: 20 ago. 2021.

REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL. Jan. 1987.

REVISTA SENHOR. 20 out. 1982.

RIOS, Manoel Carneiro. Entrevista. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 94, p. 4, 1 nov. 1969.

SÁBADO início dos festejos momescos em Conceição do Coité. **A Tarde**, Salvador-Ba, 07 abr. 1977. (Recorte de jornal, logo sem página).

SALGADÁLIA quem te viu, quem te vê. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 185, p. 1, out. 1987.

SANTOS, Antonio Fernando de Araújo. Reflexão. **Carta avaliativa**, Conceição do Coité-Ba, p. 1, out. 2000.

SANTOS, Francisco de Assis Alves. A candidatura de Danilo a prefeito de Coité é indiscutível. Conceição do Coité, 14 jun. 2020. **Facebook**: Assis Coité. Disponível: <https://www.facebook.com/AssisCoite>. Acesso em: 3 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Sobre “Vermelhos” e “Azuis”. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano V, n. 32, p. 2, set. 1999.

\_\_\_\_\_. Eleições/98: mito que cai, estrela que sobe, corrupção que persiste. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano IV, n. 22, p. 2, nov. 1998.

\_\_\_\_\_. O caso PT/CPM, a mídia e o PFL. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 6, p. 4, ago. 1997.

\_\_\_\_\_. Julgamento de José Rainha e a “Democracia” Brasileira. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 5, p. 3, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Pobre Tiradentes, Triste Brasil. **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 2, p. 2, abr. 1997.

SANTOS, Raimundo Ferreira. Carta do leitor. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano, IX, n. 41, p. 2, 1<sup>a</sup> quinzena fev. 1989.

SECRETARIA e Coletivo de Mulheres: “mulheres de garra e ousadia para mudar a sociedade”. **Revista em comemoração aos 40 anos do STRCC**. Construindo cidadania, “semeando sonhos... cultivando direitos” (1969-2009), Conceição do Coité-Ba, p. 12-14, 2009.

SEMANA da Cultura, coloca C. do Coité entre Municípios modelos. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 48, p. 1-3, 24 ago. 1968.

SESC. Departamento Nacional. Sonoros ofícios: cantos de trabalho: circuito 2015/2016. Rio de Janeiro, 2015.



SESSÃO Solene na Câmara de Vereadores de Conceição do Coité. Conceição do Coité, 1 jan. 2020. Canal do Youtube. Equipe tá na rua. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uxKlIaLihQOA&ab\\_channel=EquipeT%C3%A1naRua](https://www.youtube.com/watch?v=uxKlIaLihQOA&ab_channel=EquipeT%C3%A1naRua). Acesso em: 06 maio 2022.

SEQUESTRO chega ao fim. **Correio da Bahia**, Salvador-Ba, ano XI, n. 3176, p. 10, 8 jul. 1989.

SILVA, Alex Lopes da. A União entre PMDB e PT é possível. **Panfleto do Presidente do Diretório do PMDB de Conceição do Coité**, Conceição do Coité-Ba, p. 1, 2008.

SILVA, Gelcivânia Mota. Eleições para diretor de escola: competência, compromisso ou nada disso? **O Mensageiro**, Conceição do Coité-Ba, ano III, n. 6, p. 3, ago. 1997.

SILVA, Mário Ferreira. A Igreja Católica e as eleições. **Jornal Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, n. 14, p. 1, 24 jan. 1997.

SILVA, Renato. O Intrépido Renato. **Tribuna Coiteense**, ano VII, n. 20, p. 1-2, 1ª quinzena dez. 1987.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité em notícia. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano II, n. 14, p. 3, mar. 1983.

\_\_\_\_\_. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano II, n. 13, p. 3, jan. 1983.

\_\_\_\_\_. **O Grito da Terra**, Feira de Santana-Ba, ano I, n. 12, p. 3, dez. 1982.

SOARES, Hugo. Vítimas do sisal na Bahia reivindicam aposentadoria. **Jornal do Brasil**, 28 out. 1984.

SOARES, Padre Manoel. Pobreza e miséria. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano VII, n. 21, p. 2, 2ª quinzena dez. 1987.

SOB o espírito da concórdia. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 170, p. 3-5, 18 jun. 1987.

SOUZA, Marconi de. Prefeito é julgado por corrupção. **A Tarde**, Salvador-Ba, 20 ago. 2004.

SUPRESSÃO dos municípios, o interventor mandou examinar, in loco, o caso de Coité e Riachão. **O Serrinhense**, Serrinha-Ba, ano VII, n. 32-38, p. 2, 13 dez. 1931.

TARASHI, Padre Antonio. Nossos diálogos com Valdecy Brandão. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano III, nº 87, p. 4, 9 de agosto de 1969.

TELES, Agnaldo Vitor. Segurança para os mutilados. **Tribuna da Bahia**, Salvador-Ba, 17 out. 1984.

TOM é o pior prefeito da História de Coité. **A Estrela**, Conceição do Coité-Ba, ed. Especial, jul. 2003.

TRIO Tapajos da Coca-Cola. **A Tarde**, Salvador-Ba, [s. p.], 24 abr. 1964.

UM LÍDER DEVE ser exemplo de respeito e confiança. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 191, p. 1-2, 31 dez 1987.

UM LÍDER em retirada. **O Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano XXI, n. 167, p. 1-2, 23 maio 1987.

UMA CIDADE que cresce com o dinamismo do seu povo. **Jornal A Tarde**, Salvador-Ba, p. 15, 27 set.1962.

UMA SENHORA festa. **Tribuna Coiteense**, Conceição do Coité-Ba, ano X, n. 59, p. 2, dez. 1989.

- **MANUSCRITAS**

ASSOLARI, Dom Ottorino. **Carta aos fiéis e ao povo em geral da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité**. Conceição do Coité-Ba, 2015.

CARTA dos Conselhos à Francisco Waldir Pires de Souza. **Conselhos Pastoral e Administrativo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité**, Conceição do Coité-Ba, 31 ago. 1997. p. 2.

CARTA do Conselho Paroquial à Dom Itamar Vian, Bispo da Diocese de Feira de Santana. **Conselho Pastoral e Administrativo da Paróquia de Conceição do Coité**, Conceição do Coité-Ba, 23 mar. 1996.

CONCEIÇÃO DO COITÉ. Ata da 142ª Sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 9, p. 128, (1992-1998). Conceição do Coité-Ba, realizada em 4 nov. 1996.

\_\_\_\_\_. Ata da 6ª Sessão da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 8 (1987-1992). Conceição do Coité-Ba, realizada em 13 abr. 1987.

\_\_\_\_\_. Ata da 5ª Sessão da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 8, p. 2, (1987-1992). Conceição do Coité-Ba, realizada em 6 abr. 1987

\_\_\_\_\_. Ata da 4ª Sessão da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 8, p. 2 (1987-1992). Conceição do Coité-Ba, realizada em 30 mar.1987.

\_\_\_\_\_. Ata da 6ª Sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 6, 1974-1979. Conceição do Coité-Ba, realizada em 30 nov. 1974. p. 11.

\_\_\_\_\_. Ata da 13ª Sessão da Câmara Municipal de Conceição do Coité-Ba. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 5, 1968-1974. Conceição do Coité-Ba, realizada em 15 out. 1970. p. 28.

\_\_\_\_\_. Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Conceição do Coité, comemorativa do 6º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 5, 1968-1974. Conceição do Coité-Ba, realizada às 9 horas do dia 31 mar. 1970. p. 18.

\_\_\_\_\_. Atas da 14ª Sessão da Câmara Municipal de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 5, 1968-1974. Conceição do Coité-Ba, realizada em 2 dez. 1968. p. 2.

\_\_\_\_\_. Atas da 12ª Sessão da Câmara Municipal de Conceição do Coité. *In: Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité*, livro n. 5, 1968-1974. Conceição do Coité-Ba, realizada em 26 nov. 1968. p. 1.

\_\_\_\_\_. **Atas da Câmara Municipal de Conceição do Coité**. Conceição do Coité-Ba, 1960.

LIVRO de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Conceição do Coité-Ba, 1855-2009.

MADUREIRA, Maximino. **Carta redigida ao Dr. Braz Hermenegildo do Amaral**. Conceição do Coité-Ba, 30 abr. 1930. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – IHGB).

O PREÇO da Independência. **Carta dos Conselhos Pastoral e Administrativo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité**. Conceição do Coité-Ba, 1997, p. 1.

- **MEMORIALISTAS**

BARRETO, Orlando Matos. **Conceição do Coité da colonização à emancipação: 1730-1890**. Conceição do Coité-Ba: Nossa Editora Gráfica, 2007.

D’VILANOVA, Marielza Carneiro. **Contos e Histórias de Conceição do Coité - Bahia**. 3. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011.

LOPES, Roberto Pinto. **Vitórias de Amor e Paixão por Coité**. Conceição do Coité-Ba: Nossa Gráfica, 2006.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes. **Sisal, suor e poder**. Conceição do Coité-Ba: Clip Serviços Gráficos, 2003. p. 75.

\_\_\_\_\_. **Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós**. Conceição do Coité-Ba: Clip Serviços Gráficos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Conceição do Coité: A capital do sisal.** Conceição do Coité-Ba: Clip Serviços Gráficos, 1996.

- **ORAIS**

ARAÚJO, Joilson Marcos Cunha. 60 anos. Analista judiciário e membro fundador do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em: 2021

GOMES, Margarida Ferreira. 60 anos. Professora aposentada e militante do PT. Depoimento concedido em: 2021.

GORDIANO, Adalberto Neres Pinto. 48 anos. Vereador em Conceição do Coité pelo PT, atualmente exerce o seu sexto mandato. Depoimento concedido em: 2022.

MOTA, Arivaldo Ferreira. 69 anos. Aposentado e membro fundador do PT. Depoimento concedido em: 2021.

MOTA, Zenilda Mascarenhas. 65 anos. Professora aposentada e membra fundadora do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em: 2021.

OLIVEIRA, Meyre Sandra Lopes Carneiro de. 59 anos. Coordenadora Pedagógica, ex-militante e fundadora do Diretório Municipal do PT em Conceição do Coité. Depoimento concedido em: 2022.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. 63 anos. Técnico em Radiologia, ex-militante e fundador do PT. Depoimento concedido em: 2021.

SANTOS, Antonio Fernando de Araújo. 73 anos. Analista jud. Aposentado e ex-militante do PT. Depoimento concedido em: 2021.

- **PROCESSOS JUDICIAIS / LEGISLAÇÃO**

BAHIA. Decreto n. 8.528, de 7 de julho de 1933. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, ano XVIII, n. 200, p. 7473, 7 jul. 1933.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7. 479, de 8 de julho de 1931. Divide para fins administrativos, o território do Estado da Bahia em municípios. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, p. 5875-5879, 9 jul. 1931a.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual n. 7.455 de 23 de junho de 1931. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, p. 5652-5653, 26 jun. 1931b.

BRASIL. **Decreto n. 83.080**, de 24 de janeiro de 1979. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Brasília: Presidência da República-Casa Civil, [1979]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d83080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d83080.htm). Acesso em: 8 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.195**, de 19 de dezembro de 1974. Atribui ao FUNRURAL a concessão de prestações por acidente do trabalho. (Lei 5.889, 06/06/1973 - Normas Reguladoras do Trabalho Rural. Brasília: Presidência da República-Casa Civil, [1974]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6195&ano=1974&ato=892MT R65kenRVTc89>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CONCEIÇÃO DO COITÉ. **Processo n. 129/92**, 15 de outubro de 1992. Poder judiciário. Comarca de Conceição do Coité-Ba. Juízo de Direito da Vara Crime, 1992.

\_\_\_\_\_. Queixa Crime. **Processo Judicial n. 045/92**, do Juízo da 132ª Zona Eleitoral, Conceição do Coité, Bahia, 02 de outubro de 1992. [Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité], Conceição do Coité-Ba, 1992.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 846/88**, 15 de janeiro de 1988. Poder judiciário. Comarca de Conceição do Coité-Ba. Juízo de Direito da Vara Crime, 1988.

- **SITES**

A CESE. **Quem é a CESE**. Disponível em: <https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/a-cese/> Acesso em: 18 set. 2021

BIOGRAFIA de Leonardo Boff. Disponível em: <https://leonardoboff.org/biografia/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BOCA de Urna. **Glossário Eleitoral Brasileiro**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario>. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASILEIROS na Hospedaria: o pau de arara. **Museu da Imigração**. Conhecendo o acervo, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-o-pau-de-arara> . Acesso em: 21 out. 2020.

CIDADES: Conceição do Coité. **IBGE**, [2010]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-coite/panorama> . Acesso em: 7 nov. 2018.

CONCEIÇÃO do Coité, Bahia. *In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 180-185. v. 20 Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_20.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf). Acesso em: 20 jan. 2018.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010. Disponível em: [www.agencia.cnptia.embrapa.br](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br). Acesso em: 15 jan. 2019

ERUNDINA, Luísa. (verbete). *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa> . Acesso em: 7 ago. 2021.

HAMILTON Rios Indústria, Comércio e Exportação Ltda. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.hamiltonrios.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2010

HISTÓRIA. **Grito dos/as Excluídos/as**. Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/historia>. Acesso em: 05 maio 2020.

JÚNIOR MELO, Aurecir Martins. **Introdução à Cristologia**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://iscrarquiro.files.wordpress.com/2015/05/apostila-curso-de-fc3a9rias-1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PASTORAL da Aids inicia nesta sexta-feira campanha “Amar e Servir”. **Vatican News**, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-08/pastoral-da-aids-inicia-nesta-sexta-campanha-amar-e-servir.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PERFIL do Deputado Luciano Ribeiro. Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputado-estadual/5000357> . Acesso em: 9 out. 2021

PIVA, Mário (verbete). *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/piva-mario>. Acesso em:

RESULTADO das Eleições 2000. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-das-eleicoes-2000>. Acesso em: 23 julho 2021.

SUPLICY, Marta (verbete). *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marta-teresa-suplicy>. Acesso em: 7 ago. 2021

SALESIANOS de Dom Bosco. Disponível em: <https://ius-sdb.com/quem-somos/congregacao-salesiana/?lang=pt-br>. Acesso em: 22 maio 2021.

## ANEXO

DISCURSO DE LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA, 30 DE ABRIL DE 1993, CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA

Companheiros e companheiras de Conceição do Coité. Eu queria em primeiro lugar, pedir desculpas a vocês pelo pouco tempo que nós vamos ter aqui nessa cidade. Quando nós chegarmos em Serrinha, hoje, nós teremos completado nove cidades, nove discursos, nove discussões sobre a questão da cidadania. E, eu tenho que apressar a cada uma... [interrupção realizada pela edição] ... Na Constituição diz que todos os 150 milhões de brasileiros são cidadãos. Ao mesmo tempo, a Constituição diz que todos nós temos que ter direito a emprego, por esse emprego, um bom salário. Com esse salário, a gente tem que morar bem, a gente tem que estudar bem, a gente tem que ter um bom sistema de saúde no Brasil, a gente tem que ter reforma agrária, a gente tem que ter política agrícola para ajudar, a gente tem que ter proteção no trabalho. Olha, se é verdade que para ser cidadão, precisa ter tudo isso, eu já percebo que, aqui em Conceição do Coité, 80% da população, ainda, não atingiu o direito à cidadania estabelecida na Constituição [aplausos]. Eu queria que esse companheiro que está com a luz da televisão, colocasse a luz para o lado de lá, pois vou fazer uma pergunta: Quem daqui de Conceição do Coité está desempregado? Levante a mão, por favor. [pausa e barulhos dos ouvintes]. Quem daqui de Conceição do Coité ganha mais de 10 salários-mínimos por mês? - *Ninguém, Lula!* Quem é que ganha cinco? - *Ninguém!* - *Se sim, levante o braço.* Quem é que ganha dois? - *Ninguém!* Tem três. Quem é que ganha um salário-mínimo? (pausa) - *Aqui!* Tem uns 20. Quem é que ganha menos que um salário-mínimo ou não ganha nada? Levanta a mão [barulhos dos ouvintes]. Quanto é que ganha uma professora aqui em Coité? - *900! 500, 500!* Vejam, é verdade que uma professora ganha aqui em Conceição do Coité 500 mil cruzeiros por mês? - *É!* Então, quanto é que ganha a faxineira da Prefeitura? - *300!* Trezentos. Quanto é que ganha o homem da roça aqui em Coité? [barulho] - *Nada.* Qual o direito que ele tem? - *Nenhum.* Nenhum. Olha, imaginem vocês que a Constituição da República, ela diz que em nenhuma parte do território nacional qualquer trabalhador deve ganhar menos que um salário-mínimo, ou seja, ela proíbe. Ela proíbe que qualquer pessoa do Oiapoque ao Chuí, de ponta a ponta do Brasil, no Estado de São Paulo e no Estado da Bahia ninguém pode ganhar menos que um salário-mínimo. Olha se é verdade que ninguém pode ganhar menos que um salário-mínimo, como é que esse povo aqui vai ganhar cidadania se a própria prefeitura é a primeira a desrespeitar a Constituição e pagar apenas 500 e 300 [intensos aplausos]. - *Apoiado!* Além do

mais, nós temos milhares de companheiros que trabalham na roça nesse país. Milhares de companheiros que tem a mão calejada de trabalhar na roça e que chegam no final do dia, não têm sequer o que comer. Companheiros que não tem salário, companheiros que não tem seguridade social, companheiros que não tem fundo de garantia, companheiros que não tem carteira profissional. Companheiros que não tem registro em lugar nenhum, ou seja, são verdadeiros marginais, tratados pelo governante desse país como se fossem bandidos, mas na verdade são as pessoas que produzem a comida para milhões. Mas grave ainda, mas grande ainda... é que cidadania a gente conquista quando a gente toma café de manhã, quando a gente almoça e depois a gente janta. Cidadania a gente conquista, quando a gente olha na cara da nossa juventude e a gente pode prever um futuro certo para essas pessoas. Essas pessoas vão estudar, essas pessoas vão ter oportunidade de trabalhar e essas pessoas vão ter direito a ser cidadãos. [intensos aplausos]. Hoje, qual é a realidade do Brasil? Eu estou vindo de Pernambuco a pé... de ônibus! [risos]. Estou passando em todas as cidades para conversar com as pessoas. Estou passando, andando em cada rua, às vezes, passo correndo em uma cidade, como estou passando aqui, mas nós temos visto a miséria espalhada nesse país a fora, vimos um acampamento em São Bento, em Pernambuco, as pessoas satisfeitas da vida, porque tinham matado uma raposa e iriam ter carne para comer naquele dia. Em Água Bela, em Pernambuco, as pessoas satisfeitas porque estavam na beira da estrada comendo palma. Eu fui experimentar um pedaço e não tem gosto absolutamente de nada. Nós vimos perto de Canapi, em Alagoas, crianças se jogando no chão, na frente dos caminhões e dos carros, para que os carros parassem e elas pudessem pedir esmolas. Nós vimos em Canapi, o dinheiro que a dona Rosane Collor desviou da merenda escolar, a construção de um prédio enorme para abrigar velhinhos e crianças. E faz exatamente onze... onze meses que está sem inaugurar, sem prestar nenhum serviço à comunidade. Nós passamos agora em Valente e vimos milhares de companheiros mutilados, sem braço, trabalhando em uma máquina de sisal para enriquecer o dono do sisal, enquanto ele vai ficar na miséria, ganhando, no máximo, 140 cruzeiros por semana [aplausos intensos]. Essas coisas terão que mudar se a gente quiser conquistar o direito de cidadania neste país. Esse movimento que estamos fazendo meus companheiros e companheiras tem como objetivo principal transformar a questão da miséria que hoje envolve 32 milhões, um problema nacional. E por que transformaram em problema nacional? É porque a televisão Globo fala todo dia da fome da Somália, ela fala todo dia da fome na Etiópia, mas ela não tem coragem de mostrar a fome embaixo do prédio da Globo de pessoas que estão comendo lixo no Rio de Janeiro ou em São Paulo [aplausos intensos]. Não tem coragem de mostrar a fome em lugar nenhum deste país, dando a impressão de que o Brasil é um país rico, próspero, quando na



verdade temos metade da população que não tem o que comer. O crédito rural que poderia ser a solução para esse país, quando o governo libera a verba, em Brasília, antes da verba chegar na cidade, os ricos da região já pegaram essa verba e o coitado do pequeno agricultor não tem acesso [aplausos intensos] – *É isso aí! É isso, aí! Lula retado! É isso, aí! Lula retado! Tá bonito!* O coitado do pequeno agricultor não consegue chegar nem na porta do banco, porque o gerente não recebe. O gerente recebe quem tem mais de 500 hectares, quem tem 1.000 hectares. Quem tem mais nove tarefas, dez tarefas, quinze tarefas, vinte tarefas, às vezes, nem chega a ser recebido no banco. É exatamente essas pessoas que têm pequenas propriedades que são responsáveis pela produção de 70% do alimento no Brasil. Inclusive, essas pessoas deveriam merecer maior responsabilidade pelo Governo Federal. Eu queria terminar dizendo para vocês mais uma coisa companheiros de Conceição do Coité. O problema da fome no Brasil não é por falta de comida. Comida produz de sobra. O problema é que nós temos metade da população brasileira que não ganha absolutamente nada. Então, não adianta ter comida no supermercado se as pessoas não têm poder aquisitivo para comprar aquela comida. O cidadão passa na porta da bodega, olha com os olhos, lambe com a testa e vai para casa, vem a lombriga maior, come a lombriga menor na barriga do fundo [aplausos intensos] porque o dinheiro que ele ganha não dá para comprar absolutamente nada. Enquanto isso, o nosso companheiro Deputado Jaques Wagner fez uma denúncia, esses dias, que 31 mil toneladas de alimentos estão estragando em Goiás e ninguém toma responsabilidade. Somente em dois anos de Governo Sarney e dois anos de Governo Collor se estragou no Brasil 1 milhão e 700 toneladas de alimentos. Possivelmente, vocês não têm noção do que é 1 milhão e 700 toneladas de alimentos. Eu vou tentar traduzir numa linguagem para ver se vocês entendem. 1 milhão e 700 toneladas de alimentos são nada mais, nada menos que 60 mil carretas de 30 toneladas. 60 mil carretas uma atrás da outra, dá 600 km de carreta dá para ir a Salvador e voltar de carreta de alimentos estragados, que o governo brasileiro não tem responsabilidade distribuir para esse povo comer... – *Vai encerrar, vai encerrar!* [aplausos intensos]. Essa Caravana da Cidadania não vem aqui fazer promessas. Essa Caravana da Cidadania vem aqui com a tentativa de criar uma consciência nacional. A fome não é apenas de responsabilidade do Governo Federal, ela também é uma responsabilidade da sociedade civil. Nós que temos consciência, temos que ajudar aqueles que não tem consciência a brigar, porque a elite dirigente desse país, que dirige esse país há 500 anos, quer manter o povo com fome e na ignorância, porque povo com fome e na ignorância não é povo, é massa de manobra... [aplausos intensos]. Massa de manobra para eles ganharem as eleições. Quando o cidadão está com fome, quando o cidadão está passando fome é muito fácil ganhar o voto dele com uma punha de farinha, com um pouquinho de feijão,

com uma promessa de emprego. Quando o cidadão não sabe ler a página de um jornal ou de uma cartilha, também é muito fácil enganar. Essa Caravana da Cidadania visa conquistar duas coisas. A primeira, é que as pessoas possam comer, no mínimo, três vezes ao dia. A segunda coisa que nós queremos conquistar, é que as pessoas aprendam a ler, porque no dia que esse povo aprender a ler, no dia que esse povo comer, esse povo vai jogar para fora essa corja de partido que hoje governa esse país, vai jogar para fora essa corja de malandros que promete, promete, promete e não consegue fazer nada. Nessa cidade, o senhor Collor veio fazer promessa em 89, o senhor Collor veio falar que iria ajudar os descamisados e tirou as cuecas daqueles que não tinham camisa, levou esse povo a maior miséria desse país. Nós queremos resgatar o direito à vida nesse país. O direito à vida significa cada criança comer. Eu quero dizer para vocês que a Caravana da Cidadania não irá parar, enquanto a gente não conquistar o direito que nenhuma criança vá dormir sem um prato de comida no bucho, nenhuma criança irá acordar sem um café da manhã e que nenhuma criança vai ficar fora da sala de aula. Enquanto a gente não conquistar isso, essa Caravana da Cidadania vai virar esse país de ponta a cabeça. Por isso, meus companheiros, eu quero agradecer do fundo do coração a participação de vocês, pedir desculpas pela pressa que estou passando em Conceição do Coité [tosse]. Queria, inclusive, dizer para vocês, que nós assumimos um compromisso em Valente. Eu vi aquele monte de companheiro ainda jovem sem o braço, eu vi uma máquina daquela do sisal funcionar e propus aos companheiros, não dá para a gente ficar chorando os braços perdidos [tosse]. Propus aos companheiros de Valente que nós vamos pegar uma máquina daquela do sisal e vamos levar a bichinha lá para Brasília para os Deputados ver ela funcionar. Vamos levar na Comissão do Trabalho. Quem achar que o trabalhador é vagabundo, é relaxado, que o trabalhador se acidenta porque é vagabundo, nós vamos mandar o Deputado colocar aquele sisal lá dentro, durante meia hora, para ver o que vai acontecer [aplausos e risos]. E se o Deputado topar fazer isso, eu não quero nem que ele perca a mão, alguns Deputados teriam que perder a cabeça, como Inocência que pegou o dinheiro do DNOCS para cavar poço na casa dele, enquanto o povo brasileiro está morrendo na seca nesse Nordeste. Por isso, meus companheiros, muito obrigado, até outro dia se Deus quiser! Muito obrigado! (PRIMEIRO..., 1993 – DVD).



**FFCH UFBA**

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
Salvador – Bahia – Brasil  
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br)